HENRIQUE CARMONA DUVAL

BENS MATERIAIS E SIMBÓLICOS: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo

CAMPINAS
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH

HENRIQUE CARMONA DUVAL

BENS MATERIAIS E SIMBÓLICOS: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo

ORIENTADORA: Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO HENRIQUE CARMONA DUVAL E ORIENTADA PELA PROFESSORA DOUTORA SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO.

CAMPINAS
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Izabel Cristina Barbosa dos Santos - CRB 7078

D956b

Duval, Henrique Carmona, 1978-
Bens materiais e simbólicos : condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo / Henrique Carmona Duval. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Reprodução social. 4. Campesinato. 5. Sociologia rural. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Goods material and symbolic : peasant condition and family strategies in rural settlements in the central region of São Paulo
Palavras-chave em inglês:
Land reform
Rural settlements
Social reproduction
Peasantry
Rural sociology
Área de concentração: Ciências Sociais
Titulação: Doutor em Ciências Sociais
Banca examinadora:
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Fernando Antonio Lourenço
Maria Helena Rocha Antuniassi
Marilda Aparecida de Menezes
Data de defesa: 23-03-2015
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 23 de março de 2014, considerou o candidato HENRIQUE CARMONA DUVAL aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco _____

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante _____

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes _____

Profa. Dra. Maria Helena Rocha Antuniassi _____

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenco _____

Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker _____

Profa. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira _____

Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godói _____

Resumo

A presente tese tem como objetivo investigar as estratégias das famílias assentadas em uma região dominada pelo complexo canavieiro. Envolve a caracterização do processo agrário regional, da concentração fundiária e dos modelos de desenvolvimento pautados no plantio de cana-de-açúcar, como aspectos que influenciam as famílias assentadas nas relações de poder a que estão submetidas. Por outro lado, foram traçadas as origens das famílias e suas trajetórias de lutas sociais organizadas, da proletarização imposta às formas de vivenciar uma condição camponesa de produção e reprodução social no interior dos assentamentos.

Palavras-chave: Reforma agrária, Assentamentos rurais, Reprodução social, Campesinato, Sociologia Rural.

Abstract

This thesis aims to investigate the strategies of families settled in a region dominated by sugarcane complex. It involves the characterization of the regional agrarian process of land concentration and guided development models in planting sugarcane, as aspects that influencing families settled in power relations. Furthermore, were traced the origins of families and their trajectories of organized social struggles, the proletarianization imposed and ways to live a peasant condition of social production and reproduction in the settlements.

Key-words: Land reform, Rural settlements, Social reproduction, Peasantry, Rural Sociology.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1
INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO 1 – ESTRATÉGIAS FAMILIARES NO CAMPO CIENTÍFICO DE PIERRE BOURDIEU 63
1.1 Estruturas sociais e simbólicas 63
1.2 Representações e Práticas de Pesquisa 73
1.3 Transformações no *habitus*, imposições da racionalidade urbano-industrial e o trabalho etnográfico 77
1.4 A noção de estratégia e alguns pressupostos metodológicos 83
1.5 Estratégias matrimoniais no Bèarn: precedência masculina e o jogo com as más cartas 89
1.6 Questões de gênero: invertendo posições? 97
1.7 Transformações no *Habitus* na Argélia colonial 106
1.8 A Questão do *Sabir* Cultural 116
CAPÍTULO 2 – A GÊNESE DO CAMPESINATO BRASILEIRO: UM RESGATE DE DILEMAS 123
2.1 Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade 123
2.2 Resgatando algumas noções clássicas 132
2.3 Diferentes correntes do campesinato: entre a ortodoxia, as adaptações e as recusas ao Estado 141
2.4 Fazendas e *plantations* no Novo Mundo 149
2.5 Escravidão, Dominação e Resistência como Herança 156
2.6 Chayanov e a lógica da unidade agrícola familiar 169
2.7 O Campesinato, o Mercado e o Estado: uma relação harmônica? 177
2.8 Dimensões Simbólicas: autoconsumo e a cosmovisão camponesa 188
2.9 O campesinato brasileiro como classe social? 201
2.10 Novos Camponeses, Novos Desdobramentos 221
CAPÍTULO 3 – O UNIVERSO EMPÍRICO 237
3.1 Modelo Agroexportador e Categorias Sociais 237
3.2 Caracterização da Região Central do Estado de São Paulo 245
3.3 Apresentando brevemente as trajetórias dos assentados investigados 250
3.4 A trajetória da cana nos assentamentos 260
3.5 Mudanças na Gestão: o INCRA Assume a Reforma Agrária? 276
3.6 Assentamento da Barra: as peculiaridades de um PDS e a inovação no campo da política de assentamentos 296

CAPÍTULO 4 – AS MARCAS DO SISTEMA PRODUTIVO NOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO CENTRAL 311
4.1 Um retrato dos sistemas de produção vegetal 312
4.2 Criações Animais 318
4.3 Divisão do trabalho e renda nos sistemas produtivos 326
4.4 Condições no Lote: autoconsumo e acesso aos alimentos 328
4.5 As várias formas e problemas de acesso à água para a produção 330
CAPÍTULO 5 – ETNOGRAFIAS MULTISSITUADAS: DIFERENTES POSIÇÕES E REPRESENTAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS 339
5.1 Uma breve apresentação dos casos analisados 339
5.2 Invisibilidade do trabalho feminino: expressão da masculinização do mundo rural 343
5.3 A importância das mulheres nos sistemas produtivos: contestado invisibilidades 346
5.4 Mudanças possíveis de papéis por meio do poder local 357
5.5 O grupo da padaria AMA: experiência de sucesso nos assentamentos de Araraquara 360
5.6 Dona Regina: uma assentada separada e suas perspectivas de trabalho no assentamento 371
5.7 Dona Maria Aparecida, viúva: continuidades e conflitos familiares 376
5.8 Dona Márcia: trajetória urbana e enraizamento por meio de atividades não-agrícolas 380
5.9 Grupo da cozinha: as descontinuidades de um grupo de mulheres 386
5.10 Associação do núcleo III, assentamento Monte Alegre: o vai e vem da cana e das políticas públicas 390
5.11 Dona Neusa: a cana que vira açúcar mascavo e rapadura 397
5.12 Sr. Edson, produtor da Cachaça do Horto: transformando a matéria-prima industrial em produto artesanal para o mercado externo 406
5.13 Lote do Sr. Bellintani e dona Teresa: aspectos da dinâmica familiar no assentamento 409
5.14 Lote de Maria Trovatti: de família sitiante da região ao comando da integração avícola 418
5.15 Lote de Maria Terrão: a viúva que deu a volta por cima 428
5.16 Lote Sr. Antonio, núcleo VI: desvendando a conversão alimentar na produção de frango industrial 436
5.17 Lote do Anderson (filho do José Roberto), em processo inicial de produção de frango em parceria com agroindústria 439
5.18 PDS da Barra: a primeira aproximação do assentamento no Núcleo “Mário Lago” 442
5.19 As especificidades do núcleo Índio Galdino: o núcleo dos “excluídos” 447

5.20 Novas divisões possíveis: avanços e constrangimentos na organização do assentamento 456
5.21 Cooperativa da Agrobiodiversidade: uma proposta para o assentamento 463
CONSIDERAÇÕES FINAIS 469
REFERÊNCIAS 481

Dedico este trabalho às famílias assentadas da reforma agrária brasileira.

Agradecimentos

Primeiramente, eu agradeço a Deus a conclusão desta etapa do trabalho.

Agradeço à toda a minha família, em especial Regina, Júlia, Felipe, Vilma, Eneida e ao meu pai Rogério (*in memorian*), pelo amor incondicional.

À Ana Helena, pelo carinho evidentemente, mas também por compartilhar momentos decisivos na conclusão da tese.

À minha orientadora Sonia Bergamasco, pela acolhida no Doutorado em Ciências Sociais no IFCH – um dos únicos redutos para quem quer fazer doutorado em Sociologia Rural em São Paulo. Agradeço a parceria não só para a orientação da tese, pela paciência e cobranças em relação aos prazos, mas também por abrir a possibilidade de participar de sua equipe em valiosos projetos de pesquisa e de extensão.

À professora Vera Botta, pelos mais de dez anos de uma convivência repleta de afetividade, bons trabalhos e aprendizagens. Muito obrigado pela oportunidade de fazer parte dessa trajetória.

Aos professores da minha banca, Fernando Lourenço, Maria Helena Antuniassi e Marilda Menezes, pela generosidade e por compartilharem de análises enriquecedoras para a continuidade dos trabalhos. Me sinto privilegiado por ter contado com uma banca com pesquisadores tão singulares e comprometidos com os agentes sociais do campo. Estendo os agradecimentos ao professor François Bonvin, cuja excelente contribuição em meu exame de qualificação foi fundamental para a construção do campo teórico fundamentado em Bourdieu.

Aos meus amigos do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural: César Gêmero, Daniel do Amaral, Thauana Gomes, Silvani Silva, Ana Flávia Flores e Fábio Grigoletto. Aos amigos do grupo da Feagri: Wilon Mazalla Neto, Ana Luisa de Araújo e Kellen Junqueira.

Aos amigos da linha de pesquisa do rural e do Programa de Doutorado: Vilenia Porto Aguiar, Bernard Alves, Tiago Jacaúna e Joyce Gotlib.

Aos amigos de sempre, de prosa e de vida: Riã, Jeane, Michel, Celso, Camila, João, Val, Fernando, Kamila, Oscar, Raquel e Luciane.

Ao corpo docente e aos funcionários do Doutorado em Ciências Sociais do IFCH, especialmente aos queridos Maria Rita Gandara e Reginaldo Alves.

Ao corpo docente e funcionários do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara, com os quais convivo cotidianamente, pelo excelente ambiente de trabalho e aprendizagem: Ivani Urbano, Silvia Correa, Fernanda Tsedaká, Dulce Whitaker, Osvaldo Aly Jr., Manoel Baltasar da Costa, Oriowaldo Queda, Paulo Kageyama, Helena De Lorenzo, Maria Lúcia Ribeiro, Guilherme Gorni, Zildo Gallo, Luiz Manoel Almeida, Flávia Sossae, Janaína Cintrão, Marcos César de Castro, Léo Rios.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Assentamentos Federais no Estado de São Paulo até 2009 55

Figura 2 – Cana-de-açúcar colhida no Brasil (1980-2009) 247

Figura 3 – Marcela (filha) e D. Sueli (mãe), mostrando seus bordados 352

Figura 4 – Produção da rapadura 406

Figura 5 – Marido da D. Neusa contribuindo para a produção 406

Figura 6 – Almoço na casa do Sr. Bellintani 417

Figura 7 – Família toda reunida (da esquerda para a direita: Amália, esposa do André com o neném, Sr. Bellintani, Vanusa, Patrícia, dona Teresa, Bruna e Selma 417

Figura 8 – Fragmento e fragmentos de reserva legal na Fazenda da Barra 445

Figura 9 – O milharal e, ao seu final, o capim colonião e a reserva 446

Figura 10 – Feijão guandú e milho para autoconsumo e alimento das criações 446

Figura 11 – Criação de coelhos da dona Sara 446

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Produtos agroindústria 348

Gráfico 02 – Quem faz – Agroindústria 348

Gráfico 03 – Destinação da produção – Agroindústria 349

Gráfico 04 – Renda mensal (salários mínimos) – Agroindústria 350

Gráfico 05 – Quem realiza a atividade não agrícola 351

Gráfico 06 – Renda mensal – Atividade não agrícola 351

Gráfico 07 – Acesso a crédito instalação 353

Gráfico 08 – Valor acessado 355

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Subdivisão da região Central 56

Quadro 2 – Distribuição de famílias por núcleo e município dos PA's Monte Alegre e Bueno de Andrada 56

Quadro 3 – Desembolsos do BNDES por atividade produtiva para o setor sucroalcooleiro no período 2004-2010 (em R$ milhões) 248

Quadro 4 – Amostragem Região Central 249

Quadro 5 – Famílias assentadas em São Paulo, em projetos criados pelos governos federal (PA + PDS) e estadual (PE) (2002, 2006, 2010) 280

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Tipos de culturas produzidas nas região Central 312

Tabela 02 – Destino da produção Região Central 313

Tabela 03 – Acesso à Financiamento – Região Central 316

Tabela 04 – Origem financiamento – Região Central 316

Tabela 05 - Criação Animal 319

Tabela 06 – Destinação da produção – Bovinocultura de leite 322

Tabela 07 – Destinação da Produção – Aves 323

Tabela 08 – Destinação da Produção – Suínos 324

Tabela 09 – Origem do Recurso – Bovinocultura de Leite 324

Tabela 10 – Origem do Recurso – Aves 325

Tabela 11 – Origem do Recurso – Suínos 325

Tabela 12 – Quem cuida das culturas – Região Central 326

Tabela 13 – Pessoas trabalhando no lote – Região Central 327

Tabela 14 – Renda mensal do trabalho realizado no lote (baseada no salário mínimo) – Região Central 327

Tabela 15 – Melhora na alimentação no assentamento 329

Tabela 16 – Gasto mensal com produtos comprados fora do assentamento 330

Tabela 17 – Origem água para produção 330

Tabela 18 – Suficiência da água para produção 332

APRESENTAÇÃO

A presente tese dá continuidade ao meu estudo de mestrado e tem íntima ligação com um ciclo de pesquisas sobre as tensões sociais que envolvem a criação e o desenvolvimento dos assentamentos rurais na região central do estado de São Paulo. De forma geral, os principais objetivos tratam de analisar diferentes conjunturas e as estratégias familiares a partir do momento em que há os assentamentos. O fato de participar de um grupo de pesquisa – o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – há mais de dez anos colaborou imensamente para que o trabalho fosse realizado.

Por isso, antes de entrar nas problemáticas específicas da tese, se faz necessário contextualizar os projetos de pesquisa dos quais participo no âmbito do Nupedor. Minha participação em tais projetos enquanto pesquisador estimulou a continuidade da pesquisa de mestrado defendida no Programa em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar)[1], na qual foi feita uma investigação qualitativa acerca da produção do autoconsumo alimentar dentre as famílias do assentamento Monte Alegre (Araraquara/SP). O autoconsumo foi estudado como algo inerente aos modos de vida e como expressão do *habitus* das famílias assentadas, demonstrando as formas próprias que as famílias vão encontrando de organizar sua produção e reprodução social. Tais formas de organização não estão ligadas, no caso dessas famílias agricultoras, apenas a aspectos de uma economia de tipo capitalista. Na verdade, concluí na pesquisa de mestrado que o autoconsumo evidencia elementos de uma economia não capitalista no modo de vida nos assentamentos – não livre do sistema capitalista, conforme destacou Chayanov em sua teoria sobre o campesinato –, pois trata-se de uma produção de bens de uso ligada a aspetos não monetários e à qualidade de vida das pessoas. Nesse tipo de produção trabalha a família, um pouco mais livre das necessidades do mercado, mas em função de seus gostos, preferências e necessidades de reprodução física, ou seja, necessidades materiais e simbólicas. Livres, no sentido da livre deliberação acerca das práticas agrícolas, da organização do território quanto ao que e como produzir, como destinar, os modos de preparo. Liberdade que vai encontrar restrições em outros espaços da vida desses agentes.

[1] DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato:** um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

No mestrado, verifiquei que o autoconsumo ainda é envolto em invisibilidades, por ser uma produção que se mede em metros-quadrados, em pequenos espaços nos quais tudo fica "junto e misturado" e que, portanto, não "aparece" nas estatísticas oficiais. Com ênfase nas produções comerciais e nos índices de produtividade, pesquisadores, técnicos e os próprios agricultores tendem a desconsiderar o autoconsumo como parte da renda das famílias ou a associá-lo ao atraso produtivo. O estudo de mestrado foi focado nos sistemas agrícolas de produção de alimentos e na alimentação cotidiana das famílias assentadas, relacionando os desenhos agrícolas dos lotes aos pratos de comida. Foi justamente essa a principal contribuição da pesquisa, em termos da metodologia utilizada, com a qual combinei desenhos dos lotes produzidos pelas famílias e seus cardápios de alimentação cotidiana para dimensionar qualitativamente a produção de autoconsumo. Tal metodologia me permitiu adentrar até cinco escalas de diversificação ocasionadas pelo assentamento e que possuem como ponto fulcral a organização da produção para o autoconsumo. As escalas de diversificação são em relação ao entorno homogeneizado pela cana-de-açúcar industrial e internamente ao assentamento: entre os diferentes lotes, entre os diferentes sistemas agrícolas no interior de cada um, com a utilização de policultura e variedades distintas do mesmo cultivo para alimentação das famílias.

Apesar de encontrar diferentes perfis de famílias assentadas, a maioria delas declarou que sua alimentação cotidiana provém de produção própria e, em razão disso, a discussão empreendida passou pela consideração sobre a sanidade, a confiabilidade do alimento e uma alimentação mais saudável; por ocupar pequenos espaços no interior dos lotes e favorecer a diversificação e as práticas de agricultura de base ecológica; por sua prática denotar a livre deliberação acerca do que e como produzir, quando comparada aos sistemas de integração agroindustrial; por possuir forte protagonismo das mulheres em sua produção da terra ao prato; por atingir diretamente a dimensão econômica dos lotes, uma vez que elimina custos com alimentos de fora e gera excedentes comercializáveis em feiras, no varejo e em programas como o PAA; igualmente, são objetos de trocas e doações entre as famílias assentadas, aumentando a sociabilidade entre elas e diminuindo a possibilidade de haver fome e miséria. A produção de autoconsumo valoriza a satisfação cultural, que é tão importante quanto a satisfação nutricional, pois a alimentação é um dos aspectos que forma a identidade de um grupo social, relacionando-se com a soberania alimentar e com os processos de produção e reprodução social no interior de um assentamento. Tais resultados foram

exaustivamente apresentados à crítica acadêmica em congressos especializados e sintetizados em um artigo (DUVAL, FERRANTE, BERGAMASCO, 2012).

Após o mestrado, houve quatro projetos de pesquisa na mesma linha temática da relação assentamentos e desenvolvimento, no interior dos quais dei continuidade às investigações. O primeiro deles, o projeto **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades** (FERRANTE, 2010), teve como um dos objetivos analisar as principais alternativas de produção agropecuária nos assentamentos de Araraquara e do Pontal do Paranapanema. Por um lado, a integração dos assentamentos a diferentes complexos agroindustriais enquanto fornecedores de matéria-prima, o que se dá por meio de contratos de produção e fornecimento ou de maneira informal. Analisamos a integração dos assentados para plantio de cana-de-açúcar e criação de frango industriais na região de Araraquara e os contrapontos com a produção de leite no Pontal do Paranapanema. Por outro lado, investigamos a diversificação da produção, sobretudo da produção de alimentos, as agroindústrias caseiras e/ou artesanais e a mediação das políticas públicas de aquisição de alimentos para a inserção dessas produções aos mercados urbanos.

Apesar de algumas vezes possibilitar um bom retorno financeiro às famílias assentadas, consideramos as formas de integração agroindustrial geradoras de relações assimétricas entre "parceiros" com distintos interesses e capitais políticos, econômicos e sociais. Afora uma investigação minuciosa dessa relação assimétrica, por meio da análise de contratos, do aspecto monetário e dos sistemas produtivos cuja principal expressão é a aplicação de pacotes tecnológicos, que acabam por representar as amarras a que os assentados ficam submetidos, cabe destacar o quanto o assédio dos complexos agroindustriais coloca barreiras ou não para a produção de alimentos nos lotes familiares, interferindo em suas condições em termos de segurança alimentar. Podemos afirmar que, desde a instalação dos primeiros núcleos de assentamentos na região de Araraquara, o complexo canavieiro vem exercendo tal assédio para instalar canaviais nos lotes familiares, sob a alegação de que esse seria o único caminho para a dinamização econômica dos assentamentos. Durante a década de 1990, foram documentadas e analisadas várias formas de consórcios e arrendamentos propostas por um conjunto de agentes para a integração das usinas de cana e os assentados (FERRANTE, BARONE, 2011; FERRANTE, ALMEIDA, 2009).

Esse discurso acabou sendo aceito pela maioria dos agentes externos, sejam órgãos gestores ou das prefeituras locais e governo do Estado, mas também por parte

dos próprios assentados, diante de um quadro de amplo endividamento e de falta de outras opções produtivas. Tanto que no início da década de 2000 foi forjado o instrumento legal que regulamentou aquilo que os agentes técnicos costumam chamar de "parceria" entre agroindústrias e assentamentos no estado de São Paulo. Trata-se da Portaria Itesp 075/2002, substituída pela Portaria 077/2004, que estabeleceu as normas e as obrigações do plantio de culturas agroindustriais nos assentamentos paulistas.

Já a diversificação da produção agrícola vem sendo mediada principalmente por políticas públicas de aquisição de alimentos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Minhas pesquisas sobre o autoconsumo se inserem sobretudo nesse eixo temático do projeto, uma vez que a produção dos próprios alimentos sugere uma cesta diversificada de itens para as famílias. As políticas públicas vêm cumprindo o objetivo da compra para abastecimento municipal desses mesmos alimentos que são produzidos primeiramente para atender a demanda das famílias assentadas, o que vem representado um caminho diferente para o desenvolvimento dos assentamentos em relação ao que era priorizado até meados dos anos 2000.

Outros dois projetos seguem a mesma linha temática e também em uma perspectiva comparativa dos assentamentos de Araraquara e do Pontal do Paranapanema, porém com recorte de gênero. O projeto **Os Assentamentos Rurais Sob a Perspectiva de Gênero: divisão sexual do trabalho e políticas públicas em análise** (FERRANTE, 2009) propôs problematizar a vida das mulheres nos assentamentos e as recentes conquistas das políticas públicas, notadamente aquelas voltadas à temática de gênero. Nesse projeto, acompanhamos a divisão sexual do trabalho nos lotes familiares e a formação de grupos de mulheres assentadas em busca de geração de trabalho e renda, com foco nas atividades agrícolas, na agroindustrialização caseira e/ou artesanal e na comercialização de seus produtos nos mercados urbanos, iniciativas que apontam novas perspectivas de desenvolvimento a esses grupos. Buscamos compreender e analisar essas situações, nas quais, apesar de não ser propriamente invertida a lógica da divisão sexual do trabalho, há conquista de espaço pelas mulheres nas agendas políticas.

A principal contribuição desse projeto para a tese foi possibilitar o acompanhamento de grupos produtivos de mulheres nos assentamentos de Araraquara e de como o papel das mulheres nos lotes, voltados mais para a reprodução social das famílias, não se alterou tanto no momento em que elas passaram a investir em atividades coletivas de agroindustrialização caseira/artesanal de seus produtos e adentrar mercados urbanos. Os resultados desse projeto apontam para as dificuldades enfrentadas

por essas mulheres na trajetória de constituição de seus grupos, trajetória permeada pela desigualdade nas relações de gênero, tanto no interior dos assentamentos, na relação com outras famílias assentadas e com os assentados (homens, inclusive seus maridos), quanto na relação com os agentes da assistência técnica e os gestores municipais para a conquista e manutenção dos espaços produtivos e de comercialização.

O terceiro projeto, **Da Invisibilidade ao Protagonismo: relações de gênero nos assentamentos, nos projetos de desenvolvimento sustentável e nos territórios da cidadania** (FERRANTE, 2013), é uma continuação do projeto anterior e tem como proposta aprofundar a análise nos papéis das mulheres rurais e das políticas públicas voltadas a elas. Além disso, como as pesquisas anteriores tiveram foco nos assentamentos constituídos nos primeiros tempos da política de reforma agrária, em assentamentos da modalidade PA (Projeto de Assentamento), uma nova conjuntura política e a criação de uma série de novos assentamentos ao longo da década de 2000, no estado de São Paulo, nos impuseram como exigências de parâmetros analíticos o tempo de constituição e a modalidade de assentamento. Por isso, nesse projeto houve a inserção de assentamentos mais recentes e da modalidade PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), além de assentamentos inseridos no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, o que foi ao encontro de nosso propósito de realizar uma pesquisa comparativa que levasse em conta conjunturas diferentes na implementação dos assentamentos.

Pretendemos, neste projeto, analisar as diferentes situações das assentadas com relação a trabalho e renda; a importância de seu trabalho na composição da renda familiar; seu papel nos sistemas produtivos dos lotes e no autoconsumo; os saberes, práticas e redes de sociabilidade das mulheres; a formação de grupos produtivos formais ou informais; como se dá o acesso ao financiamento daquilo que é de seu interesse. Por outra via, o projeto se dispõe a investigar algumas das recentes políticas públicas com foco nas mulheres rurais e avaliar o que isso tem ocasionado em termos de mudanças no cotidiano e nas relações de gênero no interior dos assentamentos. Além desses objetivos, que serão abordados no decorrer da tese, analisam-se as dificuldades enfrentadas pelos grupos de mulheres no âmbito das políticas públicas, ou seja, na relação com os agentes públicos na execução de ações voltadas a elas. Cabe esclarecer que esse projeto possibilitou idas a campo e continuidade da pesquisa da tese no assentamento PDS Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, bem como ofereceu a

possibilidade de que pudesse ser realizada uma análise comparativa de grupos de mulheres nesse assentamento em relação ao demais.

Em meio aos projetos do Nupedor, tive a oportunidade ainda de integrar a equipe da Feagri no projeto **Agroindústrias Rurais no Estado de São Paulo: construção de um modelo de investigação de eficácia e de indicadores de aprimoramento para assentamentos rurais** (BERGAMASCO, 2008). Este projeto esteve focado na análise de agroindústrias familiares em assentamentos rurais no estado de São Paulo e, mais especificamente, na construção de um modelo de investigação de tais agroindústrias. A investigação foi estruturada em três eixos temáticos: a formação de redes de relacionamento em assentamentos rurais, por meio de agroindústrias; a valorização dos espaços locais e da produção dos assentamentos; a capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. O projeto abrangeu agroindústrias familiares em vários assentamentos rurais, de diferenciadas regiões do estado de São Paulo, tais como Andradina, Promissão, Araraquara, Araras, Itapeva e o Pontal do Paranapanema. Minha participação se deu na pesquisa de campo e no acompanhamento de duas agroindústrias no assentamento Monte Alegre, uma de mulheres voltadas à panificação – que já vinha sendo objeto de pesquisa nos projetos com recorte de gênero – e outra voltada à produção de cachaça como produto derivado da cana-de-açúcar. Esse projeto trouxe a possibilidade para que eu explorasse, na tese, de forma mais aprofundada, as alternativas de agroindustrialização da produção no interior dos assentamentos conforme os recortes temáticos supracitados.

Por fim, cabe destacar minha participação no projeto **Serviços de Auxílio em Desenvolvimento, no âmbito da aplicação de políticas públicas de desenvolvimento com justiça social** (FERRANTE et al., 2011), que, mais do que um projeto de pesquisa, tratou-se de um contrato de prestação de serviço do Nupedor, bem como de boa parte do corpo docente e discente do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Uniara) ao INCRA/SP. Contrato esse que teve como objetivo principal atuar no desenvolvimento dos assentamentos e das comunidades quilombolas no estado de São Paulo. Os serviços prestados, objeto da parceria entre as duas instituições, foram divididos em três áreas: Pesquisa, Ensino e Informação. Na Pesquisa, foram realizados dois diagnósticos por região: um dos setores produtivos regionais e outro dos assentamentos e comunidades quilombolas. A delimitação das regiões seguiu conforme definição do INCRA/SP: Oeste A (Pontal do Paranapanema); Oeste B (Andradina e

Promissão); Leste (Eixo Anhanguera, Vales do Ribeira e do Paraíba); Central (Araraquara-Ribeirão Preto-Bauru); Territórios Quilombolas. Com relação ao Ensino, foram desenvolvidas atividades de capacitação de agricultores(as) assentados(as) e quilombolas em temas como produção animal e vegetal, viveiro de mudas, horticultura orgânica, biodigestão e biodigestores, saúde e gênero, entre outros, e atividades de assessoria ao INCRA em temas específicos, como sistemas produtivos, comercialização, gênero e ambiental. Em Informação, foram elaborados vídeos-documentários sobre aspectos do modo de vida nos assentamentos e sobre as políticas públicas.

Minha participação nesse contrato foi de fundamental importância não só para conhecer assentamentos das duas modalidades (PA's e PDS's) em outras realidades regionais, mas, sobretudo, por se tratar de uma pesquisa estatisticamente representativa em termos do Estado de São Paulo. Os dados da pesquisa de campo referentes à região Central, que foi empreendida entre os meses de junho e setembro de 2011, estão organizados no quarto capítulo da tese, de forma a fornecer subsídios quantitativos para a análise dos sistemas produtivos e das políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos nessa região. São destacadas as principais marcas dos sistemas de produção agropecuária constituídos nos assentamentos. Para nortear essa discussão, foram considerados os seguintes elementos: os principais cultivos e criações animais encontrados, o estágio produtivo, a destinação da produção e formas de comercialização, a divisão do trabalho familiar no sistema produtivo, a renda e o autoconsumo nos lotes, a existência e o tipo de financiamento, acesso à água e o tipo de manejo agropecuário empreendido.

Assim, no quinto capítulo, pude explorar os aspectos qualitativos por meio de etnografias multissituadas nos assentamentos de Araraquara e de Ribeirão Preto, tendo por base as experiências de pesquisa adquiridas nos demais projetos. As etnografias me permitiram aprofundar a análise em termos das estratégias produtivas e também ultrapassá-las, no intuito de captar diferentes posições e estratégias políticas e matrimoniais das famílias assentadas, que estão imbricadas às produtivas. Foram vistos casos de famílias individualmente e com diferentes perfis, entre os quais procurei explorar as relações de gênero. Também procurei dar continuidade ao acompanhamento de grupos produtivos, formalizados enquanto associações e/ou cooperativas ou não, durante o período em que foi possível realizar trabalho de campo.

INTRODUÇÃO

A idéia inicial de minha pesquisa de doutorado era investigar políticas públicas para os assentamentos rurais e a constituição do mercado institucional na região de Araraquara, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e do Programa Nacional de Merenda Escolar - PNAE. Tinha a intenção de investigar esses programas voltados à comercialização da produção de alimentos na sua relação com o desenvolvimento das famílias assentadas, tendo em vista a dimensão que eles estão tomando, principalmente a partir de pesquisas sobre a quantidade de famílias assentadas que podem ser por eles beneficiadas e sobre o aumento do volume de recursos direcionados aos programas de combate à fome nos últimos anos no Brasil. Tinha como objetivo principal investigar se eles estavam favorecendo a diversificação da produção de alimentos e as formas próprias das famílias organizarem essa produção ou se, ao contrário, impunham modelos produtivos que impedem as famílias de alcançar autonomia em seus processos organizacionais. Pretendia, também, aprofundar a análise sobre a categoria social do assentado rural, principalmente no que toca as relações das famílias assentadas com a produção de seu próprio alimento. Com isso, daria continuidade à minha pesquisa de mestrado, investigando se as políticas públicas afastariam das famílias a lógica da produção do autoconsumo ou a favoreceriam.

A análise estaria mais relacionada às políticas públicas, no intuito de verificar suas efetividades para as famílias e se elas resolveriam o gargalo da comercialização da produção dos alimentos prioritariamente destinados ao autoconsumo com a criação do mercado institucional. Também queria avaliar, comparativamente, se as políticas voltadas à comercialização da produção teriam mais eficácia do que aquelas de financiamento da produção nos assentamentos analisados, haja visto o elevado grau de endividamento das famílias assentadas. As políticas públicas que estariam em análise seriam o PAA, o PNAE, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), além de outras para financiamento da produção, como os créditos iniciais e créditos para as mulheres, programas municipais para a comercialização, como feiras, sendo que o foco estaria mais na mediação entre as famílias assentadas e agentes da assistência técnica na efetivação desses programas e seus efeitos sobre a organização da produção familiar.

Um dos objetivos específicos era investigar o papel das mulheres assentadas, já que elas têm forte participação na produção do autoconsumo e na alimentação das famílias, mas como ficaria essa situação se a produção de alimentos fosse incorporada

nas prioridades de comercialização das famílias? Interessava investigar se tais situações serviriam para alterar papéis familiares no trabalho agrícola, se contribuiriam para superar a invisibilidade do trabalho feminino ou excluí-las ainda mais do processo produtivo agrícola nos lotes. Esse objetivo estava relacionado à análise de uma possível abertura às mulheres do campo na agenda das políticas públicas.

No entanto, durante os primeiros anos do curso de doutorado, o projeto foi se alterando, ao passo que aumentava minha intenção de mudar o foco de análise das políticas públicas para as estratégias familiares e o desenvolvimento (das famílias) nos assentamentos de uma forma geral. É bom esclarecer que na presente tese o desenvolvimento será entendido mais como a dinâmica de organização das famílias assentadas e a conquista da cidadania, superando a idéia de desenvolvimento econômico simplesmente – ideia que será discutida no decorrer da introdução. O foco central não estaria mais nas políticas públicas, embora elas sejam uma das alternativas ao desenvolvimento.

O enfoque nas estratégias familiares passou a abranger um leque muito mais amplo de possibilidades para a produção e a reprodução social das famílias, em um *continuum* que vai das situações de maior subordinação aos grandes complexos agroindustriais às situações de maior autonomia, por meio da diversificação da produção de alimentos. Além disso, não há dúvidas de que esse leque se abre a muitas outras possibilidades, dentre as quais interessam também as estratégias produtivas coletivas, a opção das famílias em se juntar em grupos de produção formais ou informais, formas organizativas que constituem redes de relações que articulam famílias agricultoras no interior de suas comunidades e com os municípios do entorno, as diferentes maneiras de processamento da produção e a comercialização direta, o caráter pluriativo das famílias e seus fluxos migratórios, as influências dos agentes técnicos e regionais. Em suma, faz-se necessário considerar vários aspectos do modo de vida das famílias em um campo social especializado.

Com foco nas estratégias familiares de produção e reprodução social para o desenvolvimento das famílias assentadas, definiu-se como caminho possível a essa pesquisa a integração teórica em torno de Bourdieu (2004a; 2004b) e Bourdieu e Sayad (2006), sobretudo a noção de estratégia, conforme sugestão da banca, na ocasião da apresentação do projeto na disciplina Seminários de Teses, supervisionada pelo Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço. Assim, as estratégias familiares são tomadas no sentido de "colocar em ação" as escolhas políticas, produtivas e matrimoniais das

famílias assentadas no fazer-se dos assentamentos. A opção por alterar o enfoque das políticas públicas para as estratégias familiares procura evitar um estudo sobre as ações do Estado em si mesmas, como se elas pudessem "reger" a produção e a reprodução social no interior dos assentamentos a partir da criação de mercados institucionais, ou como se esse fosse o único ou ideal caminho para o desenvolvimento nos assentamentos. Ou seja, optei por não realizar o estudo com um referencial teórico sobre políticas públicas e descrever como elas funcionam nos casos investigados, mostrando se elas são importantes ou não para as famílias assentadas em relação à organização da produção e da comercialização, de segurança alimentar, de agricultura ecológica e também seus desafios no âmbito da gestão pública. Mas sim compreender o que considerei o inverso desse procedimento, que é a investigação das estratégias das famílias, considerando que uma das possibilidades de inserção produtiva se dá por meio de políticas públicas. A tese deixou de ser um estudo sobre um aspecto que anima a dinâmica de organização das famílias para um estudo sobre a vida social das famílias assentadas, os aspectos culturais e subjetivos e também suas relações com os demais agentes sociais.

Com a alteração das prioridades da pesquisa, foram investigados outros elementos da reprodução social das famílias, que contribuíram para mostrar que a opção por programas como o PAA e o PNAE é uma das atuais possibilidades mais relevantes nas complexas tramas de tensões nas quais os assentamentos se inserem. A política pública é entendida como um elemento externo ao assentamento, da estrutura social, que a família tem a possibilidade de participar ou não. Ao mesmo tempo, a política pública é um elemento estruturante das formas de organização da produção nos assentamentos, não só para a comercialização, mas que "molda" tanto o desenho de um lote em particular como a organização das famílias em associações e cooperativas, para possuírem contratos de fornecimento com os municípios e com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) com foco comercial em determinadas produções.

Certamente, os objetivos anteriores ligados à análise das políticas públicas não deixaram de ter importância, uma vez que elas são vitais para as estratégias familiares. Daí a opção de tomar as políticas públicas mais como um dado da pesquisa, ou analisadas em termos de suas efetividades para as famílias assentadas, com a hipótese de que, recentemente, a conjuntura das políticas públicas para a agricultura familiar avançou com a criação do mercado institucional e no atendimento de uma parte da pauta das políticas para as mulheres do campo, embora na prática elas tenham apresentado

problemas de continuidade e permanecido masculinizadas, ou seja, voltadas para o agricultor e não para a família. Nesse sentido, há que se ter em vista que entre os princípios das políticas públicas e seus resultados efetivos para os beneficiários, no caso as famílias assentadas, existe uma relação de mediação com diferentes agentes que ocasionam, além de benefícios, também rupturas, descontinuidades e expressões de paternalismo.

Compartilhei uma preocupação existente na principal referência teórica do trabalho, que é "(...) de evitar tomar como princípio da prática dos agentes a teoria que se deve construir para explicá-la" (BOURDIEU, 2004a, p.78-79), que poderia se expressar em uma teoria sobre as políticas públicas. No final das contas, isso significou procurar superar um paradigma estruturalista sem cair no subjetivismo, ou seja, reconhecer que a realidade vivenciada pelas famílias assentadas não é associada nem à determinação econômica *a priori* nem ao sujeito livre e indeterminado em suas ações. Em torno disso está a discussão das origens e trajetórias das famílias, das lutas sociais organizadas, inclusive aquelas por políticas públicas, numa perspectiva histórica das estratégias familiares, bem como a situação a partir da conquista do direito de acesso à terra e o desenvolvimento das famílias entre o *habitus*, a rede de relações com os demais agentes sociais e as diferentes conjunturas políticas desde então.

Procurei estudar o que significam as estratégias familiares segundo Bourdieu, porém localizando-as em um quadro teórico-conceitual mais amplo. Nessa contextualização passei pelas noções de campo social, de representação, de senso prático e de *habitus*, e ressaltei que as inovações conceituais de Bourdieu partem de seus estudos etnográficos em sociedades rurais na França e na Argélia. Os trabalhos etnográficos de Bourdieu mostram a condição objetivada de unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos ocasionada pelo avanço da racionalidade da sociedade burguesa. Esses trabalhos falam sobre um processo social pelo qual a moral camponesa foi destruída, com o progressivo avanço de novas racionalidades urbano-industriais sobre os agentes sociais em sua totalidade, degradando as condições objetivas e subjetivas do modo de vida rural. Trata-se de condições que forçam um progressivo esvaziamento do meio rural, que passou a ser sinônimo de atraso social, de cultura e trabalho rústicos em relação à vida moderna nos grandes centros urbanos. No interior desse processo, os camponeses são privados do orgulho de si mesmos e passam a ter vergonha de suas condições materiais e simbólicas, em função do olhar das classes dominantes. Bourdieu mostra que essa depreciação é atribuída ao poder e aos efeitos

que a ação dos agentes sociais, sobretudo do Estado e do mercado, têm sobre o campesinato.

Os exemplos sobre o mercado matrimonial do campesinato francês, especificamente no sul da França na região do Bèarn, e os reassentamentos na Cabília dos camponeses argelinos se referem mais ao modo como Bourdieu construiu inicialmente seu campo teórico-conceitual por meio de trabalhos etnográficos. Não tenho a pretensão de apresentar esses exemplos como realidades imutáveis e aplicáveis a qualquer lugar, embora a unificação material e simbólica vivenciada, esta sim, pode ser considerada presente pelo mundo todo nos processos de passagem de sociedades rurais para urbanas.

Tal discussão se liga ao tema da produção e da reprodução social nos assentamentos pelo fato de que essa condição objetivada se impõe, ainda hoje, sobre as famílias agricultoras que vivenciam dois tipos de racionalidades distintas e que poderia ser sintetizada a partir da polarização autonomia *versus* subordinação. Por exemplo, pelo fato delas possuírem alternativas produtivas mais autônomas em relação a como produzir e destinar a produção, mas condicionadas ao isolamento, ao atraso e à tendência ao êxodo em direção às cidades. Por outro lado, serem subordinadas e sofrerem assédios de agroindústrias, usinas e outras empresas de um tipo de economia capitalista, bem como por parte do Estado, em nome de uma suposta modernização. Nos dois casos, ou mesmo transitando e extrapolando entre essas racionalidades, podemos afirmar que as famílias rurais sofrem violentas crises de identidade. As suas condições de vida pressupõem processos que cada vez mais as empurram para a subordinação e/ou para a expropriação da terra e, consequentemente, para o abandono do meio rural como lugar de moradia e trabalho. Mas, igualmente, podemos pressupor que existem estratégias pela própria sobrevivência das famílias contra essa tendência mais geral, por parte daquelas famílias que insistem em permanecer no campo.

A realidade contraditória vivenciada pelas famílias assentadas me levou a associar a investigação ao processo histórico de constituição do campesinato brasileiro. Mas, no que diz respeito ao uso da teoria do campesinato, também não a uso de maneira genérica. Se existem vários exemplos que dão conta de que o campesinato existente outrora em países europeus de fato se extinguiu, como na Inglaterra, isso talvez justifique não ser apropriado usar o termo pelo risco que representa nomear uma situação que existia em tempos mais remotos sobre o que significa ser camponês. No entanto, a persistência do campesinato na contemporaneidade está associada ao fato de

existirem, atualmente, grupos sociais que vivem no meio rural com certas características que os aproximam a uma condição camponesa, expressa em modos de vida, reprodução social e cultural, sistemas agropecuários e outras formas de inserção produtiva singulares, que suscitam fortes relações campo-cidade. Para Wanderley (2003), uma suposta passagem conceitual do campesinato para a agricultura familiar deve ser vista em suas rupturas e continuidades. Dessa forma, existem modos de vida de famílias assentadas que podem ser vistos como formas continuadas e adaptadas do campesinato brasileiro no contexto da pós-modernidade.

É importante ressaltar que no decorrer da tese questionei definições como a de agricultura de "subsistência", noção que carrega forte conotação pejorativa, no sentido de atribuir ao meio rural o lugar do atraso e da miséria. Muito pelo contrário, ao julgar que a consecução da subsistência marca, juntamente com outros fatores, como o local de moradia, certo grau de autonomia das famílias agricultoras frente ao mercado de *commodities* agrícolas, entendo que sua persistência indica a possibilidade de não haver miséria. Mais do que isso, a realização da produção de subsistência pode ser considerada uma parte da história econômica do Brasil, embora uma parte "secundária", conforme afirma Delgado (2004). A constituição dos assentamentos é relevante exatamente por isso, em um primeiro plano, porque neles famílias conquistam direitos como um local para moradia e para produzir sua própria alimentação, que são habilitadores de outros direitos, como possuir um modo de vida específico no meio rural e uma atividade produtiva na agricultura integrada às necessidades urbanas.

Outra noção a ser questionada é a própria agricultura familiar, no sentido de que com ela pode-se retirar o caráter político da discussão, primeiro em relação à estrutura agrária e depois em relação à estrutura produtiva: deve-se ter em vista as disputas entre grande e pequena agricultura no Brasil e que a forma de organização da produção nos latifúndios sempre influenciou a organização da pequena produção. Existem, de fato, diferenças e correlações de força entre esses dois tipos de organização da produção, embora no interior de cada um deles haja também muita diferenciação. Mesmo nas ações do Estado são observáveis as correlações de poder – os incentivos políticos, fiscais, financeiros etc. – entre grandes proprietários de terra e (em detrimento dos) camponeses. Questiono mais especificamente se a noção de agricultura familiar, transformada em lei (n. 11.326, de 24 de junho de 2006) pode ser considerada mais como uma necessidade do Estado e das políticas públicas, trazendo consigo uma dualidade entre camponês (atrasado) e agricultor familiar (moderno), e retirando parte

de uma discussão histórica sobre a estrutura fundiária e as relações subjacentes entre a grande e a pequena produção no Brasil em favor da modernização conservadora.

Nesse sentido, há que se considerar se a noção de agricultura familiar carrega uma herança que prioriza aquelas famílias agricultoras mais "capazes" de modernizar sua produção em detrimento de outras, "incapazes", fundada em uma mentalidade produtivista que se expressa na formação dos agricultores e na sociedade orientada para o mercado e para o consumo. Com isso, em termos de estrutura produtiva, tal mentalidade pode reproduzir uma lógica que exclui grande parte das famílias agricultoras que são malogradas nos planos de modernização da produção, cabendo a elas uma ação em termos assistencialistas nas agendas políticas – o que não é pouco, embora repleta de preconceitos[2]. Uma contradição básica disso está no fato de que a estrutura produtiva convencional que visa sobretudo ao lucro, embora nem sempre ao lucro das famílias agricultoras e sim o de corporações empresariais, convive no interior do sítio camponês com as particularidades e os aspectos não-monetários do modo de vida e de produção das famílias rurais.

Para tentar superar esses problemas, procurei considerar os avanços teóricos e empíricos de estudos acerca do campesinato, sobretudo aqueles que se referem à realidade brasileira. Embora sem a pretensão de simplesmente aplicar a teoria do campesinato aos assentamentos de forma anacrônica, muito menos de abarcar todos os estudos do gênero, esse exercício se tornou bastante importante para resgatar elementos que nortearam o processo de construção da gênese da população rural no Brasil, cujas famílias assentadas são produto direto. Essa afirmativa está apoiada no fato de que as famílias assentadas, em sua imensa maioria, são oriundas das relações de subordinação decorrentes da estrutura agrária concentrada e organizada por meio das *plantations* no Brasil. Elas participam de fluxos migratórios país afora e sofrem de relações precárias de vida e de trabalho no campo e na cidade; com isso, estão permanentemente sujeitas a fragmentações culturais, seja na relação com a terra, dos conhecimentos advindos dessa relação e da sociabilidade típica da população rural. Elas possuem uma história camponesa.

Muito embora, ao ser assentada, a família tenha a possibilidade de resgatar condições que lhe garantem uma margem de autonomia em suas práticas sociais, tal

[2] Algumas abordagens podem ver essas famílias não mais como agricultura familiar, porque suas estratégias passaram a ser os programas de transferência de renda e trabalhos ocasionais renumerados fora dos espaços rurais. No entanto, ao fazer isso retira-se o processo histórico da análise sociológica.

como ocorre a uma infinidade de categorias sociais do meio rural brasileiro que sempre viveram mais ou menos dependentes das *plantations*. É justamente por vivenciarem essa realidade contraditória que eu argumento que nos assentamentos as famílias possuem uma condição camponesa, por mais controverso que seja esse argumento, que persiste atualmente e que se dá na tensa relação entre pequena e grande agricultura no Brasil, na qual estratégias para a produção e reprodução social são tomadas. Mais do que uma mudança semântica, resgatar a condição camponesa na presente tese contribui para problematizar a noção de agricultura familiar, no sentido de que a transformação de uma parte dos camponeses em produtores modernos de mercadorias não explica a permanência da população no meio rural como um todo na contemporaneidade. Nem sempre o que se entende por desenvolvimento, definido primordialmente como econômico, se aplica no caso do rural como moradia e trabalho.

Por isso, a noção de desenvolvimento das famílias nos assentamentos na presente tese está associada à expansão de suas liberdades individuais (SEN, 2000), que implica considerar os aspectos culturais do modo de vida das famílias assentadas na criação e recriação de possibilidades que elas possuem. O desenvolvimento, nesse caso, está associado à dinâmica e à evolução de organização das famílias assentadas. Isso nos leva a considerar a trama de tensões (FERRANTE, 2007), noção que deriva do conceito de campo social, conforme Bourdieu (1989), constituída no amplo quadro de influências que vai da ação do Estado em diferentes momentos à ação do conjunto de agentes regionais que animam essa trama de relações na qual as famílias assentadas estão inseridas. Junto ao quadro conceitual de Bourdieu, a dita expansão das liberdades das famílias assentadas pode ser pensada de forma relacional, a partir de suas posições em um campo social que é ao mesmo tempo estruturado e estruturante dos esquemas de percepção e avaliação dos agentes ali envolvidos. A ação, nesse sentido, está associada às trajetórias e experiências das pessoas enquanto grupo social e às suas relações com outros grupos e com o Estado, de forma que a tomada de decisões tem a ver com aquilo que os agentes percebem como possível e necessário em seu determinado campo social.

Teoricamente, o estudo situa uma categoria específica no interior das categorias sociais que povoam o meio rural brasileiro, que são os assentados rurais oriundos dos movimentos sociais e das políticas de reforma agrária. A partir da discussão da nova categoria social criada nos assentamentos, pretendo analisar a capacidade dela em (re)estabelecer processos de desenvolvimento em relação aos demais agentes locais/regionais. Tais processos foram investigados em uma perspectiva histórica que

vai da luta pela terra à luta pelo desenvolvimento nos assentamentos, enquanto partes indissociáveis da trajetória de famílias inseridas em um contexto de transformações sociais, nos quais elas assumem protagonismos sobre sua própria história ao passarem da condição de trabalhadoras assalariadas a assentadas. Contam, nas estratégias das famílias assentadas, formas próprias de organização social e produtiva, específicas formas de empregar a mão de obra familiar, a criação de novos mercados, a opção pela integração agroindustrial contratual e/ou pela inovação tecnológica, dentre outros aspectos que permitem às famílias a produção e a comercialização de produtos agropecuários *in natura* e processados. Bem como contam outras estratégias, não necessariamente agrícolas, igualmente necessárias para a reprodução social da família, tais como situações de assalariamento agrícola e urbano, a constituição da parentela no assentamento, a opção por permanecerem ligados a movimentos sociais e grupos produtivos ou não. Esses foram alguns elementos norteadores da pesquisa de campo.

O objetivo central da presente tese é captar e analisar como são os processos de organização das famílias assentadas em um espaço social especializado, o assentamento, e a diversidade de possibilidades de estratégias em seu interior. Procurei explorar a diversidade nas investigações de campo, obviamente sem a pretensão de esgotá-la em sua totalidade, mas abordando algumas posições possíveis na implantação e na evolução dos assentamentos rurais. Com isso, procurei mostrar a complexidade e o caráter multidimensional do fazer-se dos assentamentos: como diferentes grupos sociais vão desenvolvendo maneiras de organizar sua produção e reprodução social, no campo social dos assentamentos da reforma agrária na região central do estado de São Paulo.

Os assentamentos selecionados estão localizados nos municípios de Araraquara (os assentamentos Monte Alegre, Horto Bueno de Andrada e Bela Vista do Chibarro) e de Ribeirão Preto (o assentamento PDS Fazenda da Barra), nos quais o estudo empírico foi aprofundado. Tentei conectar as origens, as trajetórias e as formas pelas quais as famílias chegaram a esses assentamentos ao processo agrário regional, da concentração fundiária e dos modelos de desenvolvimento pautados no plantio de cana-de-açúcar e suas recentes mudanças, no sentido da concentração da produção e das mudanças técnicas. Ou seja, condições estruturantes da vida das famílias assentadas rurais desde antes dos assentamentos propriamente. Essa escolha possibilitou que fossem investigadas diferenças entre assentamentos de diferentes conjunturas políticas, assentamentos mais novos e mais antigos, de diferentes modalidades e sob a influência dos dois órgãos gestores, o INCRA/SP e a Fundação Itesp.

Foram investigadas as alternativas para o desenvolvimento das famílias assentadas, sobretudo as consequências da integração junto aos complexos agroindustriais no modo de vida das famílias assentadas. Por outro lado, aquilo que é produzido primeiramente numa escala familiar, ora denominada a produção para o autoconsumo familiar, um aspecto que considero básico enquanto princípio gerador do desenvolvimento nos assentamentos, vital para a organização da produção e da reprodução social das famílias nos lotes conforme seus interesses e necessidades. Estratégias familiares voltadas ao assalariamento rural e urbano, a situação dos filhos no envolvimento no trabalho no lote, os casamentos e a constituição de novas unidades familiares também estiveram em pauta. Em meio a isso, estão as ações do Estado em diferentes tempos, seja por meio da assistência técnica prestada, dos créditos e financiamentos concedidos, dos programas de comercialização, da infra-estrutura criada nos assentamentos, o vai e vem das formas associativas em grupos produtivos e a atuação dos movimentos sociais ligados à luta pela terra.

A pesquisa se justifica na necessidade de um olhar sobre o meio rural que o valorize como objeto de pesquisa. Na medida em que há, nas Ciências Sociais, um forte alerta para os cuidados com os juízos de valor em suas análises, há que se ter em conta certa falta de preocupação com seus próprios objetos. Nesse sentido, as Ciências Sociais podem até participar da desvalorização do meio rural, quando sua ênfase contemporânea está no estudo da modernidade, no modo de vida urbano e suas transformações que atingem inexoravelmente todas as instâncias reguladoras da vida. Os estudos rurais podem parecer superados, mas onde foram produzidos os alimentos que abastecem os centros urbanos? Será que não existem mais aquelas famílias que conseguiríamos imaginar enquanto camponesas? Quais são as origens e por onde passam as histórias das pessoas que estão nos grandes centros urbanos? Será que elas são desconectadas ou o mundo rural se faz presente também nos lugares de maior modernidade, interconectando o rural e o urbano? Quais são os processos sociais que ocorrem no meio rural e suas perspectivas de futuro?

A pesquisa procurou situar isso nas experiências de reforma agrária, entre os movimentos da globalização e da modernização e as perspectivas mais individuais, de grupos sociais que se fazem presentes no meio rural. Sem a crença de que seja inevitável o fim do campesinato, nem de que todo espaço agrícola deva ser ocupado pela produção intensiva de *commodities*, acredito em processos de recriação da categoria, aquilo que Van der Ploeg (2008) chama de recampenização. Wanderley

(2003) situa as perspectivas do campesinato entre a globalização e a individualização, respectivamente, por meio de suas relações entre a dependência e a autonomia, porém, sem polarizar essas dualidades, a autora mostra que as estratégias transitam em um *continuun* entre a produção de *commodities* e a produção de autoconsumo mais diversificada que atende a uma esfera familiar mais imediata.

Nesse sentido, existem algumas dimensões do rural que devem ser destacadas no debate atual. Primeiro, contra as tendências de desqualificar o rural como agrícola, pois a produção agrícola extensiva e "moderna" supostamente daria conta das necessidades humanas. Contra essa idéia, além de qualificar o rural como agrícola, há que se investir na idéia de comunidade de produção e de modo de vida, porém em uma nova espacialidade. Se em outros momentos a ruralidade parecia homogênea e as categorias sociais do meio rural supostamente desapareceriam com o avanço da modernização agrícola e agroindustrial, em contrapartida podemos dizer que nas últimas décadas emergiram novas dinâmicas que mudaram tais concepções, sobretudo tendo-se em vista novos processos de dominação entre os agentes do meio rural, do Estado e das empresas dos setores agroalimentar e energético.

Ao mesmo tempo em que aumentam as preocupações com a produção de alimentos saudáveis e energia limpa, também com a segurança e a soberania alimentar, com a proteção ao meio ambiente e à diversidade cultural, estudos sociais sobre o rural contemporâneo se recriam. Avançam as investigações acerca das políticas ambientais e territoriais sobre o meio rural. Questões como a gastronomia, o turismo e o patrimonialismo recolocam o rural como objeto cultural. O rural também passa a ser visto como lugar de moradia para se ter mais qualidade de vida, que não é isolado dos fluxos de informações da pós-modernidade, mas um rural que possui dinâmica e uma grande variedade de categorias sociais, cujos modos de vida expressam a multifuncionalidade e a pluriatividade. Sobretudo, o mundo rural como categoria sociológica é um campo privilegiado para o estudo das relações homem – natureza e local – global, bem como da subjetividade dos indivíduos e das famílias no meio rural.

Enfim, é notável o crescente interesse da comunidade acadêmica, da sociedade civil e dos gestores públicos por uma nova concepção social e ecológica do desenvolvimento de forma geral, sobretudo tendo-se em vista as crises (ambientais, hídricas, de abastecimento etc.) e as mudanças climáticas. Nesse sentido, ganham notoriedade os assentamentos e os demais agentes sociais do meio rural. Não poderíamos discutir questões como a distribuição da riqueza, a redução de

desigualdades, a fome e a miséria sem passar pela reforma agrária, pela agricultura familiar e pela produção de alimentos. Tampouco podemos discutir a preservação de recursos naturais e a agroecologia sem falar do modo de vida dos camponeses e das comunidades tradicionais. Por outro lado, assumir os enormes desafios que o meio rural tem pela frente implica considerar onde estão os maiores desafios da saúde, da educação, da moradia, dos transportes, da comunicação, do saneamento, da infra-estrutura em geral, ou seja, no meio rural, que possui acesso muito precário a todos esses serviços. Se entendidos também como desafios para as políticas públicas, seria conveniente acrescentar os desafios das políticas transversais da questão ambiental, de gênero, juventude, envelhecimento e sucessão familiar.

A contribuição da presente tese é propor uma análise que possa ressignificar as experiências de reforma agrária, contextualizada nos assentamentos investigados, feita a partir das estratégias de produção e reprodução social de famílias rurais, com a qual a própria noção de desenvolvimento possa ser ressignificada. Procurei realizar um estudo empírico e quali-quantitativo para dar conta de abordar algumas dessas questões na realidade investigada, a partir de uma sociologia rural relacional, com foco em processos sociais e com menos dicotomias entre espaços rurais e urbanos, procurando fundir a questão agrária e questões ambientais e alimentares.

Marco sobre o desenvolvimento

Por que estudar o desenvolvimento nos assentamentos? Por que essa visão "desenvolvimentista"? Cabe se esclarecer, já que desenvolvimento é um conceito muito discutido e discutível nas Ciências Sociais. Na presente tese, ele pode ser entendido como a evolução da dinâmica e da organização das famílias nos assentamentos.

Primeiro, pela necessidade de se retomar a discussão sobre qual desenvolvimento estamos falando, sobre os papéis do Estado e dos grupos sociais levando-se em conta as questões sociais e ambientais, superando a idéia de desenvolvimento econômico. É uma discussão ligada ao fato de que, a partir do momento que as famílias são assentadas, há uma tendência de se buscar o desenvolvimento econômico, sobretudo por meio de atividades agrícolas, e isso se dá a partir dos próprios incentivos governamentais. Ou seja, a criação de assentamentos pode ser entendida em parte como uma política pública para se dinamizar economicamente as regiões, apoiada na suposta reestruturação agrária e na luta dos movimentos sociais. Pode-se associar ainda o desenvolvimento ao progresso material das famílias

assentadas, já que elas também estão em busca de melhores condições de vida por meio do aumento da renda advinda do lucro de suas lavouras ou de atividades não-agrícolas e com salários de serviços fora do lote. Seja fonte de trabalho agrícola, seja produtiva apenas por vender a força de trabalho, desse ponto de vista pode persistir uma idéia de que o desenvolvimento das famílias assentadas se restringe ao aspecto da reprodução econômica.

Porém, como será tratado na tese, também contam, nas estratégias familiares para o desenvolvimento nos assentamentos, dimensões simbólicas de sua reprodução social, ou seja, porque elas querem continuar no meio rural como um local digno de moradia e para terem melhores condições de criarem seus filhos, querem continuar tendo um determinado padrão alimentar, entre outros aspetos ligados mais à qualidade de vida, por estarem próximos à natureza, se sentirem de alguma forma integrados a ela e se representarem enquanto cultivadores da terra e produtores de alimentos. Para as categorias sociais que habitam no meio rural, de forma geral, há uma tendência de existirem outras relações com a terra e com a produção, de forma que não existe uma completa concepção de que a terra seja apenas um fator de produção de valores de troca, mas também de valores de uso. Então, não é só a questão da monetarização e modernização da produção, mas elas usam aquele espaço do assentamento para desenvolverem atividades que não geram renda diretamente, como, por exemplo, a produção do autoconsumo e a prática da ajuda mútua, bem como podem ficar à margem de qualquer atividade produtivista mesmo tendo terra e trabalho disponíveis, em função de como se dão as suas condições objetivas de participar de determinados mercados.

Tais elementos foram documentados em falas de assentados sobre como eles possuem o "clima de roça", pela dificuldade ou recusa em se adaptar ao ritmo frenético e caótico das cidades, por se sentirem mal na cidade e quererem voltar rapidamente ao assentamento logo após realizarem atividades que necessariamente devem ser feitas nas cidades, como ir ao banco, ao cartório, comercializar a produção etc. Ou também por se recusarem a realizar uma colheita de frutas quando o preço não recompensa o próprio trabalho, ao relatarem que preferem deixar as frutas para os passarinhos ou deixar que caiam no chão para que reproduzam o ciclo natural, ao invés de serem explorados por atravessadores. Outros assentados criticam a quantidade de agrotóxicos que devem ser jogados na terra para se forçar a produção, pois isso contamina todo o território onde se encontram. São alguns exemplos de que a vida e o trabalho nos assentamentos nem sempre estão ligados à necessidade de desenvolvimento econômico.

Para discutir a noção de desenvolvimento nesses termos, a idéia de expansão das liberdades individuais de Sen (2000) é emblemática de uma perspectiva relacional e propícia ao estudo dos assentamentos. A partir do momento que a pessoa teve acesso ao direito à terra, quais são efetivamente as possibilidades, com base nas estratégias, das pessoas adquirirem expansão de liberdades? Pretendo localizar quais são essas liberdades, em uma determinada conjuntura política e econômica, do ponto de vista das famílias assentadas. Por exemplo, o avanço da reforma agrária e a conquista dos assentamentos estão ligados ao direito à moradia, à alimentação adequada, ter uma atividade produtiva e acesso a uma renda monetária, ou seja, o assentamento passa a ser um espaço que possui abertura para esse tipo de expansão de liberdades. Mas isso se dá em meio a uma trama de tensões, constituída por diversos agentes que se dispõem e disputam as possibilidades que as famílias assentadas efetivamente têm em termos de estratégias produtivas e reprodutivas e interferem nos rumos desse processo. Como usar o solo, como comercializar sua produção, como se organizar no interior dessa região, como a casa será construída, onde e como será a escola dos filhos e como elas irão se reproduzir socialmente são decisões que se tomam por meio de informações que advêm de um espaço social constituído e especializado. No interior desse espaço, as vontades e os interesses das famílias têm possibilidade de alterar a realidade vivenciada, muito embora ele seja constituído objetiva e subjetivamente por constrangimentos estruturais.

As estratégias de diversificação da produção de alimentos, por exemplo, podem gerar autonomia para as famílias assentadas, em pelo menos alguns aspectos: não depender da comercialização de um único produto agrícola e também de um único canal para produzi-lo; a agricultura praticada assume características tradicionais, com o uso dos recursos disponíveis localmente, de forma que os assentados podem deliberar sobre a melhor prática a ser utilizada e reduzir seus custos; é uma produção que promove segurança alimentar para as famílias e que também pode entrar, sem tantos entraves, no circuito da comercialização. São pontos que certamente contribuem para a expansão da liberdade das famílias assentadas, que lhes dão possibilidades para agir sem se subordinar diretamente a um sistema de controles e de poderes, levando-se em conta seus interesses.

Portanto, o desenvolvimento nos assentamentos é visto sob a ótica de uma trama de tensões, na qual diversos agentes sociais se dispõem e disputam as possibilidades e os rumos que as famílias efetivamente têm em termos de estratégias produtivas. Vários interesses movem tais agentes, mas nem sempre eles coincidem e isso gera uma trama

de tensões na qual as ações de cada um estão sempre em relação uns aos outros. A trama de tensões (FERRANTE, 2007), utilizada como instrumento analítico de compreensão da realidade, tem se mostrado útil na reconstituição de aspectos críticos da realidade dos assentamentos, uma vez que estão em disputas distintos projetos de desenvolvimento, que têm motivações e consequências sociais diferentes. A noção de trama de tensões implica analisar o desenvolvimento na trajetória dessas experiências de reforma agrária, frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade lhes impõe, sobretudo através dos agentes do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses agricultores, igualmente agentes sociais de suas próprias histórias (FERRANTE, 2010).

Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento não pode ser dissociado da expansão das liberdades individuais. No caso dessa investigação, isso se reflete na possibilidade dos assentados terem as rédeas de suas iniciativas em suas mãos, o que é contrariado, por exemplo, pelos constrangimentos impostos através da integração com setores agroindustriais e pela política de assistência técnica, pelos controles e medidas restritivas da autonomia dos assentados. Trata-se de uma abordagem relacional de assentamentos e desenvolvimento que não seja ditada por uma lógica externa, nem implique uma subordinação a um sistema de controles e de poderes (FERRANTE, 2010). É a expressão do querer a terra não apenas como ponto de partida para a produção de valores de troca e pela lógica de monetarização da produção, mas também pela garantia da segurança alimentar e do respeito às suas singularidades, ao fato de serem portadores de saberes, de iniciativas de cooperação que podem acarretar um caminho distinto daquele que lhes é imposto pelos mediadores internos e externos.

Para Sen (2000), a liberdade é central para o processo de desenvolvimento, no sentido de que pode ser medido se tal processo trouxe aumento da liberdade para as pessoas. Para isso, deve ser considerado se as pessoas são agentes de seu próprio desenvolvimento. Então, o desenvolvimento não se confunde com o crescimento econômico, que pode ser medido com o aumento da industrialização, do PNB (Produto Nacional Bruto) ou rendas individuais que, embora sejam indicadores importantes, não explicam sozinhos as questões sobre o aumento da liberdade das pessoas. Só o aumento da renda não garante acesso a bons serviços em educação, saúde, moradia ou alimentação, como também não garante a possibilidade das pessoas participarem dos processos decisórios em termos de direitos cíveis ou sobre o progresso tecnológico que afeta diretamente suas vidas. Existem liberdades de diferentes tipos.

Ser agente de seu próprio desenvolvimento possibilita fortalecer outras condições de liberdade: "a ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva (...) o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas" (SEN, 2000, p.19). Um exemplo disso está no fato de que o assentamento propicia moradia e alimentação como condições habilitadoras para outras liberdades. Outro exemplo seria o caso das políticas públicas com fóruns participativos, nos quais as pessoas beneficiárias têm voz e poder decisório para participar das redefinições de investimentos públicos em espaços locais.

Falar de liberdades individuais, bem como de aspectos simbólicos do desenvolvimento, não significa excluir ou diminuir a importância do mercado como mediador da vida social, apenas faz-se necessário reconhecer que mercantilizar todas as relações sociais obscura outras dimensões da vida. Não se faz aqui uma crítica generalizada ao mercado, pois ele gera crescimento econômico e isso também pode trazer liberdade às pessoas. Mas esse não é absolutamente o único indicador para o desenvolvimento. A crítica ao mercado é direcionada às possíveis privações que ele impõe à inserção de grupos sociais, por exemplo, que impedem as pessoas participarem de um mercado de trabalho mais amplo, vide os casos dos trabalhadores volantes ou dos jovens no meio rural. Também a capacidade de pequenos agricultores familiares inserirem seus produtos em mercados mais abrangentes é limitada, pois existem restrições sistemáticas e poderes exercidos por grandes corporações no sistema agroalimentar, como a imposição de pacotes tecnológicos e as exigências intransponíveis da vigilância sanitária.

São esses aspectos do mercado que criticamos aqui, sobretudo seus efeitos na persistência de privações sofridas por certos grupos sociais "excluídos dos benefícios da sociedade orientada para o mercado, e os juízos, inclusive as críticas, que as pessoas podem fazer sobre diferentes estilos de vida e valores associados à cultura dos mercados" (SEN, 2000, p.22). Seria preciso, a partir dos exemplos que venho dando, que o grande contingente de trabalhadores volantes migrasse para os canaviais em busca de trabalho e renda se tivesse meios dignos de viver e trabalhar em seus locais de origem?[3] Ou que as famílias assentadas na região do presente estudo fossem forçadas a

[3] Esse aspecto será retomado no capítulo 2 com o exemplo da etnografia empreendida por Menezes (2002) sobre as condições de vida e trabalho dos migrantes nos seus locais de origem e nos canaviais.

alternativas produtivas que lhes restringem a liberdade, expressas sobretudo nas amarras que a integração agroindustrial representa?

A idéia de desenvolvimento como liberdade integra dimensões econômicas, sociais e políticas. A consideração de cada uma delas envolve as demais, de forma que estão interligadas. Permite apreciar o papel de vários agentes e instituições, governo em vários níveis, partidos políticos e movimentos sociais, sistema educacional, mídia, entre outros. Por outro lado, permite que os valores sociais e os costumes, ou seja, dimensões da cultura do grupo analisado sejam valorizados no processo de desenvolvimento, pois estão relacionados à liberdade que as pessoas desfrutam e à sua livre deliberação em termos de modo de vida – por exemplo, na consideração sobre igualdade entre os sexos, cuidados com os filhos, padrões alimentares e de sociabilidade, preocupações com o meio ambiente.

Nesse sentido, estão em análise relações como renda *versus* realizações pessoais; riqueza econômica *versus* viver como gostaria; produzir mercadoria *versus* gerar capacidades. O que vai de encontro àquela idéia de que o aumento da renda, ou o dinheiro propriamente, por si só não garante saúde, educação, felicidade e realização. Para uma família agricultora, o simples fato de se tornar produtora de mercadorias e se inserir em mercados modernos não lhe garante ser geradora dessa nova capacidade, senão como aplicadora de pacotes tecnológicos e como forma de submissão a uma cadeia produtiva[4]. A expansão das liberdades pode ser considerada um meio para se viver como gostaria, mas não pode se desvincular da subordinação e da coerção à liberdade que as pessoas estão historicamente submetidas, como é o caso do agricultor expulso da terra, mas também daquele que adota um pacote tecnológico ou da negação da liberdade política para quem vende sua lealdade ou seu voto em troca de favores, melhores posições, uma cesta básica etc. A ideia de liberdade envolve "tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais" (SEN, 2000, p.31).

Outra idéia-chave do desenvolvimento na presente tese é uma referência de Furtado (2000), na qual ele deve ser avaliado não apenas em termos "do incremento da eficácia do sistema social de produção", mas também "da satisfação das necessidades

[4] Para Sen (2000), a persistência da fome em diversos países está associada à falta de liberdade: "os dois países que parecem liderar a "liga da fome" no mundo são a Coréia do Norte e o Sudão – ambos exemplos notórios de governo ditatorial" (SEN, 2000, p.31). Outros exemplos, segundo o autor, se dão em países colonizados governados por influência externa, cujos mandatários são desinteressados dos interesses daquele povo, que controlam um sistema agroalimentar voltado aos interesses da circulação mundial de *commodities* agrícolas em detrimento ao abastecimento interno.

elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos" (FURTADO, 2000, p.22). Esta concepção remete a uma análise mais integrada de desenvolvimento, que imbrica aspectos sociais e ambientais além de econômicos, o que aproxima o conceito ao desenvolvimento sustentável, assim como o concebe Sachs (2002). Este autor indica que existem várias dimensões a serem avaliadas no processo de desenvolvimento, sendo consideradas dimensões básicas: social, econômica e ambiental. Não menos importantes, o autor considera também as dimensões cultural, energética e ecológica, entre outras.

São idéias que vão ao encontro da preocupação em investigar as estratégias familiares para o desenvolvimento nos assentamentos por meio das motivações sociais e pré-disposições culturais, ou seja, não apenas em termos de retorno financeiro e de crescimento econômico. Daí que sua avaliação leve em consideração as escolhas e o bem-estar das famílias assentadas, o fato delas serem portadoras de saberes e práticas culturais, poderem colocá-los em prática no intuito de deter uma parcela de controle e autonomia sobre os processos produtivos em seus lotes agrícolas; ou não, em situações nas quais as decisões sobre o que produzir ficam inteiramente subordinadas aos condicionantes estruturais que lhes são impostos.

Para dar uma ideia de como vem sendo trabalhada essa perspectiva, no assentamento Monte Alegre, percebe-se, a partir de um contínuo trabalho de campo, que uma estratégia produtiva prevalece como expressão de acomodação em termos de caminhos para o desenvolvimento: as parcerias dos assentados com agroindústrias, principalmente dos setores canavieiro e granjeiro. Aproximadamente 270 lotes, de um total de 366 lotes, estavam envolvidos na parceria para o plantio de cana agroindustrial na safra 2009-2010. O acompanhamento dessa alternativa produtiva vem sendo feito não apenas quanto ao seu retorno financeiro, mas também quanto aos seus efeitos em termos sociais e ambientais. As relações contratuais e os pacotes agrícolas utilizados para atender às exigências de produção das agroindustriais acabam representando as amarras a que ficam submetidos os assentados, num tipo de parceria junto a atores sociais que possuem poder econômico e político muito superior e que vem demonstrando grande assimetria na relação entre os "parceiros" (FERRANTE, BARONE, 2011).

Por outro lado, vimos acompanhando as políticas públicas com foco na segurança alimentar. O PAA, por exemplo, foi criado em Araraquara logo em seus anos

iniciais, mais especificamente em 2003, e acabou abrindo possibilidades para que o excedente da produção de alimentos voltados primordialmente ao autoconsumo familiar se inserisse socialmente ao município. Isso passou a representar uma inovação na gestão pública dos assentamentos. Em pesquisa de campo mais recente, verificamos que o produto de alguns sistemas produtivos, como a horta, já está sendo mais comercializado via PAA do que consumido pelas famílias (DUVAL et al., 2012). Na medida em que se torna uma estratégia produtiva que garante regularidade quanto a um retorno financeiro satisfatório às famílias assentadas, o escoamento dos alimentos via executivo municipal torna-se também importante enquanto alternativa de desenvolvimento que leva em conta os interesses da família assentada, pelo menos em produzir aquilo que é de sua própria alimentação.

Portanto, as ações do poder público são analisadas por meio de suas influências em relação às estratégias familiares, sobretudo os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o que eles têm implicado no âmbito do trabalho familiar nos assentamentos. Outras políticas que vêm se mostrando capazes de incrementar a diversificação e a formação de grupos de produção e comercialização (independentemente de formas associativas formais) são aquelas de financiamento e a própria atuação da assistência técnica. Dentre as que têm maior destaque na presente investigação são os créditos de fomento iniciais, especialmente aquele direcionado para a mulher, além do Pronaf. Também foi dada especial atenção quando os municípios realizaram fóruns do Orçamento Participativo e outros programas, como a realização de feiras do produtor, que privilegiam a participação dos(as) assentados(as).

Igualmente, pretendo inserir o recorte de gênero na análise, no sentido de investigar o papel das mulheres no desenvolvimento das famílias: quais são suas obrigações no interior do lote agrícola e como elas têm se organizado e mobilizado para dar visibilidade às suas demandas junto ao poder público. Uma recente pauta de políticas públicas voltadas às mulheres rurais, principalmente por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, vem trazendo novas oportunidades e direitos a elas, mas ainda falta avaliar se efetivamente isso tem alterado lógicas culturalmente enraizadas. Ou seja, se as políticas públicas continuam masculinizadas e se estão tendo propósito efetivo para as mulheres.

A contraposição com alternativas ao desenvolvimento via integração aos complexos agroindustriais se dará por meio da análise das “parcerias” com os setores

canavieiro e granjeiro. Tais parcerias também serão investigadas sob o recorte de gênero, descrevendo papéis e vontade política, bem como o poder de decisão de homens e mulheres em relação às parcerias.

Notas Metodológicas

Toda a construção metodológica da presente tese é vinculada ao ciclo de pesquisas capitaneado pelo Nupedor. Porém, é bom esclarecer que se os projetos atuais abordam a temática que envolve a trama de tensões e os ciclos de desenvolvimento dos assentamentos, esses projetos dão continuidade a uma pesquisa longitudinal que já acumula mais de trinta anos de investigações e que acompanha esse processo desde as greves dos trabalhadores volantes até as mais recentes alternativas e mudanças conjunturais dos assentamentos do Estado de São Paulo. O ciclo de pesquisas começou antes mesmo da instalação dos primeiros núcleos de assentamentos na região de Araraquara, os núcleos I e II da Fazenda Monte Alegre, em 1985, com estudos sobre os trabalhadores volantes nos canaviais e as greves dos trabalhadores rurais no final de década de 1970 e que se desdobraram até meados da década de 1980 (FERRANTE, 1992b).

A luta pela terra desse assentamento teve início na reivindicação por melhores salários e condições de trabalho nas greves no município de Guariba/SP e outros da região. O início de suas lutas foi o processo de proletarização e a imposição de um aumento de produtividade da colheita manual da cana-de-açúcar, de cinco para sete ruas de cana por cortador/dia, mas as greves foram também momentos de eclosão de um sentimento de revolta frente às péssimas condições de vida nos alojamentos e nas cidades-dormitórios (BARONE, 1996). A falta de acesso a alimentos e à água foram condições objetivas dos bóias-frias que se mobilizaram em torno do Sindicato de Trabalhadores Rurais, sendo que uma das pautas era a reforma agrária.

A proletarização desses trabalhadores levou muitos deles a ver na luta pela terra uma saída para sua reprodução social e como forma compensatória para receber salários atrasados, também como reação à perda do emprego mostrada pela participação nos movimentos grevistas. A representação social que tinham e que foi demonstrada por pesquisas (FERRANTE, 1992a; SILVA, 1999) era de que o bóia-fria era um fim de caminho, era a ideia do fracasso social que poderia ser mudada com a condição de pequeno produtor. Foi a partir do movimento social e da organização dos trabalhadores para o enfrentamento à monocultura, via reforma agrária, que os assentamentos rurais

surgiram nessa região, ou seja, são partes de um processo social de exclusão da terra, de proletarização do trabalho agrícola, de lutas sociais e do papel do Estado frente à intensificação dos conflitos. A luta pelo desenvolvimento nos assentamentos pode ser considerada a continuidade desse processo. Tais aspectos, da luta pela terra nesta região, serão retomados no terceiro capítulo, quando da caracterização do universo empírico.

O primeiro grande projeto[5] realizado no âmbito do Nupedor resultou no primeiro censo de assentamentos rurais do estado de São Paulo[6]. Nos dados censitários apareceram os primeiros "retratos" dos assentamentos de Araraquara. A principal técnica de coleta de informações foi um questionário que abrangia várias esferas da vida das famílias assentadas (produção/produtividade, saúde, educação, infra-estrutura, entre outras). Esse projeto teve como principais resultados a construção de perfis sócio-econômicos dos primeiros assentamentos do Estado de São Paulo e a publicação do primeiro Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, no ano de 1995.

No entanto, os dados censitários não expressavam por si só as experiências das famílias assentadas e, com isso, corria-se o risco da pesquisa realizar um retrato a-historicizado dos assentamentos, retirando-lhes o caráter dinâmico e vívido do processo social. Além das informações mais objetivas a respeito da vida em construção nos assentamentos, a pesquisa se mostrava disposta a entender os assentamentos e os assentados em suas origens, trajetórias e modos de vida, tomando-os não como realidades estáticas. Por isso, além de dados quantitativos, se fez e se faz necessário a busca das falas dos assentados e dos diferentes membros da família assentada rural através da observação direta, participativa e continuada. Assim, o censo estimulou a continuidade das investigações e o desenvolvimento de outras técnicas de pesquisa por parte do grupo, para o acompanhamento das experiências. Inspiradas em Tavares dos Santos (1991), as coordenadoras do núcleo passaram a realizar as pesquisas em assentamentos na perspectiva de uma sociologia dos processos sociais agrários, tendo-se claro sua multidimensionalidade para além de seu imediatismo empírico (FERRANTE, 1999).

Além dos questionários, outras técnicas de pesquisa passaram a ser exploradas a fundo nos projetos subseqüentes, como o diário de campo, a fotografia, o desenho, a

[5] Trata-se do projeto **Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo**, sob coordenação da Profas. Dras. Vera Lúcia S. Botta Ferrante e Sonia Maria P.P. Bergamasco, projeto igualmente com apoio da FINEP e FUNDUNESP. Duração 1989-1995, sendo financiado como auxílio-integrado pelo CNPq entre 1993 e 1995.

[6] FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995.

entrevista gravada e o cuidado com sua transcrição, a tomada de depoimentos espontâneos, a filmagem, dentre outras. Nos projetos subseqüentes do Nupedor[7] o registro etnográfico por meio do diário de campo foi uma técnica privilegiada de coleta de informações, de forma que muito já se avançou nesse sentido no âmbito do grupo. Idas a campo regulares, com seus devidos registros em diários de campo, são técnicas sempre privilegiadas pelas coordenadoras do Nupedor e constituem a base da formação dos pesquisadores bolsistas que por ele passaram e estão passando, nessa "inesgotável aventura sociológica" que é a pesquisa em assentamentos rurais[8].

As primeiras investigações dos assentamentos estiveram centradas na noção de reconstrução dos modos de vida das famílias assentadas. Essa noção é o principal ponto de partida do ciclo de pesquisas sobre as experiências de reforma agrária nos assentamentos da região de Araraquara. A noção de reconstrução de modos de vida é extremamente necessária para se analisar a nova categoria social constituída nos assentamentos, que, embora não seja livre das marcas da proletarização, trata-se de pessoas que passaram a possuir uma terra que lhes deu novas perspectivas de vida.

Para Ferrante (1994), o assentamento é um espaço onde identidades são reconstruídas: "O fato de os assentados serem ex-bóias frias, em significativa dimensão, muitos de segunda geração não significa uma relação de estranhamente frente a terra" (1994, p.75), muito embora a autora tenha em perspectiva que nem todos os assentados da região de Araraquara tenham sido bóias-frias. As origens são rurais, na maior parte, ou já houve passagem pelo rural, portanto, "ir ao assentamento é voltar a terra" (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995, p.47). Isso significa que voltar à terra é uma situação na qual seus *habitus* culturais ligados à vida no meio rural podem ser retomados. Por outro lado, as trajetórias são inúmeras, mas todas marcadas pela ruptura na relação com a terra. Dentre aquilo que marca as origens e trajetórias das famílias assentadas, "não há perda definitiva de práticas tradicionais, que agora são usadas para compor uma nova identidade, harmonizando-as com as exigências da nova situação"

[7] **Assentamentos Rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades**, Auxílio-Integrado CNPq, 1996-1999, sob coordenação conjunta das Profas. Dras. Vera Lúcia S. Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Terezinha D'Aquino; **Inserção dos Assentamentos de Reforma Agrária às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e de integração ao meio ambiente**, Auxílio-Integrado CNPq, 1999-2003, sob coordenação conjunta das Profas. Dras. Vera Lúcia S. Botta Ferrante e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker.

[8] As principais contribuições sobre o avanço da utilização da técnica do diário de campo no grupo estão sintetizadas em Whitaker (2002) e Ferrante (2004), publicações nas quais foi estimulada a produção de artigos por parte dos bolsistas sobre suas experiências de pesquisa com diário de campo.

(WHITAKER, FIAMENGUE, 1995, p.63). Ferrante (1999) sintetiza essa perspectiva analítica dos estudos no âmbito do Nupedor conforme a passagem a seguir:

> Temos discutido os distintos significados da volta ao rural, não entendido como um rural bucólico que o saudosismo poderia identificar de forma romântica e equivocada. Muito pelo contrário, é um movimento histórico novo, significando reconstrução a partir de propostas culturais de resistência, porém interligadas a uma realidade conquistada a partir da luta, o que supõe uma identidade como resultado da prática (no sentido da práxis). Quando se afirma que o assentado é uma categoria nova e que a terra para o qual volta não é a mesma terra em que viveu ou viveram seus antepassados, despojada de valor simbólico, conclui-se que a construção da identidade dos assentados deve ser enfocada dentro de um universo simbólico complexo cheio de tensões e necessitando de uma "descrição densa" (no sentido dado por Geertz) (FERRANTE, 1999, p.44).

Em pesquisa de campo na região de Araraquara, Roy (1991) também identificou que as origens dos assentados eram rurais, porém em suas trajetórias havia passagens por vários Estados com migração intensa entre o campo, a cidade e o campo novamente, lugares nos quais havia a experiência em diferentes tipos de trabalho. Já no assentamento, "a esperança de poder se colocar num lugar seu, onde seu trabalho permita fazer viver decentemente sua família, onde possa projetar um futuro para sua descendência, se dar raízes, um lugar onde possa se formar, onde a marca de seu esforço seja durável" (ROY, 1991, p.28). Bergamasco, Ferrante e D'Aquino (1990) apontaram que nos assentamentos podem ser colhidos depoimentos que confirmam essas andanças, que expressam uma outra forma de enxergar as conseqüências da modernização agrícola sob o prisma daqueles que foram expropriados da terra; portanto, esses depoimentos são essenciais para se compreender a nova categoria social das famílias assentadas.

Os estudos foram centrados na categoria de famílias que se formam no assentamento nos diferentes tempos sociais, porém sempre relacionadas às suas conjunturas políticas e econômicas mais amplas. Não se pode tomá-las como categoria de análise fechada, pois, mesmo possuindo origens e trajetórias semelhantes ligadas ao assalariado rural, aos ciclos migratórios rural - urbano - rural e o mesmo tempo de assentamento, cada núcleo tem um desempenho produtivo conforme suas próprias especificidades. Isso tem exigido da pesquisa um cuidado epistemológico "(...) para não se passar da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito, como se essa passagem pudesse dar-se mecanicamente, sem uma atenção ao processo pleno de contradições dos assentamentos" (FERRANTE, 1999, p.20). Se o

espaço social dos assentamentos desafiava qualquer exercício teórico, a pesquisa mostrou-se aberta para os diferentes pontos de vista, pela combinação de instrumentos conceituais e pela construção de noções (TAVARES DOS SANTOS, 1991 apud FERRANTE, 1999, p.22), buscando dar conta dos fenômenos e em função da dinâmica vivenciada nesses espaços sociais.

Não que um ecletismo teórico-conceitual grosso fosse apregoado nos estudos sobre os assentamentos, tampouco que o caminho seria simplesmente submeter a teoria ao empirismo da prática dos agentes sociais. Entretanto, cabe observar o quanto tem de artificial na postura do pesquisador que vai a campo, quando muito, sem identificar os limites e mesmo os descompassos entre os conceitos e a realidade dos assentamentos. Ferrante, inspirada por Tavares dos Santos, recorreu ao que este denominou de construção de idéias-elementos, de modo a enfrentar a realidade pela via do pensamento analítico. Os assentamentos constituem processos sociais complexos, "(...) o que tem imposto a necessidade de recorrer a uma ampla gama de noções – as chamadas estratégias interdisciplinares de análise – o que não nos isenta de incertezas, mas nos põe diante da necessidade de conviver com a construção de verdades relativas" (FERRANTE, 1999, p.23-24).

Algumas dimensões que podem ser consideradas na reconstrução do modo de vida nos assentamentos rurais são: o retorno ao trabalho agrícola familiar, a recuperação de um *ethos* camponês e comunitário, a reprodução social, cultural e econômica, o aprendizado e a emancipação política, a luta por autonomia, as relações de gênero, as questões ambientais, as relações com a terra, entre outras. Por outro lado, igualmente, os assentamentos são territórios reformados no interior de uma estrutura agrária mais ampla, portanto sua análise envolve, além da reconstrução de modos de vida, a reconstrução da dinâmica regional, que passa a contar com a existência deles, o que pode trazer novos elementos para se pensar políticas públicas que atuam, por exemplo, na agricultura familiar e no sistema agroalimentar.

Tendo-se em vista todas essas dimensões da reconstrução dos modos de vida das famílias assentadas rurais, vale a pena aqui diferenciar o modo de vida e o padrão de vida. É bem elucidativa a diferenciação, segundo Thompson (1998, p.34), quando pesquisas de caráter mais economicista e quantitativas procuram explicar os padrões de vida de determinados grupos sociais ou mesmo as políticas públicas por meio de índices e de indicadores. Nesses casos, muitas vezes são as considerações sobre o padrão de vida que sobressaem. Mas, para o autor, "a explicação para o descontentamento deve ser

procurado fora da esfera das condições estritamente econômicas". Por exemplo, "geralmente se aceita que o ganho no salário real foi substancial para a maioria" (ASHTON apud THOMPSON, 1998, p.36), e com isso se aceita que está havendo crescimento, desenvolvimento ou contentamento para a maioria das pessoas. Estudos desse tipo se apóiam em análises estatísticas, padrões e médias, e tais dados podem mesmo fundamentar julgamentos sobre o bem-estar e a felicidade do povo com base em grandes indicadores sociais de um ponto de vista de bem-estar que é sempre muito carregado de subjetividade e juízos de valor dos próprios pesquisadores, quando não dos gestores políticos. No caso de famílias agricultoras, é extremamente difícil mensurar monetariamente a produção e seus ganhos em renda e salários, pois se encontram indivisíveis e em cada ano agrícola podem ser diferentes.

Já o modo de vida pode ser considerado a dimensão descritiva de um informante, nas mesmas condições descritas no parágrafo anterior, sobre se sua vida melhorou ou não. São dados de caráter mais literário, descrições e avaliação qualitativa, que necessariamente procuram levar em conta a alteridade, ou seja, respeito a formas diferentes de *estar* no mundo. A comparação entre análises sobre padrões e modos de vida pode trazer resultados totalmente opostos para os mesmos fenômenos, por exemplo: "Um incremento *per capita* em fatores quantitativos pode ocorrer simultaneamente a um grande transtorno qualitativo no modo de vida do povo, no relacionamento tradicional e sanções sociais. O povo pode consumir mais mercadorias e sentir-se menos feliz ou livre ao mesmo tempo" (THOMPSON, 1998, p.37). Na concepção de Thompson (1998, p.64), "a terra carrega sempre outras conotações – de *status*, de segurança e direitos – mais profundas do que o simples valor da colheita", o que certamente se concilia com o modo de vida nos assentamentos.

Não significa que exista ou deva existir um mecanismo teórico-conceitual capaz de mensurar os aspectos culturais do modo de vida, já que o autor é declaradamente contra qualquer noção utilitária de mensuração (econômica), como se um fato vivo e dinâmico pudesse ser medido fora de um processo histórico. Por outro lado, existe a necessidade, para o pesquisador, de um acompanhamento das situações, ou de estar presente em determinados momentos do processo histórico investigado, pois, "ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora" (THOMPSON, 2008, p.185). Continua o autor: "Isso pode explicar porque os praticantes teóricos se recusam a admitir a evidência histórica em seus seminários (...). Os valores não são 'pensados', nem

‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias” (THOMPSON, 2008, p.194). A apreensão de tais valores pode se dar pelo contato com as pessoas, pela pesquisa que passa, dentre outras, pela noção de experiência, ou seja, as pessoas “experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas” (1981, p.189). O conceito de experiência, no entanto, não significa uma total autonomia das pessoas em relação a suas consciências morais, pois são mediadas pela cultura e pelas circunstâncias históricas – estruturais e conjunturais.

A recusa em aceitar modos de vida que diferem aos padrões de vida moralmente aceitáveis, que são ligados à moral burguesa, obstaculiza o olhar e a compreensão da grande diversidade de situações existente. De forma semelhante, certos estudos ressaltam apenas a história dos dominantes em detrimento da história dos dominados e, dessa forma, constroem uma noção parcial e distorcida de história “oficial”. O autor coloca isso nos termos de que os valores morais também estão ligados à ideologia. Se a moral, como um todo, for condicionada à moral burguesa, implica-se a reiteração do predomínio da ideologia burguesa[9]. Mas podemos afirmar que existem sempre concepções de mundo (e ideologias) que estão em disputa. É justamente a partir dessa polarização que alguns teóricos colocam que os camponeses estão fadados ao desaparecimento se não conseguirem se inserir na racionalidade econômica ou se enquadrar na categoria de agricultura familiar.

As expectativas de vida e comportamentais não são generalizáveis, já que elas são apreendidas, primeiramente, na família, no trabalho e na comunidade mais imediata. Por isso o trabalho etnográfico é fundamental, pois ele dá subsídios para o contato e para o olhar sobre esses lugares onde há regras e estratégias específicas a serem observadas e levadas em conta, já que são evidências históricas. O que Thompson sugere, para o presente estudo, é que se faça mais um sistema teórico coerente com a

[9] Para Gramsci (1989, p.16), ideologia é toda concepção de mundo que se transforma em algo muito grandioso, aceito ou imposto às grandes massas humanas das mais variadas classes e estratos sociais. Mas isso implica que tal concepção tenha repercussões em várias dimensões da vida, desde as artes e a religião, até os direitos e as atividades econômicas e, desta maneira, orienta as práticas cotidianas. Segundo o autor, a ideologia funciona como um cimento que conserva a unidade ideológica de um bloco social. As relações sociais de produção, por exemplo, não são possíveis sem o controle ideológico dos trabalhadores; ou seja, se as forças materiais são o conteúdo, a ideologia é a forma de exercer o controle.

cultura e a experiência humana e se abandone práticas teóricas repressivas para a explicação da complexa realidade social, em toda sua singularidade de situações.

Igualmente, Gramsci pensa que não é possível estudar os problemas e a construção social sem o contato com pessoas "simples". O desenvolvimento do pensamento só pode ocorrer a partir da crítica e da superação do pensamento precedente – ou mundo cultural existente. Pode ser apreendido no senso comum e o contato com as pessoas é a fonte desses problemas, que uma ou outra hora precisam ser resolvidos pela elaboração crítica, científica (às vezes, "interessada") e coerente, que deverá levar ao bom senso. "Só através deste contato é que uma filosofia se torna 'histórica', depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em 'vida'" (GRAMSCI, 1989, p.18). A partir do contato com a realidade e através da atividade intelectual de determinados indivíduos, a filosofia dá saltos, que são como progressos do senso comum[10]. Isso reforça a necessidade do contato com a realidade dos grupos sociais e o cuidado com o registro do conteúdo de suas falas e sobre seus modos de vida (WHITAKER, 2002).

Gramsci associa o bom senso à filosofia, como expressões máximas de avanço intelectual. Tal avanço tem correspondência com as ações e escolhas que se toma na vida, não apenas por aquilo que se pensa ou fala, mas também por aquilo que se faz. E isso transcende a condição de pertencimento a uma classe social. Para ele, os grandes intelectuais não são aqueles grandes teóricos, mas sim aqueles comprometidos com causas sociais e que conseguem irradiar seu pensamento para um grande número de pessoas, que tornam suas ideias senso comum. Um processo que começa em pequena escala e que deve se irradiar para o maior número de pessoas possível. Os líderes sindicais demonstram isso divulgando ideias dos intelectuais dos movimentos sociais, como o próprio Gramsci, em atos como a organização de grandes massas de trabalhadores, lutando contra aqueles que os oprimem.

[10] No entanto, vale mais um registro, a discussão sobre o senso comum e o bom senso em Gramsci transcende as classes sociais. Falar de homens simples não implica se referir apenas às camadas populares, porque o senso comum está em todos os estratos sociais, assim como os homens simples estão. Quer dizer, na verdade, que certas pessoas, intelectuais, se ocupam com a crítica sistemática e coerente, e desenvolvem uma expressão superior de pensamento, o bom senso. Igualmente, o bom senso não é adstrito a pessoas de classes mais privilegiadas economicamente. Conforme Gramsci (1989), todas as pessoas são intelectuais, porque na própria linguagem existem manifestações de atividade intelectual. Então, existem sempre possibilidades em estado de pontilhado. Mas ao mesmo tempo a linguagem também expressa a concepção de mundo mais ou menos complexa e não está totalmente desvinculada da classe social, dos grupos sociais de afinidade e dos lugares que frequentamos. Mas o autor considera as margens que tornam possível adquirir consciência crítica ou recriar completamente uma concepção de mundo própria, que não seja apenas passiva ao que é imposto externamente.

A exposição de tais aspectos tem por intenção demonstrar metodologicamente um interesse particular e o compromisso assumido nesta pesquisa em dar voz aos sujeitos investigados e deflagrar aspectos de seus modos de vida, entre os limites de liberdade e coerção que vivenciam. No caso das famílias assentadas, há mais uma contribuição de Gramsci que dá suporte a uma visão da categoria social. O conceito de cultura em Gramsci torna-se essencial para a compreensão desses momentos de conciliação e disputa entre grupos que buscam hegemonia em um determinado campo social. Difere da noção de cultura habitualmente utilizada enquanto sistema de crenças e costumes, porque é, de certa forma, aplicável na compreensão das formas de organização da sociedade e suas transformações. Com isso, Gramsci consegue ressaltar o marcante papel das classes na transformação social, ao afirmar que a cultura é peça fundamental no processo porque é a "forma como a classe é vivida" (GRAMSCI, 1989, p.93), ou "formas de entender e viver o mundo", que precisam ser transformadoras da realidade.

Cultura, para ele, não se trata de conhecimentos enciclopédicos, pois ele é contrário à ideia de cultura como um acúmulo de conhecimento, práticas, gestos etc., que as pessoas adquirem historicamente. Cultura envolve a capacidade de ser crítico à dominação no processo social, mas envolve também o senso comum, os valores, os modos de ver e viver, mesmo os mais conservadores e reacionários.

Existem formas diferentes de entender e viver o mundo, certamente elas próprias se alteram, persistem no tempo e, por isso, também sua construção é um processo histórico. Gramsci não vê o processo histórico como mero reflexo da estrutura ou "das relações econômicas fundamentais", já que nele faz parte (organicamente) uma série de elementos que interagem para a transformação social em determinadas épocas. Tais elementos – dentre os quais podem-se exemplificar as ideias, crenças e sistemas legais, que estão no nível das superestruturas – são parte orgânica da estrutura e não elementos estratificados em seu interior.

O fato de tais elementos serem orgânicos pode ser melhor explorado a partir da seguinte citação, a respeito do que Gramsci entendia por cultura quando ainda jovem: "(...) exercício de pensamento, aquisição de ideias gerais, hábito de relacionar causas e efeitos. Mas [os trabalhadores] são cultos empiricamente, primordialmente, não organicamente. Portanto vacilam, desistem, amolecem ou tornam-se violentos, intolerantes, conflituosos, segundo a ocasião e as circunstâncias" (GRAMSCI apud CREHAN, p.95). Essa passagem, embora se referindo à maneira pela qual os

trabalhadores são cultos e não propriamente à cultura, diz respeito ao caráter orgânico da cultura. Se uma classe compartilha certas ideias e crenças, por exemplo, se tem uma forma de entender e viver o mundo, para essa forma ser "orgânica", as pessoas "vivem" aquela forma de compreender e agir a todo momento, como um estado de vigília para não vacilar. A pessoa é aquilo no todo, nas formas de pensar e agir, pois, se for aquilo apenas no pensar, pode o ser somente empiricamente (num sentido mecânico) e de tomar o exterior e suas influências sem críticas.

Se não fosse assim, a cultura poderia ser tomada como algo que se adquire apenas para compreender e reagir ao mundo. Mas Gramsci não acha que a noção de cultura está desvinculada das mudanças sociais, então seu papel vai além de ferramenta para compreensão da vida. Também aqui ele insiste na importância da organização, coerentemente com sua proposta de análise social via classes, partidos e movimentos sociais. A necessidade disso estaria justamente no fato de que, sem organização e disciplina, os trabalhadores seriam cultos apenas empiricamente. Sem a organização, os trabalhadores vacilariam em seus princípios, não agiriam coerentemente ao longo do tempo[11].

Existem autores que trabalham na perspectiva de que os movimentos sociais no campo brasileiro se apoderam dessa noção muito ao pé da letra, tornando-se autoritários e impondo condutas, mas de uma forma que não ofereça a seus membros a emancipação política e social. Por outro lado, empiricamente é observável uma mudança de comportamento entre agricultores após a conquista de um assentamento rural da reforma agrária brasileira, que de uma organização coletiva de luta pela terra passa a viver de forma mais individualizada em seu lote agrícola, ou se desgarra do movimento social para formar seus próprios grupos de parentesco e/ou de afinidade. Até que ponto a organização se mantém ou se recria? E os valores, políticos antes de tudo, adquiridos nessa luta, persistem nas famílias assentadas individualmente? O que fica na família assentada a partir da experiência vivenciada na luta pela terra? São questões que foram exploradas nas etnografias nos assentamentos e que, por essa razão, foram feitas tais

[11] Já nos Cadernos de Cárcere, Gramsci desenvolve a noção de cultura como "organização, disciplina do eu interior, uma conciliação com a personalidade de cada um; é atingir uma consciência mais elevada, com a ajuda da qual a pessoa consegue compreender o seu próprio valor histórico, a sua função na vida, os seus direitos e obrigações" (GRAMSCI apud GREHAN, p.97). Conforme Grehan, o conceito de cultura para Gramsci é um auto-conhecimento crítico daquilo que estamos inseridos historicamente em termos de relações sociais, o que inclui reavaliar os limites impostos pela classe social a qual pertencemos. Além disso, o que temos com os outros em termos de relações, o que inclui as esferas dos direitos e deveres de cada um para com os outros.

considerações com base em Gramsci: justamente para contribuir na fundamentação sobre as estratégias políticas das famílias assentadas.

Retomando a discussão anterior, com relação à classificação dos produtores rurais e do campesinato, para Moura (1986, p.70-71) há uma série de autores que não escapam de classificá-los conforme leituras rígidas do censo agrícola. No entanto: "É necessário lembrar que, sem construções teóricas que ajudem a interpretar a matéria-prima das representações e relações sociais, qualquer progresso científico torna-se impensável". Esse é, efetivamente, um compromisso da pesquisa: "(...) é preciso que a atitude do pesquisador se manifeste tanto no zelo e na minúcia com que se reúnem informações sobre as representações e práticas camponesas, como também em interpretações que contenham essas relações reais, para que a análise não se transforme num exercício vazio e formalista".

Portanto, acredito que essa é uma discussão útil para a presente pesquisa. Porém, é digno de esclarecimento que, para Antuniassi (2006, p.67): "Pensar a relação dos homens entre si, nas Ciências Sociais, de maneira a ultrapassar o pensamento do senso comum, exige uma vigilância epistemológica rigorosa, à medida que, frequentemente, essas ciências recorrem à linguagem comum para comunicar seus resultados e, portanto, estão sempre diante da possibilidade de confundir opinião do senso comum e discurso científico". A autora considera que a construção conceitual deve ser rigorosa e específica para fundamentar a pesquisa e, ao mesmo tempo que se coloca a representação das pessoas, há que se ter em vista uma conjuntura mais ampla.

O que pode ser apreendido a partir do exposto é que a análise social não pode basear-se só em estatísticas de crescimento econômico e as políticas públicas não podem ser analisadas em si mesmas (em termos de execução orçamentária, público beneficiado, dentre outros indicadores quantitativos), mas deve considerar aspectos culturais e materiais de seus efeitos e a mediação com os demais agentes. A distinção entre padrões e modos de vida é necessária quando se opta pela análise com base nas estratégias das famílias, uma vez que os números podem esconder muitas informações e evidências históricas.

Foi justamente essa a conclusão das pesquisadoras que coordenaram o primeiro censo dos assentamentos do estado de São Paulo, conforme expresso em um de seus trabalhos subsequentes:

> Diríamos que os números não revelam a matéria prima dos assentamentos: a diferenciação de projetos e expectativas, o fazer e refazer cotidiano, a desconstrução - reconstrução de estratégias, os rearranjos que passam pela reapropriação do coletivo, pela redefinição de estratégias familiares. Tal constatação nos leva a reafirmar que delineiam-se perspectivas de construção de trajetórias sociais possíveis para os sujeitos que se fazem presentes no campo de lutas dos assentamentos, enquanto virtualidades não definidas por categorias naturalizadas, situação nada animadora para quem acredita que pode resolver problemas desse espaço social produzido a nível do discurso ou da teoria (BERGAMASCO, FERRANTE, 1998, p.200).

Para Ferrante (1999), a análise dos assentamentos deve se submeter às questões práticas, fugindo de teorias absolutas e reconhecendo que não existe o monopólio de um discurso científico competente sobre eles. Afinal, "por que 'ângulos' é possível dar conta do objeto na sua diferenciação interna, na sua multiplicidade?" (FERRANTE, 1999, p.20). A autora menciona ainda que "(...) o mais adequado é sair a campo e, como aconselha Bourdieu, pôr 'em ação' as nossas teorias" (FERRANTE, 1999, p.20).

Para a investigação da reconstrução dos modos de vida nos assentamentos foi priorizada uma concepção de História e memória que deu lugar às famílias, ou seja, para além dos documentos oficiais e dados quantitativos, procurou-se pessoas que podiam dar versões sobre suas vidas na luta pelo e no assentamento. Elas possivelmente demonstram, a partir de suas experiências individuais, o que ficou na memória coletiva das famílias assentadas enquanto grupo social. A investigação baseada nessa concepção de História comparou depoimentos com documentos oficiais para uma análise dialética do processo social do assentamento. Muito além de dados censitários, deve haver um esforço de pesquisa para a compreensão das lógicas que motivam as ações das famílias assentadas, que se expressam também nas palavras ditas e não ditas, nos gestos e nas práticas sociais. Assim, "se estabelecem os nexos entre a teoria e a manifestação dos fatos nas coletas dos dados" (WHITAKER et al., 1994, p.152).

A partir das memórias de cada depoente vê-se como ocorre a formação de identidades sociais, conforme Whitaker e Fiamengue (1995): "a construção de novos espaços sociais por novos atores sociais (os assentados), os quais só construiriam seus espaços também se o construírem enquanto identidade" (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995, p.9-10)[12]. Não que a noção de identidade tenha sido absolutizada, no caso das

[12] Interessante notar que nesse trabalho (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995), são destacadas as diferenças entre as memórias masculinas da constituição dos assentamentos, que priorizam a produção e os meios de produção da vida; e as memórias femininas, que priorizam os casamentos, os filhos e os meios de reprodução da vida.

famílias assentadas, mas sim associada à construção de identidades, com "o apelo às relações, aos contrastes, ao não estabelecimento de dicotomias entre subjetividades e objetividades. A identidade não se constrói por uma soma de identificações, mas os mecanismos de identificação são fundamentais "porque refletem a identidade em processo"" (FERRANTE, 1999, p.44). Na relação entre reconstrução do território e da identidade, Whitaker et al. (1994) notaram como no assentamento coexistem duas lógicas: a da tradição, expressa sobretudo no fato de haver produções para o autoconsumo, árvores sombreando a casa e que trazem mais pureza ao ar, melhores condições em relação ao cuidado com os filhos.

Por outro lado, existe a lógica de imposição de uma nova racionalidade baseada na técnica. Esta, expressa sobretudo no assédio do complexo canavieiro, nas produções comerciais impulsionadas pela assistência técnica, nos financiamentos bancários e na própria necessidade das famílias possuírem rendas monetárias para constituir os fundos necessários à sua sobrevivência (FERRANTE, 1994). A possibilidade de crescimento econômico pela lógica monetária nem sempre era possível, tanto que a maioria das famílias assentadas rapidamente adquiriu dívidas bancárias. Essa lógica também rapidamente passou a existir na maioria dos assentamentos rurais implementados nas décadas de 1980 e 1990, engendrando processos parecidos de "empobrecimento" da população assentada. Mas a composição dos territórios com aspectos de uma lógica não-monetária parecia tornar essa pobreza um pouco menor, por exemplo, em relação ao bóia-fria que não possui a terra para plantar seu alimento. Pois, mesmo em um contexto de endividamento e de baixa produtividade agrícola, ainda assim havia uma alimentação mais saudável do que a miséria rural e urbana outrora experimentada (WHITAKER et al., 1994, p.167).

No caso dos assentamentos, é muito comum encontrar grupos de assentados com trajetórias diferentes, por exemplo, assentados que já tinham estado na luta, que já eram politizados, enquanto outros não. Então, a análise de suas estratégias depende da trajetória, de como as famílias chegaram ao assentamento e em quais circunstâncias elas chegaram ao assentamento. Ao realizar o trabalho de campo e conversar com os interlocutores da pesquisa, tenho em vista o indivíduo como alguém do grupo familiar, no seu grupo e na sua camada social, porém, considera-se a sua posição dentro daquele espaço, num determinado tempo histórico e em determinadas circunstâncias históricas. Não é só uma família, mas uma família que é um ícone representativo daquele grupo social (CÂNDIDO, 1979). Assim, pode-se perceber que essas famílias possuem

estratégias em comum, como, por exemplo, ter filhos que vão trabalhar fora para obter um salário. Para essas famílias é uma satisfação simbólica, o pai fica satisfeito quando o filho é funcionário da usina, não como bóia-fria, mas como técnico da usina. Para ele é simbolicamente importante que o dinheiro que o filho ganhe todo mês componha os rendimentos da família e que as condições materiais da família estejam melhorando.

Isso implica que as estratégias familiares não são apenas aquelas no interior do lote, mas estratégias pelas quais a família possua circunstâncias de vida com maiores possibilidades econômicas, educacionais, profissionais. Algo que possa lhe garantir capital simbólico, pois ela tem sua posição na comunidade. Mas são diferentes as estratégias das famílias que chegaram em 1985 se comparadas com aquelas que chegaram depois, no interior de um mesmo assentamento. Mais diferentes são as estratégias de famílias que estão em um assentamento implementado na década de 1980 ou 1990 para aquelas em assentamentos recentes, da década de 2000. Daí que a amostragem selecionada procurou resgatar as estratégias nesses diferentes momentos históricos e conjunturas políticas.

O método priorizado nas pesquisas sobre a reconstrução do modo de vida depende primeiro da reconstituição da luta pela terra e das fragmentações culturais que as famílias sofreram. Depois, da reconstituição das estratégias de produção nos próprios assentamentos, levando-se em conta as conjunturas que envolvem também os agentes externos. Essa abordagem permitiu os primeiros estudos comparativos entre os assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, que mostraram que o primeiro tinha piores condições em relação ao acesso à educação, estradas, atendimento médico, esgoto, acesso à água, rede elétrica. Esses foram fatores de infra-estrutura ligados aos aspectos políticos, econômicos e sócio-culturais, que muito interessavam na discussão sobre o modo de vida das famílias assentadas e sua inserção produtiva.

No assentamento Monte Alegre, vários motivos contribuíram para que poucas famílias assentadas sobrevivessem apenas de atividade agrícola: terra ruim, falhas no sistema de financiamento e de assistência técnica, os desafios da comercialização, o atraso em pagamentos comerciais, má relação entre assentados e técnicos de campo, estes muito representativos de um Estado patrão, pois não conseguem entender a cultura do outro, com projetos muito focados em pacotes tecnológicos e integração agroindustrial (FERRANTE, 1994, p.79). A incompreensão do Estado sobre a nova categoria sociológica nos assentamentos foi primeiramente identificada na contraposição entre o que os técnicos preconizavam, por meio de uma produção de

grãos coletiva forçada, contra o desejo das famílias possuírem um lote individual sobre o qual pudessem ter livre deliberação acerca do que produzir.

Por outro lado, as famílias assentadas não tinham uma vivência em comum como tiveram a partir do assentamento. Elas foram trabalhadoras em um mercado competitivo, individualizado e com metas de trabalho diário a ser cumpridas como cortar sete ruas de cana por dia e, além disso, existe uma trajetória muito específica de cada família até chegar ao assentamento.

Uma vez que a pesquisa já havia avançado sobre as dinâmicas internas da reconstrução do modo de vida das famílias e os códigos de reconhecimento social, conforme as teses e dissertações defendidas nos primeiros tempos desse ciclo de pesquisas, outros projetos ainda não mencionados – no âmbito do Nupedor – incorporaram a dimensão dos mediadores externos[13]. O grupo já havia possibilitado vários estudos de caso em campos comparáveis sobre a multidimensionalidade que envolve a criação de assentamentos rurais[14]. Os projetos seguintes passaram a abordar as contradições e as disputas, inclusive internas aos assentamentos, ocasionadas pelas propostas de integração aos complexos agroindustriais da região, a atuação do poder local e a influência das políticas públicas, assuntos que ainda hoje se fazem presentes na realidade vivenciada pelas famílias assentadas. Mesmo porque essa foi outra dificuldade que se apresentou nos assentamentos, qual seja, a de organizar a produção em uma região coberta por cana e laranja. Claro que não se tratou de analisar apenas a influência dos cultivos em si, mas sim dos sistemas de controles e poderes atribuídos a essa forma de ordenar o território – o latifúndio e a monocultura – sobre os assentamentos. Este último aspecto colocou os principais dilemas da produção nos assentamentos até meados dos anos 2000, quando várias propostas de consórcio e arrendamento foram incentivadas pelos mediadores internos e externos, propostas de plantio de cana nos lotes familiares como fornecedores de matéria-prima às agroindústrias[15].

Retomando a noção de estratégia, para Antuniassi et al. (1993), o estudo dos assentamentos passa pelas noções de estratégia e de trajetória como noções

[13] São os projetos **Poder Local e Assentamentos Rurais:** expressões de conflito, de acomodação e de resistência, 2004-2007 e **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo), 2007-2010, ambos Bolsa Produtividade CNPq de Vera Lúcia S. Botta Ferrante, que deram início aos estudos da relação assentamentos e desenvolvimento sob a perspectiva da noção de trama de tensões.

[14] Alguns exemplos são os estudos de Caires (1993), Barone (1996), Rosin (1997), Stetter (2000), Maciel (2003), Nishikawa (2004), entre outros.

[15] Para mais informações, ver Ferrante, 1999; Ferrante, Santos, 2003; Ferrante, Whitaker, Barone, 2006; Ferrante, Almeida, 2009; Ferrante, Barone, Duval, 2008; Ferrante, Barone, 2011.

indissociáveis ao se tomar as famílias assentadas como unidade básica de análise. E, para compreendê-las, deve-se investigar "seu passado e suas raízes sociais", ou seja, entende-se que há "um fio condutor que dá sentido às diversas situações vividas pelos agentes sociais" (p.126), uma dimensão racional no sentido das escolhas que as famílias fazem para pôr em ação suas estratégias. Neste sentido, as autoras sugerem que as famílias assentadas desenvolvem "procedimentos que lhes permitiram vencer inúmeras barreiras, cotidianamente colocadas (...). Verdadeiras estratégias como respostas a situações limites".

As estratégias não podem ser entendidas unicamente pelo viés da racionalidade econômica, justamente pela necessidade das famílias colocarem suas estratégias em prática a partir do *habitus*, tendo-se em conta um recorte temporal, que tem a ver também com as parcelas de capital econômico, social, cultural e simbólico que as famílias possuem em diferentes momentos. Embora a dimensão econômica não seja minimizada na análise das estratégias, as situações vividas pelas famílias são bem diversas e não perpassam única ou exclusivamente a dimensão econômica. Junto às imposições estruturais expressas nas necessidades técnicas da produção e nas exigências do mercado, as famílias lutam para garantir sua reprodução social. Se o contexto de recursos escassos, de pouco apoio institucional e de pressão de outros agentes econômicos regionais, como os complexos agroindustriais e as agências de financiamento são elementos estruturadores da vida das famílias, que lhes trazem imposições em suas próprias formas produtivas e organizacionais, contam igualmente nas estratégias das famílias elementos culturais advindos do *habitus*.

Um exemplo disso são os conflitos surgidos no assentamento Monte Alegre logo nos anos iniciais, quando o órgão gestor impôs uma forma de produção coletiva de grãos que não deu certo entre as famílias. Estas, dois anos após a implementação do assentamento, reivindicaram a divisão da área coletiva de forma que cada família receberia um lote para ter maior poder de decisão sobre o que produzir ali e de que maneira. Conforme descrito por Antuniassi et al. (1993) e Ferrante (1994), a implantação da agrovila em 1987 é um fato importante na história do assentamento Monte Alegre, pois o espaço disponível foi planejado, desenhado e redistribuindo racionalmente dentre as famílias assentadas. Mas o interessante a observar é a maneira como as famílias foram, com certa autonomia, ocupar as áreas disponíveis. Para uma comunidade de origem rural, o espaço habitado não se dissocia da área cultivada. Não que eles coincidam fisicamente, mas no sentido que se organizam num perímetro

concebido como espaço da vida (HEREDIA, 1979; GARCIA JR, 1983; WOORTMANN, 1990). Ambos elementos, terra de moradia e terra de trabalho, foram organizados numa mesma unidade de exploração familiar no assentamento, combinando produção de autoconsumo e produção de mercado. Nesse espaço deslocava-se cotidianamente a família, que trabalhava na lavoura, sem negligenciar o quintal (ANTUNIASSI et al., 1993, p.129).

A perspectiva analítica por meio das estratégias familiares já havia sido considerada em estudos anteriores quando da necessidade de se assumir a diferenciação das famílias no interior dos assentamentos e entre eles. Se eles não podem ser tratados somente enquanto ação do Estado, ou seja, como resultado de uma política de reforma agrária, é porque "(...) estão inseridos em um processo de lutas, no qual práticas diferenciadas, a evidenciar um espaço social multidimensional, sugerem uma situação dificilmente generalizável" (FERRANTE, 1999, p.40, grifos meus). As práticas diferenciadas correspondem às diferentes estratégias que as famílias lançam mão para ajustar suas práticas em relação aos demais agentes presentes nesse campo de forças sociais. Assim:

> Há estratégias familiares que se contrapõem aos padrões de sociabilidade e de organização política que deveriam idealmente reger os projetos de assentamentos. Estratégias familiares podem não estar em rota de colisão com os princípios de integração e racionalidade capitalista. Outros elementos da realidade têm se mostrado, reforçando o propósito de serem desmanteladas visões cujas análises definem os assentamentos ou os investigam a partir de um futuro desejado ou os diagnosticam pela provisoriedade de suas relações sociais (FERRANTE, 1999, p.41).

Por meio de uma análise das estratégias familiares, é possível compreender que diferentes possibilidades se abrem em diferentes tempos sociais, a depender de toda conjuntura específica e da ação de outros agentes regionais como aqueles do poder político em suas diferentes dimensões (local, estadual e federal), dos complexos agroindustriais, dos mercados de produtos agropecuários, da assistência técnica, dos movimentos sociais, sindicais, religiosos, entre outros. Bem como, depende dos interesses e daquilo que as famílias podem realizar em termos de um futuro almejado, questões ligadas aos *habitus* e aos capitais (social, econômico, político, educacional) que possuem em diferentes momentos. Portanto, os assentamentos não podem ser tomados como coisas prontas, como também podem não expressar um projeto estatal tal como os agentes do Estado idealizam, porque em seu interior há uma dinâmica

multidimensional que se expressa na diversidade de estratégias familiares tanto para a produção como para a reprodução social.

Estudos muito focados nos aspectos econômicos sobre produtividade e a perda monetária ignoram que as famílias assentadas agem no interior de circunstâncias históricas, vêm da condição de boias-frias e, antes mesmo, de sitiantes. Sofreram todas as violências do Estado no sentido de forçar um êxodo rural e consequente fluxo migratório em busca de sua sobrevivência. Ignoram, igualmente, a história das lutas sociais contra o desemprego e a precarização da vida do trabalhador e o não cumprimento dos planos de reforma agrária, afora os equívocos de sua concepção, talvez muito focados na técnica e na produtividade e desconectados da realidade, das necessidades e do querer das famílias assentadas. Tal como exposto, existem diferentes maneiras e circunstâncias pelas quais as estratégias são desenvolvidas ao longo do tempo.

Em meu estudo de mestrado, a metodologia teve que dar conta da produção do autoconsumo como estratégia de produção familiar, o conhecimento dos espaços de produção do autoconsumo, os quais só são observáveis conhecendo-se os metros-quadrados onde esses alimentos são produzidos. Desde o mestrado venho me valendo de uma perspectiva de conhecer as formas de organização familiar da produção e da reprodução social, no sentido de conhecer tanto os sistemas de produção e organização da família desde sua esfera doméstica voltada à reprodução social e os aspectos não-monetários de seus modos de vida. A persistência desse tipo de produção nos assentamentos tem muito a ver com o *habitus* das famílias e com a necessidade de que elas próprias lhes garantam as condições de sua reprodução social, que aqui pode ser associada tanto à reprodução física e à segurança alimentar como de seus conhecimentos agrícolas tradicionais e hábitos alimentares.

Neste sentido, o trabalho de campo e os registros em diário de campo têm permitido uma observação do dia a dia das famílias assentadas, captados em conversas entre diversos espaços dos lotes e com diferentes membros familiares. Possibilitam também, no momento em que conversas são travadas nas caminhadas pelos lotes, a leitura do espaço, o que tem me permitido descrever a divisão de trabalho e as práticas agrícolas familiares, especificamente aquelas empregadas no autoconsumo ou nas diferentes formas de integração[16]. Essa abordagem etnográfica garante a recuperação de

[16] A partir dessa observação foi possível distinguir os espaços de produção agrícolas comerciais (roçados) dos lugares de onde se retiram os alimentos da família (sítio), dentro de um mesmo lote familiar. Porém, o

um material empírico extremamente útil para se analisar os processos e os contextos vivenciados pelos assentados (WHITAKER, 2002), por isso ela foi priorizada na presente tese e associada a outras técnicas de pesquisa. A fotodocumentação também figurou como técnica complementar, a fim de se documentar momentos do cotidiano dos assentados e do seu modo de vida e a ilustração daquilo descrito em diário de campo.

A etnografia proposta no quinto capítulo da tese pressupõe histórias diferentes e em locais diferentes, desde como foi a chegada de cada família e os recursos que elas possuem nos diferentes assentamentos visitados. Então, quando falo de estratégias familiares numa perspectiva relacional, trata-se de um grupo familiar, que possui uma história de grupo e com posições diferenciadas por sexo, marido e mulher, filhos e filhas e as perspectivas de um e de outro que podem não ser as mesmas. Não seria possível captar o sistema de disposições individuais, mas sim como grupo familiar. Isso fica claro ao verificar que uma parte dos assentados estava vivendo em favelas nas periferias urbanas, outros eram bóias-frias e outros ainda viviam como sitiantes. Os *habitus* e as visões de mundo eram diferentes e a chegada ao assentamento suscita novas mudanças.

Pude perceber que, mesmo quando os filhos de assentados mudam para um modo de vida urbano e isso introduz discrepâncias nas atitudes e também disputas em relação às perspectivas dos pais, o filho que saiu para trabalhar na cidade geralmente ainda tem a visão de mundo familiar. Não como a de seus pais, mas isso pôde ser demonstrado no que fazem os filhos que estão na cidade em seus tempos livres, quando, ao invés de ficarem na cidade, alguns deles passam o tempo com a família e ajudam no trabalho no lote, levam parte da produção para sua alimentação durante a semana. Essa é uma posição diferente, em relação a um futuro diferente em que aos poucos os recursos e investimentos sejam diferentes, mas isso não impede que o *habitus* do grupo permaneça, ou seja, que o interesse do grupo familiar possa continuar ligado à terra.

Então, com relação às estratégias familiares, elas são trabalhadas de uma perspectiva relacional, entre o *habitus* e a trama de tensões. As estratégias são tomadas pelas famílias no momento de colocar em ação suas escolhas políticas, produtivas e

sítio não se dissocia do roçado, enquanto que o lote, em seu conjunto, atende à demanda por alimentação familiar, na forma de autoconsumo direto e na forma de produtos que vendidos se transformam nos demais fundos monetários, que permitem o consumo de outros itens necessários à vida e mesmo de outros alimentos (DUVAL et al., 2009). Só que, enquanto nos roçados há possibilidade de uso de certos agrotóxicos, nos lugares de autoconsumo não se faz tal uso porque seus produtos são diretamente consumidos pelas famílias assentadas, fato que pode ser registrado por meio do diário de campo.

matrimoniais, como dimensões deliberadamente escolhidas para a pesquisa de campo. As estratégias produtivas são mais abordadas por Bourdieu e Sayad (2006), ao passo que as estratégias matrimoniais auxiliam para a aproximação do conceito utilizado por Bourdieu em "O Baile dos Solteiros" (2004b), porém o próprio autor reconhece que há vários tipos de estratégias que poderiam ser agrupados como estratégias de reprodução social – entre elas, as educativas, o investimento em cultura e educação.

O foco principal da tese está nas estratégias produtivas. Por mais que se assuma o caráter pluriativo das novas ruralidades, acredito que a produção agropecuária ainda seja a principal característica das populações que vivem no meio rural. Com relação às escolhas produtivas nos assentamentos, será dada ênfase ao que e como produzir e comercializar; com quem e como se associar, tanto entre membros das famílias quanto em relação a elas, buscando compreender como essas estratégias podem estar em conflito – por exemplo, a opinião de quem é a favor ou contra a cana. Isso porque em Araraquara as estratégias produtivas se dão a partir da discussão da presença da cana, do assédio do complexo canavieiro sobre os assentamentos e os contrapontos que os programas de aquisição de alimentos vêm proporcionando. As estratégias políticas se dão basicamente no sentido de sua participação nos movimentos sociais, formar ou ter rupturas com grupos produtivos, religiosos e sindicato. E, com relação às estratégias matrimoniais, será abordada a formação da parentela no interior do assentamento, a decisão dos filhos ficarem ou saírem dos lotes de seus pais, da vinda de parentes para o assentamento ou mesmo do parcelamento dos lotes para a constituição de uma nova família do(a) filho(a), ou da compra de lotes dentro do assentamento para que a família tenha um lugar de reprodução social além do lote do "pai". Essa diferenciação tem caráter didático no presente momento, porque nas etnografias tais dimensões serão tratadas de forma imbricada conforme a experiência das famílias.

Para efeito de amostragem, havia a idéia de continuar com uma técnica de pesquisa que utilizei no mestrado, denominada bola de neve. Esta consiste em partir de um informante-chave significativo para abordar as principais hipóteses da pesquisa em sua entrevista. Esse informante indicou dois novos informantes e assim sucessivamente, até que foi possível identificar um discurso coletivo do grupo em relação à produção do autoconsumo. Essa experiência na pesquisa de campo se mostrou importante durante o mestrado, pois estava em pauta a investigação de um aspecto específico da organização das famílias assentadas, a produção de autoconsumo.

No entanto, com a perspectiva da investigação das estratégias familiares, no doutorado, essa técnica poderia retirar o caráter relacional da amostragem, uma vez que se trata de uma amostra com posições diferentes no interior dos assentamentos em relação a como e quando a família chegou ao assentamento, seus capitais materiais e simbólicos, o número de pessoas na família e suas formas de produção e de trabalho para compor a renda familiar, as diferentes perspectivas entre as gerações da família, dentre outras diferenças. Procurei investigar como os assentados se colocam com as possibilidades que eles têm e como eles se representam socialmente em um contexto de lutas e de estratégias. Tais lutas podem ser exemplificadas dentre aqueles pró ou contrários ao plantio de cana com as agroindústrias, por isso foram localizados momentos de tensões e as diferentes posições dos agentes sociais.

Nas visitas de campo priorizei famílias com as quais já vínhamos fazendo um acompanhamento desde a dissertação e nos projetos anteriormente citados, dando continuidade à pesquisa seguindo o referencial teórico da tese, ou seja, abordando as diferentes dimensões das estratégias familiares. Cabe destacar que são famílias com as quais já se tem estabelecida uma relação de confiança tanto por parte do pesquisador quanto do grupo de pesquisa, na medida que somos vistos como aqueles que de alguma maneira participam do assentamento não apenas pelas questões de pesquisa, mas também pelas atividades de extensão que vêm sendo empreendidas. Algumas famílias também já haviam sido estudadas por outros pesquisadores, portanto já havia um acúmulo de informações sobre suas trajetórias. Procurei diversificar os perfis de famílias com aquelas que são lideranças políticas e produtivas nos assentamentos, famílias cujas mulheres são as principais protagonistas na produção, famílias que fazem o processamento artesanal ou a agroindustrialização de produtos em seus lotes, que possuem filhos/as que saíram e/ou retornaram e constituíram família no assentamento. Algumas dessas famílias produzem ou produziam cana e/ou frango industriais, portanto também foi possível captar suas posições em relação às formas de integração agroindustrial. Por outro lado, nas etnografias acompanhei algumas organizações dos assentados, associações e cooperativas, em seus avanços e recuos.

A amostragem nas etnografias teve um caráter qualitativo, ou seja, procurei abordar casos diferenciados e não uma amostra estatisticamente constituída. Isso ficou mais por conta do trabalho realizado em conjunto com o INCRA/SP, no qual utilizamos questionários semi-estruturados em uma amostra estatística conforme será detalhado à frente. Nas etnografias, me utilizei do recurso do diário de campo, com o qual fiz

registros a partir de um roteiro de questões previamente estabelecido. Sempre que necessário e possível realizei novas visitas à família. Para Garcia Jr. (1983, p.13), sobre suas pesquisas de campo: "A qualidade dos dados não depende de maior realização de entrevistas (...) formular questões relevantes dependia do conhecimento que pudéssemos adquirir sobre esta vida". Em função dessas escolhas e de uma experiência de pesquisa muito superior nos assentamentos localizados em Araraquara em relação ao assentamento de Ribeirão Preto, a amostragem não tem caráter comparativo entre os assentamentos, mas, insisto, em posições possíveis de organização e dinâmica familiar nesses assentamentos e suas especificidades.

Derivado da antropologia, o método etnográfico pressupõe aos pesquisadores participarem da vida cotidiana das pessoas. Ajuda a compreendê-la em sua complexidade e nas situações cotidianas. Para Whitaker (2002, p.125-126), Malinowski é um etnógrafo por excelência: "Embora constituindo os grandes esquemas e elaborando sumários das relações cruciais que, como funcionalista, desejava utilizar para compreender a rede de traços essenciais que compõem a cultura e sustentam a complexidade da vida tribal, Malinowski dá grande importância àquilo que chamou de os imponderáveis da vida real". A descrição da organização da tribo e a anatomia de sua cultura precisavam ser completadas por esses imponderáveis, que podem ser sutilmente captados no cotidiano. Num outro plano, busca captar também os modos de pensar e sentir típicos de determinada cultura. Analisando o Kula – fenômeno de trocas econômicas e simbólicas em torno do qual gravitam idéias, ambições, desejos e vaidades dos nativos do Pacífico Sul – Malinowski buscou apreender, além da lógica das trocas, os pontos de vista do outro (as pessoas investigadas) e suas formas de se relacionar com o mundo.

Os dados sobre as lógicas e os imponderáveis da vida cotidiana, eminentemente qualitativos, são aqueles obtidos pelo registro etnográfico. Segundo Fonseca (2000), sua obtenção ocorre durante conversas de várias horas, nas quais parece que se está perdendo tempo, mas é quando o entrevistado fala do seu cotidiano e o pesquisador está atento para compreendê-lo, captá-lo e descrevê-lo. Para a antropóloga, nesse tipo de trabalho se faz essencial a busca por construir categorias analíticas "alternativas de vida social que foge da lógica prevista e previsível da modernidade" (FONSECA, 2000, p.7). Para tanto, o principal método de pesquisa é descritivo. A observação direta, ou *estar* em campo, resulta nas impressões, buscada por tal reconstrução, que se baseia na formação do próprio pesquisador e nos moldes de sua teoria. No diário de campo são

registradas nossas preocupações em rápidas passagens que podem ser retomadas em momentos posteriores.

Nesse sentido, os dados de campo valem muito para a pesquisa quando se leva em conta a alteridade; isto é, o pesquisador busca compreender o outro como alguém que está no mundo de forma diferente dele e de outras formas já pré-concebidas. Trata-se sempre do esforço de compreender outro modo de ver e de estar no mundo. Em nosso caso, tem-se em vista especialmente a relação do outro com seu alimento, da família que volta a ter contato intenso com a natureza e que planta, colhe e prepara sua alimentação. Conforme Baraona (1994), é importante para o pesquisador procurar entender os agricultores "por dentro", ou seja, a partir das formas de pensar e agir que eles têm em seu meio. Suas representações e práticas ambientais, por exemplo, são intensas porque a preservação da natureza lhes garante diretamente a sobrevivência e a complementaridade. Então, se ele contribui para a preservação da água, sabe que terá água para irrigar suas plantações.

Para Whitaker (2002), é uma técnica que contribui para superar os preconceitos contra o rural, como uma ideia que advém da ciência urbanocêntrica, cartesiana e positivista, que separa as disciplinas: como compreender o rural separadamente do urbano? Ou as próprias atividades agrícolas e não-agrícolas das famílias nos assentamentos e suas interfaces ambientais e sociais[17]? Trata-se de um instrumento de pesquisa preocupado com a compreensão do outro: dá voz ao sujeito da pesquisa, como um compromisso da pesquisa. Ao mesmo tempo uma técnica que dá a conhecer o pesquisador para ele mesmo.

Durante o mestrado, apoiado em publicações de Malinowski (1997) e de Brandão (1982) sobre o uso do diário de campo, expus que essa técnica permite criar uma sensação de unidade entre as situações cotidianas vivenciadas pelo pesquisador com aquilo que ele pesquisa, e até mesmo uma unidade entre ele próprio e aquilo que se pesquisa. Pode ser empregada como uma forma de descrever o cotidiano enfrentado pelo pesquisador durante suas viagens de campo. Malinowski escreveu num diário situações rotineiras do trabalho de campo e suas reações frente a elas. Já Brandão fez isso por meio de alegorias e linguagem figurada, seus registros em diários de campo

[17] Vale destacar que a reconstrução identitária e do território nos assentamentos foi empreendida por Ferrante e Whitaker primeiramente na relação entre a alimentação e saúde como plano de intersecção. Em outros trabalhos, as autoras trabalharam com as relações co-evolutivas entre cultura e ecossistema, igualmente observáveis nos casos dos assentamentos através de evidências de sua integração ao meio ambiente (FERRANTE, WHITAKER, 1999; WHITAKER, 2006).

eram feitos tanto em campo quanto em lugares os mais inusitados, como em viagens de avião, com os quais mantinha um elo entre pesquisador e objeto científico. Em suma, é uma técnica de pesquisa que dá liberdade quanto à forma e conteúdo.

Vale a pena relatar, também, a importância do diário de campo como técnica que nos deixa à vontade no trabalho de campo. Longe do constrangimento que um gravador possa causar para alguns informantes, limitando seu depoimento, quando se registra passagens das conversas em um diário de campo, parece ao informante que o pesquisador está de fato interessado naquela conversa. Para Whitaker (2002), nesse processo ganham relevância aspectos subjetivos na relação pesquisador - pesquisado, nos quais pequenos gestos de entendimento podem reforçar uma confiabilidade mútua.

O diário de campo são os registros do observador na relação com o objeto científico pesquisado, no caso dos cientistas sociais os grupos sociais. É uma técnica que exige muito mais atenção e conhecimento sobre o campo social investigado. Diferentemente do gravador e do questionário, o pesquisador deve estar muito mais alerta às situações vivenciadas no campo para não perder detalhes cruciais das verdadeiras conversas com os interlocutores da pesquisa. A todo momento surgem detalhes que fogem daquilo que se está falando no momento e o pesquisador deve estar atento e possuir sensibilidade para perceber como esses detalhes se ligam às situações investigadas. E as conversas fluem muito mais tanto quando se possui maior conhecimento da realidade vivenciada pelas pessoas. Se, por exemplo, estamos conversando com um assentado sobre o plantio de cana industrial, ele gosta quando discutimos nossa posição sobre tal alternativa produtiva, principalmente se sabemos ponderar as vantagens e as desvantagens, as necessidades e desnecessidades históricas dessa alternativa. Mas se passamos a falar das políticas públicas que existem e das que deveriam existir para as famílias, especificamente sobre o futuro e a permanência dos jovens nos assentamentos, ou dos projetos político-pedagógicos das escolas rurais e o modo como as crianças vivenciam um contato com a natureza muito maior do que nas cidades, conseguimos conectar ambos os assuntos em um profícuo exercício de pensamento conjunto.

Existem diversas formas de se realizar registros, como por meio de poesias, desenhos, escrita mais fácil e coloquial, frases e palavras-chave para situações que brotam em campo, desde que o que foi registrado permita rememorar as situações. Este é o dever de casa do pesquisador: um trabalho posterior de detalhamento daquilo que foi registrado e sua ligação com questões teóricas e empíricas mais amplas. Ao voltar do

assentamento, recomenda-se fazer o quanto antes a tarefa de descrever as informações registradas no diário de campo, como diz Whitaker (2002), ainda com a poeira no corpo. Se antes de ir ao assentamento estamos imbuídos de teoria, oriunda de nossos projetos individuais bem como dos projetos do grupo, ao voltar temos um verdadeiro guia para rememorar o dia de campo. Então passa-se a descrevê-lo de forma mais inteligível possível para depois discutir as informações junto ao grupo. A memória do pesquisador e uma cuidadosa vigilância epistemológica (no sentido de quebrar os preconceitos que podem haver contra o modo de vida no meio rural) são essenciais para a compreensão da realidade, assim como também o é a confrontação das opiniões individuais junto ao grupo de pesquisadores que vão junto a campo. Lembrar-se de cada detalhe pode representar um grande enriquecimento na interpretação de cada situação. Já a vigilância refere-se a entender o sujeito pesquisado levando-se em conta a alteridade, analisando as situações de seu ponto de vista e despindo-se o quanto possível dos próprios pré-conceitos.

As histórias de vida também figuravam entre as técnicas de pesquisa no intuito de se trabalhar a trajetória de trabalho e vida anterior ao assentamento, bem como as lutas sociais organizadas e a trajetória já a partir do assentamento. Os dados advindos das histórias de vida contribuiriam para a análise das diferentes estratégias e das mudanças no *habitus* das famílias assentadas desde suas origens e trajetórias antes e depois do assentamento. Para explorar essas diferentes perspectivas, recorreria ao que comecei, no projeto, a chamar de história de vida do grupo familiar. Porém, na ocasião da qualificação da tese, me foi sugerida uma perspectiva um pouco diferente, a da biografia impossível, que não é como uma objetivação do percurso do pai ou da mãe até a chegada ao assentamento e de suas estratégias desde então. Ao invés de se proceder a uma reconstituição linear da história de vida das pessoas, que parte de onde nasceram, dos lugares por onde passaram, dos tipos de trabalho que tiveram e do que plantaram no lote, a nova perspectiva de utilização dessa técnica foi investigar, nos momentos de visita de campo e no diálogo com os interlocutores da pesquisa, as opções que haviam nos momentos de tomadas de decisão e de colocar em prática as estratégias, identificando o porquê de ter sido feita tal ou qual escolha.

Para Bourdieu (1996a), o interessante a se observar é o momento da reflexão sobre a tomada das estratégias com base nas possibilidades que existiam, o momento pertinente à tomada de decisão e assim a análise dos recursos e das possibilidades dos agentes. Destaca:

> (...) o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos. (...) A necessidade desse *desvio* pela construção do espaço parece tão evidente quando é enunciada (BOURDIEU, 1996a, p.190).

Não é possível negar que as pessoas vivenciam realidades estruturadas por relações sociais que lhes dão as possibilidades das experiências individuais e enquanto grupo. Bourdieu atribui ao *habitus* o princípio unificador das práticas e das representações, "(...) essa identidade prática somente se entrega a intuição na inesgotável série de suas manifestações sucessivas, de modo que a única maneira de apreendê-la como tal consiste talvez em tentar recuperá-la na unidade de um relato totalizante" (1996b, p.186). Por isso, não é possível entender o sistema de determinações a partir das representações de uma existência individual. Por outro lado, tanto o investigador e o investigado possuem interesse em dar um sentido para o depoimento, em tornar razoavelmente inteligíveis as relações causa-efeito através de um ordenamento lógico, mas que pode redundar na aceitação de um sentido artificial de trajetória. "Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüencia de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência (...)" (1996b, p.185). Portanto, os depoimentos podem ser interferidos tanto pela própria situação da investigação como pela representação que o investigado fará de sua experiência, na tentativa de criar um discurso sobre si mesmo e sobre determinados aspectos de sua vida, o que exige uma vigilância redobrada sobre as representações de ambas as partes.

Contra a ideia de história de vida, Bourdieu sugere que a cada momento, ao invés de descrever o que o agente fez, deve-se investigar o conjunto das possibilidades teóricas e da vida prática, porque há uma correspondência entre uma conjuntura específica e os capitais que ele possui, ou seja, as formas de recursos que cada um tem em sua própria história enquanto grupo social. Qual caminho foi escolhido dentre os possíveis? É essa história de vida que deve ganhar relevância, ou seja, levantar os momentos pertinentes e analisar o que pôde ser feito conforme as possibilidades. Por exemplo, deflagrar quais eram as possibilidades que havia em determinadas conjunturas, em termos de capitais materiais e simbólicos, pelas quais os trabalhadores rurais escolheram a luta pela terra e a vinda para o assentamento. O mesmo vale para as

estratégias produtivas em integração com as agroindústrias ou para a diversificação da produção e inserção nas políticas públicas. Essa é uma postura que procurei levar a campo nas etnografias e para a elaboração dos registros em diário de campo.

Além dos dados qualitativos e dos registros em diários de campo, cabe também detalhar o uso de dados quantitativos advindos das pesquisas de campo empreendidas no interior do contrato junto ao INCRA/SP, no qual foi utilizado um questionário semi-estruturado em amostra significativa do ponto de vista regional. O questionário abrangeu cinco eixos temáticos: cidadania, infra-estrutura, produção e renda, políticas públicas, meio ambiente. Trata-se de um questionário muito amplo e cujos resultados não poderiam ser abordados em sua totalidade na presente tese[18]. Em que pese as diferenças dessa perspectiva quantitativa em relação ao exposto até aqui sobre a amostragem qualitativa e o uso de diário de campo, acredito ser de extrema relevância tal combinação com dados de caráter quantitativo na explicitação de algumas regularidades presentes nos assentamentos da região. Do grande levantamento, me detive mais à esfera da produção e aos aspectos ligados à constituição dos principais sistemas produtivos encontrados nos lotes, que podem ser associados às estratégias produtivas das famílias assentadas. Sem dúvidas que as principais marcas dos sistemas produtivos mostram algo sobre como as famílias vão, aos poucos, imprimindo características ao território tendo por base os recursos materiais e simbólicos que possuem.

Critérios da amostra estatisticamente constituída

Sobre os critérios de escolha dos assentamentos que constituiriam essa pesquisa, avaliamos a situação dos 110 assentamentos federais existentes em 2010, com relação ao ano de implantação, número de famílias e área do lote. Concluímos que a seleção dos

[18] De forma bem sucinta e ilustrativa, em cidadania, os aspectos abrangidos foram divididos nas questões relativas à vida social, no que tange ao número de pessoas das famílias, a escolarização, a moradia (financiamento, material predominante, número de cômodos e qualidade). Em infra-estrutura, foi abordada a existência de escolas, postos de saúde, estradas, transportes, comunicação, água, luz, saneamento básico, áreas de uso coletivo e de lazer, dentre outros. Em produção e renda, foram avaliadas as produções comerciais e o escoamento da produção; a produção destinada ao autoconsumo; a composição e divisão do trabalho e da renda; tipos de trabalho, trajetória e tipos de trabalhos agrícola e não agrícola e benefícios ou tipos de aposentadoria que compõem a renda familiar. Em políticas públicas, pretendeu-se avaliar principalmente as políticas do INCRA, direcionadas para os assentamentos e outras políticas indispensáveis, como para o financiamento e comercialização da produção, a assistência técnica, aquisição de alimentos, infra-estrutura dos lotes, dentre outras. Procuramos ainda verificar o tempo de execução das políticas públicas, a recepção e a efetividade que vem apresentando. No eixo ambiental, foram abordadas questões relativas à qualidade, distribuição e acesso à água; formas de uso, qualidade e problemas do solo; existência de áreas de APP e RL, irregularidades ambientais, formas de conservação e propostas de exploração sustentável.

assentamentos deveria seguir um critério que contemplasse assentamentos novos e antigos, PDS's e PA's, número de famílias e diferenciação de lotes quanto ao tamanho, justamente para que a heterogeneidade de situações pudesse ser contemplada. Optamos por fazer uma amostragem dos 110 assentamentos federais e incluir nesta amostragem alguns assentamentos estaduais em regiões de maior atuação do ITESP, em especial na região do Pontal do Paranapanema.

Foram selecionadas 43 assentamentos que contemplassem os critérios iniciais correspondendo a 39% do total de assentamentos federais e das 9.479 famílias destes projetos. Foram contempladas o equivalente a 55,41%, ou seja, 5.252 das famílias assentadas nessas unidades administrativas selecionadas no Estado de São Paulo. É importante destacar que, se fizermos uma análise do total de famílias assentadas no Estado, verificaremos que essa porcentagem cai para cerca de 30%, já que o número total de famílias em assentamentos federais e estaduais sobe para 15.703 (INCRA, 2010).

No que tange às unidades selecionadas da amostragem, foram mantidas as quatro grandes regiões estabelecidas pelo INCRA/SP, que estão abaixo elencadas e ilustradas na figura que se segue. Cabe destacar que as regiões tiveram um peso diferenciado na amostragem, conforme o número de famílias das unidades administrativas. A região Central compôs 23,8%, a Leste 8,6%, a Oeste A 25% e, finalmente, a Oeste B 42,6%.

1) Oeste A – Pontal do Paranapanema.
2) Oeste B – Região de Andradina e Promissão.
3) Central – Araraquara, Ribeirão Preto e Bauru, na figura denominada Região de Araraquara.
4) Leste – Eixo Anhanguera, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, na figura denominada Região Grande São Paulo.

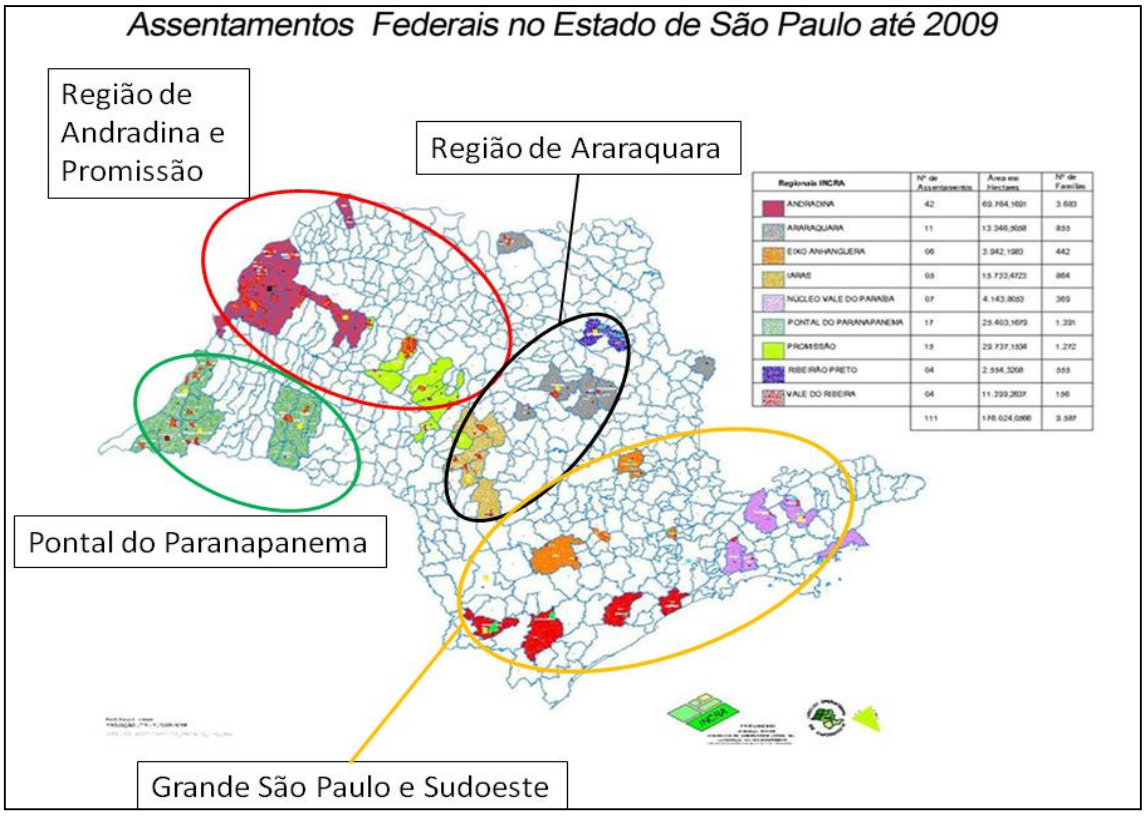


Figura 1 – Assentamentos Federais no Estado de São Paulo até 2009.
Fonte: UNIARA/INCRA, 2012.

Nessa pesquisa tivemos como intuito incluir em uma macrorregião, microrregiões que pudessem conter características aproximadas. Justamente pelo princípio de macrorregiões estabelecido no contrato apresentar como parâmetro as unidades administrativas do INCRA/SP (escritórios regionais), que, por sua vez, foram instituídos por critérios de proximidade geográfica e concentração de assentamentos para atuação das equipes técnicas e não necessariamente em critérios tradicionais de regionalização do Estado. Pelo fato da região Central do Estado cobrir uma vasta extensão territorial, subdividimos a região em microrregiões, conforme o quadro de amostragem dos assentamentos investigados a seguir:

Quadro 1 – Subdivisão da região Central.

Região[19]	Município	Assentamento	Criação	Número de famílias	Tamanho médio do lote (hectares)
Norte	Colômbia	PA Formiga	10/11/98	58	14,5
Sul	Iaras	PA Zumbi dos Palmares	16/09/98	332	16
	Piratininga	PA Santo Antonio	19/12/01	26	19
Centro A	São Carlos	PA Comunidade Agrária Nova São Carlos	20/06/07	110	7,5
	Araraquara	PA Bela Vista do Chibarro	27/05/89	203	16
	Descalvado	PDS Comunidade Agrária 21de Dezembro	10/12/05	40	5
Centro B	Ribeirão Preto	PDS Fazenda da Barra	21/08/09	440	1,5

Fonte: Elaboração do autor a partir de INCRA/SP, 2010.

Há que se destacar que, no quadro anterior, estão dois dos assentamentos nos quais foram feitas as etnografias, o PA Bela Vista e o PDS Fazenda da Barra. Os outros dois assentamentos em que as etnografias foram feitas são estaduais, ou seja, estão sob gestão da Fundação Itesp. Seus dados são os seguintes:

Quadro 2 – Distribuição de famílias por núcleo e município dos PA's Monte Alegre e Bueno de Andrada[20].

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias
Bueno de Andrada	Araraquara	mai/97	31
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96
Silvânia	Matão	set/98	19
Total 416 famílias			

Fonte: Fundação Itesp, 2006.

Na ocasião de aplicação dos questionários, a equipe de campo foi orientada a realizar registros em diários de campo e fotográficos, de forma que os pesquisadores relatassem suas impressões sobre os assentamentos para além das questões do questionário, na perspectiva do registro etnográfico utilizado pelo Nupedor. Essa técnica

[19]Essa subdivisão tem caráter meramente ilustrativo, em função de estarmos tratando de uma macrorregião que corta o Estado de norte a sul.

[20] Em todos esses núcleos o tamanho médio dos lotes é de 14 hectares.

de pesquisa qualitativa possibilitou trabalharmos as diferentes dimensões da vida nos assentamentos para além dos eixos priorizados no questionário, como a trajetória das famílias assentadas, a sociabilidade no assentamento, a situação dos filhos, a relação de mediação com os agentes externos, entre outros aspectos mais gerais da constituição e do desenvolvimento dos assentamentos.

Além da pesquisa realizada diretamente com as famílias assentadas, foram feitas entrevistas gravadas e tomados depoimentos com representantes do órgão gestor dos assentamentos (INCRA) e entrevistas com lideranças políticas e produtivas dos assentamentos, para se ter uma visão geral de cada região e cada assentamento. Em outra frente de trabalho, foram realizadas ainda análises em banco de dados secundários oferecidos pelo INCRA ou outras instituições para levantamento de informações gerais das regiões, de forma a confrontá-las com as informações locais.

Como afirmei antes, os resultados dessa investigação foram organizados e analisados no quarto capítulo da tese, tendo em vista subsidiar com dados quantitativos a análise das estratégias familiares. Dediquei-me sobretudo às principais marcas dos sistemas produtivos constituídos nos assentamentos da região Central, no interior da qual estão os assentamentos onde foi realizada a etnografia mais aprofundada.

Plano de Redação[21]

No primeiro capítulo tive a intenção de trabalhar aspectos da Sociologia Relacional em Bourdieu, para fundamentar uma visão que escapasse do estruturalismo sem cair no existencialismo dos sujeitos indeterminados. Ao mesmo tempo, para ir contra a construção de verdades absolutizadas e identificadas com a razão, mas a favor das outras relações possíveis com o mundo social, ou seja, das diferentes perspectivas dos grupos e sub-grupos sociais e das transformações pelas quais passam no processo de globalização. Bourdieu cunha a noção de unificação material e simbólica, que corresponde ao choque de civilizações que destrói os camponeses em esferas material e simbólica, por meio de relações de dominação nas quais eles ora se insurgem, ora se resignam.

Do campo teórico de Bourdieu emergem conceitos como o de *habitus*, mediador entre as fronteiras do objetivo e do subjetivo: são as capacidades e pré-disposições de ser e de agir, sedimentadas e em transformação, que orientam as práticas dos agentes

[21] Este sub-item foi inserido em função de recomendação da banca na ocasião da defesa da tese.

sociais. As *representações*, que, no processo de dominação, são cada vez mais sobre a condição degradada e degradante acerca do suposto atraso do modo de vida camponês em relação ao modo de vida urbano. O *senso prático*, do "jogador" que a todo momento faz o que tem que ser feito, antecipando, muitas vezes, suas necessidades objetivas, em função da realidade estruturada vivenciada. Esses conceitos, abordados no primeiro capítulo, no entanto, estão imbricados ao *campo social*. Estão relacionados com a história dos grupos sociais em uma realidade historicamente estruturada em termos de relações de dominação e correlação de forças de capitais específicos, entre grupos que disputam a hegemonia nas relações sociais. O campo social é aquele no qual estão em disputa a legitimidade do discurso, do comportamento, da ideologia, as estratégias de reprodução social, os modos de ser, de pensar, de vestir etc.

Igualmente, abordei que para Bourdieu a investigação de um campo social mobiliza uma variedade de métodos e técnicas de pesquisa, estatística, história, etnografia, pesquisa quali-quantitativa, pois há elementos micro e macrossociológicos a serem considerados. São investigações vistas como casos particulares entre posições possíveis e, por isso, relacionais. Foi o que procurei fazer: investigar os princípios de construção do espaço social nos assentamentos, captar algumas de suas regularidades estatísticas, mas também as representações e os *habitus* de diferentes famílias e grupos produtivos, bem como a relação de mediação com outros agentes envolvidos no campo social.

O segundo capítulo, sobre a história do campesinato brasileiro, se inicia com uma discussão sobre como as ruralidades contemporâneas devem absorver as principais questões da teoria do campesinato no Brasil, tais como as relações de propriedade e as disputas entre grande e pequena agricultura. Após, passei por uma tentativa de resgatar tais questões em alguns clássicos das Ciências Sociais. São destacadas, por exemplo, as considerações de Marx sobre a extração das rendas diferenciais e do sobretrabalho dos camponeses nos arrendamentos capitalistas. Também é destacada a construção do prestígio dos grandes fazendeiros, conforme Weber. No campo social dos assentamentos, ambas as questões são observáveis. No primeiro caso, tratam-se das "parcerias" industriais, tão presentes nos assentamentos investigados. No segundo, foi possível identificar na representação dos assentados o prestígio das usinas de cana-de-açúcar como aquelas que lhes dão alternativas produtivas/financeiras como nenhuma outra – imagem ligada ao paternalismo e ao usineiro bom-patrão. Então, mais do que

resgatar algumas noções clássicas, foram questões presentes no modo de vida nos assentamentos.

Logo após, o capítulo aborda as diferenciações entre *plantations* e fazendas, como um aspecto que considerei estar na raiz da constituição do campesinato brasileiro. Ou seja, é a relação de dominação presente nessas formas de organizar a produção que dá a forma para a estrutura social brasileira – um país que nasce como fronteira aberta pelo e para a expansão do capitalismo, por meio do controle e das relações de propriedade. No interior dessa estrutura social que se dá a partir das *plantations* e fazendas, surgem os diferentes tipos de trabalhadores rurais, que dão uma ideia do processo de diferenciação dos grupos sociais vinculados à terra por meio de dívidas materiais e simbólicas com os grandes proprietários e patrões.

O segundo capítulo faz ainda um apanhado das principais questões que norteiam a discussão sobre qual campesinato falamos, tendo por base alguns processos de diferenciação possível no interior da categoria: as leis e balanços de funcionamento interno (Chayanov), a produção para autoconsumo e a cosmovisão camponesa, as resistências cotidianas, as relações campo-cidade e os agentes externos do Estado e do mercado, a discussão do campesinato como classe social e como setor de subsistência, um setor secundário na economia brasileira. Nos capítulos subsequentes a maioria das questões é retomada, sem que eu tivesse que ficar estabelecendo conexões entre elas – o que certamente tornaria o trabalho mais cansativo – embora o balanço de investimentos, a destinação da produção, a subordinação aos complexos canavieiros e o papel secundário nos planos de desenvolvimento rural, por exemplo, estão bem explicitados no decorrer da tese.

O terceiro capítulo é a apresentação do universo empírico da pesquisa, em uma perspectiva histórica: parte de uma caracterização do complexo agroindustrial canavieiro da região como o principal agente social no campo social analisado. Neste sentido, mostro os conflitos e acomodações das famílias assentadas frente às imposições do plantio de cana nos lotes. Por outro lado, abordo as diferentes atuações do Estado, seja em relação ao governo estadual e ao federal. Quando o Itesp regulamenta o plantio de cana, entre os anos de 2002 e 2004, com as portarias 075 e 077, o INCRA monta uma estrutura de escritórios regionais no interior do Estado e endurece o discurso contra o arrendamento. No mesmo período das portarias, em 2004, o governo federal lança o PAA, o que mostra a diferença entre duas concepções distintas para o desenvolvimento no campo social dos assentamentos paulistas.

A partir desses dois marcos das políticas para os assentamentos nos últimos 10 anos, pude avaliar algumas de suas consequências. O plantio de cana enquanto arrendamento e com possibilidades de um bom retorno financeiro em determinadas conjunturas, acaba dominando as representações dos assentados como a única produção capaz de tirar as famílias da pobreza. A aceitação da cana para as famílias assentadas e a ilusão de seu retorno financeiro foram fatores altamente problematizados no terceiro capítulo e nas conclusões da tese. Já o PAA e as demais políticas ligadas ao mercado institucional, foram igualmente avaliados enquanto alternativas para o escoamento da produção de alimentos. Mas apresentaram desafios no âmbito dos limites de cota por família por ano, problemas de continuidade por conta da burocratização das chamadas públicas e processos de prestação de contas e mesmo por problemas de corrupção em âmbito da merenda escolar local. Somados a outros programas municipais, como as feiras, os mercados institucionais ainda não se apresentaram enquanto um contraponto real à alternativa da cana.

As ações do INCRA também apresentaram seus limites e, junto com o autoritarismo do sindicato, geraram novas posições contrárias, como os pedidos de emancipação e revolta contra seus dirigentes – no caso, Élio Neves, que, contraditoriamente, é o verdadeiro "pai" da luta social pelos assentamentos de Araraquara. Na luta contra a cana, restou ao INCRA ceder e autorizar, em 2013, cada família a plantar até 40% de seus lotes com cana industrial, ao invés dos 50% autorizados pelo Itesp em 2004. Apesar de que as ações de fato surtiram efeito na recuperação da diversificação do assentamento Bela Vista do Chibarro – por exemplo, foram criados vários grupos de hortas coletivas que atendem aos mercados institucionais. Um aspecto fundamental que procurei demonstrar foi a retomada da discussão ambiental nos assentamentos da modalidade PDS. Houve avanços no diálogo com os movimentos sociais e no atendimento de algumas demandas, apesar dos inúmeros conflitos explicitados ao longo do capítulo. Tentei mostrar que uma agenda de moralização da reforma agrária e de radicalização das políticas públicas, bem como o atendimento de pautas ambientais, conforme proposto pela gestão do INCRA no período, não se dá sem alianças e conflitos entre os diferentes agentes sociais, o que é próprio do campo social dos assentamentos.

No quarto capítulo apresento um artigo já bastante debatido entre nosso grupo de pesquisa, sobretudo com a colaboração do zootecnista César Gêmero, nas questões ligadas à produção animal, e do gestor ambiental Oscar Landmann, nas considerações

sobre acesso e uso da água, ambos profissionais formados no mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara. Trata-se de um retrato do sistema produtivo nos assentamentos da região central do estado de São Paulo, elaborado no âmbito do projeto INCRA/Uniara. As principais marcas dos sistemas produtivos compõem um retrato estatisticamente constituído, que acrescentaram subsídios para se analisar as estratégias produtivas das famílias assentadas juntamente com a perspectiva histórica do campo social debatida no terceiro capítulo e com as etnografias multissituadas do quinto capítulo.

De uma forma geral, os dados estatísticos mostram os principais cultivos vegetais e criações animais que predominam nos lotes familiares, bem como o tipo de manejo com elementos mistos do manejo tradicional e do convencional. São abordadas as fontes de financiamento e a grande dependência em relação a recursos e vontade próprios para implantação dos sistemas – uma vez que a atuação da assistência técnica é tida como ligada à lógica bancária, burocrática e que não realiza o acompanhamento técnico das alternativas. A destinação é outro dado relevante, por demonstrar a quais tipos de mercado a produção nos assentamentos serve. A destinação para autoconsumo aparece com destaque contra a fome e a insegurança alimentar e como fator preponderante para a economia das famílias.

Os dados sobre a divisão do trabalho, aspecto também explorado nas etnografias, demonstram a força da mão-de-obra feminina no trabalho nos lotes e o baixo aproveitamento da mão-de-obra familiar como um todo, sobretudo dos jovens. Na verdade, na geração de trabalho e renda, os casos que fogem à média evidenciam as potencialidades de se empregar muito mais que duas pessoas por lote (marido e mulher) e de se gerar muito mais do que dois salários mínimos por mês. Chego à conclusão de que isso reflete a falta de planejamento e de políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos, que estão muito entregues ao mercado e às possibilidades que as famílias possuem com seus próprios recursos e também aos constrangimentos das gestões municipais.

Os dados revelam também o crescimento e a relevância do PAA para o escoamento da produção de alimentos pré-existente, ou seja, a garantia de compra do governo daquilo que as famílias já produziam em seus lotes. Então, o programa não inventa algo novo, mas parte daquilo que é o alimento das famílias desde que foram assentadas e que deveria, cada vez mais, obter espaço no mercado institucional. Além disso, chega-se a conclusão de que esse mercado deve se abrir aos produtos da

agrobiodiversidade regional, valorizando-os, bem como para produtos de origem animal e de processamento artesanal – ambas são formas de se aumentar a renda das famílias agricultoras, mas que ainda têm grandes desafios para sua regulamentação. Por fim, que a compra do governo não deveria ter cota por família. Cabe destacar que os programas PNAE e PPAIS ainda não possuem resultados tão expressivos na amostragem, tendo em vista que são programas mais recentes em relação ao PAA.

No quinto capítulo apresento resultados da pesquisa etnográfica no período do doutorado. Chamei de etnografias multissituadas, conforme Bourdieu, para expressar as diferentes posições e representações no campo social dos assentamentos. O capítulo possui uma cligavem de gênero, no sentido de se aprofundar o papel das mulheres no sistema produtivo e na formação de grupos produtivos, que moldam as relações sociais no interior dos assentamentos, mas que não eliminam a dominação masculina e a violência material e simbólica sofrida pelas mulheres nos assentamentos. Isso se expressou em casos de lotes individuais e também na liberação de créditos concedidos enquanto "apoio mulher". Então, questiona-se, por exemplo, por que esse nome para o financiamento para as mulheres? Seria uma alusão ao caráter de ajuda em relação ao seu trabalho? As desigualdades de gênero são abordadas como algo socializado no campo social, mas que ao mesmo tempo vem tendo enfrentamentos relevantes.

Outros pontos de aprofundamento nas etnografias são as relações com outros agentes sociais, sobretudo aqueles externos aos assentamentos. Como as diferentes estratégias produtivas vão mudando, ao passo que mudam as ações, políticas públicas e projetos dos órgãos gestores. Em alguns lotes foi possível abordar os casamentos entre famílias e a própria dinâmica das famílias, envolvendo o processo de envelhecimento e adoecimento de idosos, o vai e vem dos filhos entre a cidade e o assentamento. Com certeza, uma dinâmica fundamental para se avaliar as estratégias familiares. Foram atualizadas as situações de famílias e grupos produtivos que já vinham sendo acompanhadas nas pesquisas anteriores ao doutorado. E registrados os avanços e retrocessos dos grupos formais e informais, os problemas de desconfiança e as fofocas que contribuem para desmoralizar certas lideranças, fragmentações e rearranjos de grupos políticos e produtivos no interior dos assentamentos.

CAPÍTULO 1 – ESTRATÉGIAS FAMILIARES NO CAMPO CIENTÍFICO DE PIERRE BOURDIEU

> A velha ordem econômica indagava: Como posso proporcionar, nesse pedaço de terra, trabalho e manutenção para o maior número possível de homens? O capitalismo pergunta: Desse pedaço de terra, como posso produzir o maior número possível de colheitas, com o menor número de trabalhadores? Do ponto de vista técnico-econômico, os velhos aldeamentos rurais da região são, portanto, considerados como superpovoados. O capitalismo arranca o produto de sua terra, das minas, fundições e indústrias de máquinas. Os milhares de anos do passado lutam contra a invasão do espírito capitalista (WEBER, 1982, p.417).

1.1 Estruturas sociais e simbólicas

Bourdieu é um dos autores que promoveu uma verdadeira ruptura em relação às grandes verdades estruturadas e absolutizadas. Todo seu campo teórico-metodológico é permeado por construções conceituais que remetem à compreensão da ação dos agentes sociais, no interior de campos sociais especializados e a partir de suas particularidades históricas. Essa opção lhe rendeu a fama de "sociólogo da prática" (WACQUANT, 2006). Analisando especialmente os meios acadêmicos e os diferentes campos científicos no interior da instituição universitária, o autor empreendeu uma análise sobre seus poderes instituídos e de tudo aquilo que ela "encobria de violência, de impostura" em função de tais "verdades" absolutas (BOURDIEU, 2004a).

Por outro lado, cansado do existencialismo, procurou dar um sentido à filosofia. Na verdade, procurou dar um sentido prático para o papel dos filósofos, que os distanciassem "dos vagos discursos sobre os grandes problemas" (2004a, p.16). "Muitas das disposições intelectuais que tenho em comum com a geração 'estruturalista' (...) se explica pela vontade de reagir contra o que o existencialismo havia representado para ela: o 'humanismo' frouxo que estava no ar, a complacência em relação ao 'vivido' e essa espécie de moralismo político" (2004a, p.16-17).

Os problemas sociológicos definidos de forma relacional exigiam novas abordagens metodológicas, para poder explicar as razões das práticas dos agentes. Como um exemplo muito recorrente em "Coisas Ditas" (BOURDIEU, 2004a), em relação às práticas dos indígenas, para Bourdieu faltava indagar aos informantes sobre o porquê escolhem uma coisa e não outra. No registro dos casamentos, era usual proceder a uma genealogia pronta dos casamentos entre famílias, mas o mais relevante era mapear as opções que existiam e o porquê da escolha, pois assim se poderia inserir as

perspectivas dos agentes nos determinados momentos. Bourdieu acreditava numa grande pluralidade de aspectos que constroem a realidade do mundo social e, por consequência, nos limites do conhecimento científico estruturalista.

Essa opção teórica serve para não se esquecer "a outra relação possível com o mundo social, a dos agentes realmente envolvidos no mercado [matrimonial] do qual faço um mapa (...). É preciso, portanto, elaborar uma teoria dessa relação não teórica, parcial, um pouco terra-a-terra, com o mundo social, que é o da experiência cotidiana" (2004a, p.33). Rompendo, portanto, com a postura de um observador distanciado e da pesquisa de um momento imediato, o momento do objetivismo, descolado da história, o que sugere o acompanhamento dos fenômenos nas pesquisas científicas.

Embora Bourdieu destaque o estruturalismo e sua importância para o reconhecimento da autonomia das Ciências Sociais como disciplina, ele critica autores que, usufruindo do *status* dos filósofos, ganhavam autonomia disciplinar para produzir "teorias estruturalistas puras". Nesse contexto, ele procurava localizar os limites dessas tentativas teóricas, em 1958 e 59, em seus trabalhos etnológicos, cujo objetivo era o de reintroduz o agente na relação social. Como veremos, metodologicamente Bourdieu conseguiu aliar, nesses trabalhos, uma perspectiva histórica das relações sociais, séries estatísticas e o trabalho empírico de etnologias localizadas, para exemplificar as transformações pelas quais passavam as sociedades com a unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos. Igualmente, observou as diferenças entre os grupos e subgrupos sociais inseridos em campos – espaços sociais especializados – a partir do reconhecimento das posições e representações de cada um deles sobre uma base de relações sociais historicamente constituída.

Interessava a Bourdieu, nos seus primeiros trabalhos etnográficos na Argélia e no Bèarn, sua terra natal, conhecer as condições de aquisição do *habitus* econômico por parte dos camponeses, com as mudanças advindas de um novo modo de vida urbano-industrial. Estava em curso um processo de saída do campo e atração das pessoas para viverem em grandes centros urbanos, o que, aos poucos, ocasionou uma mudança no *habitus* dos camponeses, no sentido da aquisição de pré-disposições para elas jogarem o jogo da vida moderna: das novas formas de trabalho, conforme a posição social, no interior de uma racionalidade capitalista de apropriação do tempo e dos corpos dos trabalhadores assalariados, sub-empregados, desempregados e sub-desempregados.

Nesse contexto, Bourdieu introduziu a perspectiva dos agentes sociais, o que significava romper com noções como regras, modelos e estrutura (de parentesco, por

exemplo) para falar do sentido do jogo e das inúmeras possibilidades em relação às estratégias de reprodução social das famílias, ou seja, a dança dos corpos socializados. Todavia, "sem por isso transformá-los em calculadores racionais" (2004a, p.21). Evidentemente, Bourdieu alertava quanto aos riscos de achar que os meios, as ações e as estratégias estão orientados pelo fim de forma plenamente consciente. Essa é, efetivamente, uma função que o autor designa à noção de *habitus:* se as relações sociais são como um jogo, que é jogado especificamente no interior de um campo social, elas possuem regularidades que lhe dão coerência, "mas uma coerência parcial das construções práticas". Pois os agentes "jogam" com um senso prático da realidade ou o sentido do jogo, como mostra a passagem a seguir:

> (...) sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado às condições objetivas, nem de uma determinação das causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comandada pelo "sentido do jogo" tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio (BOURDIEU, 2004a, p.23).

Segundo Wacquant (2006), a reintrodução do conceito de *habitus* servia para descrever as contradições entre as expectativas sociais incorporadas e as novas competências que mudaram o mercado matrimonial no Bèarn. Com a aquisição de lentes urbanas, uma das principais mudanças nesse mercado foi que as mulheres passaram a ver os camponeses como "incasáveis". Por outro lado, na Argélia, estavam em disputa as diferentes concepções de mundo da tradição enraizada e a da imposição colonial. É de se perguntar como os grupos sociais faziam uso de estratégias que variavam de uns princípios a outros, mesmo que (e necessariamente) de forma contraditória. A noção de *habitus* então formulada é um conceito mediador que buscou apreender as transformações do mundo social, "transcendendo a fronteira entre o objetivo e o subjetivo". Pretendia, portanto, escapar ao estruturalismo sem sujeito e à filosofia do sujeito.

> Os padrões de comportamento e o *ethos* econômico importados pela colonização coexistem, em cada sujeito, com os padrões e *ethos* herdados da tradição ancestral. Daqui decorre que esses comportamentos, atitudes ou opiniões aparecem como fragmentos de uma linguagem desconhecida, incompreensível tanto àquele que não conhece a linguagem cultural da tradição, quanto àquele que se refere

> unicamente à linguagem cultural da colonização (BOURDIEU apud WACQUANT, 2006, p.17).

Nos estudos na Argélia, por meio da noção de *habitus*, Bourdieu mostrou que acontecimentos como a colonização deixam marcas duradouras, de modo que "o camponês pode ser libertado do colono, sem se libertar das contradições que a colonização incutiu nele" (Bourdieu apud Wacquant, 2006, p.17). Esses acontecimentos são incorporados ao *habitus*, como que sedimentados em camadas, predisposições e capacidades de *ser*, sobretudo quanto maior for o tempo de influência desse estado de coisas determinante da vida das pessoas – no caso, como o sistema colonial se sustentava, mesmo após a descolonização, com a confusão de disposições que introduziu na ação dos sujeitos por meio da imposição de elementos determinantes à ordenação do território, ao campesinato e à sociedade argelina como um todo.

Nos dois lugares da pesquisa etnográfica de Bourdieu houve uma análise do mesmo processo:

> (...) "choque de civilizações" e dos seus multifacetados impactos na estrutura social e na subjetividade, incluindo o "des-dobramento da consciência e do comportamento" de acordo com os princípios conflitantes do sentimento e do interesse, a erosão das hierarquias e autoridades tradicionais (baseadas na linguagem, idade e gênero), e a relação recursiva entre a degenerescência de unidades sociais tradicionais, a deflagração da competição individual e a distorção das estratégias sociais (WACQUANT, 2006, p.18).

Esse choque se dava no contexto da unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos, sendo o avanço do capitalismo e as relações assimétricas de poder, por exemplo, entre as classes burguesas da cidade, os camponeses e o controle do Estado, desfavoráveis à reprodução camponesa tradicional. A nova ordem capitalista também passou a fazer parte, indissociavelmente, das condições para a reprodução camponesa, o que talvez seja a melhor forma de compreender porque atualmente ainda existem grupos sociais que vivem, em certos aspectos, sob uma condição camponesa de reprodução social. Tendo em vista que o processo de unificação material e simbólica se confunde com o próprio processo de globalização da sociedade, as maiores conseqüências disso para a categoria do campesinato se deram por duas frentes explicativas que procurarei abordar ao longo do primeiro capítulo e da tese. A primeira funcionou como uma força de atração das pessoas, mulheres e homens, para o meio urbano e para estilos de vida e de trabalho urbano-industriais, bem como para casamentos e a formação de famílias com novos perfis, tendendo à individualização social – contrariamente ao tradicional

controle social exercido pelas famílias sobre os casamentos. O segundo, com incidência mais especificamente no setor agrícola, foram as mudanças na base técnico-produtiva que transformaram a agricultura numa atividade industrial e subordinada à burguesia urbana, que culminou com as técnicas da Revolução Verde e, especificamente no Brasil, com uma modernização conservadora da agricultura – mudança na base técnica sem alterações na base fundiária.

Bourdieu explica como a colonização argelina passou por transformações impostas pelo processo de unificação da produção e circulação de bens econômicos e culturais, no descrédito e desvalorização das culturas locais e tribais, com a implantação dos sistemas econômicos e escolares na colônia, que correspondiam aos interesses e representações das classes dominantes francesas. Para ele, as lógicas internas de funcionamento da colônia deveriam emergir para fazer um contraponto com as lógicas dominantes.

Tais relações de dominação foram percebidas posteriormente por Bourdieu também entre o centro e a periferia de Paris, através das ações do Estado que visavam não apenas a uniformizar as linguagens locais ao Estado burocrático, mas a eliminar todo tipo de particularidade cultural: tudo deveria funcionar conforme interesses "maiores", interesses esses controlados por mercados como os da educação, da saúde, da alimentação, da moda, do estilo e do comportamento, das formas de se morar e se viver, determinados por classes dominantes. As ações mais degradantes dos modos de vida tradicionais ocorrem quando o camponês passa a sentir vergonha de si mesmo porque adquiriu as lentes dominantes – seus modos de vida, de pensar, se sentir, se comportar, se vestir, sua aparência, sua educação formal, aquilo que come e a *hexis* corporal, entre outros aspectos. Ou seja, reconhecendo sua nova posição social e inserindo representações contraditórias em seu *habitus*. Não apenas destruído materialmente, mas simbolicamente reconhece-se inferior a partir do julgamento de outros.

Por isso, ele considerava o campesinato como uma classe objeto, "(...) uma 'classe-para-outros', obrigada a formar sua própria subjetividade através do olhar e do julgamento de estranhos" (Bourdieu apud Wacquant, 2006, p.19), e não um agregado como o saco de batatas, como dizia Marx[22]. Mas, levando-se em conta que não se trata de uma transição automática, o camponês não perde definitivamente sua identidade, de

[22] Essa noção de campesinato como um saco de batatas no interior do marxismo será retomada no capítulo seguinte.

forma que também coexistem "camadas" de um *habitus* ajustado objetivamente às situações anteriores ao processo de unificação material e simbólica. Afinal, *habitus* são disposições adquiridas, duráveis e transponíveis, princípios geradores e organizadores da prática.

Comportamentos, representações, modos de ser, de pensar e de agir, são o que Bourdieu chama de pré-disposições operacionalizadas pelo *habitus*, esse acúmulo de experiências que as pessoas incorporam histórica e socialmente, de forma inter-geracional em seus grupos sociais e que são, portanto, partes constituintes e que fluem pelos agentes por meio de suas estratégias de reprodução social. Mas existem frequentemente situações que exigem, dos agentes sociais, decisões que não podem ser tomadas a *priori*, porque as condições para um cálculo racional fogem ao seu controle na relação social e não são todas dadas na prática. Então, resta aos agentes fazer a única coisa que se pode fazer, por causa do senso prático, por possuírem determinadas posições e representações sociais, antecipando, muitas vezes, as necessidades das condições objetivas. Por exemplo, na distinção das classes dominantes, se o agente já nasce em determinada posição social, sua natureza socialmente constituída se ajusta às situações, de forma que mesmo inconscientemente ele demonstra sua distinção.

> De fato, a institucionalização da distinção, isto é, sua inscrição na realidade dura e durável das coisas e das instituições, caminha junto com sua incorporação, que é o caminho mais seguro para a naturalização: quando elas são admitidas e adquiridas como normais, desde a primeira infância, as disposições distintivas têm todas as aparências de uma natureza naturalmente distinguida, diferença que encerra sua própria legitimação (BOURDIEU, 2009, p.233).

Mas o que está naturalizado em termos de posições sociais para cada grupo social? E, especialmente, nas relações de produção? Se existem muitas estratégias para se garantir posições sociais, por parte de quaisquer agentes que possuem capitais de toda ordem (políticos, econômicos, educacionais, dentre outros), essa "naturalização" está ligada ao que é estatisticamente regular. Por exemplo, os grupos familiares dominantes politicamente e os de renda mais alta, a concentração da terra, o nível de escolaridade, entre outras infindáveis regularidades. São raros os momentos nos quais determinadas conjunturas da história da luta de classes tornam possíveis mudanças bruscas na estrutura social. Porém, como veremos no decorrer do primeiro capítulo, as potencialidades de mudanças existem sempre em estado de "pontilhado". Para Bourdieu (2009, p.233): "As formas simbólicas têm uma lógica e uma eficácia próprias que lhe

outorgam uma autonomia relativa em relação às condições objetivas apreendidas (...)", embora tais transformações não possam ser apreendidas como uma equação social ou uma mera soma entre os indivíduos.

O rompimento com o estruturalismo em Bourdieu significa que as relações sociais que existem entre as estruturas simbólicas e econômicas não são inseparáveis das relações estrutura/superestrutra. Assim, há possibilidades das estruturas simbólicas de ontem estarem inscritas nas superestruturas de hoje. "Claro, não chego a ponto de dizer que são as estruturas simbólicas que produzem estruturas sociais: a força com que se exerce o efeito de teoria aumenta na medida em que preexistem em estado potencial, 'em pontilhado', na realidade, como um dos princípios de divisão possível" (2004a, p.31).

O *habitus* é integrado ao mundo social. Os agentes detêm o domínio de certas regularidades do mundo que os cerca, relacionadas com a história de sua família e suas representações sociais, é o que os permite antecipar ações necessárias para sua reprodução social, mesmo que não haja plena consciência disso. Bourdieu usa *habitus* para sair do mecanicismo e do estruturalismo, onde se via a prática dos agentes como mera execução e determinação. A noção torna a prática "ativa, inventiva", porque as disposições possuem capacidades geradoras. O saldo dialético é percebido na capacidade de realizar transformações nas representações e posições sociais, a partir da dinâmica de incorporação de novas disposições sobre uma base constituída.

Embora o *habitus* seja socialmente constituído, o fato da prática ser inventiva o torna suscetível ao acaso e à improvisação, pois sua operacionalização está ligada a situações objetivas. "Construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos" (BOURDIEU, 2004a, p.26). Como veremos no exemplo das estratégias matrimoniais, as famílias jogam o jogo das alianças com seus princípios incorporados, um sistema de pré-disposições adquiridas histórica e socialmente, cujo operador prático é o *habitus*. Entretanto, Bourdieu também mostra as transformações das condições estruturantes da vida das pessoas, a nova racionalidade monetária presente no mercado matrimonial, pelas quais o *habitus* também se transformava.

A noção de *habitus* tem ainda a propriedade de procurar revelar o princípio, não escolhido, de tantas escolhas possíveis. Desnaturaliza as situações quando mostra que

em tempos-espaços distintos ocorrem fenômenos de coerção e estratégias de reprodução igualmente distintos[23]. Essa noção escapa ao estruturalismo porque apresenta a prática dos agentes relacionada a cada momento histórico, tendo como pano de fundo condições sociais que tornam possível "uma determinada maneira de ser ou de fazer, assim necessitada mas nem por isso necessária" (BOURDIEU, 2004a, p.28), que poderia ser outra ou outra, mas foi tal e qual. Com uma análise que se dá pela noção de *habitus*, Bourdieu compreendeu "(...) por exemplo, que o consumo alimentar e os usos do corpo variam segundo a posição que se ocupa no espaço social" (2004a, p.27). Ou seja, ele percebeu que questões como a fome e o trabalho são relacionadas com a posição dos agentes sociais, mas como uma "necessidade, a coação das condições e dos condicionamentos sociais, até no íntimo do 'sujeito'" (2004a, p.27).

A Sociologia de Bourdieu, portanto, quer descobrir o arbitrário e a contingência, onde se vê necessidade e natureza. Vê coação ao invés de livre-arbítrio. Porém, sua Sociologia também procura enxergar a margem de liberdade do agente social, que na verdade, para Bourdieu, é uma liberdade ilusória, através da qual se exercem os condicionantes dos campos sociais. "A liberdade não é um dado, mas uma conquista, e coletiva" (BOURDIEU, 2004a, p.28). Quando fala em liberdade, o autor usa o campo acadêmico como referência: "(...) o ato elementar que consiste em escrever num trabalho de escola (...) é a aplicação de taxionomias socialmente constituídas, que em geral são a interiorização de oposições existentes no campo universitário sob a forma de divisões em disciplinas, em seções, e também no campo social global" (BOURDIEU, 2004a, p.28-29).

Os agentes de determinado campo científico ganham, coletivamente, uma autonomia relativa para se movimentarem nesse campo, pois eles já o encheram de razão, conceitos e provas científicas, a partir de seus pontos de vista em relação a outros campos, com os quais as fronteiras estão em disputa (oposições). Cada qual instrumentalizado teórica e metodologicamente para explicar um fenômeno do ponto de vista dos agentes que o compõem, mas que, no interior desse mesmo campo, invariavelmente, são agentes concorrentes pela competência e pela legitimidade do discurso científico, na luta para impor suas representações, conforme seus interesses. Para Antuniassi (2006), a noção de campo refere-se a um espaço social especializado, de relações objetivas, no qual ocorrem disputas sobre capitais específicos. Espaço de

[23] Bourdieu conseguiu analisar isso ao confrontar o seu campo teórico em duas realidades diferentes, na Argélia e na França.

lutas de posições diferenciadas e para impor representações diferenciadas, que exprime dinâmicas na correlação de forças entre os agentes sociais ali presentes. Mas exprime também alianças, cooperação e cumplicidade, na medida que os agentes possuem interesses em comum na própria existência do campo.

O campo científico, conforme Bourdieu, é aquele no qual está em jogo o poder de definir a ciência, no qual existem lutas pela competência científica, esta "compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente" (BOURDIEU, 1983, p.122-123). Tal autoridade, ao mesmo tempo que tem influências de políticas externas e internas ao seu campo cientifico específico, pode inclusive atribuir limites entre o que é e o que não é uma questão científica ou um problema de investigação no interior desse campo. Os métodos e as referências são as marcas dos condicionamentos das estratégias da pesquisa, assim como os casamentos e as técnicas agrícolas podem ser marcas das estratégias no campo específico da reprodução social das famílias camponesas.

Bourdieu também destaca a polarização entre empirismo e teoricismo como uma questão sempre presente nos debates epistemológicos das Ciências Sociais. Ao passo que as polarizações representam princípios de divisões possíveis e hierarquização de valores em seu interior, a estrutura de distribuição de capital científico depende das estratégias anteriores dos grupos e da posição e prestígio que os agentes possuem no campo científico, mas também das estratégias de conservação ou de subversão possíveis no interior do próprio campo. "É o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate da que consiste em derrubar a ordem científica estabelecida" (BOURDIEU, 1983, p.138). E completa: "Tudo leva a crer que a propensão às estratégias de conservação ou às estratégias de subversão é tanto mais dependente das disposições em relação à ordem estabelecida quanto maior for a dependência da ordem científica com relação à ordem social dentro da qual ela está inserida" (BOURDIEU, 1983, p.139).

A partir dessa idéia das estratégias de conservação ou de subversão, que Bourdieu usa para explicar o campo científico, procuro estabelecer uma comparação quando no que se refere aos problemas das estratégias matrimoniais no Bèarn ou do *Sabir* cultural na Argélia. Os campos de reprodução social dos camponeses franceses e argelinos passaram, cada vez mais, a fazer parte de um campo mais amplo e unificado de reprodução social na sociedade globalizada, no qual se entrelaçam e/ou são entrelaçados.

Nesse sentido, o espaço social não deve ser avaliado em si mesmo, nem pela teoria, nem pela realidade de um momento, senão investigado de forma "(...) inseparavelmente teórica e empírica que, a propósito de um objeto bem situado no espaço e no tempo (...) mobiliza uma pluralidade de métodos quantitativos e qualitativos, estatísticos e etnográficos, macrossociológicos e microssociológicos (tantas oposições descabidas de sentido) de observação e avaliação" (BOURDIEU, 1996b, p.14). Não é possível captar "a lógica do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como 'caso particular do possível', conforme expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis" (BOURDIEU, 1996b, p.15). O papel do pesquisador é apreender:

> (...) estruturas e mecanismos (...) tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço e que ele acha que pode representar em um modelo que tem a pretensão de *validade universal*. Ele pode, assim, indicar as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto as disposições (os *habitus*) e cujo princípio é preciso procurar (...) nas particularidades de *histórias coletivas* diferentes (1996b, p.15, grifos no original).

Bourdieu acreditava em uma forma mais respeitosa de investigação sobre a realidade das pessoas, que pudesse lhes restituir o significado de suas ações. E elegeu como os dois principais *princípios de diferenciação* os capitais econômico e cultural. A diferenciação se refere, num primeiro plano, ao volume total de capitais de cada agente social em relação à sua distribuição no espaço social. No segundo plano, está o peso relativo de cada um dos capitais específicos no volume total de capitais do agente social. Portanto, para ele a diferença estava (e persistia) por toda a parte.

O que se apreende da concepção de análise das estruturas sociais é a sua inseparabilidade da análise da gênese, na cultura e nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais, que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas, nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço, possuindo assim estratégias de conservação e de subversão. Se existem possibilidades para as estruturas simbólicas serem concebidas e transformarem, efetivamente, as relações no interior da superestrutura, as estruturas simbólicas, "mesmo que certamente devam muito às

capacidades específicas do espírito humano, como o próprio poder de simbolizar, antecipar o futuro, etc., parecem-me definidas em sua especificidade pelas condições históricas de sua gênese" (BOURDIEU, 2004a, p.31).

Dada a diversidade de situações que podem se ajustar em seu interior, a relação entre o *habitus* e os campos sociais permite "introduzir os agentes singulares e suas ações singulares sem cair de novo (...) da história fatual" (BOURDIEU, 2004a, p.63). Para Bourdieu, "as pessoas estão situadas num espaço social, que elas não estão num lugar qualquer (...) em função da posição que elas ocupam nesse espaço muito complexo, pode-se compreender a lógica de suas práticas e determinar, entre outras coisas, como elas vão classificar e se classificar, e, se for o caso, se pensar como membros de uma 'classe'" (2004a, p.67)[24]. Talvez, o "muito complexo" se trate de diferentes posições sociais e da distribuição de um conjunto de capitais relacionalmente definidos em cada momento da sociedade.

1.2 Representações e Práticas de Pesquisa

O mundo social é feito, de uma parte, de representações que grupos têm de si mesmos e de outros: são o que são, fazem o que fazem. As representações são fruto das ações que as construíram, inumeráveis atos de construção antagonistas entre cada momento das lutas individuais ou coletivas para impor sua representação de mundo. As representações são fruto dos interesses e das necessidades socialmente constituídos e são sempre refeitas no cotidiano. Estão presente nos costumes, no vocabulário, no sotaque, nas estratégias e em tudo o que dá sentido ao mundo social inscrito nas pessoas e vivenciado por elas. Segundo Bourdieu (2004a), as representações dão ordem aos mecanismos do mundo social, ao informarem como ele funciona, quais são os pensamentos e as práticas das pessoas, sobre o quê estão estruturadas suas relações.

Embora todos tenham a capacidade de representar, a luta por impor representações é desigual. Os grupos dominantes possuem instrumentos mais eficazes de criar e impor suas representações. A história social das representações sociais é feita a partir de oposições, divisões pelas quais se organiza a vida cotidiana, como por

[24] Ele afirma isso em função à crítica da teoria das classes, quando era acusado de não ser marxista: criou a noção de posições no espaço social, com a qual entende que as pessoas se inserem de forma intercambiável, não importa se há duas ou mais classes, justamente pela dança dos corpos socializados e por uma sociologia relacional. Classe social, para ele, poderia ser um termo igualmente totalitário se analisado em si mesmo, se não colocado à prova teórica e empiricamente. "O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*". (BOURDIEU, 1996b, p.27, grifos no original).

exemplo na dualidade entre rural e urbano. Captar toda essa construção e torná-la um dado estático, um retrato dessas relações no presente, exige captar o inconsciente social, pela reconstrução da gênese social dos conceitos e das práticas.

Por exemplo, nas práticas de autoconsumo, me interessa como essas práticas surgiram, as causas, por que subsistiram e o papel que representam na história do grupo estudado. Ou seja, não falar genericamente que essa prática não corresponde, atualmente, aos valores tradicionais, como pode ter correspondido outrora, quando a produção de autoconsumo estava ligada à honra da família e à condição de sua existência física, embora isso também. Muito menos que corresponde ao atraso social que uma economia de subsistência poderia representar. Mas, como que essa prática está inscrita no *habitus* camponês e, assim, também os demais aspectos do modo de vida camponês, quando se tem em perspectiva apreender sua necessidade histórica de ser – talvez, atualmente, sob uma perspectiva ampliada com as considerações acerca das crises ambientais, de abastecimento alimentar e até mesmo de estilo de vida urbana – e de continuar existindo. Portanto, algumas perguntas que se colocam são: qual a força histórica e a necessidade social dessa categoria permanecer na modernidade mantendo parte de suas características fundamentais? Quais são as representações que o camponês faz sobre si mesmo e quais são as representações que outros agentes sociais têm sobre eles? Que relevância as representações sociais têm para isso?

Mas ainda permanecem questões acerca de como conceber a história das estruturas em estudo localizado em um campo social específico. Como abranger, num dado momento, o resultado de todo o processo histórico? "Trata-se de fazer uma história estrutural que em cada estado da estrutura encontre simultaneamente o produto das lutas anteriores para *transformar ou conservar* a estrutura, e o princípio, através das contradições, das tensões, das relações de força que a constituem, das transformações ulteriores" (BOURDIEU, 2004a, p.58, grifos meus), no que se refere ao jogo de forças sociais e dos interesses de classe.

De uma perspectiva relacional, a estrutura social perpassa os agentes e fornece as próprias estruturas subjetivas, que são incorporadas no cotidiano em seus *habitus*. As representações captadas individualmente na pesquisa são contextualizadas no grupo social. "Consequentemente, a relação indivíduo e sociedade é analisada como história materializada e objetivada nas instituições sociais e história incorporada pelo agente social como sistema de disposições para perceber, pensar e agir em determinadas direções, tendo em vista sua posição no espaço social" (ANTUNIASSI, 2006, p.68).

A interpretação sobre a existência dos grupos sociais se dá na análise da realidade objetiva e da representação dos agentes, ou seja, sua elaboração subjetiva. Por isso tem caráter relacional. Para Bourdieu, classe social é uma categoria em construção, o que nos dá um bom exemplo de que o pertencimento a uma classe se constrói, há possivelmente momentos de aproximações e outros de afastamento conforme as próprias representações e a vontade dos agentes. Em estudo de Brioschi e Trigo (1989 apud ANTUNIASSI, 2006, p.71), "(...) se há uma representação do casamento que é comum a todas as entrevistadas, uma retradução específica é feita dentro de cada segmento social. Há uma atribuição de significado ao casamento, especificamente ligada à posição que ocupa a entrevistada na hierarquia social".

Para Antuniassi (2006), invariavelmente as representações exprimem visões de mundo que refletem a posição dos agentes no espaço social, no qual há correlações de poder e lutas para se transformar e impor as próprias representações. As práticas, expressas nas regularidades, e as representações, com base na elaboração subjetiva dos informantes, são noções imbricadas às de *habitus* e campo.

Percebe-se, assim, a contradição imposta, no caso do desenvolvimento agrícola, das relações de dominação que classes burguesas impõem para transformar camponeses mais burgueses que elas próprias. A intensificação da produção comercial em uma propriedade camponesa não faz mais do que isso, ao passarem à racionalidade da produção competitiva e em escala, com o uso de insumos externos e com a exploração da mão-de-obra, reproduzindo, portanto, uma lógica de outro campo social. Por outro lado, criam sindicatos e associações para se organizarem e adentrarem nesse campo, o que muitas vezes não faz mais do que transformar pessoas ignorantes quanto aos processos que seus trabalhos fazem funcionar. Da exploração a que estão sujeitos a acharem normal sua dependência tecnológica para produzir e comercializar, além de explorar a mão-de-obra de outros, essa racionalidade ambígua impregna o *habitus* dos agentes. Por outro lado, ainda, a dicotomia entre campo e cidade implica que os camponeses mudem seus padrões de consumo e dietas, incorporem os novos produtos industrializados e possivelmente deixem de produzir para o autoconsumo, como resultado da representação do atraso social do rural.

É preciso inserir as representações que os sujeitos fazem sobre si e sobre os outros na prática da pesquisa. Não que suas representações os definam, pois eles não são definidos apenas pelo o que eles representam, sobre si e outros no campo social no qual estão inseridos, mas pelo fato de serem socialmente definidos, por serem corpos

socializados em condições objetivas. No entanto, para que se reconheça que todos os seres são constituídos por propriedades materiais e simbólicas, a pesquisa deve abordar aquilo que os seus interlocutores representam. Ou seja, no campo empírico, observar tanto a prática dos agentes sociais por meio de suas regularidades como suas representações. Daí a necessidade de uma análise sociológica que supere dicotomias entre estruturas sociais e simbólicas.

A pesquisa deve se situar na relação dialética entre as regularidades do mundo social e os esquemas classificatórios do *habitus*, este considerado igualmente produto das regularidades – o mundo para qual e pelo qual ele existe. Trata-se de uma análise entre condições objetivas e disposições estruturantes, concebidas pelas próprias condições. Existe, na pesquisa sociológica, uma lógica por trás da prática dos agentes sociais, mas o ecletismo teórico puro e simples não funcionaria sem uma linha teórica que fomentasse um pensamento e que reproduzisse os meios pelos quais este campo do conhecimento já evoluiu. Por isso, o corpo teórico deve servir para iluminar o trabalho e ser referenciado explicitamente[25]: "Esse espaço das tomadas de posição científicas (e epistemológicas) sempre comanda as práticas, ou em todo o caso sua significação social (...) [a] problemática científica como espaço dos possíveis, é uma das condições primeiras para uma prática científica consciente de si mesma" (BOURDIEU, 2004a, p.44).

Se as posições teóricas comandam as práticas de pesquisa, é bom ter um mínimo de coerência na construção teórica, bem como consciência de suas funções e de seus limites. É preciso levar em conta os autores da base teórica explicitamente e considerar quais são os espaços possíveis de se situar no campo teórico, pois uma entre suas principais implicações é o uso político dos conceitos, repleto da subjetividade do pesquisador.

No campo científico é importante se munir de razão, de idéias e conceitos trabalhados historicamente e, possivelmente, repensados, favorecidos por diálogos críticos. Há e devem existir condições sociais para a produção de verdades relativas, mas, para Bourdieu, é preciso colocá-las de maneira empírica e histórica, não como pressupostos e dados absolutos identificados com a razão.

[25] Para Bourdieu, isso pode estar inscrito na formação escolar, pela maneira como é vista a "herança" teórica, como uma cultura a venerar, que se demonstra para obter dividendos simbólicos ou, por outro lado, como um capital produtivo que se aplica para obtenção de resultados. Apesar de serem duas visões pragmáticas sobre a atividade intelectual, Bourdieu trata como uma coisa comum em qualquer profissão: que possui dimensões técnicas e simbólicas.

Então, como objetivar um campo no qual estamos inseridos como pesquisadores, instituição científica e, portanto, como agentes sociais? Há um interesse no saber absoluto e universal que muitos teóricos buscam, mas essa tem que ser uma busca que pelo menos reconheça seus limites. Bourdieu tenta corrigir isso fugindo do saber absoluto e dos termos absolutistas para o uso dos graus de aproximação. "Da regra às estratégias" é um exemplo de como romper com um termo absoluto (regra) para o campo das possibilidades (estratégias).

Ele realça a importância da auto-análise tanto em termos do cientista como de seus instrumentos de conhecimento, ambos historicamente determinados. Indica também a importância de objetivar a objetivação, isto é, perceber as distâncias da pesquisa (e do pesquisador) em relação à prática dos agentes sociais e o que há de artificial com o observador, quando ele adota uma postura muito objetivista – como nas genealogias sem descrições densas. Esta observação vale também para objetivar o próprio discurso do interlocutor (o entrevistado), quando este prefere adotar uma postura de "teórico espontâneo de sua prática" para (cor)responder à pesquisa. Questões que pretendo abordar nas próximas páginas.

1.3 Transformações no *habitus*, imposições da racionalidade urbano-industrial e o trabalho etnográfico

Para Wacquant, toda a obra de Bourdieu possui sensibilidade etnográfica: dos primeiros estudos nas comunidades rurais do Bèarn e na Argélia colonial, nos anos de 1958 a 1962, aos estudos mais avançados, voltados aos múltiplos aspectos da vida e dos campos sociais – como aqueles sobre Educação, Arte, Estado, e ainda os mais abstratos. Embora se trate da "(...) permanente busca de uma ciência da prática e do poder simbólico" (2006, p.14), Wacquant defende Bourdieu da acusação de "teórico da prática", ao afirmar que as inovações conceituais de Bourdieu emergem dos trabalhos etnográficos, e foram "guiadas por questões práticas da pesquisa de campo e não pelo desejo de resolver *puzzles* escolásticos, tais como a consagrada antinomia da 'estrutura e ação'" (2006, p.16). Inovações essas que seriam refinadas nos trabalhos posteriores de Bourdieu.

O esforço de empreender pesquisas de campo em sua terra natal e em outro universo distante e desconhecido foi fundamental para o projeto científico de Bourdieu, por dois motivos: o primeiro foi descobrir as especificidades de cada lugar frente às mesmas condições impostas pela nova racionalidade urbano-industrial, sobretudo a

partir da década de 1950, quando, em vários lugares do mundo, passou a ocorrer a inversão demográfica rural-urbano[26]. Ao invés de uma abordagem estruturalista ou determinista sobre o impacto disso nas sociedades, com a progressiva extinção da categoria Campesinato, ele tomou como foco as estratégias de reprodução social dos grupos sociais e as transformações de seus *habitus*. O segundo foi a possibilidade de objetivar o próprio ato de objetivação. Isto se dava primeiramente como forma de contestar sua formação escolástica, bem como para objetivar as condições sociais nas quais a reflexão do pesquisador se dá. Por outro lado, isso o permitia investigar seu envolvimento com os agentes e os locais da pesquisa, sobretudo na sua região natal, o que levou Bourdieu a concluir o quanto sua objetivação estava socialmente "investida". Vale destacar, por fim, que tal experiência o permitiu aplicar seu quadro conceitual e técnicas de pesquisa em campos comparáveis.

Durante meu exame de qualificação, François Bonvin disse que, quando Bourdieu voltou da Argélia, ficou com vontade de ver outro espaço, o espaço dele. Na verdade, o ato de objetivar era isso: sentir a diferença de uma pesquisa empírica distante em contraste com uma na qual o pesquisador é socialmente investido e pode ir com uma noção objetivada. De um mundo que não conhecia, a Argélia colonial, para o âmbito das estratégias matrimoniais no Bèarn. O que acontecia em ambos os espaços era um momento de ruptura do universo simbólico dos camponeses. No pós-guerra, a construção de sociedades modernas cada vez mais pautadas pela produção/consumo e de futuros diferentes para os camponeses em todo o mundo.

Para Bourdieu, a pesquisa em relação às estratégias matrimoniais no Bèarn tinha em consideração um conjunto de transformações culturais que mudou o *habitus* camponês. As transformações no mercado matrimonial refletiam a passagem para uma economia de mercado altamente competitiva, cujo resultado era a valorização dos homens (e dos valores) da cidade em detrimento dos camponeses. Nesse contexto, ele trabalhou os grupos familiares como história de grupo e como um sistema de posições diferenciadas por sexo: marido e mulher, filhos e filhas, marcando as diferentes posições frente à condição objetivada e às novas perspectivas de futuro que se abriam para uns(as) e outros(as).

[26] No Brasil, segundo Veiga (2003) há um decreto de 1938 que estabelece a definição de espaço rural e de espaço urbano, dentre outras coisas o espaço urbano é onde há setor de serviços. Na segunda metade do século XX ocorre o processo de inversão demográfica, sendo que em 1970 a população urbana ultrapassou a população rural.

Portanto, Bourdieu procurou descrever "as forças dinâmicas que dilaceravam a estrutura social e mental da aldeia comunitária na qual cresceu, e que confluíram na violenta transformação da sociedade de castas da Argélia colonial" (WACQUANT, 2006, p.15). Se em ambos os lugares as pessoas passavam pelas mesmas transformações dos mercados de bens materiais e simbólicos, evidentemente foram destacadas suas particularidades. Ou seja, as mesmas forças dinâmicas que se impunham para forçar uma passagem das sociedades camponesas para a sociedade urbano-industrial, sob interesse das classes burguesas, existiam nos dois lugares investigados. Porém, enquanto colônia francesa, a Argélia colocava outros elementos sobre as formas de ocupação do território e o processo de dominação cultural dos povos nativos.

Por isso Bourdieu defende o trabalho de campo como necessário para restituir às pessoas o sentido de suas ações (WACQUANT, 2006, p.19-20), ou seja, é fundamental no processo de construção de verdades científicas e no ofício de pesquisador, que não precisa ser distante social e culturalmente daqueles que pesquisa. Primeiro que, no caso da postura em campo, exige-se um cuidado com a violência simbólica "inerente à relação de comunicação etnográfica" e a tentativa de apreender, nos conhecimentos práticos e teóricos de seus informantes, as condições sociais das quais eles são produto.

Segundo, o trabalho de campo conjunto na Argélia e no Bèarn, de 1958 a 1962, realizados conjuntamente às suas reflexões no momento mesmo do trabalho de campo, teve caráter comparativo das transformações sofridas em comunidades com grandes diferenças culturais. Cabília e Bèarn como enraizamento etnográfico do empreendimento teórico de Bourdieu – um enraizamento dos dois lados do mediterrâneo, como diz Wacquant. Um empreendimento que inaugurou uma espécie de etnografia multissituada, fundada no trabalho de campo intensivo nos locais, em "observações sistemáticas em primeira mão" (WACQUANT, 2006, p.21). A escala local da objetivação possibilitava não só levar em conta os lugares e seus limites – sem cair numa suposta generalização das categorias teóricas criadas – bem como objetivar o ato de objetivação. Comparativamente, Bourdieu levava os quadros teóricos de um lugar a outro, se questionando sobre a criação dos esquemas interpretativos e o quanto ele poderia estar moldando uma realidade em benefício da outra e como aquilo tinha a ver com os parâmetros analíticos socialmente constituídos por sua formação acadêmica.

A escolha entre os dois lugares não se deu para compará-los em si, mas para ver os efeitos problemáticos da destemporalização e do registro fixo para dar conta da realidade (como a genealogia, os questionários estruturados), bem como em função da

ligação do pesquisador com os dois lugares. Da análise comparativa proposta por Bourdieu emerge um tipo de controle metodológico, ou "vigilância epistemológica", sobre a aplicação do método e dele próprio, pois há "o segundo local [de investigação] como uma exigência metodológica e um recurso para autocontrole e salvaguarda epistemológica" (WACQUANT, 2006, p.22).

A teoria da prática proposta por Bourdieu, no caso do trabalho sobre o Bèarn, significou elaborar a noção de estratégias matrimoniais e a desvendar a condição objetivada por traz do celibato. "O Baile dos Solteiros" é resultado de uma pesquisa que considera o agente social e as suas estratégias matrimoniais, a partir de um *habitus* objetivamente ajustado à estrutura. Ou seja, a partir da inserção dos agentes sociais em um campo social especializado em transformação, no qual eles se valem dos capitais e do senso de jogo que possuem para fazer perdurar suas posições e representações sociais.

Com uma abordagem metodológica inovadora, Bourdieu mostrou que há uma perspectiva de conciliar a abordagem etnográfica, das estratégias dos agentes, com as suas regularidades, expressas nas séries estatísticas. Observada historicamente, essa perspectiva pode revelar a lógica prática da ação social. Assim, foi possível a ele explorar desde as tendências mais gerais à realização de um casamento e à perpetuação dos valores sociais no Bèarn, até os casos e situações que passaram a fugir às regularidades, em função de um processo de unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos, possivelmente criando novas regularidades.

A unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos ocorre no contexto de transformações globais do espaço social, pois a constituição dos grandes centros urbanos torna a sociedade mais complexa. São lugares para os quais as pessoas são atraídas, muitas vezes "fugidas" de seus locais de origem, com os quais estabelecem rupturas culturais[27]. Segundo Bourdieu, esse processo se dá objetiva e subjetivamente. Primeiro, porque nas cidades se encontravam em pleno desenvolvimento a indústria, o trabalho assalariado, os fluxos de informação, as instituições sociais modernas, como a escola e o hospital, uma vida muito mais confortável em função dos transportes e da comunicação, da luz elétrica e dos aparelhos movidos a eletricidade e a gás, dentre muitos outros fatores. Segundo, por meio das representações acerca da vida urbana, que

[27] Passam a ser vistos como lugares malditos "a terra amaldiçoada", o que expressava o medo de se voltar a viver numa sociedade cujo destino social é o controle e a obediência às normalidades da região de origem em termos religiosos e da sociabilidade.

passam por categorias de percepção, valorização e ação do *habitus*, as quais deverão cada vez mais adaptar as práticas sociais a essa condição objetivada. Porém,

> La atracción del modo de vida urbano solo puede ejercerse sobre mentes previamente convertidas a sus atractivos: la *conversión colectiva* de la visión del mundo es lo que confiere al campo social inmerso en un proceso objetivo de unificación un poder simbólico basado en el reconocimiento unánimemente otorgado a los valores dominantes (2004b, p.226).

Então, o que acontece quando se "abre" o mundo objetivo e subjetivo dos camponeses às possibilidades das cidades? Para Bourdieu, aconteceu progressivamente o enfraquecimento objetivo e subjetivo dos fatores que antes eram valorizados nas sociedades camponesas, a saber: "Mencionando sólo los más importantes, la escasa dependencia a respecto al mercado, sobre todo, en materia de consumo, gracias al privilegio otorgado a la ascesis del autoconsumo (de la que la homogamia constituye un aspecto) y el asilamiento geográfico (…) propiciar el confinamiento en un mundo social de base local" (2004b, p.221). Se antes a qualidade da produção para seu próprio consumo, bem como a obediência aos valores e às normalidades sociais constituídos localmente eram fatores ligados à honra e à reputação de uma família, algumas delas passaram a ser representações do atraso social: o isolamento geográfico, o consumo local e os modos de vida degradados e degradantes em pequenas cidades, tendo-se em vista o que é atrasado e o que é moderno.

Por outro lado, tal abertura ocasionava diferentes formas de resistência aos valores urbanos, não apenas em função de produzir os itens necessários à subsistência ou do isolamento geográfico, mas pela consolidação dos valores locais, como a manutenção da língua e das locuções tradicionais, dos costumes, da religião e do funcionamento da vida política local. Além disso, particularidades nas formas da cultura camponesa persistir se espalhavam por todos os lugares do espaço social que lhes foi aberto, a partir daquilo que estava inscrito no *habitus* das pessoas.

Sem entender os condicionamentos que fazem esses microcosmos – uma comunidade rural, uma vila, uma pequena cidade – ocuparem suas posições no macrocosmo social, a sociedade global, fica-se num plano apenas das hierarquias e relações de poder internas. Estas, embora existam e determinem a vida local, passaram a se ajustar objetiva e subjetivamente à influência das representações dominantes. Portanto, os modos de vida modernos promoveram mudanças na vida e nas formas de produção das sociedades camponesas. O principal exemplo foi a monetarização da

atividade agrícola e a inversão da lógica dos ciclos naturais[28]. Com a industrialização da agricultura, a atividade passa a ser precificada e a lógica do mercado toma o lugar da lógica produtiva de bens de uso para a produção de bens de troca.

> A unificação do mercado de bens econômicos e simbólicos tem como primeiro efeito fazer desaparecer as condições de existência dos valores campesinos capazes de fazer frente aos valores dominantes se não enquanto antagonistas, ao menos subjetivamente. Ao passo que a atividade agrícola depende cada vez mais de atividades industriais (2004b, p.222-223, tradução livre).

Toda a atividade agrícola passou a se situar num entorno econômico sob influência das grandes empresas agrícolas, cujo mercado de trabalho impunha interferências diretamente ligadas à reprodução da mão-de-obra e na imposição mesmo de um modo de funcionamento da "empresa" camponesa.

Desta lógica de produção advêm as condições impostas, que chegam tanto pelo Estado ou pelo mercado, para a conversão a uma atividade rentável na qual os preços sobem para a produção com insumos externos. Isso provoca pobreza rural e migração, uma vez que a maioria não tinha condições de competir nesse mercado de ganhos em escala. Apenas grandes proprietários ou grupos altamente capitalizados tinham condições de se inserir nessa produção. Uma política para favorecer alguma forma de ingresso do campesinato na lógica de mercado (a monetarização da produção ou a venda de sua mão de obra) é posta em prática.

Ao mesmo tempo, foi exercido controle ideológico junto ao campesinato, pois a subordinação à racionalidade baseada na técnica e no mercado não explicava todo o processo de transformação dos camponeses e do mundo rural. A unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos desqualifica o mundo camponês como atributo do atraso na esfera das representações, o que debilita ainda mais as formas de resistência a essa nova representação da vida social. Mas como isso se dava na prática dos agentes? Para Bourdieu, foi a partir da representação do camponês sobre sua posição social na sociedade moderna e do próprio reconhecimento de uma condição degradada e degradante.

[28] Como veremos, o fim da prática do *pousio* é exemplar para explicar as novas racionalidades e as mudanças técnicas na produção agrícola. A recuperação da fertilidade não podia mais se dar de forma natural para os nativos na Argélia, mas com fertilizantes químicos. A condição pela qual eles eram obrigados a deixar o *pousio* era a mesma que fazia o *habitus* incorporar novas disposições, contraditórias aos costumes de seus ancestrais.

Portanto, Bourdieu procura mostrar como esse processo mobiliza também a alienação psíquica, que muda lentamente, na oportunidade e na experiência de passar a viver sob outra racionalidade. No entanto, pode ser realmente um processo que demora a se completar, pois são lentas as mudanças no *habitus* e nas práticas e estratégias de reprodução social – contando-se aqui um conjunto mais amplo de estratégias, como o casamento, manter/aumentar o patrimônio, o ofício, os estudos, entre outras. Por exemplo, para um camponês que ia para a cidade e que invariavelmente mudava de profissão, poderia ser uma coisa que gerasse dúvidas, crises de confiança e de auto-estima, principalmente se ele não tivesse estudo e qualificação suficientes para sobreviver no meio competitivo. Para os camponeses do Bèarn, os sentimentos de desenraizamento entram em rota de colisão com a idéia de pertencimento à terra e ao meio rural. Quais as perspectivas que um camponês tem para sua vida em condições economicamente objetivadas para sua subjugação cultural?

Nesse sentido, cabe observar a verdadeira revolução simbólica que estava em curso, uma mudança coletiva em grande escala dos valores e dos estilos de vida urbanos. Como veremos, isso dependia de uma série de conversões individuais e, antes, existiam "em pontilhado", na medida em que umas pessoas se opunham mais, resistiam mais e outras menos, pela própria debilidade de sua posição à atração das cidades e às novas possibilidades de futuro. Então, Bourdieu diferenciou aqueles que sentiam menos apego objetiva e subjetivamente pela terra e pela casa, prioritariamente porque eram mulheres, filhos mais novos ou de famílias pobres – os de posição mais desfavorecida no jogo matrimonial na sociedade camponesa do Bèarn ou simplesmente aqueles que não tinham outra opção para sua reprodução social senão fugir para as cidades.

1.4 A noção de estratégia e alguns pressupostos metodológicos

A noção de estratégia em Bourdieu visa romper tanto com o estruturalismo sem agente e com o objetivismo. Visa negar a ação indeterminada do agente social, como uma forma inconsciente e/ou apenas passível, sem com isso colocá-la como produto de um cálculo racional. Elevar as estratégias a tomadas de decisões conscientes requer considerá-las como produtos do senso prático:

> Como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais (...). O bom jogador (...) faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações

> indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita, codificada (quando ela existe) (2004a, p.81).

"O Baile dos Solteiros" (BOURDIEU, 2004b) é um estudo que tem como foco central o mercado matrimonial na sociedade camponesa na região do Bèarn, terra natal do autor, analisado por meio das estratégias das famílias casarem seus descendentes. O termo estratégia matrimonial é tratado como parte da noção mais ampla de estratégia de reprodução social – assim como as estratégias de investimentos em educação e cultura, ou estratégias econômicas de produção, investimento e poupança – embora tivesse (e tem) a maior importância em termos de reprodução social para as famílias. Portanto, não se pode dissociar as estratégias matrimoniais do conjunto de estratégias, pois elas geralmente se interpenetram em razão das diferentes instâncias reguladoras da vida e dos papéis que os agentes assumem, tanto na relação entre eles e com os agentes que ocupam outros espaços sociais. Para Bourdieu, o casamento é uma das estratégias fundamentais para que as famílias e os grupos sociais perpetuem suas representações e posições, utilizando-se, para isso, capitais de toda ordem. E a crise do mercado matrimonial é uma espécie de "pedra angular" das transformações em todo o sistema de estratégias de reprodução social. Essa perspectiva bourdieusiana vem sendo utilizada em diversos estudos sobre o campesinato brasileiro, tais como os estudos de Woortmann e Woortmann (1990), Brumer e Anjos (2008), Carneiro (2001), dentre outros.

A lógica dos matrimônios pressupunha um conjunto de regras envolvendo a transmissão de bens entre os membros da família, desigual entre os gêneros. Mas, além disso, a transação que ocorre no momento mesmo de se estabelecer uma relação matrimonial entre duas famílias, segundo Bourdieu, deve ser entendida como resultado de uma estratégia. Esse momento tem determinada importância em um ponto da história social de cada família e a estratégia depende das posições que ocupam e do prestígio de que gozam no interior da sociedade. Então, a estratégia matrimonial é resultado do interesse de indivíduos, famílias e grupos sociais estabelecerem trocas materiais e simbólicas que lhes possam beneficiar mutuamente, em determinados momentos de suas histórias. Outra interferência marcante nos jogos de alianças é expressa pelo controle das igrejas, dado o controle moral que elas exerciam nas aldeias, aspecto este mais abordado em artigo de Woortmann e Woortmann (1990). O controle moral religioso reforçava a autoridade paterna, a submissão feminina e as normas de conduta

aceitáveis para a reprodução social, portanto igualmente moldavam as estratégias matrimoniais. Os autores destacam que, "No que tange à comunidade camponesa, porém, o poder paterno não é uma questão de teologia. O poder paterno encarna as necessidades do patrimônio" (p.16).

Cabe destacar que o mercado matrimonial desenhado por Bourdieu traz uma perspectiva diferente daquela de Chayanov, na qual existem "leis" gerais de funcionamento do campesinato e na qual existem momentos em que as famílias fazem cálculos econômicos para a sua reprodução social. Embora Bourdieu concorde com Chayanov, sobretudo com a forma como este descreve as características gerais do funcionamento interno da família camponesa e da relação com os agentes externos, para ele as decisões tendem a ir mais para a esfera individual com o processo de unificação material e simbólica. No caso específico dos casamentos, para Woortmann e Woortmann (1990), o casamento moderno implica decisões cada vez mais individuais, fugindo ao controle exercido antes pelos interesses familiares, o que faz surgir cada vez mais novas situações que fogem às regras, em função da subjetividade das escolhas das pessoas.

Bourdieu conseguiu analisar as estratégias de jogo duplo que as pessoas faziam entre a esfera individual e a coletiva, entre agir conforme interesses para "ajustar" determinada situação aos seus interesses ao passo que procuravam aparentemente obedecer a regras impostas que não permitiam a transgressão de determinadas situações. As estratégias que forneciam certa margem de liberdade às ações tinham os mesmos limites e coações que o próprio jogo matrimonial já impunha. Porém, destacou que as estratégias matrimoniais, em diferentes lugares, possuem muitas diferenças. Por exemplo, tendo-se em vista como se dá a partilha e a transmissão de bens em cada sociedade, bem como outros aspectos restritivos ou que favoreciam a formação de uma nova aliança e o estabelecimento de uma relação de parentesco. Nos casos analisados por Bourdieu, nos casamentos dos cabilas não interferia a partilha devido à indivisão dos bens, mas no casamento bearnês era preciso, antes de mais nada, preservar a casa e a terra (2004a, p.82).

A principal fonte de coação das estratégias matrimoniais são justamente os costumes sucessórios. Os costumes podem estar mais ou menos codificados, ou seja, escritos ou tornados leis, portanto são os determinantes que podem levar ao casamento preferencial. Mas podem igualmente passar uma idéia estática e mecânica das estratégias. Para Bourdieu:

> (...) as vias sucessórias designadas pela tradição impõem-se como "naturais" e tendem a orientar – novamente é preciso compreender de que maneira – as estratégias matrimoniais, o que explica que se observe uma correspondência bastante estreita entre a geografia dos modos de transmissão dos bens e a geografia das representações dos laços de parentesco (2004a, p.86).

O bom jogador possui estratégias matrimoniais que visam à reprodução de determinada estrutura, por isso mesmo sua margem à liberdade é restrita pelas próprias regularidades do jogo. Assim ele explicou as regularidades que determinavam o valor de um casamento: "no Béarn, o sexo, isto é as representações consuetudinárias da precedência masculina, a condição de nascimento, isto é, a precedência dos primogênitos e, através deles, da terra, que, como dia Marx, herda o herdeiro que a herda, a posição social da casa que precisa ser mantida, etc." (2004a, p.87). Assim, o agente social é guiado pelo princípio da honra, mas esse princípio não é igual em todo lugar e em todo momento. Como já mencionei antes, para os cabila isso está mais ligado ao capital simbólico e à reputação, enquanto na sociedade de Béarn ao capital econômico, sobretudo à terra. Por outro lado, com as modificações advindas da unificação material e simbólica, a transmissão do patrimônio era atribuída ao filho que melhor representava a família com base em suas tradições, mas também passou a ser aquele que poderia modernizar a propriedade (WOORTMANN, WOORTMANN, 1990).

O corpo teórico e metodológico que Bourdieu desenvolve nesses estudos etnográficos, combinando-os com a estatística, possibilita mostrar que as estratégias matrimoniais não são mera obediência às regras, mas sim um jogo social que se dá conforme interesses sociais e historicamente construídos. Algo que as pessoas estão preparadas para perceber e realizar como algo imanente a elas: os interesses estão inclusive inscritos no corpo delas, nas suas maneiras de pensar, agir e se expressar.

Por outro lado, a unificação dos mercados materiais e simbólicos ocasionou mudanças nas regularidades, observadas em estatísticas tais como a escolaridade, o ofício, a produção, a prosperidade material: "são o produto agregado de ações individuais orientadas pelas mesmas coações objetivas (as necessidades inscritas na estrutura do jogo ou parcialmente objetivadas em regras) ou incorporadas (o sentido do jogo, ele próprio distribuído de forma desigual, porque em toda parte, em todos os grupos, existem graus de excelência)" (BOURDIEU, 2004a, p.82).

Metodologicamente, as estratégias matrimoniais em Bourdieu não podem ser reduzidas a descrições de genealogias, sob risco de se reduzir a complexidade da operação às "relações de parentesco". Reside aí sua ruptura com o paradigma estruturalista, pois ele não se contenta com genealogias e com a definição do parentesco. Não é a genealogia em si que comanda as relações econômicas e sociais, mas ela é sujeita a manipulações pelas quais se busca o controle (favorecer ou impedir) de tais relações, que, por sua vez, passam por uma intensa dinâmica na modernidade. Para tanto, cabe ao pesquisador entrar no campo das possibilidades de trocas materiais e simbólicas que oportunizam certas estratégias em determinados momentos da história social das famílias.

Bourdieu rompe com o paradigma estruturalista com o uso de um quadro conceitual constituído pelos termos estratégia, *habitus* e senso prático. Na verdade, uma mudança no vocabulário, bem como uma mudança no comportamento teórico, que é a de não tomar como princípio da prática dos agentes a teoria que se deve construir para explicá-la (2004a, p.78-79). O cuidado com as palavras fortalece a ideia de não dar existência a uma coisa nomeada. A mudança de vocabulário consiste falar em estratégias matrimoniais ou costumes sociais de parentesco, ao invés de regras de parentesco. Isso porque o termo regra carrega a ambiguidade de significar algo como uma norma jurídica, ou certas regularidades impostas que determinam as pessoas e os grupos sociais *a priori*. Para Bourdieu (2004a, p.79), os agentes possuem:

> (...) domínio prático da lógica ou da necessidade imanente de um jogo, que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso (à semelhança, por exemplo, das técnicas corporais). Noções como a de *habitus* (ou sistema de disposições), de senso prático, de estratégia, estão ligadas ao esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo.

Por outro lado, o trabalho de campo em sua região de origem colocou-o diante de uma realidade conhecida e como indivíduo socialmente situado, não somente como cientista interessado apenas em analisar a realidade, sem ter interesse sobre ela para além da pesquisa ou vínculos diretamente relacionados com a sua história pessoal/familiar. Ele havia retornado da Argélia e os estudos no Bèarn possibilitaram testar seu quadro teórico comparativamente em duas situações. Passou a interessar-lhe mais "observar os efeitos que a situação de observador produz sobre a observação, sobre a descrição da coisa observada, descobrir todos os pressupostos inerentes à postura

teórica enquanto visão externa, afastada, distante ou, simplesmente, não prática, não envolvida, não investida" (BOURDIEU, 2004a, p.78).

Assim, primeiramente, classificou como enganosa a relação de não pertencimento e de não envolvimento que certos teóricos adquirem sobre seus objetos de estudo e pesquisa. Segundo, que a diferença entre regra/modelo para estratégia/*habitus*/senso prático é que, no primeiro caso, o pesquisador pode criar a própria regra e, no segundo, busca entender como se dá a lógica da estratégia (por exemplo, o que motivava o mercado matrimonial no Bèarn): "(...) visa reintroduzir o agente socializado (e não o sujeito) e as estratégias mais ou menos "automáticas" do senso prático (e não os projetos e cálculos de uma consciência)" (BOURDIEU, 2004a, p.81). As noções de Bourdieu trazem à tona os agentes sociais e suas ações práticas. A busca por entender a lógica da estratégia é a mesma da compreensão prática do mercado matrimonial.

Portanto, a ruptura também se expressa no comportamento do pesquisador e em sua maneira de fazer o trabalho de campo:

> (...) é preciso passar horas e horas com informantes bem-informados e bem-dispostos para coletar as informações necessárias à compreensão de um único casamento – ou, pelo menos, à atualização dos parâmetros pertinentes, já que se trata de construir um modelo estatisticamente fundamentado, das coações que organizam as estratégias matrimoniais –, quando se pode estabelecer em uma tarde uma genealogia que inclua uma centena de casamentos e, em dois dias, um quadro dos termos de tratamento e referência (BOURDIEU, 2004a, p.91-92).

Ou seja, mais vale investigar a maior quantidade de condições (coações) e de estratégias em confronto na análise de um casamento do que traçar uma genealogia completa da família – o que por certo não elimina sua relevância.

A teoria das estratégias de reprodução tem por objetivo conhecer a genética dos grupos estudados, mostrando como e por que os grupos se fazem e desfazem. Os grupos familiares (da mesma genealogia) existem na regularidade e nas condições/representações impostas (coações), como também na dinâmica das estratégias de negociação que visam a modificar ou manter as representações e as condições objetivas. Assim, Bourdieu compreende que os grupos se fazem permanentemente, o pertencimento a um grupo é algo que se constrói e se mantém. Para ele, as classes (ou os grupos sociais) são coisas a serem captadas em seu movimento, sendo que as

estratégias são aspectos privilegiados para sua observação e análise, por pressupor os agentes sociais e as relações de classe contraditórias que emergem de sua dinâmica.

> Em suma, todo o meu trabalho, há mais de vinte anos, visa abolir a oposição entre a etnologia e a sociologia. Essa divisão residual, vestigial, impede uns e outros de colocar adequadamente os problemas mais fundamentais que todas as sociedades colocam, os da lógica específica das estratégias que os grupos, e particularmente as famílias, empregam para se produzir e se reproduzir, isto é, para criar e perpetuar sua unidade, logo, sua existência enquanto grupos, o que é quase sempre, e em todas as sociedades, a condição da perpetuação de sua posição no espaço social (2004, p.94).

1.5 Estratégias matrimoniais no Bèarn: precedência masculina e o jogo com as más cartas

No Bèarn, a transmissão do patrimônio familiar tinha por regra beneficiar os filhos homens mais velhos, sob o fundamento da manutenção dos bens materiais e simbólicos da família, o patrimônio e a linhagem. Assim, o autor descreveu como cada filho tinha o seu valor, mais alto ou baixo, no jogo das alianças. Como a um jogo de cartas, cada filho é uma carta e seu casamento é uma cartada que a família dá. O valor de cada filho é estipulado pelas regras do jogo: a estratégia leva em conta a qualidade daquilo que se tem, da distribuição das cartas e das possibilidades de dar uma boa cartada. Se as estratégias matrimoniais são tomadas para se atingir um objetivo, que está dentro daquilo que determinações mais amplas permitem fazer, ou aquilo que está dentro dos seus limites – por exemplo, casamentos entre famílias de posições sociais semelhantes –, pode-se afirmar que regra e estratégia estão articuladas.

Os casamentos eram a principal forma de duas famílias realizarem alianças, que iam muito além de laços matrimoniais. O bom casamento é aquele que garante dividendos materiais e simbólicos: o objetivo é "maximizar os benefícios econômicos e simbólicos associados à instauração de uma nova relação" (BOURDIEU, 2009, p.245). A importância da família pode ser medida por coisas mensuráveis, como o tamanho e o valor da sua propriedade, ou pelo valor do dote, bem como por coisas incomensuráveis, como sua cultura. Ambas podem impor limites à realização de casamentos entre famílias.

> A oposição que separa da massa de camponeses uma "aristocracia" distinta não somente por seu capital material, mas também por seu capital social que é medido pelo valor do conjunto dos parentes, nas duas linhagens e nas várias gerações, por seu estilo de vida que deve manifestar respeito aos valores de honra e pela consideração social da

> qual está envolvida, provoca a impossibilidade (de direito) de alguns casamentos considerados como más alianças (BOURDIEU, 2009, p.246).

Embora as "grandes" famílias nunca estejam totalmente livres ou presas de suas bases econômicas, esse assunto sempre conta nas estratégias. Por isso elas tendem, pelo senso do jogo, a fazer suas alianças em "um ponto de segmentação particular no jogo desigual de distribuição de riqueza", que existe no interior da própria família e dentre grupos e sub-grupos sociais.

Um bom exemplo da distribuição desigual no interior da família é que os dotes aos filhos mais novos e mulheres poderiam ser dados em espécie, sendo isso a compensação por não receberem terras. O "chefe de família sempre tem a liberdade de jogar com as 'regras'" (BOURDIEU, 2009, p.249), para que ele se sirva de uma partilha "teatral", que funciona para atingir seus objetivos, geralmente ligados à não partilha da propriedade, de forma mais ou menos secreta. Para tanto, ele elege um herdeiro, mas a regra costumeira previa o pagamento de uma compensação para os demais filhos, que dependendo das conjunturas, poderia existir ou não.

O pai jogava com seus filhos, permitindo alguns acumularem pequenas quantias, impondo casamentos, assegurando ao mais velho que tudo ia ser dele – mas no momento podia não ser nada – regateava o dote nas ocasiões dos casamentos. A própria norma do primogênito masculino era uma maneira do chefe de família fazer o necessário para manter a hierarquia e o patrimônio familiar. A autoridade paterna permitia ao chefe de família, inclusive, excluir o primogênito, se este não era tido como o melhor herdeiro – se tivesse saído da casa e o caçula permanecido, se ele era de alguma forma indigno perante os costumes locais para honrar a posição da família, dentre outros. Ao que parece, nos exemplos de Bourdieu, a única regra era o que marcava uma sociedade machista e patriarcal, voltada à conservação dessa estrutura familiar e social. Essa função era designada ao pai, que intervinha deliberadamente nos casamentos e nas possibilidades de celibato de seus(as) filhos(as). Afinal, todo casamento implicava a redistribuição do patrimônio familiar e a redefinição da capacidade produtiva da família (WOORTMANN, WOORTMANN, 1990).

Isso implicava não apenas o direito paterno de exercer a autoridade sobre a propriedade e os bens, mas a autoridade política no interior do grupo familiar. Os que se favoreciam com isso, em primeiro lugar, eram os filhos homens mais velhos (classificados pelo gênero e pela idade), sendo que, quando se colocava a terra sob

responsabilidade do mais velho, impunha-se sua indivisibilidade. E mais ainda, porque poderia haver mesmo uma disputa por quem honraria mais a família, preferencialmente o mais velho, ou outro filho, precisam adquirir as estruturas simbólicas e práticas para a perpetuação da família e de seu patrimônio. Portanto, não seria apenas uma distinção social ligada a uma diferenciação biológica, mas sim pela virtude da incorporação: "(...) se a terra herda aquele que a herda, é porque o herdeiro, o mais velho, é a terra (ou a empresa) feita homem, feita corpo, encarnada sob a forma de uma estrutura geradora de práticas conformes ao imperativo fundamental da perpetuação da integridade do patrimônio" (BOURDIEU, 2009, p.252).

As estratégias para o casamento dos homens eram, por isso mesmo, mais arriscadas. Fazer uma aliança fora de suas condições, como comprometer-se com um dote muito alto com mulheres de famílias mais ricas, por exemplo, podia desonrar a família e comprometer o dote dos demais descendentes. Bourdieu cita em nota que não são apenas os casamentos, mas uma estratégia produtiva errada também podia acabar com o capital material e simbólico de uma família camponesa (2009, p.253)[29]. O filho mais velho era o que talvez vivesse na maior contradição: ao mesmo tempo o que gozava de maiores privilégios e tinha maior autoridade fora o pai, era também o que estava mais submetido a ela. Um bom exemplo no caso brasileiro é descrito por Queiroz ao afirmar a tendência centralizadora da família camponesa, perpetuada pela "ligação vigorosa com seus meios de subsistência (isto é, com o patrimônio a ser transmitido aos descendentes), e para tanto negando aos membros o direito de dela se apartar para criar situações sócio-econômicas distintas" (1976, p.18-19). Mas não só o primogênito, como qualquer outro filho ou filha não poderiam se casar com quem quisessem, muito menos se saíssem da casa do pai para se casar com quem realmente amavam, sob pena de serem deserdados. Essa passou a ser uma das razões do celibato, que se voltava contra a finalidade da reprodução social.

Por sua vez, era de se supor que com o nascimento de uma menina, algum outro herdeiro terá que ser feito. Quando não, o objetivo era casar logo a moça, a não ser que a família conseguisse suportar a "carga a mais" – mais uma para comer frente à força de trabalho familiar, mesmo que a força de trabalho dessa moça justificasse o seu consumo. Tal família sempre estaria sujeita a expor sua linhagem, pois quando a filha se

[29] O caso clássico dos assentamentos de Araraquara é o financiamento do cultivo do milho, quando não se tem boa colheita ou não se tem para quem vender, deixando-os todos endividados.

casava, e seus pais morriam, os direitos costumavam ficar para os homens da família do genro, a terra poderia ficar para estranhos à família de origem.

Segundo Bourdieu, a mulher ser instituída herdeira era o último recurso da família. Mesmo se houvesse três irmãs mais velhas, o filho caçula assumiria a terra. Ou, na falta de qualquer outro herdeiro, poderia ser o genro que tivesse as melhores condições materiais e simbólicas. Não é à toa que Bourdieu menciona uma locução tradicional da região do Bèarn, quando compara a filha mulher a uma má carta no jogo matrimonial: "quando nasce, cai uma viga mestra" (BOURDIEU, 2009, p.255).

No caso do dote da filha, havia a necessidade de ser mais alto, pois era a má carta que a família queria descartar, conforme a passagem a seguir: "(...) o *adot* das moças é quase sempre superior aos dos rapazes, porque não há outra saída, como se viu, senão casar logo essas bocas inúteis, e o mais rapidamente possível" (BOURDIEU, 2009, p.260).

Vale destacar, por outro lado, que o poder doméstico constituía uma autonomia relativa em relação ao poder econômico, ele igualmente possuía formas materiais e simbólicas no interior das famílias. Bourdieu explica que o tamanho do dote era fundamental para estabelecer sua importância, maior ou menor, quanto a se submeter ao seu controle e vice-versa. Por exemplo, entre a sogra e a nora na mesma casa, a pretensão da nora poderia variar conforme fatores como o valor do dote e o patrimônio de sua família de origem – se a família rica fosse mais numerosa, a família média com um bom dote poderia dar maior legitimidade à nora. A avaliação subjetiva sobre a boa campesina, a feminilidade e a pureza da mulher também estava em jogo. Por seu turno, uma mãe sempre defendia a linhagem contra a usurpação exterior, por isso poderia entrar em conflito com a nora se esta abusasse da autoridade (querer ser dona da casa), quando seu dote e os capitais material e simbólico de sua família de origem não fizessem jus. E a discordância nesses pontos poderia trazer mais conflitos. As relações de força, nesse caso, não se davam por quem ia exercer a autoridade, que era quase sempre masculina, mas quem detinha ou trazia mais capitais materiais e simbólicos.

Se para as filhas prevalecia essa lógica machista, para os filhos mais novos uma saída era acumular qualquer pecúlio para incrementar seu dote:

> (...) a possibilidade de fundar um lar mesmo permanecendo na casa paterna era um privilégio reservado ao mais velho, os mais novos que não conseguiam se casar com uma herdeira por causa de seu *adot*, às vezes aumentado com um pequeno pecúlio laboriosamente acumulado (*lou cabau*), não tinham outra escolha senão a emigração para uma

> cidade ou para a América e a esperança de uma atividade e de um estabelecimento, ou o celibato e a condição de criado, em sua casa ou na casa dos outros (para os mais pobres) (BOURDIEU, 2009, p.261).

Por isso mesmo não havia pressa para casar filhos mais novos. Era melhor manter esse "criado sem salário", ou deixá-lo ajudar o irmão mais velho lhe dando esperança de aumentar sua herança, ou o fazia passar da idade por ocasião de um casamento não realizado. "Por caminhos opostos, aquele que partia para ganhar sua vida na cidade ou que ia fazer fortuna na América e aquele que permanecia em casa, trazendo sua força de trabalho sem aumentar o custo do lar e sem diminuir a propriedade, contribuíam para a proteção do patrimônio" (BOURDIEU, 2009, p.262). Para Bourdieu, o filho mais novo é a "vítima estrutural", ao mesmo tempo designado para isso pelo sistema de proteção aos capitais materiais e simbólicos, conforme divisões costumeiras do papel de cada filho, impunha-se ao mais novo uma forma resignada de apego às coisas da família, à casa e à propriedade.

Os padrões de sexualidade e o controle moral também são primordiais para se compreender tanto a lógica do jogo das alianças como a posição das mulheres. Deve-se contextualizar inicialmente que os mercados matrimoniais e os casamentos em sociedades camponesas tinham muitas especificidades e diferenciações. Woortmann e Woortmann (1990) relatam em um artigo as diferenciações em várias partes da Europa, como na França, na Inglaterra, na Áustria e em Portugal. E mesmo as diferenças no interior de cada região, por exemplo, entre as famílias coletivas (*zadrugas*) em regiões pastoris e agrícolas dos Balcãs, sendo que nas segundas havia maior tolerância quanto às relações sexuais pré-matrimoniais das jovens.

No entanto, foi identificado pelos autores que, inevitavelmente, a condição de subordinação das mulheres às decisões do(s) homem(ns) marca a maioria dos casos, ou seja, às mulheres caberia se submeterem a uma honra específica que mostrava como as preferências eram construídas: casar-se jovens, sobretudo para se garantir a virgindade e afastar a possibilidade de casamentos indesejados. Não casavam com quem queriam, porque muito além do amor, o casamento era uma aliança na qual havia interesses investidos para a reprodução patrimonial. Em sociedades nas quais a mulher também poderia ser herdeira, como na Áustria, o controle sobre seu casamento era ainda maior por ela ser mais factível a influências de estranhos contra a manutenção do patrimônio da família.

Outra especificidade foi observada nas *zadrugas*, nas quais as mulheres não se submetiam somente ao marido, mas aos homens da família coletiva e principalmente ao seu chefe. O adultério era considerado uma traição ao grupo, enquanto que, por outro lado, "(...) registravam-se relações sexuais, ou só 'jogos sexuais', 'da cintura para cima' com outros homens do grupo, além do marido" (p.40).

> O corporativismo da *zadruga* se expressa igualmente no acesso sexual às mulheres. Segundo um camponês mencionado por Hammel, "juntos nós comemos e juntos nós trepamos". O *jus prima nocis*, direito do patriarca do grupo, era praticado até as primeiras décadas de nosso século. (...) Por outro lado, o irmão do noivo, pelo menos em algumas regiões, dormia com a noiva a caminho da cerimônia de núpcias. Novamente, afrontava-se os "bons costumes". Para Hammel a explicação desses padrões de comportamento sexual estaria no princípio da substitutabilidade dos indivíduos no interior de um grupo corporativo. A corporatividade explicaria também o costume de casamento entre dois irmãos e duas irmãs, e a troca de irmãs (comum a muitos outros grupos camponeses, inclusive no Brasil). Mas, considerando de um lado que nesse campesinato, como em outros, são as mulheres que circulam, enquanto os homens permanecem fixos, e considerando o coletivismo da *zadruga* como um todo, poderia-se dizer que as mulheres pertenciam à *zadruga* como um todo. Esse padrão de acesso sexual parece mais difundido nas áreas onde predominava o "preço da noiva", coletivamente pago pelo grupo de homens. A *zadruga* constituía uma totalidade, mais que um espaço para escolhas individuais (WOORTMANN, WOORTMANN, 1990, p.36-37).

Para os autores, há várias funções para o(a) filho(a) celibatário(a), inclusive para a reprodução sexual da família. Além de ser força de trabalho, são esposos(as) em potencial para os(as) viúvos(as), exercendo papéis de substitutos em diversas situações, portanto vivem em função da família e de sua reprodução social e simbólica. Por outro lado, os autores destacam também o celibato eclesiástico como estratégia familiar.

Em estudo de caso brasileiro, no sul do país, os autores notaram que existem similitudes entre o que acontecia no campesinato europeu e nas colônias daqui. Por exemplo, os casamentos eram arranjados pelas famílias sem que os noivos fossem consultados e existia a figura do casamenteiro – para Bourdieu (apud WOORTMANN, WOORTMANN, 1990), uma espécie de "parente prático" –, figura observadora das normas e bons costumes para propiciar casamentos entre pares compatíveis, ou seja, da mesma etnia, da mesma classe, dos mesmos costumes etc. Geralmente, os casamenteiros eram da mesma faixa etária dos possíveis noivos, não perdiam a oportunidade de os "atiçar" para o casamento, falavam das qualidades e minimizam os defeitos de parte a parte. Esse tipo de ação, para os casamenteiros, redundava em

auxiliar os noivos, mas, para Woortmann e Woortmann (1990, p.59), atendiam na verdade a interesses dos mais antigos, pelo o que podiam ser considerados "inocentes úteis". Eles ainda esperavam uma retribuição simbólica no sentido de serem reconhecidos como aqueles que ajudaram para que o casamento se concretizasse, ou que fossem convidados a tornarem-se padrinho/madrinha do casamento ou do primeiro filho do casal.

Os autores também identificavam nas colônias do sul do Brasil o interesse das famílias nos casamentos dos filhos como interesse de reprodução do patrimônio. Os celibatários eram incomuns até a década de 1950. A maioria dos celibatários tinha algum impeditivo para o casamento, como em casos de deficiências físicas sérias ou, quando havia, eram pessoas que não gozavam de direitos plenos, como se um solteiro de idade avançada não tivesse ainda conquistado a maioridade. Pois havia todo um esforço para o casamento e para a reprodução social do grupo. Entretanto, segundo Woortmann e Woortmann (1990, p.61):

> A partir da década de 50 observa-se um arrefecimento nesse esforço de casar a todos. (...) Paralelamente, corresponde também ao período no qual se eleva a idade média ao casar. Essa mudança corresponde ao estrangulamento do modelo de reprodução social, face ao esgotamento das terras na fronteira accessível, e mesmo ao fechamento desta última. A partir daí, o celibato não é mais uma condição excepcional.

Interessante notar que corresponde exatamente ao mesmo período, a década de 1950, quando Bourdieu observou fenômenos muito parecidos no campesinato francês e argelino, com a unificação dos mercados materiais e simbólicos e com o avanço da racionalidade industrial na agricultura.

Portanto, as relações de parentesco pressupõem conflitos, exploração e interesses específicos, tanto no interior das famílias como nas suas relações sociais. Da regra às estratégias possíveis, estas pensadas inclusive *a priori*, considera-se sempre os riscos políticos, econômicos e morais associados: o homem tem a seu favor a lei, a própria "dessimetria que a tradição cultural estabelece a favor do homem e que quer que se coloque no ponto de vista masculino para julgar um casamento" (BOURDIEU, 2009, p.257), o que, no final das contas, está a favor dos homens e das famílias dominantes.

Cabe observar, assim, o quanto é artificial a relação entre estrutura e sentimentos, ou seja, os casamentos passavam pelo valor do patrimônio, do *adot* e pela transmissão da herança das famílias. Nascer em uma boa família, que dá boa educação, além das próprias experiências pessoais, são fatos que formam esquemas de percepção e

apropriação do mundo social. Esses esquemas se aplicam aos relacionamentos, tendendo a afastar as más alianças. Assim, para Bourdieu, o amor só parece ser aleatório, mas na verdade se confunde com o amor ao destino social desejado, embora ele não coloque isso como uma regra que fuja ao acaso, mas ele reconhece que por trás disso existem códigos de identificação. Como bem colocaram Woortmann e Woortmann (1990), o amor geralmente não norteava as escolhas matrimoniais nas sociedades camponesas, pois as alianças eram construídas socialmente enquanto práticas de reprodução social dos grupos sociais e as expectativas eram diferentes em lugares e culturas diferentes[30]. Além disso, a proximidade no espaço social não significa unidade, mas sim potencialidades de unidade, uma pretensão de continuar ou não existindo enquanto grupo – como estratégias de continuidade ou de subversão.

Assim, "(...) a afinidade espontânea (vivida como simpatia) que aproxima os agentes dotados de *habitus* ou gostos semelhantes, logo, produtos de condições e condicionamentos sociais semelhantes" (BOURDIEU, 2004a, p.90), existem em estado pontilhado para a realização de determinado destino social. As características do parceiro são adaptadas aos critérios de escolha socialmente objetivados e instituídos. É claro que há pulsões emocionais nas estratégias, tanto quanto cálculos de interesses. Porém, os próprios impulsos "se adéquam à economia do sistema de obrigações e de exigências cujo produto são suas disposições éticas e afetivas" (BOURDIEU, 2009, p.264).

É o *habitus*, este produto das estruturas, que tende a reproduzi-las, e isso implica uma submissão:

> (...) espontânea à ordem estabelecida (...) encerra o princípio das soluções, fenomenalmente muito diferentes, limitação dos nascimentos, emigração ou celibato dos mais novos etc., que, em função de sua posição na hierarquia social, de sua posição na família, de seu sexo, os diferentes agentes trazem às antinomias práticas engendradas pelos sistemas de exigências que não são automaticamente compatíveis (BOURDIEU, 2009, p.265).

[30] "Se no mundo moderno, a idéia de casamento por interesse é moralmente condenada, pois deve ser informado pelo amor, nas sociedades tradicionais é a paixão, terrível inimigo da razão, que constitui o foco das condenações. (...) O certo nessas sociedades tradicionais é o amor à família, mais do que por um indivíduo" (WOORTMANN, WOORTMANN, 1990, p.2). Mas os autores reconhecem o caráter flexível dessa afirmação, uma vez que isso não era uma regra absolutizada para as estratégias matrimoniais dos camponeses, inclusive porque poderia haver sentimento já existente entre os noivos, apenas que o apego à tradição era o que assegurava, em parte, a manutenção dos camponeses em meio às transformações sociais.

1.6 Questões de gênero: invertendo posições?

No Bèarn, as mulheres eram mais desapegadas à terra porque a reprodução do patrimônio dependia menos das suas decisões, eram menos comprometidas com o trabalho na terra, portanto tinham maior propensão à emigração e a recorrer a estratégias educacionais e matrimoniais na cidade. A nova racionalidade urbano-industrial atingiu, invariavelmente, todo o modo de vida camponês, mas primeiro por meio das filhas que vão para as cidades, de forma que elas podem atingir o centro da sociedade camponesa, contra aqueles que mais resistem. As mulheres e filhos mais novos são comparados ao Cavalo de Tróia para ingresso na vida urbana (BOURDIEU, 2004b, p.226-227).

Porque a subversão daquele pequeno ponto dominado pela sociedade tradicional – dos papéis atribuídos às mulheres – mostra, na verdade, o que coloca os camponeses num espaço e num contexto social muito mais amplo, porém localizado sempre em posição de subordinação social e cultural. Com as filhas indo morar e se casar com homens nas cidades, o camponês passa a se ver cada vez mais atrasado em relação a quem mora na cidade. E o casamento das filhas passou a subverter a ordem e o controle estabelecidos e o próprio destino da família. A imagem que os da cidade têm do camponês se impõe à consciência do próprio camponês. A crise dos valores camponeses são perceptíveis pela "anarquia" dos casamentos de seus filhos(as) e do mercado matrimonial (BOURDIEU, 2004b, p.237). A derrota dos valores é sentida em escala individual, no interior das pessoas, conscientemente ou não. Como vimos há pouco, isso dependia da posição das pessoas em relação à transmissão do patrimônio e às estratégias matrimoniais, bem como da posição atribuída às mulheres.

> (...) el "buen campesino" se reconocía por el rango de su casa, vinculado, inseparablemente, al tamaño de su hacienda y a la dignidad de su familia, y también por unas virtudes personales como la autoridad, la competencia y el ardor en el trabajo, mientras que la buena esposa era, ante todo, la "buena campesina", resistente y trabajadora, y preparada para aceptar la condición que se le ofrecía (2004b, p.231-232).

As mulheres tinham mais predisposição a aceitar as novas possibilidades que antes o casamento não lhes permitia, ou seja, elas estavam predispostas a não aceitar mais as condições e posições sociais que lhes eram atribuídas, como romper com o mando dos sogros e das autoridades paternas, das disputas por quem é a dona da casa com as sogras, portanto dispostas a arrumar um casamento fora do universo camponês, mesmo porque era ela quem circulava fora dele, por sua menor responsabilidade no trabalho

agrícola. Conforme Segalen (apud WOORTMANN, WOORTMANN, p.11, 1990), embora destacando os diferentes papéis das mulheres em outras regiões, as mulheres do sul da França eram mais reclusas, marcavam-nas suas características de beleza, perigo e sua inferioridade e infelicidade em relação aos homens e às relações amorosas. Porém, o papel das mulheres nas famílias camponesas não deve ser visto apenas como submissão, mas essencial para a reprodução familiar. Para Carneiro (2001, p.37): "Todas elas exerceram ou exercem um papel fundamental na administração doméstica. Pertencentes a famílias de prole numerosas, essas mulheres auxiliam (ou mesmo substituem) a mãe nas tarefas domésticas e participam igualmente das tarefas produtivas junto com o pai e os irmãos". O casamento delas, segundo a autora, servia para lhes atribuir um relativo poder no interior da família.

O mercado matrimonial em toda a região do Bèarn, até 1914, era quase que totalmente controlado, reduzido espacialmente e homogêneo socialmente. Para Bourdieu, "La homogeneidad de las condiciones materiales de existencia y, por consiguiente, de los *habitus* es, en efecto, la mejor garantía de perpetuación de los valores fundamentales del grupo" (2004b, p.232). No entanto, e vale destacar novamente a questão da diversidade de posições no interior do campesinato, em nota de pé de página Bourdieu reconhece os diferentes "bairros" dessa região, nos quais se desenvolvia a sociabilidade de forma diferente em relação a outros, o que poderia contribuir para que cada parcela da população tivesse suas particularidades em relação ao futuro desejado[31]. Embora houvesse elementos que os aproximassem, como freqüentar os mesmos espaços públicos, os mercados, as igrejas, as festas, tradições e os alimentos que possibilitavam contatos entre eles, ao mesmo tempo, o processo de aquisição da competitividade de uma economia de mercado marcava cada vez mais suas diferenças e a criação de espaços sociais para uns e para outros.

Nesses espaços começava a despontar a diferença dos homens da cidade para os camponeses. De um mercado regulado e controlado para um mercado aberto, competitivo e submetido "à competência mais brutal e desigual". Os da cidade podem escolher dentre muitas possibilidades, diversos mercados, de mulheres de vários lugares, bairros e casas, enquanto o camponês está restrito ao seu espaço, mas

[31] O que vai ao encontro de Queiroz (1976), que também apontou a existência do fenômeno no caso brasileiro, a partir da diversidade de classes no interior do campesinato, os diferentes bairros, que à época superava a visão de estrutura social a partir de duas classes: senhores de terras e escravos. Isso pressupunha maior diversidade e conferia certa complexidade social nem sempre atribuída à categoria Campesinato. Bourdieu exemplifica isso a partir das expressões de auto-exploração entre diferentes categorias do campesinato, como daqueles com mais recursos sobre os que tinham menos.

igualmente submetido à melhor competência do que a sua (numa economia de mercado), no interior de seu próprio espaço, por rivais melhor colocados material e simbolicamente. Não são simplesmente forçados à atração do semelhante, muito menos entregues à intuição, senão sujeitos à lógica do preço e entregues à melhor competência, seja por investimentos educacionais, materiais, culturais ou outros. Os diferentes mercados continuam hierarquizados e os preços nas diferentes categorias de casamento dependem do valor das "cartas" (cujos valores são implícitos) e das "cartadas" (expectativas para ascender socialmente).

De forma imperceptível, as classes dominantes na sociedade camponesa do Bèarn tenderam a contribuir para sua própria decadência na nova lógica matrimonial e no mercado unificado de bens materiais e simbólicos. Por exemplo, quando o camponês bem colocado não consegue mais se casar, pois perdeu as oportunidades quando ainda era um bom partido – o que Bourdieu afirmar acontecer até a década de 1950 – um casamento com esse camponês poderia significar risco para outras famílias, então ele vê as mulheres que sua família rejeitou se casarem e acaba relegado ao celibato. A escassez de mulheres também contribuía para isso, na medida que elas tinham maior propensão a irem embora do meio rural.

Quanto às mulheres, quando se vêem livres das condições objetivas, frutos das expectativas de reprodução das estruturas camponesas que dominavam suas vidas, Bourdieu aponta que, até o final da década 1950, elas produzem respostas do *habitus* diferentemente daquelas que haviam tido até então – diferente de suas mães, avós, até certo ponto rompendo com elas, que passaram a considerar o casamento da filha com um partido melhor da cidade como que um milagre (BOURDIEU, 2004b, p.235). Ou seja, o *habitus* das mulheres passou a produzir novas respostas à nova condição objetivada. A partir de 1950, ocorre a inversão demográfica campo-cidade, não apenas na França, mas no mundo todo.

Tal construção teórica pode criar uma imagem do esvaziamento do campo e da inversão demográfica mundialmente fatalista. Porém, como o rural persiste como local de moradia? Será que esse processo justifica falar do fim do campesinato? Ao que parece, nem do campesinato francês. Para Bourdieu, "De hecho, los diferentes agentes recorren, a velocidades diferentes según los intereses invertidos en el antiguo y en el nuevo sistema, con avances y retrocesos, la trayectoria que conduce del antiguo régimen matrimonial al nuevo, a costa de una revisión de los valores y de las representaciones asociadas a uno y a otro" (BOURDIEU, 2004b, p.235). Se é um processo que demora a

se completar, há que se ter em vista que nem sempre a vida na cidade dá certo, por inúmeras razões, o que tanto pode ocasionar as constantes idas e vindas entre cidade e campo ou mesmo a ideia de que o objetivo é voltar ao campo.

Enquanto nas sociedades camponesas tradicionais os critérios para as estratégias matrimoniais tinham unicidade, a dualidade imposta pelo modo de vida moderno fez com que mudassem os próprios critérios de classificação do indivíduo e do grupo ao qual pertence. Assim, cada indivíduo ou família poderia mudar o *status* do grupo, depreciando a possibilidade de manutenção de sua condição camponesa com o celibato dos herdeiros e com o êxodo rural.

As possibilidades de casamento e emigração eram muito maiores para as mulheres de famílias camponesas, enquanto os homens ficavam mais presos por suas posições e obrigações quanto à reprodução do grupo, em manter o prestígio, a honra e a condição econômica da família, ou seja, condições materiais e simbólicas ligadas à terra. Tais obrigações recaíam mais fortemente sobre os primogênitos mais ricos, de famílias originárias de localidades mais importantes, com propriedades maiores. Esses eram os sucessores por excelência da família camponesa e que, com a unificação do mercado de bens materiais e simbólicos, participavam dos bailes, expressão da nova lógica de reprodução social no Bèarn.

Bourdieu lembra também a disposição individual à adesão aos *habitus* citadinos, mas que as mulheres tinham maiores chances de emigrar e casar-se (BOURDIEU, 2004b, p.217-218). Para algumas famílias uma aliança na sociedade camponesa poderia significar uma estratégia errada para sua reprodução. Percebe-se, no entanto, que o fato das mulheres terem mais chances de se casar com homens das cidades, tem relação com uma clara tendência a se valorizar os primogênitos masculinos na transmissão dos bens das famílias camponesas. "*De hecho, la emigración y el celibato estan estrechamente interrelacionados (...) y estremamente vinculados al mismo sistema de factores (el sexo, la categoria socioprofessional de origem y, para los agricultores, el tamaño de la hacienda, el orden de nascimiento y, por último, el domicilio, el pueblo o en los caseríos)*" (BOURDIEU, 2004b, p.218-219).

Porém, o estilo de vida que se passa a ter nas cidades é visto como o modelo dominante de vida a ser alcançado por todos. O ritmo das grandes cidades, cujo fluxo de informações e transformações é muito mais rápido e intenso, passa a exercer uma força de atração entre os camponeses, principalmente nas mulheres. Se cada um responde de uma maneira a essa força de atração, os valores da cidade impunham igualmente outra

rotina ligada ao trabalho, como descreve Thompson, por exemplo, na passagem do campesinato na formação da classe operária inglesa. Para Bourdieu, o processo de unificação do mercado de bens simbólicos e as influências das transformações globais na vida e nas representações das pessoas fazem com que cada um responda conforme apego objetivo a tais valores (maior nas famílias mais relevantes) e apego subjetivo (pré-disposições a aceitá-los, aceitar novos padrões comportamentais e estilos de vida), ou simplesmente por não possuir outra opção como estratégia. "La atraccion del modo del vida urbano sólo puede ejercerse sobre mentes previamente convertidas a sus atractivos: la *conversion colectiva* de la vísion del mundo es lo que confiere al campo social inmerso em un proceso objetivo de unificación un poder simbólico baseado en el reconocimiento unánimemente otorgado a los valores dominantes" (BOURDIEU, 2004b, p.226).

A unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos toca um ponto fundamental da antiga ordem, ou seja, o mercado matrimonial. E o papel tradicional da mulher nas sociedades rurais do Bèarn favorecia tais transformações: eram elas que tinham mais possibilidades de sair, por causa de sua má posição na distribuição do poder na família, na transmissão dos bens, pela submissão a que estavam sujeitas no jogo de alianças e nos padrões sexuais; porque elas que saiam da roça e assimilavam mais rapidamente os valores culturais urbanos, aderiam mais rapidamente às estratégias educacionais, como aparecem nas estatísticas apresentadas por Bourdieu. Para Costa (2013), as mulheres também eram mais sensíveis aos signos da vida urbana que representavam maior liberdade, por exemplo, quanto aos cuidados pessoais como roupas e penteados. Porém, cabe destacar que as estratégias educacionais eram as mais importantes formas das mulheres serem bem sucedidas fora do universo camponês, juntamente com uma estratégia matrimonial na cidade (BRUMER, ANJOS, 2008). Há uma passagem que Bourdieu assinala, inclusive, que elas eram mais obedientes à hierarquização social, o que as tornavam mais propensas a sair e a romper com os costumes de seus locais de origem. Ao procurar maior escolaridade do que os homens, há uma evidência de que elas procuravam mais a cultura urbana, uma vez que a escola é o local por excelência da doutrinação dos modos de vida urbanos.

De fato, Bourdieu comprovou a interrelação entre celibato e os índices de escolarização. O processo de unificação material e simbólico é fomentado também pelo sistema de ensino, através da desvalorização do camponês em benefício da lógica econômica. Se esse processo universalizou vários aspectos da vida social, ou pelo

menos em função do estilo de vida socialmente aceito como o mais "desenvolvido", no sentido do progresso técnico, a educação foi um dos principais pilares. A instituição escolar que passou a vigorar desde então é uma instituição urbano-industrial, com claros objetivos de educar para o processo produtivo compartimentado e hierarquizado. Assim, dever-se-ia universalizar a língua, de modo que as línguas locais fossem paulatinamente deterioradas.

A educação não apenas dá os conteúdos para a vida e o trabalho nas cidades, mas mostra aos camponeses que suas escolas estão os tornando atrasados. Nas cidades, os camponeses são considerados "colegiais", por causa do pouco tempo de estudos além do que é obrigatório. Tudo isso ajuda a medir o atraso do modo de vida camponês, reforçando neles as representações de um modo de vida degradante no meio rural. Embora as mulheres fossem mais propensas a aderir a estratégias educacionais nas cidades, isso não acontecia sem que houvesse resistência e crises de auto-estima. Há diversos estudos que apontam que na escola da cidade os moradores do campo, inclusive as mulheres, são vítimas de vários estigmas ligados ao atraso, como o "pé vermelho", o "calcanhar rachado".

Porém, cabe aqui analisar o papel da educação nas estratégias familiares: quais mudanças ocorrem quando camponeses e artesãos – que tinham maior controle sobre sua reprodução social direta – se interessaram por educação, para quais ofícios são levados ou a eles possibilitados e como isso muda suas representações e práticas sociais? Cabe ainda a reflexão sobre qual o contexto em que o camponês entra nesse universo escolar? Quando isso acontece na sociedade, as classes dominantes que já possuíam elevado padrão são obrigadas a elevar ainda mais suas expectativas educacionais para manter as distâncias de posições sociais. Há que se questionar se não seria um caminho certo rumo ao operariado e à proletarização, ou seja, condições ainda mais degradantes. Esse é apenas outro exemplo dos possíveis constrangimentos que podem surgir, levando-se em conta que o sucesso material e simbólico de um indivíduo, por meio de estratégias educativas, não passa apenas pelas possibilidades da família, senão também pela maneira pela qual ele se representa:

> Portanto, há uma contradição entre os interesses específicos da família como um corpo e os "interesses coletivos de classes" (tudo isso entre aspas, para ir mais rápido). Em consequência, os interesses das próprias famílias, os interesses dos pais que não querem ver os filhos descerem abaixo de seu nível, os interesses dos filhos que não querem ser desclassificados, que vão sentir o fracasso com maior ou menor

> resignação ou revolta segundo sua origem, vão conduzir a estratégias extremamente diversas, extraordinariamente inventivas, que têm por finalidade manter a posição (BOURDIEU, 2004B, p.61).

Evidentemente, é preciso considerar outros fatores relevantes no fato das mulheres aderirem mais facilmente às novas possibilidades, como a invisibilidade e desvalorização do trabalho agrícola da mulher e seus subprodutos para a família, seu papel na reprodução de valores camponeses. Como o papel da mulher no meio rural é, em grande medida, subestimado economicamente, seria ela que supostamente teria tempo para assumir outro trabalho, na cidade, em troca de salário ou diária, por conta de uma condição objetivada[32].

Na complexidade das sociedades contemporâneas, tem-se em vista a diferenciação e a formação desses "mundos" relativamente autônomos que Bourdieu chama de campos, nos quais surgem possibilidades totalmente inesperadas e imprevisíveis de agrupamento de diversos interesses e necessidades. As relações de parentesco, por exemplo, vão gradualmente sendo atravessadas por outras necessidades, notadamente aquelas advindas de uma economia de mercado.

O exemplo mais contundente é o da perpetuação e reprodução social da elite, entre famílias patronais e empresariais, cujos casamentos são claramente estratégicos para perpetuação de interesses econômicos, para manter a indivisibilidade da terra, mas também dos estilos de vida – ou seja, considerando-se as dimensões materiais e simbólicas[33]. Então, as estratégias são tudo aquilo que se pode empregar para produzir e reproduzir as condições de, pelo menos, se manter em determinada posição social.

No caso dos camponeses, de grande a pequenos, em seus microcosmo, que é a vida cotidiana e o fluxo de relações sociais de baixa escala geográfica, eles estão localizados num macrocosmo social, no qual o próprio meio rural como um todo ocupa lugar à margem[34]. Todas as sociedades camponesas, mais ou menos importantes, passaram por esse processo de representação, ou seja, percepção, avaliação e prática contra seus costumes de origem e a favor da aquisição de um *habitus* "moderno".

---

[32] Posteriormente, abordarei o caráter reprodutivo do papel das mulheres no meio rural, explicando como a subestimação dos seus tipos de trabalho ocasiona equívocos de interpretação sobre a lógica econômica das famílias camponesas.

[33] Porém, quando pensamos em estratégias educativas, que também possuem uma lógica de economia de mercado, verifica-se que tanto nas elites como nas famílias de camponeses, elas partem do mesmo princípio: perpetuar seu capital material e simbólico.

[34] Evidentemente, me refiro ao rural como espaço de moradia, não ao rural como sinônimo de agrícola, de produção intensiva, sobretudo no Brasil e na América Latina com suas economias primárias, nas quais os setores de alimentos, fibras e energia ligados à agricultura industrial não ocupam de forma alguma posição marginal.

No Bèarn, o resultado mais evidente dessas contradições, no caso do mercado matrimonial, foi a existência dos bailes de homens solteiros, eles que outrora tinham destaque nas estratégias familiares e na manutenção do patrimônio, mas que passaram a não ter mais opções de casamento senão o celibato. O baile é a expressão das novas lógicas matrimoniais, que jogam de pernas para o ar o valor simbólico dos casamentos nas sociedades camponesas. Se antes haviam limites bem regulados no mercado matrimonial, eles passaram a ser muito mais amplos, para além do mundo camponês e fugindo ao seu controle, se subordinando aos mecanismos de uma economia de mercado da sociedade moderna. Segundo Bourdieu, no espaço de tempo em que a nova racionalidade da produção agrícola é imposta, aumentaram os bailes. "(...) como la explotación agrícola se sitúa en un entorno económico y en un mercado del trabajo que la condena no tener más mano de obra que la doméstica, ese mercado condiciona, en efecto, muy directamente, la reproducción de la mano de obra agrícola y, con ello, de la empresa campesina" (BOURDIEU, 2004b, p.228).

Os limites impostos pela tradição, no entanto, já não eram tolerados por todos(as), uma vez que a lógica dos matrimônios se complexificava com a unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos. Por isso, Bourdieu fala que a nova racionalidade atraia mentes previamente convertidas a tais transformações culturais, que já existiam "em pontilhado", ou seja, numa escala individual. Além do grupo de pessoas que representavam as "cartas ruins" no jogo matrimonial, que tinha menos apego objetivo e subjetivo à vida no campo, houve a crescente desvalorização da cultura camponesa, de suas formas de produção e reprodução social. Viver no campo, ter sotaque de caipira e seus modos de vestir, seu corpo e a *exis* corporal, o trabalho com ferramentas rústicas, o comportamento à mesa e a dieta típica: tudo aquilo que lhes davam uma posição social e um sentido para seu fazer cotidiano é neutralizado com a unificação do mercado de bens materiais e simbólicos. Como se todas as comunidades passassem, a um só tempo, por um processo de desvalorização de seus modos de vida e se subordinassem, consciente ou inconscientemente, aos estilos de vida das classes burguesas urbanas, aos interesses das empresas agrícolas ou que controlam o sistema agroalimentar e que, portanto, dão as cartas na maneira como é feita a organização da produção.

A lógica do matrimônio também passa a fazer parte de uma vida baseada na economia de mercado. É isto que faz com que as normas de conduta, a honra e o prestígio das famílias, bem como suas estratégias e *habitus*, mudem conforme a nova

racionalidade. Passa-se a ter outras categorias de percepção e de classificação que não são mais "camponesas", como se esta fosse uma categoria "pura", não interferida por relações sociais mais amplas, o que, de fato, nunca fora. Nos bailes do Bèarn, conforme Costa (2013, p.27):

> (...) os solteirões sabem que não vão dançar, e sabem que são "incasáveis". Ele [Bourdieu] também trabalha, de forma reforçada, a *hexis* corporal do camponês, partindo da percepção dos entrevistados, eles seriam "desajeitados", "pesados" ao caminhar e vestidos com roupas simples. As mulheres, sensíveis ao padrão urbano, avaliariam negativamente estes aspectos. O homem, por sua vez, interiorizava este estereótipo, percebendo seu corpo como "acampesinado". Ele então tenderia à introversão, negando-se a bailar, por medo de se expor ao ridículo.

A unificação do mercado de bens simbólicos é um processo que degrada as condições da permanência dos camponeses em seus campos sociais e com uma autonomia relativa, inserido-os ao processo produtivo industrial, à racionalidade e ao modo de vida urbano. Impede-os de ter perspectiva de futuro enquanto camponeses, porque desqualifica as representações que se tem sobre essa vida rural. Daí a idéia de economia de subsistência estar associada ao atraso e ao arcaico, servindo, para alguns críticos do campesinato e possivelmente para os próprios camponeses, para desqualificar seu modo de vida. Mesmo se for um campesinato isolado, recluso, o fato de não depender exclusivamente do mercado para produzir e consumir os itens necessários a sua sobrevivência já lhe coloca aspectos de uma lógica diferente da capitalista[35]. Isso significa mais do que uma economia de subsistência, da miséria e do desespero, porque não implica a falta de outras relações sociais para além de limites desse campesinato recuso e isolado. Deve-se observar a ampliação do espectro de sua atuação política, na possibilidade de que suas relações com o Estado sejam viabilizadas por meio de movimentos sociais organizados. E um olhar para o futuro, no qual é

[35] Nesse sentido, a produção do autoconsumo é vista como dupla forma de resistência ao mercado e aos valores centrais urbanos, pois além de garantir o que comer, a família agricultora se alimenta daquilo que planta e que prepara, não daquilo que é mais tecnificado, por exemplo, alimentos prontos, enlatados, ensacados, cheios de conservantes químicos e açúcar, sucos em pó e refrigerantes ao invés de sucos de frutas do sítio, batata frita, salgadinhos e bolachas ao invés de equivalentes caseiros, que são mais baratos e com menos produtos químicos como conservantes, emulsificantes etc. Quanto às mudanças na alimentação no meio rural, mesmo se reconhecidas as diferenças e a pior qualidade do alimento industrializado, esse fato pode ser negligenciado pelas famílias, pois a representação do ser moderno passa também pelo consumo desses produtos.

necessário garantir e melhorar a vida das pessoas no campo, inserindo-as de forma coerente ao processo produtivo mais amplo, ao invés de promover integração a complexos agroindustriais, levar pacotes tecnológicos patenteados e outras tecnologias desajustadas aos seus modos de organização da produção, pois isso no final das contas significa concentrar e industrializar a terra e a produção.

O conceito de economia de subsistência é igualmente um atributo associado a uma sociedade arcaica, que não se sofisticou, na qual não existem os equipamentos modernos como existem na cidade: escola, atendimento médico, água encanada, luz elétrica, saneamento básico, transportes, ruas de asfalto, comunicações, entretenimento etc. Coisas que podem e devem chegar ao meio rural, mas que não chegam por causa do interesse dos grandes proprietários em suas terras ou chegam por partes, para que se exerça o controle (político e ideológico) sobre os camponeses[36]. A produção dos próprios meios de vida, como a produção do autoconsumo alimentar, tem sua importância diminuída ao longo do tempo, em benefício do consumo de itens industrializados, que poupam todo tempo e esforço de produzir comida a partir da mentalidade de obter um salário para consumir a subsistência, necessária no mundo moderno, e que gera um controle maior da classe dominante sobre os limites das classes subalternas. Esse processo tem por pano de fundo a necessidade latente de alinhamento econômico aos interesses das classes dominantes.

1.7 Transformações no *Habitus* na Argélia colonial

As duas últimas partes do primeiro capítulo são importantes porque trazem uma discussão do quadro conceitual de Bourdieu a partir da pesquisa na Argélia colonial. As problemáticas eram outras em relação ao Bèarn, embora o processo de globalização e de unificação dos mercados materiais e simbólicos igualmente representasse transformações em todos os espaços sociais. A análise no texto de Bourdieu e Sayad (2006) se aproxima mais da realidade pesquisada na presente tese, uma vez que esta, ao invés do mercado matrimonial, é um estudo focado nas transformações das práticas agrícolas com o advento das técnicas modernas nas colônias e nos reassentamentos, em detrimento das tradicionais. A partir disso, o texto aborda a questão da unificação dos mercados materiais e simbólicos e as mudanças no *habitus* dos camponeses argelinos.

[36] Há aqueles que vêem um futuro rural como a um deserto (que pode ser verde) de produção energética. Há outros que vêem pessoas, famílias em suas vilas e pequenas cidades, que precisam de tudo o que tem nas cidades médias ou grandes e que, nesses espaços, há produção agropecuária familiar a ser incluída no processo de modernização social.

Aproxima-se também da realidade brasileira, por ser um estudo feito no final do período de colonização de um país africano colonizado pelos europeus[37].

Em um artigo sobre Abdelamalek Sayad e sua Sociologia das Migrações (ARAÚJO, 2010), há informações que dão conta de que Pierre Bourdieu chegou à Argélia em 1955, com 25 anos de idade, para cumprir o serviço militar, logo após completar seus estudos universitários. Durante uma parte desse período ele trabalhou analisando dados sobre as populações nativas da Argélia no serviço de informações do governo[38]. Como a Argélia não tinha um instituto de pesquisas que pudesse acompanhar e apresentar dados sobre as bruscas mudanças sociais que estavam acontecendo naquele período, o governo Francês deslocou especialistas de seus próprios institutos de economia e estatística que, juntamente a outros pesquisadores argelinos, formaram algo semelhante na colônia. Conforme Sayad:

> La guerra y la situación colonial hicieron posible la reunión de un grupo de personas que hasta entonces tenían poca o ninguna relación entre si y que acabaron formando una especie de club, sobre la base de coincidencias más éticas, que políticas o administrativas. Así fue fundada la Asociación Argelina para la Investigación Demográfica, Económica y Social (AARDES), que no era directamente un órgano burocrático de la administración, si bien estaba relacionado a ella (SAYAD, 1996 apud ARAÚJO, 2010, p.238)[39].

Sayad e Bourdieu trabalharam juntos nesse instituto no período de 1959 a 1962, reconhecendo as grandes diferenças entre as demandas do governo francês e a realidade vivenciada pela população nativa que, para Araújo (2010, p.238), se expressavam de diferentes maneiras: "(…) condiciones de trabajo, de desempleo, de vivienda, fundamentalmente en el ámbito rural, pero con especial atención a las transformaciones

[37] Não pretendo aqui comparar as diferentes formas de colonização européia, na verdade o comentário vai mais no sentido de colocar a problemática da colonização e sua relação com a subjugação cultural. A colonização francesa na Argélia foi oficialmente de 1830-1962, mas começou antes, pois a França já havia tornado parte da Argélia como seu território. Houve lutas contra grupos rebeldes e lutas entre eles, bem como a resistência dos colonos a irem embora depois que descobriram petróleo no território. Bourdieu esteve lá no período da descolonização, uma sangrenta guerra na qual morreram aproximadamente um milhão de pessoas. Porém, não é a intenção detalhar a forma de colonização e suas lutas específicas, como as do petróleo, mas sim destacar as transformações na racionalidade dos camponeses argelinos em função do processo de colonização.

[38] O texto dá conta também de que nesse período Bourdieu foi nomeado professor da Universidade de Argel, uma das principais da Argélia, o que não era comum para os recém-formados, que antes de se tornarem professores universitários trabalhavam em escolas secundárias.

[39] Sobre o caráter ético descrito na citação e, mais especificamente, na relação de Sayad e Bourdieu, cabe esclarecer que: "La relación de Sayad con Bourdieu fue mucho mas allá de lo estrictamente universitario: «Yo verdaderamente le debo mucho a Bourdieu, no solamente desde el punto de vista intelectual, sino por esa experiencia compartida, por esa forma de compromiso en una situación social límite»". (SAYAD 1996, apud ARAÚJO, 2010, p.238). Por outro lado, o artigo mostra que a amizade dos dois pesquisadores foi muito além desse período.

de ese mundo, y al proceso de creación de barrios de chabolas en las regiones urbanas y el desenraizamiento vivido por las familias campesinas". Para a autora, os pesquisadores não reconheciam uma Argélia francesa.

> Tanto para Pierre Bourdieu como para Abdelmalek Sayad, la sociología y la antropología fueron *descubiertas* entre las demandas de la administración colonial y del Estado, y una serie de procesos sociales trágicos generados por la guerra, como el desplazamiento violento de cinco millones de personas desde las zonas rurales hacia las urbanas (ARAÚJO, 2010, p.237, grifos no original).
> (…)
> Por este camino, la filosofía terminó topándose con el hacer socioantropológico del trabajo de campo. Las condiciones de investigación eran también muy especiales. Debían llevarse a cabo en pleno campo de batalla, en poblados de 1500 a 3000 habitantes, bajo el control del ejército. Una población aterrorizada, que había sido expulsada violentamente de sus lugares de origen y trasladada a centros de reagrupamiento, en el contexto de un proceso de sustitución de la agricultura tradicional por otra moderna, con pretensiones capitalistas (ARAÚJO, 2010, p.238).

Para Araújo (2010), o fato de se estar vivendo, na Argélia, uma situação limite ocasionada pela colonização francesa, com o controle do território e da sociedade argelina, a migração forçada das populações rurais e a guerra pela independência foram fatores que fizeram com que fossem repensados os quadros teóricos explicativos, tanto aqueles fundados no estruturalismo e outros como, por exemplo, a teoria do parentesco de Levi Strauss, ao passo que começam a surgir os dispositivos conceituais que marcaram a Sociologia de Bourdieu. Sayad fazia perguntas como: quem eram os que migravam? Eles podem se converter em cidadãos com essa política de deslocamento em massa? Diante desses questionamentos, se discutia a lógica imposta pelo Estado e os dados estatísticos com as considerações reveladas pelo trabalho de campo, tal como sobre as origens das pessoas nas aldeias e o que significava para elas irem para os reassentamentos e/ou para as cidades. "Hacer sociología de la emigración/inmigración exige transformar en objeto de investigación el proceso por el cual la inmigración ha llegado a convertirse en un problema social y político" (ARAÚJO, 2010, p.244). Portanto, não se tratava de investigar a migração em si, mas conjugar as representações das pessoas afetadas com as diferentes conjunturas e interesses das classes dominantes, bem como as ações do Estado no sentido de classificar e diferenciar os extratos populacionais, mostrando como o próprio Estado pode ser excludente e violento. Uma noção, portanto, que reconhecia a possibilidade de que o pensamento dominante e do Estado poderia atravessar a construção dos objetos científicos por parte de

pesquisadores. Por isso a necessidade de também levar em conta o discurso sobre a migração daqueles que foram vítimas desse processo.

> Por su parte Sayad entiende las migraciones como resultado y expresión de un sistema mundial (o sistema-mundo) organizado jerárquicamente y, en este marco, establece un nexo estructural entre proceso de colonización y proceso migratorio. Todo (y toda) migrante porta el peso de las históricas relaciones de dominación, tanto materiales como simbólicas, entre el país de origen (dominado) y el de destino (dominante), herencia de pasados encuentros entre la metrópolis y sus antiguas colonias (ARAÚJO, 2010, p. 246).

O texto "A dominação colonial e o *Sabir* cultural", de Bourdieu e Sayad (2006), originalmente publicado em 1964, é importante porque aborda como a nova racionalidade colocava contradições para a construção de um novo *sabir* cultural dos povos nativos nos reassentamentos argelinos. Em seu final, o texto mostra o resultado catastrófico para o campesinato e para a sociedade argelina após o período de colonização, mas passa também por propostas práticas para o meio rural, por parte de uma ação extensionista e com outros agentes de seu campo social, considerando-se a figura do técnico como um educador e não um burocrata, cuja necessidade primordial é compreender a realidade contraditória historicamente estruturada dos grupos rurais. O texto é todo parafraseado com locuções tradicionais argelinas, tal como o Prego de Djeha (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.54), reveladoras do modo objetivo e subjetivo de vida dos colonizados: a figura lendária local que, ao vender uma casa, depois espanta os compradores pendurando todos os dias uma carcaça no prego a que teve direito de manter na casa, até que aqueles (compradores, colonizadores) fossem embora.

O artigo trata das transformações culturais na Argélia em função do processo de colonização e, sobretudo, analisa as mudanças da Argélia rural com os "reassentamentos". É importante destacar que a escolha do termo reassentamento, na tradução[40], tem a ver com o modo de se estabelecer a população camponesa em fazendas a partir de uma política de colonização. Por exemplo, poderíamos pensar nas colônias no interior de São Paulo, com monoculturas e pequenos espaços para as famílias imigrantes, que foram deslocadas numa condição de escravidão por dívida (STOLCKE, 1986). É bom lembrar que a concessão de pequenas áreas às famílias nas colônias servia para prender e explorar sua mão-de-obra, de forma aparentemente generosa, ameaçando-lhes retirar a terra e a ilusão de serem camponeses com alguma

[40] Conforme indica a nota de rodapé à página 41: "Literalmente, regrupements, ou "reagrupamentos". Preferimos a expressão "reassentamentos", de uso mais corrente no Brasil (nota da revisão técnica)".

autonomia (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.52)[41]. Porém, destaca-se os reassentamentos e as profundas transformações que eles provocaram na sociedade argelina. Os reassentamentos começaram a ser implantados em 1955 e a partir de 1957 adquiriram caráter mais sistemático (ARAÚJO, 2010). Os camponeses eram violentamente expulsos de suas aldeias e disciplinados na nova forma de ordenar o território em instalações militares. Isso tem a ver com o fato dos camponeses saírem de um local de origem para serem reassentados em terras de propriedade das classes dominantes (dos colonos europeus) e controladas pelo exército, e o estabelecimento das relações de vida e de trabalho junto aos demais agentes sociais desse espaço social especializado.

Como a França não tinha contingente suficiente para manter a dominação colonial sobre todo o território argelino e o próprio projeto tinha seus limites, havia a necessidade de despovoar as áreas mais remotas e não controladas, que poderiam ficar sob a influência de grupos rebeldes. Houve então o deslocamento em massa da população rural para os reassentamentos. O foco central das migrações forçadas era nas regiões montanhosas, onde o Exército de Libertação Nacional (braço armado da Frente de Libertação Nacional) estava mais presente. Bourdieu e Sayad identificaram que apenas cerca de 8% da população permaneciam nas regiões "proibidas", controladas por grupos rebeldes, mas que também brigavam entre si. Além do mais, era certo que permanecer nessas regiões classificadas como proibidas ocasionava uma criminalização *a priori* por parte do exército.

> Si a los 2.157.000 argelinos que habían sido reasentados, se le suma el éxodo hacia las ciudades, en 1960 la mitad de la población rural de Argelia se encontraba fuera de sus lugares habituales de residencia. «... al completar la destrucción de un equilibrio precario, al quebrar los ritmos temporales y espaciales que formaban la estructura de toda la existencia social, al pulverizar las unidades sociales tradicionales, los reasentamientos aceleraron el éxodo en dirección de las ciudades de individuos que no tenían nada que perder. Entre 1954 y 1960 la población total de todas las ciudades y de las villas aumentó el 67% en la zona de Argel, 63% en la zona de Constantine y 48% en la región de Orán...» (BOURDIEU, SAYAD, 2006 apud ARAÚJO, 2010, p.237).

O governo francês criava os reassentamentos, porém, sem com isso assumir o controle deles, nos quais as pessoas ficavam submetidas a condições degradantes – "uma pobreza material e simbólica" era vivida por elas. Um exemplo era que nos

[41] Exemplo muito citado acerca das colônias brasileiras e na escravidão por dívida, como veremos no capítulo 2.

reassentamentos o pagamento era 30% a menos que o salário mínimo argelino e sem respeitar jornadas de trabalho, o que forçava cada vez mais uma fuga para os centros urbanos. Em 1958 e 1959, Bourdieu e Sayad coletaram relatos nos reassentamentos que mais os aproximavam a campos de concentração, no interior dos quais praticavam-se medidas voltadas à "pacificação" do povo e do território argelino, no sentido da domesticação e dominação colonial. A dita pacificação tinha como objetivo facilitar o controle por parte do exército e livrar a população da influência dos grupos rebeldes:

> En lo esencial, los reasentamientos eran todos similares, porque nacían, no tanto de la obediencia a una doctrina, como de la aplicación de modelos inconcientes que un siglo antes habían dominado la fundación de aldeas coloniales. La política de reasentamiento recibió un amplio y entusiasta apoyo por parte de los militares porque concretaba un sueño tan antiguo como la colonización: reestructurar una sociedad entera. «La política de reasentamiento, una respuesta patológica a la crisis mortal del sistema colonial, hace explotar, a la luz del día, la intención patológica que habitaba en el sistema colonial» (BOUDIEU, SAYAD 2006 apud ARAÚJO, 2010, p. 238).

Bourdieu e Sayad ressaltam três grandes leis, entre os anos de 1856 e 1873, especialmente o *Senatus Consultum*, para controlar o território argelino no período colonial. Esta, uma medida para "liquidar a terra", tirar seu caráter tribal/coletivo para instituir a empresa privada, a propriedade privada, além de favorecer a imigração européia (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.44). Para os autores, o ano de 1875 marcou o fim das insurreições tribais, por conta dessas medidas jurídicas. A política agrária, ou como dizem os autores "a máquina de guerra", foi o instrumento para desorganizar as tribos nos planos objetivo e subjetivo: concentrava a terra nas mãos dos colonos europeus (os preços eram inacessíveis aos nativos) e impunham uma racionalidade mercantil à produção, num processo técnico-produtivista igualmente caro. À semelhança da Lei de Terras brasileira, de 1850. "Tratava-se de favorecer a usurpação dos argelinos ao proporcionar aos colonos meios de apropriação aparentemente legais, ou seja, instaurando um sistema jurídico que pressupunha uma atitude econômica e, mais precisamente, uma atitude em relação ao tempo completamente estranhas ao espírito da sociedade camponesa" (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.43).

Quase um século depois, na década de 1960, eles demonstraram como a política de reassentamentos funcionava de forma semelhante na tentativa de definitivamente disciplinar o território e a sociedade frente às crises que o sistema colonial passava, expressas sobretudo no fortalecimento de grupos rebeldes. E colocam como meios

principais das transformações "a usurpação da terra, a pressão demográfica e a passagem da economia de troca para uma economia de mercado".

Estatisticamente, as conseqüências objetivas do processo de colonização se expressaram no aumento da concentração fundiária e na diminuição do tamanho da propriedade dos camponeses: "(...) entre 1930 e 1954 o número de proprietários de terras diminuiu 20% enquanto o número de trabalhadores agrícolas, permanentes ou temporários, subiu para 29%" (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.44). Paralelamente, no caso do Bèarn, os proprietários médios tiveram uma pequena concentração de terras pela saída dos que tinham menos terras. Mas lá eles também passaram pelo fenômeno do celibato e, na falta de herdeiros, são levados ao efeito da dominação econômica. "En 1968, en Lesquire, el 50% de los agricultores tenía más de 45 años (...). En 1989 la generación directamente afectada por la crisis de los años sesenta concluye su ciclo, y una parte muy importante de las haciendas va a desaparecer con su propietario" (BOURDIEU, 2004b, p.244).

Isso significa que, aos poucos, foram existindo mais trabalhadores agrícolas do que proprietários de glebas, que, por sua vez, foram diminuindo de tamanho[42]. Os autores usam o exemplo da perda da prática do *pousio*, simbólica do início desse processo, por conta da intensificação do uso da terra na produção agropecuária. Isso já começava a demonstrar a vulnerabilidade do camponês ao novo modelo e as contradições que ocasionavam em seu *habitus*, pois perderam-se as possibilidades de deixar a terra recuperar sua fertilidade naturalmente, além de todo o conjunto de conhecimentos tradicionais de seus antepassados, para tentar ser mais produtivo.

Wanderley (2003, p.46) exemplifica a mesma problemática a partir do uso de insumos mecânicos na produção:

> Assim, por exemplo, a imposição do uso do trator introduziu no campo a noção do tempo abstrato, predominante no mundo industrial, ao contrário do tempo diferenciado, associado às vicissitudes da natureza e ao calendário agrícola. O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. (...) A importância dos serviços de assistência técnica, gerados fora da comunidade local, cresce em

[42] Paralelamente, no plano simbólico, o trabalho assalariado passa a ser o trabalho de verdade, o trabalho que é regular e no qual se recebe regularmente um salário, diferentemente do agricultor, que tem renda incerta e baixa, fora a vida mais confortável na cidade. Dessa maneira, as más condições de vida nos reassentamentos aceleram as transformações.

> detrimento do que esse autor [Henri Mendras] chama de "modernização tradicional", aquela que resulta da transformação sem ruptura da forma tradicional de produzir.

Convém lembrar que a inserção tecnológica provoca crises não só na produção, mas em todas as relações sociais que estruturam o mundo rural tradicional. Portanto, Wanderley acredita que os projetos na área de assistência técnica devem prever efeitos na esfera de todas essas relações, assim como Bordieu e Sayad abordaram.

O risco em permanecer na terra e produzindo passou a se expressar em qualquer fator, como chuvas e geadas em excesso, ou variações no mercado e a própria impossibilidade de ingressar de fato no mercado. Fatores que, sozinhos ou combinados com outros, impunham riscos e medo ao camponês, que não pode nem escolher entre realizar o tradicional *pousio* bianual ou comprar os fertilizantes químicos que os colonos utilizavam.

No caso dos Fellah'in, os autores demonstraram que a produção de cereais, bem como qualquer outra produção para o mercado não era viável. É exatamente esse tipo de situação pela qual passou o campesinato, em diferentes contextos e lugares, no processo de inversão demográfica rural-urbano e com o avanço da lógica industrial sobre a agricultura. O objetivo de um produtor agropecuário qualquer passou a ser produzir o máximo no tempo mínimo, utilizando-se cada vez mais insumos industriais e menos mão de obra para obter ganhos em escala. "É portanto sem hesitar que se sacrifica o futuro [futur] da produção, incerto e incontrolável, ao advir [avenir] do consumo, iminente e urgente" (BOURDIEU apud BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.44). "Quanto mais o presente lhe foge, mais o *Fellah* se agarra a ele, sacrificando todas as atividades que tenham implicações a longo prazo em troca da satisfação direta das suas necessidades imediatas" (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.45). Esse processo mudou as estratégias de produção agrícola e de reprodução social dos camponeses.

A intensificação da produção era dada pela necessidade de uma nova racionalidade mercantil, que engendrava uma condição objetiva de transformações de comportamentos mentais e práticos em toda a sociedade, ou pelo menos em sua grande maioria, no campo e na cidade. Isso sem dúvidas inseria novas e contraditórias pré-disposições aos *habitus* até então constituídos, contradições das quais as pessoas que passaram pelo processo de subjugação cultural são feitas – no caso, a colonização da Argélia pela França. Menos terra e a falta de previsão para o campesinato significavam cada vez mais empobrecimento material e simbólico, atraso social e o esvaziamento do

meio rural como espaço de moradia. Suas atividades tendiam à difícil subsistência e não à inserção no mercado. O processo se deu com a incorporação de "inovações" técnicas da nova racionalidade, que transgrediam as tradições e aos poucos as substituíram – como os fertilizantes químicos ao invés do *pousio*.

A lógica que passa a reger os camponeses argelinos faz conviver elementos do tradicional e do moderno. Uma lógica que tem por princípio a contradição entre se investir no mercado e se garantir a subsistência. Para os camponeses, era difícil praticar uma agricultura mercantil. Utilizavam-se de todos os subterfúgios da tradição para manter pelo menos uma produção para a subsistência – o mínimo aceito socialmente. E o investimento agrícola comercial continuava arriscado para um camponês que garantia cada vez menos a subsistência, porque tinha menos terras e capitais, menos mão de obra, estava distante dos centros comerciais e possuía menor escala produtiva. Os autores mencionam que, quando podiam, as famílias utilizavam insumos externos caros nas produções que serviriam para a subsistência delas próprias. Com isso, afirmavam a não familiaridade com tais tecnologias da lógica monetária, que deveriam servir para produzir para o mercado e não para serem utilizadas na pequena produção de autoconsumo.

Porém, geralmente, o mesmo camponês empregado assalariado que cultivava as terras do colono com máquinas e outras tecnologias não as usava para lavrar as terras que lhe eram concedidas. Estas eram aradas com técnicas tradicionais como a tração animal e com práticas de mutirão que ocupavam toda a família. Conseguiam colheitas fracas, só para sua subsistência, mas não questionavam que o trabalho familiar tivesse a mesma produtividade da produção comercial no trabalho para o colono ou no assalariamento.

Sua lógica passava, justamente, pela questão de não se investir no mercado, enquanto não tivesse garantida a subsistência. Submetido a uma vida na qual apenas se come aquilo que se planta e colhe, o que pode implicar em situações de empobrecimento material pela própria condição social que lhe é atribuída, o campesinato é forçado a se submeter a tais contradições ou a ir para a cidade. Para os autores, muito mais que a partida para a cidade, é uma fuga para a cidade, como acontecia no Bèarn.

O artigo relata, entretanto, que algumas situações favoreciam a permanência de famílias nos reassentamentos, como aquelas que conseguiam fazer uma poupança e podiam produzir mais; as que iam ficando, passavam a usar as terras que sobraram das

que emigraram; havia aquelas que foram para outras atividades como o comércio e o artesanato; outras que ocupavam cargos administrativos e militares. Então, também são reveladas estratégias de famílias que, combinadas, podiam representar condições para elas se reproduzirem no local, sobretudo ao se perguntarem o que iriam fazer nas cidades. Porém, essas estratégias significavam ficarem isoladas socialmente, à margem dos avanços técnicos, numa condição que cada vez mais seria degradada e degradante para a reprodução social, a exemplo dos caipiras celibatários do Bèarn. Segundo os autores, sobretudo a partir de 1954, com a inversão demográfica campo-cidade na Argélia, os camponeses almejam as novas necessidades modernas que começam a surgir, por exemplo, o fogão a gás, o rádio, o refrigerador, entre outros. Simbolicamente, quem continua com fogão à lenha é rústico.

As contradições do sistema colonial se baseavam no jogo entre desintegrar ou integrar os camponeses ao processo produtivo: desintegrar (os *habitus* camponeses) para integrar (ao modo de produção capitalista) ou, o contrário, integrar para desintegrar, o que no fundo tinha o mesmo objetivo (BOURDIEU, SAYAD, 2006). A política colonial na Argélia não tinha melhor objetivo do que a desintegração do modo de vida camponês e a imposição de uma nova racionalidade como forma de dominação. Assim, colocar um posto do exército nas regiões mais remotas para melhor controlá-las podia ser visto como a emancipação (ou pacificação) de uma comunidade, enquanto suas estruturas tribais e camponesas eram destruídas – das casas isoladas para centros onde elas eram alinhadas às ruas, poderia haver escola, médico, mercado, administração, enfim, elementos que reagrupavam o grupo e o levava à nova racionalidade. Uma idéia de modernidade que criou novas necessidades para as pessoas: "(...) garantir aos argelinos o direito de serem o que devem ser; ser o que, à imagem do europeu, os conduz a negar o que de fato são, na sua originalidade de homens particulares, participantes de uma cultura singular" (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.48-49). Com isso, as pessoas passaram a ter novas necessidades.

O reassentamento como projeto militar é definido a partir das características do local da aldeia, o recorte do território planejado, o traçado das ruas, as casas e todos os elementos que estruturam a vida local. São mais frutos da imposição de modelos militares geométricos, das linhas retas "à maneira do colonizador romano", do que modelos tradicionais, que são ignorados. Percebe-se a relação conflituosa da imposição desse modelo no relato do tenente Kerkera, em 1960, conforme a citação à página 43: "as pessoas aqui se dão mal com a linha reta".

O recorte "racional" do território substituiu os elementos naturais e seus limites, estipulados antes a partir da lógica tribal de ocupação da área. Racional, mas de uma forma militar, como nos reassentamentos argelinos observados por Bourdieu e Sayad, que influenciava a estruturação da vida: as "linhas retas", a racionalidade da vizinhança nas ruas, a distância medida pela sua largura, o sentido que isso dá à vida cotidiana, as instalações urbanas como a rede elétrica, as comunicações, a rede de água e de saneamento etc., elementos que garantem uma disciplina quase militar aos padrões de vida modernos, inclusive mais fácil para se manter a ordem e a disciplina militares e, consequentemente, a dominação material e simbólica. Vale a observação de que normalmente essa é a maneira de constituição de um assentamento rural no Brasil, a partir do recorte "reto" do território.

A lógica da colônia leva à constituição dos camponeses "descamponeisados", pessoas que não são mais o que eram e nem são o que deveriam ser. Oscilam entre a fuga para a cidade e a permanência numa condição desvalorizada no conjunto da sociedade e, cada vez mais, por si próprio. Permanecem alguns camponeses, teimosos, nesse modo de vida e outros que aceitam e são bem sucedidos na racionalidade econômica.

> O camponês "camponeisado" estava adaptado a uma terra da qual esperava, como uma graça, somente os meios para viver ou para sobreviver; o camponês descamponeisado, ao contrário, está condenado à contradição, já que persegue o impossível e que, sabendo disso, não tem outra escolha a não ser a perpetuação dissimulada e fictícia das rotinas tradicionais ou então a inovação que aumenta (sem ultrapassar) a contradição que o espírito calculista faz surgir (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.53).

1.8 A Questão do *Sabir* Cultural

A tentação de ver no camponês sua total destruição pode ter a mesma essência daqueles que superestimam seu caráter revolucionário no sistema capitalista, porque coexistem lógicas contrárias (capitalistas e não-capitalistas) no *habitus* desses agentes sociais. Ainda assim, é preciso reconhecer suas transformações, permanências e suas necessidades históricas de ser, enquanto categoria social, nos dias de hoje. A moral camponesa e seus modos de vida tradicionais foram simbolicamente destruídos, mas apegos objetivos e subjetivos à tradição são partes de suas estratégias por gerações – e atravessam gerações –, ao passo que alguns vão e voltam ao rural, julgando-se incapazes de viver na racionalidade urbano-industrial, na ética e na competência modernas, ou mesmo pela preferência em viver no meio rural.

Segundo Bourdieu e Sayad, as mudanças culturais se dão muito mais lentamente do que as mudanças técnicas e, por isso, alertam que não é possível compreender as transformações no *habitus* no intervalo de uma existência individual, senão enquanto o grupo social. O período de uma existência individual é ampliado com o período da família ou das transformações do grupo ao qual pertence. A perspectiva de investigação de uma vida é diferente da história da família, tal como um grupo familiar que produz um produto há várias gerações. Assim, uma vida pode se referir a uma existência individual, cujas dimensões subjetivas ficam mais fortes, embora ligadas a conjunturas objetivas. Já a história do grupo mostra suas marcas estruturantes.

A ambigüidade não está na forma de compreensão do camponês, mas no próprio objeto. Sua vida não se dá apenas pela lógica do lucro, nem apenas pela lógica tradicional. Igualmente, ele não é apenas produto da história da família, mas produto individual de determinadas conjunturas. As diferentes leituras partem de quadros teóricos diferentes, porém, sua essência é uma realidade contraditória. É evidente que essa realidade contraditória não se aplica unicamente aos agentes sociais do campesinato, mas também a uma infinidade de agentes sociais. Aqui o camponês é destacado pelo próprio recorte analítico da tese.

Não seguros das imposições produtivistas dos técnicos da Caper (órgão francês para fazer a reforma agrária), as cooperativas dos *Fellah'in* queriam acumular as vantagens dos dois sistemas: "perseguir fins tradicionais com meios modernos ou, inversamente, (...) mais paradoxal ainda, perseguindo fins mutuamente incompatíveis porque tributárias de duas lógicas opostas" (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.52).

Os camponeses queriam reproduzir as condições materiais e simbólicas da sua cultura. Se tivessem acesso às técnicas que deveriam ser usadas para cultivos comerciais, utilizavam-nas em cultivos de sua subsistência, pois faltava-lhes a consideração acerca da rentabilidade. Como vimos, esta é uma condição para a criação desse meio contraditório, no qual os camponeses descamponeisados se perpetuavam.

Se agora ele vive uma situação na qual é necessário calcular, o camponês vai contra os ancestrais que, sem ter que calcular, esperavam a subsistência sem riscos, ou seja, primeiro havia a prioridade de garantir a oferta de comida com abundância. Contra o cálculo racional, Bourdieu e Sayad usam provérbio cabila: "se o camponês calculasse,

ele não semearia"[43]. Depois, passou a existir a contradição entre essa garantia e a inserção na lógica econômica.

Por isso, quando se fala em falta de racionalidade econômica no campesinato, na verdade, é quando não se reconhece o campesinato enquanto agente social que sobrevive numa realidade contraditória e não se compreende o fato dele possuir outra lógica. A contradição existe porque sua lógica não é mais restrita às suas necessidades imediatas, como a alimentação direta, pois para sua reprodução ele precisa incorporar outras racionalidades em seu *habitus*. Para Bourdieu e Sayad, o que restou dos camponeses (não só na Argélia) foram fragmentos descontínuos, advindos da persistência da cultura e de temores em relação à nova racionalidade. "Em suma, por incapacidade em falar bem as duas línguas culturais de modo a mantê-las claramente separadas, está condenado às interferências e às contradições que são responsáveis pelo *sabir* cultural" (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.54). Então, para os autores era importante saber quais contradições o camponês argelino trazia em sua cultura e a partir do sistema colonial, que se sobrepôs ao sistema tradicional. Isso, como veremos, será fundamental para entendermos os assentados como agentes sociais que reconstroem seus modos de vida com os fragmentos camponeses que lhes restaram.

O *Fellah* argelino não conseguia escolher entre a tradição e a nova racionalidade, pois, se o fizesse, não teria como levar sua escolha até as últimas consequências. Para Bourdieu e Sayad, só se escolhe quando se tem as condições essenciais para se obter sucesso. Do contrário, pode-se cair no risco de escolher a tradição sem ter meios de realizar essa escolha, e vice-versa.

Restava, aos camponeses, a esperança ilusória de que alguma coisa iria acontecer e alterar as condições de existência, nas relações de produção. Com a abolição do sistema colonial, algumas condições objetivas mudaram de fato para o campesinato argelino, que recupera a maior parte das terras[44]. Porém, tanto a colonização como a dura guerra de emancipação deixaram marcas que não desaparecem ao mesmo tempo. Foram marcas incutidas na sociedade argelina, expressas primeiramente no fato das classes dominantes não aceitarem mudanças nas relações e nos modos de produção;

[43] Curiosamente, essa mesma fala foi repetida no assentamento Monte Alegre, pela dona Neusa, na ocasião de um curso de gestão da produção que realizamos pelo Nupedor. Sobre sua produção de rapadura, ela afirmou: "se eu calculasse dessa forma, não produzia a rapadura", numa clara referência ao fato de que a produção calculada por métodos contábeis só lhe daria prejuízo, o que nos exigiu uma abordagem mais adaptada aos modos de produção da assentada.

[44] Após a independência, reduziu-se drasticamente o número de colonos europeus na Argélia.

depois, porque toda a sociedade queria romper com um passado camponês, ao ver esse modo de vida como atrasado ou apenas como "essência histórica".

As contradições impostas pelo sistema colonial não desaparecem magicamente, nem o caráter revolucionário do campesinato persiste muito tempo por conta da realidade contraditória que essa categoria vive. Um ponto de vista que não leve em conta as condições de existência que fizeram dele o que ele é nos planos objetivo e subjetivo, acaba naturalizando uma coisa ou outra – o fim do campesinato ou seu caráter revolucionário idealizado. Sobre a condição que o sistema colonial incutiu neles e que passou a fazer parte constituinte da sociedade, os autores dão o exemplo dos trabalhadores mais desfavorecidos, para os quais "o subterfúgio e a esperteza são as 'armas' para se roubar um momento de descanso ao trabalho duro ou para ganhar algum dinheiro" (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.55). O camponês não está livre nem das condições impostas pelo sistema colonial nem das contradições que se incutiu nele.

Com a retomada dos reassentamentos pelo Estado, houve a imposição da mudança na forma de pagamento, que mudou a lógica do trabalho daquele que esperava por um salário. Corpo mole, não participar de reuniões, fraudar expedientes e artifícios de esperteza são as marcas da resistência (que, nesse caso, se aproximam das formas de resistência conforme SCOTT, 2002[45]). Se antes a lógica da prática agrícola era gastar o mínimo de insumos externos e fazer o maior aproveitamento dos recursos locais, a prioridade passou a ser possuir dinheiro para se consumir cada vez mais. Para o agricultor, estipular o valor do dia de trabalho na terra coletiva não adiantava, porque todos sabiam das diferenças entre o tempo e a qualidade do trabalho de cada um. Portanto, esse princípio ia contra seus propósitos. É uma cooperação forçada pelo Estado, que em nada reconstruía a sociabilidade, mas aguçava os conflitos.

O desafio era como incutir, simultaneamente, nesses trabalhadores rurais do campesinato, as lógicas contraditórias do trabalho, do consumo, da venda e do lucro coletivos. O "socialismo libertário" na Argélia virou autoritário quando a suposta autogestão passou a ser tutelada pelo Estado, que por sua vez agia em relação ao camponês ideal, o moderno (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.57). Para os autores, o socialismo autoritário criou os operários-camponeses, pois o Estado preferiu poupar os problemas de incapacidade e de má fé da auto-gestão ao propor um salário, sob a justificativa de que era isso que eles queriam. Enquanto que, na realidade, eles teriam

[45] Mais à frente serão abordadas as formas de resistência camponesa conforme James Scott.

preferido cultivar uma terra que fosse realmente sua. Problema parecido com a divisão de lotes no Monte Alegre, como vimos na introdução.

Mas há aqueles que conseguem a terra, e de alguma forma ficam numa posição privilegiada, pois uma propriedade auto-gerida eleva as posições políticas e econômicas dos camponeses. Isso não deve ser visto à parte das demais categorias como os trabalhadores assalariados, eventuais, pequenos camponeses subempregados. A polarização é válida entre essa massa que vive nas contradições que o sistema colonial incutiu, que acelera a descamponeisação e a dominação de uma agricultura rica de poucos proprietários. Os demais estão à margem e são condenados à subsistência e à tradição do desespero, até que as condições objetivas os fazem ver a ameaça de se tornarem trabalhadores subempregados no campo e na cidade.

Este texto é importante, de forma comparativa, para entender os assentamentos, pois antes não apenas lhes retiraram as terras, mas a cultura. Ao retornar à terra, cabe-lhes a tarefa de criar o sistema de comportamentos e pensamentos adaptado à nova situação – a terra, a sociedade e o próprio sujeito assentado são outros. O que aconteceu nesse tempo de colonização? Que cultura os agentes são capazes de criar, qual seu *Sabir* Cultural? "Enquanto não tiver recuperado a posse de si próprio através da elaboração de uma cultura nova e coerente, o camponês argelino poderá pisar a terra do colono, cultivá-la ou recolher seus frutos, sem tomar verdadeiramente posse dela" (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.55).

Restaurar sua vida no campo não é uma construção linear, mas cheia de percalços e contradições – como não foi para Bourdieu e Sayad, após a independência argelina, nem é no caso dos assentamentos rurais na presente tese. Se o camponês toma posse da terra e tem sua organização ditada por agentes externos, como superar as expectativas contraditórias expressas nos modelos técnicos e a sua incompatibilidade prática? Entre técnicos e agricultores, por exemplo, aquele é visto como o burocrata da cidade, senão como o invasor. Por outro lado, passa-se a esperar outro trabalho, de preferência um que renda um salário, para entrar de vez na lógica econômica de mercado. Assim, o assentado pode querer, ao mesmo tempo, que seu filho esteja por perto ajudando-o na roça e sonhar com outro destino social para ele, assalariado na cidade.

Enquanto o camponês não tem soberania e segurança quanto ao domínio da terra, bem como no processo produtivo (até a comercialização), não se caracteriza plenamente o pertencimento. A intervenção do Estado geralmente não é compatível com

as contradições do camponês. A menos que se compreenda do que o camponês precisa, isto é, da segurança de possuir o mínimo aceito socialmente por meios próprios, para só então deslumbrar um meio para maximizar os lucros, projetos de desenvolvimento rural podem ser vistos como uma intromissão técnica que não contribui com o camponês ao impor-lhe outra racionalidade.

> A intromissão, entretanto, não pode limitar-se à esfera econômica, visto que *as escolhas econômicas são também, e antes de tudo, escolhas culturais*. Encerrado na contradição, o camponês não pode, fundamentalmente, ter uma representação adequada da sua condição e, menos ainda, das contradições dessa representação. Assim, cabe a uma elite revolucionária definir com ele (e não para ele) o que ele deve ser em uma e para uma ação orientada segundo uma teoria sistemática e realista, quer dizer, levando em conta todos os aspectos, mesmo se contraditórios, do que ele realmente é (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.58, grifos no original).

A verdadeira adesão dos camponeses a um programa de desenvolvimento rural se dá quando eles têm segurança em possuir a terra e produzir como lhes convém. Mas como o programa acontece com a adesão das massas e com uma intervenção – econômica e cultural – que não entre em conflito com seus próprios fins?

Para os autores, por meio de uma "ação educativa, inclusiva e total", que conhece a realidade econômica e social de forma sistemática e progressiva (como afirmado antes, em primeira mão e um pouco terra a terra), ao estilo de uma assessoria que se adapta à dinâmica e ao cotidiano. Uma ação na qual os educadores sabem ponderar entre as particularidades de cada caso e os conhecimentos e práticas são construídos conjuntamente. Isso reforça a importância da ação local e regional, ou seja, uma intervenção por meio de programas para casos particulares, que respeitem as diversidades regionais e as particularidades locais. É no confronto permanente entre as expectativas dos programas do Estado, do mercado e as dos camponeses que se pode elaborar uma cultura autêntica.

CAPÍTULO 2 – A GÊNESE DO CAMPESINATO BRASILEIRO: UM RESGATE DE DILEMAS

2.1 Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade

No presente capítulo, procuro discutir as ruralidades contemporâneas à luz da evolução do conceito de campesinato. Os processos sociais no meio rural contemporâneo estimularam a elaboração de novos quadros teóricos e diferentes abordagens que dão visibilidade ao meio rural e seus agentes sociais na atualidade. No entanto, necessariamente deve-se acumular os avanços da literatura sobre o campesinato, o que significa primeiramente não retirar o caráter político da discussão – por exemplo, a respeito de uma abordagem histórica da modernização conservadora da agricultura no Brasil, sob o ponto de vista histórico das relações de poder, das estruturas fundiária e produtiva e do trabalho no meio rural. Para Wanderley (2009), a discussão não deve se desvincular da propriedade da terra, então a questão agrária e fundiária deve fundamentar as novas ruralidades, inclusive aquelas sobre o meio ambiente. Se é necessário ter em conta os processos permanentes de mudanças sociais, no caso do campesinato, isso significa analisar tais mudanças sob o prisma dos meios de subsistência e da expropriação material e simbólica, pois o capital, representado pelo latifúndio no Brasil, continua no comando de uma relação de expropriação e de poder sobre os camponeses.

Porém, vale destacar que o rural contemporâneo comporta agricultores de base familiar e outros vários povos tradicionais que vivenciam aquilo que chamarei aqui de condição camponesa. Isso supera um olhar sobre o mundo rural visto apenas a partir da produção agropecuária e do desenvolvimento agrícola/econômico, pois trata-se de um modo de vida ou do rural como espaço de moradia de pessoas e grupos sociais (WANDERLEY, 2011). Esse rural é compreendido como processo social complexo na modernidade, com territórios de diversidade social e inseridos em fluxos sociais, econômicos e de informações cada vez mais dinâmicos. É um rural sobre o qual a racionalidade capitalista avança e insere elementos urbanos e industriais, mas também onde são mantidas lógicas distintas da capitalista justamente pelo modo de vida camponês – da produção e da reprodução social das pessoas no meio rural que serão destacadas na presente tese.

Embora as atividades agropecuárias ainda sejam a principal marca das categorias sociais que povoam o meio rural, muito por conta de sua necessidade histórica de

produzir alimentos, vários campos se abriram à discussão dos "novos" agentes sociais do mundo rural na modernidade. Alguns desses pontos são sintetizados pela literatura brasileira mais recente sobre o tema, tais como: a subjetividade dos indivíduos e das famílias no meio rural; os processos rural-urbanos e a gestão de municípios e regiões por meio da delimitação de territórios mais amplos, como as bacias hidrográficas; questões demográficas nos meios rural e urbano; as diferenciações internas contra a inexorável proletarização do camponês, que inclui perfis de classes médias no meio rural; redefinição de padrões de consumo e acesso a bens e serviços no meio rural; novos mercados camponeses e regulação da produção artesanal; o padrão tecnológico que reduz os esforços e muda o balanço entre trabalho e consumo familiar, mas com potencialidades para diminuir ou aumentar a força de trabalho; a agrobiodiversidade na agricultura familiar camponesa; o avanço das noções de multifuncionalidade e de pluriatividade e as novas funções não-agrícolas do rural, bem como as variadas fontes de rendimentos como assalariamento, aposentadoria, benefícios sociais e políticas de transferência de renda; a linha da cultura, lazer, turismo e gastronomia no meio rural; a produção de energia, biomassa e pagamentos por serviços ambientais; dentre muitos outros pontos[46]. Enfim, vários autores reivindicam o meio rural brasileiro como categoria sociológica da diversidade brasileira na atualidade.

Há os que questionam a perda da ruralidade quando se tem mais acesso à informação e a meios de vida urbanos, ou o trabalho fora de membros das famílias. Na verdade, não se trata de uma descaracterização da vida no campo e, sim, de adaptações de situações históricas. Moreira (2009) sintetiza o "neo-rural" que temos hoje em parte porque há interesses inclusive burgueses na vida rural, na manutenção de categorias vistas como chacareiros, caseiros, pequenos produtores, pela valorização de produtos típicos e com denominação de origem, pelo turismo rural e ecológico, além da possibilidade em habitar o meio rural não como agricultura, mas lugar de moradia, apenas livre do estresse urbano e em contato com a natureza. Isso ressignifica a pluriatividade e as próprias famílias que voltam a se ligar à terra por meio de atividades não-agrícolas.

Seguramente, a revisão bibliográfica do presente capítulo não se trata da tentativa de aplicar a teoria do campesinato "antiga", "atrasada" e "não-moderna" nos

[46] Um apanhado desses pontos se encontram nas referências de Moreira (2009), Carneiro (1998), Schneider (2010), Menasche et al. (2008), Sacco dos Anjos et al. (2014), Queda et al. (2009), Wanderley (1995), entre outros.

dias atuais, pois na realidade procuro reforçar a necessidade de um olhar sobre as dinâmicas familiares no meio rural no interior do processo de modernização da sociedade. A primeira implicação disso é a necessidade de um olhar, de caso a caso, sobre como os trabalhadores camponeses representam suas experiências de expropriação, exploração e reprodução social determinadas por condições estruturais, para só então observar a reprodução da condição camponesa nas estratégias familiares e a partir de recortes específicos, por exemplo, sobre as mudanças sociais e demográficas, sobre a cultura, sobre gênero e juventude, entre outras. São esses aspectos que procurei abordar nas etnografias. Portanto, resgatar elementos da gênese do campesinato e da condição camponesa no Brasil foi extremamente necessário para se realizar esse estudo sobre um processo social agrário específico e localizado nos assentamentos da região de Araraquara.

Podemos afirmar que a noção de campesinato foi enfraquecida com o advento da agricultura familiar, especialmente a partir da década de 1990 e com a necessidade do Estado brasileiro redefinir as categorias sociais rurais para a aplicação de políticas públicas, notadamente o Pronaf. Wanderley (2003) abordou o tema com base nas rupturas e continuidades entre as duas noções. Para ela, no interior da noção de agricultura familiar se reproduz o campesinato, noção anteriormente utilizada para tratar de categorias e grupos sociais rurais, que demonstrava características específicas conforme a teoria do funcionamento interno do campesinato de Chayanov. Ao mesmo tempo que possui esse aspecto das disposições temporais, o campesinato sofre adaptações para sua sobrevivência frente às transformações da sociedade, do Estado e do mercado. Na mesma linha interpretativa, Martins (2002) afirmou que o agricultor familiar, mesmo o modernizado, é o nosso camponês. E a condição camponesa é muitas vezes explicitamente utilizada por estudiosos da agricultura familiar.

A noção de agricultura familiar que emerge no Brasil a partir da década de 1990 é associada ao avanço da racionalidade urbano-industrial e às ações do Estado interessadas em inserir uma conceituação para ser possível a aplicação de políticas públicas. Apesar de indicar características fundamentais da família camponesa – tais como a predominância da mão-de-obra familiar, predominância da renda oriunda da atividade agropecuária, a pequena quantidade de terra até quatro módulos fiscais –, são considerados agricultores familiares aqueles potenciais beneficiários dos programas

voltados à modernização via créditos e financiamentos monetários[47]. É uma noção que separa produtores familiares capazes de operar na lógica dos mercados modernos, os agricultores familiares ideais, em oposição a outros "incapazes" e pobres rurais. A política pública atuaria, nesses casos, para consolidar os capazes e, com isso, pode ser que a análise da criação dessa nova categoria de agricultura familiar que se dá pela ação do Estado corra imensos riscos de negar a história desses agricultores, o próprio processo histórico do qual são produto, uma "história camponesa" que se perpetua nos espaços rurais no Brasil (WANDERLEY, 2003, p.44).

Para Moura (1986), a necessidade de distinguir camponês e pequeno produtor (que viria a ser a agricultura familiar) se deu em função dos diferentes modos de produção. O pequeno produtor viria a ser o agente da produção mercantil simples, etapa que precede a produção mercantil ampliada. Para a autora:

> Optar por um dos conceitos não é tão simples quanto possa parecer à primeira vista. *Camponês* e *campesinato* são conceitos de grande vitalidade, de grande força histórica, tanto teórica quanto empiricamente, o mesmo ocorrendo com o conceito de *burguesia*. Campesinato e burguesia são termos repletos de conteúdos culturais, tanto no plano social como no político. Assim como não se pode declinar do conceito de burguesia para falar tão-somente em capitalistas, não é possível preterir o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor (MOURA, 1986, p.13-14, grifos no original).

Partindo de uma história camponesa de subordinação na sociedade brasileira, a posição social do campesinato é a luta para ter uma terra que seja sua, "(...) estável e transmissível às gerações subsequentes. Historicamente, essas lutas constantes se expressam por meio das estratégias da posse precária da terra, da migração, da venda da própria força de trabalho e da prática de uma agricultura itinerante" (WANDERLEY, 2003, p.56). Ora, se as classes lutam por poder e para impor a sua representação, quem não adere a essa representação é fracassado. Noções como o moderno, o merecimento, a legitimidade e a posse são classificadores e "naturalizam" socialmente a desigualdade. Essa relação de poder faz parecer que o destino fez assim: alguns espaços sociais são construídos para uns e não para outros. E geralmente ao camponês é imposta uma autocensura, por meio da sujeição, pelo domínio e depreciação pessoal, uma forma de usurpação da própria auto-estima.

[47] "Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais" (LEI 11.326/2006).

Fazer tábua-rasa dessa história em benefício da suposta modernização é sempre um risco a mais para se compreender a reprodução social da categoria que vivencia um processo de enfraquecimento por parte do Estado e do mercado. Ainda, segundo Moura (1986, p.48), corre-se o risco de repetir uma história já observada por Lênin: "A divisão dos camponeses em famílias pobres, à beira da proletarização, e famílias ricas que, ainda que minoritariamente, ascendiam à condição de uma burguesia rural que acumulava bens móveis e imóveis, estaria criando classes antagônicas no campo".

Martins (2002, p.52) menciona que os agentes das igrejas, sindicatos e universidades, sobretudo os primeiros, reconheceram:

> (...) que o Estado militar punha esta sociedade [rural] no limite da condição humana. Sobretudo, porque definia valores desumanos e desumanizadores para o seu desenvolvimento econômico e para afirmação de um poder político ditatorial que limitava o reconhecimento da condição humana unicamente aos dóceis, aos omissos, aos indiferentes, aos reacionários, aos que se conformassem à sua lógica coisificante, aos integrados.

A agricultura familiar brasileira tem raízes camponesas – "raízes históricas", como diz Wanderley (1995) –, o que também significa heranças da colonização, da ditadura militar e dos diversos ciclos de desenvolvimento no Brasil. A modernização sob comando da terra guarda uma desigualdade na correlação de forças políticas – e não por questões técnicas, produtivas ou econômicas – entre grandes proprietários e pequenos agricultores sem terra, dentre uma infinidade de situações particulares. Questiono, portanto, se não se trata de uma opção pela modernização conservadora que marca a agricultura familiar por meio de relações extorsivas com o capital comercial e agroindustrial. A política agrícola praticada historicamente no Brasil visa à modernização para quem? Basta ver as leis e os programas públicos de financiamento e apoio à grande produção desde antes e à época da ditadura militar, como o Pró-Alcool, os incentivos fiscais e financeiros, em comparação de ações estatais como o financiamento, a assistência técnica da pequena produção e a reforma agrária. Em que condições políticas e econômicas a pequena agricultura se moderniza? É emblemático, nesse sentido, o uso do termo "integrado", conforme a citação anterior, pois é justamente essa alternativa que a pequena agricultura encontra para sua reprodução social. O Estado historicamente delega ao mercado a viabilidade do camponês e do agricultor familiar, por meio da integração industrial. Daí o argumento contrário sobre a

incapacidade técnica deles, pois na verdade o "(...) processo de modernização, jamais se libertou de sua vinculação com a propriedade da terra" (WANDERLEY, 2003, p.56).

Para Wanderley (2003), em função da história camponesa, essas duas noções – campesinato e agricultura familiar – são imbricadas e complementares. Podemos ver a agricultura familiar com mais ou menos características que marcam o campesinato na teoria social: de forma indissociável entre propriedade ou outras formas de usufruto da terra, trabalho e consumo familiar, além de formas específicas de reprodução social como expressam os casamentos e as estratégias educacionais, juntamente às problemáticas da ação do Estado moderno e modernizante e sua progressiva inserção nas economias de mercado.

Se focadas apenas na modernização, pode haver uma tendência para se contrapor camponês de agricultor familiar, como se esta correspondesse à oposição tradicional/moderno. Sendo que há muito mais continuidades nessa suposta dualidade. É a continuidade de uma história camponesa que vive "dentro" do agricultor familiar brasileiro, que, ao mesmo tempo, recebe as influências da sociedade em transformação. Isso está presente no pensamento de vários autores como Marcel Jollivet, Hughes Lamarche e Teodor Shanin (WANDERLEY, 2003, p.47 e ss.). "Jollivet nos ajuda a entender tal processo de ruptura/continuidade, ao contrapor uma abordagem do campesinato, como um tipo ideal, à análise do camponês envolvido em processos sociais reais" (WANDERLEY, 2003, p.49). É o que fez também Bruno Jean, por meio de uma análise da transmissão de conhecimentos entre gerações, expondo as tensões e os conflitos em função da existência de duas lógicas, a empresarial e a familiar. Em uma conferência de Van der Ploeg (2014), o autor disse que o coração do camponês bate por essas duas lógicas.

Portanto, o campesinato se reproduz com base nessa realidade contraditória, possui agentes sociais que mesclam elementos e transitam entre as duas lógicas em tempos e espaços sociais distintos, conforme procurarei mostrar ao longo desse capítulo. Isso deixa pouca margem às definições absolutas sobre a categoria social.

Mas o que os diferencia de fato? Camponês é aquele que produz somente a subsistência? Dificilmente é, porque a comercialização da produção ocorre dentro dos princípios da alternatividade e da diversificação, ou seja, sua capacidade de investimento é latente, existem sempre possibilidades e riscos em estado pontilhado, como diria Bourdieu. Se o seu rendimento é indivisível, conforme uma das principais características fundamentais ao funcionamento da unidade familiar, há nisso um caráter

flexível: parcelas para custear tratores, investimentos em infra-estrutura, contratação de mão-de-obra não familiar etc. Ao mesmo tempo, podem haver projetos familiares em comum, mas também projetos em conflito no interior da família, quanto às condições reais de modernizar ou não a produção, seja entre pais e filhos, entre filhos apenas, entre homens e mulheres. Sobretudo quando nos referimos à transmissão de patrimônio, essas possíveis diferenças se acirram na maioria dos estabelecimentos familiares e isso não ocorre apenas no meio rural.

Uma diferença poderia residir no fato de que o camponês enfatiza o passado, as tradições, enquanto o novo agricultor enfatiza o futuro, a produção planejada: "'A agricultura evolui sob o signo do número e da estatística previsional', gerando-se a necessidade do planejamento. Impõe-se a 'linguagem da contabilidade', 'símbolo da nova acumulação do saber' que supera o saber tradicional herdado. A agricultura passa a ser, então, uma profissão que se aprende, como já dissera Mendras" (WANDERLEY, 2003, p.51). Mas essa concepção pode igualmente ser associada à dicotomia atrasado/moderno, sendo que os próprios camponeses realizam adaptações para continuar existindo na modernidade. Além disso:

> A terra trabalhada por uma família não é apenas um espaço técnico, é também o espaço de uma certa concepção da liberdade individual conquistada sobre a sociedade e, mais ainda, contra o Estado" (RAMBAUD, 1982: 111). E ele acrescenta: "Em todo lugar, os trabalhadores (da terra) desenvolvem suas iniciativas em continuidade com seus pertencimentos antigos e em luta contra as formas de dominação política ou econômica (RAMBAUD, 1982 apud WANDERLEY, 2003, p.52).

Diante do exposto, se a agricultura familiar é um conceito de profissão, ou para a profissionalização, de preferência integrado à indústria para o Estado "moderno", o campesinato denota um modo de vida cuja produção agropecuária é uma das expressões. Então, podemos até pensar no campesinato como modo de produção camponês e como componente político-ideológico, uma identidade social da agricultura familiar, contrária ao modelo convencional em termos sociais, políticos, econômicos e ambientais. Desde aspectos como o tamanho da propriedade, o modo de produção ligado à cultura e ao respeito ao meio ambiente, a organização e divisão do trabalho, as preocupações com a qualidade dos produtos para consumo direto e não apenas sua quantidade, até os interesses em intensificar a venda direta e as relações de confiança com os consumidores, a construção de um tipo de mercado camponês, circuito local no

qual participam produtores e consumidores. Esse é um projeto comum e possível presente nas duas noções.

O que poderia unificar campesinato e agricultura familiar? O que toca cada uma dessas categorias em suas particularidades? Na prática, não há diferença entre camponeses e agricultores familiares, a não ser o preconceito e o desuso do termo camponês em benefício do agricultor familiar mais capitalizado. O que existe é uma infinidade de categorias e grupos sociais que vivem no meio rural. Depende, sobretudo, da posição teórica adotada, tendo em vista um campo social no qual há forte disputa conceitual com aqueles que querem negar os problemas advindos das questões fundiária e agrária, que relevam apenas o fator econômico. Nas disputas paradigmáticas, para alguns o campesinato tem um tipo de economia que não se realiza em si. Para outros, há uma necessidade de ser visto pela recampenização, no sentido de se recriarem condições para a reprodução camponesa como necessidade da sociedade.

Entretanto, a produção familiar moderna continua a apresentar um sistema composto por unidades de produção familiares e seus balanços entre trabalho e consumo constituem elemento importante de sua dinâmica. Ela convive com os assédios da modernização agrícola, com a necessidade em se modernizar através de setores economicamente importantes e das tecnologias disponíveis no mercado. O risco, nesse caso, é desqualificar sua produção, retirar as visões sobre os processos internos e empobrecer a discussão sobre a importância da produção familiar moderna. É necessário resgatar o uso histórico do termo camponês e analisá-lo à luz das novas configurações sociais que seu uso implica na atualidade, a partir da continuidade de um processo social que não cessou. Com isso, evidentemente surgem novos valores semânticos, porém não se perde a oportunidade em realizar uma reflexão sobre o processo.

Por outro lado, seria possível falar em unidade na diversidade, por causa das singularidades dos agentes camponeses no capitalismo. Primeiramente, pode-se observar a subordinação em relação à propriedade e à exploração do trabalho, bem como o modo de vida na terra e os sentidos que lhes atribuem. Outras questões que os unem em relação à propriedade é a necessidade de possuir segurança, individual ou coletiva[48], de estar na terra e de criar um sentimento de pertencimento ao lugar, com elementos comunitários de vizinhança, de parentesco, de solidariedade. A autonomia na

[48] Tanto no caso da propriedade individual, mas também no caso de uma segurança de usufruto, como nos assentamentos de reforma agrária como conquistas coletivas do direito a um lote de terra.

gestão do tempo também continua a ser um elemento central, ou seja, fazer seu próprio horário é fundamental para o agricultor camponês/familiar. E o mercado também permaneceria inviável para ambas as categorias se não fossem as relações não-monetárias, os arranjos cotidianos, a ajuda mútua e a organização coletiva. O mercado vem com pacotes agrícolas, mas nem todos são capazes de operar nessa lógica produtiva e, sobretudo, de arcar com seus custos monetários.

Para as organizadoras da coletânea "Diversidade do Campesinato: expressões e categorias" (GODOI, MENEZES E MARIN, 2009, p.11), em relação ao estudo do campesinato no Brasil:

> (...) a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver (...).

Conforme as autoras, não é possível realizar um estudo sobre camponeses e agricultura familiar sem que se faça recortes bem precisos sobre a categoria social investigada, ou seja, sobre quais os princípios de diferenciação no espaço social. O próprio nome da coletânea nos remete a essa ideia. Dentro desses grandes guarda-chuvas teóricos, existe sempre uma infinidade de singularidades. Por exemplo, para Neves (2013), são diferentes as lutas de povos tradicionais, tais como os quilombolas, ou de atingidos por grandes empreendimentos, daquelas dos assentados da reforma agrária, ou seja, acabam sendo entes jurídicos diferentes e que lutam por direitos específicos, embora existam pontos em comum em suas pautas e em suas histórias – tais como transformações sócio-espaciais, subordinação às relações de propriedade da terra, aspectos do modo de vida, dentre outros. Por outro lado, podemos constatar o fato ao observar que, na "condição camponesa" ou na "agricultura familiar", existem famílias nas mais variadas situações em relação ao mercado: desde aquelas que possuem contratos de arrendamento capitalista com a agricultura patronal e que, com isso, não possuem um projeto de trabalho familiar e os membros da família trabalham fora da propriedade, até os que diversificam ao extremo suas propriedades, nas quais participam do processo de trabalho homens, mulheres, jovens e idosos, que comercializam em feiras e em programas institucionais. Há também as que estão no meio termo, que fazem tanto uma como outra coisa.

Se queremos entendê-las como agentes de vontades social e política e de possibilidades históricas, é necessário reconhecer-lhes as singularidades, aquilo que as diferencia e não somente aquilo que as dilui em categorias abrangentes e genéricas – e este é, basicamente, o papel das etnografias propostas na tese. O presente capítulo tem por finalidade discutir as possibilidades e os limites de uma teoria geral sobre o campesinato. Dessa reflexão, destaca-se um referencial para se localizar, dentre tantas diferenciações possíveis, sobre qual campesinato falamos em termos de classe social, de concepção de mundo camponesa e das contradições com as concepções hegemônicas, das alianças sociais entre campo-cidade e as relações (ou a falta de relações) com o Estado. Cabe, enfim, destacar a gênese do campesinato como agente social na sociedade capitalista brasileira – um agente social em um mercado de bens materiais e simbólicos unificado e globalizado.

2.2 Resgatando algumas noções clássicas

Desde os clássicos das Ciências Sociais podem ser notados estudos sobre os processos sociais agrários na esteia da industrialização e da urbanização. Na Europa, os autores tinham em conta analisar a passagem de uma sociedade feudal para a capitalista. As principais preocupações eram sobre como o sistema capitalista penetrava no campo, transformando-o e subordinando-o em razão das lógicas técnicas e monetárias, unificando os mercados materiais e simbólicos. Relativamente poucos autores no interior do marxismo eram críticos à "inevitável" presença da indústria no campo. Porém, no desenrolar do processo histórico surgiram contribuições importantes, que alertaram para as particularidades históricas, para as permanências da condição camponesa e para a diversidade de situações e agentes sociais no campo.

A partir do referencial sobre luta de classes de Marx, o campesinato esteve presente pelo menos no que diz respeito aos problemas da estrutura e da renda fundiárias. Segundo Marx (apud MINTZ, 2003, p.119): "a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária (...) constitui a pré-história do capital (...) e a assim chamada acumulação primitiva, portanto, nada mais é que o processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção". É justamente esse o efeito que o avanço da racionalidade capitalista tem sobre o campesinato, convertê-lo em força de trabalho para o capital ao explorar a renda da terra e o seu sobretrabalho, condições anteriores à efetiva expropriação da terra e à proletarização. A pré-história do capital significava também transformar a produção de bens de uso para bens de troca, uma

ideia que será melhor explorada ao longo do presente capítulo. Essa transformação faz com que produção e a própria terra passem a ser vistas apenas como mercadorias, impõe uma mudança de concepção para a produção da camponesa (local) para a empresarial (global), o que tem uma forte conotação política em termos de desenvolvimento agrícola.

A análise da luta de classes entre proprietários e expropriados da terra trazia ainda três contribuições nessa linha. Primeiro, o atraso que as classes latifundiárias poderiam representar para a expansão do capitalismo, com suas práticas e mentalidades feudais. Segundo, sobre como os capitalistas passaram a deter a terra e, através do arrendamento, retiravam a renda da terra, o que na verdade foi distinguido no caso do campesinato por meio das rendas diferenciais e pelo fato do camponês dar de graça uma parte de seu trabalho (WANDERLEY, 2009). Embora nesse estágio o campesinato ainda não se identificasse com o proletariado, tudo indicava que aos poucos todos os camponeses passariam pelo processo de proletarização.

Marx chamou atenção para as especificidades do trabalhador rural empregado pelo burguês no arrendamento, cujo trabalho rendia duas mais-valias: uma para o senhor de terras (renda diferencial 1) e outra para o burguês que detinha o capital (renda diferencial 2). Para alguns autores, dentre eles Wanderley (2009) e Martins (2013), a primeira era ligada à propriedade de terras, à localização, à qualidade natural do solo e à disponibilidade de recursos naturais. A segunda renda diferencial ligava-se mais ao trabalho incorporado e ao progresso técnico investido, que pudessem aumentar a produção e a produtividade, forçando a terra a dar riquezas. Certamente, as duas formas de produção de renda da terra são fundamentais para se compreender a relação de dominação entre as classes proprietárias dos meios de produção e as subalternas.

Haveria de se reconhecer, ainda, que os tempos de produção e de trabalho na agricultura não são como na indústria, em função da clara dependência em relação aos tempos dos processos ecológicos (VEIGA, 1991). O tempo de trabalho no campo não é igual ao tempo da produção industrial. Essa é uma longa discussão das Ciências Sociais Agrárias, mas pode-se perceber que dela sobressaem várias vertentes antagônicas. Por exemplo, existe a ideia de que as tecnologias são capazes de suprimir o tempo e o trabalho da natureza, subordinando-o ao do capital; por outro lado, há autores que entendem que não se pratica agricultura, mesmo a industrial, sem levar em conta as especificidades ecológicas. Pelo exemplo dado, pode-se dizer que a vertente tecnológica é justamente aquela que ignora a questão camponesa pelo viés desenvolvimentista.

A prerrogativa do crescimento produtivo via inovação tecnológica é sempre de interesse maior sobre a reprodução do campesinato, justificando inclusive a expropriação violenta da terra, como está acontecendo ainda nos dias de hoje em relação à demarcação das terras indígenas no Brasil (CARNEIRO CUNHA, 2013). O viés ambientalista, igualmente, não avançou na discussão das relações de propriedade e de trabalho no meio rural. Ao contrário, há várias expressões de que o discurso ambiental é apropriado pela primeira corrente, por exemplo, sobre como as regras da compensação ambiental internacionais corresponderem a interesses econômicos dos países dominantes (LEFF, 1997).

Por outro lado, essa complicada discussão sobre a propriedade fundiária foi o eixo central de outros estudiosos da história da formação econômica do Brasil, a partir dos quais novas correntes sobre o campesinato brasileiro surgiram e foram tomadas por suas conotações político-ideológicas pela corrente dominante. Para Martins (1975), o conceito de camponês no Brasil foi importado pelas esquerdas, na década de 1940, para dar conta das lutas de classes no campo, embora isso também tenha sido uma forma de dizer algo sobre as pessoas que são representadas pela noção na passagem da escravidão para o trabalho "livre". Posteriormente, o uso do termo camponês chegou a ser criminalizado na época da ditadura civil militar, em função das alianças dos camponeses com os movimentos operários (PALMEIRA, LEITE, 1998).

Se um problema para a compreensão do campesinato no Brasil, em um primeiro momento, poderia residir no reconhecimento de apenas duas classes em disputa, ou seja, as proprietárias dos meios de produção e as expropriadas, outro problema seria diluir todas as singularidades dos grupos sociais do campo em uma categoria genérica, como agricultura familiar ou campesinato, sem que seja especificado de qual campesinato falamos. Para Thompson (2001), a própria noção de classe seria discutível e dificilmente enquadrada na condição camponesa, pois na verdade há uma infinidade de grupos sociais no interior de relações dinâmicas. As posições sociais ocupadas por esses grupos mudam no tempo e no espaço, estão sempre em relação com novos sentidos que lhes são atribuídos em diferentes períodos históricos e em diferentes localidades, verdadeiros processos sociais. Assim, ao discutir classe social com base em determinantes econômicos e culturais, Thompson acredita que é uma categoria que remete à experiência cotidiana das pessoas:

> Disso decorre que a determinação "em última instância" pode abrir seu caminho igualmente por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres (THOMPSON, 2001, p.260).

No âmbito das experiências e da realidade vivenciada pelas pessoas, reside uma infinidade de situações particulares, mesmo quando analisamos uma experiência, comum como é o caso de uma comunidade rural com dezenas ou centenas de famílias em uma mesma localidade. Isso se deve às próprias estratégias de produção e reprodução social de cada grupo, família ou indivíduo em termos subjetivos, porém a partir de realidades sociais historicamente estruturadas. Para Thompson, as classes sociais se fazem e estão sempre em mudança, por meio de lutas cotidianas para afirmar seus modos de vida, valores e hegemonia em determinado campo social.

Bourdieu também tratou do caráter superficial e transitório da noção de classe social. Para ele, classe social não é dada, não é estatística com base nos bens materiais e culturais, mas enquanto potencialidades e relações de aliança, de luta e de conflito. É mais um vir a ser:

> (...) não quer dizer que a proximidade no espaço social, ao contrário, engendre automaticamente a unidade: ela define uma potencialidade objetiva de unidade ou, para falar como Leibniz, uma "pretensão de existir" como grupo, uma *classe provável*. A teoria marxista comete um erro semelhante ao que Kant denunciava no argumento ontológico ou ao que o próprio Marx reprovava em Hegel: ela dá um "salto mortal" da existência na teoria à existência na prática ou, nas palavras de Marx, "das coisas da lógica à lógica das coisas (1996b, p.25, grifos no original).

Essas considerações nos conduzem a um campo de análise que leva em conta o "autofazer-se" de classe social, uma perspectiva que supera em muito o economicismo, o determinismo ou os condicionamentos advindos da estrutura a que as pessoas podem estar sujeitas, incorporando a cultura e a ação humana como uma via de mão dupla na construção histórica. O conceito de experiência em Thompson remete às experiências individuais e coletivas, ou lutas espontâneas e organizadas, sem muitas dualidades em função de que a experiência é corrente no mundo social e pode adquirir feições ora individuais, ora coletivas.

Trata-se de um ponto de vista que não reduz a reprodução econômica à produção material pura e simplesmente, mas que faz valer a produção cultural e sua construção

histórica a partir das classes sociais e no interior de um processo de relações sociais de produção. Não é centrada apenas em categorias de produção propriamente, pois também se volta ao que as pessoas foram e passaram a ser em suas experiências enquanto força produtiva, suas manobras e estratégias de reprodução social. Portanto, Thompson é contrário ao ponto de vista sobre as classes sociais e os processos produtivos que reificam, que impõem homogeneidade e propriedades objetivadas, nos quais as pessoas não seriam agentes de si mesmas.

O autor trata a experiência humana enquanto algo gerado na vida material e estruturado em termos de lutas de classes, não que isso implique uma determinação materialista *a priori*, já que as experiências fogem a qualquer previsibilidade. Isso talvez demonstre que a noção de experiência, em Thompson, leva em conta aspectos culturais e subjetivos[49]: os aspectos subjetivos estão presentes nos processos sociais e podem ser investigados, por meio das experiências das pessoas.

Para Thompson (1981):

> (...) os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em *sua consciência e sua cultura* (...) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (p.182, grifos meus).

Portanto, ele considera que as pessoas são artífices de sua própria história, e o fazem sempre numa situação relacional. Podemos dizer que a noção de Thompson se aproxima da expressão de estratégias familiares, reveladoras dos *habitus* incorporados, dos modos de se apresentar, se sentar, se vestir, das relações instituídas cotidianamente. Ou seja, *habitus* e experiência são conceitos que se aproximam por transcenderem a fronteira do objetivo e do subjetivo.

Porém, como Thompson enxerga o fato das superestruturas exercerem pressão e moldarem, também elas, a estrutura? Como pessoas, classes, movimentos sociais e

[49] Por aspectos subjetivos está se entendendo como os indivíduos e as classes sociais se constroem perante a si e aos outros, no interior de condições históricas. Como agem em relação a certos interesses e aos outros agentes sociais. A realidade penetra nos indivíduos às vezes de maneira coercitiva e sem que se perceba a influência externa, mas não se trata de uma construção de mão única. Quer dizer, subjetividade também pode ser um dos imponderáveis da vida social, considerada uma livre deliberação entre o que é dado socialmente (e, às vezes, coercitivamente) e o que realmente se escolhe por si, o que não significa que as ações sejam fruto só da subjetividade. Subjetividade pode ser considerada o querer das pessoas, mas que encontra limite nas condições objetivas.

outras formas de organização social podem alterar a realidade social vivida e não serem passíveis da dominação que lhes é imposta? Para ele, através da experiência a estrutura é transmutada em processo. A experiência leva a:

> (...) reexaminar todos esses sistemas densos, complexos, elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (...): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que em sua totalidade, compreende a 'genética' de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiência de classes peculiares) sua pressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1981, p.188-189).

Das particularidades históricas no interior de cada região de um país, como na Alemanha, exemplificadas por Max Weber, sugiram situações diferenciadas e analisadas pela teoria social. Em algumas regiões, a terra persistia concentrada nas mãos dos antigos senhores feudais, mas em outras – onde eles não estavam historicamente instalados com suas famílias e retiravam somente tributos delas, ou seja, onde não eram de fato os próprios fazendeiros da terra –, a dominação não era aceita e passou a haver disputas entre outras classes como os emergentes industriais e os camponeses. Weber (1982) aprofundou essa análise por meio do prestígio e da dominação em sociedades rurais. A expansão do capitalismo no meio rural na Alemanha foi um de seus temas centrais, pois distinguia uma sociabilidade antiga para uma nova, por meio de relações de poder nos territórios e sobre os recursos naturais, em função de outras particularidades da história econômica nesse país. Ao analisar quais eram os condicionantes para as mudanças culturais, Weber se deparou com a luta de classes que aos poucos enfraqueceu o campesinato na Alemanha.

Sendo o Estado um campo de lutas no qual algumas classes burguesas dominam outras proletárias, Weber mostra, em "Capitalismo e sociedade rural na Alemanha", uma multi-causalidade da dominação. Os processos sociais da dominação entre as classes têm estímulos múltiplos, se organizam e se realizam por sentidos atribuídos por diferentes agentes, por isso se concilia com a noção de experiência citada anteriormente. No interior desse campo de lutas, reside o poder da tradição e da identidade. Um exemplo disso se deu por meio do *Junker* prussiano: "A classe dos proprietários de terra na Alemanha, constituída principalmente de nobres que residem na região leste do Elba, são os controladores políticos do principal Estado alemão". Grande parte de seu poder

se dava pelo fato que: “Esses *Junkers* transmitiam seu caráter ao corpo de oficiais, bem como aos funcionários prussianos e à diplomacia alemã, que está quase que exclusivamente nas mãos dos nobres. O estudante alemão adota o estilo de vida dessas classes, nas associações estudantis das universidades” (WEBER, 1982, p.424).

Era a partir da terra que os *Junkers* se reproduziam, mantinham sua posição social e, obviamente, obtinham a renda da terra, muitas vezes, uma renda que não era proveniente do seu trabalho ou para sua existência direta. Em função de sua constituição histórica, esses nobres aristocratas não suportavam a competição. Eles mantinham a terra e buscavam alguma renda, não o lucro em si (WEBER, 1982, p.432). Seu comportamento, ora feudal, ora ingressando no capitalismo, demonstrava as contradições das éticas do campo e da cidade. Como, por exemplo, o desprezo em relação ao dinheiro, como forma urbana de acumulação, o que passou a ser um problema com a emergência das sociedades capitalistas, no sentido de que a possível falta de dinheiro para investimento dos aristocratas era utilizada pelos capitalistas para transformá-los em devedores. Conforme mencionou Thompson (1987), havia um potencial de rebelião política com o advento das manufaturas: os novos ricos comerciantes e industriais não tinham limitações de renda como os proprietários de terras que faziam arrendamentos e, com isso, despertavam a ira deles quando os colocavam endividados.

Entretanto, os *Junkers* possuíam uma posição social que lhes rendia um tipo de capital simbólico no conjunto da sociedade alemã, de forma que, sem a aliança com eles, outras classes dificilmente disputariam o poder. Para Weber, os industriais alemães provavelmente nunca teriam ímpeto de se opor aos trabalhadores da cidade e do campo, na correlação de forças entre o avanço das classes industriais alemãs e a defesa dos interesses das classes trabalhadoras, sem o apoio dessa camada de aristocratas. Entretanto, antes da aliança com os industriais alemães, quando a exportação de cereais estava em alta, os *Junkers* eram defensores do livre-comércio, portanto adversários daqueles. Eles estiveram envolvidos em todos “os conflitos sociais e econômicos que ameaçavam sua existência, em todas as épocas” (WEBER, 1982, p.433). Wolf (2005, p.371) também fala da aliança dos *Junkers* com os industriais alemães, bem como da aliança dos industriais ingleses com os “prósperos senhores de terras” na Inglaterra, para exemplificar como em cada sociedade o capitalismo emergia com certas particularidades nas alianças de classes capitalistas que passavam a disputar o Estado, sempre em relação contrária à posição do campesinato e de sua reprodução social.

Nesse contexto, a posição dos camponeses sempre foi de subordinação social. Pelo menos até a Revolução Francesa (fins do século XVIII), a prioridade era a de manter as classes dominantes: primeiro, produzir alimentos a baixos custos para as cidades, pagar impostos e tributos aos senhores feudais e servir ao exército. Havia uma lei que proibia a exportação de grãos enquanto a demanda interna não estivesse satisfeita (WEBER, 1982, p.415). Por outro lado, a renda advinda dos tributos era a mais substancial fonte dos senhores de terras, maior até do que sua própria produção. Certamente, a Revolução Francesa e a Revolução de 1848 foram decisivas para que fosse revogada a propriedade senhorial da terra, a partir de quando os camponeses não precisaram mais pagar tributos, bem como o recrutamento ao exército passou a ser obrigatório a todos. Porém, Weber destaca a divisão de terras entre os antigos donos e os camponeses, que foi influenciada pelas particularidades históricas e culturais de cada região: nas regiões ao oeste e ao sul havia a presença de camponeses, porque era onde os senhores feudais apenas retiravam a renda da terra. Ao passo que, ao leste, as terras permaneceram com os antigos senhores feudais, estabelecidos há séculos como fazendeiros de suas próprias terras. Na sociedade capitalista emergente na Alemanha, as regiões ao leste permaneceram como o centro do capitalismo agrário, enquanto o centro do capitalismo industrial se estabeleceu a oeste (WEBER, 1982, p.432).

Com o aumentou do espírito capitalista, os antigos senhores partem para uma busca por crescimento. Ao leste, as particularidades históricas legitimaram os enclaves, que era a apropriação das terras dos camponeses pelos senhores que já eram fazendeiros nessa região. Os enclaves eram legítimos, pois os senhores eram verdadeiros empregadores rurais. Eles se utilizavam dos camponeses para o trabalho:

> Na primeira metade do último século [século XVIII], o *Junker* era um patriarca rural. Seus trabalhadores agrícolas, o agricultor de cuja terra ele se havia apropriado, não eram de forma alguma proletários. Em conseqüência da falta de fundos do *Junker*, eles não recebiam salários, mas uma cabana, terra e o direito de pastagem para suas vacas; na época da colheita, uma certa parte do cereal lhes era pago, em trigo etc. Eram assim, em pequena escala, agricultores com um interesse direto nas atividades do senhor. Mas foram expropriados pela valorização crescente da terra; seu senhor retinha pastos e terra, guardava o cereal e, ao invés dele, dava-lhes salários. Assim, a velha comunidade de interesses dissolveu-se e os agricultores se transformaram em proletários. A agricultura se tornou uma atividade sazonal limitada a alguns meses. O senhor contratava trabalhadores migrantes, já que a manutenção de mãos ociosas durante todo o ano seria um ônus demasiado pesado (WEBER, 1982, p.434).

Por outro lado, ao sul e ao oeste, antes da libertação os senhores não eram fazendeiros, mas apenas promoviam arrendamentos e cobravam tributos aos camponeses. Portanto, a diferença na formação do poder político é que, no primeiro caso, os senhores eram fazendeiros e possuíam prestígio, pois marcavam presença em vários níveis da organização social e se utilizavam dos camponeses como força de trabalho. No segundo, os camponeses eram apenas usados enquanto fonte de renda por meio da cobrança de tributos. Os enclaves, no segundo caso, não eram nem cogitados pelos senhores de terras (WEBER, 1982, p.425 e SS). Conforme mencionou Moura (1986, p.33), isso se deve aos direitos costumeiros constituídos nesses lugares: "O camponês alemão da época das guerras camponesas pautava-se pelo direito costumeiro, o *Weisthümer*". Esse exemplo serve para ilustrar como cada região possuía seus próprios condicionantes históricos, sobre os quais se desenvolveram as relações de propriedade e de trabalho que incidiram diferentemente sobre o campesinato alemão. Nesse sentido, poderia haver tanto a experiência de camponeses conservadores das normas de conduta quanto daqueles rebeldes, contra aqueles que os oprimiam. As lutas pela terra, dessa maneira, representavam uma luta contra um capitalismo específico, o rentista, embora não fora do próprio capitalismo. Veremos, posteriormente, com relação ao campesinato brasileiro, que tanto é possível camponeses completamente integrados ao mercado como aqueles com meios de vida não-capitalistas, cuja investigação passa pela presente discussão.

Outro fator relevante para nós é que Weber também procurou distinguir o camponês europeu do *farmer* americano, pois este é filho do capitalismo, nasceu para o mercado, enquanto o camponês havia nascido antes do que o mercado. Uma diferença básica entre essas duas categorias, na Europa e nas Américas, se refere aos impactos do capitalismo nos países europeus, de povoação mais densa, pois não havia mais espaços agricultáveis para os quais os camponeses pudessem se expandir, ao contrário do que ocorria nas Américas, onde os *farmers* eram braços da expansão capitalista.

Esse breve apanhado, de poucos tópicos de alguns clássicos das Ciências Sociais, está diretamente ligado a questões que serão apresentadas a respeito da categoria campesinato. Como veremos, especialmente no caso brasileiro, o processo histórico de avanço do capitalismo envolveu o campesinato que aqui se estabeleceu, se apropriando das terras e destruindo culturalmente os povos. Em cada lugar, entretanto, se expressaram particularidades históricas na constituição de um sistema específico de dominação, cujos principais pontos de disputa e resistência são tratados pela literatura

analisada por meio da luta de classes, do controle da terra, da força de trabalho e da riqueza gerada, mas também dos aspectos não-capitalistas e da autonomia no modo de vida do campesinato.

2.3 Diferentes correntes do campesinato: entre a ortodoxia, as adaptações e as recusas ao Estado

Com relação ao campesinato, a partir do século XIX, estavam em discussão duas teses do desenvolvimento capitalista pelo mundo e seus efeitos sobre a categoria: uma progressista de caráter mais reacionário e outra marxista com algumas linhas reconhecendo o caráter revolucionário do campesinato. A primeira tinha uma função equivalente a transformar produtivamente todo o espaço agrícola por meio do capital. No campo acadêmico, significou ignorar os camponeses, tomados caricaturamente enquanto atrasados, impeditivos do progresso material e em vias do desaparecimento. Seu ápice foi quando se deflagrou o processo de dominação capitalista na agricultura pelas técnicas da Revolução Verde.

A segunda corrente, no interior do marxismo, geralmente tomava a categoria como um "saco de batatas", como uma categoria totalizadora de uma particularidade histórica entre 1848 e 1871, na França. Acreditava-se no desaparecimento do campesinato nos altares da modernidade, muito embora houvesse os que reconhecessem a necessidade de preservar as características revolucionárias dos camponeses no mundo capitalista. Nesse contexto, o campesinato vivia sob pressão tanto dos conservadores quanto da esquerda marxista ortodoxa do "saco de batatas", sem contar os demais grupos sociais urbanos para os quais cada vez mais o campesinato ficava na invisibilidade.

Essa dupla pressão sobre o campesinato levou os estudiosos do meio rural a confrontarem um pensamento científico convencional, no sentido positivista/cartesiano, questionado a respeito dos sistemas estruturados de relações sociais pré-determinadas a partir das leis do capital. Por outro lado, um pensamento que também pudesse articular diferentes orientações teóricas para a análise de processos sociais complexos. Isso representava o confronto das grandes correntes da Economia Política com a Sociologia Subjetiva (GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.28): "(...) os falsos cientistas apologetas do capitalismo justificavam os sofrimentos e a exploração do povo com leis objetivas da história e com leis de ferro da Economia Política. Mas a ciência não é objetiva: os

indivíduos de pensamento crítico podem – com o povo – incorporar a ética e a justiça à ciência mediante o fator subjetivo (...)".

Na verdade, passou a haver a necessidade de se apreender algumas ferramentas teóricas e práticas contra a ofensiva neoliberal, ou seja, contra a tendência de transformar o meio rural em espaço agrícola artificial e, evidentemente, sem os tais grupos sociais atrasados e impeditivos do progresso. Afinal, principalmente na perspectiva conservadora, onde estavam os agentes sociais do meio rural, sobretudo os camponeses e trabalhadores assalariados? Ignorados pelas grandes políticas e grandes ciências, os camponeses eram apenas essências históricas de uma sociedade que existiu no passado, que no máximo disputariam as pequenas políticas para sua integração ao capitalismo. Logo, restou ao estudo do campesinato o papel de ocupar as lacunas históricas que dão visibilidade a essa categoria por meio das pequenas teorias (VAN DER PLOEG, 2008). Nesse sentido, é digno de registro que o livro de Guzmán e Molina tenha uma perspectiva de futuro para a reprodução social do campesinato com base na agroecologia e no desenvolvimento rural sustentável, a exemplo de Wanderley (2011), em "O Saber Necessário". Trata-se de dois livros-sínteses, o primeiro sobre a evolução do conceito do campesinato, já o segundo refere-se à construção do conhecimento social sobre as questões rurais no Brasil. O ponto de chegada do campesinato ao desenvolvimento rural sustentável significa exatamente disputar as pequenas políticas, quando comparamos a Agroecologia aos grandiosos planos de desenvolvimento agrícola com base nas *commodities*.

O "desvio" pela Agroecologia só é possível porque ela nasce justamente a partir de uma matriz camponesa de agricultura, fundamentada pelo uso de conhecimentos, técnicas e recursos locais, bem como por relações de trabalho e pela mão-de-obra familiar. Cientificamente, a Agroecologia é um campo que, além de abranger os processos ecológicos na prática agropecuária, perpassa todo um modo de vida cujo elemento central é a agricultura. Esse modo de vida não é constituído apenas em função da base ecológica onde se assenta ou meramente em relação à sua prática agrícola, mas na relação entre os diferentes tipos de camponeses, povos originários e tradicionais com os agentes sociais internos e externos nos espaços em disputa. Portanto, a Agroecologia é um campo científico que se abre a aspectos sociais, políticos e econômicos, para além dos aspectos agronômicos, biológicos e culturais. Atualmente, são inegáveis as batalhas contemporâneas pelos conceitos de camponês e Agroecologia frente à investida neoliberal. No campo acadêmico, a Agroecologia enfrenta os desafios da construção do

conhecimento científico por meio de uma matriz de conhecimento agronômico, que favorece elementos da ecologia, da biologia e dos conhecimentos populares (ALTIERI, 2002). É uma das frentes na qual é possível a superação do modo de produção capitalista ou de sua transformação, por isso se constitui, ao mesmo tempo, nas arenas de disputas intelectuais, ideológicas, políticas e econômicas, ou seja, disputas materiais e simbólicas no interior de um campo social especializado[50].

Apesar de alguns autores negarem a existência do campesinato nos dias atuais, notadamente Navarro (2014b)[51] – seja pela opção por uma agricultura mais tecnificada e/ou concentrada, seja pelo não reconhecimento político, jurídico, econômico, social e cultural de pessoas que vivem no campo e se intitulam camponesas, ou porque crêem que alguns grupos rurais mais empobrecidos não têm chances competitivas nos dias de hoje, ou ainda porque essas pessoas não poderiam ser chamadas de camponesas em sua acepção conceitual, pois seria inoportuno haver camponeses no Brasil, ou mesmo porque isso representaria uma volta ao passado –, no presente capítulo procurarei distinguir elementos da gênese do campesinato brasileiro, que embasam uma "condição camponesa" de natureza contraditória, mas que se faz presente no interior das sociedades dominadas pela racionalidade capitalista e, inclusive, persiste nas áreas rurais bem como nos assentamentos estudados.

Cientificamente, pode-se falar em gênese do campesinato a partir dos séculos XVIII e XIX (GUZMÁN, MOLINA, 2013). Para estes autores, é resultado de avanços e acúmulos nas áreas de conhecimento evolucionistas da história social e natural e do socialismo utópico. Tal período é marcado pelo avanço do modo de produção capitalista no ocidente, ao passo que o campesinato permaneceu como uma categoria na contramão do ideal da modernização, tanto agrícola como social. Algo como o processo de unificação material e simbólica tratado no capítulo anterior, que para Bourdieu ocasionou uma condição degradada e degradante para permanência desses agentes sociais no campo.

[50] Cabe esclarecer ainda que modos de vida tradicionais, conforme abordados aqui, são aqueles das pessoas que vivem no campo, tanto daquelas comunidades tradicionais tipo as quilombolas, como os assentamentos de reforma agrária e outros "bairros rurais", de pessoas que desenvolvem meios de convivência com um entorno social e ecológico específicos. Se a agricultura é um elemento central nesses modos de vida, será a principal atividade a ser observada para a reconstituição histórica desses grupos sociais no interior do campesinato. Embora o processo de modernização, bem como as noções de novo rural e de agricultura familiar igualmente colocarão novas necessidades de apreender o meio rural pluriativo e multifuncional.

[51] Autor que se posicionou publicamente em artigos de opinião na imprensa e pela internet.

Partindo de um referencial sobre o processo histórico, que tem como eixo central a estrutura social do campesinato na sociedade globalizada, Guzmán e Molina (2013) propõem compreender como as transformações capitalistas ocasionam a privatização e a mercantilização da terra e a industrialização da produção agrícola. Como esse processo atinge a estrutura social do campesinato em dimensões social, econômica e cultural, alterando inclusive seus valores sociais, como a honra, a solidariedade e a igualdade nos padrões de vida a partir de novos grupos de *status*. Os referidos autores montaram um esquema explicativo a partir de três correntes principais: marxismo ortodoxo, narodnismo russo e anarquismo agrário. Sem pretender explicar um a um, revisitaremos com base nesses autores alguns pontos que me parecem fundamentais para se compreender que a gênese da categoria campesinato passa pelas relações com o Estado, com o mercado e na reflexão do campesinato como classe social, no interior da história das relações de produção no sistema capitalista.

Os autores descrevem a má compreensão de Marx no interior do próprio marxismo, sobretudo ao referir-se ao campesinato como um saco de batatas[52]. Guzmán e Molina (2013) argumentam que houve uma reaproximação de Marx com o campesinato nos seus últimos 10 anos, reconhecendo diversos modos de produção no interior do sistema capitalista. Nesse período, Marx esteve profundamente envolvido com a literatura etnológica e histórico-agrária. Segundo Wolf (2005), ele chegou a reconhecer que o campesinato poderia de alguma forma inibir o avanço do modo de produção capitalista. Suas características socialistas se expressavam na ajuda mútua, no escambo, nas relações não-monetárias, até as mais complexas, como as cooperativas camponesas territoriais.

No entanto, em crítica feita por Tomich (apud MINTZ, 2003, p.142), "(...) enquanto Marx enfatizava a importância da economia mundial capitalista para entender a escravidão no Novo Mundo, ele nunca desenvolveu uma teoria das economias escravistas, e a questão das formas sociais da produção escravista não é sistematicamente tratada em seu trabalho". Marx simplesmente não teve tempo de alcançar "a maturidade de pensamento nem a evidência empírica suficiente para formulá-la" (GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.43). A despeito de que foi Engels o

[52] Supostamente, o saco de batatas era porque os camponeses franceses não aderiram à Comuna de Paris, então não poderiam formular um projeto político naquele momento, não eram uma classe que pretendia obter algum controle sobre seu próprio destino e que necessitaria da dominação. Mas também porque os camponeses eram apenas mais uma forma de força de trabalho para o capital. Na medida em que as forças produtivas capitalistas se consolidassem, a produção camponesa não teria forças de superação nem consciência de classe contra sua supressão.

responsável por organizar o último período da produção teórica de Marx, foi atribuída "uma teoria geral da evolução das sociedades, seguindo a necessidade histórica marcada pelos clássicos do pensamento social da época, e cai nos citados erros com respeito à existência de uma sequência única" (p.43).

O problema de se usar a categoria campesinato de forma universal reside quase que exclusivamente na contextualização dos processos históricos em diferentes lugares:

> (...) uma determinada estrutura socioeconômica se constituirá sobre as bases das antigas formas de produzir, pensar e atuar no modo de produção anterior, numa sequência taxonômica única pelos períodos de transição até alcançar uma coerência entre a base material e a superestrutura política, ideológica e cultural, consolidando-se assim um novo modo de produção (GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.45).

Para Shanin (apud GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.48), o último Marx "parece chegar a aceitar um evolucionismo multilinear do processo histórico, assim como a coexistência de distintas formas de exploração na estrutura socioeconômica de uma determinada sociedade, abrindo com isso imensas possibilidades para o estudo dos processos que têm lugar na agricultura". Isso fica evidente em uma passagem de Marx (apud WOLF, 2005, p.365), contra a ideia de que seu modelo teórico sobre o modo de produção capitalista fosse puramente aplicado em diferentes lugares: "(...) a mesma base econômica mostraria 'infinitas variações e gradações quanto à aparência' devido a 'inúmeras e diferentes circunstâncias empíricas, ao meio ambiente natural, às relações raciais, a influências históricas externas etc.'".

Mesmo os principais marxistas ortodoxos foram obrigados a reconhecer, com relação ao processo de dissolução do campesinato, a maior lentidão do processo de industrialização (concentração e centralização) na agricultura, sobretudo tendo-se em vista as manobras e resistências do campesinato frente às pressões dos capitalistas, dos latifundiários e do Estado. No confronto entre as duas formas de produção, os marxistas ortodoxos reconhecem a capacidade de socialização da produção na forma de exploração camponesa e seu caráter familiar. Porém, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo provocaria uma conversão do campesinato ou em burguês, proprietário dos meios de produção, ou proletário rural que vende sua força de trabalho. Assim, os camponeses originais se tornariam resquícios anacrônicos.

Ao atribuir ao futuro da agricultura européia um caminho inexorável rumo à industrialização – a agricultura apenas como um ramo da indústria e os camponeses como operários –, parece que o modo de produção camponês é aquele pré-capitalista,

uma ante-sala da industrialização da agricultura na transição do feudalismo ao capitalismo, ou apenas uma forma primitiva de produção na agricultura. Se desde já assume-se o caráter subordinado do modo de produção camponês à indústria, na medida em que a modernização avança, ainda assim é possível perceber que "as formas materiais de manejo dos recursos naturais possuem, entretanto, múltiplos elementos do modo de produção feudal" (GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.45). Refere-se essa passagem especificamente a práticas agrícolas, bem como lógicas produtivas que persistem por muitos séculos, como um tipo de resistência ou, pelo menos, em coexistência com modos de produção capitalistas. Mas há também que se considerar as condições mais gerais de reprodução social do campesinato no capitalismo, como veremos do decorrer do presente capítulo.

Outra corrente, o narodnismo, conceituou o campesinato como categoria possivelmente adaptável ao capitalismo. Rompeu com os princípios unilineares que o marxismo ortodoxo agrário pressupunha ao campesinato em relação ao modo de produção agrícola, à integração industrial e à proletarização. Segundo Guzmán e Molina (2013), se deu na Europa durante o século XIX com as teses da integração/adaptação ao mercado. Era possível e necessário ao campesinato conviver na etapa capitalista da história, resistindo no sentido de manter o caráter socialista de igualdade e coletivização da produção. Centrado na categoria família, reconhece-se que a principal razão de ser do campesinato é sua função de produtor de alimentos, porém, subordinado ao sistema urbano-industrial. Uma das principais características da subordinação era o arrendamento, ou seja, o papel desempenhado pelo camponês como mero fornecedor de matéria-prima para a indústria, pois isso mostrava como ele se adaptava aos novos modos de administrar um lote de terra entre a produção para as indústrias, para as cidades e para o autoconsumo. Um dos expoentes dessa corrente foi Alexander Chayanov, responsável por organizar uma das mais relevantes teorias sobre o campesinato, revelando as especificidades do trabalho familiar e os modos de funcionamento da "empresa" camponesa, que será retomada à frente.

As principais formas de ação coletiva do campesinato se deram sob as organizações narodnistas "Terra e Liberdade" e "Vontade do Povo". Mas, para os autores, é importante ter em conta as diferentes formas de organização, mesmo no interior de cada uma delas. A Vontade do Povo, por exemplo, tinha o Estado Tsarista como o maior inimigo do povo russo. Foi inclusive tornado partido político Social Revolucionário e tinha como uma das linhas de atuação o enfrentamento armado ao

Estado. Outro grupo, em seu interior, rompeu e fundou a organização Partilha Negra, para que fosse possível retomar os objetivos iniciais da Vontade do Povo, que era o aumento da consciência de classe do campesinato pela "causa do livro" (GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.29-30). Para Guzmán e Molina (p.57):

> (...) sem dúvida, o grande impulsionador dos novos estilos camponeses é Teodor Shanin, que, em seus trabalhos sobre Chayanov, Lenin e Kautsky, rompe com a perspectiva unilinear do marxismo ortodoxo agrário e gera – o que temos aqui denominado – o marco teórico do narodnismo marxista, recuperando assim, o valioso legado de sua "multilinearidade" para o desenvolvimento dos países periféricos.

A corrente anarquista, por sua vez, rejeitou uma etapa capitalista em benefício da manutenção do campesinato mais autônomo, que poderia atingir objetivos de uma sociedade mais justa. O fortalecimento das formas de ação coletiva e solidária do campesinato, por exemplo, eram vistas como formas de combater a mercantilização das relações sociais. Dentre as formas mais avançadas, estavam as cooperativas camponesas de produção, bem como as relações de cooperação entre os camponeses e as ações conjuntas entre diferentes tipos de camponeses e os técnicos.

A vertente do anarquismo agrário origina-se nas obras de Bakunin e Kropotkin. Suas ideias principais eram a liberdade do campesinato em termos de pacto político e, além disso, a negação do Estado ou pelo menos a negação da possibilidade de sua participação política em instituições burguesas no interior do Estado. A crença de que o Estado pudesse "pular" o capitalismo para formas mais justas nas relações de produção ajudou a consolidação da teoria das vantagens do atraso. Na Rússia, inicialmente isso implicou, entre outras coisas, a não degradação social e cultural do campesinato, como uma forma de manter princípios para o progresso material baseado nos valores de bem-estar igualitários.

Para Bakunin (apud GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.31), os pontos positivos do campesinato marcavam-nos como agentes revolucionários por suas estruturas agrárias e usos coletivos do território, em contraposição à concentração das terras desde os senhores feudais e à individualização/privatização da terra no capitalismo. Era o caso do *Mir*, as aldeias camponesas nas quais a organização social e política se dava por leis costumeiras e não pelo código civil russo. Moura (1986) dá o exemplo da transmissão do patrimônio que, diferentemente da lei, poderia acontecer sem que o chefe da família morresse e sim no momento de estabelecimento de uma nova unidade familiar. A

distribuição de terras se dava a partir do número de bocas e braços de cada família, bem como da disponibilidade de meios de produção, como animais e implementos. Com isso, os camponeses possuíam certa autonomia política e administrativa em relação ao Estado, em função de sua organização de caráter comunitário e com base em leis costumeiras.

No entanto, o patriarcalismo, a cooptação e a confiança exarcebada no Tsar eram tidos como elementos negativos de reconstrução do campesinato, presentes na consciência histórica do povo russo. Pois mesmo o enfrentamento ao Estado, como um princípio do anarquismo agrário, poderia ser invertido com a integração no interior do Estado e por isso tornar-se princípio reacionário. Outro elemento que contava negativamente era o isolamento das comunidades, pois acima da coletividade (*Mir*) só restava o Tsar, o que fazia com que a organização da comunidade se desse verticalmente, com a relação de oposição/negação do Estado acima, mas sem integração com outras comunidades e, portanto, sem possibilidade de constituição de uma consciência de classe para si.

Uma das principais contribuições dessa linha se dava no desenvolvimento da noção de apoio mútuo. Na crítica à teoria naturalista de que a civilidade se dava a partir do contexto da guerra e da animalidade, cujas relações se constituíram exclusivamente na luta pela existência, Kropotkin tratou de desnaturalizar a competição "natural" ao polarizar as noções de luta e de ajuda mútua. Para ele, a presença da ajuda mútua se perpetuou através dos mundos animal, selvagem, bárbaro, medieval e moderno. Esse argumento ia na contramão daqueles que defendiam a idéia de civilidade em condições análogas à animalidade, que justificavam, por exemplo, a evolução humana a partir da guerra ou de um espírito competitivo em todas as esferas da vida social. Ou seja, não aceitava *a pobreza e a exploração do homem pelo homem como fenômeno natural.* Kropotkin provou que nas comunidades rurais se desenvolviam instituições comunais baseadas na solidariedade, como formas de defesa ao desmantelamento que o Estado promovia:

> A comuna rural no pensamento de Kropotkin, além de uma associação que facilitava a cada família-membro o acesso igualitário ao cultivo da terra e regulava o cultivo comum da mesma, representava o marco organizativo pelo qual se desenvolvia em suas múltiplas variantes o apoio mútuo, fazia-se justiça, organizava-se a defesa mútua contra inimigos externos, articulava-se a participação democrática nos assuntos comuns e se desenrolava o progresso econômico, intelectual e moral da época. A comuna rural uniu os homens, deu-lhes a

> possibilidade de desenvolver progressivamente as instituições sociais e, assim, permitiu-lhes atravessar os períodos difíceis e sombrios da história humana (GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.35-36).

No anarquismo agrário, não se pode afirmar que as comunas, nas quais havia comportamentos como a ajuda mútua, morreram de "morte natural", pois, de fato, as comunidades não acabaram por vontade própria. Seu progressivo desaparecimento é atribuído a vários séculos de medidas estatais contra a perpetuação dos camponeses, pela força ou pela coerção ideológica, ou seja, confiscando suas terras, retirando sua competitividade na lógica capitalista ou mesmo decapitando-os, cooptando-os ou apenas atribuindo-lhes, ideologicamente, a alcunha de atrasado. Embora existam várias expressões de que a condição camponesa persiste com a nova racionalidade capitalista, possui uma tendência de enfraquecimento por parte das ações do Estado.

2.4 Fazendas e *plantations* no Novo Mundo

Quando falamos dos países colonizados na América, obviamente não se trata de uma categoria de campesinato tal como na Europa, embora existam inter-relações diretas entre elas a começar pelo fato de que na América havia povos originários e porque houve a colonização por potências européias. Para reconstruir a gênese do campesinato a partir da América Latina e Caribe, cabe destacar que não se pode utilizar, para a América, o mesmo processo histórico de constituição de camponeses europeus, que passaram por uma espécie de lei universal, "(...) a sequência de modos de produção (comunal, escravista, feudal e capitalista)" (GUZMÁN, MOLINA, 2013, p.42).

Para Guzmán e Molina, existem pelo menos três aspectos gerais a serem considerados dentre as condições específicas das Américas: as formas de escravidão, colonização e resistência frente à expansão do capitalismo e à invasão européia, até o último terço do século XVIII; o processo de descolonização, durante o primeiro terço do século XIX, que expõe uma forma incompleta de libertação, ou seja, sem conseguir livrar totalmente as colônias das marcas materiais e simbólicas que a estrutura colonial deixou, a exemplo do que afirmou Bourdieu a respeito da colonização argelina; e, a partir da segunda metade do século XIX, a consolidação do liberalismo, cujas expressões foram lutas dos povos originários que resistiram ao extermínio, ao mesmo tempo em que lutaram por reconhecimento, direitos e cidadania.

De uma forma muito geral, na América Latina há homogeneidade na forma de dominação jurídica, econômica e política das classes superiores, ao passo que emergem

heterogeneidades nas formas culturais das classes trabalhadoras. São relações diferenciadas de conflito frente às mesmas condições objetivas de dominação, expropriação e extermínio. Para adentrar nesse argumento será realizada uma revisão de alguns trabalhos, sobretudo de Eric Wolf e Sidney Mintz, na distinção de fazendas e *plantations* como formas de imposição colonial da empresa capitalista.

Na colonização das Américas, os escravos eram uma forma de capital. Teoricamente, eles não recebiam salários ou vendiam sua força de trabalho, ao contrário dos assalariados que lhes sucederam que, necessariamente, vendiam sua força de trabalho enquanto mercadoria, mesmo porque eles não possuíam outra escolha além dessa, e da fuga, para sua sobrevivência. Porém, para Mintz (2003), conforme a passagem a seguir, a categoria de trabalhador escravo nas colônias americanas carregava fortes diferenças. Não poderíamos afirmar que a escravidão, enquanto instituição, acontecia das mesmas formas nos diferentes países e, mais ainda, em "dados ambientes":

> Não somente porque a escravidão demonstrava características diferentes nas colônias, variando de acordo com a potência à qual estavam subordinadas, mas também porque dentro do mesmo sistema imperial, havia frequentemente diferenças significativas na instituição escravista de colônia a colônia. Mais ainda, época e circunstâncias afetavam profundamente a maneira como a escravidão funcionava em dados ambientes (MINTZ, 2003, p.117).

O autor se refere, sobretudo, às diferenças entre o trabalhador escravo nas *plantations* e o trabalho "livre" nas fazendas, já evidenciada as especificidades de um trabalhador escravo de plantação e de um trabalhador escravo por dívida, respectivamente. Esta categoria predominou nas colônias americanas e nos latifúndios de produção agroexportadora para o mercado europeu, no período que vai do início do século XVI ao final do século XIX, constituída por pessoas predominantemente de origem africana, mas também pelos povos originários e trabalhadores oriundos de outros fluxos migratórios, como da Europa e da Ásia.

É em razão do surgimento de diversos agentes sociais e de formas de dominação no campo brasileiro que apresentarei as diferenças entre os principais sistemas de implementação e desenvolvimento de empresas agrícolas capitalistas a partir da distinção entre fazendas e *plantations*, pois essa distinção está na raiz do problema do campesinato brasileiro. É interessante e esclarecedora a distinção que Wolf e Mintz (2003) fazem entre fazenda e *plantation* enquanto diferentes formas empresariais de

exploração agrícola no Novo Mundo, sobretudo para se refletir aos diferentes graus da dominação, ou seja, o que havia de "livre" no trabalho escravo e o que havia de forçado no trabalho "livre". Cabe destacar, inicialmente, que os autores reconhecem que em localidades diferentes foram desenvolvidas formas particulares de organização da produção, de exploração e coerção da força de trabalho, bem como estratégias, manobras e resistências dos trabalhadores, inclusive formas que transitam entre uma forma e outra, conforme conceituado no referido texto[53].

Ambas eram formas de expansão do comércio mundial, de produção para exportação para sociedades e mercados maiores. Eis como os autores justificam o sistema em monocultura, que se aplica aos dois modos:

> O desejo de produzir constantemente para um mercado externo, no intuito de obter máximo retorno, torna recomendável a concentração numa única cultura, já que investimentos em equipamentos de processamento, treinamento para a mão de obra não qualificada, alocação de tempo de trabalho, transporte e processamento são todos simplificados numa especialização em monocultura (WOLF, MINTZ, p.155, 2003).

A principal diferença é que nas fazendas havia uma menor utilização de capital. Na verdade, o contexto de uma fazenda era de escassez de capital. Havia uma produção menor e, consequentemente, seus mercados eram de menor alcance em relação aos das *plantations*. Além disso, geralmente os donos de fazendas estavam vinculados à terra, no sentido de morar na fazenda com suas famílias e subsistirem diretamente das atividades ali desenvolvidas. Ao contrário, as *plantations* possuíam um caráter mais empresarial, geralmente organizadas enquanto empresas com mais de um dono e que aplicavam mais abundantemente capital, com fins explicitamente de acumular mais capital e sem maiores vínculos com o lugar. A terra foi perdendo o valor simbólico para os donos que não viviam uma relação direta com o lugar. Interessava apenas uma produção em maior escala de um único produto, para alcançar mercados mais amplos.

[53] Confirmando essa premissa, em outro texto que será muito utilizado na presente seção (WOLF, 2003), há igual distinção entre formas possíveis de empresas agrícolas no Novo Mundo, porém comparando-se *plantations* de tipo antigo com as de tipo moderno, sendo que as de tipo antigo se assemelhavam mais com as *haciendas* em Wolf e Mintz (2003). As mudanças tanto em umas como em outras decorrem do contexto de avanço da racionalidade capitalista. Em Wolf (2003), o autor procura estabelecer uma tipologia dos trabalhadores e suas diferenças em um *continuun* que dá conta das situações diferenciais que cada grupo e sub-grupo vivenciava. Discute que a cultura desses grupos não pode ser vista como um todo integrado, pois cada um deles abre possibilidades diferentes de manobras sociais. Então, chega a discutir aspectos geralmente invisíveis até a primeira metade do século XX; por exemplo, as migrações transnacionais para se "escapar das restrições locais na busca de alternativas sociais" (p.166 e ss). Nas seções seguintes, pretendo explorar outras formas mais regionalizadas de fazendas e *plantations* no Brasil.

Como características iniciais, o volume de capital investido, o tipo de mercado ao qual se integravam e os vínculos com os lugares desdobravam-se em muitas outras variáveis, sobre as quais serão feitas algumas considerações. Os autores subdividem em características iniciais, operacionais e culturais derivadas, para expor as diferenças dos dois sistemas. As condições iniciais e operacionais eram rígidas, por exemplo, a proporção entre quantidade de terra, de maquinário, de transportes e de força de trabalho humano e animal. Mas as formas culturais eram necessariamente flexíveis, de forma a possibilitar a manutenção dos trabalhadores. Muitas vezes essa era a função das relações de apadrinhamento, da sujeição por dívidas ou da concessão de lotes para as famílias produzirem itens de subsistência (WOLF, MINTZ, 2003, p.152). A produção de subsistência é uma das razões que inspiraram outros autores, que serão mencionados posteriormente, a afirmarem a existência de uma brecha camponesa no sistema escravista. Também eram maneiras essenciais dos proprietários de terras evitarem fugas, roubos, queimadas etc.

Para se ater mais aos aspectos culturais derivados da manutenção do sistema, cabe destacar que nas fazendas havia uma aproximação do dono de terras com sua força de trabalho. Todos sabiam quem era o dono, pelo fato dele viver com sua família na fazenda e possuir um modo de vida mais próximo aos de seus trabalhadores. Além do que seu *status* dependia do valor que lhe era atribuído pelos trabalhadores[54]. A diferença das fazendas para as *plantations*, nesse aspecto, poderia se dar porque havia maior necessidade do fazendeiro aumentar o prestígio de sua família não apenas para maximizar os lucros. A fazenda tinha que satisfazer as necessidades de consumo do dono e dos trabalhadores; por exemplo, prevendo produções secundárias que eram economicamente irrelevantes, mas simbolicamente muito eficientes para ele exercer o poder. Ao invés de priorizar unicamente a produção de cana, na fazenda havia o parcelamento de glebas para os trabalhadores produzirem sua subsistência e a do próprio dono. Tais gratificações equivaliam a salários não-monetários e eram extremamente necessárias no contexto de escassez de capital que caracterizava a fazenda.

Porém, é importante não confundir isso com a ilusão de independência da força de trabalho nas fazendas. Ao contrário, os donos buscavam monopolizar as terras e os espaços de decisão política do seu entorno para evitar que seus trabalhadores tivessem

[54] Os autores mencionam que o prestígio dos fazendeiros junto aos trabalhadores era um dos aspectos que garantiam empréstimos de capital a eles.

alternativas econômicas para fora dos limites das fazendas. Assim, por qualquer olhar que se tenha, o fazendeiro aparecia como um pai para os trabalhadores, seja para dar-lhes alternativas para ascender economicamente ou para que pudessem produzir sua subsistência, reproduzindo certos padrões culturais identificados com o paternalismo e o clientelismo (WOLF, MINTZ, 2003, p.167).

A fazenda podia ser considerada a de trabalho cativo – tanto trabalho escravo como não escravo, na qual havia pequenos lotes de moradia e para os trabalhadores colocarem roçado –, enquanto a *plantation* impunha o trabalho assalariado e transformava todo o espaço agrícola, sobretudo a partir da abolição da escravatura nos países da América. Na primeira, os trabalhadores existiam para servir ao dono não só nos campos, mas na casa, na alimentação, nos outros serviços como a carpintaria, a alfaiataria, no cuidado com os animais e até no entretenimento, como tocar música. Nesse caso, os donos dividiam os excedentes da produção de alimentos com os trabalhadores, então ocorriam situações como as pessoas comerem praticamente a mesma comida, sentavam juntas à mesa e iam às mesmas festas. Para Wolf (2003), nas fazendas existiam relações personalizadas, ou pelo menos mais humanas, cuja distância social e cultural entre as classes era menor.

Ao detalhar melhor essas diferenças, Wolf afirma que a ida do patrão aos campos da fazenda era um evento cujo objetivo era manter relações pessoais e sociais, para execução de funções gerenciais diretas – que podiam ser relações positivas ou negativas. Ao passo que ele distribuía presentes de fim de ano e concedia regalias, poderia estar ali para assistir a castigos de certos empregados. Por isso, sua presença é um ato de distinção: "cerimônias periódicas (...) que servem para sublinhar o papel do dono da fazenda como 'pai' simbólico" (WOLF, 2003, p.171). Eram nesses momentos que os trabalhadores imploravam ao dono por oportunidades de melhorar de vida, de terem menos riscos, porque culturalmente assim se fazia. O trabalhador devia fazer mais e além do que o trabalho normal e até mesmo estabelecer relações sociais mais íntimas – como as sexuais, envolvendo familiares, como diz Gilberto Freyre em "Casa Grande e Senzala" – que criavam dívidas pessoais. Por isso, a dominação não era igual para todos os trabalhadores. As "trocas rituais personalizadas" tendiam a inibir a conscientização dos trabalhadores, talvez porque dificultassem sua organização e mudassem os interesses de determinados subgrupos de tempos em tempos.

As *plantations* de estilo novo dispensavam relações pessoais pelas técnicas mencionadas. O dono investia dinheiro apenas para ganhar mais dinheiro; logo, o

trabalho era pago na forma salário, apenas em troca da produção e mantinha-se uma lógica de competição pelas vagas de trabalho. Essa forma surgiu e se manteve principalmente pela abundância de mão-de-obra – daí o cenário de disputa por vagas e maus salários. Nela não há contato entre os trabalhadores e o dono, nem com o corpo administrativo. Wolf literalmente afirma que a nova *plantation* não se responsabilizava pela vida dos trabalhadores, nem por suas condições psicológicas ou físicas.

Nas *plantations* não havia a necessidade de um retorno em termos de prestígio ou da necessidade de consumo dos donos, mas sim um retorno financeiro condizente com o capital aplicado em terras, mão-de-obra, máquinas, transporte etc. Uma diferença fundamental é que "(...) para a plantação, a terra é, então, uma mercadoria como outra qualquer, adquirida, usada e descartada por razões puramente econômicas" (WOLF, MINTZ, 2003, p.177). Os donos não possuíam nenhum vínculo com a terra ou com outras coisas que não fosse o lucro advindo da produção.

Partindo desse princípio, fica clara a relação de dominação mais impiedosa da vida sócio-econômica nas *plantations,* diferentemente do que ocorria nas fazendas. As *plantations* ocupavam terras públicas ou de outras pessoas, como posseiros e povos originários, que as utilizavam para retirar-lhes a subsistência. Tais pessoas eram forçadas ao trabalho nas *plantations*, o que impulsionava um desenvolvimento desigual e estruturas sociais diretamente associadas às *plantations*. Além disso, reduziam-se drasticamente as classes médias do comércio, fazendo com que todas as pessoas e grupos sociais locais dependessem de atividades ligadas à propriedade fundiária e mantivessem alguma relação com as *plantations*. "Desta maneira, a vida social, política e econômica do país-hospedeiro pode passar a ser dominada por empreendimentos agrícolas que produzem uma ou duas culturas de exportação, enquanto que sua própria capacidade de produzir alternativas econômicas às plantações permanece severamente limitada" (WOLF, MINTZ, 2003, p.179). Nesse contexto é que o campesinato se reproduz, contraditoriamente, no interior desse sistema.

A *plantation* destrói ou atrofia modos de vida historicamente construídos pelos povos locais. Tende a destruir seus códigos e normas de conduta social e sua cultura. É abertamente restritiva a grupos com relativa independência, como pequenos proprietários, comerciantes, fornecedores de serviços, pois não aceita ou inibe sua ascensão social dentro das próprias *plantations*. "Dessa forma, a *plantation* não produz apenas sua própria estrutura de classes, mas tem um efeito inibidor sobre a formação de qualquer estrutura de classes alternativa em sua área de controle" (WOLF, 2003, p.167).

É um sistema de produção que cria uma estrutura de classe hierarquizada, de "trabalhadores e proprietários conectados por supervisores e administradores" (WOLF, 2003, p.167). A extração da mais-valia pelo dono acabava sendo culturalmente aceita por todos nessa estrutura.

As mudanças na estrutura social ocasionadas pelas *plantations* não deixam de refletir mudanças espaciais, no sentido de criar novas comunidades. Na verdade, comunidades locais são atraídas pelas *plantations* para o trabalho de plantio e colheita. A nova acomodação espacial em torno da *plantation* também é reveladora da estrutura social:

> No centro de cada empresa encontramos o núcleo técnico da *plantation*: as máquinas processadoras; seu núcleo administrativo: a casa do dono ou do administrador; seu núcleo de distribuição: seus depósitos de armazenamento, a cabina de pagamento e o armazém da companhia. Em torno desse núcleo distribuem-se os assentamentos de empregados permanentes, espinha dorsal da força de trabalho (WOLF, 2003, p.168).

Após os permanentes, ainda se encontravam assentados outros trabalhadores ocasionais. Mesmo inserida num município, o centro de poder e da economia local era na *plantation*, porque os donos sempre têm influência política e econômica direta ou indiretamente sobre a administração municipal, quando não eles próprios ou seus familiares formavam a classe política dominante local.

Vale destacar ainda, no âmbito cultural, que, na passagem do trabalho escravo para o "livre", os trabalhadores assalariados mudam suas necessidades de consumo, da produção de subsistência para a compra dos itens necessários. Um dos grandes problemas disso certamente é a fome, pois os assalariados perdem a possibilidade de produzir seus próprios alimentos, ainda que poucos, mas de fundamental importância quando não se tem trabalho e renda. A grande armadilha do trabalho assalariado ocorre nos momentos de crise, pois os trabalhadores não têm como recorrer a fontes não-monetárias para sua subsistência como os trabalhadores das fazendas. Essa é uma condição cultural derivada das *plantations* e uma de suas implicações é a busca desenfreada pela produtividade, pois os trabalhadores renumerados monetariamente adquirem definitivamente o espírito competitivo e medem sua produtividade pelos itens que consomem. Por outro lado, sua produtividade depende dos avanços técnicos e organizativos, que, não raro, eliminam seus próprios postos de trabalho.

2.5 Escravidão, Dominação e Resistência como Herança

Para Esterci (2001), no caso brasileiro, a dominação e a exploração no meio rural foram basicamente de dois tipos: uso da força explícita ou legitimada pelos dominados. Enquanto a primeira vai da escravidão às formas violentas de exercer coerção aos trabalhadores, a segunda pode inclusive ser "naturalizada" ou passar desapercebida frente à definição de trabalho escravo. Mas ambas são fundadas em dívidas morais e materiais entre os trabalhadores e os patrões, nas relações de dependência mútua por sobrevivência, que são permeadas por constrangimentos, mediadas por elementos da cultura da dádiva e pelos favores e as obrigações entre eles.

Se a partir da mudança do trabalho escravo para o trabalho "livre" encontrássemos um único caminho rumo ao assalariado, talvez fosse essa categoria pela qual se sucederiam os camponeses brasileiros. Há que se insistir, no entanto, nas especificidades que o processo histórico brasileiro incutiu no sentido do processo de proletarização do campesinato, em uma sociedade capitalista na qual os camponeses continuaram existindo (WANDERLEY, 2009). A condição camponesa permanece presente no modo de vida de diversas categorias sociais no meio rural – e está presente tanto por parte dos autores que usam a terminologia camponês como os que usam agricultura familiar. A literatura utilizada procura mostrar a construção da dominação e das formas de exploração, a atitude dos trabalhadores com diferentes percepções frente à exploração, revelar os limites do aceitável e como, às vezes, não há margens para se negociar em condições extremas de violência.

No Brasil, a transição da escravidão para o trabalho livre representa a manutenção do sistema colonial, sobretudo o controle da propriedade fundiária. Tanto é assim que a Lei de Terras (1850) antecede o fim da escravidão (1888). Para Silva (2004), a Lei de Terras era a garantia de que a mão-de-obra permaneceria sob influência dos proprietários e também garantiria a formação de estoques de terras e de reservas de mão-de-obra após a abolição. Com ela, o Estado iniciou a venda de terras para aqueles que não possuíam título, substituindo as doações por meio de sesmarias. A maioria das terras de posseiros, por exemplo, foi expropriada e tornada terras públicas, depois em propriedades privadas, por meio da compra por parte de quem podia pagar. Era momento de forte expansão do café em São Paulo e a lei visava a impedir a livre apropriação das terras. O preço era inviável aos trabalhadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Mas também não se tratava da compra de toda terra disponível por empresários rurais, pois na verdade boa parte das terras públicas até hoje estão nas mãos

de usineiros e empresários rurais, pois elas foram utilizadas e griladas por aqueles que possuíam meios de torná-las produtiva.

Para Delgado (2004), a dependência dos trabalhadores em relação ao regime fundiário fica clara ao verificarmos como foi realizada a transição da posse da terra com a lei de 1850: "(...) refletiu a substituição do regime das sesmarias, extinto em 1822, por meio de um estatuto ainda mais conservador de relações fundiárias: a Lei nº 601/1850 (Lei de Terras), a qual, porém, é precedida por um regime transitório, vigente até 1850, que inovara o direito agrário com o reconhecimento da posse (...)" (DELGADO, 2004, p.14).

A manutenção da dependência dos trabalhadores ao regime fundiário foi efeito direto da Lei de Terras, ao instituir a posse de terras somente pela compra e venda e pela sucessão hereditária. Para Delgado, a Lei de Terras negou o direito à propriedade para as famílias que cultivavam sua subsistência, bem como àquelas famílias de ex-escravos[55]. Ambas permaneceram sob relações de dependência formal à grande propriedade, no interior daquilo que Delgado chama de setor de subsistência – que discutirei com maior detalhe à frente –, sendo que muitos poucos trabalhadores poderiam ser chamados de assalariados nessa transição. Para ele, a Lei Áurea (a abolição da escravatura, em 1888) pode ser considerada apenas um ato formal, e o Brasil adentrou ao século XX sem resolver seus grandes males sociais.

Para Martins (2010), essa transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil durou aproximadamente 100 anos. Se houve nas cidades, não se pode dizer o mesmo para o rural, sobretudo aos grandes contingentes empregados na cana no nordeste, no café em São Paulo, na economia da borracha e diferentes tipos de fazendas com relações de servidão e submissão. Para o autor, foi uma invenção dos grandes fazendeiros do século XIX para propor um caminho para acabar com escravidão, sem acabar com a acumulação de capital que se tinha com a escravidão. Não se fez a reforma agrária, embora tenha havido quem propusesse isso: a parte agrícola ficaria com as *plantations* e a produção de alimentos deveria ser responsabilidade de pequenos

[55] Cabe destacar, como bem lembrou José Maria Tardin – liderança do MST –, em um encontro que tive a oportunidade de participar sobre o futuro do campesinato promovido pelo MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), em fevereiro de 2014, que no ano de 1850, além da referida Lei de Terras, de que todos se lembram, foi o ano da lei que proibiu o Guarani, que era a língua predominante no Brasil. Mais um fator que comprova que o Estado estava fechando o cerco aos trabalhadores e às suas possíveis formas de resistência em esferas materiais e simbólicas. Seria importante manter e desenvolver uma língua camponesa,uma literatura e cultura camponesa, não apenas para valorizar o saber camponês, mas para impregnar a visão de mundo e a história na perspectiva camponesa. E foi justamente o que a referida lei retirou dos camponeses, em benefício dos latifundiários e de uma história oficial do Brasil.

proprietários por meio da reforma agrária. O caso do Estados Unidos foi muito mencionado, porque lá não tinha que se comprar terras. O modelo econômico tinha como um dos princípios abrir a fronteira e a livre ocupação de terras pelos colonos.

No Brasil se estabeleceu a compra da terra tornando o trabalhador cativo da terra. Se o trabalho seria livre, a terra continuaria escrava das relações de propriedade. A Lei de Terras deu condições para os grandes proprietários manterem o modelo da economia brasileira fundada no latifúndio. A vinda de imigrantes "livres" poderia colocar em risco o modelo econômico, então eles tinham que trabalhar para os fazendeiros e muitos poucos conseguiam juntar um pecúlio e comprar algum pedaço de terra. Por isso, para o autor, as relações de propriedade de terras são decisivas para entender o Brasil.

Segundo Silva (2004), à época da Lei de Terras existiam muitas maneiras de *se estar* na terra, cada qual podendo ser caracterizada conforme os meios de trabalho possíveis, as condições para permanecer na terra, as especificidades regionais. As novas relações de trabalho na verdade deram continuidade e redefiniram antigas situações, decorrentes da estrutura fundiária concentrada, de relações paternalistas, do acesso à terra sempre mediado por um grande proprietário. Enquanto que, nas cidades, crescia o trabalhador assalariado em diferentes ofícios especializados, no campo havia o posseiro, o colono, o parceiro, o meeiro, o arrendatário, além de outros tipos de trabalhadores rurais mais regionalizados, como aqueles em regime de cambão (nordeste), peonagem (norte-nordeste) e sitiante (sudeste-sul), sendo este oriundo principalmente de grupos de colonos. Embora com denominações diferentes, algumas linhas mais gerais aproximam as categorias sociais do meio rural brasileiro, populações que ficaram reconhecidas vulgarmente como "pobres do campo" (SILVA, 2004).

O trabalho livre passa a ser um tipo de trabalho escravo disfarçado pelo endividamento, pois havia a ilusão do trabalhador de pagar sua dívida enquanto os patrões tinham formas de aumentá-la o quanto quisessem. A relação entre a dívida e o saldo, bem como o cumprimento das obrigações mútuas mediavam acontecimentos como castigos, surras, torturas, assassinatos, favores, perdões e apadrinhamento. Situações como as fazendas de café no sudeste, da cana no nordeste e aviamento na Amazônia refletem esse tipo de escravidão por dívida. Situações ocasionadas pelos mesmos problemas estruturais, a partir de fazendas e *plantations* no Brasil, mostram que a realidade da questão agrária levou a que uma parte considerável dos estudiosos

detectasse “a concepção da diversidade e complexidade do campesinato e a superação do caráter inevitável da sua decomposição” (WANDERLEY, 2009, p.13).

Muitas situações de escravidão por endividamento no Brasil, material e/ou simbólica, se dão a partir de relações entre desiguais, mediadas pelo clientelismo e a patronagem. O termo escravidão, existente em todo o mundo, em diferentes situações e em bases sociais e culturais diferentes, está ligado às várias maneiras pelas quais as pessoas se submetem à dominação. Portanto, ele próprio é um campo de lutas: os organismos internacionais de direitos humanos e organizações de trabalhadores lutam para se ampliar as situações caracterizadas como tal, ou seja, criminalização patronal por submeter trabalhadores a situação de escravo. O papel dos organismos e conferências internacionais nas readequações dos instrumentos legais dos países tem sido no sentido de classificar e penalizar tais práticas, enquanto crimes contra os trabalhadores. Ou seja, discussão que foge do âmbito trabalhista e adentra o criminal. Por outro lado, “coronéis” e outras figuras sociais semelhantes lutam para poder fazer a lei a seu modo, exercer os direitos que acham melhor em relação aos trabalhadores sob sua influência.

Segundo Esterci (2001), a persistência de formas de trabalho escravo no meio rural tem sido denunciada desde há muito tempo no Brasil, sempre com o engajamento dos trabalhadores nos sindicatos dos trabalhadores rurais e nas comissões pastorais de terra (CPT), que fazem repercutir tais denúncias em esferas estaduais e nacional – por exemplo, na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e dessas para instâncias governamentais. Com isso, o país passa por mais contradições herdadas da colonização: ser signatário de convenções internacionais contra o trabalho escravo, mas possuir instituições e territórios nos quais há formas regionalizadas de escravidão ou condições análogas.

O paternalismo legitimado é expressão da coerção política e econômica de relações que possuem sempre um pólo opressor e outro oprimido, sendo que o campesinato sempre representou o pólo oprimido. Para Moura (1986), essa é uma relação de dependência mútua, uma realidade antiga do campesinato. Uma das passagens dessa autora sobre o tema remete às aldeias camponesas separadas das terras dos senhores, porém esse efeito de dominação poderia ser tão forte ou maior quando o camponês habitava as próprias terras senhoriais:

> O camponês cultivava a terra aldeã, de onde tirava seu sustento e de sua família, e trabalhava as terras senhoriais. Os senhores da terra retribuíam o trabalho camponês com bens materiais e procedimentos simbólicos, capazes de renovar continuadamente os laços de dependência e os mecanismos de coerção. Tais procedimentos tanto davam sentido ao conjunto da vida social como esmaeciam a relação de dominação que unia camponês e senhor na diferença de propósitos e na oposição de interesses, salvaguardando as partes reveladas e secretas da relação social (MOURA, 1986, p.11).

Para Wolf (2003, p.171), no caso das fazendas e *plantations*, o patriarcalismo era uma das principais formas de coerção dos trabalhadores: "o dono é a fonte de seu pão de cada dia e de qualquer chance de melhoria em sua vida, o único capaz de reduzir seus riscos na vida e melhorar suas perspectivas materiais". Apesar das formas possíveis de combate, via movimento social, religiosos, sindical etc., quando a sujeição é consentida, normalmente é mais difícil levar o caso adiante. Muito porque, nesses casos, o paternalismo é legitimado. Mesmo em condições nas quais são submetidos a trabalhar e viver em pocilga com seus filhos, em troca de comida, os donos podem ser adorados por seus trabalhadores "escravos". Estes acham que existe uma dívida eterna com os patrões, pois são como seus pais e mães. Relações assim construídas são difíceis de serem combatidas. Para Queiroz, esse tipo de relação é muito presente no caso brasileiro:

> Sua subordinação [da categoria campesinato] aos plantadores e criadores de gado era característica. Foram estes seus protetores, padrinhos de seus filhos, seus banqueiros, seus advogados, seus chefes políticos, isto é, seus elementos de ligação com a sociedade global, fatores de sua integração nesta. A melhor maneira de caracterizá-los é como "clientela" dos fazendeiros e criadores de gado (QUEIROZ, 1976, p.26).

Isso mostra, corroborando Bourdieu, que nenhuma relação de dominação perdura por muito tempo apenas com base na força, ou seja, sempre há momentos nos quais os patrões tentam legitimar seu poder de outras maneiras. Quanto maior a força de repressão, menor a legitimidade ao longo do tempo. Assim, a submissão teria pouco a ver com a servidão voluntária, mas seria efeito de um capital simbólico que inscreve de forma durável a submissão, o respeito e até o amor nas representações dos subalternos em relação àqueles que lhes oprimem. Mas existem limites que estão permanentemente em disputa. A própria lei deve se ajustar em torno dessas disputas. Thompson sugeriu que "(...) na prática, o paternalismo era não só responsabilidade efetiva como teatro e gestos, e que, longe de uma relação calorosa, familiar, face a face, podemos observar

uma ensaiada técnica de domínio" (1998, p.62). Porém, se esse é um campo de forças entre desiguais, os mais fracos também têm demandas reconhecidas pelos mais fortes. Thompson menciona a existência de obrigações mútuas com as quais criava-se uma "economia moral", cuja ideia básica para a presente discussão é sobre os limites para as resistências dos subordinados, impedidos de pensar "livremente" a seu modo. Para Thompson, o conceito de "teatralização" se relacionava à arte de representar que se dava na relação entre o patrão e o subalterno, entre a classe por excelência e a classe para o outro. Ou seja, a imagem que o subalterno faz de si está em relação ao outro.

Por outro lado, outras expressões dessas relações submergiam, nem que fosse pelo contrateatro dos pobres, ao adentramos nos atos de resistência camponesa cotidiana: "(...) tinham a intenção de gelar a espinha da *gentry*, dos magistrados e prefeitos, lembrar-lhes seus deveres, forçá-los a praticar a caridade em tempos de escassez" (THOMPSON, 1998, p.65). Scott (2002) trata o tema como os limites da hegemonia, expressos na resistência cotidiana como um dos componentes do *ethos* camponês. A hegemonia não era apenas consentimento, mas descontentamento em relação à dominação física e simbólica do trabalhador e do modo de produção.

Scott (2002) alerta sobre o risco de se ignorar essas formas de resistência ao se olhar para o campesinato e suas revoltas "apenas" como produtos de uma história de luta de classes, que culmina, invariavelmente, no operariado, nas fábricas e nas greves. No caso da categoria dos camponeses, não se pode negligenciar o que Scott chama de resistência cotidiana. Esta noção tem por base o reconhecimento da persistência do campesinato enquanto classe, bem como de suas características mais marcantes. Espalhados pelo território, os camponeses enfrentam maiores dificuldades em realizar ações coletivas organizadas, como greves e outras grandes mobilizações e reivindicações. Mesmo sendo parte de um processo mais à margem da dominação burguesa moderna sobre os trabalhadores, inclusive na teoria social, o campesinato desenvolve formas essenciais de resistência frente a relações de dominação. Isso ocorre, sobretudo, na constituição de espaços de negociação, nos quais os sujeitos lutam por direitos costumeiros – conquistas coletivas num espaço de negociação, por exemplo, entre colono e colonato, quando se permite a produção de autoconsumo na fazenda – e se valem de outros artifícios, que não greves gerais, para melhorar suas condições de vida.

Ele considera a resistência camponesa como "as armas comuns" dos grupos sem poder: "fazer "corpo mole", a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios

premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza" (SCOTT, 2002, p.12). Elas se alinham a outras ações, por exemplo, de confrontação direta, guerrilhas e ocupações de terras públicas e privadas, são exemplos vivos de enfrentamento às relações de propriedade. Essas são formas de resistência mais genuinamente camponesas, daquelas pessoas que querem ficar na terra e não se caracterizam, pelo menos exclusivamente, enquanto operariado. São pessoas que possuem ou que insistem em possuir relações com a terra. É dessas formas que o campesinato tem conseguido marcar suas posições políticas, um tipo de resistência que se dá na relação com agentes externos que moldam suas condições sociais, de uma forma geral, contra a tendência à expropriação da terra e à proletarização urbano-industrial.

Mas, afinal, o que considerar como resistência cotidiana? Será que se trata simplesmente das armas do subterfúgio, da esperteza ou da má-fé dos camponeses? Para Scott (p.24), é tudo aquilo que membros (os comuns) do campesinato fazem para diminuir ou extinguir a sua subjugação nas relações de produção e propriedade, ações que, no fundo, contribuem para se avançar nas lutas por direitos. Por exemplo: "Um trabalhador safrista que rouba arroz de seu empregador está 'dizendo' que sua necessidade por arroz tem prioridade sobre os direitos de propriedade formais de seu chefe" (SCOTT, 2002, p.29).

Tal definição de resistência cotidiana camponesa incorpora três considerações: primeiro que não há exigência de ser uma ação coletiva com grandes impactos sociais; segundo, as intenções nem sempre perseguem uma finalidade explícita, e a resistência é carregada de subjetividade, conforme mostra a passagem a seguir: "(...) os ingleses que caçavam ilegalmente em florestas no século XVIII, poderiam estar resistindo aos impostos pelo uso de recursos selvagens da propriedade ou estavam apenas interessados em um cozido de coelho" (SCOTT, 2002, p.25). E, no entanto, objetivamente estavam fazendo as duas coisas. Em citação à página 25, o autor mostra também como as ações dos escravos, analisadas à luz do conteúdo político, representavam resistência à escravidão (MULLIN apud SCOTT, 2002). Há, portanto, diferentes tipos de resistência, mas deve-se evitar classificá-las enquanto legítimas formas de resistência, para não retirar "o mais florescente da política camponesa, ou seja, suas formas cotidianas contra as condições coercitivas" (SCOTT, 2002, p.27), que são carregadas de particularidades.

Em terceiro lugar, há que se considerar o reconhecimento do campesinato numa dimensão simbólica, com base nas diferenças entre os grupos sociais em seu interior. "A

obstinação e a força de tal resistência decorrem diretamente do fato de que ela é firmemente enraizada na luta material vivenciada e partilhada por uma classe" (SCOTT, 2002, p.27). A luta material vivenciada incorpora novos elementos na representação simbólica dos camponeses como agentes sociais. Assim, a resistência pode ser individual e política ao mesmo tempo, o que torna o campesinato um objeto particular para a Sociologia na perspectiva da luta de classes. As especificidades históricas do campesinato culminam, em certos momentos, num movimento político organizado e em revoltas mais expressivas. A despeito de serem momentos pontuais e cíclicos, para Scott tais características são vantagens ligadas à falta de lideranças "centrais", cooptáveis ou decapitáveis, sem as quais toda a luta se paralisa, o que abre espaço para a flexibilização e a persistência.

A persistência dessas resistências cotidianas pode ser compreendida a partir das características intrínsecas do campesinato, entre as quais as relações de troca e de solidariedade no trabalho agrícola, os casamentos, as festas e tradições, que fazem parte de uma espécie de trama de práticas e negociações da sociabilidade interna. Vale lembrar da recriação dessas práticas nos assentamentos da região de Araraquara. Conforme Barone (1996) identificou, elas nem sempre se deram somente pelos laços consanguíneos. Houve grupos formados por agremiações religiosas, por relações de produção e mesmo por relações de amizade e vizinhança. Para Barone (1996), nesse momento de reconhecimento social acontece a recuperação dos códigos morais da cultura rural, que são retomados e são constituintes da organização e do modo de vida dos assentados. Isso ocorre a partir daquilo que cada assentado faz em seu lote, pelas práticas e estratégias que estabelecem códigos de conduta moral, por exemplo, para uma produção com equilíbrio entre o grupo, o meio e a alimentação. Assim, foram identificadas estratégias bem sucedidas em termos de trabalho em cooperação ou nas constantes trocas de alimentos ou de serviços nos assentamentos.

Na persistência de certas características intrínsecas, permeadas pela negociação com agentes internos e externos e pelas resistências cotidianas, atribuem-se padrões de ação dos agentes do campesinato. Moura (1986, p.34-35) exemplifica a persistência de certos padrões ao citar o estudo de Edward Thompson sobre o *Black Act*: tratava-se de um período no qual o Estado britânico existia sobretudo para preservar a propriedade e "já era difícil designar como camponesa a população subalterna da Inglaterra rural". No entanto, Thompson percebeu que as práticas dos *blacks* remetiam às táticas dos antigos camponeses em defesa de seus direitos costumeiros contra a transformação de toda a

terra em mercadoria. Os direitos costumeiros, mais circunscritos à localidade, estavam desaparecendo e substituídos por leis aplicáveis ao conjunto da sociedade inglesa. Porém, cabe destacar que "não se deve confundir o desaparecimento de um direito costumeiro (...) com a inexistência de práticas de efeito legal dentro das áreas camponesas". Ou seja, não existem apenas as leis do Estado, mas nos locais permanecem expressões do direito costumeiro: "Há lei onde há compulsão ao cumprimento de determinadas regras, onde há *obligatio*, onde há sanções de uma força social reconhecida para os que cometem infrações" (MOURA, 1986, p.35). É em relação a essas regras locais que muitas vezes se exerce a resistência cotidiana.

É justamente o caso dos movimentos sociais organizados nos sertões brasileiros, de uma população inserida no setor de subsistência. Sem qualquer apoio político ou econômico, realizaram as principais rebeliões que o Brasil conheceu no início do século XX. Conforme Delgado (2004, p.18):

> O gênio literário Euclides da Cunha salvou a maior parte dessas rebeliões do destino comum a que todas elas vinham sendo condenadas ao longo da história: de serem tratadas como conflitos locais, particulares, produto de fatores pré-políticos e/ou fanatismo religioso sem muita importância para a formação da sociedade e da história nacional, e interpretadas pelo *establisment* formador das idéias e das agendas da pesquisa acadêmica.

Todos os movimentos analisados nesse artigo – Canudos, Juazeiro e Caldeirão – eram projetos para superar o quadro de pobreza e de marginalização enfrentado por essas pessoas, ao romperem com o setor de subsistência que os vinculava marginalmente ao latifúndio. Nos breves períodos nos quais ocorreram, os movimentos estabeleciam estratégias como intensificar as relações com as cidades vizinhas, a cooperação religiosa ou comercial entre pessoas de diversas profissões – tais como agricultores, marceneiros, ferreiros, comerciantes, entre várias outras – instalação de indústrias artesanais, produção de grandes volumes de excedentes comercializáveis, entre outros fatores que contribuíram para a integração das pessoas em uma região. Mostraram a capacidade de organização e o potencial de desenvolvimento, mesmo que algumas vezes tenham despontado, a partir delas, lideranças que se tornavam novos patriarcas – como o caso do Padre Cícero mencionado por Delgado (2004, p.20). Porém, não foram suficientes para inverter as relações de dependência política e econômica com os latifúndios, nem vencê-los pelo enfrentamento direto e armado. Revelaram, no entanto, todas as potencialidades do setor de subsistência, que

permanecem até hoje escamoteados pelos interesses das classes dominantes e consequentemente pelo Estado.

Segundo Scott, a manifestação das formas cotidianas de resistência pode desencadear a ação do Estado de várias maneiras: "(1) novas políticas podem ser elaboradas a partir de novas expectativas mais realistas; (2) algumas dessas políticas podem ser mantidas e reforçadas com incentivos positivos, objetivando o encorajamento de um comprometimento voluntário; (3) e, é claro, pode simplesmente escolher empregar mais coerção" (2002, p.13). Dada a diversidade em seu interior, no entanto, se faz necessário diferenciar a resistência tanto na relação com as classes dominantes e com o Estado, como nas camadas internas de diferenciação do campesinato – como ocorrem, por exemplo, nos roubos entre pequenos produtores pobres de menor escala; quando surgem internamente relações de exploração pelo assalariamento ou pelo arrendamento; quando um camponês melhor colocado passa a sobreviver da reprodução do capital, reproduzindo as condições coercitivas das quais ele é produto; fofocas que destroem mutuamente a imagem de certos grupos e famílias, entre outros.

Para Scott, quando ocorrem rupturas e conflitos de interesse de diversas ordens entre os próprios camponeses, é justamente aí que reside "o mais elevado sonho de dominação: ter os dominados explorando-se uns aos outros", quando passam a se enxergar com as lentes dominantes. Isso acontece, segundo o autor, a partir de combinações de empobrecimento material e simbólico com condições objetivas de medo e de repressão (SCOTT, 2002, p.30).

A passagem das fazendas para formas mais avançadas do capital, como as *plantations*, bem como todo o processo de desenvolvimento no Brasil não uniformizaram as categorias sociais. Ao contrário, segundo Wanderley (2009), tornaram mais complexas as redes pelas quais famílias e grupos rurais circulavam, tanto no meio rural como no urbano, na agricultura e na indústria. Algumas dessas particularidades são observáveis por Esterci (2001) e sinteticamente apresentadas em três exemplos. O primeiro, no caso das fazendas de café em São Paulo, analisada a partir do relato de um dos primeiros colonos suíços a vir para o São Paulo, Thomaz Davatz, uma fazenda do tipo de "colônias em parceria". Ou seja, a imigração era uma política do Estado que trazia os trabalhadores, que eram renumerados com porcentagem da colheita para saldar sua dívida. O sonho do trabalhador era ter um pedaço de terra para sua família, mas essa não era a vontade dos "ricos senhores de terra" que, conforme seus interesses

econômicos, agiam inversamente às expectativas de reprodução social das famílias de trabalhadores rurais.

O controle do trabalhador se dava pelo valor da dívida que ele acumulava junto ao proprietário. Essa dívida compreendia os valores com seu deslocamento, instalação e permanência, ou seja, os mecanismos de manutenção das dívidas nas colônias eram os custos da viagem, os itens de consumo e a negociação de adiantamentos em dinheiro aos trabalhadores, mas poderia abranger situações de pagamento de aluguéis – outras vezes, as casas seriam suas por direito. Podiam ainda cobrar juros, o que tornava a dívida "o quanto o patrão quisesse", pois ele não precisaria explicitar as informações, não era necessário mostrar cálculos claros para se deduzir a dívida (ESTERCI, 2001, p.275). A autora demonstra ainda haver correlação entre melhor escolaridade e condição de ascender socialmente. Logo, os bens sucedidos passavam por tentativas de cooptação, a eles poderia ser oferecida casa melhor, trabalho no setor administrativo e vantagens de outras ordens. Se os trabalhadores não aderissem às condições impostas, voltava-se a eles a face da milícia privada dos donos.

O segundo exemplo é dos seringais, principalmente na Amazônia (CASTRO, 1975 apud ESTERCI, 2001), que mostra uma interessante forma pela qual um fazendeiro poderia proibir ou autorizar a liberação de dias livres de trabalho para os trabalhadores, bem como a permissão deles possuírem família e produzirem o autoconsumo. Nesse tipo de fazenda, a imigração era só dos homens, principalmente oriundos do Nordeste, pois a princípio a família poderia desviar a função de trabalho para o patrão. Sem uma família, diminuía-se a necessidade de trabalho para a subsistência. As possibilidades eram quase nulas de casamento com mulheres da região. O mais comum era o trabalhador obter um saldo que o possibilitasse visitar a mulher ou casar-se no Nordeste, pensando no futuro levar a família para a fazenda.

Além disso, pela dívida relacionada à viagem até lá e pelos mantimentos e ferramentas de trabalho lhes eram cobrados valores exorbitantes. A quebra das normas ou a fuga propriamente podiam ser reprimidas com ajuda de autoridades, sob alegação de roubo (ESTERCI, 2001, p.277). Na verdade, o controle era exercido sobre o trabalhador pela dívida, mas também pelo medo da selva, medo do isolamento e medo da rede de fazendeiros, ou a milícia armada privada dos donos de seringais, que devolviam os fugitivos uns aos outros e duramente os penalizavam.

Nesse contexto, a caça, a pesca, o extrativismo e os pequenos cultivos eram momentos de não-trabalho que, além de complementar a dieta, significava menor

dependência em relação à aquisição de itens no barracão. Essas práticas, aos poucos, tornaram-se obrigatórias para a vida nos seringais e para se pagar a dívida. Se no começo o trabalhador não podia levar a família, era porque ele poderia trabalhar apenas para sua subsistência e mexer no seringal quando queria comprar uma cachaça, um querosene etc.

Com a queda no preço da borracha no mercado internacional, no entanto, os patrões passaram a estimular a fixação de famílias e a produção de subsistência com a finalidade de manter o sistema da fazenda funcionando. Mas, nesse caso, eles não tinham nem mesmo a intenção de arcar com os custos de abastecimento dos barracões. A dívida dos trabalhadores permanecia, ao menos em função do aluguel da terra, mas também já havia oportunidade para outras maneiras de amortizá-la, por exemplo, mediante entrega de uma parte da produção de subsistência. Isso porque Esterci associa esse tipo de fazenda, nesse segundo momento, com uma colônia de parceria: os trabalhadores recebiam por porcentagem da produção, mas ainda pagavam renda da terra aos seringalistas, mesmo sendo terras da união, pois estes tinham concessões de uso do governo. Aos governos, por sua vez, era interessante a ocupação e a defesa de território, nas fronteiras e nas selvas, bem como a geração de valor econômico no ciclo da borracha.

No romance "A Selva", Ferreira de Castro expõe argutamente as contradições que repousam no desejo de ascensão dos trabalhadores. A personagem Alberto fala sobre deixar o seringal e assumir cargo administrativo, por causa da escolaridade e descendência portuguesa. Com isso, deixaria seu colega Firmino como "única existência humana na clareira de todos os santos" (CASTRO, 1975 apud ESTERCI, p.278). Numa alusão clara ao tipo de honra dos trabalhadores nesse tipo de colônia, ao mesmo tempo em que se resignava ao saber como deixaria seu colega, tinha que aproveitar as chances ligadas ao seu capital cultural e educacional para ascender socialmente.

O terceiro exemplo é o trabalhador "treicheiro", que se deslocava de uma fazenda a outra em busca de trabalho temporário. Trata-se da história do casal Firmino e Maria, na Amazônia, região da Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). Em busca de serviços sazonais, viviam em uma lógica de endividamento continuado: sempre em busca de novas tarefas, de fazenda em fazenda, para pagar a dívida com os fazendeiros. Nesse exemplo fica clara a perspectiva de permanência provisória em cada lugar. Esterci demonstra também a dependência que os treicheiros tinham em relação às negociações com os "gatos", tanto para poderem sair endividados

de uma fazenda ou mesmo para receberem o que lhes era devido. Sempre havia o risco de mal entendidos. As margens nas negociações junto aos patrões eram pouco confortáveis para os trabalhadores em relação às suas condições de trabalho. Trabalhadores clandestinos como esses estão ainda mais sujeitos ao controle de suas vidas a partir da estrutura fundiária, sem a proteção do Estado e da lei.

A sorte de Firmino, diz Esterci, estava em sua habilidade no tratamento com os patrões dentro das regras deles. Mas outros fatores também contribuíram na história desse casal: pelo fato dele ter tido uma experiência como pequeno empreiteiro, que o habilitava a supervisionar o trabalho dos outros; por outro lado, a presença de sua mulher, cujo trabalho evitou maior endividamento, mas também porque o casal podia contar com a rede de parentesco local dela, que lhe oferecia hospedagem nas entressafras e diminuía substancialmente os gastos quando não havia trabalho.

Outra autora que abordou o tema é Verena Stolcke. A partir de uma visão contra a perspectiva economicista em relação ao ciclo do café, ela empreendeu uma análise sobre as suas consequências na vida dos trabalhadores por meio da luta de classes. Na visão dessa autora, a dívida tinha um papel central na relação de subordinação dos camponeses aos grandes proprietários de terras. Além de ser difícil de pagar, a dívida prendia o trabalhador até para se casar, pois geralmente o casamento acontecia sob mediação financeira de um fazendeiro. Suas lutas contra a exploração geralmente se davam por meio de pequenos atos de resistência, como trabalhar mais nas roças de autoconsumo do que nas grandes plantações de café. Em movimentos maiores, como as greves, a descentralização das responsabilidades diluía o comando do movimento das famílias, o que não era só questão de prudência, mas de solidariedade familiar reforçada pela natureza do sistema de trabalho. Para Stolcke (1982), isso permitia a descentralização das responsabilidades.

As roças de subsistência nas colônias e nos sistemas de meação ou arrendamento que lhe sucederam, equivaliam ao número de pés de café tratados pelas famílias. A autora também afirma que nas flutuações do mercado internacional e nas crises de preço do café, a produção de subsistência garantia a manutenção das condições de reprodução da força de trabalho e significava estabilidade da fazenda, que podia contar com a diversificação da produção nas épocas de crise. Então, Stolcke não via essa produção como mera subsistência, mas como um forte componente do sistema econômico.

Já Ligia Sigaud (1979) reforçou que os moradores e ex-moradores de fazendas lutavam para manter o sítio, um local em que pudessem “botar seu roçado”, porém, sua

condição objetiva era a perda da moradia, a expropriação camponesa e a sujeição a condições degradantes como o assalariamento de mercado e a precarização de seus meios de vida ao adentrar o mundo urbano-industrial.

Apesar das ações dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais em torno da luta pela manutenção do sistema de morada, considerado um grande diferencial dos engenhos em relação às fábricas, pois os trabalhadores viviam em melhores condições, a expropriação se deu por meio de um processo:

> Enquanto a correlação de forças foi favorável ao movimento camponês, os proprietários tiveram dificuldades em se livrar de seus *moradores*. Com os acontecimentos de 1964, a situação se altera. Suas organizações tendo sido profundamente atingidas, quando não desbaratadas (como foi o caso das Ligas), e parte de seus líderes presos ou eliminados, os trabalhadores se tornaram alvo da fúria revantista dos proprietários que a partir de então dispunham da força necessária para realizar seu projeto, que era o de se livrar de *moradores* em termos imediatos, mas cujo efeito seria e foi a consumação da ruptura do sistema de *morada* e a expropriação dos trabalhadores (SIGAUD, 1979, p.41, grifos no original).

Havia vários mecanismos para a expulsão completa dos moradores da fazenda, como pagar melhor os trabalhadores de fora em prejuízo do pagamento dos moradores. Nos casos relatados pela autora, após perder a condição de moradia no engenho a maioria dos trabalhadores não tinha um contrato formal de trabalho, o que ocasionou a formação da categoria de trabalhador clandestino. Nesse sentido, Sigaud destacou que a classe de trabalhadores rurais e suas lutas eram heterogêneas: havia aqueles que persistiam na luta pela terra e outros que iam para as fábricas e reivindicavam direitos trabalhistas, formando um verdadeiro campo de forças nos (e dentre os) próprios sindicatos. Nesse campo, a luta pela terra ganha centralidade, pois significa recuperar a condição perdida. Sem essa luta, a rua poderia levar à escravidão e à "ficção dos contratos livres". Para a autora, passar do engenho para a fábrica representou uma passagem do cativeiro para a prisão, na qual os trabalhadores foram forçados a vender sua força de trabalho individualmente e foram expropriados da produção de alimentos, do tempo livre e da reprodução familiar camponesa.

2.6 Chayanov e a lógica da unidade agrícola familiar

Como afirmei anteriormente, Chayanov foi um dos maiores impulsionadores dos estudos sobre o campesinato a partir da metade do século XX. Já havia evidências de que a categoria transcendia a dicotomia rural/urbano, com novas formas de trabalho

agrícola e urbano, relativizando-se o isolamento geográfico na medida que aumentaram os fluxos de informações e migratórios entre o campo e a cidade. No entanto, as transformações do meio rural poderiam não ser tão perceptíveis aos pesquisadores sociais à época que, muito focados na velocidade das transformações urbanas, julgavam cada vez mais o rural como local do atraso e não em suas interconexões. Surpreendentemente, para intelectuais e para o senso comum, a vida no campo poderia parecer "parada" no tempo e não acompanhando o fluxo da modernização social. No entanto, novas "marcas" lhe foram atribuídas por meio das relações de dependência com o Estado e de exploração do mercado.

A principal contribuição da teoria chayanoviana sobre o campesinato é um olhar sobre suas particularidades tendo a família como unidade básica de produção e consumo na sociedade capitalista (CHAYANOV, 2004). Isso nos leva, atualmente, a considerar as diferentes posições que há no interior das famílias camponesas. De um lado, famílias ligadas pela reprodução social conforme o cálculo familiar de Chayanov, entre os investimentos e esforços necessários na produção, que demonstram relações de cooperação e conflito familiar, que necessariamente absorvem sua mão-de-obra por completo e nas quais existem grandes expectativas com relação à sucessão. De outro lado, há aquelas famílias que apenas o casal de idosos permaneceu no rural. No meio de um "caleidoscópio" de situações, há famílias nas mais variadas posições, cujos filhos/as saem para trabalhar na cidade, vão para cidades grandes ou para outras localidades, casam-se fora e formam novas famílias, mandam dinheiro ou rompem com a família, mas outras voltam para trabalhar e/ou para morar, criam conflitos ou sinergias com os pais etc.. Nessas diferentes posições, no entanto, as famílias possuem em comum uma condição camponesa frente ao processo de unificação material e simbólica, refletida nas específicas estratégias familiares, que se situam entre a autonomia e a subordinação em relação à modernização agrícola e social (WANDERLEY, 2003).

Para Chayanov, o engajamento da família na produção exemplificava os ótimos diferenciais dos camponeses, ou seja, a utilização de estratégias não-capitalistas no interior do capitalismo. Ao estar a família camponesa mais interessada em sua reprodução social do que com o lucro propriamente dito, muito por conta de suas condições estruturais para a realização do lucro, persistiam as possibilidades de estratégias familiares não-monetárias, como produzir os itens para seu próprio consumo, distinguindo a produção daquilo que tem valor de uso para o que tem valor de troca.

Para Paulilo (2004), uma condição camponesa essencial é a não separação entre trabalho produtivo e não-produtivo, um dos fatores mais desafiadores de se tomar a unidade familiar de produção como categoria analítica na contemporaneidade. Isso porque as categorias trabalho e produção ficam muito centradas nas atividades econômicas e no lucro. Nesse sentido, Garcia Jr. (1983) identificou que os próprios camponeses que ele pesquisou atribuíam maior valor ao roçado em relação à casa, por causa da supremacia do trabalho produtivo sobre o não-produtivo. Para Paulilo (2004), isso equivalia a reconhecer a naturalização do trabalho do homem como superior ao da mulher, em função dos papéis desempenhados por cada um na propriedade familiar e pelo fato de gerar renda. A esfera doméstica, considerada não-trabalho, possuía (e possui) importância secundária no senso comum. Atualmente, alguns trabalhos sobre o papel das mulheres na divisão social do trabalho no meio rural já contribuíram para desnaturalizar o trabalho da mulher, não só por causa do aumento de sua participação no mercado de trabalho e em atividades produtivas, mas pela superação da ideia de que suas atividades de "não-trabalho" são "ajuda" simplesmente. (PAULILLO, 2004; HORA, BUTTO, 2014).

O uso do termo chayanoviano "lógica camponesa", largamente utilizado na literatura especializada, designa uma condição particular de pequenos produtores familiares frente ao funcionamento de empresas agrícolas maiores, que os coloca em condições diferentes no que se refere às formas e resultados da produção. Para Chayanov, o ápice dessa lógica se dá no momento em que o pequeno produtor efetua um *balanço entre o trabalho e o consumo* para se tomar estratégias familiares para a reprodução de sua propriedade.

Segundo Wanderley (1998), Chayanov formula uma proposta original para a compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades de produção familiares na agricultura. Processos esses regidos por certos princípios de funcionamento interno diferentes da empresa e da produção capitalista. Para Wanderley (1998), não seria possível reconhecer como Chayanov compreendia o campesinato sem entrar no contexto russo da Revolução de 1917 e nos anos seguintes, nos quais se prevaleceu um modelo de coletivização da agricultura voltado a uma agricultura industrial. As diferenças nas representações do trabalho entre o antigo camponês e o operário agrícola eram muitas, a começar pelo fato de que, para o camponês, o brilho estava no resultado da produção e, para o operário, parecia que estava no funcionamento da própria economia (ABRAMOVAY, 1998).

Chayanov se opôs ao modelo coletivista porque ele impunha a "psicologia econômica", que no limite modificaria por completo as bases da unidade de produção familiar. Tal modelo voltou-se à produção de mercadorias por meio de cooperativas controladas pelo Estado, para centralizar a produção com métodos de persuasão, imposição e terror (WANDERLEY, 1998). Para Chayanov, as unidades familiares eram a grande energia e o diferencial para o desenvolvimento socialista e seria "uma catástrofe social se a necessária subordinação da agricultura ao processo geral de desenvolvimento da sociedade viesse a traduzir a destruição da vida social do mundo rural russo" (apud WANDERLEY, 1998, p.39-40). Dessa forma, Abramovay questiona: "O tema da obra de Chayanov (...) conserva toda a sua atualidade: de que maneira as sociedades contemporâneas podem compatibilizar o progresso técnico com o aproveitamento da energia e da iniciativa social que repousa nos indivíduos e nas famílias?" (ABRAMOVAY, 1998, p.73). Ou seja, como pensar na transformação técnica da produção agrícola sem que isso destrua a energia potencial e as bases sociais da unidade familiar? Será que o processo de globalização não é compatível com os processos internos da produção familiar?

Passaremos rapidamente por algumas especificidades da condição camponesa no avanço do capitalismo, lembrando que vários autores se valem da perspectiva chayanoviana para exemplificar, em diferentes lugares e sobretudo no Brasil, que vários grupos sociais persistem transitando entre essa lógica camponesa e a lógica da modernização (BRANDÃO, 1981; GARCIA JR., 1983; WOORTMANN, WOORTMANN, 1997; WANDERLEY, 1998).

Primeiramente, cabe destacar no campo etimológico, com base em Moura (1986), que camponês tem origem na palavra campo, *campus*, do latim, mas que no caso brasileiro seria melhor caracterizar nosso camponês com a palavra lavrador. Pois, além da origem latina do *labor*, que significa trabalho, a palavra significa também esforço, dor e fadiga. Essa terminologia serviria para aproximar ao conceito de Chayanov de *tyagostnost*, que possui como elemento central o sofrimento no trabalho e o sacrifício, "(...) expressão pela qual os camponeses russos calculavam o esforço despendido no trabalho da terra, frente aos retornos obtidos ou desejados" (MOURA, 1986, p.17). Esse conceito de Chayanov remete ao cálculo camponês em uma esfera subjetiva, sobre se vale a pena investir esforços pelo grau de satisfação que esse investimento terá ou se será um esforço inútil. Ainda que o trabalho sacrificado leve os próprios camponeses a utilizarem categorias depreciativas de autodenominação, Moura

destaca que, paradoxalmente, de uma vida oprimida e sacrificada também existem representações de fartura, festas e alegria.

Um destaque da teoria de Chayanov é que a produção do camponês não tem por base apenas a extração da mais-valia, já que a fonte de trabalho que aciona o capital envolvido é a própria família proprietária dos meios de produção. Todo o esforço físico e mental é realizado pela família, enquanto o empresário guarda distância do trabalho em suas terras – o que talvez lhe dê o distanciamento necessário para apenas investir na produção com valor de troca, sem se importar, por exemplo, com a degradação do trabalho e ambiental no interior de uma *plantation*. Com seu esforço, cabe ao produtor familiar assegurar a preservação e mesmo a ampliação de seu patrimônio produtivo (meios produtivos), garantindo com isso os recursos necessários a sua reprodução patrimonial, sobretudo os recursos naturais para as atividades agrícolas. Nesse ponto destacam-se os diferenciais ótimos, que Chayanov descreve por meio do cálculo camponês que viabiliza sua propriedade e a reprodução de sua família. Quando existem perdas no lucro do empreendimento agrícola camponês, elas são suportáveis, diferentemente da produção e da propriedade capitalista cujo principal objetivo é o lucro.

Além disso, o rendimento obtido não pode ser separado em parcelas autônomas, como salários, que constituem as bases da reprodução social de uma classe. Tal rendimento se encontra indivisível entre o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento ou como renda. É com o resultado financeiro geral da safra que os produtores devem prover os recursos produtivos futuros e o fundo para o consumo e demais necessidades da família. Entra em cena o balanço dos investimentos, do esforço exigido e da satisfação das necessidades da família, com o qual as famílias avaliam e definem as estratégias para dar continuidade ao seu trabalho. Esse balanço não é um produto individual, já que sofre grandes variações de acordo com os componentes familiares presentes nos determinados momentos, para fornecer mão-de-obra e para consumir os produtos. As estratégias adotadas pelo responsável da família também estão sempre de acordo com as mudanças demográficas em seu interior, pois o campesinato é uma categoria que pressupõe grande dinâmica demográfica.

Para Garcia Jr (1983), um elemento central da lógica de funcionamento da propriedade familiar é o princípio de alternatividade, que vale tanto em relação ao processo de trabalho em seu interior como em relação à produção. No primeiro caso, trata-se da divisão do trabalho doméstico e produtivo, bem como dos papéis do homem

como chefe de família e da mulher. Ao passo que o pai tem sempre a responsabilidade e a autoridade para a reprodução social do núcleo familiar, outros membros da família têm disponibilidade para ajudá-lo. Então, ele determina quem ajuda no quê, situações que variam conforme recortes temporais e etários, mas que naturalizam certos papéis no núcleo familiar, como o das mulheres, dos idosos, dos jovens e dos agregados. Vale lembrar que a lógica era antes baseada na família extensa e atualmente se abre em um leque bem diversificado de situações, com as novas configurações familiares na contemporaneidade.

O chefe de família conta com o trabalho de seus familiares para que não seja necessário o dispêndio financeiro da contratação de mão-de-obra. Só em casos de dificuldade paga-se diária para alguém que não é do núcleo familiar o ajudar, geralmente quando não se tem braços suficientes na família, ou quando não se conta com a solidariedade comunitária. Assim, o trabalho pode ser realizado por diversos membros da família. Por serem constituídas por laços de parentesco, essas unidades de trabalho familiar são pautadas por relações de trabalho não-capitalistas. Além disso, há regras que estipulam e mantêm certas condições materiais do roçado. Embora o trabalho da mulher e filhos possa não ser equivalente ao de um diarista, por sua produtividade, ele não é renumerado, o que conta muito na hora de se fazer balanços dos esforços e investimentos para sua continuidade. Dessa forma, mulher e filhos "ajudam" porque seu trabalho não é renumerado. É um esforço "gratuito" que contribui a atingir uma quantidade de trabalho tal que faça frente ao provimento da unidade familiar, sem que se tenha dispêndio financeiro.

Com relação à alternatividade da produção, mais simples de se explicar, esta se refere ao consumo e/ou à venda dos produtos. Claro que também não pode tomar-se caráter rígido nessa distinção, pois geralmente a produção é consumida diretamente pela família e seu excedente pode ser comercializado. Produção com valor de uso e produção com valor de troca convivem lado a lado na condição camponesa, inclusive às vezes são as mesmas. Por isso é tão difícil separar uma coisa de outra, o que se reflete na dificuldade de mensurar o autoconsumo. Porém, à medida que aumenta o caráter comercial da propriedade, essas relações tendem a passar por drásticas alterações.

É um sistema evidentemente distinto do funcionamento de uma empresa capitalista, pois, entre outras razões, um membro da família não "compra" o acesso aos produtos do roçado com seu trabalho. Suas necessidades energéticas e calóricas teriam que ser repostas mesmo se não trabalhasse no roçado, ou seja, ele poderá se alimentar

mesmo se não trabalhar, o que não acontece com o trabalhador assalariado na cidade. Em estudo mais recente (MENASCHE et al., 2008), já são identificadas relações monetarizadas no interior de famílias para controlar o trabalho, ou seja, o pagamento pelo trabalho na forma de salário, comumente medido por diárias no trabalho agrícola. Isso já vem sendo praticado hoje em dia, diferentemente da teoria de Chayanov, quando considerava o montante de riquezas geradas pela família indivisível em salários individuais. Portanto, ao se estudar esse tipo de pequenos produtores rurais, existe a necessidade de compreensão de outros sistemas econômicos diferentes daqueles pautados por relações exclusivamente de assalariamento, mas que necessariamente se articulam no sistema capitalista e se transformam.

Outro elemento importante no estudo de Garcia Jr. (1983) é a origem de uma unidade familiar. Geralmente isso se dá com o casamento, quando é constituída uma nova casa e um novo roçado, nos quais mandam mulher e marido, antes tidos como filhos que ajudavam seus pais. É o momento dos filhos assumirem sua emancipação em relação aos pais e passarem a tomar suas próprias decisões. O filho geralmente é incumbido de decidir o que, como e quanto vai produzir, ou seja, fazer ele próprio o balanço dos investimentos e esforços necessários no roçado, cálculo este aprendido com seu pai. Por outro lado, na esfera doméstica, a gerência é feita pela esposa. Na administração dessa nova unidade familiar, apesar da autonomia em relação aos pais, há legitimidade quando o novo casal demonstra um padrão tal qual como foi sociabilizado em suas famílias de origem.

Como existe a tendência de uma nova unidade familiar ser constituída a partir da divisão de um lote, em terras sob domínio de um dos pais do casal, a solução geralmente é intensificar ao máximo seu uso. Essa estratégia de provimento familiar muitas vezes contrabalanceia com o esgotamento mais rápido da terra, mas também pode explicar porque os pequenos produtores têm os maiores índices de produtividade por área, mesmo possuindo áreas menores. A busca pela produção de subsistência familiar e as imposições sociais para sua inserção no mercado os induzem à máxima exploração das possibilidades de uso de recursos locais, de forma que outras experiências empíricas, derivadas da intenção de melhorar a eficiência do sistema agrícola como um todo, são feitas.

Essas são estratégias do pequeno agricultor para depender o menos possível de insumos pelos quais tenha que desembolsar recursos financeiros. Assim também acontece quando o chefe de família evita contratar diaristas, para não ter custos

monetários, usando ao máximo a mão-de-obra disponível na família. Isso é uma condição básica de reprodução da condição de pequeno produtor frente às condições de mercado. Tais gastos são limitados ao essencialmente necessário. A produção de autoconsumo expressa bem essa condição camponesa para não se ter dispêndios financeiros: o autoconsumo direto pode ser considerado a produção dos alimentos que se consome, sem que seja necessário comprar fora, enquanto o autoconsumo intermediário são os "elementos materiais que sejam produto do trabalho familiar", que serão usados na propriedade familiar. Por exemplo, quando se produz madeira para as construções da casa e outras estruturas ou quando se faz o próprio fertilizante – trata-se de usar parte do tempo de trabalho para preparar/transformar materiais orgânicos provenientes da propriedade, como estrume, palhas, folhas secas etc., para fertilizar roças. A pouca terra e recursos materiais disponíveis dão essa característica aos pequenos produtores de, na prática, "usar a fundo as possibilidades de cultivo associado e as de sucessão de cultivos de ciclo curto. Isto não prejudica a produtividade agrícola, pelo contrário, aumenta-se o produto total obtido de uma área em termos físicos e monetários" (GARCIA JR, 1983, p.126), ao passo que torna a produção e a reprodução social menos custosa em termos monetários.

Vale assinalar ainda outro espaço que antigamente era mais frequente para esse tipo de propriedade familiar, que é denominado de sítio. Um pouco diferente do roçado, no sítio são plantadas as árvores frutíferas, que também podem estar no roçado, mas com finalidades diferentes. Neste, elas demarcam o terreno, ou até onde vai a ocupação de uma família. Além disso, seus frutos servem ao consumo da família e, às vezes, também podem ser ali plantadas sistematicamente para comercialização. A rigor, tudo que há plantado no sítio denota o local de plantios permanentes que fincam as raízes da família naquele território em volta das casas. "O sítio representa a ocupação permanente da terra, por oposição à permanência restrita no tempo do roçado" (GARCIA JR, 1983, p.125). Isso não impede que tais espaços coincidam. Ocorre que, com a intensificação no uso do solo, tudo que estiver sob domínio de uma família vira roça, e o sítio foi assim se transformando numa coisa que remete aos tempos passados, mas em ambos espaços estão consorciados vários cultivos, tudo misturado. Esse aspecto caracteriza ainda mais a propriedade de exploração familiar, local onde fica tudo misturado porque tem pouca terra à disposição, em oposição à grande propriedade que, por contar com muito espaço, cada coisa tem seu lugar.

Com essa breve explanação, baseada principalmente no trabalho de Garcia Jr. (1983), procurei discutir aspectos, fundamentais para a presente pesquisa, que caracterizam a exploração agrícola familiar. Em especial, deixar claro que não pode haver grande rigidez na busca por defini-las conceitualmente, em função da existência do princípio da alternatividade no modo pelo qual os alimentos são produzidos, consumidos e/ou comercializados pelas famílias que os plantam, bem como na definição do processo de trabalho familiar. Em ambos os casos, na produção de alimentos existe um valor de uso *a priori.* Mas o produto que é primordialmente feito para autoconsumo pode ir para o mercado, assim como as roças comerciais como algodão, café, banana, milho, cana-de-açúcar etc., também podem gerar produtos para serem usados em casa, como autoconsumo direto ou intermediário – alimentação humana e animal. Na prática, não existe uma oposição tão forte que tal produto seja só para venda ou só para autoconsumo em determinadas etapas, principalmente na hora da venda, o que de fato nos apresenta dificuldades para se definir o autoconsumo de famílias agricultoras por um viés econômico.

2.7 O Campesinato, o Mercado e o Estado: uma relação harmônica?

Já sobre a inserção dos produtores na dinâmica regional, Chayanov coloca dois pontos que para nós são de fundamental importância para sua compreensão. Primeiro, que a agricultura não é um setor isolado na sociedade, pelo contrário, ela se integra a um processo produtivo mais amplo – por exemplo, regional – e, segundo, que a atividade agrícola absorve cada vez mais os progressos técnicos de produção. Atualmente, para que as famílias agricultoras se insiram no processo produtivo regional e absorvam as inovações tecnológicas, é necessário saber quais são os mecanismos da circulação do capital na economia regional e quais métodos determinam o grau de satisfação dos insumos na agricultura empresarial. Com isso, o estudo pode indicar o lugar que ocupa a propriedade familiar no sistema econômico regional.

Chayanov cunha o conceito de *ligaduras sociais* entre a produção agrícola dispersa nas pequenas propriedades e a produção empresarial, para com ele explicitar as relações de integração existentes entre essas formas de organização agrícola. A propriedade familiar é uma forma de organizar a produção que se reproduz de diferentes maneiras no interior dos modos de produção capitalista. O exemplo clássico é dos pequenos produtores inseridos no processo geral de reprodução do capital, que é homogêneo e homogeneizante, como fornecedores de matéria-prima. “Assim, a

agricultura, apesar do caráter evidentemente disperso e independente dos pequenos produtores de mercadorias, se transforma em um sistema econômico concentrado em uma série de grandes empresas e, através destas, ingressa na esfera controlada pelas formas mais avançadas do capitalismo financeiro" (CHAYANOV, apud WANDERLEY, 1998, p. 35). Van der Ploeg (2008) destaca que, na integração dos camponeses com aquilo que ele chama de Impérios Alimentares, como uma forma mais avançada da dominação capitalista na agricultura, os riscos dessas grandes corporações se transferem aos agricultores, e que se espera, do capital financeiro, uma ditadura econômica sobre eles. No entanto, a produção final das empresas continuaria "composta de empresas familiares de produção agrícola em pequena escala, sujeitas em sua organização interna às leis do balanço entre trabalho e consumo" (WANDERLEY, 1998, p.36).

A condição camponesa, de forma geral, continuou a se caracterizar por meio das relações com os agentes externos, sobretudo o Estado e o mercado, o que atualmente se dá a partir de relações desde os mercados locais até os Impérios Alimentares. Mas é importante primeiramente não confundir mercado e lugar de mercado, tal como distinguiu Moura (1986): o lugar de mercado, entendido pela autora como parte essencial do camponês, é o espaço onde ocorrem trocas mercantis e outros tipos de relações como conversas sobre a vida pública e privada das comunidades com outros camponeses. Também outros agentes se beneficiam das relações nesses espaços, como os intermediários da produção e os comerciantes que aumentam o preço e o alcance das mercadorias para mercados mais amplos. Isso não se confunde com o mercado, que:

> (...) não coloca face a face, dominantes e dominados (...) Seu conteúdo transcende a realidade física do dinheiro como mediador privilegiado das transações mercantis. O mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionado por novas lógicas de produção, que consistem basicamente na transformação da terra e da própria força de trabalho do camponês também em mercadoria, como ocorre nas formações capitalistas (MOURA, 1986, p.11-12).

A existência de impérios alimentares, conforme Van Der Ploeg, significa que existe uma relação de dominação, proporcional ao quanto os países dominados produzem para exportar e, em troca, importam dos países dominantes o mesmo produto exportado, para o consumo interno. Exemplo disso é quando um país dominado exporta minérios para um país dominante e compra dele o aço, ou vende a biodiversidade para comprar o remédio ou sua patente. O processo produtivo está vinculado também às

tecnologias e processos patenteados por empresas que dominam o sistema agroalimentar. Então, o que há por trás da organização dos grandes fluxos de mercadorias, em termos de regulação da produção agropecuária?

Em uma escala bem menor, o mesmo acontece com o campesinato ao entrar em uma cadeia produtiva específica. São exatamente as mesmas relações assimétricas de uma integração produtiva entre usinas canavieiras ou frigoríficos de frango industrial com os assentados rurais que acompanhamos nas regiões estudadas (FERRANTE, BARONE, 2011; GÊMERO, 2013). Nesses estudos, percebe-se que as usinas e frigoríficos locais já são dominadas pelo capital internacional e que os assentados se tornam aplicadores de pacotes agrícolas ou "engordadores" de frango, completamente dependentes das variações mercadológicas das *commodities* correspondentes. Uma das imposições restritivas ao sistema produtivo daqueles que se tornam integrados da avicultura industrial é a impossibilidade de criar outras aves caipiras em seus lotes, perdendo produtos preciosos para consumo direto e venda (mesmo que clandestina) nos lugares de mercado, tipo as feiras. As relações de integração são sempre hostis para o campesinato, porém, em diferentes graus. A partir dessa caracterização, conhecemos melhor de qual campesinato falamos.

O império alimentar significa algo realmente maior, imageticamente podemos vislumbrá-lo como um diagrama com um centro de comando e seus braços, as empresas que são por ele controladas e pelas quais o centro consegue criar "departamentos" para a produção. Por exemplo, empresas de engenharia genética que produzem sementes, mas se envolvem em toda cadeia da produção ao consumo, pois possuem braços também na produção de todo o pacote agrícola que se utiliza para sua semente, na industrialização e na comercialização no varejo, possui sub-empresas na área de farmacologia, possui influência nos meios de comunicação e nos governos e assim por diante.

Sem produção local, ou com a impossibilidade dos produtores locais se adequarem às normas legais e sanitárias criadas pelo Estado para favorecer as empresas do império alimentar, estas controlam os preços para a produção, transformação e consumo por meio de uma estrutura de empresas que se ligam a uma espécie de rede ou cadeia, que possui um centro de comando para onde caminha a acumulação do capital gerado. Portanto, os impérios alimentares se valem de suas posições no Estado e das leis do capital para legitimar a dominação sobre a pequena produção dispersa. Embora não seja impossível, é bem provável que qualquer tipo de camponês esteja direta ou

indiretamente influenciado pela racionalidade imposta pelos impérios alimentares[56]. Todavia, entre as possibilidades de inserção no mercado, deve-se mostrar as singularidades da condição camponesa presente nas relações de produção, expressas em suas estratégias de adaptação e suas ações para minimizar os efeitos negativos que a lógica da monetarização da produção possa lhes trazer.

Por outro lado, um ponto interessante dessa discussão do campesinato e de suas relações com o Estado se dá na reflexão sobre se é possível ele sobreviver sem apoio do Estado. Como veremos no caso dos assentamentos, sem um apoio continuado e programático do Estado os assentados – uma das formas possíveis de recampenisação – já estão fazendo muita coisa, por exemplo, criando condições de sobrevivência em um ambiente que lhe é hostil. Os dados que apresentarei no quarto capítulo dão conta de que as famílias assentadas produzem independentemente do financiamento estatal da produção. Ao mesmo tempo, os agentes do Estado acham que nos últimos 10 anos muito foi feito para a agricultura familiar e para os camponeses brasileiros, apenas depende do ponto de vista que é tomada.

A questão que se apresenta, no entanto, é que nenhuma classe se reproduz se não for numa relação com o Estado. Mesmo no caso das classes dominantes, ou da burguesia agrária mais especificamente, ela própria não sobreviveria sem apoio estatal – subsídios, crédito, benefícios fiscais etc. A discussão mais apropriada neste sentido é que, evidentemente, há disputas de classes no interior do Estado, sobretudo nos governos de composição, nos quais são disputados rumos e projetos presentes e futuros. Então, se toda classe social está em relação ao Estado, os camponeses possuem diversas relações que não lhes escapam nem se quisessem, como a regulação e uso da terra, da água, da diversidade genética, o uso de créditos, tecnologias e externalidades capitalistas que invariavelmente lhes afetam. Por exemplo, os efeitos do aquecimento global provocado pelo homem ou uma simples pulverização aérea na lavoura vizinha, dentre muitos outros aspectos.

O Estado é palco de disputas materiais e simbólicas: primeiro, são disputas por mais recursos financeiros, mas, igualmente, existem disputas simbólicas, como vêm fazendo as Comissões da Verdade no Brasil – a reparação camponesa como uma

[56] Pode-se mostrar isso, por exemplo, por meio da relação dos camponeses com agentes que determinam os aumentos nos custos de produção, como o aumento de insumos genéticos, químicos e mecânicos agrícolas, custos com transporte, bem como com a transformação/industrialização dos produtos agropecuários e comercialização nos diferentes mercados. Ou na relação com as políticas públicas e com órgãos reguladores da produção e da comercialização agropecuária, como a assistência técnica e a vigilância sanitária.

questão de classe, colocando a ditadura militar em relação ao exército, aos latifundiários e às classes dominantes – que vêm se deparando com as violências históricas sofridas por camponeses por toda a parte. Por ouro lado, na Europa, percebe-se como a proteção do campesinato é simbólica: não é por causa do valor da produção que lhes são concedidos subsídios, mas pelo alimento saudável e pela preservação do meio ambiente, da história e das tradições de determinadas regiões. No caso brasileiro, se partimos da constituinte ao presente, obviamente há que se reconhecer os avanços em relação aos grupos sociais rurais, embora as conquistas tenham algo de provisório se as lutas não são renovadas a todo momento.

O que mostra como a atuação do Estado mudou em relação ao campesinato no Brasil? Elencaria como exemplos as ações difusionistas de assistência técnica e as políticas de integração agroindustrial sob comando do Estado militar. Posteriormente, já nas políticas de crédito – PROCERA E PRONAF –, seguro, garantia de preços, além do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tiveram início nos anos 1980 e 1990, ambas tidas como um tipo de atuação estatal sob influência da constituinte, da redemocratização e dos movimentos sociais, mas voltada ainda para a dimensão material. Não que não sejam importantes, apenas comparo para destacar uma atuação estatal extremamente diferente da dos anos 2000. Até esse período, observa-se da parte do governo uma forma de tratamento com relação às políticas públicas para agricultura familiar em âmbito geral, que não levava em consideração uma categoria tão diversa: "a concepção de desenvolvimento rural norteadora das políticas públicas continuava sendo a de que a agricultura familiar deveria ser padronizada, devido ao seu perfil essencialmente distributivo e seus sistemas poliprodutivos de cultura e criação" (BERGAMASCO, NORDER, 2003, p.62).

Tendo em vista a abrangência da categoria, os autores achavam difícil englobar a todos em apenas um modelo com a mesma eficiência. Havia grande dificuldade da assistência técnica atuar, levando-se em conta que a utilização dos recursos disponíveis até então por meio dessas linhas de crédito se davam para inúmeras finalidades e para sanar problemas básicos desde a infra-estrutura até o consumo de bens pessoais. Para os autores, isso não indicava simplesmente uma forma de desvio de recurso público, mas sim uma forma de suprir carências básicas e indicar necessidades imediatas para além da produção. Além disso, existiam agricultores de diversos tipos, alguns em situação de extrema pobreza e não familiarizados com a lógica gerencial do crédito.

Para Grisa (2012), nos anos 2000 foi criada a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, cuja ação foi reestruturada e encampou alguns aspectos simbólicos da produção camponesa. Cito como exemplos a diversificação das linhas de financiamento do PRONAF, a criação do mercado institucional e dos programas de segurança alimentar, os inúmeros editais de pesquisa, extensão e assistência técnica em agroecologia, gênero e juventude rural, que colocam a universidade como agente de um trabalho de (in)formação com retorno social, a PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica), a regulamentação da agricultura orgânica e o reconhecimento da certificação participativa, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Programa Nacional de Redução do uso de Agrotóxicos e tantas outras. Para Grisa, o PAA é exemplar nesse sentido por pagar mais pela produção agroecológica e por destinar 5% de seu orçamento para a produção de mulheres – dimensões como a ambiental e gênero, como afirmei, são importantes numa esfera simbólica, que perpassam a esfera material expressa nas políticas de financiamento.

É certo que as políticas não se deram por outorga e tampouco estou representado aqui apenas as conquistas na esfera da produção camponesa, pois na verdade elas se tratam de conquistas de uma contra-hegemonia presente no Estado. Temos exemplos vivos da política contrária aos interesses camponeses, aqueles sim hegemônicos, porque mobilizam bilhões de reais, expressos no próprio Código Florestal aprovado em 2012, na transposição do rio São Francisco, nas inúmeras hidroelétricas, na aprovação dos transgênicos, entre muitas outras ações. No entanto, a partir dos anos 1980, observou-se um incremento na complexidade e na diversidade desses processos, marcados também, daí em diante, pela participação de novos agentes sociais, como os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, com uma atuação transnacional interligando redes de especialistas em temáticas anti-globalização[57], tais como os direitos humanos, gênero, camponeses e agroecologia (BRINGEL, 2011).

A chamada abordagem cognitiva (GRISA, 2012) de análise de políticas públicas se coloca nesse contexto, pautada essencialmente no destaque do papel representado pelas ideias no quadro de formulação de políticas públicas. Essa noção abarca os

[57] Bringel (2011) esclarece que, apesar dos novos movimentos serem internacionalizados no sentido de serem ativos no cenário global, suas lutas são territorializadas. Embora exista uma dinâmica de difusão para muito além da localidade, a internacionalização dos movimentos se dá de mão dupla com as realidades locais. Portanto, o caráter anti-globalização poderia ser interpretado aqui como anti-hegemônico.

valores, crenças, representações, as concepções de mundo e as interpretações dos agentes sobre a realidade social e também sobre a política pública e o contexto no qual ela atua, bem como as estratégias decorrentes da mesma. Nesse sentido, para Grisa (2012), é importante analisar a perspectiva dos beneficiados da ação estatal, considerando os papéis desempenhados na formulação e na implementação das políticas públicas. A autora considera que algumas das políticas públicas foram constituídas por meio das diferentes maneiras de representação por parte de um conjunto de agentes sociais, que possuem maneiras próprias de interpretar e participar dos processos sociais em que estão inseridos. Ainda que muitas das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais tenham sua formulação configurada em níveis mais abrangentes de governo, como o federal ou estadual, ou ainda em agências estatais, como o INCRA e o ITESP, os resultados e efeitos de sua implementação são determinados por uma série de fatores contextuais ensejados no âmbito local e conforme as representações dos agentes sociais.

A criação de modelos diferenciados de assentamentos, a demarcação, a criação e o reconhecimento de outras tantas comunidades tradicionais – tais como indígenas, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, reassentamentos de populações rurais atingidas por grandes empreendimentos, comunidades quilombolas etc. – também devem entrar na primeira lista, porém com a ressalva que não se trata, como não se tratava antes com o 1º PNRA, de uma verdadeira reforma agrária. Significa, apenas, a diversificação da política de assentamentos e de regularização fundiária que temos no Brasil, que possui valor simbólico incomensurável. Para Sauer (2010), essa reforma agrária não está centrada apenas na luta pela terra como fator de produção. Ela vai muito além ao abarcar a cidadania e a dignidade humana de pessoas que, por meio dos movimentos organizados, assumem papel de protagonismo sobre seus processos históricos. Muita coisa se deve ao fato de que do período da constituinte para o presente houve uma retomada da discussão sobre o desenvolvimento no meio rural, que vem sendo pautada por temas como pobreza e desigualdade, produção e renda, violência, gênero, juventude e sucessão familiar, meio ambiente, mudança climática, mudanças na matriz energética e no padrão de consumo, entre outros.

Como se dão as disputas no interior do Estado atualmente? Pretendo expor apenas dois exemplos, que no entanto se ligam a outros aspectos, como o controle do mercado. O primeiro deles em torno das disputas territoriais, ou seja, no mesmo território o Estado pode agir em relação às perspectivas camponesa e contrariamente a

elas, quando isso representa entrar em confronto com as perspectivas do agronegócio. Um excelente exemplo disso é mostrado no artigo de Dias e Souza (2014), no qual revela-se a contradição na ação do Estado no território do Perímetro Jaguaribe-Apodi, no Ceará, no semi-árido brasileiro. Os conflitos, nesse caso, se dão em torno dos interesses por recursos hídricos, de um lado, para consumo humano e projetos diversificados de produção agropecuária por parte de comunidades camponesas e, de outro, para a irrigação da produção empresarial de fruticultura para exportação. Ao mesmo tempo em que são executadas ações no âmbito da Articulação do Semiárido Brasileiro e do Programa Um Milhão de Cisternas, com forte participação da sociedade civil organizada nas etapas de planejamento e implantação das políticas públicas, em torno de "tecnologias sociais" e na perspectiva da convivência com o semi-árido, os autores verificam tensões com um projeto que não vê a água como "um bem comum e as comunidades são percebidas como entrave ao 'desenvolvimento'". Para os autores, os projetos de irrigação para fruticultura de exportação no perímetro da Chapada do Apodi transformam o território na lógica da agricultura empresarial, para o qual as ações do Estado são favoráveis, inclusive na negligência em relação ao déficit hídrico que o projeto possa ocasionar na região e aos malefícios às comunidades e ao meio ambiente por conta do uso abusivo de agrotóxicos nesse tipo de produção. Uma das maiores ações do Estado nesse sentido é a transposição do Rio São Francisco.

Geralmente, há que se ter em vista que o Estado em si, quanto mais controlado pelas forças do mercado e pelos impérios alimentares, não é favorável à reprodução camponesa. Assim, é preciso disputar permanentemente os espaços e os programas camponeses no sentido de torná-los políticas e leis de Estado e que as conquistas e direitos sejam assegurados. No mesmo território e ao mesmo tempo convivem interesses distintos, e a ação do Estado pode se dar em várias direções, porém com fortes desvantagens para os agentes mais fracos econômica e politicamente, mesmo quando são criadas políticas como os Territórios da Cidadania. Na diversidade de agentes sociais que estão em disputa nos territórios, tem que se ter em vista quais os arranjos regionais que fazem as políticas públicas darem certo em determinados lugares e não em outros.

Outro exemplo de relação equivocada do Estado com os camponeses e já muito registrada se dá em torno do associativismo e do cooperativismo. O cooperativismo é tema caro aos camponeses, trata-se de uma das mais avançadas formas organizativas e produtivas desses grupos sociais. Sobre a importância das cooperativas camponesas,

cito uma passagem de Weber na qual ele compara as vantagens dessa forma de organização em relação aos trabalhadores assalariados:

> Essas cooperativas revelaram-se como o meio mais influente para educar o camponês na agricultura. Através delas, criaram-se novas comunidades agrícolas, que unem os camponeses e dirigem seu raciocínio e seu sentimento econômico numa direção contrária à forma individualista que a luta econômica pela existência toma na indústria, sob pressão da concorrência. E isso só é possível devido à grande importância das condições naturais de produção na agricultura – o fato de estar presa ao lugar, ao tempo e aos meios orgânicos de trabalho – e a visibilidade social de todas as operações agrícolas que enfraquecem a eficiência da concorrência entre os agricultores (WEBER, 1982, p.418).

Porém, ao adentrar no âmbito da ação do Estado, as experiências mostram que a cooperação via Estado é quase sempre forçada, pois geralmente são projetos coletivistas agroindustriais, comprometidos com uma economia de mercado e sem levar em conta a perspectiva e as formas de sociabilidade dos camponeses. Não levam em conta, por exemplo, a discussão sobre o tempo livre do camponês ou a autonomia no controle do tempo e sobre suas relações não-monetárias fundamentais – e aqui vale destacar que a cooperação e a ajuda mútua não se confundem com o cooperativismo. Pelo contrário, em geral se aceita que quem tem tempo livre é vagabundo e preguiçoso.

Como foi o caso do sistema *colcoziano* russo, mencionado por Abramovay (1992). A maioria da produção de alimentos russa saia de lotes individuais, porém após a Revolução de 1917 o Estado institui os *colcozes*, tipo de exploração coletiva sob o comando do partido socialista com uma organização industrial, ou seja, por meio de subgrupos especializados e maquinário, no interior do qual os trabalhadores possuíam lotes de terras mínimos e retiravam o essencial para sua subsistência[58]. Se esse sistema foi fruto de lutas sociais com propósitos de igualdade, a experiência mostrou que, no interior dos *colcozes,* havia uma condição pior do que nas *plantations* – os pequenos produtores tiveram suas terras confiscadas, subjugados jurídica e economicamente. Eles não possuíam direitos como os outros cidadãos e estavam submetidos ao total controle do Estado. Este, por sua vez, impôs uma fábrica no campo, que tratava os camponeses como operários ao realizar o pagamento por horas de trabalho.

O cooperativismo, embora não haja dúvidas que possa unificar os camponeses e lhes restituir o sentido da cooperação nas formas de se produzir e de se organizar, em

[58] Segundo Wanderley (1998), os *colcozes* não sobreviveriam sem a produção nesses pequenos lotes, de onde saia o alimento e o excedente que superou e salvou a produção de *commodities*.

sentido oposto à integração capitalista, pode também servir justamente a este propósito. A cooperativa pode mesmo contribuir para inserção no mercado controlado pelo capital, seja para aquisição de créditos, contratos e insumos externos desde uma lógica da Revolução Verde. Assim, pode até contribuir para superar os limites econômicos da produção camponesa individualizada – por exemplo, pela escala produtiva –, porém, potencializa a acumulação do sobretrabalho camponês para o capital (WANDERLEY, 2009). Outra possibilidade é a dominação da cooperativa a partir de seu interior, ou seja, quando grandes proprietários ou agentes do capital participam formalmente da cooperativa, fazem funcionar uma organização que transfere diretamente o sobretrabalho do camponês a eles, como exemplificado por Wanderley (2009, p.129). Assim, as cooperativas rurais mistas e suas formas diferenciadas de organizar e comercializar a produção abrem possibilidades para uma cooperação vertical entre grandes e pequenos agricultores, mas igualmente feita para se disputar mercados e com visíveis vantagens para os grandes produtores.

É exatamente o caso dos assentamentos analisados na região de Araraquara. Como afirmei na introdução da tese, nos primeiros anos foi criada uma coletivização forçada pelo Estado em torno da produção de grãos. No entanto, logo esse modelo foi questionado e dissolvido, em benefício da divisão de lotes familiares. Frente a esse exemplo, há que se ter em vista que não se tratou de uma simples escolha pela individualização produtiva dessas famílias, e sim de uma iniciativa frente às suas necessidades mais imediatas. Pois na realidade não existem comunidades desorganizadas, pelo menos não organizadas do jeito que se espera que sejam – do ponto de vista do técnico, do gestor público ou do mercado. Logo, novos grupos de afinidade foram surgindo com outras concepções de trabalho que não a renumeração por horas trabalhadas. Mais recentemente, algumas modalidades dentro do próprio PAA vêm impondo a cooperativa dos produtores. Nos assentamentos, em uma das experiências que acompanhamos foi imposta a mediação da produção para o PAA por uma cooperativa mista e, posteriormente, foi detectado um sistema de corrupção da política pública em esfera local – episódio que será descrito no capítulo 5.

Para Borsatto e Carmo (2013, p.223), o mesmo se deu nos assentamentos do MST durante a década de 1990. Era "(...) notória a influência do marxismo ortodoxo, com fortes inspirações nos escritos de Kautsky e Lênin, em questões relativas à organização da produção nos assentamentos rurais tutelados pelo MST. Isso se evidencia no fomento do cooperativismo, em bases coletivistas, ocorrido durante o

início da década de 1990". Esse modelo, no entanto, com forte inspiração nos *colcozes* soviéticos visavam estritamente ao aspecto econômico e à aplicação de modelos de produção agropecuária industrial. A rigidez que marcava o processo de trabalho gerava as contradições e as imposições que afastavam a base do movimento de seus propósitos, culminando na falência desse modelo juntamente com outros fatores mencionados por Borsatto e Carmo (2013, p.224): "(...) também devido à intervenção do Estado, incompetência gerencial e estratégica e condições macroeconômicas, muitas das CPAs entraram em crise, fato que evidenciou a inviabilidade prática desse projeto". Os autores apontam que, frente às dificuldades enfrentadas nesse modelo e às críticas e autocríticas por uma opção pela agricultura convencional/industrial, o Movimento passou por uma reformulação em direção à Agroecologia, que cresceu e se consolidou ao longo dos anos 2000.

Chiariello e Eid (2013) mostram que outros pressupostos vêm pautando experiências de cooperativas de movimentos populares, em especial nos assentamentos do MST atualmente. Para esses autores, "haveria um ponto de equilíbrio a ser alcançado, abolindo a propriedade privada, mas sem cair no coletivismo tirânico, em que os traços de personalidade sejam negados" (CHIARIELLO, EID, 2013, p.94). A propriedade coletiva dos meios de produção vem sendo atrelada à autogestão, associando conhecimentos técnicos, poder decisório e igualdade entre os cooperados, conforme mostram quatro exemplos de cooperativas investigadas pelos autores. Apesar de manter o foco em atividades comerciais tidas como "principais" para as cooperativas, existem elementos de resistência ao capitalismo como o reconhecimento de necessidades sociais das famílias, como a necessidade da produção do autoconsumo, e outras lógicas internas, como a existência de uma estrutura organizativa para fornecer refeições aos cooperados. Por outro lado, os autores reconhecem a inadequação do sistema de educação oficial na formação para esse trabalho cooperado e o papel da cooperativa para dar um contraponto a esse sistema de ensino. "Em uma palavra, conjugar trabalho intelectual e trabalho manual, diferindo portanto da dinâmica da organização do trabalho sob o capitalismo, marcado pela separação entre os elementos científicos e técnicos, o que fomenta a separação entre os que gerem e os que são geridos" (CHIARIELLO, EID, 2013, p.112-113).

2.8 Dimensões Simbólicas: autoconsumo e a cosmovisão camponesa

Outros aspectos mais simbólicos, porém fundamentais para se caracterizar o campesinato sobre o qual falamos, estão em uma dimensão sobre como se recriam modos de vida que possuem expressões de autonomia para se viver bem, por exemplo, em relação às escolhas sobre aquilo que se come (WEDIG, MENASCHE, 2013). Estudos têm demonstrado, também numa perspectiva chayanoviana, que o campesinato em várias partes do mundo possui uma autonomia pelo menos em relação a produzir uma parte daquilo que se come (LAMARCHE, 1998; LEITE ET AL., 2004; GARCIA JR, 1983). Essa dimensão da produção de alimentos caminha passo a passo com a da auto-regulação da base de recursos necessários para produzi-los, processos que abrem espaço para uma linha interpretativa que leva em conta a cosmovisão do camponês para conceber seu território e definir uma prática em seu sistema produtivo que faça frente às suas necessidades, materiais e simbólicas, em termos de alimentação e de sobrevivência. Portanto, não é apenas o grau de inserção aos mercados que caracteriza a condição camponesa. Para Murrieta (2001), há uma multi-causalidade nos processos de escolhas alimentares: "(...) são o resultado da interação dialética entre as estruturas habituais do cotidiano, os ciclos ecológicos dos recursos naturais, a dinâmica político-econômica dos mercados locais e regionais e as representações de classe e preferências individuais".

Para começar, a cosmovisão camponesa se refere a aspectos que ligam seu cotidiano ao plano espiritual. A visão de mundo camponesa é impregnada das relações com a natureza (BARANONA, 1994). Isso influencia as formas de ocupação do território, as relações com a natureza e com os "recursos" naturais: as sementes, as águas, os animais, as terras, as florestas etc. A água, na cosmovisão camponesa, não seria apenas água que a gente bebe, usa para irrigar e corre no rio, mas ela própria possui um espírito que se liga a todo o sistema ecológico e com a ancestralidade dos camponeses. Existem formas vivas e não-vivas que estão integradas em sua rica simbologia. A família camponesa tem uma prática agrícola que explora o potencial endógeno dos territórios que ocupam, mesmo que às vezes de forma inconsciente, ou seja, os microorganismos, as características dos solos, as pessoas, as plantas, os animais etc. O conhecimento camponês é um conhecimento empírico sobre o ecossistema que se adquire e se constrói por meio de tentativas, erros e acertos, mas são conhecimentos que resolvem problemas práticos, que criam equilíbrios com o meio ecológico e são transmitidos por meio da oralidade. Por exemplo, o saber genético em torno das sementes se dá pela construção do conhecimento em um laboratório empírico, que passa

a ser uma ação antrópica na natureza, as sementes selecionadas, melhoradas, adaptadas ecologicamente por meio de práticas camponesas como a enxertia.

Por atingirem a esfera da subjetividade, mesmo quando são forçados aos ciclos migratórios e à urbanização, tais elementos permanecem no imaginário como que embriões adormecidos. Ou seja, mesmo aqueles grupos rurais impregnados pelos ideais da Revolução Verde, ou mesmo aqueles já totalmente urbanizados, podem apresentar "fragmentos" da condição camponesa, expressos, por exemplo, no hábito alimentar, tal como observou Brandão (1981). Outro exemplo são as práticas femininas, abordadas por alguns trabalhos sobre os "etnoconhecimentos". Estes se expressam nos conhecimentos das mulheres acerca de receitas culinárias e de remédios, também de plantas, simpatias e rezas protetoras da casa, dos ambientes e das pessoas (MOURA, 1986; MARQUES, 2009; WOORTMANN, 2011. No caso dos assentamentos pesquisados, GOMES, 2011).

A cosmovisão também é identificada no campo da Agroecologia, pois as bases culturais para uma prática agrícola ecológica estão presentes nas famílias ou pelo menos adormecidas no agricultor que se submete aos pacotes tecnológicos e ao mercado. Por isso, pode ser que o processo de reconstrução e transição ecológica na agricultura seja dependente do fator renda, embora não necessariamente. Delma Pessanha Neves e Ellen Woortmann, ao abordarem o tema em uma mesa-redonda[59], questionaram a necessidade de enxergar o autoconsumo monetariamente, enquanto uma atividade predominantemente feminina. Isso porque o autoconsumo tem caráter de alternatividade e sempre foi fonte de renda para as famílias rurais. O que se pretende é colocar em dúvida a necessidade dessa valorização monetária em favor da esfera simbólica e até espiritual, no sentido de que aspectos culturais e ambientais devem ser levados em conta. Na ocasião, discutia-se a mercantilização de todas as esferas da vida das mulheres rurais que, além de serem as costumeiras responsáveis por todo o trabalho doméstico familiar, passam também pelo processo de modernização e nesse processo são forçadas a engendrar o nexo monetário em suas relações sociais. Assim, passam a trabalhar também para ganhar dinheiro, senão sua reputação é cada vez pior. Na esfera produtiva, são incentivadas a formar grupos, acessar créditos e modernizar suas produções, pois ganhar dinheiro é supostamente um requisito de sua emancipação.

[59] Simpósio Feminismo, Ação Política e Agroecologia, Recife/PE, novembro de 2010.

A produção de autoconsumo é um aspecto essencial que contribui para se caracterizar o campesinato e também para estudos em geral dos grupos sociais rurais. Um bom exemplo disso é dado no texto de Linhares e Silva (2009). A partir de estudos aprofundados ao nível local, ou seja, de uma região historicamente delimitada e com seus múltiplos agentes sociais, os autores acreditam que se pode revelar a existência da produção de subsistência: "(...) as estruturas e o funcionamento dessa "face oculta" da economia e da sociedade coloniais: uso e posse da terra, regimes agrários, hierarquias sociais (estrutura ocupacional, níveis de renda e fortuna), movimentos demográficos, cultivos de solos, climas" (LINHARES, SILVA, 2009, p.118). O que há em comum, nas diversas regiões, é que se trata de um tipo de produção e de uma economia de subsistência sempre subordinada, portanto "oculta", primeiro porque o desenvolvimento do Brasil desde o período colonial se deu a reboque da agroexportação, mas também porque essa produção é condicionada ao crescimento urbano e demográfico. Dependia exclusivamente das condições políticas, econômicas e jurídicas da colônia, cujos interesses em tal produção eram secundários. Segundo os autores, a área ocupada pela produção de subsistência "(...) é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior da *plantation*) e não ambicionada por interesses mais poderosos (a fronteira aberta), daí o caráter precário e transitório do uso e posse da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiantes, como se fossem eles ocupantes ocasionais de glebas provisórias" (LINHARES, SILVA, 2009, p.119).

Porém, sua existência também dependia de fatores como os hábitos alimentares, das possíveis formas de comercialização e consumo, das condições climáticas e do aperfeiçoamento dos sistemas produtivos. Embora fosse atividade subordinada aos sistemas de poder e controle do modelo dominante, ocupava grande número de pessoas (DELGADO, 2004). Pressupõe-se sua co-existência em todos os momentos da colônia, condicionada ao contingente das fazendas e, a partir do século XVIII, à expansão e ocupação do território brasileiro. Para os autores, produzir alimentos significava também "escapar do alto custo e da precariedade do abastecimento metropolitano" (LINHARES, SILVA, 2009, p.130), sobretudo nos períodos de crise que Portugal enfrentou.

Algumas imposições estruturais e conjunturais descritas por Linhares e Silva (2009) demonstram como a lei determinava a necessidade da produção de subsistência na colônia. A Carta Régia de 1701, por exemplo, determinava que os escravos deviam ter os sábados e os dias santos livres para proverem seu sustento. Havia inúmeras

menções às áreas reservadas para cultivos de itens alimentares, sobretudo a mandioca, considerada o "pão da terra". Determinações como essas da metrópole enfrentavam resistência dos senhores de terras, que em momentos de crise reforçavam a legislação para lhes favorecer. Para os autores, a consolidação do sistema de controle canavieiro no litoral de Pernambuco e da Bahia foi mais uma conquista dos plantadores e comerciantes do que uma imposição do Estado. E a produção de alimentos desse período aparece no texto como um contraponto estatal a favor do bem-estar social contra a tendência à monocultura e ao favorecimento de certas classes dominantes.

No final do século XVII, Portugal se encontrava em sérias dificuldades para acertar o déficit comercial com a Inglaterra, enfrentava conflitos contra holandeses em território brasileiro, surgiam ondas de criminalidade nos centros urbanos. Nesse período ocorre uma centralização do controle da economia pela classe dos comerciantes – as companhias de comércio da metrópole. O Estado tinha que lidar contra os interesses imediatos da ordem privada, que envolviam os fidalgos, comerciantes e senhores de engenhos, para garantir pelo menos em parte uma perspectiva de futuro aceitável pela sociedade. No estado da Bahia, em 1687, organizavam-se expedições para destruir lavouras de subsistência dos negros. Segundo CASTRO (1997): "pequenas boladas de verdura que os senhores de engenho do brejo, plantadores de extensíssimos canaviais sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a este tipo de policultura de sertanejo de 'roça de matuto'".

Mas nesse período houve ações de imposição do Estado para plantio de mandioca, mesmo que nem sempre cumpridas pelos senhores de terras. Alguns exemplos mencionados no texto de Linhares e Silva (2009) são: em 1688, a obrigatoriedade de se plantar quinhentos pés de mandioca por ano por escravo que se possuía; em 1690, moradores num raio de dez léguas das cidades eram obrigados a plantar os mesmos quinhentos pés de mandioca na Bahia. Por outro lado, havia medidas institucionais como as câmaras municipais, que deveriam despachar medidas para a manutenção e reprodução do mercado interno, mas viviam em constantes conflitos de interesses com os latifúndios. Daí que as câmaras não conseguiam fazer a comunicação entre as administrações locais e a metrópole, em razão dos interesses da "facção da nobreza dominante" nos espaços locais (LINHARES, SILVA, 2009, p.122).

Mintz (2009), ao abordar as diferenças entre *plantations* e fazendas destacou a produção de subsistência como uma necessidade fundamental. Para ele, o principal custo para manter os escravos a longo prazo era com sua alimentação. E, por outro lado,

a falta de alimentação era uma das principais causas de fugas. Por isso, os sistemas escravocratas, sejam as *plantations* ou as fazendas analisadas por esse autor, deveriam prover a alimentação da sua própria mão-de-obra, bem como da sociedade que se constituía em seu entorno. Além disso, Mintz destaca dois pontos que são de fundamental importância para a análise da produção dos alimentos nas sociedades escravistas. O primeiro deles era a motivação das trocas de espécies alimentícias entre as metrópoles e as colônias, pois algumas plantas eram transportadas no intuito de resolver problemas de segurança alimentar e nutricional, como foi o caso da fruta-pão na Jamaica. No Brasil a mandioca, teve papel fundamental, mas era um produto já fortemente estabelecido na dieta dos povos originários. Segundo, o autor destaca nas colônias o sincretismo cultural ocasionado a partir das relações entre agricultura e culinária, entre as tradições africanas, asiáticas, européias e ameríndias (MINTZ, 2003, p.134).

É claro que a ocupação de áreas com cultivos alimentícios eram secundárias às de ocupação das principais mercadorias para agroexportação e sua possibilidade dependia da ponderação, por parte dos donos de terras, sobre o valor da produção e também da liberação dos escravos para trabalharem em cultivos de subsistência[60]. De qualquer forma, os escravos eram obrigados ou autorizados a plantar os cultivos de subsistência. Primeiramente, a partir de balanços econômicos sobre o valor da terra ocupada com cana ou alimentos e da possibilidade de dispensar o escravo para trabalhar em função dos itens de subsistência. Mas essa produção repercutia diretamente, para os escravos, nos planos materiais e simbólicos: "Long calculou que esses dias não só melhoravam o moral dos escravos, como também aumentavam significativamente sua capacidade para acumular capital para si mesmos" (MINTZ, 2003, p.135). E completa: "(...) quando um escravo vendia parte de sua própria produção, isso significava uma "brecha radical" no modo de produção escravista" (MINTZ, 2003, p.137).

Mintz aponta, por outro lado, que a produção de subsistência entrava em contradição com o próprio regime escravista. Segundo ele há três dimensões a considerar ao reconhecermos esse ponto de vista: o escravo produzia alimentos para seu uso direto e de sua família, gerando subsistência pelo trabalho direto; a comercialização desses alimentos, que eventualmente poderia render-lhe algum dinheiro, possibilitava-o

[60] Embora isso fosse regulamentado, segundo Mintz (2003), geralmente os escravos tinham 1,5 dias por semana de folga e mais os dias santos, nos quais poderiam trabalhar nos cultivos de subsistência. Fora isso, havia períodos de menos trabalho nas produções de agroexportação, nos quais os fazendeiros poderiam optar por intensificar a produção de outros itens mais relevantes ao mercado interno.

melhorar suas condições materiais – além daquela dimensão simbólica de que seu trabalho alimentava outras pessoas; em terceiro, talvez o mais contraditório, que com o dinheiro proveniente da comercialização o escravo podia comprar outros itens, eliminando alguma dependência do senhor.

É bem provável que o trabalho na produção de alimentos se tornasse o trabalho preferido dos escravos, pois era um trabalho para si. Ele provava que os escravos podiam trabalhar sem a supervisão dos senhores, pois eram capazes de planejar o que, quanto e como plantar. Além disso, se organizavam em grupos familiares ou de afinidade. Para o autor, esses aspectos nutriam um senso de autonomia nos escravos em relação a seus senhores, essenciais para a estruturação de suas vidas sobretudo após o fim da escravidão. Era um trabalho produtivo que aumentava a auto-estima dos escravos: "surpreendia os plantadores que essas pessoas [os escravos] aparentemente tão apáticas, estúpidas e atoleimadas, incapazes das mais simples operações no corte de cana, poderiam revelar-se vivas, inteligentes e até mesmo felizes quando trabalhavam nos seus próprios lotes" (MINTZ, 2003, p.137). Portanto, não só a auto-estima do escravo era elevada a partir da produção de subsistência, mas também sua capacidade de organização e sua própria posição estrutural no sistema escravista, na medida que esse trabalho alimentava a sociedade mais ampla nas regiões de seu entorno e os próprios senhores.

O que se destaca, ao se assumir a coexistência de práticas contraditórias na formação da sociedade escravista, não unicamente pela produção de mercadorias de exportação, é justamente a produção de culturas alimentícias que necessariamente deveria estar presente. Quando afirmamos questões como a segurança e a soberania alimentar atualmente, há que se ter em vista que não são exatamente novas, pois são preocupações presentes desde os primórdios do Brasil colônia. Josué de Castro, por exemplo, foi um autor que chamou a atenção para o fato de que a fome nas áreas açucareiras era endêmica, ou seja, era permanente mesmo numa área onde havia muita geração de riqueza material. Nos sertões, a fome era um fenômeno epidêmico, pois se dava em função de eventos climáticos como as secas. As causas da fome, para esse autor, eram ligadas a fatores econômicos e sociais, mais do que climáticos. O fulcro da questão desde aquela época era o regime fundiário.

Castro (S/D) é um autor que contrapõe a riqueza gerada por meio da monocultura e a fome no Brasil. Ele chamou a atenção para um elemento essencial para se compreender como as possibilidades alimentares da população aumentavam em

decorrência da prática daquilo que ele chamou de agricultura de sustentação, que existia desde o Brasil colônia. Atuando concomitantemente nas esferas acadêmicas e políticas, o autor criou um verdadeiro plano de combate à fome a partir da substituição da monocultura pela policultura. A ocupação do território com a agricultura de sustentação representava justamente práticas como a cooperação, a agricultura e a alimentação diversificadas que caracterizavam as regiões. Para ele, a monocultura em busca do "ouro branco" – o açúcar – ameaçava o bom regime alimentar que os próprios colonizadores haviam trazido ao Brasil.

A produção de alimentos, obrigatória para o estabelecimento da força de trabalho e da sociedade escravista, ajuda a explicar também as passagens da escravidão para outras formas de exploração da mão-de-obra e de como nasce uma categoria de camponeses brasileiros. Para Mintz (2003), ao analisar o caso do Haiti, a produção de autoconsumo ajuda a explicar como os ex-escravos se adaptaram à liberdade sem a dependência dos senhores. Neste caso, a noção de liberdade já havia entre os escravos que se organizavam em grupos e possuíam a prática de trabalhar para si nesse tipo de produção.

Entretanto, o autor pondera: "Se, de um lado, tentei indicar alguns modos de como as atividades econômicas dos escravos assemelhavam-se àquelas das pessoas livres, também é verdade que gostaria de ter mostrado como as atividades das pessoas livres, trabalhando lado a lado com os escravos, eram sujeitas à coerção e à violência" (MINTZ, 2003, p.141). Essa passagem se refere ao cuidado que deve existir ao falar em liberdade ou falta de liberdade dos trabalhadores. A produção do autoconsumo era autorizada e mesmo essencial para os sistemas de *plantations* e demais estabelecimentos das colônias, mas era a todo momento um elemento mediado pelas metrópoles e pelos senhores de terras. Depreende-se do exposto que a produção de alimentos, desde a colonização, é uma expressão de liberdade, porém sempre negociada, sempre necessitada, na verdade, necessariamente autorizada pelos donos de terras para o funcionamento do próprio sistema escravista.

Mas poderíamos ser taxados de românticos ao abordar a cosmovisão do campesinato ou superestimar o papel do autoconsumo nos assentamentos sem pressupor os processos de "descamponização" e de "recampenização" pelo qual esses grupos sociais passam em suas trajetórias no decorrer da história. Tais processos dão uma nova forma à categoria social, que se complexifica no sentido de sua diversificação interna, porém não implicam o completo desenraizamento cultural e o rompimento definitivo da

condição camponesa. Para Sauer (2010), trata-se de um processo de re-territorialização, porque a luta muda as pessoas de lugar e seus movimentos (sociais e migratórios) ultrapassam suas regiões de origem.

Nos assentamentos percebemos que uma grande parte das famílias possui origem rural e um dos principais motivos para elas se engajarem na luta pela terra expressa um desejo por possuírem atividades no meio rural, entre as quais podem gerir melhor seu tempo de trabalho no roçado, ao contrário de um operário forçado a cumprir sua jornada de trabalho, ou do cortador de cana e do apanhador de laranja. Por outro lado, ir para o assentamento significa menores riscos de passar fome. As dimensões não-monetárias, como plantar seu próprio alimento e ter espaço para a reprodução social de sua família também têm peso decisivo em suas escolhas. Mas uma cosmovisão, como apontado anteriormente, pode aparecer na condição de fragmentos, seja na atividade agrícola, seja na produção de comida, seja sociabilidade e na religiosidade. Então, pode ser que a família já não tenha conhecimentos e práticas para atuar na agricultura enquanto profissão, para a melhor eficiência de sua produção agrícola, mas o desejo de retornar à terra persiste em sua memória acerca de um tempo de fartura e de maior autonomia (DUVAL, VALENCIO, FERRANTE, 2009). O que não significa que o conhecimento não seja (re)construído a partir da própria experiência no assentamento.

Van der Ploeg fala da recampesinização como um processo que se dá na relação assimétrica entre distintos agentes sociais e é vivenciada pelos camponeses através do paradoxo entre subordinação à agricultura capitalista (como assalariado ou arrendatário) e autonomia. Em diferentes momentos os grupos sociais transitam entre as duas lógicas. Por exemplo, quando a agricultura capitalista, caracterizada por seus altos índices de capital investido, pela produção em grande escala e pela contratação de força de trabalho pressiona as condições de vida do campesinato para baixo, a condição camponesa caracterizada pela força de trabalho familiar, intensidade e diversificação da produção, destinação para autoconsumo, baixa disponibilidade de terras e menor dependência de recursos externos volta a ter relevância.

Mas mesmo integrados ao processo de acumulação das grandes empresas, os grupos rurais continuam em uma condição camponesa que se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento. E os impérios alimentares também continuam compostos, em parte, por agricultores dispersos que lhes consomem e fornecem matéria-prima. É o que procurei mostrar no estudo de mestrado, apoiado por autores que

analisam a produção de autoconsumo na contemporaneidade e sua adaptação ao modo de produção capitalista.

Para Grisa (2007), a produção "para o gasto" é um elo da reprodução camponesa na agricultura familiar. Segundo a autora, o autoconsumo sobrevive à modernidade porque é uma importante estratégia para a produção e a reprodução social dos "novos" agricultores, que atualmente integram, também, o plantio de alimentos às atividades comerciais, assalariamento rural e urbano, aposentadoria e outros benefícios como meios de se conseguir sobrevivência. Permite acesso a alimentos sem ou com uma mínima mediação de mercado, sem que haja necessidade de comprá-los diretamente. Quer dizer, uma condição de pequeno produtor, conforme exposto por Garcia Jr. (1983), na qual evita-se todo gasto em dinheiro. Dessa forma, tenta-se arrumar uma cesta diversa capaz de garantir alimentação adequada à família na própria terra onde ela está e com os recursos locais.

Uma definição preliminar do autoconsumo, segundo Sacco dos Anjos et al. (2004, p.4), "seria a de que se trata de produto ou processo que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração com base no uso da força de trabalho familiar". Primeiramente, seria preciso reverter a conotação de que representa o atraso ou que se trata de um esforço sem caráter econômico para a família agricultora, pois ele representa a organização e o trabalho familiar para adquirir alimentos. Além disso, para Leite (2003), a venda dos excedentes do autoconsumo gera uma renda monetária que geralmente é usada para se cobrir despesas cotidianas da família – gastos menores e regulares, como contas de água e luz –, ao passo que tira a necessidade de dispêndios monetários, portanto atinge a dimensão econômica na agricultura familiar.

Acrescento ainda uma dimensão do autoconsumo que corresponde à produção de todo tipo de bens gerados numa propriedade familiar e dos quais se faz uso ali mesmo, que se distingue em autoconsumo direto e intermediário. O autoconsumo direto pode ser considerado o "autoconsumo alimentar", conforme Gazolla e Schneider (2007, p.90-91), "aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que são produzidas pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico". Mas, além da alimentação do grupo doméstico mais imediato, conforme a condição camponesa discutida até aqui, camponeses produzem alimentos para si e para outros grupos sociais, por isso mantêm relações com o entorno sócio-econômico. Já o autoconsumo intermediário refere-se a bens produzidos na propriedade que também

possuem valor de uso, tais como plantar madeira, bambu e palhas para construções; capins, pastos e outras coisas para alimentação animal; elaborar receitas de insumos naturais com matéria orgânica disponível localmente para combater pragas e doenças, para melhorar a fertilidade dos solos.

No estudo de Wanderley (1995), dentre os vários perfis de agricultores familiares pesquisados continuou havendo uma produção de autoconsumo, observável nas proporções entre o que era produzido e consumido e entre o que era comprado e consumido, mesmo entre aquelas famílias que se especializam na produção de um único item, como o algodão. Por meio dessa estimativa, a maioria das famílias só comprava um quarto dos itens de necessidade elementar – com relação aos alimentos comprados fora, eram apenas 24% do total consumido. Ao mesmo tempo, fazia uso de mais de 50% do que se produzia e 75% das atividades nas propriedades se davam em torno do autoconsumo.

No equilíbrio entre suas próprias necessidades e as do mercado consumidor, a família camponesa vive sob tensão. Assim, com a modernização da agricultura, novas exigências são cobradas do homem e da família do campo e, com isso, cresce a tendência por deixar de produzir seus próprios alimentos em benefício de cultivos comerciais com valor de troca. Essa condição imposta pela modernização da agricultura é semelhante ao exposto sobre os trabalhos etnográficos de Bourdieu, que resulta na desvalorização social, econômica e cultural do meio rural, na saída dos jovens e na mercantilização de toda a produção. Antes da generalização das trocas monetárias, o camponês tendia a guardar suas colheitas para o próprio consumo e não para o investimento. Para Bourdieu (1979, p.22), naquela época a lógica era diferente: “Os camponeses empenham suas despesas em função da renda obtida pela produção precedente e de modo algum pela renda que espera obter além disso, em caso de colheita excedente”. A própria honra da família estava atrelada a possuir uma produção de alimentos de qualidade para seu consumo, que era comprovada em festas, em ocasiões de visitas e em almoços de mutirões por ela organizados, ou seja, nem sempre uma preocupação direta com a rentabilidade. Aos poucos essa preocupação passou a prevalecer, então os camponeses passavam a comercializar o melhor de sua produção ao invés de consumir. A honra passou a estar ligada mais ao consumo do que à produção em si, conforme o exemplo a seguir:

> Ainda recentemente, a dona-de-casa tinha orgulho em constituir uma reserva especial, chamada de *thiji* e constituída por tudo o que de melhor tinha sido produzido: as melhores frutas (figos, uvas passas, romãs, nozes, etc.), o óleo extraído das melhores azeitonas a melhor manteiga etc. Nesse campo, como em outra parte, as normas éticas são, indissociavelmente, imperativos rituais e a homologia que une a fecundidade da casa e a fecundidade da terra faz da poupança, que garante a plenitude da casa (*lammara ukham*), um ritual propiciatório e um ato econômico ao mesmo tempo (...).
> Numa economia agrícola onde o ciclo de produção pode ser abrangido com um único lance de olhos, sendo que os produtos se renovam geralmente no espaço de um ano, o camponês não mais dissocia seu trabalho do produto "por vir" do qual é o "principal" que, no ano agrário, ele não distinga o tempo de trabalho do tempo de produção, período durante o qual sua atividade é praticamente suspensa. Ao contrário, pois que a duração do ciclo de produção é aí geralmente muito mais longa, a economia capitalista supõe a constituição de um futuro imediato e abstrato, devendo o calculo racional suprir a ausência de intuição do *processus* em seu conjunto. (BOURDIEU, 1979, p.22-23).

Além de diminuir o tempo da produção e a dependência aos processos ecológicos, a nova racionalidade divide o processo produtivo em atividades especializadas, abandonando o sistema de unidade e de ciclos indivisíveis de produção, por exemplo, na passagem do artesanal ao industrial, o que sacrifica uma lógica essencial para o camponês que une produção e reprodução social. A necessidade de se criar fundos para suprir a família se transforma na necessidade de gerar lucro. Passa-se a vender produtos agrícolas especializados e força de trabalho, para se comprar alimentos com o dinheiro ganho.

Se o autoconsumo não deixa de fazer parte das estratégias de agricultores familiares, certamente sofre alterações impostas pela modernização. Primeiro que, mesmo em contextos de alta mercantilização dos agricultores, a produção de alimentos e a diversificação podem representar oportunidades de expansão do negócio. Por outro lado, reduz a vulnerabilidade frente à fome e a pobreza por parte dos agricultores mais descapitalizados (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007). Por mais que o novo rural deva ser visto em sua diversidade de situações e que a família rural trabalhe em vários tipos de atividades, não só agrícolas, o autoconsumo sempre está presente com maior ou menor expressividade.

No caso dos assentamentos de Araraquara, isso foi percebido como um campo de forças em disputa entre a tradição e o complexo canavieiro da região. A maioria das famílias acabou aderindo ao plantio de cana industrial em seus lotes como uma necessidade da própria estrutura social – mas nem por isso necessitada – enquanto que a

produção de autoconsumo passou a conviver lado a lado com a cana (DUVAL, 2009). Na verdade, percebi que as famílias continuam produzindo alimentos para seu autoconsumo em maior ou menor medida, mesmo aderindo a alternativas produtivas como a cana industrial, até que algum fato realmente impeça a produção – como casos de doenças e/ou envelhecimento que os impeçam de trabalhar. Pois, se realmente a família está na terra, produzir o autoconsumo faz parte de suas estratégias para se ter segurança alimentar, o que muitas vezes não é garantido quando ela apenas se integra aos complexos agroindustriais, os riscos do mercado podem ser maiores. Mas vimos, também, que a segurança alimentar não conta apenas por aspectos materiais, mas também simbólicos acerca do alimento que dá identidade à família. Ainda que essa produção "embolada" traga benefícios ambientais por conta da formação de mosaicos na paisagem, corroborando com Whitaker e Bezzon (2006) e Queda et al.(2009).

Segundo Norder (1998), em função das práticas alimentares de famílias assentadas, também não existe distinção do espaço agrícola usado como meio produtivo comercial e do espaço de subsistência/moradia. É um espaço onde a família vive e pode produzir uma parte ou a totalidade de sua alimentação. Para esse autor, um módulo de terra mínimo de 4,77 hectares seria suficiente para alimentar uma família de 5 pessoas, onde se planta um pouco de tudo, uma pessoa trabalha permanentemente (o pai da família) e outras ajudam (mulher, filhos, parentes). Em termos nutricionais, a pesquisa realizada por esse autor, no assentamento Fazenda Reunidas, no estado de São Paulo, revelou que:

> A média do autoconsumo de calorias ficou em 30,79% do total consumido pelas 42 famílias entrevistadas, e é a mais reduzida no conjunto de nutrientes avaliados. O autoconsumo de Cálcio e das Vitaminas A, B2 e C é superior a 60% do total consumido. Os demais nutrientes, Proteínas, Fósforo, Ferro e Vitamina B1, apresentaram um índice de autoconsumo em torno de 40 a 50% do total (NORDER, 1998, p.46).

O autoconsumo, portanto, é entendido como algo que foge à análise unicamente de integração às economias capitalistas regionais. Antes, são demonstrações específicas do comportamento de estabelecimentos agrícolas familiares, garantem a reprodução social e cultural de populações rurais e provém às famílias sua base nutricional por meio de um determinado sistema agrícola. Há a necessidade de desmistificar a dualidade entre a produção comercial e para autoconsumo, pois este faz parte dos arranjos cotidianos e é uma produção que também depende da vontade da família. Demonstra

sua capacidade de persistir no meio rural. O autoconsumo nos assentamentos é visto como um elo, necessário para uma compreensão dos modos de vida dos assentados que se distancia de abordagens que possam reduzi-lo a um indicador de sucesso/fracasso das experiências de assentamentos ou de sua integração às economias regionais (FERRANTE, QUEDA, 2003). E sua produção está presente na agricultura familiar e se recria nos assentamentos, porque seu produto é uma necessidade básica das famílias nos planos materiais e simbólicos.

Segundo Fernandes (2014), se tais dimensões não são recuperadas, há duas possibilidades: ou o campesinato acaba, passando pela proletarização agrícola e urbana, ou se transforma em agricultura familiar ou "agronegocinho"[61]. Já para Schneider (2010), há necessidade de se repensar as continuidades da diversificação da produção de alimentos aliada à produção de energia e de serviços, bem como a rediscussão sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento. Tendo em vista um novo sistema agroalimentar de cadeias longas e globalizadas, as mudanças se expressam no papel da agricultura familiar na distribuição e no consumo de mercadorias. Uma alternativa viável, segundo esse autor, são as cadeias curtas e locais, voltadas a novos mercados e a pactos com os consumidores ao invés de mais mercados convencionais, o que dependeria sobretudo da ação do Estado em regular a pequena produção e não somente deixar o mercado dominar essas relações.

Se outra questão importante para as novas ruralidades é a degradação dos recursos naturais nas sociedades capitalistas, o rural permanece como o local de potencial preservação da natureza, em oposição ao espaço agrícola especializado. Isso cria certamente uma intersecção entre Sociologia Rural e Sociologia Ambiental. São duas discussões que crescem com o avanço da sociedade capitalista e que não estavam presentes com tamanha relevância na teoria do campesinato, mas podem ser observadas, por exemplo, através da produção de autoconsumo e da cosmovisão camponesa.

Atualmente, ainda são feitos muito estudos comprovando a atualidade do pensamento de Chayanov, os quais descrevem situações de *balanço* no interior das famílias que definem suas estratégias, ao passo que há também o ingresso nas esferas controladas pelo grande capital, o que demonstra a persistência da lógica camponesa mesmo no meio agrícola mais tecnificado. Ou seja, é essa mesma a condição camponesa

[61] Para esse autor, o "agronegocinho" pode se expressar enquanto uma agricultura familiar passiva na integração ao grande capital agroindustrial e pode ser também expressão do pequeno capital na agricultura.

na contemporaneidade. Para Van der Ploeg, a inserção dos camponeses nos impérios é uma tendência geral, mas que se realiza apenas em partes. Na medida em que esse processo avança, também se deflagram os atritos e as resistências, pois é uma lógica contrária à reprodução do campesinato. Daí emergem as lacunas históricas que pretendemos analisar na presente tese, nos casos analisados empiricamente.

Como última reflexão nessa seção, há uma enorme dificuldade, senão impossibilidade a respeito da elaboração de uma teoria geral do campesinato. Cabe, em primeiro lugar, refletir sobre como juntar a realidade dos camponeses do norte e a do sul do planeta. Para Van der Ploeg, há camponeses por todas as partes e, dentre eles, existe uma diferenciação interna, no mínimo, em relação a grandes e pequenos camponeses – cujos parâmetros principais podem ser considerados os capitais econômicos, políticos, culturais, educacionais etc. Além disso, camponeses em diferentes lugares possuem grandes diferenças, inclusive quando nos referimos à diversidade regional do campesinato no interior de um país ou de uma região ou Estado, como no caso brasileiro. Porém, a categoria campesinato tem uma condição fundamental, que é estar entre as lógicas familiar e empresarial para ordenar o território. Portanto, existem graus diferenciados de convivência entre as duas lógicas.

Com as novas tecnologias empregadas no campo e novas formas associativas e cooperativas, deverá ser um campo com inovações tecnológicas em todo o processo produtivo e nas formas de organização social. Porém, cabe a reflexão sobre se o melhor caminho são as cadeias produtivas integrando os camponeses como uma necessidade da indústria ou se vale a pena o Estado investir em sistemas de produção e mercados camponeses[62]. Essa perspectiva tem pautado a discussão sobre soberania alimentar, tanto por uma parte da academia e dos gestores públicos como pelos movimentos sociais, pois nela reconhece-se o campesinato como o único capaz de atender, ao mesmo tempo, a suficiência na produção de alimentos e de energia aliada à preservação do meio ambiente em determinadas regiões.

2.9 O campesinato brasileiro como classe social?

Como destacado anteriormente, a exploração econômica do Brasil colônia foi desde os seus primórdios um modelo de exploração agrícola empresarial, por meio de

[62] Tais mercados devem pressupor a co-produção entre camponeses, a diversificação tanto da produção agropecuária como de atividades agroindustriais de menor escala para o processamento e sua regularização, auto-abastecimento local/regional, agriculturas de base ecológica, relações de mercado justas e de confiança.

diferentes tipos de fazendas e *plantations*. A compreensão do campesinato brasileiro passa justamente pelo nascimento de um sistema capitalista de produção que depende da estrutura agrária concentrada, da monocultura e da mão de obra escrava nativa e importada. O resultado do processo de unificação material e simbólica se expressava em termos desse tipo de exploração agrícola capitalista. Serão revistas, na presente seção, mais algumas particularidade do campesinato brasileiro de maneira mais aprofundada.

Segundo Queiroz (1976), o meio rural brasileiro começou a ser estudado pela teoria social em fins do século XIX, desde quando se destacaram duas correntes explicativas. Uma cuja hipótese central, sinteticamente, considerava que o rural era povoado por uma mestiçagem que atrapalhava o desenvolvimento do país, no sentido do progresso. Muita coisa se explicava, nessa corrente, a partir da ideia de que "(...) o mestiço era tido como racial e fisicamente desequilibrado" (QUEIROZ, 1976, p.7). Claramente, os aspectos da biologia do mestiço eram associados à preguiça, à vadiagem e à inaptidão ao trabalho.

Crítica a esses estudos, a autora afirmou que, primeiro, a questão racial é relegada àquela dimensão preconceituosa, a de que os negros são inferiores e não aptos a um trabalho regular. Tal argumento não fazia senão justificar a subjugação dos mestiços a um fazendeiro, a fim de que tivessem disciplina para o trabalho e o país pudesse "progredir", sem se discutir a perspectiva dos trabalhadores em relação à questão fundiária e aos seus direitos, bem como sua capacidade de trabalho e de organização.

A segunda corrente se apoiava no isolamento das populações rurais para explicitar suas parcas contribuições à integração e ao desenvolvimento brasileiro. Essa constatação encontrava razão na falta de infra-estrutura no meio rural, como estradas, comunicações e instituições como escolas e hospitais, bem como na própria falta de registro e mapeamento dos povoamentos existentes. Ou seja, o efeito da teoria não avançava no reconhecimento das populações rurais em si, mas colocava-as em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro: o modelo de desenvolvimento brasileiro era (e é) o do agronegócio, é agroexportador. A nova racionalidade econômica nas quais os povos se inserem e são inseridos é o principal critério para definir o isolamento. Porém, à época, "ninguém procurou definir o que significa 'distância' ou 'isolamento' em termos de vida cabocla real ou da maneira de pensar dos indivíduos que a essa vida estão ligados" (QUEIROZ, 1976, p.9).

Queiroz afirma que a maioria dos estudiosos mal saía a campo para vivenciar a realidade e parecia ignorar registros de viajantes, memorialistas, romancistas e folcloristas. Portanto, a compreensão do meio rural foi estabelecida, majoritariamente, a partir de uma visão externa, afastada e, no mínimo, desinteressada politicamente. Na perspectiva de que os povoados e grupos rurais estavam fadados a ficarem fechados em si mesmos, até seu sacrifício "nos altares do capitalismo", produziram-se uma das principais armadilhas interpretativas na época, segundo a qual o campesinato iria simplesmente desaparecer.

Supostamente, não havia expectativas nem de se crescer demograficamente nem dos camponeses se tornarem agentes econômicos expressivos, devendo suas terras servirem à produção em escala. Ou seja, eles perderiam definitivamente o meio rural como local de moradia, de trabalho e de produção agropecuária. Os fluxos migratórios ligados à exploração econômica e aos ciclos de desenvolvimento no Brasil – por exemplo, da cana, do ouro, do café, da borracha – expuseram as relações de subordinação econômica dos povoados locais com o território mais amplo, controlado por elites agrárias burguesas. Para Wanderley (2003), o campesinato não é isolado "por natureza". Essa é uma ideia com base nas primeiras sociedades camponesas, as civilizações e culturas camponesas (MENDRAS apud, WANDERLEY, 2003, p.44-45), porém os camponeses empreenderam mudanças e articulações no processo de modernização. Eles mantêm laços com as sociedades modernas, envolvimentos sobretudo políticos e mercantis, ainda mais com as novas tecnologias da informação.

Um estudo fundamental contra a tese do isolamento dos caipiras é o de Antonio Cândido (1979), que mostra como os caipiras se organizavam em vizinhança, como os bairros rurais, nos quais existia uma noção de pertencimento e distinção em relação a outras pessoas e outro bairros, no interior da mesma região em que viviam. Tal sentimento era primordial para a configuração de um grupo social numa localidade que não estava isolada. Então, Cândido mostra que nesses lugares se desenvolveu uma sociabilidade nas relações entre as pessoas, no interior da região e para fora dela. A vida dos moradores extrapolava a dualidade fazendeiro e trabalhador sem terra, bem como suas relações ultrapassavam a localidade, pois conheciam várias regiões e realidades sócio-econômicas, sobretudo por meio de atividades econômicas ou religiosas.

Para Cândido (1979), as duas principais formas de manifestação dos camponeses, que expressavam suas lutas por melhores condições de vida, eram religiosas e econômicas. As mais frequentes contra os senhores eram as econômicas,

enquanto que as religiosas tinham maior alcance para além do local. Queiroz (1976), no entanto, alerta que essas manifestações nunca tiveram o propósito de mudar a estrutura das hierarquias ou visaram ao crescimento de um grupo político que disputaria o poder, ou pelo menos nunca chegaram perto disso. Mas, sim, mudavam ainda que provisoriamente certos espaços locais de decisão política. Discussão que, de certa maneira, volta-se ao argumento sobre a ausência de consciência de classe do campesinato, uma vez que as repercussões de suas manifestações se atinham ao âmbito das próprias comunidades e sem com isso lograr melhores posições nas relações sociais mais amplas.

Outra ideia bastante recorrente nos estudos sobre o meio rural brasileiro era a de que o Brasil possuía uma estrutura social dual, ou seja, na qual parecia haver apenas duas camadas sociais. Na verdade, o recorte entre classes proprietárias e expropriadas dos meios de produção tende a retirar as camadas intermediárias, sobretudo as diferentes camadas de camponeses. As camadas intermediárias eram reconhecidas do ponto de vista étnico, não do sócio-econômico, muito embora se reconheça uma camada intermediária, por exemplo, de mulatos e mestiços que se incorporam ora às camadas superiores, ora às camadas inferiores da sociedade, a depender de situações e interesses específicos e, sobretudo, do nível de formação que possuem.

Para Martins (2002, p.54): "Quem não pensava através da categoria 'classe operária', pensava através da categoria 'pobre'". No caso, o pobre rural fadado ao desaparecimento e à proletarização. Para ele, a continuidade do camponês tratava-se mais de conjunturas particulares de indivíduos e grupos de camponeses do que a permanência estrutural de toda a categoria.

> Por isso, a consciência camponesa tende a ser uma consciência dessa expulsão, uma consciência de fim de era, de fim dos tempos, porque de fato expressa episódios de supressão da condição camponesa. Não é incomum que a consciência dessa finitude assuma a dimensão de uma consciência de catástrofe, de um "fim final", de apocalipse dos trabalhadores da terra. De fato é isso que, individualmente, tende a acontecer (MARTINS, 2002, p.98).

Porém, é justamente essa consciência do "final" absoluto a grande armadilha conceitual. É claro que o campesinato passou (e passa) por violentas crises de sobrevivência e isso ocorre tanto em termos estruturais, que orientam ou tendem a uma expropriação definitiva da terra, como sua possível adaptação no mundo contemporâneo se dá por meio de uma relação de exploração capitalista que aos poucos lhe enfraquece.

No entanto, seria muito mais sensato falar em recriação e mesmo diferenciação da categoria do que aquela concepção fatalista, porque suas formas de produção foram redefinidas em função de uma estrutura social comandada pela reprodução do capital (MOURA, 1986, p.19).

Para adentrar nessas problemáticas, primeiramente separo uma breve discussão sobre as diferenças entre classes operárias e camponesas no Brasil, dentre as relevantes contribuições de José de Souza Martins para o estudo do campesinato. Ele justifica sua escolha pelo fato de que:

> Na diversidade de situações sociais presentes nas inquietações dos que compareciam a esses encontros[63], escolhi a categoria de "classe social" para desenvolver uma reflexão comparativa entre "operários" (em relação aos quais havia "teorias" conhecidas) e "camponeses" (os desconhecidos e portadores do desafio ao entendimento). Era um modo de tratar de uma característica fundamental da sociedade contemporânea, que é a da diversificação social, não só a das gradações de riqueza e pobreza, mas também diversificação das inserções sociais, das situações sociais, das mentalidades, das possibilidades e limites de atuação social e histórica das diferentes classes e categorias (MARTINS, 2002, p.54)[64].
> (...)
> No geral, havia nos agentes de pastoral e nos militantes políticos a propensão de estender aos camponeses o conhecimento que se tinha sobre os operários, especialmente no que se refere ao entendimento doutrinário e ideológico. Ou de cobrar dos trabalhadores rurais comportamentos operários e consciência operária. Em outras palavras, os agentes tinham expectativas de que os trabalhadores rurais "existissem" e se comportassem como classe social, no padrão próprio de conduta da classe trabalhadora gestada na fábrica, na empresa capitalista (MARTINS, 2002, p.54-55).

Apesar dessa orientação por parte dos agentes sociais, o autor reconheceu que por toda a parte recolhiam-se evidências empíricas, sobretudo dos agentes da igreja e da pastoral da terra, mas também dos sindicatos e universidades, sobre a permanência da condição camponesa e das diferenças em seu interior. A própria organização da luta dos trabalhadores rurais estava polarizada entre o assalariamento/proletário e a recampenização, o que contribuía para o uso genérico de uma classe social envolvendo

[63] Os encontros a que o autor se refere nessa passagem eram atividades de formação e diálogo com trabalhadores rurais das pastorais e sindicatos, durante a década de 1970, nas quais ele e outros intelectuais, como Carlos Rodrigues Brandão, contribuíram para a conscientização política de suas condições sociais (MARTINS, 2002).

[64] Essa citação foi inserida também para justificar o uso da categoria classe social que, antes de representar uma contradição ao exposto nas seções iniciais do presente capítulo, justifica que classe social era categoria pela qual se debatia o campesinato no Brasil. Porém, já aqui havia uma necessidade de expor suas diferenciações, como fez Martins.

tanto aqueles que queriam direitos trabalhistas para o assalariamento quanto os que queriam a terra, os que queriam poder "botar" roçado. Martins já aqui destacava a necessidade de enxergar as diferenças no interior dessa classe social.

A primeira distinção é quanto ao próprio vínculo com o capital. Para o operário, é um vínculo direto de assalariamento, através daquilo que ele recebe em pagamento em dinheiro. Ele dispõe apenas de sua força de trabalho e o produto de seu trabalho surge já como propriedade do capitalista. Se ele pode ser considerado juridicamente livre, para vender sua força de trabalho a quem queria, tem-se em vista que seu trabalho é dependente e subordinado. Portanto, ele é "livre" juridicamente apenas para vender sua força de trabalho. Mas suas relações de trabalho são regidas contratualmente, ou seja, por instrumento legal que arbitra os (des)acordos entre o indivíduo operário e o capitalista e que, supostamente, deveria prever igualdade de condições jurídicas, embora materialmente diferentes. Daí que surgem relações assimétricas, apesar de o operário deter esse *status* de trabalhador livre.

Já o vínculo do camponês com o capital, para Martins, se dá por diferentes razões, mas não tem como princípio básico a venda da força de trabalho como o operário. O trabalho do camponês, pelo menos aquela parte dedicada ao seu roçado, tem um caráter independente, pois o que ele vende é o fruto do trabalho, não o trabalho em si. Mesmo que a terra seja alugada, ele poderá usá-la como sua por determinado período, se valendo de seus conhecimentos e decidindo o que e como fazer. É um tipo de subordinação formal ao capital, quando o capital não domina o trabalho completamente e coexistem formas não especificamente capitalistas, ou seja, quando o camponês detém parcela de autonomia sobre o processo de trabalho em sua terra ou em terra que usa. Para Martins (2002), existe uma conflitividade um pouco diferente das relações entre o capital e o trabalho no caso do campesinato, que é cotidiana e permanente e que se dá justamente nas relações de propriedade de terras.

Martins explica que o tipo ideal do camponês é aquele proprietário de terra e dos meios de produção, mas que existem distintas maneiras de usufruto de uma terra, sobretudo aquela caracterizada como arrendamento e o aluguel da terra. O camponês paga ao proprietário por dias de trabalho ou em produção (este mais conhecido como parceiro ou meeiro), ou mesmo em dinheiro como uma forma mais "moderna". Em todos os casos, há dependência das relações com grandes proprietários e exploração do trabalho camponês, mas há também uma parte de tempo para exercer um trabalho mais livre. Para Martins (2002, p.61), trata-se de forma de trabalho semelhante às sociedades

feudais, no entanto, com novas diferenças. Por exemplo, na sociedade capitalista essa forma exclui os direitos de co-propriedade que havia para membros da comunidade camponesa na relação com o senhor feudal. O que vale destacar é que o camponês tem ainda uma forma de trabalho familiar. Geralmente outros membros da família estão envolvidos no trabalho na terra, ou mesmo de outros membros externos à família que cumprem essa função, renumerados monetariamente ou não. Há momentos em que o trabalho coletivo é de fundamental importância para não se perder uma colheita ou deixá-la estragar, situação que tradicionalmente envolvia um tipo de trabalho solidário de ajuda mútua entre membros familiares, da vizinhança, e da comunidade do entorno em mutirões de trabalho (CÂNDIDO, 1979).

Para os camponeses, é muito mais fácil perceber que eles se constituem enquanto grupos sociais através de séculos e de geração em geração, ao haver maior coesão entre as famílias em suas práticas e sociabilidades, enquanto nos lugares mais urbanizados e industrializados a tendência é haver famílias cada vez menores e nucleares. Martins afirma que os filhos de operários são igualmente mais susceptíveis ao deslocamento em função do mercado de trabalho do que os filhos de camponeses. Isso porque a vida do operário está mais condicionada às variações desse mercado, enquanto a vida do camponês está mais voltada à sua família e à comunidade, independentemente de sua inserção no mercado:

> Mesmo que cada vez mais alcançado pela dispersão e pelas migrações que a pobreza e o caráter cíclico da produção combinados viabilizam e induzem, a família e a comunidade continuam sendo grupos sociais de referência do trabalhador rural. Mesmo definitivamente na cidade e fora da agricultura, quem saiu do mundo rural continua por longo período ainda mantendo essas referências sociais (MARTINS, 2002, p.79-80).

Outro ponto de diferenciações é a suposta igualdade jurídica das relações de trabalho dos operários que mascara as desigualdades em que elas se encerram. Primeiro pelo fato de que já está totalmente afastado dos meios de produção, portanto só lhe resta vender a força de trabalho. "No mundo do operário, *o trabalho se toma separado do produto do trabalho.* É como se ele tivesse uma existência própria, como se ele fosse a própria coisa, não sendo, ao mesmo tempo, coisa própria de quem a tem" (MARTINS, 2002, p.68, grifos no original). Para o capitalista, o trabalho operário é uma mercadoria que se compra. O capitalista sobrevive do trabalho excedente do operário e este, por sua vez, depende do salário para sobreviver. Se esta é uma relação de dependência mútua, é

significativamente desfavorável ao operário por existir um exército reserva de mão-de-obra, enquanto as possibilidades de trabalho em diferentes lugares não são tão grandes, sobretudo àqueles que se especializam em determinados ofícios ou àqueles que assumem postura crítica às condições de trabalho, se envolvem em greves e acabam entrando em "listas negras" dos proprietários dos meios de produção.

Para o camponês, a força de trabalho não é separada de seu produto, pois, ao final de uma colheita, esta é percebida ao mesmo tempo como sua e fruto de seu trabalho, cuja venda ele mesmo vai negociar ou consumi-la. Assim, seu trabalho familiar é para ele mesmo, embora isso não signifique que esteja apartado das relações com o mercado. Para Martins, de várias maneiras o camponês e seu trabalho estão articulados ao mercado e à lógica monetária, na venda e na compra de mercadorias, embora ele seja produtor direto de muitos ou poucos itens necessários à vida. Outras vezes, o dinheiro não surge de outra forma além de nominal, ou seja, o camponês estabelece relações de troca de produtos com valores monetários determinados, nas quais não necessariamente há dinheiro diretamente envolvido.

Ao invés de vender a força de trabalho, o camponês vende "aquilo que excede suas próprias necessidades de consumo" (MARTINS, 2002, p.66), tendo por base o cálculo das necessidades básicas de sua família. Por exemplo, ele retém uma parcela dos produtos necessários para consumo direto e outra para venda. Esse cálculo é feito a partir dos próprios padrões de vida esperados e por meio de regras próprias, com elementos livres da mediação do mercado, embora na prática o cálculo acabe sendo por ele mediado – como falei no capítulo anterior, porque são esquemas classificatórios estruturados e estruturantes das práticas dos agentes. Para Wanderley (2009a), não se escolhe entre venda e consumo individualmente, mas sobretudo como necessidade em adquirir os demais itens, aqueles que não se produz diretamente, necessários à sobrevivência. Essa maior dependência em relação ao mercado será retomada à frente. O importante a reter agora, com base em Martins, é que para os camponeses existe uma infinidade de situações na mediação com o mercado no tempo e no espaço – ou seja, em diferentes tempos sociais e dentre os mesmos grupos sociais. Nessa infinidade de situações, há em comum as mudanças entre o que é destinado ao consumo e à venda, a alternatividade a que se refere Garcia Jr. (1983), e o grau de especialização dos membros familiares, ou seja, a incorporação da divisão social do trabalho na família, em razão de dinâmicas demográficas (saída dos filhos), geracionais (envelhecimento) e de relações de gênero em seu interior.

O operário se coloca na sociedade mais explicitamente porque seu trabalho é social, é uma parcela de um trabalho que resulta num todo social e que lhe restitui uma parte em salário, daquela riqueza que todo o trabalho social resulta. Para o camponês, nem todo trabalho ou tempo de trabalho é dedicado à produção de mercadorias; por isso, em momentos de crise econômica e de desemprego, ele tem como recorrer às relações familiares para produção de itens necessários à sobrevivência, diferentemente do operário. Para o camponês: "não é o vínculo de alguém mergulhado diretamente no mundo que o capital criou" (MARTINS, 2002, p.79). Quanto mais o camponês está imerso na produção de mercadorias, no entanto, tanto mais ele é susceptível às incertezas do mercado. Em ambos os casos: "A lógica de uma modalidade de relação social tende a submergir na lógica daquela que domina, no caso a relação capitalista de produção" (MARTINS, 2002, p.75).

Portanto, o operário está em uma condição objetiva muito mais individualizante em relação ao camponês que possui sentimento e pertencimento comunitário. Ainda que o campesinato não tenha, individualmente, como o operariado, uma relação direta de antagonismo de classe, pelo menos não em suas percepções imediatas e sobretudo quanto ao seu trabalho e sim pelas relações de propriedade: "Isto é, sua reprodução social não é significativamente atravessada e ameaçada pela presença imediata da outra classe social, a classe que o explora" (MARTINS, 2002, p.82). Pois o campesinato é, no limite, produtor de seus meios de vida e não depende exclusivamente da mediação direta com o mercado para sua reprodução social.

Isso faz com que as lutas camponesas contra sua exploração adquiram feições pré-políticas, no intuito de negar o capitalismo ao invés de superar ou transformar as condições objetivas, diferentemente do proletariado que, por sua existência estar basicamente condicionada à exploração capitalista, é a classe que melhor percebe e realiza as lutas sociais contra as condições de existência dos trabalhadores no capitalismo (IANNI, apud MARTINS, p.83). Portanto, as lutas dos camponeses são mais para a manutenção da condição camponesa e pela terra. Mas o capital precisa se apropriar também do trabalho do camponês além de seus produtos. Isso ocorre progressivamente, no processo de amadurecimento das forças produtivas capitalistas e depende do estágio de desenvolvimento dessas forças em um contexto específico, por exemplo, quando os processos produtivos em uma pequena propriedade são completamente dependentes da orientação do mercado, como é o caso da integração

agroindustrial. Trata-se obviamente de uma conjuntura política e econômica, em um país ou região, que ocasiona esse tipo de situação.

Outra diferenciação apontada por Martins, importante para o presente trabalho, é em relação a classe em si e para si. Ao que tudo indica, não apenas nessa referência fundamental mas em outras, o campesinato é classe em si, mas não para si. Trata-se de uma consciência de classe cujo conflito nem sempre é presente nas relações de trabalho, mas nas relações de expropriação da terra e de propriedade. A exploração de seu trabalho se dá pela renda da terra, mas também não implica que o campesinato seja uma categoria "pura", ou seja, que não seja explorado como o operário quando, por exemplo, é assalariado. Pois, na realidade, os agentes sociais do campesinato transitam entre uma e outra situação, sua proletarização não é definitiva e o retorno à terra continua em seu horizonte (FERRANTE, 1992b). O conflito de classe, nesse caso, se expressa mais na posse da terra e na exploração da renda da terra.

Para Martins, o campesinato é classe em si pela maneira como se insere, contraditoriamente, no processo histórico. Não é para si, pois não tem consciência de classe. Esta, supostamente, só poderia existir quando a força de trabalho fosse convertida em mercadoria, situação na qual se sabe como é retirada a exploração capitalista de seu trabalho. Além disso, não é classe para si por não freqüentar os espaços onde as contestações são feitas, as praças, as ruas etc. Ele vive e trabalha no mesmo lugar, um lugar afastado e isolado, no qual poucos adentram as porteiras e a intimidade. De lá, supostamente, pouco se vê sobre a origem das contradições que os planos políticos e econômicos lhe impõem. Também, pelo fato de sua consciência voltar-se mais ao passado, ao tempo de fartura, do que propriamente ao futuro e às perspectivas de que a vida no campo melhore.

No entanto, Moura (1986, p.52-53) afirma que é marcante a consciência do camponês brasileiro sobre a exploração a que está submetido e que: "A falta de uma visão global da sua condição subalterna está também presente nas representações de outras classes sociais e não deve ser tomada como uma espécie de traço natural da consciência conservadora camponesa". Mais à frente, esta autora resume que: "a ampliação do capitalismo enquanto sistema de produção pressupõe não só a extração do sobretrabalho operário, mas a captação do sobretrabalho camponês, processo que sempre se baseia na violência política e militar" (MOURA, 1986, p.63).

Conforme bem lembrou Thompson (1987), há várias formas de expressar as diferenças e as continuidades entre camponeses e operários. A máquina a vapor não é

somente genitora da sociedade capitalista industrial, como também responsável por novas relações sociais, instituições e hábitos culturais. “Mas isso pode levar ao menosprezo da continuidade das tradições políticas e culturais na formação das comunidades de classe operária” (p.16). A relação de exploração muda na fábrica, não há mais como manter os mesmos padrões de paternalismo e deferência como antes, então se torna mais do que a soma de injustiças e antagonismos para com as classes trabalhadoras, pois está relacionada à propriedade e ao poder numa esfera estatal. Nesse sentido, não existe salário justo ou normas e costumes morais, apenas imposição. “O processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos” (THOMPSON, 1987, p.29).

O autor exemplifica que os cercamentos eram vistos na Inglaterra menos pela dureza sofrida pelos pobres das aldeias do que pelo sucesso em alimentar a população crescente dos distritos industriais. Então, o período que vai de 1790 a 1840 pode ser visto como um tipo de desenvolvimento econômico sem precedentes naquele país, e não como gerador de catástrofe e de miséria para os trabalhadores. Existiam indicadores importantes, como o preço do trigo e o crescimento econômico, pelos quais afirmavam-se que a situação de trabalho na industria era melhor do que a anterior. Então, é de se questionar: “Qual a alquimia social por trás da transformação dessas invenções destinadas a poupar o trabalho humano em máquinas de empobrecimento?” (THOMPSON, 1987, p.30).

Na condição de camponeses, poderia se justificar a miséria com fatos como uma colheita ruim, mas na condição seguinte o que realmente está em jogo é uma complexa relação humana que envolve direito, propriedade e poder. Igualmente, os argumentos sustentados nos fluxos econômicos fomentavam a expropriação de direitos de camadas menos favorecidas e escamoteavam os movimentos sociais em benefício do lucro de poucos que exerciam os cercamento, a tomada de posse, verdadeiras guerras contra os camponeses. Na nova lógica, “Se os alimentos fossem abundantes, ‘eles’ lucravam. Se fossem escassos, alguns ‘deles’ lucravam ainda mais” (HAMMOND apud THOMPSON, 1987, p.32). Então, o autor se volta às condições anteriores para falar da menor miséria sofrida por essas categorias menos favorecidas e subalternas: “A terra é sempre capaz de tirar o homem do sofrimento, caso ele tenha uma pá e uma enxada”. “Quando a lei (restauração dos velhos tempos) dos antigos dias santos, antiga justiça, quando cada um sobrevivia do próprio suor, quando tecelão podia se espreguiçar em seu campo e a lei reconhecia o direito à abundância”. Não é a toa que Thompson identificou

que a luta por terra nas cidades se dava pelos filhos e netos de camponeses de outrora, agora urbanizados e conscientes dos efeitos do desenvolvimento econômico, dos cercamentos e da industrialização agrícola, depois que estavam livres da sombra dos proprietários rurais.

Problematizando essas questões, há um artigo de Maria Nazaré Wanderley (2009) que elucida bem as relações do camponês com o capital. A autora parte do reconhecimento de que no Brasil não houve uma economia camponesa como base das relações sociais. Como afirmou Caio Prado Jr. (1966), a população rural no Brasil não teve a mesma formação histórica que o campesinato europeu, por estar desde sempre submetido – política, social e economicamente – aos governos e às classes dominantes das potências européias, bem como aos proprietários de terras que promoveram uma expansão capitalista nas Américas. Para esse autor, não estariam os camponeses brasileiros aptos a se tornarem produtores livres, por falta de condições materiais e simbólicas. Neste sentido, a luta pela terra poderia representar um retrocesso quanto aos níveis de produtividade que a agricultura brasileira já havia conquistado (WANDERLEY, 2009, p.75). Porém, outros estudiosos enriqueceram o debate acerca do acesso à terra e sobre o trabalho rural familiar no Brasil, bem como a existência "(...) do que havia sido admitido como expressão de uma economia camponesa, existente fora da grande propriedade" (WANDERLEY, 2009, p.76).

A primeira linha interpretativa era a da combinação de modos de produção. Ou seja, apesar das *plantations*, existia uma estrutura de produção baseada no trabalho familiar que justificava afirmar o campesinato como modo de produção subordinado. Ele tinha seu lugar nas relações de produção mais amplas, um lugar confinado e delimitado, equivalente às disputas de estrutura fundiária. Um lugar secundário em relação às grandes propriedades e às prioridades da produção para exportação. Por isso, as especificidades do campesinato enquanto classe, que segundo Otávio Velho (apud WANDERLEY, 2009, p.82-83), se olhadas mais de perto poderiam expor as várias divisões possíveis e as contradições no interior da classe, mas permaneceriam homogêneas diante do modo de produção dominante. Sua oposição enquanto classe subordinada seria suficiente para considerá-la uma classe política, por vezes denominada pré-política.

Se os trabalhadores das *plantations* não podiam ser considerados camponeses, a própria evolução capitalista nas *plantations* transformaria parte deles em proletários e outra parte em camponeses. Conforme Sigaud (apud GARCIA JR., 1979, p.44): "(...) se

uma das vertentes do processo de mudança foi a transformação do *morador* em mero vendedor de força de trabalho, a outra vertente teria sido a constituição de um campesinato marginal à *plantation*, a partir da fragmentação de antigos engenhos que foram então vendidos em pequenos lotes por ser esta a modalidade mais rentável".

Nesse sentido, Otávio Velho distinguiu o campesinato marginal e o de fronteira. Quanto ao primeiro, ficava literalmente às margens das *plantations* e funcionava como mão-de-obra reserva a elas, produzindo sua subsistência, comercializando seu excedente nas intermediações ou, aos poucos, abandonando essa prática. O de fronteira vivia mais isolado, em regiões distantes dos domínios dos latifundiários, pelo menos até que a expansão das *plantations* lhe alcançasse e causasse novos ciclos migratórios para mais distante ou a subordinação. A produção de subsistência em ambos os casos de campesinato que persistia ou se recriava viria a ser uma necessidade do mercado interno, em substituição à produção que antes ocorria no interior das *plantations.* Moacir Palmeira identificou que a produção de alimentos do campesinato marginal, comercializada nas feiras da Zona da Mata pernambucana atendia sobretudo ao mercado de ex-moradores dos engenhos e, além disso, esse tipo de produção passou a ser mais relevante para o mercado interno dos centros urbanos a partir de 1930, segundo Wanderley (2009), pois passou a haver mais programas de urbanização e industrialização e também com a abertura de estradas pelo país.

Existiam dois pontos comuns à bibliografia até então disponível: a expropriação dos meios de produção da totalidade dos produtores diretos de seus meios de vida; e o conceito de camponês utilizado, mas não se precisavam as relações não-capitalistas vivenciadas por essa categoria social. Quanto ao primeiro, o capital não proletarizava e não separava a totalidade dos trabalhadores de seus meios produtivos. Mas os que não passavam por esse processo não eram considerados pré ou anti-capitalistas. Ao contrário, viviam em determinados espaços criados pelo capital para sua reprodução social. "A partir de um certo momento, a dinâmica do capital é que direciona as transformações e não mais a dinâmica da transição de um modo de produção para outro" (WANDERLEY, 2009, p.96). A integração do meio rural ao sistema capitalista se dá com a modernização (conservadora) do campo e, com o tempo, o rural perderia as formas explicativas de diferenciação: tudo seria parte de uma sociedade urbanizada e industrializada. Tal premissa teórica, acredito, vai de encontro e se associa aos estudos de Bourdieu mencionados no primeiro capítulo da tese, os quais mostram que a nova

racionalidade burguesa-industrial atingiu os mercados materiais e simbólicos dos grupos sociais rurais.

Tendo como categoria básica a propriedade, a autora esclarece: a propriedade camponesa que seria supostamente livre das marcas da exploração dos senhores feudais, na passagem do feudalismo para o capitalismo, passa a sofrer as violências da propriedade privada e da acumulação primitiva do capital (WANDERLEY, 2009, p.100). Ou seja, a partir de então, o destino do campesinato e da agricultura foi depender das leis do capital (MARX apud WANDERLEY, 2009, p.101). Assim, mesmo proprietário da terra e dos meios de produção, o campesinato é subordinado ao capitalista que se apropria da renda de sua terra e do seu sobretrabalho.

Mas por que podemos pressupor que o campesinato no Brasil é reproduzido pelo capital? Para Wanderley (2009), por causa do espaço estreito que o capital oferece para suas estratégias. Essa é a condição camponesa, condição de sua autonomia e liberdade. O capitalismo no Brasil se reproduziu pelos latifúndios, pela organização da produção em monoculturas, com trabalho escravo e para o mercado externo. O Estado teve (e tem) papel preponderante na reprodução desse modelo e, em seu interior, o campesinato é forçado a lutar para não desaparecer. Dificilmente temos camponeses "puros", ou seja, livres de qualquer influência do Estado e do mercado, que vivem alheios a sua existência e que não sofrem suas interferências. Qual campesinato, enquanto grupo social, não teve nunca relações de trabalho em função da grande propriedade, ou sofreu da regulamentação estatal, normatização de leis etc., apesar de manterem uma força de trabalho familiar e a produção de sua própria subsistência?

Conforme Milton Santos (1998), a racionalidade capitalista invade e submete a todos independentemente se estão ou não diretamente ligados a ela. Assim, a situação jurídica das terras, o pagamento de impostos, o uso de recursos naturais e vários outros direitos e regulamentações, como o do matrimônio, se associam à racionalidade capitalista e à vontade das classes burguesas que dominam o Estado. Como diz Moura (1986), é controlando o Estado que as classes dominantes dispõem dos instrumentos jurídicos e políticos que disciplinam o camponês, que impõem condições concretas às diversas categorias sociais, até as mais isoladas. Com isso, se garante "(...) o fluxo contínuo e estável das rendas camponesas às classes rurais e urbanas com poder econômico" (MOURA, 1986, p.15).

Os camponeses se encontram em uma posição em que existe concretamente a apropriação de seu sobretrabalho, através do mercado capitalista. Embora seus efeitos

sejam os mais diversos entre uma infinidade de situações singulares, cabe destacar que nessas situações há em comum uma margem para a livre deliberação conforme seus interesses. Para Wanderley, essa condição existe tanto para aqueles totalmente fora da grande propriedade quanto para aqueles assalariados rurais e se expressa nas lutas pela reforma agrária e nas estratégias familiares de pequenos produtores, que buscam maior autonomia em suas práticas sociais, porém, dentro dos limites de conjunturas específicas.

Se o camponês é produtor de suas próprias mercadorias e possui uma margem de autonomia, há que se atentar para dois riscos dessa interpretação. Uma, a superestimação do autoconsumo e da autossuficiência em relação ao mercado. Se nem todos os itens necessários à sobrevivência podem advir de uma produção própria e exigem o dispêndio financeiro, supõe-se que a quantidade de trabalho e a produção devem ser superiores à subsistência. E a quantidade de renda, consequentemente, depende do preço obtido em uma relação nem sempre (ou quase nunca) favorável ao camponês (WANDERLEY, 2009, p.123). Logo, o excedente não representa aquilo que excede suas necessidades básicas, mas sim a complementação de seus meios de vida mediada pelo mercado. Então, a relação com o mercado é um fator fundamental para sua reprodução social e seu trabalho excedente é direta e indiretamente mediado por essas relações. O caráter da alternatividade entre consumo e venda da produção não é fruto simplesmente de uma escolha individual, senão como necessidade para se garantir os itens necessários à reprodução. Conforme a autora, "(...) a organização do trabalho familiar depende, cada vez mais, dos mecanismos estruturais do mercado" (WANDERLEY, 2009, p.123), no entanto, as ações interferem na estrutura.

Então, tal efeito do mercado é sentido não apenas na comercialização de seus produtos. Com o avanço do capitalismo industrial nas regiões, pelo interior do Brasil, surgem cada vez mais constrangimentos impostos aos camponeses. Um exemplo é dado à página 125, como o aumento do controle da produção de soja e de milho na Alta Mogiana paulistana por grandes empresas nacionais e multinacionais. O efeito da centralização da produção transformou os camponeses em integrados. Com isso, eles passaram a ser os responsáveis pela produção agrícola, embora o controle das tecnologias (sementes, tratores, agrotóxicos e venenos) e dos seus preços, das práticas empregadas, as formas de trabalho empregado e comercialização, o nível da matéria-prima exigida, os prazos da produção e o próprio preço da terra eram controlados do "exterior". Conforme Moura (1986, p.64): "A renda territorial capitalizada vincula

imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos da reprodução ampliada do capital e às leis do mercado. O camponês passa a se vincular ao movimento do capital, na condição de produtor de mercadorias ou mesmo de trabalhador para o capital industrial, mesmo que continue habitando sua parcela de terra".

O camponês era (e é) necessário para a reprodução do capital, afinal os capitalistas não tiveram, nesse caso em particular, tanto interesse em possuir as terras e se verem obrigados a assumirem diretamente todos os investimentos da produção. Isso ficou a cargo dos camponeses, transferindo a eles os riscos desse investimento. O que o capitalista mais queria era obter a renda da terra e do sobretrabalho camponês e, no caso das grandes corporações, atualmente mais interessa deter patentes das tecnologias do pacote agrícola do que a terra em si[65]. Assim podem impor tecnologias e sistemas produtivos, distinguir os camponeses capazes à integração por capacidade produtiva e financeira que terão sua renda e trabalho explorados, excluindo os incapazes da terra e concentrando essas parcelas. Essa também é uma condição camponesa, pois o próprio capitalismo não o extingue totalmente (MOURA, 1986).

Apesar de estratégias e contextos regionais diferentes, o que aproxima os camponeses e trabalhadores rurais enquanto classe são as relações de propriedade e o controle dos frutos de seu trabalho. Há o temor da completa proletarização e do cativeiro (VELHO, 2009). Mesmo se submetendo a situações de subordinação, lhes interessa a possibilidade de garantir a existência imediata, conforme mencionou Palmeira (apud WANDERLEY, 2009, p.130), com um espaço no qual possa botar seu roçado. A gradativa perda dessa possibilidade não o faz renunciar do desejo de possuir esse local, no qual tenha, ainda que com poucas margens de autonomia sobre seu tempo, trabalho e frutos. Enquanto não há um lote de terras que seja seu, por propriedade ou por direito, o temor ainda lhes ronda e, mesmo após essa conquista, seu futuro estará sempre vinculado ao futuro do capitalismo. Por isso, é constante a luta pela terra que está no horizonte dessa possível classe social.

Outro texto interessante para resgatar essa problemática é o de Delgado (2004). Sem falar em campesinato ou classe social, o autor prefere discuti-la por meio da noção

[65] No entanto, é bom lembrar que Sauer e Leite (2012) demonstraram a recente estrangeirização das terras no Brasil em decorrência de investimentos de empresas do setor financeiro nos complexos da soja, da cana e da mineração. Sobretudo nas regiões da Amazônia e do cerrado, servindo tanto para estoque de terras para a expansão capitalista como para uma supervalorização imobiliária, esses investimentos entram em conflito aberto com os movimentos sociais das populações que ocupam esses territórios e com ambientalistas. Nesse sentido, o capital financeiro internacional é quem controla a terra e a agricultura, nos casos da soja e da cana, por meio de todo o pacote agrícola da produção, o beneficiamento, a logística de escoamento, enfim, toda a cadeia produtiva.

de setor de subsistência da economia brasileira. O texto resgata a gênese do setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira desde a histórica colonial até os dias atuais, ressaltando sua relevância para o país. Apoiando-se em três grandes historiadores econômicos brasileiros – Caio Prado Jr., Celso Furtado e Raimundo Faoro, que não utilizam a terminologia campesinato por verem a economia de subsistência como residual e dependente –, Delgado descreve o setor de subsistência como irrelevante na teoria social. Ele não era considerado parte fundamental da economia colonial, pois esta era apoiada no latifúndio, no trabalho escravo e na monocultura para exportação.

Na teoria social, o setor de subsistência era considerado um mero apêndice da grande economia, completamente dominado pelo setor da agroexportação. Pior que isso, era sinônimo de economia atrasada, um aspecto residual na constituição da sociedade brasileira moderna. Apesar dessas alcunhas, era reconhecidamente importante por ocupar parte da população e por prover o abastecimento interno da colônia, dentro e fora das fazendas e *plantations*. Nesse sentido, Delgado vai por uma linha interpretativa que procura explicitar a unidade contraditória dos latifúndios, que promoviam a produção direta de meios de vida mas, sobretudo, a produção para o mercado e o desenvolvimento pela atividade agrícola mercantil. A sociedade brasileira com uma parcela da população de homens livres, porém expropriada dos meios de produção. Sem dissociar a contradição no interior dos latifúndios por haver complementaridade junto a um setor de subsistência, Delgado procura localizar sua posição na estrutura social.

Para Delgado, o conhecimento sobre o setor de subsistência é necessário para se conhecer o Brasil profundo e as relações das pessoas sem direito à terra com os senhores de terras, um dos pilares fundamentais da enorme desigualdade social no Brasil. Sem essa compreensão, fica capenga a interpretação da sociedade e da economia brasileira: "(...) os problemas contemporâneos de desigualdade, marginalização e pobreza parecem insondáveis, aparentemente efeitos sem causa" (DELGADO, 2004, p.18).

O autor faz um esforço para não associar as pessoas no setor de subsistência ao que poderia caracterizá-las como resquícios de um campesinato europeu ou de sociedades indígenas da América, pois para ele ambas foram destruídas pelo capitalismo. Embora tais pessoas possuam raízes nessas categorias, ele fala das pessoas que retiram seus meios de subsistência dessa economia e dessas relações de trabalho há mais de 200 anos no Brasil. É essa categoria que Delgado afirma não desaparecer ao longo de todo o período do Brasil colônia aos dias de hoje:

> (...) o setor de subsistência desempenhou o papel ocupacional principal na economia colonial; cumpriu função primordial na passagem do regime escravista para o de trabalho livre, na República Velha; e que, finalmente, no longo ciclo de industrialização do pós-guerra, o mercado de trabalho formal avançou, mas nem de longe logrou dissolver o setor de subsistência. Por fim, quando se exaure o ciclo de industrialização intensiva do pós-guerra, o setor de subsistência volta a crescer (p.27)
> (...)
> No entanto, a experiência brasileira da modernização da agricultura no pós-guerra, e especialmente nas décadas de 1960 e 1970, embora gerasse uma maciça transferência de força de trabalho para o setor urbano, não eliminou o setor de subsistência no espaço rural, nem alimentou apenas um mercado de trabalho urbano-industrial. Constituiu-se enorme setor informal de trabalho urbano, que, embora não tenha as mesmas características do setor de subsistência, não é tampouco um setor assalariado. Tal fato já ocorria no auge do ciclo expansivo e magnificou-se bastante nas duas décadas de estagnação – 1980 e 1990 (p.28).
> (...)
> Na realidade, o que as teorias de desenvolvimento do campo conservador e do marxista não previram foi a reprodução urbana, em escala ampliada, de relações sociais similares às do setor de subsistência rural na chamada economia informal-urbana, enquanto no espaço rural o setor de subsistência manter-se-ia intacto, depois do ciclo da modernização técnica do período de 1965-1985 (p.28).

Prado Jr., por exemplo, reconheceu as diferenças fundamentais e primárias de cada uma das categorias econômicas: por um lado, a grande economia agroexportadora dependia da agricultura de subsistência por razões óbvias de abastecimento interno. Mas os espaços que lhes eram atribuídos dependia parcial ou exclusivamente da grande lavoura e das relações de propriedade. Na economia de subsistência, os agricultores gozavam de "certa autonomia", comparando-se com aqueles que trabalhavam na grande lavoura (DELGADO, 2004, p.8). Celso Furtado, por outro lado, chegou a reconhecer suas funções econômicas e não-econômicas, exemplificadas numa produção prioritariamente de valor de uso extremamente importante ao país em momentos de crises mercantis internacionais, apesar de sua baixa capacidade de gerar excedentes monetários[66]. Para Delgado (2004), o mais importante a destacar com base nesses autores são as relações de trabalho no setor de subsistência. Ambos reconheceram que,

[66] Faoro (apud Delgado, 2004), menciona a relevância do setor de subsistência em quase um século de estagnação econômica no comércio exterior, entre a segunda metade do século XVIII e aproximadamente 1850. Por outro lado, como vimos em uma micro-escala, nas fazendas de borracha na Amazônia a produção de subsistência adquiriu relevância para a manutenção do sistema com o declínio no preço da borracha (ESTERCI, 2001). Ou seja, nesses momentos cíclicos de crise econômica a produção de subsistência adquire forte relevância para a economia e a sociedade do país.

em pleno sistema colonial, havia nesse setor expressivo contingente que se abrigava (ou albergava, como diz o autor) em relações de trabalho não-escravo.

Linhares e Silva (2009) abordam essa problemática em um texto cuja análise volta-se à agricultura de subsistência e seus mecanismos em termos de formação de mercados internos, bem como aspectos da legislação que lhe foi pertinente no Brasil colônia. Os autores concordam que a agricultura de subsistência era subordinada e secundária à produção da agricultura comercial de agroexportação, pois esta sim justificava os investimentos na colônia. Porém, considerando a importância da produção de alimentos para a colônia, os autores ressaltam a existência dessa produção tanto nas fazendas, para auto-abastecimento de trabalhadores e patrões, como nas pequenas e médias propriedades para autoconsumo e venda dos excedentes aos núcleos urbanos. Consideram, portanto, sua importância na constituição dos mercados internos nas regiões, mas que só ganha atenção em momentos críticos para a colônia.

Se para esses autores era impossível conceber a constituição de camponeses livres em relação às monoculturas e às formas dominantes de distribuição de terras, não foi possível restringir o enraizamento de "homens livres pobres ou negros fugidos" em determinadas posições sociais. Linhares e Silva (2009) usam o temo "protocamponeses", para designar as "brechas camponesas" no sistema escravista. A possibilidade de trabalho para a própria subsistência e uma produção de excedentes marcam essa possibilidade no interior, no entorno e longe das fazendas. É a existência da pequena produção que assemelha os escravos e pobres rurais aos camponeses. Mas a relação desses supostos camponeses com o Estado e com os latifundiários, bem como com os demais agentes sociais, sobretudo os do mercado, também marcam tais semelhanças. A produção teve sempre estrita dependência com tais agentes.

Nesse sentido, para Linhares e Silva (2009) existiam três quadros distintos de situações camponesas no Brasil: as relações escravistas "clássicas" e em seu interior as brechas camponesas. No entorno das fazendas, outros camponeses (marginais) se estabeleceram lavradores que produziam cana para os engenhos e outros gêneros que abasteciam os mercados locais. Posseiros que se integravam ao algodão no nordeste são outro exemplo dessa forma de campenização. Outros pequenos produtores mais isolados nos sertões, sobretudo com a produção pecuária, caracterizavam-se camponeses isolados.

Já na transição do trabalho escravo para o assalariado, Delgado (2004) revela com base nos Censos Econômicos que o grande contingente do setor de subsistência

permaneceu praticamente intacto, mantendo algumas de suas características mas também recriando novos perfis. O setor de subsistência expressava atividades econômicas e relações de trabalho que fugiam às categorizações de trabalho escravo ou assalariado. Suas características mais evidentes eram a produção de alimentos e, sobretudo, a dependência direta e indireta em relação aos senhores de terras, conforme mostra a passagem a seguir: "Esse setor de subsistência sobreviveu à abolição da escravatura, entre outros fatores, por ser um subsistema independente do escravismo e, de certa forma, ser também autônomo relativamente à monocultura exportadora – embora não o seja em relação ao regime fundiário vigente" (DELGADO, 2004, p14).

A partir de 1930, houve uma necessidade de re-conceituar o setor de subsistência, segundo Delgado (2004, p.22), como: "(...) o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação a uma parte expressiva da população, mas tais relações não são reguladas pelo contrato monetário de trabalho assalariado, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou de serviços mercantis com fins lucrativos". Apesar de ter permanecido ignorado na história oficial do país, o setor não desaparece. Primeiro, porque não houve uma completa transição de trabalhadores agrícolas para o assalariamento, mas se mantiveram milhares de trabalhadores sem vínculos formais de trabalho. Segundo, por permanecerem aquilo que essa linha interpretativa reconhece como os agricultores de subsistência – ou uma camada de camponeses que facilmente poderíamos indicar com base em suas principais características, a partir daquilo que venho tentando demonstrar no presente capítulo. Os problemas não resolvidos até então são tratados por meio da modernização conservadora pelo regime militar, ou seja, modernização da base técnica sem alterar as relações de propriedade. Para aqueles do setor de subsistência, tratou-se da tentativa de os alinhar às estratégias do agronegócio que, para Delgado, em nada favoreceu sua absorção.

Mais recentemente, a partir de 2001, surge a noção de agricultura familiar como uma forma de favorecer a aplicação de políticas públicas para famílias no interior do setor de subsistência. Delgado mostra dados sobre o valor bruto da produção desses estabelecimentos familiares e, curiosamente, a renda por família ou por estabelecimento corresponde a dois salários mínimos, tal como veremos no caso dos assentamentos analisados. Esse setor abrigava três quartos da força de trabalho rural no fim do século XX.

2.10 Novos Camponeses, Novos Desdobramentos

Mas diante da grande diversidade de categorias no interior do Campesinato brasileiro, o que poderia caracterizar um camponês? Como pode se perceber, desde a passagem do feudalismo ao capitalismo, em sua gênese, ocorrerem mudanças significativas nas formas como os camponeses se apropriam da terra e em suas relações com os demais agentes sociais. Para Moura (1986, p.65-66), uma definição possível seria:

> (...) o camponês como sitiante, ou seja, integrante de uma família que cultiva uma parcela de terra, sua presença e atividade podem ser detectadas não somente no Sul do país, mas também no Nordeste, no Sudeste, na Amazônia. Estendendo mais esse conceito, diz-se que camponês também é o colono, morador ou parceiro, isto é, o cultivador que possui uma roça dentro da grande propriedade. Há também os posseiros, habitantes das chamadas terras livres, que embora palco de numerosas lutas sociais pela manutenção da posse da terra, não têm impedido que eles produzam para auto-subsistência e, eventualmente, para mercados em diversos pontos do país. Essas observações se prestam também, por oposição ou semelhança, para compreender o que ocorre em outras sociedades rurais.
> (...)
> No Brasil, as formas econômico-sociais que podem ser denominadas *camponesas* resultam de distintos movimentos históricos que se produzem em nossa estrutura agrária.

Como vimos, na maioria dos espaços rurais operava uma lógica do fazendeiro, que se interpunha ao Estado no atendimento às necessidades materiais da mão de obra. Os escravos, ex-escravos, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, independentemente de possuírem terras ou arrendá-las, constituíam a clientela do fazendeiro, que os mantinham em condições de completa dominação, pobreza e ignorância. Porém, nem todos os lugares tinham a figura do fazendeiro. Havia, de fato, segundo Queiroz, diversos "bairros rurais", sitiantes que não dependiam de um fazendeiro, cuja "autonomia e independência econômica eram indiscutíveis" (p.35) em relação a esses. Daí a distinção, por essa autora, do camponês nos bairros rurais. O trabalho ali se confundia com a vida cotidiana e havia uma forte interconexão com os meios econômico e urbano. Para esse camponês é mais evidente que a transmissão da posse da terra de pais para filhos persistiu com base em leis costumeiras. A partir de então, pode-se falar que existiram (e existem) agrupamentos em formato de aldeias/comunidades/bairros, com um centro e famílias dispersas. Nesse formato, existem regras de uso coletivo de recursos como rios, lagoas, florestas, pastos, entre outros direitos costumeiros, inclusive o trabalho coletivo cooperativo, sempre tendo-se

em vista a defesa material e simbólica de suas terras em relação ao grande capital, que por sua vez tenta anulá-los.

Isso expõe dois tipos de economia no Brasil, que servem a dois tipos diferentes de estilos de vida: monocultura, primarização e internacionalização da economia *versus* policultura, complementaridade e mercado interno (NEVES, 2009). Haveria uma estrutura social mais complexa com a existência de camponeses independentes de fazendeiros, no sentido de não ser apenas clientela política, embora sempre em posição subordinada na sociedade. Portanto, desde os primórdios das *plantations* no Nordeste brasileiro, havia uma variedade grande de sujeitos sociais que complexificam a estratificação social.

Também observa-se uma tendência de serem formadas camadas de senhores a partir do campesinato. Se antes eles podiam se distinguir pelas situações de possuírem terras próprias ou alugadas, possuírem animais para tração e equipamentos para arar o solo, contarem com áreas e famílias maiores ou menores, em certos momentos a acumulação de capital econômico e simbólico – acumulação de dinheiro, prestígio, favores etc. – os poderia tornar, igualmente, patrões. De forma que estes passavam a alugar terra, animais e equipamentos para outros e mesmo contratar pessoal em condições tais quais as de escravo. Não é raro encontrar, atualmente, camponeses cujo modelo a ser alcançado é uma condição análoga aos senhores de terra, latifundiários, fazendeiros e empresários rurais de ontem e hoje – como colocam alguns intelectuais dos movimentos sociais, os que procuram implementar o "agronegocinho" em suas terras, querem praticar um estilo de grande agricultura, como monoculturas intensivas em capital[67].

Entre os próprios camponeses havia a hierarquização pelo critério econômico, pela mensuração do patrimônio composto por animais, implementos e capacidade produtiva como um todo: "os sitiantes abastados impõem aos menos favorecidos os preços que bem entendem, e pouco a pouco, passam de sitiantes a comerciantes. Não abandonam, porém, suas próprias plantações" (QUEIROZ, 1976, p.27). Pois dificilmente atingiriam um poderio econômico e político como o dos grandes proprietários, salvo exceções. Mantêm um modo de vida semelhante aos demais,

[67] Foi o caso de duas falas em congressos, uma de João Pedro Stédile, dirigente do MST, na VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, realizada na Feagri/Unicamp em 2013 e de Valter Israel da Silva, dirigente do MPA, no VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, realizado na Uniara em 2014.

diferente dos fazendeiros possuidores de terras muito extensas que passam a ser grandes empresários rurais.

Com a crescente urbanização e industrialização, complexifica-se a estrutura social. A camada intermediária de camponeses é empurrada para baixo pelas novas camadas na hierarquia sócio-econômica. No meio rural, passam a existir agricultores de diferentes tipos, faixas de renda e níveis tecnológicos. O campesinato se depara mais uma vez com a condição objetivada para perder sua força política e as relações de mercado passam a dominar sua sobrevivência, em benefício do "agronegocinho" ou da submissão total ao capital. Queiroz investigou esse processo por meio do declínio dos sitiantes de Itapecerica, município localizado na Grande São Paulo, pois nesse caso o declínio só se deu na medida em que a cidade de São Paulo foi crescendo e seu mercado padronizou as relações monetárias ao seu redor. Antes, havia complementaridade e os sitiantes tinham uma economia paralela ao município, produziam policultivos e forneciam alimentos. Logo, porém, perderam as condições de participar da economia urbana, senão pelos atravessadores e redes do varejo, que passam a ditar o preço da mercadoria que antes era vendida ao consumidor direto. O comércio se organizou e marginalizou o produtor de alimentos. Este passa a produzir novamente para a subsistência e, no caso estudado por Queiroz, se especializa na atividade de carvoaria em plena mata atlântica. No momento seguinte, passa a ser apenas carvoeiro e troca carvão por gêneros alimentícios trazidos pelos comerciantes de carvão. Assim, atinge a miséria.

O sitiante não precisa mais ir de burro até a cidade, pois o atravessador vem até ele. Só vai às cidades "legalizar os atos da vida pública ou privada" (QUEIROZ, 1976, p.43). Veste-se com farrapos fornecidos pelos atravessadores de carvão:

> Na terceira fase, representada em seu ponto extremo pelos carvoeiros sem roça e mergulhados na floresta, a subordinação do ex-sitiante ao regime econômico comercial e urbano é total, mas sua degradação é máxima. Está plenamente integrado a um tipo de economia oposto ao seu, mas passou a constituir a camada social inferior do meio rural. Seu gênero de vida tradicional se empobrece, se altera, tende a desaparecer. Insulado no meio das matas, vestido de farrapos, não organiza mais novenas, não vai mais conversar na venda, não conserva as antigas relações de parentesco e compadrio, chega ao grau mais elevado de isolamento. Nem mais conserva seu estilo de vida tradicional (p.44).

Portanto, a partir dos atravessadores, há três momentos de precarização e perda dos modos de vida tradicionais: "enquanto mantiveram relações com a cidade e com a

região, conservaram também os sitiantes tradicionais sua economia e sua civilização específica. Foi a quebra das relações com a cidade – e, portanto, o isolamento que se lhe foi seguindo – que determinou a degradação de seu estilo de vida e de economia" (QUEIROZ, 1976, p.45)[68]. Ou seja, o isolamento só veio depois com a marginalização e subversão da complementaridade entre campo e cidade, quando passaram a estar apenas atrelados ao carvão. As transformações do mundo camponês não estão ligadas somente ao isolamento, mas à falta de complementaridade campo-cidade, na figura do atravessador que passa a fazer essa ponte e na forma de integrações agroindustriais cada vez mais modernas. A analogia em transformar a floresta em carvão expõe de modo dramático a destruição de seus modos de vida e de suas culturas. Tal como exposto em Whitaker (2006), para os camponeses existe uma relação de co-evolução entre cultura e ecossistema. Na medida que este torna-se monocultura e perde sua diversidade biológica, o mesmo processo ocorre com a cultura dos grupos sociais que ali estão.

Esse processo de urbanização atinge inexoravelmente o modo de vida dos sitiantes. De várias maneiras passam a se subordinar pelas necessidades das cidades. De sitiantes relativamente autônomos e policultores, passam a consumidores precários, pois seus padrões de vida diminuem. De extrato intermediário das sociedades agrárias, a categoria dos camponeses passa à posição social ainda mais baixa, marcada pela pobreza extrema. Embora o processo tenha destruído a maioria dos camponeses e suas lógicas de produção e reprodução social, ele não coloca um "fim final" à categoria. Na mesma região pesquisada por Queiroz na década de 1940, grupos camponeses se reproduzem e até passam a ser re-valorizados pelo capital por meio do mercado de produtos orgânicos, como mostra uma recente reportagem[69].

Os estudos sobre o campesinato e suas posições sociais em variadas regiões mostravam aspectos que os caracterizavam, como as relações de subordinação, conflito, ambiguidade e complementaridade, como questões a serem enfrentadas na pesquisa. Conforme Neves (2009), o estudo do campesinato no Brasil foi sendo constituído nas diferentes regiões e a partir de categorias em estudos de casos:

[68] Wanderley (1995) também expôs tais complementaridades ao afirmar que o espaço local é o lugar da convergência entre o rural e o urbano, no qual suas particularidades não são anuladas, ao contrário, são fonte de integração e de cooperação, do que resulta uma rede de relações recíprocas.

[69] Sobre produtores de orgânicos na região de Parelheiros, ver: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2014/10/produtores-de-parelheiros-encontraram-na-agricultura-organica-fonte-sustentavel-de-renda.html>

> Um dos primeiros investimentos intelectuais no sentido do reconhecimento social de formas mais completas de organização camponesa, no caso da sociedade brasileira identificadas pela posição do *sitiante*, esteve ligado aos chamados *estudos de comunidade* (investigação das condições de existência humana em pequenos agrupamentos, isto é, unidades interdependentes constituídas por vínculos de subordinação à sociedade abrangente).
> Emergem então, desse esforço intelectual coletivo, as primeiras interpretações a respeito do campesinato brasileiro. Os autores, assim mobilizados, tentaram delimitar algumas das características das condições de organização produtiva e dos processos de constituição de agentes sociais reconhecidos como *sitiantes* e *colonos*. Ênfase especial foi dada aos estudos sobre processos de imigração européia. Em termos analíticos, a diversidade de situações registradas já exaltava as características atribuídas às formas camponesas, entre as quais sua plasticidade organizativa (NEVES, 2009, p.306-307).

No interior de cada tipo de comunidade também se reconhecem diferenciações entre as famílias e os grupos familiares, de forma que em hipótese alguma poderiam ser distinguidas apenas duas camadas sociais como era sugerido antes, nem mesmo em uma escala interna de cada grupo social. Conforme Cândido, "cada "bairro" se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças, quando e como queriam (...). Relativamente autônoma, não estão no entanto os bairros desgarrados uns dos outros; pelo contrário, congregam-se numa zona e conhecem que assim estão dispostos" (apud QUEIROZ, 1976, p.13).

Além disso, "(...) o aparecimento de novas produções, na mesma área ou em regiões vizinhas, pode muitas vezes determinar o aparecimento de uma nova camada social, diferenciada das que anteriormente existiam; assim, a risicultura com suas transformações modifica a estratificação social de certas áreas" (QUEIROZ, 1976, p.11-12). Tal afirmação implica que as transformações técnicas, como a inserção da risicultura na região pesquisada por Queiroz, provocava novas mudanças na estratificação social ao colocar novos problemas para a dominação econômica e para a recriação de autonomias relativas. Para Wanderley (2009b), ao observar como ocorriam os processos de diferenciação a partir dos produtores de algodão na região de Leme/SP, as diferentes estratégias familiares estavam na origem da heterogeneidade das categorias sociais no interior do campesinato ali presente.

Portanto, aponta-se para o fato de que, entre as duas camadas sociais predominantes de senhores e escravos, ou fazendeiros e mão de obra sem terra, havia pelo menos mais uma, que sempre esteve presente na história brasileira. Ela é formada por uma mestiçagem entre povos originários, escravos libertos, imigrantes europeus e

asiáticos, que viviam ou que formavam comunidades, sempre sob maior ou menor influência dos fazendeiros, no interior das quais o modo de vida se aproximava ao de sitiantes, com ou sem terra juridicamente instituída, o que Queiroz denomina como o campesinato brasileiro:

> No Brasil, durante muito tempo se negou a existência de uma camada camponesa; supunham os autores que, abolida a escravatura, durante a qual os escravos haviam desempenhado todos os trabalhos agrícolas, o trabalho assalariado ou então uma servidão disfarçada viera substituí-la nas empresas rurais do tipo capitalista. Na verdade, houve em todos os tempos um campesinato livre brasileiro, coexistindo tanto com as fazendas monocultoras, quanto com as fazendas de criação de gado e tendo a seu cargo a produção de abastecimento para estas empresas e para os povoados. Sua coexistência com as monoculturas da exportação e com as fazendas de criar assumiu formas variadas (QUEIROZ, 1976, p.26).

Nessa categoria de campesinato se inserem famílias com as mais variadas formas de acesso à terra e a faixa sob seu domínio também varia muito, de propriedade grandes a minifúndios. São posseiros, colonos, arrendatários, parceiros, moradores, agregados, entre uma infinidade de situações particulares e regionalizadas, porém sempre dependentes de camadas superiores e que sofrem, talvez mais que outras camadas empobrecidas, as consequências das contradições do desenvolvimento econômico brasileiro.

Cabe esclarecer que, para Queiroz, não existiu uma sociedade camponesa no Brasil, pois aqui o campesinato sempre foi uma camada intermediária em termos de estratificação social em uma sociedade fundamentalmente agrária, ou, como colocou Delgado, um setor de subsistência na economia brasileira. É uma camada subordinada econômica e politicamente pelos proprietários de terras e posteriormente pela burguesia. Mesmo se considerarmos sua dimensão de autonomia, os camponeses estão localizados em posição de subordinação no tecido social. O aumento do efeito de dominação em muito se deve ao fato dos camponeses não desenvolverem "solidariedade classista", consciência de classe e organização, no sentido de Gramsci[70], para além da localidade, a não ser em movimentos religiosos, talvez, em função de suas peculiaridades culturais. A camada intermediária sustentava uma sociedade com um abismo social entre fazendeiros e "escravos": a classe inferior sonhava em ascender à condição de camponês, trabalhadores sem patrão, esse sonho abafava as possíveis rebeliões. "Sua

[70] Tal como exposto na Introdução da tese.

existência explicaria por que uma organização social de grandes desníveis se perpetuou e continuou existindo durante séculos" (QUEIROZ, 1976, p.40).

Para Wanderley (2009b), a persistência dos camponeses em novas racionalidades capitalistas é resultado das estratégias familiares e da sua multidimensionalidade. Por um lado, isso implica a capacidade da família camponesa transitar entre o campo e a cidade, bem como em diferentes tipos de trabalho na agricultura, na indústria e nos serviços. Mas, sobretudo, pelo fato de que na definição de suas estratégias para produção e reprodução social há, contraditoriamente, duas lógicas distintas: uma tradicional na qual escapam às relações com o mercado e sobressaem estratégias não-monetárias, informalidade e a produção agropecuária com valor de uso; outra, capitalista, nas quais as estratégias voltam-se à integração e inserção nos mercados para produção de valores de troca, salários e rendas monetárias[71]. A segunda lógica é aquela que pauta a discussão do campesinato a partir das leis do capital.

Nesse sentido, para a autora (WANDERLEY, 2009), o que mais marca a condição camponesa é a polarização entre autonomia e subordinação. O campesinato é uma categoria que não pode ser explicada apenas no sentido de cair no fatídico "fim final". Não havia para o camponês uma relação direta entre o capital e o trabalho, tal como o assalariado, embora sua necessária flexibilização devesse abranger desde famílias camponesas com o menor índice de integração urbana até aquelas com maior tendência à proletarização definitiva. Isto é, o campesinato abriga grupos familiares que transitam em um *continuun* que vai da produção quase autônoma dos itens de consumo necessários aos que se subordinam, pelo arrendamento e pelo assalariamento, até a lógica capitalista de trabalhar por um salário – ou campesinato tutelado conforme mencionou Otávio Velho (2009).

Sua subalternidade se dá em relação à cidade, porque ela inaugura um tipo de civilidade, no sentido de que antes não havia civilização, não havia uma sede administrativa, igrejas e mercados mais desenvolvidos, profissionais liberais como categorias superiores aos camponeses nas relações de produção. Nas cidades cresce a demanda por abastecimento alimentar e de fibras. Em determinados momentos poderia até crescer a necessidade de serem mantidas áreas com camponeses – o que passaria a ser sua necessidade histórica de existência. Por sua vez, os camponeses também consumiam os produtos e estabeleciam relações com a cidade, uma vez que poderiam

[71] Tal como mencionado sobre o campesinato argelino em Bourdieu (op cit.).

levar seus produtos para vender e, no limite, poderiam trabalhar e morar na cidade. Para Queiroz (1976), ao mesmo tempo em que os camponeses vêem a cidade como lugar de oportunidade para seu enriquecimento, também consideravam como um lugar onde os valores morais são desvirtuados e os vícios disseminados[72].

Com o avanço do processo de unificação material e simbólica, os camponeses se encontraram em contradições culturais, a partir de sua subordinação econômica em relação à cidade. As estratégias passaram a ser pré-definidas em função da demanda das cidades e pela força de atração que exerciam nos grupos rurais. Fatores externos como as decisões políticas, as tributações, as movimentações dos mercados agrícolas, o sistema de abastecimento alimentar e os setores de *commodities* agrícolas, o setor imobiliário, dentre outros, contribuíram para forçar que o campesinato se integrasse ao mercado capitalista, no sentido do integrar para desintegrar. No interior das famílias passam a ocorrer processos semelhantes ao que ocorreu na condição objetivada dos camponeses da região do Bèarn, com as filhas e filhos buscando casamentos nas cidades, investindo em estratégias educacionais, atraídos para ofícios urbanos e em busca de salários, tudo isso para fugir do mundo rural.

Além disso, na medida em que a cidade aumenta e vira metrópole, aumenta a tendência de crescer, nas áreas rurais, os empreendimentos e empresas agrícolas em detrimento do modelo de "empresa camponesa". Supostamente, toda a policultura em pequena escala, que se mede em metros quadrados e é cultivada com técnicas rústicas e pré-industriais, cuja maior parte é destinada à própria família, deve ser substituída por outra forma de exploração do território, de bases capitalistas e fundamentalmente a partir de uma monocultura e com técnicas "modernas". Novos sistemas produtivos permitem uma grande economia em mão-de-obra por unidade de trabalho, como a própria monocultura manejada mecânica e quimicamente.

Mesmo assim, Queiroz já apontava uma série de elementos da condição camponesa, semelhanças entre os diferentes tipos de comunidades na América Latina que não desaparecem tão rapidamente como as mudanças técnicas (1976, p.24-25):

> Praticam a policultura e a criação em pequena escala; são iletrados; sua tecnologia é pré-industrial; cultivam pequenas áreas, consagrando uma porção significativa da colheita para sua subsistência; utilizam

[72] Os ideais religiosos dos camponeses também são ressaltados como valores morais e comportamentais diferentes daqueles que vivem nas cidades. Vêem-se a si mesmos como "trabalhadores de Deus", no sentido de produzirem seus próprios alimentos, cujo trabalho rústico tecnicamente e sacrificado os pode levar à salvação, pois produzem com suas sementes para alimentar o povo.

> mão de obra familiar em suas plantações, e ocasionalmente poderão utilizar também algum trabalhador exterior à família, renumerando-o de variada maneira. (...) distinguem-se por possuir, no sentido de usufruir, uma parte da terra que cultivam (...).

Portanto, sendo os camponeses uma camada existente em todo Brasil, pudemos perceber nas referências que desde o Brasil colônia se mantêm mais ou menos intensas algumas de suas características fundamentais, porém com tendências a se enfraquecer com o avanço da racionalidade capitalista: "alto grau de auto-suficiência econômica, pequena utilização do sistema monetário, produção preponderantemente destinada ao consumo direto e quase imediato, aproveitamento comercial do pequeno excedente de produção" (WATSON apud QUEIROZ, 1976, p.42). Neste último aspecto, Queiroz reafirma que:

> (...) o caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatos. Assim, dificilmente cultivará grandes extensões de terra; por outro lado, não sendo a colheita destinada à obtenção de lucro, não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar – de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar a mão de obra familiar. Desde que o destino da produção se modifique, isto é, desde que o lavrador se disponha a plantar para vender (e não mais plantar para consumir), sua organização de trabalho também se modifica, pois deve alcançar uma quantidade muitíssimo maior do produto colhido, não podendo para isso se contentar com o trabalho do braço familiar apenas (1976, p.29-30).

Embora acredite que a destinação da produção possa revelar importantes pistas acerca de qual campesinato falamos, é claro que esta definição não pode tomar caráter rígido, conceitualmente, já que ela serve para de alguma forma caracterizar um camponês que, em suas particularidades históricas em relação a todos os elementos mencionados, possui práticas muitas vezes das duas lógicas de produção – capitalista e não-capitalista, para o mercado e para o consumo, valores de troca e valores de uso, monetária e não monetária. A condição camponesa se caracteriza, antes de mais nada, pela coexistência da tradição em meio às contradições e ambigüidades que a prática dos agentes possui no processo de modernização conservadora da agricultura.

Apesar das relações com os latifúndios, as características básicas do campesinato enquanto classe em si podem ser consideradas o fato de pagar aluguel da terra ou possuir usufruto dela, ser policultor, produzir o autoconsumo e vender ou não o excedente. Tratam-se de aspectos de um modo de vida que explicitam a condição

camponesa, comuns a vários grupos sociais que vivem e que possuem relações com a terra. Porém, isso implica a coexistência com outros agentes sociais, daí que aqueles aspectos serão mais ou menos definidos também a partir das particularidades da relação com os donos de terras, empresas e agentes do Estado.

A subordinação às cidades e indústrias era resultado do processo de unificação material e simbólica. Não significava que a posse da terra, para os que conseguiam juntar dinheiro suficiente, garantisse aos camponeses ascenderem a uma posição social mais elevada, senão permanecendo enquanto camada social inferior no conjunto da sociedade. Ou seja, não houve um movimento massivo de saída da condição camponesa para se tornar burguês. O que mudou foi, nesse caso, que continuaram como um tipo de comunidade de trabalho e consumo fundamentalmente, mas comandados pelas leis do capital, em uma condição objetivada de enfraquecimento material e simbólico.

Segundo constatou Queiroz, no início do século XVIII começou um fenômeno denominado Revolução Agrária – que poderíamos associar ao processo de unificação material e simbólica de Bourdieu. Consistiu em uma inversão da prioridade do consumo para a venda da produção, ou seja, a produção de valores de troca ao invés de uso nas propriedades rurais. Uma das principais mudanças era a substituição da policultura pela monocultura, com bases capitalistas e no intuito de melhorar a lucrabilidade da produção e o fornecimento para os mercados consumidores urbanos. Cada vez mais camponeses foram em busca dessa riqueza, se tornaram patrões, tenderam a formar empresas capitalistas em suas regiões. Muitas dessas empresas cresceram, integraram os demais camponeses, foram compradas por empresas maiores ou multinacionais. Porém, a maioria dos camponeses foi apenas explorada e permaneceu pobre. Decorre daí a formação de novas classes burguesas a partir do campesinato.

Desde então a necessidade histórica do campesinato é ser fornecedor de alimentos e fibras para as cidades, porém de alguma forma inserido numa cadeia comandada pelo capital. Sobretudo a partir de 1950, isso passou a acontecer quase que exclusivamente através do fornecimento de matéria-prima para as indústrias. Assim, os camponeses permanecem em posição de subalternidade, apesar das mudanças, porque de fato continuaram submetidos e subjugados, política e economicamente por outras forças sociais, eminentemente burguesas e urbano-industriais. O campesinato mesmo não alcançou o poder político, embora possamos observar atualmente a abertura do Estado em reconhecer, debater e criar ações em torno das questões camponesas.

Outra categoria que marca bem a submissão camponesa ao ritmo da produção agrícola industrial é a de camponeses-migrantes, conforme a concepção de Menezes (2002) que, inclusive, contribui para se aproximar a categoria de campesinato descrita até aqui da realidade dos assentamentos rurais analisados. Uma vez que esses assentamentos possuem tanto famílias oriundas de sitiantes e colônias na própria região de Araraquara, mas também de famílias de diversos outros Estados brasileiros e migrantes em função do corte de cana-de-açúcar, cabe explorar as condições de reprodução social desses camponeses que vivem em relação direta com os complexos canavieiros no Brasil. Trata-se de famílias camponesas que possuem a migração como necessidade de reprodução social, cujos membros, geralmente os homens, saem dos locais de origem camponesa para cortar cana em *plantations*, enquanto as mulheres permanecem nos locais de origem com as crianças. Ou seja, para a família camponesa-migrante o homem é o trabalhador assalariado e a mulher a camponesa. Para a autora, diferentes espaços são indissociáveis para análise dessa categoria. Em seu caso foram investigadas famílias do município de Fagundes no agreste paraibano, o local de origem das famílias investigadas, e na usina São José, em Pernambuco, destino principal dos trabalhadores de Fagundes. A migração sazonal para o corte de cana estabelecia uma conexão entre tais espaços e mostrava a complementaridade entre a economia camponesa e a forma salário. Mas também havia famílias cuja migração era definitiva, como a autora procura explorar.

A análise das relações familiares dos camponeses-migrantes também pode ser polarizada pela contradição entre a dissolução e a conservação: desintegração da família – separação e deserção – e a coesão – incorporação de novas perspectivas, mas seguindo valores tradicionais. Para a autora, a migração foi menos vista como desintegração da família camponesa e mais como estratégia frente às transformações sociais mais amplas. Porém, é de fundamental importância realizar recortes precisos da análise, como foi feito em relação ao grupo específico e ao recorte temporal entre 1970 e 1990, objetivando realizar uma etnografia das transformações nas formas de reprodução e nas práticas de resistência nesse período. Esse recorte é fundamental para analisar um contexto de transformações mais amplas da sociedade, que levam essas famílias a terem menos condições como camponesas e que as fazem cada vez mais procurarem o assalariamento nos centros urbanos como estratégia de reprodução social. Na verdade, combinaram por muito tempo essas duas condições e, portanto, trata-se de fenômeno antigo que remonta ao século XVIII (MENEZES, 2002).

O principal fundamento dessa pesquisa em diferentes espaços é a compreensão do "espaço vivido", o que vai revelar, por exemplo, as diferenças para quem convive em um lugar e outro, os diferentes cotidianos e os pequenos detalhes – como quem faz o café, a comida, o que se come, sobre se há barulho de crianças no ambiente, com quem se convive, que tipo de controle é exercido em termos do que se pode falar, como é organizado o cotidiano etc. O estudo da migração e das condições de trabalho nas *plantations* é feito de forma indissociável às condições de vida nos locais de origem. A partir da história de vida de uma depoente, a pesquisadora conseguiu observar como o ciclo agrícola determinava fatos e acontecimentos combinados com os vai e vens do marido, como, por exemplo, o nascimento dos seus filhos.

Então, Menezes estabeleceu uma série de critérios para a pesquisa: primeiro propôs uma investigação em diferentes espaços porque isso permite captar a conexão entre os dois espaços e como se complementam as características camponesas de vida na roça e a forma salário dos migrantes – não apenas pelo investimento do salário na roça, mas seguindo o calendário agrícola de trabalhar no inverno na roça e no verão na *plantation*. No município de Fagundes, os locais de pesquisa foram as casas e as feiras. Na usina São José, no alojamento e no ônibus. Esse recorte permitiu à pesquisadora obter falas mais consistentes, por exemplo, quando notava que não se falava das péssimas condições de trabalho no alojamento, por ser um espaço vigiado, controlado por medo do gerente ouvir os depoimentos. Na casa se falava dessas questões, embora Menezes tenha observado que as mulheres também procuravam controlar o discurso, o que demonstrava o controle e a repressão sobre os trabalhadores. Então, conforme o "espaço vivido" se alterava a postura das pessoas.

A autora retrata que, na ausência do homem, que migra sazonalmente para cortar cana, a mulher vira a "chefe de família". Mas, elas estão sujeitas a serem abandonadas e perderem condição de permanecer no campo, porque a roça passa a depender cada vez mais das remessas em dinheiro, o que reforça a complementaridade. Na verdade, a categoria camponês-migrante só é possível com essa complementaridade. A tendência é haver maior compromisso da mulher com a família, enquanto que o comprometimento do homem com a família poderia ser medido pela distribuição da sua renda no interior da propriedade familiar. Mas a autora procura fugir do economicismo, ao centrar a investigação nas relações mantidas com família no espaço de origem, pelas preferências por mulheres da região e pelo modelo de família com base nos costumes locais. As mulheres da região canavieira eram tidas apenas como objeto sexual. As histórias

relatadas evidenciam o controle social também sobre o comportamento sexual, no qual há grandes diferenças entre homens e mulheres. Enquanto elas têm que ter obediência e fidelidade, às vezes até depois de separadas, o fato dos homens se relacionarem ocasionalmente com mulheres da zona canavieira era até aceitável (MENEZES, 2002, p.104).

O trabalho agrícola das mulheres era voltado para pequenas produções de subsistência para o cuidado com os filhos. Geralmente, quem "botava" o roçado eram os homens, e as mulheres ficavam responsáveis pelos cuidados durante o restante do ciclo agrícola, quando eles estavam fora. A todo momento a complementaridade do trabalho entre o homem e a mulher é reforçada, expressa no salário e no autoconsumo: o investimento no autoconsumo dependia da economia do setor industrial. Mas outros fatores também influenciavam: em ano de mais chuva, havia maior autonomia, porque a produção aumentava e conseguia-se juntar dinheiro do roçado. No caso citado, dona Elza comprou uma vaca, mesmo contra a vontade do dono da terra que não queria animal. A autora relata que foi um ano bom e, assim, o casal conseguiu juntar dinheiro do roçado para comprar três hectares de terra, então fizeram uma casa com barro e madeira.

Evidentemente, há diferenças entre as famílias, diferenças no interior de cada uma delas ao longo do tempo que podem variar em conjunturas de seca, acesso restrito à terra, perdas na agricultura, acesso a mercados, empregos e variações dos preços. Daí a importância de acompanhar a trajetória das famílias. Diferentes situações se combinavam, como mulheres que ficavam e mulheres que saiam. Houve dificuldades por causa da diminuição da população, sobretudo em relação às mulheres solteiras, que migravam para as grandes cidades do Nordeste, São Paulo ou Rio de Janeiro, embora a autora relate que a migração para o sudeste nem sempre fosse vantajosa (p.100). A maioria das solteiras saía, mas havia as que se casavam notadamente com os rapazes locais, que geralmente começavam a migrar com seus pais sazonalmente aos 12 anos de idade (MENEZES, 2002, p.98). A partir dessas características, o grupo se reproduzia socialmente, entre a luta por permanecer com os roçados e a migração definitiva.

De uma forma geral, o tipo de trabalho agrícola desses grupos rurais passava por um processo de perda da parte de trabalho livre que eventualmente tinham, no limite, em comunidades mais isoladas ou na condição de moradores das fazendas, para o trabalho determinado pela sazonalidade e pelos ciclos de "desenvolvimento" agrícola: o trabalho em uma cultura específica como o café, o algodão, a cana, a borracha etc.

Passou a ser um trabalho apenas nos plantios e colheitas e, sobretudo, condicionado aos períodos de alta de um determinado produto no mercado internacional. Além disso, um tipo de trabalho extremamente controlado, fiscalizado, produtivo e competitivo, mediado pela cultura da dádiva e por relações paternalistas. Nessas relações, sempre foi muito comum os pesquisadores encontrarem evidências da submissão a que os trabalhadores se submetiam pelo medo dos castigos e represarias.

O tipo de trabalho livre passou a ser cada vez mais escasso, com a gradativa perda da condição de morador. Na verdade, muito mais que um tipo de trabalho, era a perda do modo de vida de um grupo familiar em uma gleba de terra. Se antes havia trabalho na monocultura, mas também havia trabalho para uma família em uma gleba, a partir da produção de alimentos, o avanço da racionalidade e das empresas capitalistas transmutou o meio rural como espaço de produção industrial agrícola. Para Ehlers (1996), no Brasil isso se dá somente a partir da década de 1950, com o começo de uma nova fase de industrialização da agricultura. Questões como a superação da dicotomia do "Brasil rural" e do "Brasil urbano", como se esses termos correspondessem, respectivamente, ao atrasado e ao moderno, faziam parte das transformações materiais e simbólicas do meio rural brasileiro. Aqueles considerados pobres do campo começam a ser realmente privados de permanecerem na terra enquanto agricultores, foram forçados a entrar no circuito do trabalho assalariado e marcados por um processo mais intenso de proletarização (FERRANTE, 1992b).

Esse processo se refletia, por exemplo, nos efeitos de leis como o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963. Com o Estatuto, as mesmas leis trabalhistas vigentes para o trabalhador urbano desde o ano de 1943 passaram a vigorar para trabalhadores assalariados rurais, sob alegação de que expandir os direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos aos rurais significava "modernizar" os direitos trabalhistas no campo. Entretanto, como forma de diminuir as despesas da empresa agrícola capitalista, para se tornar menos oneroso ao empregador que pagava 27,1% sobre cada jornada dos trabalhadores permanentes, a saída dos proprietários de meio de produção era o trabalhador temporário – definidos em 1978 sob a lei nº 6019, contrato por no máximo 90 dias, com direitos trabalhistas (SILVA, 2004). O trabalhador temporário funcionou como uma brecha (não camponesa) no sistema da lei que possibilitava ao empregador pagar menos impostos, em função mesmo da sazonalidade do setor agrícola. Por outro lado, a maior parte desse imenso contingente de trabalhadores assalariados rurais

conviveu num sistema muito precário para a realização de sua reprodução social, a partir da venda da sua força de trabalho dessa forma sazonal.

As leis trabalhistas não atingiam as condições de trabalho daqueles parceiros, meeiros e arrendatários, muito menos dos membros das comunidades rurais. Muito pelo contrário, funcionavam justamente para uma lógica de expropriação da terra. Categorias sociais como os meeiros, arrendatários, colonos e sitiantes ficaram cada vez mais vulneráveis às condições de assalariamento nas *plantations* modernas. Sem poder se fixar numa terra, as famílias rurais têm suas próprias identidades sociais fragmentadas. São elementos que, como veremos, voltam a ser possíveis no assentamento rural. O sistema de pagamento somente em dinheiro (salário/diária) diminuiu o padrão de vida do trabalhador rural, pois este não tem mais terra para morar e produzir ao menos uma parte de seus alimentos. Isso representou a passagem do fim da possibilidade da provisão alimentar para o começo da dieta condicionada ao orçamento familiar, de onde provinha o sustento, com alimentos cada vez mais industrializados – processos ocorridos à sombra das mudanças políticas, jurídicas e trabalhistas no interior do regime militar.

Oficialmente, um ano mais tarde, foi criado o Estatuto da Terra (1964), cujo objetivo era a "modernização" do campo. Na verdade, isso veio consolidar a militarização não apenas da questão agrária, na qual se criou o Conselho de Segurança Nacional, um órgão repressor da ditadura, para fazer a violência (física e simbólica) contra aqueles que representavam o atraso (SILVA, 2004). Pode-se dizer que a não realização da reforma agrária foi um dos estopins para o Golpe Militar de 1964. Nesse ambiente político-institucional não se conseguiu realizar a reforma agrária necessária, mas muitos conflitos por terra aconteceram pelo Brasil.

O governo militar continuou fomentando os latifúndios com financiamentos, subsídios e incentivos fiscais. Os resultados, mais uma vez, foram a favor da concentração fundiária, que aumentou, e o poder político desses grupos dominantes se tornou mais forte. Da parte do governo, foi incentivada a adoção da agricultura convencional, um modelo que vinha sendo disseminado pelo mundo principalmente pelo Estados Unidos, com o uso de pacotes tecnológicos, máquinas e insumos importados. A utilização dessas tecnologias fomentou uma rápida mudança na paisagem e na maneira de produzir, aumentando recordes de produtividade e os desmatamentos, os pastos e *plantations* de *commodities* agrícolas, e também a expropriação dos

camponeses da terra e a exploração dos (agora) trabalhadores rurais assalariados temporários.

CAPÍTULO 3 – O UNIVERSO EMPÍRICO

3.1 Modelo Agroexportador e Categorias Sociais

Como vimos, no Brasil predomina um modelo agroexportador de desenvolvimento rural fundamentado na cadeia produtiva de *commodities* agrícolas. Na base desse modelo está a concentração da terra. O Brasil mantém até hoje um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo (SZMRECSÁNYI, 2007). A desigualdade no acesso à terra tem elevado o fluxo de pessoas que deixam o meio rural enquanto espaço de moradia, migrando em direção aos centros urbanos. A agricultura se constituiu um ramo industrial de produção de alimentos, fibras e energias renováveis, com a maior tecnificação do meio possível, em benefício da produtividade, mas em detrimento das famílias trabalhadoras rurais e da empregabilidade.

Para Silva (2004), um dos trabalhos mais precários que existe é o do cortador de cana, um símbolo do que restou enquanto trabalhado agrícola na modernidade. O meio rural foi drasticamente esvaziado durante o século passado enquanto lugar de moradia de pessoas, para ser transformado num espaço de produção agrícola intensiva. Notadamente, as políticas de "desenvolvimento rural"[73] no Brasil fortaleceram exclusivamente esse modelo agrícola dos pacotes tecnológicos e mercados internacionalizados, relegando à condição de desenraizamento e miséria milhões de brasileiros, os herdeiros da história camponesa descrita no capítulo anterior.

A hegemonia desse modelo econômico se expressa também na concentração dos investimentos e da riqueza gerada no setor, o que acarreta várias conseqüências. O fato dos sistemas agroalimentar e energético serem monopolizados por poucas corporações, tem a ver com um contingente de 30 milhões de pessoas forçadas a deixar o meio rural e, no mínimo, 32 milhões de pessoas que passavam fome, enquanto que, contraditoriamente, o PIB brasileiro contava com uma fatia de 40% advinda das atividades agroindustriais, segundo dados de Maluf et al. (1996).

A modernização da agricultura brasileira trouxe um intenso esforço para superar a dicotomia do "Brasil rural" e do "Brasil urbano", como se esta comparação correspondesse, respectivamente, ao atrasado e ao moderno. Conforme Kageyama

[73] O uso de aspas aqui indica a necessidade de considerarmos o desenvolvimento não apenas rural, mas como ações conjuntas e delimitadas por decisões políticas para o desenvolvimento de uma região ou mesmo do país como um todo (VEIGA, 2006). Isso porque, devemos considerar os problemas sociais advindos dos desequilíbrios entre população rural e urbana, decorrentes da industrialização e do êxodo rural.

(1996), São Paulo liderava o processo de modernização agrícola com um tipo de agricultura capital-intensivo, que durante a década de 1970 já ocupava a maior parte do Estado com poucos produtos agrícolas e possuía a maior frota de tratores do Brasil. Para a autora, tratava-se da criação dos complexos agroindustriais: as atividades agropecuárias no meio rural passaram a ser integradas ao processo de produção industrial, ou seja, a agricultura enquanto setor comprador de insumos industriais e produtor de matérias-primas para outros ramos industriais. Para Delgado (1985), essa transformação se deu, ao mesmo tempo, sob comando do capital financeiro e da regulação estatal. No entanto, não houve a transformação completa e homogênea de toda a forma de produção agrícola, porque esse modelo não elimina as contradições sociais no campo e nem a grande diversidade de categorias sociais do meio rural.

Na verdade, essas oposições pressupõem distintos projetos políticos e inúmeros conflitos sociais. Evidentemente, há que se considerar os esforços e os avanços da reforma agrária que temos, a partir do I PNRA de 1985 e em função dos conflitos por terra que aconteceram pelo Brasil. Pode não ser a reforma agrária necessária, em termos de mudar a estrutura agrária concentrada, que está na raiz de problemas graves da sociedade brasileira, como a desigualdade social e a fome. Entretanto, além do fato de terem sido assentadas aproximadamente um milhão de famílias desde então, houve uma retomada da discussão da produção de alimentos para o mercado interno sob o tema da segurança alimentar. Principalmente a partir de 1991, se reconheceu que o problema da fome estava vinculado a problemas estruturais da economia, isto é, do modelo de desenvolvimento agroexportador em curso (MALUF, 1996). O tema voltou a ganhar notoriedade no cenário político, passou a ser pensado, discutido e posto em prática também por outros segmentos da esfera política e da sociedade em geral (PESSANHA, 2002). Nesse debate, a reforma agrária é recolocada na pauta dos direitos básicos das camadas mais atingidas pela miséria e pela fome decorrentes do modelo agroexportador (SAUER, 2010).

O documento Política Nacional de Segurança Alimentar, elaborado em 1991, identificou que os grupos sociais em situações de insegurança alimentar possuíam insuficiência de acesso aos alimentos e que havia irregularidade do abastecimento do mercado interno, mas não a indisponibilidade de produção dos alimentos. Ou seja, apesar de haver alimentos, existia insuficiência de acesso aos alimentos para um grande contingente de pessoas que vivem de forma indigna, que não possuem o direito à alimentação adequada e passam fome em função de mecanismos de mercado.

Os assentamentos rurais da reforma agrária que temos advêm dessa realidade do campesinato brasileiro. Geralmente são famílias com um histórico de resistência, em termos de trabalho e moradia no meio rural, que perderam esta condição e se tornaram assalariadas, migrantes, tiveram suas vidas e trabalhos precarizados no campo e na cidade, se organizaram e lutaram pela terra no interior de um movimento social. Já nos assentamentos, novamente, se constitui uma infinidade de situações singulares, que variam em recortes temporais distintos, pelos próprios efeitos da modernização social na dinâmica das famílias e nos tipos de atividades que elas exercem.

Os movimentos migratórios e as lutas sociais das famílias assentadas são fatores determinantes do processo de constituição dessa categoria social. Silva (2004) relaciona o suposto desenraizamento social, decorrente da trajetória das famílias, à perda de identidade e à dificuldade de se tomar consciência de classe no processo histórico. No entanto, a autora questiona até que ponto os sujeitos perdem suas raízes rurais. Autores como Cândido (1979), Brandão (1981) e Garcia Jr. (1983), afirmam que a cultura e a sociabilidade dos "caipiras" passam por alterações mais lentas do que o tempo das mudanças técnicas. Pois a cultura está inscrita não apenas em práticas agrícolas do sujeito – em saber lidar com a terra –, mas em um complexo sistema de práticas, crenças, simbolismos, devoção e magia, ou seja, que comporta elementos objetivos e subjetivos do modo de vida caipira. Isso significa que perder a possibilidade de cultivar uma terra, pela falta de acesso a ela, não desconstrói a identidade das pessoas. Então, poderá haver novas possibilidades de reproduzir práticas agrícolas – para além do corte de cana, por exemplo – em sua trajetória.

Mas também há autores que trabalham com a hipótese de desenraizamento até o ponto de considerar que o assentado é incapaz de tocar a terra como um agricultor, porque vem da condição de trabalhador volante. Se fosse assim, o projeto político para assentamentos deveria ser a imposição de uma lógica produtiva que atendesse aos interesses de grandes latifundiários regionais, via integração agroindustrial. Porém, contrária a essa tese, Ferrante (1994) toma como hipótese que as formas de integração industrial foram reforçadas pelo modelo estatal nos primeiros tempos de assentamentos após o I PNRA, e não pela vontade das famílias.

Aqueles grupos sociais que se engajam em um movimento social e lutam pela terra para tornarem-se assentados, principalmente as pessoas mais antigas, de alguma maneira já haviam se fixado num território, já haviam desenvolvido modos de vida específicos de quem vive no meio rural. Em muitos casos, possuidores de um

equilibrado balanço na relação entre suas necessidades sociais e os ecossistemas (CÂNDIDO, 1979). Se na longa construção cultural destes grupos houve um intenso contato com a natureza, em função de seus modos de vida, da produção agrícola na qual além da subsistência, foram desenvolvidos conhecimentos e crenças, lentamente constituídos, isto pode ser considerado como parte do DNA cultural das pessoas: um conjunto de saberes e práticas que constroem o sujeito e o grupo. Barone (1996) identificou que nos assentamentos de Araraquara foram recriados códigos de uma economia moral, própria dos camponeses, que envolve relações de cooperação e de solidariedade na construção identitária da sociabilidade entre as famílias.

Porém, em um assentamento é formada uma comunidade agrícola completamente "nova", em uma nova temporalidade e com pessoas que passaram pela experiência de luta pela terra. Cada uma das famílias que é assentada, num dado assentamento, carrega consigo as experiências de suas origens e trajetórias, que consideramos aqui repletas de singularidades, ou "aquilo que a história individual e social desses homens fez deles, subjetiva e objetivamente" (ROY, 1991, p.07). O que há em comum é a opção em largar tudo e tentar uma vida nova no assentamento, orientados por aquilo que já sofreram e pelas novas exigências e desafios da agricultura moderna. Portanto, se sua luta significou liberdade em relação ao momento anterior, por exemplo, como bóia-fria, deve agora adquirir novos saberes e compromissos para esta nova vida. Ao chegar ao assentamento se vêem diante das imposições e mediações internas e externas, necessariamente se reconstruindo enquanto identidade social, porém inseridos em pleno avanço dos complexos agroindustriais e dos fluxos da modernização social.

As famílias assentadas têm em comum uma história de expropriação da terra, mas que não foi vivida juntas, via de regra, pelo menos até a luta pela terra. E o encontro no assentamento não corrige, necessariamente, as distorções na cooperação em termos de trabalho, tal como imaginamos ou idealizamos em comunidades rurais, pois o processo social em curso é de acentuada competitividade. No caso desses grupos sociais isso pode ser exemplificado por meio do contexto de pessoas que trabalhavam pela produtividade no corte de cana, mas que passaram pela experiência de lutar pela terra para formar uma nova comunidade agrícola em um assentamento de reforma agrária. Por outro lado, o desejo de possuir uma terra da família, na qual ela tem liberdade em decidir como serão investidos seus recursos e seu tempo, de fato, acabou com as expectativas de um projeto coletivo de grãos imposto pelo Estado (FERRANTE, 1994).

Na história e trajetória da maioria dessas famílias há experiências de vida no campo e na cidade, em um meio social cada vez mais tecnificado. No campo, geralmente em suas origens, filhos de pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, que passam para o assalariado agrícola, depois para o urbano, lutam pela terra, foram assentados pelo Estado. A maioria com baixa escolaridade e saindo da casa dos pais cada vez mais cedo, em direção ao trabalho nas *plantations*, pois as condições de reprodução social lhes foram retiradas na origem. Toda essa trajetória de desfiliação social, no entanto, não os faz seres sem história. Existe a necessidade de considerar a categoria social enquanto história do grupo social e não apenas como história individual.

No caso dos assentados rurais, o fluxo migratório pode alterar certos códigos da cultura, na medida em que as práticas não são constantemente retransmitidas e/ou perdem aplicabilidade no cotidiano. Quando as pessoas perdem o acesso ao roçado e ao trabalho na policultura e ficam sujeitas apenas ao corte de cana, conhecimentos ligados ao ecossistema e à produção de alimentos podem se perder nas gerações familiares (WHITAKER, 2006). Mas isto não se aplica de forma absoluta em todos os aspectos que compõem o modo de vida das pessoas, embora estejam em constante transformação – conforme a noção de *habitus*, de Bourdieu (1989). Grande parte dos assentados dependia de um tipo de trabalho na agroindústria, no qual só se corta cana ou mesmo em atividades industriais e urbanas. Mas diversos outros aspectos culturais como valores, hábitos alimentares, crenças e mitos de outros tempos, apreendidos na convivência familiar não foram perdidos nem nos períodos de morada em cidades e, bem como, podem permanecer inalterados ou muito semelhantes por muitas gerações em famílias que só vivem nas cidades. Outros conteúdos ainda podem ser reavivados, em função da memória, resultando na prática de mutirões, na constituição de redes familiares nos assentamentos, na produção de alimentos e comidas típicas, tal como observaram estudos de Antuniassi et.al. (1993), Ferrante (1994), D'Aquino (1994) e Barone (1996), todos nos assentamentos de Araraquara. Whitaker e Fiamengue (2000) e Woortmann (2011) mostram como os assentamentos podem ser locais onde a diversidade agrícola é restituída. Já em inúmeras oportunidades nossa equipe de pesquisa encontrou famílias assentadas que praticam um tipo de agricultura tradicional, fazem enxertia, melhoramentos genéticos de animais, dentre outras técnicas de manejo dos recursos locais para aumentar a eficiência do sistema agrícola.

Quando se mora num sítio, existem práticas sociais obrigatórias a serem cumpridas. Segundo um assentado entrevistado: "quem não tem uma galinha, quem não tem um porco ou plantação de milho e abóbora, não é assentado". Ele se refere a uma prática de agricultor, uma espécie de "embolado" que envolve a produção de milho e de abóbora para alimentar seus animais, uma combinação mais do que consagrada no interior paulista como prática de sitiante, para a eficiência de seu sistema produtivo e alimentar (QUEDA et al., 2009). Para este informante, o assentado que não tiver pelo menos isto, não pode ser considerado um agricultor familiar. Da mesma forma, é de se estranhar quando um vizinho abate um porco e não distribui sua carne entre seus compadres. Se uma família volta para a terra para trabalhar com agricultura, ela possui um arcabouço cultural do qual dispõe para iniciar suas atividades. Porém, isso não as impede de trocar e incorporar novos saberes, receber e/ou necessitar profissionalização ao voltar a terra. Talvez esse seja um dos principais vazios da gestão dos assentamentos, o aproveitamento dos conhecimentos tradicionais em sua política de desenvolvimento.

O ponto de partida dos assentados é, em geral, um conhecimento agrícola que está em vias de se tornar residual, foram perdendo a importância no próprio cotidiano, pelo fato de passarem a exercer outras práticas laborais nessa trajetória de luta e por sobrevivência, na qual as principais estratégias são o trabalho assalariado agrícola no corte de cana e subempregos no meio urbano. No entanto, querer a terra para eles é mais que tê-la para criar valores de troca (FERRANTE, 2004; SILVA, 2005). É o desejo de tê-la para assim terem identidade e autonomia, para que primordialmente sejam e se reconheçam como aqueles que cultivam a terra, que produzem alimentos para si e para os outros[74]. E não para serem meros aplicadores de pacotes agrícolas e para obterem a produtividade a qualquer custo, mesmo que esta seja uma implicação de ser um agricultor moderno. Evidentemente, no decorrer das experiências dos assentamentos pode ser que essas concepções mudem para algumas famílias.

Junto a um movimento social, famílias desejosas em ter a terra, imbuídas destes valores, cobram isto do Estado. O assentamento é lugar onde as identidades são reconstruídas por uma ação deliberada de lutar pela terra, porém, é um campo de

[74] Para Branco (1999, p.31), que trabalhou a questão da identidade no caso dos jovens sem-terra, "A identidade está relacionada ao processo de como um indivíduo, no seu desenvolvimento, seguirá sendo ele mesmo para si e para os outros, em meio a tantas mudanças; e no caso das sociedades modernas, em meio a tantas contradições". Nesse sentido, uma passagem interessante sobre a formação da identidade no trabalho de campo foi quando o agricultor afirmou que sua maior motivação vinha na hora de fazer a feira na cidade, quando ele via que sua freguesia reconhecia a qualidade superior de suas verduras.

possibilidades entre conflitos, acomodações e resistências. Segundo Ferrante (1994, p.75), mesmo se considerarmos "o fato de os assentados serem ex-bóias frias, em significativa dimensão, muitos de segunda geração não significa uma relação de estranhamento frente à terra". E a partir desse *habitus* de um tempo vivido na terra se reconstrói o modo de vida.

No entanto, em um assentamento rural esta volta à terra nunca assume uma única configuração. Para Ferrante (1994) isto propicia um caleidoscópio de situações diferentes, que podem envolver situações de trabalho familiar no lote e fora do lote, envolvendo todos os membros da família diferentemente em cada período no assentamento. Este é, portanto, mais um fator que impede que o tomemos como categoria analítica inflexível. O presente estudo é centrado na categoria social – as famílias assentadas e suas diversas experiências – que se faz no assentamento, portanto, a cada momento histórico/social. Com isso, percebe-se que mesmo com origens e trajetórias sociais semelhantes, mesmo tempo de assentamento, dependência de assalariado externo, cada núcleo de assentamento tem um desempenho produtivo conforme suas próprias especificidades, que reflete a singularidade dos agentes no processo histórico.

Por outro lado, podemos considerar que o assentamento rural é uma ação estatal em decorrência da pressão de um movimento organizado de famílias. Tal movimento é organizado por instituições que podem identificar terras improdutivas e que não cumprem a função social, mobilizar famílias para ocupar e cobrar juridicamente do governo o assentamento delas. Um dos problemas do desenvolvimento das famílias assentadas são os vazios da atuação do Estado e dos movimentos sociais, com relação ao projeto de assentamento. Conforme trabalhos como Bergamasco et al. (2004) e Medeiros e Leite (2004), em certas regiões, especialmente naquelas com menor densidade demográfica e pouco desenvolvimento econômico, a presença dos assentamentos de reforma agrária pode significar uma forte dinamização da economia e da política locais. Muitas vezes, trata-se de um potencial não explorado nos planos de desenvolvimento. Quando os assentamentos representam alta porcentagem do colégio eleitoral ou quando a maior parte das pequenas propriedades de um município é de assentamentos, geralmente fica mais visível sua contribuição no âmbito do poder local, do abastecimento de alimentos e do mercado de preços agrícolas. A presença dos assentamentos pode ser marcante e influir diretamente nos rumos do desenvolvimento nas regiões. No entanto, é muito frequente observarmos os grandes desafios que os

assentamentos apresentam não apenas em termos de produção, comercialização e inserção regional, mas, sobretudo, em termos de educação, saúde, transporte, comunicação, saneamento, acesso à água, acesso a mercados, dentre outros fatores.

Segundo Caporal e Costabeber (2003), a assistência técnica para esse e outros segmentos da agricultura, prevista em lei como direito constitucional, induz a integração aos complexos agroindustriais. Mesmo assim, cresce o debate sobre se as funções dos órgãos públicos gestores da reforma agrária devem ser incorporados por outros ministérios ou secretarias, serem apenas reguladores e desapropriadores de terras que não atuariam no desenvolvimento dos assentamentos. Se a política de reforma agrária deve ser apenas uma política de cessão de terras, enfim, qual o projeto para os assentamentos? Que papéis eles podem desempenhar no desenvolvimento das regiões onde estão e qual seria o papel dos agentes sociais, sejam os movimentos sociais, as Universidades, as organizações da sociedade civil, do mercado e, sobretudo, do poder público em diferentes instâncias?

A análise da categoria social que é constituída nos assentamentos rurais é, portanto, pautada pelas noções de reconstrução de modos de vida e de trama de tensões. Pois, ao serem assentadas, as famílias são introduzidas na lógica produtivista de agricultura e, ao procurarem caminhos para o desenvolvimento econômico, acabam se reconciliando, não sem conflitos, com um conjunto de agentes em um campo social especializado. No interior desse campo, as famílias vivenciam novas acomodações e conflitos, contraditoriamente, até mesmo com aqueles que foram responsáveis por sua luta pela terra – os grandes latifundiários. Ao mesmo tempo, as famílias assentadas são demandantes de reivindicações diversas junto ao poder público, em vários níveis, o que igualmente não se dá sem atritos, avanços e recuos expressos na política de desenvolvimento dos assentamentos rurais. A constituição do espaço social dos assentamentos tem a ver com a reconstrução do modo de vida das famílias em um campo social dominado por velhos agentes das estruturas agrária e econômica.

A contribuição do esforço teórico-metodológico empreendido na presente tese é que a análise dos assentamentos não deve se dar unicamente por um viés economicista, mas por meio da noção de modo de vida e enfrentando seus aspetos mais contraditórios entre a produção econômica e a reprodução social. Algumas dimensões que podem ser consideradas no modo de vida no assentamento rural são: o retorno ao trabalho agrícola familiar, a (re)construção de um *ethos* camponês e comunitário, a reprodução social, cultural e econômica, o aprendizado político, a luta por autonomia, as relações de

gênero, as questões ambientais e as relações com a terra, dentre outras. Mas, igualmente, os assentamentos são territórios reformados no interior de uma estrutura agrária mais ampla, portanto sua análise envolve também, além da reconstrução de modos de vida, a trama de relações sociais com os demais agentes, o que pode trazer novos elementos para se pensar políticas públicas que atuam, por exemplo, na agricultura familiar e no sistema agroalimentar regional.

3.2 Caracterização da Região Central do Estado de São Paulo

A região central do estado de São Paulo é marcada economicamente pela presença do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. A posse da terra é fortemente concentrada, como na maior parte do país, poucos proprietários detêm a maior parte dela. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico. Trata-se de uma região de agricultura altamente capitalizada, com a presença de setores a montante e a jusante, que formam o complexo agroindustrial (COSTA et al., 1994, p.17). Isto é, uma região que conta com empresas que fornecem insumos e matéria-prima para as agroindústrias e outras que processam, comercializam e consomem sua produção. Por isso, a região é tratada na literatura especializada como a Califórnia Brasileira, por causa de seus altos índices de geração de riqueza. Contrastando com este tônus de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra (FERRANTE, 1992a).

Na época da implantação dos primeiros núcleos de assentamentos na microrregião de Araraquara[75], 3,86% (ou 42 propriedades com mais de 500 ha) abrangiam 47,36% da área total das propriedades, enquanto que 68,55% das propriedades com até 50 ha ocupavam 11,22% da área (LEITE, 1986). A constituição dos assentamentos não mudou esta realidade da estrutura fundiária. Segundo dados do IBGE, atualmente a concentração fundiária é igual ou pior, pois da área cultivada total da microrregião de Araraquara, 91% estão ocupadas pelos cultivos de cana e laranja (respectivamente, 79,3% e 11,6%). Por outro lado, apenas 53 propriedades com mais de 500 hectares, ou 3% do total de propriedades, ocupam 60% do total da área rural desta microrregião (LORENZO et al., 2012).

Segundo Baccarin et al. (2014):

[75] A microrregião de Araraquara, aqui considerada, abrange os municípios de Araraquara, Descalvado, Matão, Motuca e São Carlos.

> Desde o início de sua história, a atividade canavieira apresentou grande importância econômica no Brasil. Os engenhos de açúcar no período colonial caracterizavam-se pelos seus proprietários deterem grandes áreas plantadas com cana-de-açúcar. Essa característica tendeu a perdurar ao longo do tempo e, no século XX, a expansão, em um primeiro momento, das usinas e, após o Proálcool, também das destilarias não alterou o fato de o capital agrário e o agroindustrial canavieiro, em grande parte, pertencerem ao mesmo agente social, comumente denominado de usineiro.
> A legislação brasileira, no mais das vezes, respaldou tal situação, como pode ser observado na edição do Estatuto da Lavoura Canavieira, em 1941. Tal lei, em vigor até o presente, ao procurar disciplinar a relação entre usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar, estabeleceu que as usinas poderiam produzir diretamente até 60% da cana-de-açúcar necessária. E mesmo essa obrigação de adquirir a menor parte de matéria-prima de fornecedores não vem sendo cumprida, como mostram várias evidências[76]. (BACCARIN et al., 2014).

No caso específico do município de Araraquara, pode se visualizar a paisagem agrícola tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por cana-de-açúcar, laranja e, mais recentemente, eucalipto. Segundo dados do Projeto LUPA 2007/2008 e do Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (2009), 47,04% das propriedades rurais da região variam entre 10 e 20 hectares, um percentual bastante alto se comparada com outras regiões e municípios do Estado (PROJETO LUPA, 2009). No entanto, trabalhar com uma definição rígida quanto ao tamanho das propriedades pode escamotear que a relação entre renda e tamanho da propriedade aumenta muito dependendo do tipo de empreendimento.

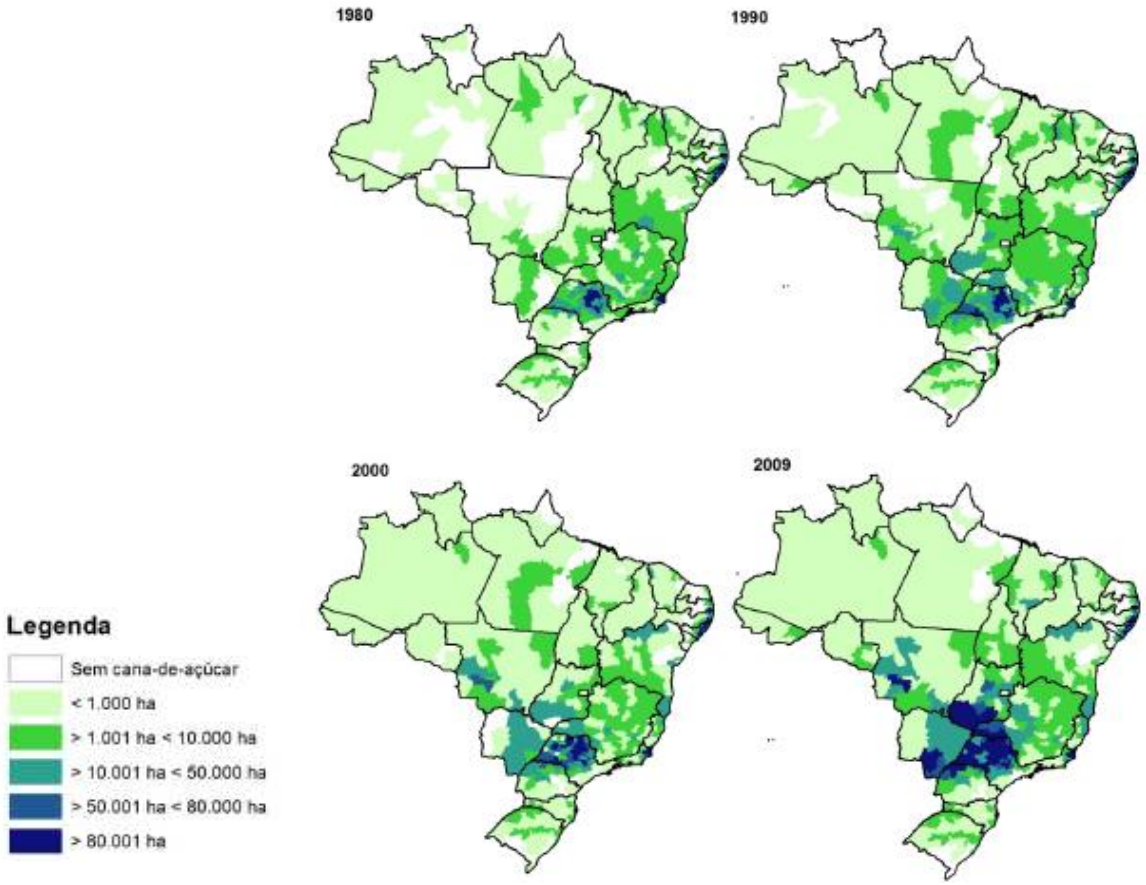
Segundo dados levantados por Campos (2011), cerca de 80% de seus entrevistados – micros e pequenos empreendedores rurais da região – possuem a maior parte de suas propriedades com cana-de-açúcar, como arrendatários/fornecedores de agroindústrias. Porém, indicam que com esta área auferem proporcionalmente menos renda que com a parte menor da propriedade destinada à policultura. Os entrevistados destacaram a segurança dada "pela renda da cana", uma vez que são recebidas parcelas anuais mais volumosas, mas, para o autor, geralmente esse dado não vem acompanhado de uma reflexão mais detalhada dos custos desse sistema produtivo com insumos, transporte, externalidades ambientais, problemas nas medidas nos momentos de

[76] No estado de São Paulo, na safra 1989/90, 33,7% da cana-de-açúcar moída pelas agroindústrias originaram-se de fornecedores independentes, valor que caiu para 24,4%, na safra 2001/02 (UDOP, citada por BACARIN, 2005). (nota no original)

pesagem, dentre outros problemas ligados à dependência em relação às variações desse setor.

Por outro lado, conforme apresentou o pesquisador Sérgio Pereira Leite em uma mesa-redonda[77], na imagem a seguir podemos visualizar a evolução das áreas com colheita de cana no Brasil. É interessante notar não apenas a evolução no estado de São Paulo, ou uma evolução que se dá a partir deste Estado, mas também que em todo o Brasil diminuíram as áreas que não possuem plantações de cana.

Figura 2 – Cana-de-açúcar colhida no Brasil (1980-2009).



Fonte: Sérgio Pereira Leite, 2012.

Acompanhando essa discussão, Teixeira (2014) organizou dados sobre o financiamento do BNDES ao cultivo da cana industrial no Brasil no período de 2004 a 2010. Conforme o quadro a seguir, percebe-se uma forte evolução anual dos financiamentos ao setor:

[77] Trata-se da mesa-redonda "Experiências de segurança alimentar nos espaços do agronegócio", durante o V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, realizado no Centro Universitário de Araraquara, em 2012.

Quadro 3 – Desembolsos do BNDES por atividade produtiva para o setor sucroalcooleiro no período 2004-2010 (em R$ milhões).

Atividade Produtiva	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cana-de-açúcar	193	224	366	571	686	688	953
Industrial (Açúcar e etanol)	333	617	1.344	2.893	3.942	4.184	5.139
Co-geração	77	256	264	127	1.872	1.522	1.483
Total	603	1.097	1.974	3.591	6.500	6.394	7.575

Fonte: BNDES. Organizado por Gabriel da Silva Teixeira, 2014.

Inclui todas as linhas de crédito do banco (operações diretas e indiretas, automáticas e não-automáticas).

Frente ao exposto, a característica da agricultura familiar nesta região se estabelece a partir do contraponto ao agronegócio, sendo que todo tipo de agricultura é influenciado pelo complexo agroindustrial canavieiro. Esta é uma característica que tem a ver com o índice de concentração fundiária, o tipo de atividade produtiva e de organização do trabalho que predominam historicamente na região. Os dilemas da inserção regional da agricultura familiar não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores têm ou almejam ter. O conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente em toda sua história, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento da agricultura familiar (BARONE, 2002). Inegavelmente, a expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior das propriedades familiares.

Entretanto, mesmo em territórios sobre os quais o complexo canavieiro está se expandindo, como mostrou Melo (2013) no noroeste paulista, na região de Jales/SP, esse avanço entra em conflito com os modos de vida dos sitiantes daquela região. Fatores como a valorização da diversificação da produção e da comercialização e o envolvimento de toda a família no empreendimento familiar foram identificados como formas de resistência à expansão canavieira em certas famílias e localidades. Essa resistência foi atribuída pela autora à memória de uma história camponesa com maior autonomia. Nesse sentido, a produção de alimentos tanto para autoconsumo como para comercialização continua tendo peso significativo no viver das famílias agricultoras, assim como as perspectivas de diversificação que em nenhum momento foram

dissolvidas com a integração nas "parcerias agroindustriais", conforme observamos no caso dos assentamentos investigados (DUVAL, VALENCIO, FERRANTE, 2009). Portanto, permanece sempre a possibilidade das famílias agricultoras possuírem sistemas produtivos voltados à produção de alimentos e não somente se entregarem à produção de *commodities*.

A luta pela reforma agrária na região central do estado de São Paulo é protagonizada pelos trabalhadores rurais que ora se vinculam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora se ligam aos movimentos sociais (em especial o MST). É possível identificar territorialmente a disputa por estas instituições pelo maior rebanho nos assentamentos. No caso específico das cidades mais próximas geograficamente à Araraquara, onde se encontra a sede do sindicato, sua força se torna maior que a do MST. Já em cidades como Ribeirão Preto, Iaras e Piratininga, o MST (e outros movimentos) tem uma atuação mais intensa. Vale destacar que no caso de Araraquara, a presença do sindicato persiste desde as greves de Guariba (e mesmo antes), em 1984, enquanto que a presença do MST em Ribeirão Preto é bem mais recente, no início dos anos 2000. Este fato reflete um dos aspectos que explica a diferença na data de criação entre os assentamentos de Araraquara e de Ribeirão Preto, conforme o quadro a seguir, bem como, um hiato histórico referente à criação de assentamentos na região (durante a década de 1990). Por outro lado, há toda uma questão de conjuntura que em muito influencia o início e o desenvolvimento dos assentamentos, ainda a ser melhor explorado. A luta pela terra em cada município tem contornos bem distintos, por isso, podemos subdividi-la para sua melhor caracterização.

Quadro 4 – Amostragem Região Central.

Municípios	Modalidade/Assentamento	Órgão resp.	Área total (ha)	N. de lotes	Média de área do lote (ha)	Ano instalação
Araraquara, Motuca e Matão	PA Monte Alegre	ITESP	6.599,16	385	14	1985 – 1998
Araraquara	PA Bela Vista do Chibarro	INCRA	3.427,45	203	14	1990
Araraquara	PA Horto Bueno de Andrada	ITESP		31	14	1997
Ribeirão Preto	PDS da Barra	INCRA	1.548,48	440	2	2007

Fonte: ITESP, 2006 e INCRA, 2010. Adaptado pelo autor.

3.3 Apresentando brevemente as trajetórias dos assentados investigados

A seguir, procuro apresentar alguns momentos da constituição dos assentamentos. A caracterização dos assentamentos de Araraquara – Monte Alegre, Bueno de Andrada e Bela Vista do Chibarro – têm base no acompanhamento continuado realizado pelo Nupedor. Além de procurar descrever a história da luta pela terra das famílias, destaco a trajetória das "parcerias" agroindustriais, sobretudo a da cana nesses assentamentos, como um de seus fatores mais marcantes. Já o texto sobre a Fazenda da Barra, em seguida, trata-se de informações registradas em diário de campo das minhas primeiras visitas ao assentamento nos meses de junho a agosto de 2011, principalmente decorrentes de uma pesquisa estadual que fizemos junto ao INCRA/SP. Nessas visitas pude captar diferentes aspectos da luta pela terra, da organização interna, sistema produtivo, questões de infraestrutura, políticas públicas, dentre outros. As informações também decorrem de entrevistas, uma conversa informal com o coordenador do escritório local do INCRA à época, o sr. Edivar Lavratti e outra, realizada no primeiro semestre de 2014 com o Sr. Osvaldo Aly Júnior, que era assessor do gabinete do superintendente na área de desenvolvimento de assentamentos entre os anos de 2003 e 2009.

Há poucos registros da luta pela terra antes da década de 1980, o que não significa a inexistência de movimentos sociais com este caráter. Registros realizados por Ferrante (1992a), obtidos na grande imprensa em jornais alternativos e através de memórias sindicais dão conta da importante atuação política do Partido Comunista nesta região nas décadas de 50, 60 e 70. Atuação esta que por um lado, objetivava regulamentar a legislação trabalhista e, de outro, lutar pela reforma agrária, dado o peso da concentração fundiária e o não cumprimento da função social da propriedade.

Nos anos 80, a luta pela terra passa a ter maior visibilidade nacional e regionalmente. Dentre as várias manifestações que ocorreram à época, destacou-se a dos movimentos grevistas dos bóias-frias, conhecidos nacionalmente como a era das greves de Guariba/SP. Os bóias-frias já reivindicavam, a partir da década de 70, a garantia de seus direitos trabalhistas, contestando sistemas impostos de corte da cana geradores de uma intensiva exploração da força de trabalho, progressivo adoecimento, dentre outros (FERRANTE, 1992a).

O movimento grevista sofreu forte repressão, que em muitos casos foi materializada em demissões e listas negras. Orientados pelo Sindicato de Assalariados

Rurais de Araraquara, os bóias-frias de várias regiões passaram, a partir da segunda metade da década de 80, de forma mais consistente, a reivindicar terra. Para Ferrante e Silva (1988), essa pauta volta a se constituir uma necessidade da reprodução dos trabalhadores, já que a maioria deles passou do colonato para a proletarização no trabalho como bóia-fria, então havia a roça de subsistência como espaço reprodutivo. Porém, as autoras alertam:

> A terra não vai se constituir na solução dos problemas, no final feliz dos conflitos, ao contrário, a apropriação da terra por parte de certos contingentes de trabalhadores será o ponto fundamental para a criação de outras (novas) necessidades inseridas no contexto de novas relações sociais de produção. O Estado apropria-se destas reivindicações e reorienta sua ação pelas novas contradições criadas em torno da apropriação da terra (FERRANTE, SILVA, 1988, p.42).

Ocupações passam a ser frequentes em vários pontos do Estado e do País e, no plano institucional, o Estado brasileiro, sob pressão dos movimentos sociais do campo, institui o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985. O Plano foi alvo de críticas dos que defendiam uma reforma agrária mais ampla e como projeto de sociedade, mas também de elogios por parte daqueles que reconheciam os avanços da criação de assentamentos rurais no Brasil.

Na trajetória dos últimos 30 anos vários assentamentos foram criados na região central do estado de São Paulo, em diferentes conjunturas dessa trajetória. Essas experiências de assentamentos não se diferenciam muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (FERRANTE, BARONE, 1997/1998) acabam por comprometer a capacidade de desenvolvimento dos assentamentos. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A despeito da concentração fundiária e da precarização do trabalhador rural, na região

de Araraquara ocorreram várias greves de trabalhadores bóias-frias entre os anos 1984 e 1989, cujo epicentro foi a cidade de Guariba (BARONE, 1996). Grande parte dos assentados pioneiros em assentamentos desta região vem da luta contra a precarização do seu trabalho. Mas, foram assentados em meio ao mar de cana e no contexto da agricultura modernizada. O início de suas lutas foi o processo de proletarização. As greves foram momentos de eclosão de um sentimento de revolta. O desemprego, a falta de acesso a alimentos e à água foram condições reais dos bóias-frias, que acabaram se mobilizando em torno da pauta da luta pela terra.

Por outro lado, leva-se em conta a presença do complexo agroindustrial na trajetória dos assentamentos e a influência que ele exerce para os assentados, pois alguns deles são funcionários permanentes, enquanto muitos são temporários nas usinas da região e, atualmente, plantam cana enquanto fornecedores de matéria-prima da cadeia produtiva do etanol, mesmo sendo tais usinas o principal ícone da desfiliação social de outrora.

Outras pessoas advêm de um ciclo migratório no interior do território brasileiro. Segundo Antuniassi et al. (1993), as pessoas com mais de 50 anos do assentamento Monte Alegre foram sitiantes e aquelas entre 30 e 40 anos, seus pais haviam perdido esta condição e estavam principalmente pelo interior do Estado de São Paulo. Para as autoras, "Todos viveram a infância e alguns até a adolescência e idade adulta, no meio rural, trabalhando com seus pais nas lavouras do café e do algodão" (1993, p.127). Nesse assentamento, conforme dados de Ferrante e Bergamasco (1995), aproximadamente 85% das famílias têm origens no meio rural, mas cerca de 70% delas passaram pela experiência de privação do meio de produção fundamental do agricultor, a terra. No assentamento Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os assentados recorrem.

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, II e IV) foram instalados pelo Itesp nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado mais de dez anos depois, após novas ocupações em outras áreas da fazenda. A fazenda Monte Alegre era propriedade da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.), administrada pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora) e posteriormente passou a estar sob gestão da Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) quando os

assentamentos foram conquistados. São áreas que foram por quarenta anos monoculturas de eucalipto utilizadas como insumo para a estrada de ferro. Era uma terra pública já não tanto utilizada pela FEPASA, que enfrentava dificuldades em ser mantida pelo Estado e foi reivindicada por não cumprir função social. Na época, a madeira da fazenda estava sendo utilizada para produção de celulose para empresas privadas.

Portanto, o uso dessa fazenda passou do interesse em produzir dormentes para a estrada de ferro e posteriormente celulose para empresas privadas, cujo resultado, depois de quarenta anos, foi a homogeneização do espaço, para ser o local de moradia de centenas de famílias. Essas, por sua vez, passaram de uma situação de privação dos meios produtivos e de precariedade de seus trabalhos, para uma terra com possibilidades de garantir seu sustento alimentar e de lhes devolver a um trabalho digno, numa nova temporalidade.

A terra da fazenda Monte Alegre, devastada pela monocultura intensiva de eucalipto, necessita constantemente de correções de acidez e de controle de pragas para produção familiar. O eucalipto foi um tipo de exploração agrícola que contribuiu para que a terra ali ficasse ácida, segundo dados técnicos do Itesp. O fato de que foi uma monocultura desestruturou a microvida existente; cupins e formigas tornaram-se pragas, já que seus inimigos naturais foram exterminados e esses insetos tornaram-se resistentes pelos defensivos agrícolas aplicados constantemente.

Conforme comprovado nas idas a campo, a maioria dos lotes de produção ainda não tem todas as áreas destocadas. Os tocos de eucaliptos que estão no solo são empecilhos à produção de diversos cultivos, bem como são focos de cupins e formigas. Vários foram os assentados que relataram que os tocos em seus lotes foram arrancados "no braço", por falta de um incentivo público para isso. Por outro lado, todo ano agrícola deve começar com a calcarização dos solos para corrigir a acidez, mas isso tem um elevado custo para os produtores assentados. Isso porque também não houve no assentamento um programa para melhorar a qualidade do solo, ao invés dos projetos técnicos. Para os assentados, o solo da fazenda ainda passa por uma "desintoxicação" dos insumos químicos utilizados nos eucaliptos. Essas são algumas dificuldades que os assentados enfrentam com relação ao solo dos lotes.

Nota-se ainda hoje forte presença de árvores de eucalipto, inclusive em áreas de reserva e proteção permanente da fazenda, como indicativo de uma exploração intensiva. Para começar a trabalhar numa área desgastada pela monocultura de eucalipto tem-se que investir muito dinheiro, fator que inviabiliza o início e a continuidade dos

trabalhadores na terra, e que não deve ser negligenciado a quem procura avaliar o desenvolvimento dos produtores.

O assentamento foi criado e é de responsabilidade da Fundação Itesp, que posteriormente criou outros núcleos de assentamento na fazenda em função de novas ocupações, estendendo sua área por mais dois municípios, Araraquara e Matão. Ele foi crescendo a partir de ocupações nas outras áreas da fazenda ainda repletas de eucaliptos que não serviam mais ao Estado.

No mesmo período em que o Itesp instalou um dos núcleos mais recente do projeto do assentamento Monte Alegre – o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) – também assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área também anteriormente pertencente à Codasp e localizada no distrito araraquarense de Bueno de Andrada (que dá nome ao Horto). As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre.

Com o processo de assentamento das famílias, as áreas foram divididas em centenas de lotes que passaram a ser ocupados por pessoas, que ali residem e desenvolvem atividades agrícolas. Cada família possui um lote agrícola de aproximadamente 14 hectares e outro lote de moradia localizado nas agrovilas, com menos de 1 ha[78]. A data de fundação de cada núcleo de assentamento é diferente e isso interfere diretamente na distinção e na sociabilidade entre pioneiros e os novos assentados, assim como a cada ano saem e entram novas famílias, conforme demonstrado pelos trabalhos de Antuniassi et al. (1993) e Ferrante el al. (1994).

A fazenda tem um total de 6.599,16 hectares, entre lotes agrícolas, agrovilas, áreas de reserva legal e de proteção permanente (APP). Está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, sendo que os dois últimos são municípios menores em relação ao primeiro e cada um deles recebe e tem uma atuação diferente sobre o assentamento. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas políticas públicas voltadas ao escoamento da produção nos municípios, da infra-estrutura nas áreas de saúde, educação e transporte, dentre outros fatores que cada município oferece ou tem a participação dos assentados.

[78] Com exceção do núcleo 6 (o maior deles), onde não há agrovila.

Já o assentamento promovido pelo governo federal no município de Araraquara é o Bela Vista do Chibarro, originalmente com 176 lotes agrícolas e, atualmente, com 203. Isso se deu por causa da política do INCRA, a partir do ano de 2005, quando passou a ser possível aos assentados dividirem o lote, por exemplo, com seus filhos. Tal divisão redunda na criação de um novo lote, com novos beneficiários, os quais podem acessar os créditos iniciais tanto de moradia como de produção. Este assentamento se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à instalação deste PA acaba sendo emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992b).

O assentamento foi implementado, após luta dos ex-trabalhadores da usina Tamoio, que no final da década de setenta enfrentou séria crise financeira, deixou de pagar salários e entrou em concordata. Em julho de 1980 a usina fez empréstimo na Caixa Econômica Estadual pelo qual se não pagasse teria que dar parte do patrimônio; e não pagou. No ano de 1988 o DAF (Departamento de Assuntos Fundiários, antiga Fundação Itesp) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais acionam o Programa de Valorização de Terras Públicas, alegando que esta terra pública deveria ser produtiva e cumprir função social. Na época, a seção da usina que foi destinada para o assentamento estava abandonada, o mato tomava conta, não tinha ruas e iluminação, a mina d'água estava comprometida. Em algumas áreas a usina ainda mantinha cana plantada.

Dos trabalhadores que moravam na colônia da fazenda poucos se interessaram em lutar pela terra ao invés dos salários. O INCRA entrou na disputa e a dívida da usina foi passada para a Caixa Econômica Federal. Assim, ao final do mesmo ano (1988), apenas quinze famílias de ex-trabalhadores da usina tornam-se assentadas, sem receber os salários atrasados, e juntamente com doze famílias que vieram de ocupações na fazenda Monte Alegre iniciaram o projeto de assentamento. Em 1989 entram as demais famílias, vindas de vários lugares como: Vale do Ribeira, Paraná, Minas Gerais, de acampamentos do MST (principalmente de Promissão-SP), da cidade de São Paulo, de diversos Estados do nordeste brasileiro.

De modo geral, conforme entrevista com uma assentada, o assentamento é caracterizado por seis grupos pioneiros: o grupo dos antigos moradores da fazenda, o grupo que veio de acampamentos no município de Sertãozinho/SP, o grupo organizado

pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o grupo que veio de acampamentos de Sete Barras/SP, o grupo que veio de acampamentos de Promissão/SP e o grupo dos 36[79].

O grupo dos antigos moradores era composto pelas famílias que viviam e trabalhavam na fazenda Bela Vista do Chibarro, na época da colônia da usina Tamoio, antes de se tornar assentamento. Ao permanecerem na fazenda Bela Vista, essas famílias tiveram que enfrentar muitas dificuldades como, por exemplo, transporte para a cidade que deixou de existir, a energia elétrica que foi cortada, o posto de saúde que foi fechado, entre outros problemas estruturais, além da passar a conviver com novas famílias advindas de diferentes ciclos migratórios e do movimento social. Este grupo resistiu e permaneceu nessas terras até se tornarem assentadas.

O grupo de Sertãozinho era formado por bóias-frias, que viram a possibilidade de melhoria de vida através da conquista de um pedaço de terra e assim poderem sair de uma condição precária de vida. O grupo do sindicato era de famílias que fizeram cadastro no sindicato e foram convidadas a compor o assentamento.

O grupo de Sete Barras era composto por famílias que viviam no assentamento de Val Formoso, no município de Sete Barras, que negociou a transferência das famílias para essas terras com o sindicato e os trabalhadores acampados na Bela Vista, devido as terras de Val Formoso terem sido declaradas reserva florestal.

O grupo de Promissão era de famílias vinculadas ao MST, transferidas pelo INCRA do acampamento daquela cidade para o assentamento Bela Vista, sem o aval das famílias que já estavam assentadas ou do sindicato, que foi o principal mobilizador da luta por essa terra. Como reação a essa ação surgiu o grupo dos 36, que era composto por 36 famílias organizadas e trazidas pelo sindicato a fim de impedir que outros trabalhadores viessem de Promissão, deixando de fora aqueles que estavam cadastrados na região. Esses foram os grupos que compuseram o início do assentamento Bela Vista do Chibarro.

Tais grupos totalizaram 176 famílias na área. Mas como na ex-colônia (hoje chamada de agrovila) só existem cento e vinte casas, cinquenta e seis famílias tiveram que ir morar no lote de produção. Com o passar dos anos de assentamento, com os variados problemas estruturais, políticos e econômicos pelos quais as famílias passaram, constituem-se diversos outros grupos de produção, perpassando os grupos iniciais e

[79] Para maiores informações sobre os grupos que constituíram o assentamento Bela Vista, ver Caires (1993) e Rosin (1997).

levando-se em conta a vida cotidiana na comunidade que se formava, as relações de parentesco, amizade e vizinhança.

Muitos desses trabalhadores foram cadastrados na Reforma Agrária através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, portanto já tinham algum envolvimento com o trabalho em usinas. Então, além de muitas famílias serem de ex-trabalhadores da usina Tamoio, algumas trabalhavam para usinas em outras regiões. Foram assentadas numa terra antes utilizada pela monocultura de cana e ainda envolta pela mesma cultura, de fazendas de outras usinas locais, já percebendo-se de início a potencialidade de influência que o complexo canavieiro pode exercer nesse assentamento. Apesar de também terem sido ocupadas por monocultura, não são terras tão desgastadas como no Monte Alegre já que a cultura da cana é menos danosa, em relação ao eucalipto, aos solos tropicais. Uma característica da formação do assentamento é o baixo envolvimento com o MST por parte da maioria das pessoas. São áreas conquistadas através de outro movimento, principalmente de ex-trabalhadores volantes locais e sob coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local.

Para Roy (1991), a análise dos assentamentos nos primeiros tempos do plano nacional de reforma agrária leva em conta "um movimento particular, surgido numa conjuntura política específica, que mostra grandes fragilidades já na curta duração, no interior de um movimento geral que a nega" (p.03). Ele se refere ao período de governo Montoro[80], que, diante da reivindicação por terra da parte dos trabalhadores rurais, durante a década de 1980, o governo paulista implanta um programa fundiário a partir de duas ações: Plano de Valorização de Terras Públicas e Plano de Regularização Fundiária (ANTUNIASSI et.al., 1993). A partir desses planos seriam implantados 38 assentamentos no Estado, no período de 1984 a 1992, sob responsabilidade do DAF, que depois passou a Instituto de Terra, órgão alocado na Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Porém, mesmo num contexto político-institucional favorável, quando o período desse governo chegou ao fim, os assentamentos criados já apresentavam problemas. De projetos coletivistas incentivados pelas organizações de base (igrejas, sindicatos e movimentos sociais), bem como pelos órgãos gestores, as experiências de assentamentos viriam a expressar em pouco tempo um tipo de "produção familiar privada". Por isso, Roy sugere que as experiências de reforma agrária refletem "o

[80] No período desse governo (1983-1986) foram criados 21 assentamentos em São Paulo, perfazendo um total de 37 mil hectares e 2214 famílias beneficiadas (ROY, 1991, p.5)

movimento geral que a nega". Os planos não atingiram suas metas em número de famílias assentadas, nem em relação à infra-estrutura dos assentamentos ou em relação às estradas, moradias, rede elétrica, irrigação, serviços de saúde, educação, estado do solo. De uma forma geral, os primeiros tempos de assentamento dessas famílias foram bem diferentes em relação àquelas assentadas na década 2000. Pois, era comum elas ficaram até 7 anos sem ter rede elétrica, sem estradas, sem crédito, diferentemente da conjuntura política quando da criação do assentamento da Fazenda da Barra, como será apresentado posteriormente.

Com a implementação dos primeiros núcleos de assentamentos nessa região, uma série de interesses regionais passou a fazer pressão sobre eles, impulsionando os rumos destas experiências de reforma agrária. O conceito de trama de tensões explicita a existência de disputas políticas em torno de projetos que eventualmente possam determinar o uso do espaço agrícola nos assentamentos rurais (FERRANTE, 2010). Nesse campo de forças sociais, investiga-se as relações de poder que cada agente social é capaz de exercer para formular diretrizes, que determinam tais usos e ocupações do espaço agrícola e das pessoas nos assentamentos.

Como já afirmei, o projeto inicial previa a coletivização das terras, mas logo houve uma reorganização em lotes familiares individuais. Após as divisões, em meio às estratégias possíveis ao desenvolvimento econômico dos assentados, Ferrante et al. (1994) captaram, já na safra 1992/93, a diferença do plantar sozinho ou de forma mais parecida com um tipo de "parceria"[81], junto a outros sitiantes de fora do assentamento (no caso, plantava-se soja). Enquanto o assentado que pegou financiamento e plantou por conta própria corria sérios riscos de ficar devedor, o outro afirmou que sua renda possibilitou pagar financiamento contraído e fazer investimentos. Isto porque o "parceiro" contava com insumos fornecidos pelo sitiante para facilitar o plantio, a colheita etc., além de contar com o escoamento e o pagamento certos, enquanto que o primeiro dependia de uma série de fatores, como o financiamento do banco sair na hora certa para o plantio, dificuldades em obter acesso a recursos para manter seu lote produzindo, dificuldades em comercializar seus produtos após a colheita e para receber assistência técnica. São fatores que somados à falta de ações efetivas por parte do

[81] Esta "parceria" viria a ser considerada um arrendamento por alguns assentados que diziam que com ela não havia trabalho familiar na terra. Na verdade, as parcerias até hoje podem se confundir com arrendamentos, a principal diferença é que antes as famílias eram arrendatárias de terras de médio/grandes proprietários, como no caso dos Parceiros do Rio Bonito (CÂNDIDO, 1979). Já no assentamento, trata-se do arrendamento do lote da própria família (BARONE et al., 2008).

Estado, foram mostrando um caminho de aquisição de renda para os assentados: as parcerias com agentes regionais externos, ou aquilo que liga direta ou indiretamente os assentados rurais em arranjos produtivos regionais na produção de *commodities*.

Por outro lado, surgiram também alternativas produtivas diversificadas, como a produção de alimentos, importantes para se garantir a reprodução social e a segurança alimentar das famílias assentadas. Em meu estudo de mestrado percebi que a tendência foi das famílias assentadas plantarem roçados nos primeiros tempos em seus lotes, como arroz, feijão, milho e mandioca, auxiliadas por financiamentos que induziam o plantio desses itens e, aos poucos, foram consolidando as criações animais. Os sítios começaram a ter características de ocupação mais permanente, com árvores frutíferas e a criação animal. Os excedentes da produção de alimentos sempre foram comercializados em feiras e mercados locais, mas nem sempre representaram importante retorno financeiro porque eram escoados principalmente por meio de atravessadores ou apenas esporadicamente. Recentemente, passaram a contar com incentivos de políticas públicas como o PAA e o PNAE.

A inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra marcou a constituição dos assentamentos na região. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarização rural (FERRANTE, 1992b). As origens e trajetórias da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõe resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior de assalariamento (BARONE, FERRANTE, 2012).

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária (BARONE, FERRANTE, 2012).

3.4 A trajetória da cana nos assentamentos

Desde os anos iniciais dos assentamentos em Araraquara são continuadamente registrados e analisados pelos pesquisadores do Nupedor os assédios dos agentes do complexo canavieiro aos assentados, para que eles se tornassem fornecedores de matéria-prima (STETTER, 2000; SANTOS, FERRANTE, 2004; BARONE et al., 2008). Não que a cana tenha sido a única alternativa produtiva para os assentamentos da região, pois de fato houve inúmeros projetos ao longo dos anos[82]. Porém, pode-se tomar tais projetos como pontuais e intermitentes, quando comparamos a alternativa produtiva em integração com a cana industrial. A presença da cana sempre existiu enquanto marca estrutural dos assentamentos, que se reflete nos sistemas de poderes e controles das agroindústrias no modo de vida das famílias assentadas.

Conforme os estudos de Santos e Ferrante (2004), Ferrante e Almeida (2009), Ferrante e Barone (2011), existe um verdadeiro vai e vem das formas de integração com as agroindústrias da cana. Desde a década de 1990, houve forte pressão das agroindústrias canavieiras regionais para que os assentamentos se prestassem ao plantio de cana enquanto fornecedores de matéria-prima, o que antes era proibido pelo Itesp[83]. Em 1992, o prefeito de Motuca lançou uma proposta na qual três quartos da área de cada lote seriam plantados com cana. O prefeito prometia "salvar" economicamente os assentamentos, tidos por ele como favelas rurais, conforme vinculado na imprensa na época. "O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assentava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de 'tocar a terra'. A omissão do Estado não era discutida" (FERRANTE, BARONE, DUVAL, 2008, p.26).

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentados da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (STETTER, 2000). O grupo político que dominava o município de Motuca era constituído pelos próprios proprietários da usina Santa Luiza, localizada a poucos quilômetros do assentamento.

[82] Alguns deles foram registrados pela equipe do Nupedor, como nos estudos de Nishikawa (2004), Campói (2005), Almeida (2011), Gêmero (2012), entre outros.

[83] Embora o Bela Vista do Chibarro seja federal, até o ano de 2005 o Itesp prestava assistência técnica aos assentados, por meio de um convênio com o INCRA. A partir de 2005 o INCRA/SP começou a criar escritórios regionais no Estado e, desde então, passou a ter outra abordagem frente ao problema do arrendamento, como veremos mais à frente. Portanto, até 2005 podemos dizer que a problemática da cana era parecida em todos os assentamentos de Araraquara.

Propostas de consórcios entre usinas canavieiras e assentados foram ganhando a adesão de diversos agentes regionais, como o próprio Itesp e o Sindicato. Em 1995, entre 70 e 80% dos assentados já estavam dispostos a tentar um projeto-piloto, para plantio de 50% de seus lotes em parceria com a usina. Ao longo do tempo, o formato para o plantio de cana foi se aperfeiçoando, passando de consórcio à parceria. Durante a década de 1990 muitos assentados já vinham plantando cana irregularmente mediante acordos verbais, até que, no ano de 2002, diante do quadro de endividamento e consequente pressão dos próprios assentados, a Fundação Itesp regularizou o plantio de culturas agroindustriais nos assentamentos do governo estadual, através da Portaria 075/2002, revogada pela Portaria 077/2004. Esta foi justificada pelo fato de possibilitar aos assentados um "novo" projeto de desenvolvimento, a partir da integração deles nas cadeias agroindustriais regionais. Os anos de regularização dessa portaria são um importante marco para a presente pesquisa, na medida em que foi um período marcado pelo início do governo Lula, em 2003, no qual ocorreram contrapontos a essa tendência mais geral para o desenvolvimento dos assentamentos[84]. Neste período, a cana industrial passou a ser a principal alternativa produtiva, mas, ao mesmo tempo, tiveram início novas perspectivas para o desenvolvimento rural.

A polêmica parceria para plantio de cana industrial voltou à pauta tendo como protagonista o poder local:

> O prefeito de Motuca declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.
> Na avaliação do prefeito, "a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas da ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados" (Folha de São Paulo – 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, voltou a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados (FERRANTE, BARONE, DUVAL, 2008, p.27).

O fato é que desde a portaria 77/2004 do Itesp ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. O formato do contrato estipulava que a cana poderia ser plantada em, no máximo, metade de cada lote e tivesse duração de cinco anos, com direito, na primeira safra, durante a formação do canavial, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana,

[84] Dentre as mudanças que ocorreram no período podemos citar o início do PAA e a criação do escritório regional do INCRA/SP em Araraquara.

aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e as mudas. Estes eram os serviços de formação do canavial e eram disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, porém, nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não contariam com esses serviços feitos pela usina. Eles teriam que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”. O transporte e a pesagem também eram a cargo da usina.

O plantio, o trato diário e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Mais uma razão para que a parceria ficasse caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que isso abria possibilidades para não haver trabalho familiar nos canaviais, apenas espaço para a terceirização da mão-de-obra, o consumo de insumos industriais e a produção de matéria-prima para as indústrias. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina. Problemas desses serviços feitos por funcionários de usina foram retratados nas representações dos assentados:

> Houve um caso que o trator desmanchou as curvas de nível que tinham no lote e sem as curvas todo calcário que jogar na terra para corrigi-la vai descer com a água. Deveriam ter cobrado da usina que fizesse o serviço novamente. O mata-mato que disseram ter jogado um monte não matou as baquearas dele, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o assentado, os venenos deveriam ser passados com máquinas e depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando, tanto o cupinicida como o veneno para formigas não garantem um efetivo combate a essas pragas durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros.
>
> Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do Itesp ou um representante do assentamento para conferir, quando o certo é o Itesp saber o que e quanto está entrando no assentamento para produção a partir desses contratos. O veneno para o mato também não surtiu efeito e é caro, segundo ele. Tudo foi descontado do lucro da primeira colheita. Está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados durante os cinco anos, enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê ainda o risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina e até perderem

> a terra, devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro de pesagem e garantias de procedência, fora serviços mal feitos, como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível. Falou também que só há uma frente de trabalho para formação do canavial em 40 lotes, o que tem prejudicado os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores do que outros na expectativa de uma boa safra. Deu o exemplo de assentados que ficaram por último e perderam a época de chuvas. As turmas de trabalho na verdade contribuíram para fragmentar a sociabilidade dos assentados, porque passaram a haver disputas também para o corte da cana em cada lote (...)
> Ele falou que, se fosse um serviço sério para o bem dos assentados, antes de começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina, que são bem diferentes das do assentamento. (Diário de Campo, 2006).

Como são muitos os lotes, a própria usina é quem determinava em qual lote os serviços seriam feitos primeiro, prejudicando aqueles com quem havia menos afinidades, o que gerou expressões de clientelismo no sistema de poderes e controles da cana. Foi um fator que contribuiu para aumentar a fragmentação interna no assentamento, já em muito ocasionada pela própria divisão das famílias a favor e contra a "parceria" da cana industrial. Vimos então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficavam totalmente subordinados à extração de seu sobretrabalho e lucro, inclusive sobre o cálculo da produtividade. As desconfianças de alguns assentados foram se manifestando, especialmente em vista da pesagem da cana, dos gastos com insumos, adubos e pagamento de mão-de-obra. A seguir, em um trecho registrado em diário de campo, o assentado calculava financeiramente as operações da primeira safra de cana industrial em seu lote. Calculou que o dinheiro da primeira colheita mal pagava os insumos necessários para a segunda safra:

> Dos 18 mil reais bruto que valeram as 587 toneladas colhidas em seu lote, 3,4 mil já recebeu e 5,5 mil receberá em três vezes (10/fevereiro, 10/março e 10/abril). 7,4 mil ficaram para a usina pela formação do canavial (o que corresponde a 50% do que deve para a usina – ainda pagará 30% na segunda colheita e 20% na terceira, em função dos serviços feitos na formação do canavial). Outros 2 mil pagaram o transporte que foi feito pela usina, o que segundo ele foi caríssimo frente à distância que estão dela (18 Km). Ainda faltou contabilizar nesse cálculo a mão-de-obra da colheita que seria feita em grupos de trabalho, mas custou-lhe 2,1 mil porque os grupos não deram certo.
> De adubo para a segunda safra, que ficará a cargo dos assentados colocar, precisa agora 500 Kg por hectare. São 3.500 Kg que custarão

> 3.150 reais para colocar nos 7 hectares e ainda mil reais de calcário e herbicida, numa estimativa subestimada. Se sobraram 9 mil reais, precisa-se descontar 2 mil da mão de obra, mas só tem 3,4 mil que recebeu no ato da entrega da cana, portanto já precisou de dinheiro de outra fonte para aplicar no canavial para começar a segunda safra. Disse que sobrará limpo mesmo para ele, mas parcelado, 4 mil reais por dezoito meses da cana em sua terra e seu trabalho, isso corresponde a R$ 222,22 por mês de renda com a cana. Mas como precisará investir no canavial para a segunda safra ele não conta que teve lucro algum. (Diário de Campo, 2006).

Ao contrário do que proclamavam o prefeito de Motuca, os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada ficou, em muitos dos casos, abaixo do esperado. Muito por conta de que independentemente da produtividade em uma safra específica, se trata de um sistema produtivo capital-intensivo para se atender a uma demanda por matéria-prima da usina, porém altamente dispendioso para as famílias assentadas. Ainda que o fato do contrato prender a terra por cinco anos faz com que eles assistam passivamente a altos e baixos do mercado de açúcar e álcool. Em 2007, a tonelada da cana chegou a valer R$ 23,00, quase um terço do que se pagava dois anos antes, em torno de R$ 60,00. Variáveis que deixam os assentados em uma situação de vulnerabilidade frente ao endividamento com as usinas e, no limite, ao êxodo rural.

Conforme depoimentos coletados, ao passo que a renda do assentado com a cana diminuía pela baixa no preço da tonelada, pela alta nos preços dos insumos que ele tem que comprar e porque ia passando a hora de colher, a cana ia chegando no quarto e quinto cortes gradativamente com menos força que nos antecedentes – segundo os assentados, dá uma cana mais fina, tanto que é que falam que o sexto corte é contrato vencido, não há obrigatoriedade da usina comprar. Portanto, a renda auferida pela cana dos assentados ia diminuindo, chegando a dar prejuízo em muitos casos e obrigando-os a pegar financiamentos para a continuidade do canavial ou a lutar na justiça para sair da parceria. Na verdade, para os que se endividaram com a usina, os técnicos sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio deste crédito. Outros conseguiam "emprestado" alguns serviços das usinas, ou seja, conseguiam um tipo de empréstimo com as próprias usinas.

Houve, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e, consequentemente, o lucro bem maior do que o caso relatado. Numa planilha fornecida pelo Itesp à época, constatamos grandes variações dessa produtividade nos diferentes

lotes. Nos que foram plantados em 50% da área, a renda líquida variou de R$ 12 mil até R$ 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Houve casos extremos, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare, ficando com renda líquida de R$ 35 mil, plantando 6,5 hectares de cana; e casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de R$ 5 mil em dezoito meses. Sobre essas variações recai o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balança no próprio assentamento, bem como pelo tempo certo de plantio e colheita.

A relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros é um elemento importante a se considerar mais detalhadamente nesta trama. Entre assentados e agentes das usinas existem relações que por vezes beneficia alguns assentados (mais do que outros) na hora de "pegar o cheque". Existem também assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro da parceria, divulgam e falam bem, controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela e, por outro lado, se relacionam melhor com alguns grupos no interior do assentamento[85].

Na representação dos assentados, isso gerou mais desconfiança diante do fato de algumas pessoas terem conseguido uma renda maior com a cana, enquanto outras estão em endividamento progressivo:

> Disse não concordar com um contrato que "prende sua terra" por cinco anos, que assim você não tem sua liberdade. Ainda que, como já trabalhou em usina, disse que eles roubam os trabalhadores que cortam a cana na hora da pesagem, apostando também no roubo de insumos colocados no canavial que são descontados em tonelagem. Acha errado o assentado confiar tudo nas mãos dos funcionários da usina, assim como deixar passarem insumos nos lotes que vêm prontos nos tratores (o trator chega carregado e só passa os insumos nos lotes), não presenciar a pesagem da cana, pois ela não ocorre no assentamento. É difícil depender da usina nos serviços de preparação da terra (maquinário), de plantio e colheita (turmas de trabalho que a usina organiza) e de transporte feito pelos treminhões, pois em todos esses serviços vê brechas para o lucro do assentado diminuir, em benefício do lucro da usina. (Diário de Campo, 2006).

[85] No trabalho de Marluce Maciel verifica-se a formação de grupos ligados a lideranças religiosas. Há também os grupos produtivos, como associações e cooperativas, grupos de afinidade, grupos familiares, havendo uma série de relações de conflito e/ou de cooperação entre eles.

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, acabou predominando as expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Para os assentados de Araraquara, a cana pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar – situação que não pode ser generalizada. Nesta época, pude visitar igualmente exemplos de assentados que produziam cana e outras coisas em seu lote, como a produção de hortaliças e legumes, criação animal, milho e mandioca, que além do autoconsumo lhes forneciam renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta gerava a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garantia uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote. Portanto, foi observada uma combinação de fontes de renda agrícola como um tipo de organização produtiva no lote. Suas representações sobre a cana é que não podia ser a única produção no lote, mas era bom porque havia facilidade em tornar uma parte do lote produtiva e a renda poderia ser reinvestida nas demais atividades. O próprio tamanho do lote nos assentamentos em Araraquara possibilita esse tipo de diversificação das atividades:

> No lote dele há grande diversidade na área sem cana e já dá um trabalhão para cuidar. A cana tem sido boa, pois não dá esse trabalho para ele e garante um bom retorno financeiro.
> Então, seu lote é dividido ao meio: um pouco menos da metade tem cana para a usina, na outra metade tem milho, arroz, feijão (carioca e roxinho), quiabo, maxixe, pimenta cumbará, chuchu, batata, abobrinha, mandioca, pimentão, banana (santo mel – que dá dois cachos -, nanica e maça), acerola, pinha, fruta do conde, manga (três tipos), limão, mamão, abacate, jaca e laranja. Tem também uma árvore que fornece para ele a vassoura, "é só arrancar o galho e sair varrendo", brincou.
> (...) Perguntei sobre a cana e ele falou que era tudo arrendado. Ele não tem muito trabalho além da carpa (trato diário), nem mexe na cana. Quem mexe é o pessoal da usina e ele só recebe o dinheiro pela tonelagem. Falou que as queimadas já começaram no assentamento, aí tem um outro assentado que traz a turma para o corte em cada lote depois que a cana está queimada. (Diário de Campo, 2006).

Outra representação dos assentados era sobre a quantidade de insumos químicos, sobretudo agrotóxicos, que eram jogados em suas terras. Um assentado relatou que funcionários da usina fizeram testes com um pré-emergente – insumo químico que inibe a germinação de plantas espontâneas – nos lotes do assentamento e que, após a

aplicação, não era pra ninguém da família ir ao canavial, nem era pra deixar animais irem até lá. Depois de uma semana teve uma vaca no seu lote que abortou e ele disse que a vaca não chegou nem perto do canavial. Ele acredita que a contaminação se deu através do vento. Também pudemos ver que algumas roças são atingidas pelos insumos da cana e sofrem prejuízos, como foram nos mostrado em roças de abóbora e hortaliças afetadas pelos agrotóxicos.

Certamente, a cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e são mensuradas pelos agentes sociais, principalmente, pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença da cana nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes dê essa renda para investimento. A "imposição" da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local, a qual organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes. Para Ferrante e Barone (2011), a parceria se apresenta como alternativa controvertida. Os assentados que têm, em princípio, na terra, condições novas de reprodução social retornam na condição de "parceiros associados" à situação de subordinação vivida anteriormente no passado, enquanto ex-bóias-frias explorados pelo trabalho nas usinas.

Não se pode generalizar, mas em alguns lotes, ocorre o arrendamento total através da parceria, o que vai contra os princípios da reforma agrária. Os motivos para que isso aconteça são muitos: as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores importantes que variam de um lote para outro de ano a ano. Os que compram insumos e os aplicam, fazem o trato diário, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários, podendo inclusive manter outras partes do lote bem diversificadas. Mas o fato é que existe, nesse contexto, uma pré-disposição ao arrendamento, seja pela composição familiar, pelo envelhecimento das pessoas ou em função da pluriatividade, que expressa uma tendência em deixar o meio rural como local de trabalho e a buscar assalariamento fora do assentamento.

Uma das principais lideranças do assentamento Monte Alegre, que lutou pela portaria, foi o primeiro a entrar na justiça pela anulação de seu contrato após duas safras

de cana em seu lote. Assim pude descrever em diário de campo a sua representação com a parceria após um breve ciclo:

> "Esta é uma história de parceria de semi-analfabetos com grandes. Parceria que envolve usina, prefeitura (de Motuca) e assentados. Quem serão os que vão se beneficiar?
> Antigamente, eu via muitos assentados endividados, sem poder pegar financiamento para nada e não podendo plantar. Muitos venderam e saíram do assentamento pior do que entraram, foram para cidades contrariados, pois não são da cidade. Quando fazem isso, acabam por sobrecarregar o sistema de saúde, de educação, de transporte dos municípios, aumenta a violência etc. Vendo isto, e também passando minhas dificuldades, também entrei na luta pelo plantio de cana no assentamento".
> (...)
> Mas após duas safras de cana industrial em seu lote, este assentado se orgulha em ter quebrado seu contrato logo após o segundo corte da cana em seu lote: "não faço mais parte desta enganação, matança de animais e matas nativas". Mas quem fica, continua conivente e ainda gera externalidades aos assentados que não plantam cana e são obrigados a conviver com o efeito de vizinhança. É assim com as queimadas e com os agrotóxicos passados por avião ou por trator: matas nativas e plantações alheias são queimadas, morrem abelhas, insetos, microorganismos, animais, homens e famílias, contamina a água. Para ele, outro problema é que os assentados se vendem, são manipulados facilmente: "não trabalham como deveriam na terra e o Itesp não fiscaliza, os contratos amarram os assentados" (Diário de Campo, 2007).

Trata-se de uma liderança que lutou pela portaria do Itesp. Porém, ao ver os resultados da primeira safra com relação ao lucro dos assentados e sobre as demais desconfianças e rupturas internas que a cana estava ocasionando, foi o primeiro a quebrar o contrato. Ao fazer isso, passou a ser visto por parte das famílias como traidor. Quando se referiu ao papel do Itesp na "parceria", destacou a falta de fiscalização na execução dos contratos, bem como o não cumprimento das cláusulas da portaria. Dentre as muitas contradições que poderíamos destacar no presente momento em relação ao que diz a portaria e o que de fato tem acontecido nos lotes, nos atemos ao disposto no artigo 5º da portaria[86]:

> O projeto técnico deverá incluir, ainda, o plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvido o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada (FUNDAÇÃO ITESP, 2004).

[86] Outras referencias a essas contradições podem ser vistas em Almeida e Ferrante (2011).

Por mais que a cana ocupe 50% da área de um lote e isso não tire a possibilidade de se plantar alimentos nas outras partes, de fato, não há nos contratos, e muito menos na prática, o incentivo a qualquer espécie agrícola alimentícia nas áreas remanescentes da cana. Isso depende exclusivamente da vontade da família assentada. Tais projetos técnicos de responsabilidade de elaboração das usinas não contemplam esse artigo da portaria e ambos os agentes envolvidos nessa parceria não o cobram, mesmo em se tratando de um direito fundamental da família assentada, o da alimentação. As parcerias, por seu lado, desestimulam o autoconsumo, pois aquele espaço do lote e talvez outros fiquem inviáveis para a produção dos seus próprios alimentos, inclusive por contaminações causadas por insumos usados na cana. A produção nos lotes pode tender a uma especialização, à redução da mão-de-obra e ao fato de que alguns direitos fundamentais das famílias serem completamente escamoteados. A vida das famílias assentadas fica cada vez mais subordinada às variações no mercado e, por esse motivo, o plantio de uma monocultura de cana no lote vai totalmente contra os princípios da reforma agrária. Na ocasião da visita ao assentado mencionada no diário de campo anterior, ele fez um interessante trocadilho sobre a parceira: "Reforma Agrária e Etanol: "Eta, nóis"? – Por que tem que ver nós também, não é mesmo?!"

Deste acompanhamento inicial dos contratos de fornecimento de cana no assentamento Monte Alegre, houve duas mudanças fundamentais no setor que merecem destaque: a concentração do setor e a mecanização da colheita (e a consequente diminuição das queimadas). A primeira se refere à unificação de unidades processadoras menores em grandes corporações, conforme Teixeira (2014):

> Novos atores passaram a investir e compor o parque sucroalcooleiro nacional nestes últimos seis anos. Através de fusões, aquisições e/ou parceria acionária, diversas corporações até então estranhas na atividade passaram a predominar no setor[87]. A presença destes novos investidores trouxe também um conjunto de novas estratégias de gestão econômica. O grupo RAIZEN, oriundo da fusão entre o grupo COSAN e *Shell*, por exemplo, desativou algumas unidades agroindustriais nas proximidades do município de Dobrada/SP, aplicando a infraestrutura na ampliação do parque produtivo de outra usina na região de Ribeirão Preto/SP (TEIXEIRA, 2013). A centralização, neste caso, ocasionou a demissão de parte significativa dos trabalhadores empregados das antigas unidades produtoras.

[87]É o caso de algumas multinacionais de comercialização de commodities (Louis Dreyfus Commodities, ADM, CARGIL, BUNGE e a francesa TEREOS), petroleiras (British Petroleum e Sheel), fundos de investimento, e construtoras, como no caso da ETH Bioenergia (subsidiária do grupo ODEBRECHT). Para maiores detalhes, ver MUNDO NETO, 2012. (Nota no original)

Para Baccarin et al. (2013):

> Além de capital próprio e de financiamentos obtidos diretamente junto a bancos, algumas empresas sucroalcooleiras têm recorrido ao mercado de capitais como fonte de recursos para novos investimentos. Assim o Grupo COSAN emitiu ações em 2005, 2006 e 2007, a Usina São Martinho e a Usina Guarani emitiram ações em 2007, enquanto a Usina Nova América emitiu debêntures em 2007 (ECONOMÁTICA, 2009). Aparentemente, ainda que no início do processo, vai se caracterizando um movimento de abertura do capital sucroalcooleiro, que pode levar à modificação significativa em uma característica histórica do setor, que é a de suas empresas constituírem-se em companhias limitadas e terem uma estrutura administrativa tipicamente familiar.

Em nível local, quando as pequenas unidades não são postas em funcionamento, como aconteceu com a usina Santa Luzia, de Motuca, os municípios passam pela necessidade de recriar suas atividades econômicas. Com o fechamento desta usina, o assentamento Monte Alegre ganhou notoriedade no discurso sobre a cadeia de produção de biodiesel que se pretendia constituir ali, a partir da instalação de uma unidade produtora no município[88]. Falava-se em desenvolver um pólo de biodiesel na região centro paulista com verbas do governo federal, para a construção de uma indústria de biodiesel com capacidade de 500 milhões de litro/ano de biodiesel em Motuca. Os assentamentos seriam priorizados por possuírem uma área de aproximadamente 11.590 hectares disponível para o plantio de oleaginosas, segundo os levantamentos. O fato é que embora a unidade produtora não tenha sido instalada em Motuca, os assentados começaram a ser estimulados por técnicos do Itesp a plantar soja em "parceria" com empresas como a Granol, a Cargil e a Bio-Preto[89].

Evidentemente, novas "parcerias" se apresentam em conjunturas específicas, não necessariamente ligadas ao enfraquecimento da presença da cana nos assentamentos, porém trazendo os mesmos desafios de uma integração agroindustrial. E pode-se dizer, também, que esse enfraquecimento da cana nos assentamentos foi relativo, uma vez que o fechamento da usina de Motuca abriu uma disputa territorial de outras usinas pelos assentados. Com o fechamento da usina Santa Luiza, os assentados do Monte Alegre foram divididos em três grupos: núcleos 1 e 5 em contratos com a Usina Bonfim (do

[88] Vale destacar ainda que nesse período houve uma liderança do assentamento, o Sr. Jair – que veio a falecer em 2014 – naquela época atuava como secretário da agricultura no município e representante da FAF. A prefeitura adotou o apelido de "Motuca, a cidade da agroecologia", fundamentada nas perspectivas do biodiesel.
<http://www.institutoinova.org.br/index.php/inova/Inova/Comunicacao/Destaques/Motuca-a-Cidade-da-Agroecologia-investe-em-novas-tecnologias-para-a-producao-de-biocombustiveis>

[89] BioPreto Produção e Comercialização de Bicombustíveis LTDA, localizada em Araraquara, no Distrito Industrial.

grupo Cosan), que fica em Guariba; núcleos 2 e 4 com a usina São Martinho, que fica em Pradópolis; e núcleos 3 e 6 com as Usinas Santa Cruz (Américo Brasiliense) e Maringá (Araraquara), conforme a proximidade às unidades.

Em depoimentos mais recentes, a seguir, observa-se que tanto as famílias assentadas como as usinas continuaram passando pelas mesmas consequências da concentração do setor, expressas, sobretudo, nas dificuldades das usinas quitarem os pagamentos de seus fornecedores. Novas denúncias sobre isso vieram à tona. Ao mesmo tempo que as mudanças geraram novas perspectivas para a cana nos assentamentos, na representação dos assentados predomina a ideia de que é uma possibilidade fundamental na esfera da geração de renda. Mesmo quando são reconhecidas as desvantagens dos assentados na relação com as usinas, valoriza-se o plantio de cana industrial como alternativa fundamental para compor a renda das famílias.

> O Sr. Antonio possui contrato com a Santa Cruz, mas disse que quem está com a Maringá ficou sem receber por seis meses.
> Para ele, apesar de saber que as usinas e empresas integradoras exploram o assentado, pagam o quanto querem pelas produções e mantêm relações assimétricas na produção, plantar cana pode ajudar a estruturar o lote. "Por pouco que dá, já é bom" – afirmou que não dá grande lucro, mas que o usineiro consegue oferecer produção e produtividade melhor que qualquer outra alternativa produtiva. Ele fez a conta de cabeça do lucro do último ano: o total colhido rendeu R$ 15 mil, dos quais recebeu R$ 11 mil à vista. O restante em três parcelas e depois ainda terá o recebimento sobre o teor da sacarose. Mas sabe que se fosse verificar as contas, era para receber mais do que isso. E que, como ele mesmo e outros afirmaram, esta situação é considerada a melhor das situações e que em muito se deve à própria fragilidade das organizações dos assentados. Antonio (05/03/2013).

Esse assentado possui a outra metade do lote diversificada com horta e pequenos animais, dentre outros sistemas agrícolas. Então, no caso dele, a cana é uma boa alternativa para se obter uma renda anual maior em um ciclo produtivo. Os demais rendimentos geralmente são anti-cíclicos (LEITE, 2004), a renda que se consegue no dia-a-dia e que caracteriza os arranjos cotidianos, como participar de uma feira e, mais recentemente, do PAA. Mas, sem dúvidas, trata-se da possibilidade de manter as duas coisas, a produção de cana e a diversificação, pois os riscos da renda ou do endividamento com a cana permanecem latentes em diferentes safras. A situação da

cana para ele tem a ver com o padrão de organização produtiva na região, é algo inerente até mesmo para a organização dos próprios assentados.

Outro depoimento confirmou o enfraquecimento da usina Maringá. Uma família que possuía contrato com essa usina reclamou dos atrasos no pagamento e dos acordos realizados para ela pagar os atrasados, embora continue acreditando que a cana possibilita os assentados se desenvolverem. O depoimento a seguir também introduz a segunda mudança no setor nos últimos tempos: o avanço da mecanização da colheita, o que tem de fato tornado inviável a parceria nos assentamentos. Conforme dona Neusa:

> Sobre a cana, ela falou que tinha plantado com a usina Maringá, o quinto corte foi realizado no ano passado e até agora eles não pagaram. Quando ela liga lá para cobrá-los, dizem que não tem dinheiro. Ela acha que nem virão cortar o sexto corte. Segundo ela, a Maringá roubou a vontade, os assentados deveriam ter ganhado duas vezes mais do que ganharam. Além disso, essa questão do pagamento era para ser feito em até 30 dias.
> Por outro lado, falou que *a mecanização da colheita pode fazer com que as usinas não queiram continuar plantando cana no assentamento*. E ela fala isso com pesar, pois acredita que a cana é "uma boa para o assentamento, dá uma renda extra". As usinas não podem mais queimar e também não querem colocar a máquina colhedeira de cana em lotes parcelados pela inviabilidade logística e econômica. Os assentados também não querem produzir em uma área coletiva por questões de divisão do trabalho. As usinas encerraram seus contratos com os assentados no último corte porque vir para cortar o "rabinho de burro, ninguém vem", em referência à cana mais fraca dos últimos cortes. Muitos assentados estão com cana parada e estão fazendo transição para outras parcerias, como a soja, as estufas ou o eucalipto (este ainda como perspectiva). (15/07/2013).

De forma geral, as principais representações positivas sobre a parceria da cana continuaram sendo sobre a questão monetária. De acordo com o presidente de uma associação, o ciclo da cana transformou o assentamento:

> Ele acha que após o ciclo dos últimos 5 anos de cana o assentamento cresceu muito. Falou que a cana no período movimentou um total de R$ 21 milhões no assentamento (cálculo feito por ele) e que se poderia pegar qualquer outra cultura que não daria nem a metade disso. Para ele, a maioria dos assentados se equilibrou, pagou suas dívidas e comprou carros: "hoje você vê assentado de carro novo pra cima e pra baixo, antes do ciclo da cana você vinha no assentamento e só via o cara trabalhando para sua subsistência". O caso do lote dele foi considerado ainda mais importante, pois disse que um lote que não tem água só aguenta com a cana. Mas como nem tudo são flores, reclamou que a Usina Maringá está pagando com cheque para 6 meses e ele precisou descontar com um agiota. (01/11/2012).

Observamos, de fato, que muitos assentados adquiriram veículos próprios nos últimos anos, o que foi por eles associado ao ciclo da cana, mas às vezes sem considerar toda a conjuntura econômica brasileira na qual existiram melhores condições de aquisição de crédito e facilidades de parcelamentos de bens, como os veículos, nesse período, além dos avanços pelos programas sociais. No aspecto estritamente econômico, podemos afirmar que a parceria acaba ocasionando expectativas frustradas de maior renda por parte da maioria dos assentados, com exceção dos que eventualmente alcançam elevada produtividade em algumas safras. Há que se reconhecer nos depoimentos que o dinheiro advindo da cana serviu para a quitação de alguns endividamentos, para investir em outras produções e para a capitalização de boa parte dos assentados. Embora isso seja verdade, os assentados passam a ter que custear a produção safra a safra e afirmam que seu eventual lucro é fruto de um cálculo sobre o qual eles mesmos não têm controle algum. A perda na autonomia sobre os processos produtivos nos lotes também é consensual. Os resultados variam bastante de caso a caso e em diferentes safras. De forma geral, os assentados podem ficar vulneráveis a fatores como quedas no preço no mercado internacional e eventos climáticos extremos, o que os torna mais susceptível ao endividamento. Mesmo assim, há uma representação de que a agricultura no assentamento só é viável se for por meio de alguma parceria agroindustrial.

Em outro artigo, Baccarin et al. (2014) identificaram que o cenário de crescimento do setor canavieiro mudou bastante entre as décadas de 2000 e 2010. Conforme os autores:

> Durante praticamente toda a primeira década do Século XXI uma série de fatores se mostrou favorável à expansão da produção sucroalcooleira no Brasil, particularmente, na Região Centro Sul (BACARIN et al., 2008). Houve estímulo à substituição do consumo de gasolina pelo etanol em decorrência do considerável aumento do preço do barril de petróleo e do lançamento, em 2003, dos carros *flex fuel*, que, em curto prazo de tempo, passaram a representar mais de 80% das vendas de veículos leves no País; conseguiu-se, pelo menos até 2008, elevar significativamente a exportação brasileira de etanol e os preços internacionais do açúcar registraram patamares favoráveis, além de outros fatores. Como consequência, entre as safras 2000/01 e 2006/07 no Centro Sul do Brasil, a produção de cana-de-açúcar passou de 205,2 milhões para 373,9 milhões de toneladas, aumento de 82,2%; a produção de etanol cresceu em 79,8%, de 8.990,3 milhões para 16.160,9 milhões de litros e o açúcar se expandiu de 12.466,0 mil para 26.543,0 mil toneladas, ou 112,9% a mais.

No entanto, a partir de 2010 o setor vem passando um período de estagnação, que, para os autores supracitados, tem a ver com fatores como o envelhecimento dos canaviais, com as condições climáticas desfavoráveis e, em especial, com o processo de mecanização das operações de plantio e colheita. Várias conseqüências negativas são apontadas em razão da colheita mecânica, dentre elas problemas com a (re)brotação da cana, fitossanitários em função do excesso de palha e o aumento do custo com a renovação dos canaviais, que são responsáveis por diminuir a produtividade do setor. Os autores auferem que entre 2006 e 2012, a área de cana queimada passou de dois terços para menos de 30% da área colhida total no Estado de São Paulo, sob efeito do protocolo Agroambiental do Estado.

A mudança para o corte mecanizado da cana é fruto, de uma parte, das antigas reivindicações da sociedade civil pelo fim das queimadas, sob pretexto dos problemas ambientais, de saúde pública e de poluição urbana decorrentes das queimadas e da fuligem (ARBEX JR, 2004). Por outro lado, com a antecipação das metas de transição da colheita manual para a mecanizada, Baccarin et al. (2014) perceberam o interesse dos usineiros em dispensar os trabalhadores volantes, ao adotarem mais rapidamente as inovações tecnológicas. A lei para a redução das queimadas surgiu como proposta gradativa de diminuição até a completa extinção da prática da queima em 20 anos. Segundo os autores, no Estado de São Paulo houve uma disputa mais acirrada em torno do prazo:

> (...) foi aprovado o decreto n. 42.056, de 6 de agosto de 1997, estabelecendo que a queimada da palha da cana deveria ser eliminada, gradativamente, em áreas mecanizáveis (com declividade igual ou inferior a 12%) em prazo máximo de oito anos e em área não mecanizáveis (declividade superior a 12%) em prazo de 15 anos (OLIVEIRA, 1999). Imediatamente, houve reação empresarial contrária e novas propostas passaram a ser discutidas na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Acabou-se por editar a Lei 11.241, de 19/09/2002 (ALESP, 2012) que estabelece um calendário gradativo para que a eliminação completa da queimada dos canaviais ocorra até 2031, em áreas não mecanizáveis ou em imóveis menores que 150 hectares, e até 2021, em áreas mecanizáveis. Portanto, a atual legislação estadual paulista mostra-se bastante cautelosa, estabelecendo prazos de 20 a 30 anos, a partir de 2002, para a eliminação total da queimada da palha de cana em seu território.

Ainda seria possível apontar mais dois interesses fundamentais, primeiro do setor produtivo das máquinas agrícolas para plantio e colheita de cana mecanizados. De

outro, o Protocolo Agroambiental do estado de São Paulo, promulgado em 2007, para abrir portas ao comercio internacional. A aquisição de selos verdes por parte das usinas e destilarias passou a ser fundamental para se adentrar e permanecer em mercados externos, sobretudo nos países europeus. Então, segundo os autores, embora a adesão ao protocolo fosse voluntária, os empresários do setor se apressaram em executar a gradativa redução das áreas colhidas manualmente por trabalhadores. As primeiras áreas mecanizadas foram aquelas administradas diretamente pelas agroindústrias e, com isso, passava-se a prever igualmente que uma parte dos fornecedores integrados teriam dificuldade em incorporar a tecnologia, sobretudo os pequenos agricultores e, por outro lado, mudaria o perfil da mão-de-obra ocupada nos canaviais. Mas as mudanças tecnológicas também geraram perdas de produção e produtividade não previstas inicialmente.

O cenário atual é de incertezas da continuidade da cana nos lotes dos assentamentos. Ao mesmo tempo se visualiza a inviabilidade técnica para o corte mecanizado em canaviais de até 7 hectares e o fato de que o modo de produção das famílias assentadas necessariamente passarão por mudanças técnicas na relação com as agroindústrias canavieiras. Uma das representações de uma assentada, liderança de uma cooperativa no núcleo 4 da fazenda Monte Alegre, era de que as usinas podem passar a exigir o contrato com cooperativas de assentados, ao invés de contratos individuais, para que os assentados sejam responsáveis pelas áreas contínuas. Para ela, isso pode causar conflitos internos em casos de pedido de indenização e em função da renumeração individual. Por outro lado, já pudemos acompanhar que diminuiu a contratação de mão-de-obra dos assentados para serviços que exigem pouca qualificação nas usinas, como o corte da cana, enquanto crescem as contratações de técnicos e operadores de máquinas mais modernas, inclusive de filhos de assentados que continuaram empregados nas usinas e se qualificam para ocupar esses valorizados postos de trabalho nas usinas.

Diversas outras formas de integração industrial surgiram nos assentamentos de Araraquara ao longo dos anos. No presente trabalho ainda serão abordados, nas etnografias, as parcerias com o setor avícola, para produção de frangos industriais, e o mais novo modelo de sucesso produtivo, as estufas. Porque não só a integração com a cana é vista como possibilidade de sucesso financeiro e produtivo, mas possuir estruturas como granjas e estufas para produção industrial de frangos e legumes, respectivamente, demonstra um *status* das famílias, no sentido de um produtor que já

consegue investir em um sistema produtivo capital-intensivo e supostamente superior tecnicamente. A última referência a ser feita na presente seção é em relação ao plantio de soja, conforme já mencionado antes. Não foi feito um acompanhamento das etapas produtivas, como na cana. No entanto, ao que tudo indica o plantio de soja para biodiesel segue o mesmo padrão dos pacotes tecnológicos e arrendamentos antes descritos, com o agravante da entrada da soja transgênica nos assentamentos. Por outro lado, não foi raro encontrar falas de assentados integrados sobre a falta de pagamento da empresa, tanto no Bela Vista como no Monte Alegre.

No assentamento Bela Vista, conforme os registros em diário de campo da pesquisadora Ana Flávia Flores, houve uma reunião entre assentados e representantes da empresa Bio-Preto, mediada por agentes do Itesp, da FEPAF e da prefeitura de Motuca. Os contratos de plantio e compra da soja, segundo o representante da empresa, seriam vantajosos porque existe um incentivo fiscal para trabalhar com pequenos fornecedores. Outro fator positivo para esta empresa em relação aos assentados de Araraquara é o baixo custo com transporte.

Nessa proposta em específico, a empresa daria a garantia de compra da produção por um preço acima do que o do mercado e cobriria os custos do transporte. No entanto, diferentemente da formação dos canaviais, a empresa ficaria responsável por apenas 5% do custo de implantação do sistema. A assistência técnica seria feita por técnicos da FEPAF. Para os assentados, ficaria o custo de toda a preparação da terra, ou seja, análise de solo, gradeação, calcário, adubo, compra das sementes e plantio. Nessa reunião, foi feita uma aproximação dos custos para o assentado, que gastaria R$ 1.200,00 por hectare, em ciclos produtivos de 120 dias. Na reunião já se referia à necessidade de financiamento via Pronaf, mas que isso seria possível somente para aqueles que não possuíssem irregularidades financeiras. Em uma reunião anterior, os assentados haviam entendido que os custos seriam descontados em sacos de soja após a colheita, então o fato da empresa não financiar a produção já era visto como desvantajoso.

3.5 Mudanças na Gestão: o INCRA Assume a Reforma Agrária?

No assentamento Bela Vista do Chibarro, a trajetória da cana ganhou novos contornos a partir da constituição do escritório regional do Incra. Até o começo da década 2000, pode-se dizer que o assentamento Bela Vista do Chibarro passou por constrangimentos semelhantes com relação ao assédio das usinas canavieiras. Tanto é

que nas idas a campo nessa época víamos inúmeros canaviais, mas na conversa com os assentados nunca havia menção ao termo "contrato formal". Os assentados se referiam ao plantio da cana como uma iniciativa própria e que apenas a produção era vendida para as usinas da região, para aquelas que dessem preço melhor na época da colheita. Embora denúncias dessem conta de que os assentados começaram a arrendar suas terras ao longo da década de 1990, sobretudo com a Usina Zanin, por meio de contratos informais. O cenário para a entrada da cana era o mesmo, com relação a dívidas acumuladas em alternativas produtivas anteriores frustradas da parte das famílias assentadas. Em geral, os assentados alegavam que tentaram várias alternativas produtivas antes de ceder ao plantio de cana industrial, esperavam maior atuação dos órgãos gestores na criação dessas alternativas, mas que o máximo que conseguiram foi projetos para plantio de milho que não rendiam mais do que o financiamento tomado. Pode-se dizer, os assentamentos estavam entregues ao mercado agropecuário regional e uma das principais conseqüências era o arrendamento para usinas.

Desde a instalação do escritório regional do INCRA em Araraquara, em 2005, a instituição assumiu a área do desenvolvimento e passou a prestar assistência técnica aos assentamentos federais. A posição do INCRA logo no início foi frontalmente contrária ao plantio de cana, ao contrário do Itesp que na época acabara de promulgar a portaria 077/2004. Segundo uma entrevista do superintendente estadual da instituição federal nesse período[90], os desafios dos escritórios no interior eram primeiramente "moralizar a reforma agrária", regularizar casos como a compra e venda ilegal de lotes, a demarcação e o respeito às áreas ambientais e, sobretudo, combater os arrendamentos. Por outro lado, o órgão pretendia atuar no desenvolvimento dos assentamentos por meio da "radicalização das políticas públicas", que consistia na agilidade de liberação de recursos para moradia (Crédito Moradia), produção (Primeiros Fomentos) e serviços em infra-estrutura (articulação para instalação de redes elétricas, estradas).

O tempo da política pública para o a gestão do INCRA era chegar a uma média de dois anos e meio para as pessoas já estarem acessando o PRONAF. Foi o que a avaliação do IPEA (2013) destacou na gestão do INCRA/SP, ou seja, o encadeamento das políticas públicas e a contratação de uma equipe técnica para executar o orçamento. Conforme o engenheiro agrônomo Osvaldo Aly Jr, assessor da superintendência do INCRA na época:

[90] Raimundo Pires Silva, superintendente do INCRA/SP de 2003 a 2011.

> E a gente tinha técnico que era filho de assentado que ele estava no assentamento que as pessoas estavam terminando de finalizar os recursos de habitação e os pais geralmente assentados em assentamentos do ITESP não haviam nem acessado, e o moleque era filho de assentado. Ou seja, os pais já estavam sei lá há quantos anos naquele assentamento e a habitação não havia chego, então isso assim foi uma revolução e isso foi um dos grandes fatores de sucesso, n/é?

Por outro lado, essa avaliação do IPEA identificou também alguns limites da ação do INCRA, como, por exemplo, na assistência técnica. Ao passo que o INCRA avançou principalmente no tempo de execução das políticas públicas e na criação de assentamentos na modalidade PDS em São Paulo, não conseguiu executar uma assistência técnica de campo que realmente orientasse os produtores para um sistema agroecológico. Nessa questão, muito por causa das dificuldades históricas da própria assistência técnica à agricultura familiar, podemos afirmar que na maioria dos assentamentos não se atende aos interesses e aos projetos das famílias, e sim à engrenagem da lógica dos financiamentos bancários. O IPEA identificou que era baixa a proporção de técnicos por família e que as metas dos técnicos eram muito ligadas à aplicação dos créditos e à realização de relatórios, portanto não lhes sobrava muito tempo para fazer as visitas e o acompanhamento de campo, que é o que o assentado mais reivindica. Além disso, o relatório do IPEA critica o fato dos técnicos serem contratados por meio de uma empresa vencedora de licitações para prestação de assistência técnica, ao invés de serem contratados por meio de concurso público, pois isso pode fragilizar a continuidade do trabalho de acompanhamento daqueles técnicos que já conhecem as demandas das famílias. Novamente, na fala de um dos gestores do INCRA à época:

> (...) nós [a direção do INCRA] tomamos por decisão o seguinte, é..., antes da gente entrar no INCRA...seja no INCRA ou no ITESP os assentados produzem com ou sem assistência técnica. Agora, o que o assentado não tem? Qual a dificuldade do assentado? É acessar política pública! Qual a prioridade então? É o acesso à política pública! Então assim, a diminuição da rotatividade de famílias em assentamentos novos e a maior fixação dessas famílias, se dá justamente por conta desse acesso. Rapidamente veio o dinheiro da casa, rapidamente veio fomento, rapidamente veio PRONAF, então o cara não parava de pensar em trabalhar. Tinha gente que dizia: "eu não fiz minha casa porque eu quero produzir", o cara tinha opção de escolher qual recurso ele ia gastar primeiro. Antes, quando alguém teria ido falar isso para você?

Em média, o acesso a essas políticas passou a ser de 2 anos e, de fato, a velocidade de execução das políticas públicas foi muito maior nos assentamentos novos do que nos antigos, que demoravam até 7 anos até possuir casa, luz e Pronaf custeio. Fato que também evidencia uma nova conjuntura das políticas públicas, na qual se incluem a criação do programa Luz para Todos, do PAA, dos editais para assistência técnica e do aumento do orçamento destinado ao Pronaf, entre outras ações. Segundo Grisa et al. (2014), foi extremamente considerável o crescimento do volume de recursos destinados ao financiamento da agricultura familiar. No período entre 1997 e 2002 a média de recursos aplicados no Pronaf era da ordem de R$ 2 bilhões. A partir do governo Lula, em 2003, houve um aumento gradual que atingiu aproximadamente R$ 16 bilhões em 2012. Para os autores, o avanço do Pronaf se deve a um conjunto de fatores:

> i) a flexibilização das regras financeiras (redução da taxa de juros, expansão do prazo de pagamento, aumento do limite de recursos por contrato etc.); ii) mudanças institucionais no sentido de diversificar o público da agricultura familiar beneficiário (mulheres, jovens, ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, grandes cooperativas etc.); iii) a diversificação das atividades econômicas apoiadas (Pronaf Agroindústria, Turismo Rural, Floresta, Agroecologia, Eco, Pesca etc.); iv) o aumento dos municípios abrangidos (que atingem mais de 97% atualmente); v) a simplificação das condições de acesso (redução de alguns entraves bancários, maior facilidade de obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), eliminação da classificação por grupos de agricultores etc.); vi) o aumento da renda para fins de enquadramento dos agricultores no programa (a renda máxima para enquadramento atualmente no Pronaf é de R$ 360 mil, ao passo que, no primeiro Plano Safra, era de R$ 60 mil); vii) diversificação das fontes de financiamento, com crescente participação dos recursos obrigatórios (exigibilidades bancárias) e IHCD (Instrumento Híbrido de Capital e Dívida), além do aumento da utilização de recursos dos Fundos Constitucionais; e viii) fortalecimento social e econômico da agricultura familiar nos últimos anos, exigindo maior relacionamento com as políticas públicas e com o sistema bancário (GRISA, 2012; MATTEI, 2011; DELGADO, LEITE e WESZ JUNIOR, 2010; GRISA e WESZ JUNIOR, 2010).

Com base nessa citação, podemos afirmar que, com relação ao Pronaf, houve um esforço para que as necessidades técnicas e burocráticas diminuíssem os impactos negativos da efetividade desse programa público.

Como um dos reflexos da nova conjuntura política, em São Paulo houve um grande investimento do INCRA na criação dos escritórios espalhados pelo interior do Estado, o que facilitou ao órgão assumir a assistência técnica e o assentamento de novas

famílias nas áreas ainda disponíveis. Segundo relatório do IPEA (2013), no período entre 2006 e 2010, o número de famílias em assentamentos federais ultrapassou aquele dos assentamentos estaduais em São Paulo. Esse aumento se deve tanto à criação de novos assentamentos quanto à regularização de famílias em assentamentos já existentes. Porém, os autores apontam que houve também uma acentuada diminuição no tamanho dos lotes familiares, sobretudo nos PDS's, às vezes menores ao módulo fiscal do Estado:

Quadro 5 – Famílias assentadas em São Paulo, em projetos criados pelos governos federal (PA + PDS) e estadual (PE) (2002, 2006, 2010)

Tipo de projeto	2002	2006	2010
PA + PDS	4.336	5.767	9.756
PE	6.279	6.387	6.407
Total	**10.615**	**12.154**	**16.163**

Fonte: IPEA (2013, p.11).

Conforme o relatório Dataluta (apud BARONE, FERRANTE, 2013), nos anos de 2005 e 2006 houve um pico do número de famílias assentadas no Brasil, respectivamente, 79.217 e 74.599. Porém, nos anos seguintes os números minguaram novamente até que em 2011 atingiu pouco mais de 5 mil famílias assentadas. Alguns críticos da reforma agrária se apressaram em anunciar um suposto fracasso produtivo, econômico e social dos assentamentos e o fim da reforma agrária como política pública, aproveitando, nesse bojo, para questionar o papel e o aparelhamento do INCRA e do MDA, ridicularizar propostas de desenvolvimento rural com base na agroecologia, conforme textos de opinião que saíram na grande imprensa (NAVARRO, 2013a; 2013b; 2014; ROSENFIELD, 2014). Sobre esses artigos, cabe ressaltar pelo menos uma das conclusões, na qual o autor afirma que o fracasso da reforma agrária é tão evidente, que devemos simplesmente abandoná-la e emancipar os assentamentos: "Requer aceitar que a pobreza rural se resolverá, sobretudo, nas cidades e com outras políticas. (...) Eis o nosso futuro rural: uma fabulosa máquina de produção de riqueza, mas fortemente concentrada, pois seria assentada num deserto demográfico". Uma conclusão de certa forma espantosa – se não fosse a evidente defesa do agronegócio – nesses tempos de crise alimentar, hídrica e de mudanças climáticas, ainda mais quando facilmente os estudos ambientais demonstram a relação entre o uso e a ocupação do solo – um

"deserto demográfico" em benefício das monoculturas de agricultura intensiva – com o processo de desertificação (GLIESSMAN, 2005; PRIMAVESI, ARZABE, PEDREIRA, 2007; MARENGO, 2007; NOBRE et al., 2008).

Contrários à hipótese do fim do ciclo da reforma agrária, Barone e Ferrante (2013) discutem a persistência dos pequenos focos de resistência da luta pela terra, os grupos sociais que continuam lutando por assentamentos, mas, sobretudo, o crescimento das lutas indígenas e quilombolas, antes estranhas e até antagônicas em relação à luta organizada por trabalhadores rurais[91]. Para os autores, a tese do final de um ciclo não resolve as contradições: "(...) resultantes dos processos historicamente excludentes que o capitalismo agrário promove, sempre terão (às vezes de forma mais intensa, às vezes de maneia menos explícita) a terra como demanda, na busca por melhores condições de vida". Outro foco apontado por esses autores e também por Moruzzi Marques, Lucas e Gaspari (2014) são os assentamentos periurbanos, surgidos da necessidade de se reestruturar o sistema de abastecimento de alimentos em grandes centros urbanos e mesmo da necessidade de uma reforma do espaço urbano. Por fim, a implantação de outras modalidades de assentamento em São Paulo, como veremos no caso dos assentamentos PDS, foi fruto da renovação das pautas dos movimentos sociais e da gestão pública, renovação essa baseada na combinação da política de redistribuição de terras com a de incentivo à prática de uma agricultura de base ecológica para a produção de alimentos de qualidade, com maior valor biológico e menos agrotóxicos.

Para Osvaldo Aly Jr., durante os quase 10 anos que esteve como assessor da coordenação do INCRA na gestão de Raimundo Pires, a questão principal não foi apenas o crescimento do número de assentamentos, mas também a execução de ações que atendiam a pauta dos movimentos sociais e renovavam a discussão da reforma agrária:

> Quer dizer, você vai para Andradina, você tem 3.000, 4.000 famílias lá, em 10 anos você explodiu n/é? (...) então assim, o INCRA ajudou a gestão federal, ele ajudou a renovar o campo de luta social, quer dizer, ele foi fruto da luta social. Acho que respondeu do ponto de vista do que se esperava, nem tanto, mas respondeu, com a forma de você pegar toda aquela agenda que tinha do ponto de vista da academia, da pesquisa, dos movimentos sociais, dos beneficiários, de pegar essa agenda toda e transformar ela em política pública, n/é?

[91] Essa discussão também surgiu na imprensa, embora com uma intensidade bem menor em relação àqueles que defendem o fim da reforma agrária.

Certamente, os desafios da criação e da gestão dos assentamentos permanecem em vários outros aspectos que não apenas o número de famílias assentadas. Conforme registros feitos no período pela equipe do Nupedor (FERRANTE; ALY JR., 2012), as primeiras ações de regularização do assentamento Bela Vista foram no sentido de procurar resolver casos de famílias que haviam comprado o lote e que passaram por um processo de vistorias e audiências, para tentar regularizar a situação de usufruto do lote perante ao INCRA. Mesmo por que havia a necessidade de combater os arrendamentos. Vimos que, em geral, aquelas que já desenvolviam atividades diversificadas conseguiram a regularização. Mas casos como o de uma família que já acumulava quatro lotes contínuos praticamente cobertos com plantio de cana industrial, tiveram que ser reintegrados. Outros casos eram de readequar a exploração dos lotes aos parâmetros da agricultura familiar. De um total de 176 lotes, em aproximadamente 160 se plantava cana irregularmente, segundo um dos líderes da Associação Independente, que era o braço da usina para o arrendamento de lotes. Dentre as ações movidas pelo INCRA, 8 lotes acabaram sofrendo um processo de reintegração.

O caso das reintegrações foi particularmente emblemático do acirramento dos conflitos. No final do ano de 2007 o INCRA fez a reintegração de posse de 05 lotes e instalou outras 11 famílias nestes lotes, dividindo-se um lote de 14 hectares em dois de 7 hectares. Com isso, abriu um precedente para a portaria que passou a autorizar a divisão de lotes, por exemplo, de pais com filhos, de forma que o novo lote teria acesso a todos os créditos iniciais e de moradia.

Na época pudemos acompanhar o caso de dois assentados que estavam sofrendo processos do INCRA. O Zé Motor estava sendo processado por ter estabelecimento comercial na agrovila. Eles não são proibidos por lei, mas não podem ser de qualquer tipo. Ele não poderia, por exemplo, vender bebidas alcoólicas no assentamento. O bar dele foi aberto no nome de um irmão e que depois foi fechado. Seu irmão não está mais no assentamento e o bar foi reaberto posteriormente no mesmo nome. Disse que tinha um advogado tratando disso. Outro processo desse assentado era por conta de ocupação ilegal de Área de Proteção Permanente com seu gado. Ele alegou que tinha pouquíssimas cabeças de gado e que esta era uma prática comum nos lotes que fazem divisa com córregos. Disse que tinha um pequeno pasto em seu lote de produção, numa área próxima ao córrego da APP, mas não pudemos verificar a situação da área. O terceiro processo era por plantar cana-de-açúcar industrial.

Juntamente com ele estava o sr. Jamir, que também sofreu reintegração de posse de 3 lotes que estavam nos nomes de seus filhos – ele tem 5 filhos, dos quais 3 moravam no assentamento. Este outro senhor estava irregular por plantar cana e usar a área de Reserva Legal. Além destes dois motivos, ele foi acusado de mexer com drogas no assentamento, disse que a polícia chegou a ir lá com autorização judicial, mas que puderam verificar que não havia nada em seu lote. Segundo ele, estes processos e a acusação de que traficava drogas eram tentativas de desmoralizar ele e sua família, uma vez que sr. Jamir exercia certa liderança a favor da cana no assentamento.

A família possuía na época quatro lotes: o primeiro (do Sr. Jamir e esposa) e outros três, que foram comprados ao longo do tempo e colocados em nome do filho Valdir, foi comprado em 2002; o do Alemão em 2004; e o do Vladimir em 2006. Cada qual morava em seu lote. Apenas o lote do Valdir não sofreu processo de reintegração de posse. Eles explicaram que a compra desses lotes foi feita por procuração, pelo o que entendemos o antigo dono continuou sendo o titular, existindo entre eles um acordo de uso. Para a família, a política de sucessão deveria levar em conta a prioridade de serem assentados os filhos que constituem família no assentamento, ao invés de novas famílias virem de outros lugares para cá. Alegaram que ao invés disso, o Sindicato queria trazer famílias de Bauru para cá, enquanto o Jamir achava mais justo comprar os lotes para seus filhos, pois seu lote ficou pequeno para tantos filhos. O INCRA, como afirmei, passou a autorizar a divisão de lotes[92].

O Sr. Jamir chegou a dizer em tom emocionado que não queria estragar a reforma agrária, mas estava numa situação grave de endividamento. Mencionou, inclusive, que até o Bombril – Raimundo Pires, superintendente do INCRA-SP na época – já havia estado lá no Bela Vista dizendo que ia autorizar 50% dos lotes com a cana, dada a situação dos assentados frente à essa alternativa. Em uma outra conversa relatada pelo Valdir, filho do Jamir, uma vez o presidente nacional do INCRA – Miguel Rossetto – veio em Araraquara e no assentamento Bela Vista disse que poderiam plantar cana, pois o que o órgão proibia era o arrendamento, e não a produção de qualquer planta que fosse legalizada. Na ocasião já havia grande pressão por parte dos assentados para que pudessem plantar cana em parceria com a usina.

Na época dessas entrevistas o sr. Jamir tinha 64 anos e falava que chegou ao assentamento em 1989, depois de ficar acampado em Promissão por três anos. Desde

[92] Verificamos que os lotes não são divididos apenas entre pais e filhos, mas também entre casais que se separam.

então tentou plantar vários produtos, mas alegou que nunca houve assistência para o que quis plantar. Teve banana-maçã como principal estratégia produtiva e que esta não deu certo pela falta de assistência. Segundo ele, antes de dar praga nas bananeiras ela rendia uma ótima renda, maior do que a cana dava. Depois teve milho, arroz, café, algodão, mas que em todas elas "ficou no vermelho". Reclamou da política de financiamentos, que sempre liberou o dinheiro para os assentados em novembro/dezembro, enquanto que o certo seria em agosto. Além disso, reclama que o dinheiro é sempre insuficiente e só há acompanhamento técnico para acessar o financiamento, mas não nas fases de produção, colheita, processamento, armazenamento até a comercialização. Ele trocou o milho pela cana fazia uns 8 ou 9 anos, se tornando o primeiro a enfrentar e plantar cana.

A energia elétrica do lote também foi algo que conseguiram sem o menor apoio do INCRA. A rede elétrica foi 'puxada' pela própria família, com recursos provenientes da venda de gado e de mandioca, segundo Jamir. Por morarem num lote distante do centro do assentamento (numa região 'baixa', perto do rio Chibarro), tiveram eles mesmo que tomar a iniciativa de fazer a linha de transmissão de um local distante até o lote, com mão-de-obra e recursos próprios, que demorou aproximadamente 7 anos.

Alegou que o pessoal do Élio Neves (presidente da FARESP) "tem bronca" das 30 famílias que vieram de Promissão desde o começo e que o assentamento deste pessoal foi contra a vontade do sindicato. Tal perseguição, segundo ele, no seu caso persistiu, mas com outros assentados, como o sr. Adiel que também é do grupo de Promissão, para o sr. Jamir ele foi seguidor do Élio e tornou-se aliado do sindicato.

No relato sobre o que ocorreu no assentamento em momentos anteriores às reintegrações de posse em função do plantio de cana, que ocorreu em 30/12/2007, falaram que havia o lote de um assentado conhecido como Periquito (mais conhecido como Irmãos Coragem), que estava com ordem de reintegração de posse. A polícia veio fazer reintegração deste lote e os assentados pró-cana não deixaram, em 26/07/2007.

Logo após, o sindicato organizou um contingente de 17 famílias e o trouxe para o lote da dna. Nazita, assentada considerada da turma de Élio e do sindicato. Eram pessoas de Cachoeirinha e Boa Esperança. A intenção era de ocupar os outros lotes que estavam com ordem de reintegração. O grupo da cana descobriu a presença dessas famílias e entrou em conflito com elas, queimando a caminhonete que havia sido usada para trazê-las ao assentamento. Segundo Jamir, a caminhonete estava escondida no meio de uma plantação. Houve um novo conflito no dia que resolveram enfrentar essas pessoas que estavam alojadas no lote da assentada Nazita. Segundo Zé Motor, eles

perceberam a circulação de gente estranha ao assentamento e descobriram que estavam no lote dela. Neste dia também "deu" policia (o primo de Zé nos mostrou fotos da polícia no assentamento). Isto foi em 15/08/2007.

Ambos Zé e Jamir nos pareceram bastante tensos. Por várias vezes mencionaram que em uma possível reintegração de seus lotes por parte do INCRA eles reagiriam com violência. Zé falou que veio para o assentamento com 23 anos e estava há 20 anos lá, por isso, teria o direito de cobrar o sofrimento que passou nesse tempo em função do abandono[93]. Disse que o pessoal do INCRA o olhava com nojo e o desrespeitava: "A moça [do INCRA de São Paulo] veio tirar foto de minha casa sem pedir permissão, e peguei o carro fui atrás dela até o Ceasa e chamei a polícia, como eles chegam aqui na minha casa e ficam tirando fotos sem pedir?" (Depoimento de 27/09/2007).

Em sua representação, o Élio Neves estava por trás das ações porque queria tirar "meia dúzia" de famílias do assentamento, considerados os líderes da cana. Já havia feito isso ao controlar os benefícios deles, como o acesso aos direitos previdenciários dos assentados: "o Élio fala que quem planta cana não precisa do auxilio do sindicato". Por outro lado, o INCRA também tinha mecanismos para dificultar a vida de quem plantava cana. No caso da liberação do crédito moradia, este só foi autorizado para quem não plantava cana ou para quem se comprometesse em diminuir a área com cana em seu lote, mas ainda assim dependia do aceite do sindicato para se concretizar.

Em lotes nos quais não era plantada a cana, obtivemos outros depoimentos sobre as reintegrações. No lote do Edinho, onde há uma experiência de horta coletiva conhecida como Pedra D'água, havia três assentados que não plantavam cana e disseram que nem por isso é um grupo do sindicato. Havia um estigma de quem não plantasse cana ser do sindicato, o que afirmaram não ser verdade. Disseram que até plantariam cana se fosse liberado, mas o INCRA não liberava. Seria preciso uma carta de aceite, assim eles poderiam ir até o banco e financiar o plantio.

Na opinião deles, a culpa desses episódios é do próprio Incra, pois o órgão sempre esteve ausente do assentamento e não resolveu a questão da cana antes, quando tudo começou: "Se o Incra tivesse presença e estipulasse as regras nada disso estava acontecendo. Agora, esse conflito está ruim para todos" (Depoimento de 27/09/2007).

Sobre o caso do Jamir, disseram que a família foi comprando lotes de assentados que deixaram o assentamento. Ao todo, segundo esses assentados, a família possuía 4

[93] O abandono refere-se ao tempo que o INCRA ficou ausente do assentamento, delegando sua gestão ao Itesp.

lotes, o dele e mais um para cada filho que estava no assentamento, todos plantados com cana. Falaram também do caso do Piriquito, que não quis fazer acordo com o Incra a respeito de ter a maior parte do lote plantado com cana. E, ainda, citaram o Domingão, assentado que tinha uma "firma" em seu nome com a qual prestava serviço no assentamento e fora dele, principalmente para a usina. Era a Associação Independente, que prestava serviços de máquinas agrícolas para o plantio, o corte e o transporte em todos os lotes nos quais planta-se cana. O trabalho de cada assentado era praticamente fazer aplicações de herbicida.

Voltando ao Jamir e ao Zé, sua principal preocupação era a defesa da renda da cana. Eles contaram que mesmo com a baixa no preço, a cava industrial continuou rendendo mais do que grãos, por exemplo, que são os produtos mais financiados pelo banco. Ainda que a cana, segundo eles, não depende tanto de água como os grãos, o que se traduz numa garantia nos meses de seca. Nos contaram abertamente sobre a existência de um contrato, que inclusive foi mostrado para nós na ida a campo de 4 de outubro de 2007. No caso do Jamir, nos disse que na primeira safra (18 meses) de cana em um dos lotes de sua família produziu 1.500 toneladas. A tonelada da cana estava em R$ 44,00, então deu uma renda equivalente a R$ 66 mil (ou R$ 3.600,00 por mês). Já na safra seguinte (12 meses), a tonelada da cana passou a valer R$ 26,00, multiplicado por 1.280 toneladas produzidas, deu uma renda equivalente a R$ 33.280,00 (ou R$ 2.700,00 por mês).

Nos valores mencionados sobre o preço da tonelada da cana já estão deduzidos os valores pagos ao serviço prestado pela Associação (mão-de-obra para plantio e corte, carregamento e transporte). Resta ao assentado prever, para dar continuidade ao canavial, gastos com herbicida, adubo, hora/máquina (trator), o que gira em torno de R$ 8 mil. Refazendo os cálculos da última safra, quando a tonelada teve o valor de R$ 26,00, a renda líquida para a família foi de R$ 25.280,00, ou R$ 2.100,00 por mês.

Segundo eles, uma renda que nenhum outro produto agropecuário é capaz de oferecer e com tão pouco esforço por parte do produtor. Afirmam que se houvesse outra alternativa que lhes retornasse bem financeiramente, certamente não estariam com a cana-de-açúcar. Aliás, o caso relatado do plantio de bananas e seu insucesso ocasionado pelo abandono por parte de um acompanhamento técnico, foi durante toda a conversa o motivo para justificar o plantio de cana. Como se eles já tivessem aprendido com as experiências fracassadas anteriormente e não houvesse outra saída.

Em uma das visitas descobrimos que o Jamir estava organizando uma comitiva para ir até o assentamento Monte Alegre, para conversar com um grupo de lá sobre a situação das famílias ameaçadas de sofrer reintegração de posse. Ele reclamou o pequeno apoio que estavam tendo por parte das famílias do Bela Vista frente ao problema com as famílias ameaçadas pelo INCRA e que por isso iam tentar sensibilizar um grupo no outro assentamento para engrossar o movimento. Além disso, começou-se também uma discussão acerca da titulação e emancipação dos assentamentos em relação ao INCRA que está tendo outras repercussões desde então.

Em 2008, em conjunto com a FERAESP, foram feitas tentativas para a criação de novas alternativas produtivas ao assentamento. Diante dos conflitos, os assentados que rescindiram o contrato da cana se integraram aos grupos. A Federação tinha o apoio direto da Superintendência do INCRA de São Paulo e muitas das ações propostas foram traçadas com o compromisso de liberação de recursos. Uma farinheira chegou a ser construída e equipada no assentamento e anunciada como uma unidade processadora de mandioca para a região e não apenas ao Bela Vista. O Sr. Adiel cedeu uma parte de seu lote para a instalação, mas o início das atividades foi interrompido após denúncias de assentados pró-cana de que havia irregularidades nos repasses do INCRA à Feraesp. Muitos assentados chegaram a plantar mandioca para processar na farinheira, mas como ela não chegou a funcionar, apesar de estar quase pronta, tiveram que vender o produto *in natura*.

É importante destacar que no interior desse grupo estavam sendo treinadas algumas mulheres, que iriam trabalhar no processamento da mandioca. Esse grupo realizou um curso completo ministrado pelo Centro Paula de Souza, todavia o processo de construção do prédio emperrou e a maior parte delas foi trabalhar na cidade. Algumas lideranças ainda esperam término da construção e a liberação para a farinheira funcionar.

Outro grupo de mulheres, de corte e costura, chegou a ter 5 mulheres que receberam cursos de capacitação, mas não foi dado continuidade ao espaço produtivo ao grupo. Apesar de terem sido adquiridos alguns equipamentos, seria necessário disponibilizar uma área para funcionamento. Na época, dizia-se que a FERAESP articularia uma parceria do grupo das mulheres para a fabricação de uniformes para empregados das usinas. O grupo foi se desmantelando na medida em que faltavam professores para ministrar os cursos de corte e costura, também a falta de um espaço apropriado e a incerteza da renda dessa produção contribuiu para o encerramento do

grupo. As duas instrutoras que começaram a ministrar os cursos eram assentadas, elas disseram que a participação das mulheres no curso aos sábados estava diminuindo com a falta de perspectivas e que era difícil para as mulheres manterem a assiduidade no curso, em razão de suas responsabilidades no lote. A maioria também trabalhava na cidade e restava o final de semana para cuidar da casa e da roça. Uma das instrutoras, por exemplo, trabalhava em Araraquara em uma oficina de conserto de roupas. Outra participante do grupo teve que abandonar as aulas porque teria que dedicar todo seu tempo durante 3 meses para cuidar de um filho recém-operado.

Apesar desses grupos não terem sido viabilizados, pode-se dizer que a nova conjuntura das políticas públicas ajudou a recuperar a agricultura familiar no assentamento, sobretudo com o incentivo da produção de hortas e da comercialização nos programas públicos de compra institucional, bem como com a maior agilidade na liberação de recursos de custeio da produção. Em pouco tempo de existência, o PAA passou a ser muito relevante para a maioria das famílias assentadas, embora nem todas as prefeituras operarem corretamente os recursos e de ser uma cota pequena por família, como veremos mais à frente.

Apesar das tentativas de retomada produtiva e do combate ao arrendamento, os últimos movimentos da trajetória da cana no assentamento Bela Vista foram no sentido da regularização do plantio pelo INCRA. Sob a alegação de que só a cana seria capaz de tirar os assentados do quadro de endividamento em que se encontram, o discurso mais evidente é o de que as famílias não podem viver apenas com base em atividades de subsistência e necessitam da integração agroindustrial. Por outro lado, que a cota dos programas institucionais é insuficiente para se prescindir da renda da cana. A liberação do INCRA veio em 2013, após uma série de reuniões, de forma que cada família passou a poder destinar até 40% de seu lote para a produção de cana em "parceria" com usinas. Um modelo mais ou menos semelhante ao proposto pelo Itesp nos assentamentos estaduais, com a portaria 077/2004. Problemas que não parecem sair de cena dos assentamentos, embora novos contornos se façam presentes.

Durante o período do doutorado pude acompanhar algumas dessas reuniões. A primeira delas foi realizada pelo INCRA em seu escritório regional de Araraquara, em 18/10/2012, na qual a principal pauta era a autorização do órgão para os assentados colherem e comercializarem a cana que já estava plantada e perdendo o prazo de colheita. O INCRA havia proibido os assentados de colherem a cana e comercializarem com as usinas, alegando que a atividade era irregular. Então os técnicos vieram com a

proposta de autorizar a colheita, desde que os assentados se comprometessem a retirar gradualmente a cana dos lotes. Os técnicos reforçaram a idéia da produção de alimentos nos assentamentos como uma premissa básica, pois se trata de um critério da agricultura familiar e, sobretudo, do não arrendamento como uma norma em áreas de assentamentos. Com isso, a proposta do órgão gestor era substituir 25% da área total colhida nesse ano, depois mais 25% em 2013, 25% em 2014 e os últimos 25% em 2015, até a erradicação da cana no assentamento. Para regularizar essa meta de redução da cana nos lotes os assentados teriam que assinar um termo de aceitação e compromisso, enquanto o INCRA realizaria vistorias e em seus laudos seriam inseridas as informações sobre quais culturas eram colocadas no lugar da cana.

Depois da explanação dos técnicos, os assentados pediram a palavra e condenaram a proposta, afirmando em coro que as vozes do assentamento não foram ouvidas pelo INCRA. Ao recuperar a história da cana no assentamento, Silvani Silva disse que o principal argumento, aos olhos do INCRA, era de que todos os assentados tinham e queriam a cana em 100% do lote, mas a verdade era que a maioria queria 50% de cana e manter a outra parte diversificada. Ela colocou a cana como uma necessidade estrutural do assentamento, ou seja, a única forma das famílias assentadas possuírem uma renda que fizesse frente às suas necessidades. E colocou também em questão: o INCRA tem projeto para outras alternativas que dêem uma renda como a cana? Na resposta, os representantes do órgão gestor falaram que iriam preparar um PRA (Plano de Recuperação do Assentamento) para o Bela Vista, mas, para Silvani, era uma vergonha eles afirmarem isso, sendo que já havia sido feito um PRA em 2003 e agora teria que se fazer novamente?

Já o sr. Lázaro, presidente da cooperativa Coobela, se irritou com a proposta do INCRA. Ele disse que já tinha ido a São Paulo solicitar ao INCRA autorização para a colheita da cana e estava esperando uma resposta positiva: "Ninguém do INCRA que vai no assentamento traz resposta. Se não tiver resposta imediata para o corte da cana vai ter conflito. Não vai marcar outra reunião para isso. Outros assentados que não estão aqui têm outro pensamento, eles já estão colhendo a cana". O sr. João Branco, que faz parte da mesma cooperativa, falou sobre a colheita da cana: "vou fazer e se quiser vai lá tomar meu lote". Nessa hora, seu filho levantou e falou: "vai o 'caramba', eu mato um".

Outro assentado falou sobre suas alternativas anteriores à cana: ele tinha maracujá e dava 120 caixas por semana. O varejo não absorvia sua produção, então ele foi para a indústria, que lhe pagava um preço simbólico: "Praticamente cobria o custo

de fazer a colheita". Disse ainda que o Itesp lhe deu 120 pés de manga 'tomy', que dava 500 caixas por semana. Ele botava a produção no carro velho e não vendia uma caixa, apenas levava para o asilo: "Não tinha política de comercialização". Atribuiu ainda sua colheita fracassada de feijão à falta de assistência técnica: "Plantei feijão 'lab-lab' esperando colher 400 sacas e colhi 18".

Já o assentado Luiz Lima afirmou: "Isso aqui foi uma proposta? Uma proposta imoral! Querem que o assentado ganhe R$ 4.500,00 por ano nos programas governamentais. Tirar a família da miséria foi só a cana, vários assentados hoje têm carros bons agora, antes andava de chinelo quando plantava milho, arroz, e quem dava o preço era o atravessador". Então, entrou em discussão qual era o perfil do agricultor familiar que o INCRA queria para os assentamentos. "As estradas estão estragadas e o INCRA fala que não pode andar com caminhão acima de 20 toneladas ao invés de arrumá-las. Então, quer que assentado ande de carriola".

Outros assentados aproveitaram para atacar a Feraesp: "Tudo isso precede do Élio Neves", disse o Sr. Barbosa. Na opinião deste, sindicatos, cooperativas e MST são retentores das verbas que deveriam vir a fundo perdido para os assentados mas nunca chegam. Outro assentado acusou que o dinheiro do INCRA saia irregularmente para a farinheira por meio da Feraesp e da Unicampo: "Nem terminaram e já vieram as irregularidades. Porque o sindicato tem que ser intermediário? Quer vir aqui impor amarras ao assentado para plantar do jeito que ele [Élio Neves] quer".

Uma das falas mais marcantes foi da Dona Maria, que disse ter criado seus filhos no assentamento com pouquíssimos recursos: "Quando não tinha o que comer tirava palmito na mata". Ela disse que uma vez foi ao INCRA para saber o que fazer em relação a uma dívida e foi humilhada: "Me perguntaram: porque você fez a dívida? Não dá para viver de mandioca e batata, eu não era a favor da cana, fazia passeata contra". Mas hoje está sentindo que isso mudou: "Comer arroz, feijão e bananão, o filho não quer mais não, quer pão". Ela disse que é de Mato Grosso do Sul, viveu em terra indígena, trabalhava na roça com os pais desde que era criança. Foi para Guariba, onde ficou por 4 anos no corte de cana e seu marido chorava, pois ele queria a terra. "Tem que plantar o feijão sim, mas só isso não dá. Ninguém quer 100% cana, mas ninguém vai ficar só na enxada plantando seu feijão. A agricultura familiar que eles pregam não existe mais. Há vinte anos atrás o filho ficava trabalhando com os pais, agora não é mais assim". Dessa forma, na semana seguinte o INCRA autorizou a colheita da cana, mas

sua regularização só foi discutida em outra reunião, no dia 16/04/2013, na sede do órgão em São Paulo.

Esta outra reunião, certamente, foi muito mais tranquila, primeiro porque não estava tão cheia – os assentados organizaram uma Van com lideranças de alguns grupos para irem a São Paulo. Segundo, porque foi anunciada a liberação de 40% dos lotes para plantio de cana com as usinas. Os assentados teriam que assinar um termo no escritório do INCRA em Araraquara e as organizações formais, como as associações, teriam que elaborar contratos de comercialização diretamente com as usinas. Os representantes do INCRA deixaram claro, no entanto, que a vontade deles era que os assentados não plantassem cana para as usinas. Justificaram os 40% com o fato de que a cana acaba sendo a principal saída para a produção e renda nos lotes, mas sempre que o assentado depende só da cana existe um grande risco de o sítio quebrar financeiramente. Com a garantia de uma diversificação, o equilíbrio entre alternativas produtivas reduz a vulnerabilidade da família não apenas na esfera monetária, mas do emprego e ocupação da família e da segurança alimentar.

Estavam presentes alguns representantes das principais organizações do assentamento. Adiel, como representante da Associação Renascência, associação que estava parada e precisava de assistência para retomar as atividades. Zulmira e Leonel, respectivamente, vice e presidente do CDC, cuja uma das pautas era possuir um escritório próprio. Silvani e João, do grupo Pé Vermelho. Cidinha, que trabalhava na Feraesp, com a pauta de resolver o caso de transferência do lote do pai dela, que faleceu, para ela. Edmílson, do grupo Pedra D'Água. Do INCRA estavam presentes Reinaldo, chefe da área de desenvolvimento, Sinézio, chefe da área de obtenção de terras e Wellington Diniz, superintendente. O primeiro informe dos representantes do INCRA foi sobre alguns casos de plantio de cana industrial que estavam na justiça, que o juiz havia sentenciado que eram arrendamentos e os referidos assentados sofreriam penas alternativas. Logo após, falaram de dois novos programas de financiamento que o governo federal vai implementar por meio do INCRA: Terra Sol e Terra Forte. O primeiro para projetos menores, de até R$ 500 mil. O segundo para projetos maiores, como a recuperação das cadeias produtivas das regiões, com recursos de até R$ 2 milhões por projeto.

Foi simbólica a discussão sobre a emancipação do assentamento na mesma reunião cuja principal pauta era a cana, em função da estrita relação entre as duas pautas. Algumas famílias estavam entrando com pedido de emancipação e solicitando o

título do lote. O INCRA estava rebatendo aqueles que pedem o documento oficial de titulação, sob o pretexto de que eram famílias que após conseguirem o documento poderiam vender os lotes para pessoas sem o perfil para a agricultura familiar ou mesmo para as usinas e, assim, "acabar" com o assentamento. Os presentes concordaram com essa hipótese e também reconheceram que depois de emancipadas as famílias deixariam de ser parte do programa de reforma agrária e perderiam os benefícios de serem assentadas, como créditos com baixos juros e assistência técnica. Mas disseram que isso era culpa do próprio INCRA, que na época das reintegrações de posse havia deixado um clima de medo e insegurança. Essas famílias também queriam maior autonomia em relação ao autoritarismo do INCRA e da Feraesp. No entanto, segundo estimado na reunião, tratava-se de um grupo de "meia dúzia" de pessoas que estavam se deixando influenciar pelos representantes da cana no assentamento – ou seja, aqueles que defendiam 100% de cana e o arrendamento dos lotes.

Outras pautas discutidas foram sobre a prefeitura de Araraquara, que estava inadimplente e por isso não podia receber verbas federais, por exemplo, para o PAA. Na verdade estava sendo discutida justamente as denúncias sobre a fraude do programa em Araraquara. A princípio, os representantes do INCRA esclareceram que há várias modalidades que ligam associações de produtores com projeto para a CONAB, MDS e MDA, que liberam os recursos e a prefeitura só entra na distribuição da produção. Em Araraquara predominava a modalidade Compra Direta, na qual a prefeitura recebia verba do MDS e comprava de produtores não necessariamente associados a organizações formais, mas que dava para ser feito direto com o INCRA e as associações por meio da modalidade Doação Simultânea. Já o PNAE era feito por meio de chamadas públicas da prefeitura para os produtores locais, regionais, estaduais etc.

O INCRA insistiu ainda na necessidade de realização de um novo PRA, no qual seriam ouvidos pelo menos 85% das famílias. Isso ajudaria inclusive nos processos de vistoria e no diagnóstico de lote por lote em relação a possíveis irregularidades, como o plantio de cana em área superior a 40% dos lotes. Foi dado o prazo de 30 de abril para a realização das entrevistas e 30 de maio para o relatório final. No entanto, os tempos de execução dessa ação foram bem diferentes do anunciado. Apenas no dia 22 de novembro de 2013 o relatório fora finalizado e apresentado aos assentados, por técnicos da IBS (Instituto Biosistêmico, empresa contratada pelo INCRA para dar assistência técnica aos assentamentos da região).

Também tive a oportunidade de acompanhar essa reunião, que foi realizada no próprio assentamento Bela Vista. Foram apresentados muitos dados genéricos, como por exemplo, de que a agricultura familiar gera 34 % do PIB brasileiro, de que existem 5 milhões de famílias na agricultura familiar, dentre as quais quase 1 milhão são assentadas, de que mais 70% da alimentação dos brasileiros vêm da agricultura familiar, enfim, números genéricos e já contestados pela comunidade acadêmica (HOFFMANN, 2014). Os técnicos apresentaram também dados do estado de São Paulo. Sobre o programa Terra Forte, que já saíram 6 no Estado, com um montante de R$ 10 milhões. Foi sugerido aos assentados o Terra Sol, para projetos de até R$ 500 mil, especialmente para se recuperar cadeias produtivas como a do leite na região. Foi dado o exemplo dos assentamentos da região de Andradina, que produzem 40 mil litros de leite por dia, e de Promissão com produção de 20 mil litros diários. Nestes casos, o programa já tem funcionado para se agregar valor ao leite *in natura*. Informaram ainda que foram distribuídos 269 kits de barraca de feira, com balança, avental, boné, barraca etc., mas os assentados presentes não tiveram notícia dessas ações em seu assentamento.

O resultado do PRA, no entanto, não foi muito bem discutido. O diagnóstico técnico se limitou a apontar a vocação do assentamento para a produção de leite, grãos, hortaliça e fruticultura. Em meio à apresentação, um momento de muito constrangimento, quando um dos assentados pediu a palavra e desqualificou os apontamentos do PRA. Ele disse que os assentados já tentaram todas essas alternativas produtivas, mas nenhuma delas contribuiu em nada para melhorar o nível de renda das famílias. Então afirmou, aos gritos, olhando e perguntando aos demais assentados presentes: “Qual foi a única que deu certo no assentamento?... Foi a cana!”. Após a intervenção, seguiu-se um momento de silencio absoluto, até que este senhor se retirou da sala e os técnicos do IBS puderam concluir a reunião, com a notícia de que o órgão gestor iria trabalhar para implementar um entreposto para se realizar o processamento e a comercialização da produção dos assentados.

Como um contraponto ao que foi exposto até aqui sobre a integração industrial, considero que a criação do mercado institucional, sobretudo por meio do PAA, abriu novas perspectivas no que tange à diversificação da produção, da comercialização e dos projetos de desenvolvimento para os assentamentos. Se antes sobressaiam as investigações acerca do caráter de subsistência da produção agropecuária das famílias assentadas, uma vez que se reconhecia que os assentamentos pelo menos possibilitavam uma produção dos próprios alimentos e isso sugeria uma cesta diversificada de itens

para as famílias, as políticas públicas passaram a cumprir o objetivo da compra desses alimentos para abastecimento municipal – os mesmos alimentos produzidos primeiramente para atender à demanda das famílias assentadas, o que vem representado um caminho diferente para o desenvolvimento dos assentamentos em relação ao que era discutido até meados dos anos 2000. O interessante a observar, no caso de Araraquara, é que o município foi um dos primeiros no Brasil e ter o PAA, no ano de 2003. E, neste caso, pode ser feito um paralelo em relação às portarias estaduais que liberaram a cana nos lotes dos assentamentos, entre os aos 2002 e 2004.

Então, as políticas públicas com foco na segurança alimentar também foram acompanhadas pela equipe do Nupedor. Na época da criação do PAA em Araraquara, Kuranaga et al. (2008), também analisaram outras políticas públicas que estavam animando as possibilidades de escoamento da produção no município. Eram os programas Feira do Produtor e Direto do Campo, que apresentavam resultados significativos de inclusão social e desenvolvimento regional. Em síntese, para os autores, por meio desses programas os agricultores familiares da região tinham alternativas de geração de renda sem precisar depender das cadeias produtivas convencionais do agronegócio, incentivando o trabalho familiar. A participação nas feiras permitia ainda trocas de informações, atitudes de cooperação e incentivava o produtor a se aperfeiçoar na produção e na comercialização direta de produtos diversificados.

Não me alongarei na explicitação dessas políticas ao longo dos anos, mesmo porque elas serão debatidas por meio dos dados de pesquisa, tanto os quantitativos como os qualitativos. No capítulo 4, mostrarei que o produto de alguns sistemas produtivos, como a horta, já está sendo mais comercializado via PAA do que consumido pelas famílias. Na medida em que se torna uma estratégia produtiva que garante regularidade quanto a um retorno financeiro satisfatório às famílias assentadas, o escoamento dos alimentos via executivo municipal tornou-se também importante enquanto alternativa de desenvolvimento que leva em conta os interesses da família assentada. Principalmente nos anos mais recentes, quando a cota anual de cada família no programa aumentou de R$ 3.500,00 para R$ 9.000,00, embora esse valor permaneça um fator limitante. Um dos entraves que vem sendo constatado é a comercialização da produção animal, pois para a produção de origem animal adentrar em programas como o PAA e as feiras livres exige-se o selo de inspeção, cuja adequação a produções em pequena escala é extremamente dificultosa.

Outro aspecto a ser considerado na comercialização é a baixa participação dos assentados em feiras, apesar do elevado percentual de produções que poderiam participar dessa modalidade. Consideramos que isso se deve às limitações no número de agricultores que podem participar de feiras que acontecem frequentemente nos municípios do entorno dos assentamentos. Muitas vezes essa participação se restringe àqueles com veículo próprio e de melhor relacionamento com agentes das prefeituras, conhecido por estes como "produtores âncoras". Além disso, são produtores que assumem o compromisso de participar assiduamente das feiras. Outros tantos participam indiretamente das feiras e de outras formas de venda direta, como o mercado de varejo, por meio de assentados que participam das feiras ou que possuem veículo próprio, com os quais se estabelece um tipo de parceria para a comercialização de alguns itens.

Porém, um novo cenário de inserção dos assentados da região de Araraquara nas feiras livres está em evidência nos últimos meses, o que mostra a importância da constante atualização das conjunturas políticas e das alternativas produtivas para os assentamentos. Após uma paralisação do Programa de Aquisição de Alimentos em Araraquara, no ano de 2013, devido à suspeitas de irregularidades apuradas pelo Ministério Público envolvendo o ex-vereador Ronaldo Napeloso e funcionários da Secretária da Agricultura, a comercialização da produção perdeu sua principal destinação, deixando muitos assentados sem alternativas de escoamento[94].

Com a reformulação da Secretaria da Agricultura e de seu quadro de funcionários, a nova gestão está implementado novos projetos de feiras livres no município. A primeira medida é o Programa Negócio do Campo - Produtos do Campo, começou a ser operada no dia 15/04/2014, todos os dias da semana, com a qual os assentados comercializam sua produção em frente às principais padarias em diferentes bairros mais afastados do centro da cidade. Cada dia a feira é realizada em frente a uma padaria diferente e com produtores diferentes, em forma de rodízio, dando a oportunidade dos moradores dos bairros adquirirem frutas, verduras e legumes dos produtores assentados. Além dessa comercialização em padarias nos bairros, vêm sendo mantidas as duas feiras no centro da cidade, uma aos sábados pela manhã, já existente desde 2003, e uma feira noturna, às quintas-feiras, recém-inaugurada no dia 31/07/2014.

[94] Tal escândalo, amplamente denunciado na mídia local e inclusive em um artigo da nossa equipe (GOMES et al., 2013), longe de seu desfecho, será abordado nas etnografias, sobretudo no caso do sr. José Aparecido, presidente da cooperativa do núcleo III do assentamento Monte Alegre.

Ambas contam com uma maior participação de assentados, mas também de agricultores familiares da região.

De resto, cabe destacar que essa perspectiva de comercialização nas feiras livres sempre despontou como uma alternativa viável aos assentados da região, devido principalmente à grande participação da população nas feiras, que traz uma demanda por alimentos produzidos de forma mais saudável e valorizam a compra direta do produtor. Porém, estima-se que apenas 5% das famílias assentadas participam diretamente das feiras.

3.6 Assentamento da Barra: as peculiaridades de um PDS e a inovação no campo da política de assentamentos

A modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável nunca havia sido implantada no Estado de São Paulo. Basicamente, ela é uma política que busca garantir a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e, ao mesmo tempo, propiciar a recuperação e preservação do meio ambiente, resgatando a biodiversidade regional. Essa modalidade de assentamento foi criada através da Portaria/INCRA n.º 477/99, que define o Projeto de Desenvolvimento Sustentável como "uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área". Para Amaral (2013), a criação dessa modalidade de assentamento pelo INCRA tem como base: o atendimento das especificidades regionais (extrativismo tradicional, resgatar o valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea etc) ao invés de considerar apenas o potencial agrícola da terra; a valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; a concessão de uso da terra, por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área atendendo à legislação ambiental. Vale destacar que o PDS é um projeto especial de assentamento nos seguintes aspectos: a seleção das famílias deve obedecer a um critério de envolvimento com a defesa de projetos ambientais; a concessão de uso da terra é coletiva, realizada através de uma personalidade jurídica (associação, cooperativa etc.); a produção deve combinar o trabalho familiar com práticas coletivas, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento de práticas agroecológicas.

Segundo Osvaldo Aly Jr., a modalidade de PDS que existia no Acre era produto da luta dos povos da floresta, principalmente de grupos ligados ao Chico Mendes. Na Amazônia Legal, a criação de assentamentos PDS se deu por uma portaria conjunta entre INCRA e IBAMA, com a perspectiva de conservar a floresta, mas ao mesmo tempo promover e aperfeiçoar o extrativismo como fonte de renda aliado a áreas de roças para a subsistência. Em São Paulo, a idéia era que os PDS contribuíssem com o restauro de áreas de mata que não existiam mais. Muito por que geralmente as fazendas destinadas à reforma agrária em São Paulo não possuem as áreas ambientais. Depois que os assentamentos são instalados, o INCRA fica responsável por um prazo para a recuperação florestal dos 20% de cada assentamento que a lei exige.

Evidentemente, há um desencontro em relação à transferência de um modelo da Amazônia para São Paulo, sem a consideração das condições diversas da biodiversidade (AMARAL, 2013). O modelo PDS foi pensado e executado primeiramente na região Amazônica, no intuito de compatibilizar os assentamentos rurais com a preservação da biodiversidade. Transposto para o estado de São Paulo, certamente não encontrou o mesmo cenário de preservação do bioma, pelo menos na região em tela. No entanto, os instrumentos legais do PDS da Barra prevêem várias ações visando à recuperação da vegetação nativa, como projetos em parceria com universidades e centros de pesquisa, como a Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna/SP) e a ESALQ/USP.

Nesse sentido, o INCRA assinou, perante à Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que deveria garantir que 35% da área seriam destinadas à RL[95] e que as APPs existentes na fazenda seriam recompostas. As orientações do TAC assegurariam as ações de planejamento e implantação da infra-estrutura necessária para que as famílias pudessem viver e produzir na área. Todo esse processo foi marcado por disputa pela condução política do projeto de assentamento. Mas o fato de ser uma área de recarga do Aquifero Guarani aliado à promessa de restauração ambiental e produção agroecológica contribuiu enormemente para a efetivação do assentamento.

Para o dirigente, um dos focos de discussão da reforma agrária na nova gestão do INCRA em São Paulo, a partir de 2003, era recuperar a questão ambiental, relegada a segundo plano no período anterior. Como gestor público, acreditava que poderia

[95] A decisão de estabelecer um índice de 35% como área de reserva legal foi tomada em virtude da Fazenda da Barra estar situada sobre uma área de recarga do Aquífero Guarani. Dessas 35%, 20% não poderão ser explorados economicamente. Entretanto, nos 15% restantes, as famílias poderão desenvolver projetos coletivos agrícolas baseados em Sistemas Agroflorestais (SAFs).

trabalhar na superação desta dicotomia reforma agrária *versus* meio ambiente e com a criação de outros projetos de desenvolvimento agrícola para os assentamentos:

> Primeiro nós tentamos a Agenda 21 no Pontal do Paranapanema, mas o próprio MST e o Ministério do Meio Ambiente tocaram essa agenda por lá. E o MST tinha na época uma discussão das comunas da terra como uma nova modalidade de assentamento menos individualista e com uma discussão crítica com relação ao modelo do agronegócio. Além disso, tinha a questão dos assentamentos periurbanos, em áreas mais próximas a grandes centros.
> Então, o INCRA buscou alternativas para que os assentamentos se voltassem a um projeto comunitário e coletivo. E que também se contrapusesse à ideia de agricultura de grãos. Porque esses lotes de assentamentos que chegam a 15 hectares para a produção de grãos não sustentam as famílias. Quer dizer, tinha que ser uma questão que fosse para outro tipo de agricultura, que não repetisse em pequena escala o modelo da revolução verde. Que é o que o pesquisador o IPEA Fernando Gaiser chama de "agronegocinho". Então, essa ideia de um "agronegocinho" a gente também foi contra e o MST também vinha com essa ideia.

Porém, nem sempre foi fácil quebrar essa lógica de reproduzir em pequena escala o modelo da agricultura convencional. Mesmo por que as primeiras ações do INCRA nesse sentido se deram em pequena escala no PDS da Barra, com projetos ligados à Embrapa Meio Ambiente. No âmbito das políticas públicas, apenas o PAA, com a prerrogativa de pagar melhor a produção agroecológica dava incentivos. Mas isso era relativo, pois o PAA tem um limite anual que é igual para todos os assentamentos, ou seja, paga melhor a produção agroecológica, mas não compra além do limite anual de cada família. Por outro lado, o MST já promovia cursos de agroecologia, inclusive para filhos de assentados do PDS da Barra. Os assentados reclamavam que as ações de assistência técnica e os créditos para a produção agroecológica ainda estavam muito longe de se tornarem realidade, bem como projetos Agroflorestais para explorar as áreas coletivas de Reserva Legal.

Seguramente, um diferencial do PDS da Barra é sua localização, pois fica colado ao bairro Ribeirão Verde, um bairro pobre e longe do centro da cidade de Ribeirão Preto. Segundo informações obtidas com os assentados, nas imediações e mesmo dentro do assentamento existe tráfico de drogas e a violência é muito presente na vida das famílias assentadas. No início das ocupações da fazenda, parte das pessoas que vieram para a luta morava nesse bairro. No entanto, segundo Edivar Lavratti, em algum momento de suas vidas, essas pessoas também tiveram uma relação com a terra em suas trajetórias de vida e trabalho. Eram famílias que viam uma oportunidade de sair da

condição de vida precária que passavam na cidade para morar em um lote agrícola, com o diferencial de que era um espaço rural prestes a virar urbano no Plano Diretor do município, cobiçado a ser um condomínio residencial. Outras pessoas estavam no movimento social em luta pela terra em acampamentos da região de Ribeirão Preto, mas advindas de um ciclo migratório mais amplo. Por causa da proximidade com o bairro, isso facilitou que viessem pessoas que tinham ligação com traficantes e ladrões, o que acarretou vários problemas aos trabalhadores que tinham como objetivo conquistar um pedaço de terra para viver e trabalhar. Durante a entrevista feita com as lideranças do núcleo Índio Galdino, eles estimaram que aproximadamente 50% de todas as famílias do PDS da Barra têm perfil para agricultura familiar e outras 50% não. Deram também depoimentos sobre as ameaças sofridas, tanto interna como externamente ao assentamento.

Na entrada para o assentamento pelo bairro Ribeirão Verde, havia lotes com quintais sujos e com carros velhos abandonados, casas pequenas e parecidas com casas da COHAB, botecos nos quais alguns informantes disseram haver tráfico de drogas. Andando mais para o interior do assentamento a paisagem vai se transformando, as casas são maiores e rodeadas de varandas, com quintais mais arborizados, ou seja, com uma composição diferente do lugar, os lotes agrícolas e as ruas. O assentamento tem locais altos e baixos, o que dá uma ampla visão. Existem alguns fragmentos de área de reserva que ficam perto um do outro. No entorno do assentamento, existem plantações de cana-de-açúcar e em uma das divisas tem uma plantação de grama da empresa Grama Esmeralda. Segundo os assentados, essa empresa bombeia água do rio para as plantações de grama, mas se os assentados fossem fazer o mesmo em seus lotes seriam multados pela promotoria pública, que a todo o momento os fiscaliza. O acesso à água nesse assentamento é muito problemático, como veremos.

Conforme o engenheiro agrônomo Osvaldo Aly Jr., quem primeiro identificou a Barra como latifúndio improdutivo foi a FERAESP. A federação inclusive identificou que havia um crime ambiental na fazenda e avisou o então promotor público do meio ambiente, Marcelo Goulart, que fez uma diligência e pediu para o INCRA uma vistoria da área, ainda no final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A fazenda era propriedade da Fundação Sinhá Junqueira, da histórica família Junqueira, latifundiária do setor canavieiro do Estado de São Paulo. E a família tinha a intenção de realizar um grande loteamento para condomínio de luxo, às margens da rodovia Anhanguera e bem próximo ao aeroporto Leite Lopes. Até virar assentamento, a disputa

pela área perdurou pelo menos mais 5 anos, já que isso aconteceu apenas no primeiro ano do segundo mandado do presidente Lula, em 2007.

> A fazenda da Barra era da fundação, constatou-se a improdutividade e o crime ambiental e ela foi desapropriada, foi uma coisa assim, acho que um dos momentos raros, n/é? Você ter em Ribeirão Preto uma área de 1.500 hectares desapropriada por improdutividade com crime ambiental e nisso a parceria com o Ministério Público foi fundamental. (...) Antes do assentamento tinha cana, mas já estava abandonada quando se decretou a improdutividade e saiu o decreto (...) e olha que nós vencemos o Antonio Palocci, que naquela época era Ministro da Fazenda, Ribeirão Pretano. Ai, quando saiu o decreto o movimento social já ocupou.

O crime ambiental, conforme Osvaldo, se deu porque a família Junqueira queria vender a área por metros quadrados. Uma parte da fazenda já havia sido classificada como área urbana no Plano Diretor do município e a referida Fundação aguardava a classificação da outra parte, quando houve as denúncias e ações da Feraesp e do Ministério Público.

> Eles [da Fundação Sinhá Junqueira] averbaram uma área de mata e a desmataram (...) aí o crime ambiental, pois eles desmataram uma área de mata averbada e uma área de mata não averbada eles deixaram. Por quê? Primeiro porque deixaria uma área de mata, depois mais para frente eles usariam como justificativa para desmatar, pois essa não era a mata averbada, n/é? As matas averbadas deixaram de existir e onde não estava averbada você poderia depois tirar. E como ela ia virar urbana não ia precisar ter 20% de reserva legal.

A ideia era de que os 300 hectares de Reserva Legal não existissem mais, em uma propriedade que seria loteada e vendida por metro quadrado, mas acabou sendo desapropriada por hectares. A grande diferença, em função de ser uma área de recarga do aqüífero Guarani, é que a transformação do espaço em um condomínio teria conseqüências piores para a impermeabilização do solo, e nisso a modalidade de PDS foi fundamental para a conquista do assentamento.

O movimento social que articulou a ocupação foi o MST, os trabalhadores ficaram 5 anos acampados, sendo que a primeira ocupação ocorreu em agosto de 2003, com 425 famílias. Um ano depois da ocupação houve uma fragmentação do grupo, na qual 160 famílias constituíram o MLST (Movimento de libertação dos Sem-Terra). Passado mais algum tempo, esse grupo se dividiu novamente por divergências nas formas de organização e por desconfianças em relação a como estava sendo liberado o crédito moradia, dentre outros problemas. Então, surgiu o Índio Galdino e ao mesmo

tempo, outras pessoas do MST e do MLST saíram desses movimentos e se intitulam os "Bandeira Branca", formando o núcleo Luiza Mahin.

Segundo informações dos pesquisadores Silvani Silva e César Gêmero, que ficaram incumbidos de entrevistar as lideranças do MLST (Movimento de libertação dos Sem-Terra), divergências políticas fizeram com que eles deixassem o MST e buscassem apoio no MLST para garantir seus direitos de permanecer no assentamento. Após reuniões com a coordenação nacional do MLST decidiram que passariam a representar este movimento social no assentamento. Esse núcleo se denomina Comunidade Santo Dias da Silva e possui 160 famílias. Outro conflito interno foi desencadeado com a compra do material para construção das casas. A compra do material se deu coletivamente e o dinheiro repassado às organizações dos assentados. A empresa que ganhou a licitação apresentou aos assentados um material de excelente qualidade. Os assentados disseram que a empresa mostrou exemplos de portas, janelas, pias, tanques, venezianas, etc., que seriam utilizados na construção. Porém, o material que lhes foi entregue era de péssima qualidade, disseram que nenhum produto era igual ao apresentado anteriormente. A desconfiança dos assentados dissidentes era de que as lideranças estavam desviando parte dos recursos.

Portanto, o assentamento é organizado por quatro movimentos sociais. Para Osvaldo, as rupturas aconteceram ainda na fase de acampamento e nos anos iniciais. O trecho a seguir da entrevista mostra que quando o assentamento foi homologado, o MST queria mudar as famílias de lugar, mas elas já estavam há quatro anos produzindo.

> As rupturas aconteceram em função da estrutura de poder centralizada, verticalizada e mais ou menos autoritária, sobre a qual as pessoas se rebelam, n/é? E descobriram que se isso for bem feito, não afeta a possibilidade da pessoa vir a ser beneficiária da reforma agrária. (...) Embora na verdade quem briga mesmo, como a gente sempre achou, são as lideranças, n/é? A base se fala, até por que depois você vai conversando e as pessoas têm parentes de um lado e do outro. Quem rachou foi a direção, a base não. Continuam sendo parentes, apesar da direção não querer. Bom, então isso foi o processo da Barra. (...) Houve uma desconexão entre direção e base. Tinha gente no acampamento que já tinha casa, já tinha árvore, sombra, você imagina o que significa o Estado chegar e falar assim: 'Sai todo mundo'. O assentado: 'Não! E minha árvore?' Estado: 'Para não ter problema vamos arrancar todas as árvores', aquelas coisas bem assim, cortem as cabeças, n/é? Nós não fizemos isso, então a relação de confiança e de vizinhança que tinha, a gente deixou isso fortificar, porque isso é a base do que possa surgir de comunitário no assentamento. (...) O legal é que a gente entrou lá fazendo e, assim, não desfazendo. Desfazendo porque havia uma discussão de tirar todo

> mundo para fora, reorganizar as famílias, fazer quadrado burro... tudo aquilo que o MST sempre negou, na hora da entrada ele propôs tudo aquilo que ele sempre foi contra. Tirar as famílias do lugar, reorganizar, fazer lotezinho quadradinho... Nós falamos não! O desenho do assentamento vai se adequar a como as famílias ocuparam o espaço e a direção do MST não queria, porque como houve um problema interno eles queriam desorganizar a capacidade que a base tinha de debater com a direção.

Em outra passagem da entrevista, o ex-dirigente declarou que a postura adotada pelo MST nos assentamentos, em relação ao INCRA, também foi equivocada. Ele mencionou que em 2008 o MST começou a adotar uma postura muito crítica de que não existia reforma agrária e, por isso, o INCRA também não poderia entrar onde se queria fazer reforma agrária. Na prática, onde o INCRA tinha que avançar na implantação dos assentamentos, as direções locais tinham uma determinada ação de fazer oposição. Na época, em alguns assentamentos os técnicos do INCRA chegaram a ser feitos reféns. A relação do INCRA com as lideranças variou em função de que alguns grupos do MST estavam em uma posição um pouco mais radicalizada em relação ao governo: "Não que eu acho que eles não devessem ter, acho que era correta a posição deles. Só a questão é a forma n/é, a forma e o lugar. Então, eu acho que isso já... assim, pelo que eu vi, vejo e encontro com as pessoas, eu diria que isso já é uma questão superada".

E tiveram também as discussões acerca do TAC, que era uma pré-condição para ser selecionado ao assentamento PDS da Barra. Assim, pessoas que vinham com um projeto para trabalhar com gado no assentamento logo viam a impossibilidade desse projeto por conta do tamanho do lote. Para Osvaldo, o TAC e o tamanho do lote foram bons para subverter a lógica do lote da pecuária ou da agricultura de grãos dos PA's tradicionais: "A gente falava 'mas gado? na Barra? Aonde, n/é?' Quer dizer, gado você pode pensar uma vaquinha pro autoconsumo, até porque é uma coisa de matéria orgânica. Mas do ponto de vista econômico, como que você vai viver com uma vaca na Barra?". São fatores que sempre impuseram uma restrição do ponto de vista produtivo às famílias e que inclusive incitaram pesquisadores a dizerem que com esse tamanho de lote o INCRA estava promovendo a "mini-fundização" da reforma agrária, criando lotes menores do que um módulo fiscal para o estado de São Paulo[96]. A complexa realidade

[96] Foi uma idéia debatida nos corredores do V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, no ano de 2012, na Uniara/Araraquara, com o prof. Dr. Manoel Baltasar Baptista da Costa, na época da UFSCar/Araras. A crítica se estendia à divisão de lotes que o INCRA promoveu no assentamento Bela Vista do Chibarro.

do PDS da Barra, nas disputas dos movimentos sociais, no entanto, levou a essa divisão da fazenda em 440 famílias:

> Ninguém queria ceder o pé! O INCRA teve que ir buscando a solução técnica para que aquele negócio ali reduzisse o nível de conflito e tensão ao mais baixo possível (...) nosso grande receio da fazenda da Barra foi justamente essa quantidade enorme de famílias que todo mundo colocava lá e com esse racha, pois por ser uma área da periferia urbana, aquilo corria o risco de virar um grande "favelão".

A importância do TAC tinha também uma questão simbólica no PDS da Barra, que está ligada ao fato de que ele está em uma área de recarga do Aquífero Guarani. Então, não apenas esse, mas outros assentamentos PDS têm ao invés de 20%, 35% de Reserva Legal. A opção pela modalidade PDS partiu de comum acordo entre os vários agentes sociais, o INCRA, as organizações dos trabalhadores sem terra e o Ministério Público. Inclusive, foi uma das coisas que facilitou a desapropriação para fins de reforma agrária, como afirmado antes. Por outro lado, Gonçaves e Scopinho (2010) identificaram que o TAC impôs às famílias muitas pré-condições para a produção. Algumas coisas que ficaram como responsabilidade das famílias eram atribuições ou dependiam diretamente do poder público, como a capacidade de ter um projeto ambiental para a produção em áreas coletivas. Então, para os pesquisadores supracitados, o TAC poderia ter servido como forma de organizar as reivindicações em relação ao INCRA, porque para os beneficiários cumprirem as normas do termo eles dependem em grande parte das ações do INCRA.

Fora isso, uma série de "pequenos" problemas surgiu na constituição do assentamento. O primeiro deles se deu ainda no acampamento, quando as famílias tinham uma produção um pouco mais coletivizada porque os lotes ainda não eram delimitados. Então, havia um processo de trabalho coletivo mediado por diárias, que gerava desconfianças e que contribuiu para o acirramento dos conflitos na comunidade:

> O assentado falava: "Mas eu trabalhei um dia" e o contador falava: "Não, não, você não trabalhou", mas como ele já não lembrava e ele não podia falar "não lembro, eu me confundi". Ai você acaba tendo aquela coisa, eu [o assentado] não sou ladrão, eu não estou mentindo. Então eu [o contador] também falo porque não é verdade que você trabalhou. Isso cria umas coisas de desconfiança por besteira, n/é? Aí estou falando de uma relação sincera, não estou nem falando quando tem desonestidade. Porque na comunidade você também tem o desonesto, e a comunidade controla isso, n/é?

Depois, conforme apontado pelo representante do órgão gestor, o problema se deu no acesso à água. Cada família queria perfurar um poço em seu lote, mas isso não seria possível por conta dos riscos de contaminação do aquífero:

> Então, a questão da água teve que resolver assim: é um poço de água profunda e a rede de distribuição. Mas para as famílias que ainda não estão bem organizadas, tem um problema sério de sentar e fazer conta. As pessoas estão se conhecendo, aí tem gente mais oportunista, gente menos oportunista, então uns usam água do poço para regar e dar água para o gado, eu não acho errado, mas aí não querem pagar. Então dá uns problemas de gestão da água, nossa, se tem uma coisa que é um problema sério do ponto de vista de construção, solidificação de relações pessoais em assentamento é a questão de água, n/é! Aí vira.. a questão de rachar a conta!

Outros dilemas tiveram a ver com a visão de desenvolvimento urbano, que muitas vezes se tentava aplicar no meio rural. No caso, o Ministério Público promovia reuniões com a Vigilância Agropecuária para discutir, por exemplo, a viabilidade de criação de frango e de gado. Mas os técnicos que iam dar palestras levavam regras e normas sanitárias que a direção do INCRA sabia que seriam intransponíveis aos produtores de galinha caipira no assentamento. Osvaldo mencionou mais um momento de tensão em uma dessas reuniões, quando os técnicos sanitaristas faziam tais exigências e o MST os apoiava:

> (...) as lideranças do MST apoiavam a vigilância sanitária para ficar em oposição ao INCRA. Tinha que ser contra o INCRA, contra o governo, então para ser contra o governo, qualquer coisa que o representante do governo ficasse em minoria ali eles fechariam por conta dessa situação, porque ai falavam: "tem que ser assim". Então você aumenta o grau de exigência e quanto mais você aumenta o grau de exigência, você aumenta o grau de dependência [do produtor em relação à cadeia agroalimentar]. Eu acho que às vezes certos tipos e níveis de reivindicação reforçam a dependência e não constroem autonomia (...) valeria muito ver as pautas de reivindicações dos movimentos sociais quando se propõem emancipatórios, em que medida as reivindicações são emancipatórias ou criam mais dependência em relação ao movimento social porque ele que negocia com o Estado. E como o Estado não resolve, você cria um impasse e isso vai alimentando uma coisa que cria o sujeito não emancipado. Você cria uma nova dependência em relação ao movimento social, eu já vi várias vezes conversas de reivindicações que levam a não emancipação, então é o cuidado que às vezes não se tem. Ainda mais nesses momentos de contradição e de luta n/é?

Nesse sentido, a discussão sobre a delimitação das áreas de Reserva Legal também teve conflitos de concepção entre o órgão gestor e os movimentos sociais. O

INCRA tinha uma proposta de delimitar a Reserva Legal no interior de cada lote, ao invés de delimitar áreas "intocadas" nas quais as famílias não podem mexer na mata, como normalmente são as reservas nos assentamentos – áreas maiores que juntas tem que atingir os 20% que a lei exige. Essa idéia também era inspirada em uma concepção diferenciada para os assentamentos PDS, no sentido de provocar uma relação entre as famílias assentadas, a produção e a reserva, pelo menos nos 15% a mais de reserva do PDS.

Essa idéia era inspirada, dentre outros, nos estudos do professor Paulo Kageyama (ESALq/USP), que realizou diversos trabalhos de assessoria técnica nos assentamentos do INCRA no período. Para Kageyama, esse tipo de mosaico em áreas de alguma forma restauradas poderia promover benefícios ambientais na produção dos assentados (QUEDA et al., 2010; LOPES et al., 2014). No assentamento PDS Luiz de Macedo, em Apiaí/SP, Paulo Kageyama realizou estudos comparativos sobre a produção de tomate perto da mata e outros sistemas convencionais, cujos resultados apontam maior rentabilidade para o produtor que mantém a mata, que passa a ter um sistema produtivo com maior equilíbrio ecológico e de baixo custo, ao passo que sua produtividade é relativamente maior. Além, é claro, do fato do produto ser livre de agrotóxicos – como se sabe, o tomate é um dos alimentos mais contaminados por agrotóxicos no Brasil e, ao mesmo tempo, amplamente consumido. Certamente, não se trata de um caso de PDS como o da Barra, porque neste havia uma perspectiva de recomposição florestal. O PDS Luiz de Macedo, localizado na região do alto Ribeira, em uma zona de amortecimento entre dois Parques de Preservação (Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR), possui uma vasta área de Mata Atlântica conservada em seu interior, por isso tem uma perspectiva de conservação da floresta, como na Amazônia.

As disputas sobre a delimitação das áreas de reserva no PDS da Barra evidenciaram, mais uma vez, a posição contrária das lideranças do MST em relação ao INCRA, mas envolveu ainda outros agentes sociais que ainda não participavam dessa verdadeira trama de tensões. Segundo Osvaldo, havia ONG's ambientalistas que viam a Reserva Legal como fonte de recursos. Então, eram contra a ideia da Reserva Legal dentro do lote. Alguns técnicos ligados a essas ONG's criaram uma aliança com as lideranças dos movimentos sociais para se contrapor e derrotar a coordenação do INCRA nessa questão das reservas.

Cabe ainda uma reflexão sobre a imposição da lógica urbana e industrial no caso do assentamento da Barra. Se a lógica dos lotes de pecuária e de grãos era quebrada por conta do tamanho do lote e do TAC, por outro lado, exemplos como as normas sanitárias e a definição das áreas de reserva legal fora do lote são questões advindas da mesma racionalidade técnica. A fala do representante do INCRA mostrou algumas ações nas quais havia a preocupação de não desorganizar a comunidade, mas o próprio conflito entre direção do INCRA e as lideranças dos movimentos sociais levavam à imposição. No caso das reservas, que o INCRA queria colocar no interior de cada lote, evidentemente não se imagina como poderia ser feito dessa forma igual em todos os lotes, como se eles juntos fossem formar uma área contígua de reserva. Mas, certamente, contribuiria com as questões pedagógicas mencionadas sobre a relação da ocupação do homem com a mata em sua volta. Então, essa relação dinâmica entre indivíduo, natureza e agricultura deveria mostrar para as famílias assentadas que a agricultura nem sempre é a do fetiche tecnológico (NOVAIS, 2007; MAZZALA NETO, 2013) e a do sonho de aumento de produtividade a todo custo, ou seja, da forte dependência da integração industrial.

O caso do PDS da Barra é interessante porque mesmo depois de todos esses problemas há uma grande cooperativa de produtores agroecológicos ligada ao MST – a Cooperares – que mostra que as famílias mantêm a unidade, conforme será abordado nas etnografias. Em geral, as situações muito se assemelham às questões iniciais dos assentamentos de Araraquara, que ocasionaram a divisão dos lotes contra o projeto estatal fundamentado na produção coletivista de grãos sob comando do Estado, os problemas com a venda do eucalipto na fazenda Monte Alegre e a não instalação da rede elétrica, os problemas de confiança em relação às lideranças do sindicato e o vai e vem do associativismo e do cooperativismo. Tanto uns problemas como outros não eliminam o processo de constituição do assentamento, que aos poucos vai tomando novos formatos em termos de sua organização. Estes pressupõem que as famílias tenham um espaço para a livre deliberação sobre o que, por que e como produzir. Para Osvaldo, nos assentamentos as pessoas conseguem colocar em prática seus projetos, pelo menos em parte:

> Vários lotes, em vários lugares assim dos projetos que a gente participou desde o começo, eu passei, fui visitar amigos e tal, a pessoa mostrava, n/é? O cara, por exemplo, plantou um lotezinho de café em frente à varanda. Eu falei: "Pô, que legal, por que você plantou aqui?" O cara falava: “Porque eu quero sentar no final da tarde e ver o café

> florindo, só quero isso". Assim, permitiu o cara ter café e aonde ele quis, n/é? Então, eu acho que assim, não diria que foi homogêneo, mas aberrações como eu vi, por exemplo, quando era uma assistência técnica autoritária. A imposição de um projeto de assentamento retira a visão sobre o assentamento, sobre a organização e dinâmica que ele próprio tem. Embora mesmo com a imposição, em muitos casos, as famílias têm suas vontades de certa forma atendidas.

Na relação com as demais famílias assentadas e com os movimentos sociais, observa-se a formação de grupos formais e informais menores ou a fragmentação de grupos muito grandes, pois assim se pode ter uma aproximação dos interesses políticos e produtivos. E isso já permite o estabelecimento de uma forte relação com uma série de agentes sociais ligados ao poder público e ao mercado consumidor dos municípios do entorno. Outra dimensão da organização interna é a da ramificação das famílias através de casamentos com pessoas de núcleos diferentes.

O mais interessante é que a dinâmica dos anos iniciais dos assentamentos, após a ocupação, não cessa de produzir projetos que possuem um "vir a ser" – ou seja, existem em estado pontilhado –, nos quais a ação dos agentes sociais é decisiva na consolidação dos assentamentos. Seja a ação mais organizada pelo Estado ou pelo movimento social, geralmente pressupõe estratégias em torno de interesses (notadamente políticos e econômicos) maiores, às vezes orientadas pelo coletivismo, outras pelo cooperativismo ligado à integração agroindustrial ou por projetos agroecológicos, como no PDS da Barra. Mas ao longo do tempo ocorrem redefinições de projetos familiares e comunitários, novos agentes sociais e divisões possíveis surgem em torno desses interesses e das relações de confiança entre as famílias. Então, cooperativas são recriadas, novas alternativas produtivas surgem, há o processo de envelhecimento, os filhos se casam, saem para trabalhar e, assim, sucessivamente, de modo que as estratégias familiares também mudam. Mas elas podem mudar tanto na direção daqueles que procuram um pouco mais de autonomia como para aqueles que reforçam a dependência industrial.

Para o ex-dirigente do INCRA, o PDS nunca foi um modelo acabado porque as redefinições de projetos eram muito intensas, sobretudo nos anos iniciais de cada assentamento.

> Eu acho que a grande inovação do PDS foi criar um contraponto no tipo de política convencional, com todas as fragilidades que o PDS, essa política teve e tem, foi poder reunir pessoas, permitir que o movimento social avançasse nisso como uma discussão, trazer o movimento de agroecologia. Por exemplo, hoje você tem uma política

> do governo de agroecologia, que nos assentamentos PDS isso cai como uma luva, está certo? É aonde mais os movimentos sociais têm essa discussão avançada, são nessas modalidades de assentamento. Porque eles discutiram isso daí. O poder público e o movimento social discutiu com o beneficiários e os beneficiários também discutiram, a questão por onde eles estavam indo e por onde eles estavam passando a partir daquele momento que aceitaram este tipo de proposta, n/é?

No caso do PDS da Barra, o TAC, o tamanho do lote e o número de famílias são fatores que diferenciam as estratégias possíveis às famílias, principalmente no que toca aos sistemas produtivos. A área de cada família faz com que o uso do solo seja intensificado ao máximo, aspecto que deveria alterar os projetos e orientações técnicas em relação aos demais assentamentos. O tamanho do lote praticamente elimina as possibilidades de criações animais de grande porte, como o gado leiteiro e algumas lavouras permanentes e temporárias. Outros fatores aumentam a diferença entre as duas modalidades de assentamentos. Pelo fato da Fazenda da Barra ser um PDS difere fundamentalmente dos PA's convencionais, modelo dominante de assentamentos no Estado de São Paulo até recentemente. Talvez a principal diferença seja o TAC, que no caso estabelece normas para a recomposição florestal, o uso do solo e demais recursos naturais, bem como regula o uso de insumos externos e poluentes, como os agrotóxicos. Neste sentido, as normas do TAC podem funcionar para a prática de uma agricultura ecológica, mas também podem ser medidas restritivas das estratégias dos assentados e, sobretudo, dos problemas por eles enfrentados nas lavouras. Até agora a pesquisa não identificou como contrapartida ao modelo, por exemplo, orientações técnicas e créditos diferenciados.

Em conversa informal que tive com o coordenador do escritório regional do INCRA, o sr. Edivar Lavratti[97] nos explicou como é relevante o reordenamento territorial promovido pela chegada dos assentamentos nessa região estratégica, baluarte da dominação do complexo sucroalcooleiro. Para ele, as famílias assentadas estão provocando contrapontos nas formas de organização da produção no território, pela necessidade de produzir sem agrotóxicos, mas também por que suas produções de alimentos já estão alcançando os mercados locais e regionais. No caso da Fazenda da Barra, ele afirma que se trata de uma "troca de gestão", entre uma tradicional fazenda

[97] Ele contou brevemente como sua vida se entrelaçou com a história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, especialmente na região. Sem dar muito detalhes, ele disse que foi uma das grandes lideranças da formação do MST na região e na conquista de assentamentos, porém acabou rompendo com o movimento. Ele possui um lote no PDS Sepé Tiarajú e até o presente continuava como coordenador regional do escritório do INCRA.

canavieira da família Junqueira e 440 famílias que, agora, habitam e produzem no assentamento PDS da Barra.

CAPÍTULO 4 – AS MARCAS DO SISTEMA PRODUTIVO NOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO CENTRAL

Este capítulo é resultado de pesquisa realizada nos assentamentos federais na região Central do estado de São Paulo, no ano de 2011, por meio do projeto INCRA/Uniara. São apresentadas as principais marcas dos sistemas de produção vegetal e animal nos lotes familiares nos assentamentos. Para nortear a discussão foram considerados os seguintes aspectos: o estágio produtivo, a destinação da produção e formas de comercialização, a participação de homens, mulheres e jovens no sistema produtivo, a existência e o tipo de financiamento e a renda oriunda de atividades no lote. Também são feitas considerações sobre o acesso à água e o tipo de manejo (usos e custos de insumos internos e externos). Vale destacar que os dados apresentados foram trabalhados por uma equipe multidisciplinar e já previamente apresentados à comunidade acadêmica em eventos e periódico (DUVAL et al., 2012).

Como afirmado ao longo da tese, as reflexões aqui apresentadas fazem parte de um ciclo de pesquisas voltado à relação assentamentos rurais e desenvolvimento em São Paulo, vista pela ótica de uma trama de tensões formada entre os agentes sociais que disputam e definem os rumos dessas experiências de reforma agrária nos distintos espaços de deliberação. Tais espaços, sobretudo políticos e estruturantes da vida das pessoas no interior dos assentamentos, guardam sempre uma margem para a livre deliberação de cada família assentada acerca do que e como produzir, no que empregar sua força de trabalho, com quem se associar, enfim, quais decisões tomar em diferentes momentos no fazer-se das famílias nos assentamentos.

O presente capítulo, no entanto, tem um caráter mais descritivo dos dados da pesquisa de campo e não propriamente das relações dos assentados com agentes externos – como técnicos, representantes do poder público, das agroindústrias e mercados regionais, dentre outros. Portanto, mostra o esforço das famílias em implementar o desenho agrícola em seus lotes (ou pelo menos em parte deles), o que às vezes depende mais de recursos próprios e das suas necessidades imediatas (como a produção para o autoconsumo) do que propriamente por questões de produtividade, orientações da assistência técnica ou das imposições advindas das estruturas agrária e produtiva regionais.

4.1 Um retrato dos sistemas de produção vegetal

A produção agrícola vegetal destaca-se pela predominância da horticultura, da fruticultura, do cultivo de cereais e de mandioca e outros tubérculos[98].

Tabela 01 – Tipos de culturas produzidas nas região Central

	Central (%)
Cereais (feijão, arroz, milho e soja)	20
Horticultura	20
Frutas	21
Mandioca e outros tubérculos	18

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Podemos perceber que os sistemas em estágio produtivo desses cultivos são bem avançados. A fruticultura geralmente leva um período maior para florescer e produzir os frutos, por este motivo a implementação aparece com porcentagem alta. Vale destacar também que as famílias, desde que são assentadas, estão sempre plantando árvores frutíferas no interior de seus lotes, especialmente no entorno das casas para o sombreamento e controle da temperatura, além da alimentação, o que reflete seus impulsos para transformar o lote também em seu local de moradia e, com isso, simbolicamente fincam raízes no lugar. Neste caso, sua presença não necessariamente indica a preponderância para a produção voltada à comercialização, podendo assim ser mais diversificada junto a espécies nativas. Por outro lado, a expansão da horticultura em muito se relaciona com as novas possibilidades de comercialização abertas por meio do PAA, embora elas também ocupem pequenos (mas importantes) espaços próximos às casas para consumo doméstico.

A categoria referente à mandioca e outros tubérculos (como o cará, o inhame, a batata inglesa e a batata-doce) também se encontra entre as principais produções, pois serve de matéria-prima para diversos alimentos, como a farinha (principal produto beneficiado a partir da mandioca), para o consumo humano e animal *in natura*. Dos assentados que produzem os tubérculos na região Central, 88% deles estão produtivos.

[98] Reforçamos que na região Central existem assentados que possuem contratos com grandes agroindústrias para o fornecimento de cana, principalmente nos assentamentos mais antigos, como visto em Araraquara e em Colômbia. Essa informação geralmente é omitida pelos assentados, porque a prática não era legalizada pelo INCRA até pouco tempo atrás. No assentamento Bela Vista do Chibarro, por exemplo, o contrato de produção de cana com agroindustrias passou a ser permitido em 2013, porém, muito antes alguns assentados já plantavam cana em seus lotes ou em partes deles, o que inclusive motivou a reintegração de alguns lotes em 2008. Frente a esta complexa realidade, ver Ferrante, 1994; Ferrante, 1999; Ferrante & Barone, 2012.

Em geral, a destinação da produção vegetal esteve prioritariamente voltada ao autoconsumo das famílias. Na verdade, historicamente podemos enquadrar a destinação desses alimentos conforme descreveu Garcia Jr. (1983), com a "lei da alternatividade": os alimentos podem ser consumidos e/ou comercializados, conforme diversos fatores em uma determinada conjuntura – como o número de pessoas na família para trabalhar e comer, a existência de canais de comercialização, os valores nos mercados, as políticas públicas, dentre outros. As tabelas a seguir, mostram que o mercado institucional (PAA e PNAE), aberto ao longo da década 2000, vem ganhando importância em termos de comercialização, que antes ficava muito em função da venda direta, ocasional ou por meio de atravessadores.

Isso aparece muito claramente na produção de horticultura, na qual se destacam o autoconsumo e a comercialização para o mercado institucional. Na região Central, 45% dessa produção é destinada para o autoconsumo. Somando-se os 27% para o PAA e os 20% para a Merenda, totalizam 47% para o mercado institucional. A diversidade nas fomas de comercialização traz um potencial competitivo na hora da venda da produção, um mecanismo pelo qual o produtor possa obter preços mais elevados e, principalmente, não ser explorado por atravessadores. Com isto, os produtores podem conseguir preços justos durante todo o ano.

Tabela 02 – Destino da produção Região Central

	Representatividade (%)			
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca
Autoconsumo	41	45	42	43
Troca	22	1	8	2
Merenda	8	20	12	14
PAA	8	27	18	28
Feira	2	0	0	0
Venda direta	2	5	10	14
Atravessador	3	1	9	0
Outros	14	0	1	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Outro aspecto a ser considerado nestas tabelas é baixa participação dos assentados em feiras, apesar do elevado percentual para autoconsumo. Consideramos que isso se deve às limitações no número de agricultores que podem participar de feiras que acontecem frequentemente nos municípios do entorno. Muitas vezes essa participação se restringe àqueles com veículo próprio e de melhor relacionamento com agentes das prefeituras, conhecido por estes como "produtores ancoras". Outros tantos

participam indiretamente das feiras e de outras formas de venda direta, como o mercado de varejo, por meio de assentados que participam das feiras ou que possuem veículo próprio, com os quais se estabelece um tipo de parceria para a comercialização de alguns itens.

Sobre a produção de frutas, a maior parte é para o autoconsumo das famílias, responsável por 42% de sua destinação na região Central. O autoconsumo implica também no consumo de sucos, doces e compotas, além de produtos como bolos e pães, cujas frutas são ingredientes. Para o mercado institucional são destinados 30% da produção de frutas, somando-se os percentuais do PAA e do PNAE. Como disse um assentado do PDS da Barra: "O PAA é bom porque você pode vender as coisas que dão no quintal". É justamente o caso da venda de frutas que são plantadas nos quintais domésticos, diversificadas e sem grande escala produtiva.

Já as raízes também servem prioritariamente para o autoconsumo, embora exista a possibilidade de venda direta para farinheiras, como mostra a tabela anterior. Muitos assentados almejam uma farinheira industrial nos assentamentos para processarem suas produções e comercializarem com maior valor agregado, porém existem vários entraves para isso[99]. Já o mercado institucional responde a pelo menos um terço da destinação dos tubérculos (42% na Central).

É importante destacar que o termo venda direta representa aqui diferentes estratégias de comercialização, como por exemplo, quando a família possuí veículo próprio e leva suas produções para quitandas, supermercados, pontos fixos nas cidades, de porta em porta; também a venda de parte da produção daqueles que não possuem veículos pelos que possuem, o que não se confundia com o atravessador até recentemente, com as vendas pelo PAA. Isso porque, com o programa, alguns assentados que possuem caminhão estão levando a produção dos demais para as prefeituras e para as instituições beneficiárias da produção do PAA. Outro tipo de venda direta relevante são os mercados internos dos assentamentos.

A tendência observada nos dados sobre a destinação dos cultivos vegetais indica a maior parte destinada ao autoconsumo, seguida pela venda institucional. Talvez com o aumento da cota por família/ano no PAA e no PNAE essa relação se torne cada vez

[99] Em Araraquara, por exemplo, uma farinheira está há vários anos para ser concluída, em parceria com a FERAESP, mas enfrentou problemas e com isso os assentados têm que vender a produção *in natura* por venda direta ou por meio de atravessadores, para farinheiras de fora do assentamento. Por outro lado, contata-se a falta de financiamento e de assistência técnica para a construção de farinheiras nos assentamentos.

mais favorável à venda institucional, de maneira a inverter o destino da produção, tornando prioridade a comercialização ao invés do consumo pela família, embora isso certamente continuará acontecendo no caso da produção de alimentos. Vale lembrar que as formas de comercialização não são engessadas, ou seja, estão sujeitas a fatores conjunturais e arranjos cotidianos. Por exemplo, os assentados podem realizar vendas não previstas para vizinhos e atravessadores, podem consumir ou dar de alimentação animal o que pretendiam vender e vice-versa.

Apesar da importância dos sistemas produtivos desses quatro cultivos vegetais para o autoconsumo e abastecimentos dos municípios, o acesso a financiamentos tem um percentual muito baixo, conforme as tabelas a seguir.

O financiamento do cultivo de cereais, por exemplo, atinge 23% dos produtores na região Central. Da pequena parcela de financiamentos realizados para cereais, prepondera o Pronaf. Tais dados mostram a importância que há em saber produzir e armazenar as próprias sementes, uma prática comum dentre os assentados que cultivam principalmente milho e feijão. Além disso, destaca-se todo um conjunto de práticas agrícolas como compostagem, aproveitamento de sobras de alimento, adubos orgânicos, etc., nas produções vegetais no interior dos lotes. Talvez em função da baixa porcentagem de financiamentos e da necessidade de investimentos próprios, os assentados acabam priorizando um tipo de sistema de produção e manejo com baixos custos de produção e sem assistência técnica continuada, para com isso possuir certa autonomia em relação ao uso de insumos externos.

Na horticultura, normalmente o produtor procura algum tipo de financiamento para implementação de hortas coletivas ou sistemas automatizados de irrigação. Nota-se igualmente a baixa porcentagem de culturas frutíferas financiadas e os dados mostram que a maior parte dos pomares foi formada a partir do investimento das próprias famílias, sem financiamento de nenhuma fonte. No entanto, existe uma parcela de famílias que fez uso de financiamentos para plantar (isoladamente) banana, manga, abacaxi, maracujá, mamão ou citros, a partir de projetos técnicos de maior produtividade e diferentes, portanto, daquela fruticultura presente nos quintais domésticos.

Com relação aos tubérculos, pela facilidade de propagação das plantas que se enquadram nesta categoria, e o grande número de lotes que as possuem pelo menos para autoconsumo, o financiamento deste tipo de cultura é igualmente baixo. Na região

Central, apenas 12% obtiveram financiamento, dos quais 75% foram via PRONAF e 25% via INCRA.

Tabela 03 – Acesso à Financiamento – Região Central

	Representatividade (%)			
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca
Sim	23	25	15	12
Não	77	75	85	88

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tabela 04 – Origem financiamento – Região Central

	Representatividade (%)			
	PRONAF	INCRA	Bancos	Outros
Cereais	49	17	17	17
Horticultura	44	12	0	44
Frutas	37	25	0	38
Mandioca	75	25	0	0

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Vale destacar que, embora os assentados não recebam financiamento direto para investir em tais sistemas produtivos, muitos deles acabam utilizando dinheiro do PRONAF A e A/C e dos próprios créditos iniciais, para estruturar os sistemas produtivos, adquirir sementes, mudas, insumos, etc.

Um dado interessante extraído da pesquisa foi com relação à preferência de comercialização. Os assentados consideram a horticultura como a melhor opção de cultivo para a comercialização, pois possui inserção em todos os mercados que eles participam, ocupa mão de obra e dá retorno financeiro de forma permanente durante o ano, além é claro de alimentos para consumo familiar. Os desafios ficam por conta do financiamento, da assistência técnica e, principalmente, do acesso à água.

Podemos citar como exemplo o PDS Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto. O sistema produtivo predominante é a horticultura, praticamente todos os entrevistados relataram que é a melhor opção para o assentamento, devido ao tamanho de cada lote (1,4 ha) e a proximidade com a cidade de Ribeirão Preto, o que facilita o escoamento da produção, tanto via CONAB, como feiras livres e venda direta. Porém, o assentamento apresenta sério problema com relação à falta de água. A grande maioria dos assentados não possui água nem para consumo doméstico e depende de ligações clandestinas com o bairro vizinho ou do fornecimento pela prefeitura, via caminhões pipa, de água para consumo humano. Percebemos a diferença que há entre lotes próximos a rios e corpos d'água e os distantes, quanto ao aspecto da produção olerícola. Outro aspecto é que os

assentados reclamam que existem poços já perfurados pelo INCRA e estão sem funcionamento por falta de energia e rede de distribuição. Sem água para irrigar as hortas, a maioria dos lotes ainda apresenta baixa produtividade.

Com relação ao tipo de manejo agrícola, uma característica marcante da agricultura familiar quanto aos sistemas produtivos é o emprego de diversas práticas e técnicas experimentadas e observadas na trajetória de seus sistemas produtivos. Leva-se em conta, por exemplo, uma prática agrícola de baixo custo e, em contrapartida, a maior exploração do potencial dos recursos locais. Por fim, esse conjunto constrói um método único com esses retalhos, formadores de um manejo misto. Há predominância do manejo tradicional, relatado por metade dos assentados, porém 38% que declaram predominar o manejo convencional em seus lotes. Deve-se destacar, no entanto, que a maioria dos assentados mescla manejo tradicional e convencional. Em ambos os casos, geralmente enquadram-se numa perspectiva mista, com elementos da revolução verde, cuja dependência ocorre em graus diferentes sobre insumos (externos ao sistema).

Os assentados da modalidade PDS podem conseguir um valor maior na comercialização via PAA, que paga mais aos agricultores orgânicos certificados ou semi-orgânicos (sem certificação) como no caso dos PDSs, pois graças ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) torna-se imperativo a produção sem agrotóxicos nesses projetos de assentamentos. Deparou-se com uma minoria de 5% de assentados que declararam empregar as práticas do manejo agroecológico, trata-se de assentamentos tipo PDS (21 de Dezembro e Barra).

Há diversos casos informados no PDS da Barra sobre cultivos orgânicos, por exemplo, assentados que se preocupam em mostrar as sementes que são selecionadas e, muitas vezes, armazenadas em garrafas *pet* ou outros recipientes para poupança, trocas e doações das sementes crioulas ou variedades que possuem boa qualidade. Outros comentam sobre a adubação, que é uma reciclagem da matéria orgânica do lote, por exmplo, o uso da cama de frango, esterco de gado, folhas e palhas etc.

Pudemos observar algumas iniciativas de transição agroecológica e produção orgânica nos assentamentos. No assentamento Ipanema, por exemplo, existe um grupo de processo de certificação da produção agroecológica. O coordenador do escritório regional do INCRA explicitou dificuldades limitantes relativas ao recurso das famílias e também a pouca oportunidade de escoamento da produção ecológica. A alternativa, ou experimentação da produção sem uso de agroquímicos verifica-se nas hortas.

Tal discussão sobre o tipo de manejo nos lotes pode ser qualificada de acordo com as respostas mais significativas sobre a destinação dos resíduos, constituídos por compostos orgânicos como esterco e urina, restos vegetais e de alimentos. O reaproveitamento desses elementos é feito pela maioria das famílias. O destaque é para adubação direta no caso dos restos vegetais, expressa aqui como restos mantidos sob o solo sem posterior coleta para tratamento mais eficaz. Essa prática é habitual na agricultura familiar, sendo parte do manejo tradicional dada às sobras dos cultivos vegetais, o que assegura a proteção como cobertura ao solo, bem como cultivos semianuais e anuais, tal qual o milho. Também nesse sentido, é significativo o destino para parte da nutrição de animais, como no trato suíno, denominado lavagem. Já a prática de compostagem foi declarada por apenas 13% das famílias, pois foi considerada muito onerosa em relação à mão de obra ao compararmos com coleta do esterco, por tal razão talvez tenha uma representatividade menor, mas bem usual, já que o assentado sabe da importância de um adubo mais balanceado para nutrição vegetal. As respostas direcionadas aos restos de alimentos tiveram certo equilíbrio entre lavagem e compostagem. Notamos no destino dado ao esterco a prática de manter sobre o pasto o esterco numa decomposição lenta e natural, o qual apesar de liberar alguns nutrientes ao solo, não tem tanta eficiência quanto à compostagem e posterior adubação.

4.2 Criações Animais

Traçando um panorama geral das escolhas dos assentados quanto à produção animal constatamos três opções mais frequentes. Nos assentamentos da região Central, quase 60% de toda produção animal dos assentamentos da região são referentes à criação de aves e suínos, 37% e 25% respectivamente, enquanto que a produção de leite aparece apenas em terceiro lugar, em 16% dos casos. Com menor destaque aparecem as criações de equinos com 4%, seguido da criação de bovinos de corte com 3%, abelhas com 2%. Apenas 9% não possuem nenhum tipo de criação animal em seus lotes. Ainda aparecem caprino-ovinos e a piscicultura com 1% cada e outras criações com 2%, que no caso são coelhos e patos.

Tabela 05 - Criação Animal

Representatividade %	Região Central
Bovinocultura de Corte	3
Bovinocultura de Leite	16
Aves	37
Suínos	25
Caprinos e Ovinos	1
Abelhas	2
Piscicultura	1
Equinos	4
Outros	2
Não se aplica	9

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Embora a produção de bovinos de corte represente apenas 3% do total, estes dados se confundem com a representatividade da bovinocultura de leite. Isto porque, a maioria dos entrevistados que possuem animais de grande porte em seus lotes, trabalham na perspectiva da dupla aptidão. Os assentados adquirem fêmeas com características para produção de leite, geralmente animais cruzados (predominando as raças gir, holandesa e Jersey, com diferentes graus de sangue) e machos com aptidão para produção de carne, predominantemente a raça Nelore. Nesta perspectiva, se os bezerros nascem machos, são criados no lote para posteriormente serem vendidos como gado de corte[100] e, se nascem fêmeas, ficam no lote como futuras matrizes e produtoras de leite. A produção leiteira, neste caso, fica cada vez mais comprometida, tendo em vista que quanto maior o genótipo para produção de carne, menor são as características relacionadas a uma elevada produção de leite.

A pesquisa mostrou que, dentre aqueles que possuem algum tipo de criação animal em seus lotes, 28% trabalham com leite. Em destaque para este tipo de criação podemos citar os assentamentos de Colômbia e Iaras. Já no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Fazenda da Barra, em Ribeirão Preto, que representou grande parte da amostragem, segundo um dos assentados, não é permitido criar animais de grande porte, pois o assentamento está inserido em uma área de recarga do Aqüífero Guarani. Após diversas discussões sobre o assunto, isso foi oficializado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) desse assentamento. Outro fator que contribui é o

[100] Conforme informações do zootecnista César Gêmero, o cruzamento do gado leiteiro com o gado de corte gera características aos bezerros machos que permitem agregar um maior valor comercial, como: melhor ganho de peso em menor tempo, melhor deposição de gordura na carcaça, dentre outras.

tamanho do lote, conforme já mencionado, que limita os assentados às criações de pequeno porte, embora tenhamos constatado que daí surge iniciativas de diversificação desse tipo de criação (coelhos, patos, caprinos etc.).

O sistema de produção de leite predominante é composto em sua grande maioria pelo sistema de pastejo, em pastagens nativas, ou gramíneas introduzidas pelos antigos latifundiários ou pelos próprios assentados, geralmente do gênero *brachiaria*. A divisão de piquetes começa despontar como alternativa de manejo, porém os pastos possuíam pouca divisão, prevalecendo o manejo extensivo. A suplementação se dá com misturas entre a cana de açúcar[101], outras espécies de gramínea, rolão de milho[102], dentre outras, e em alguns casos também com os farelos (geralmente de soja ou amendoim), que são considerados alimentos proteicos. A ordenha, em sua grande maioria, é manual, sem o uso de tecnologia e critérios específicos de controle de qualidade. Em muitos casos, a produção de leite se mostrou como a principal atividade produtiva de geração de renda para as famílias assentadas.

A criação de aves também aparece como uma das principais criações animais, já que 68% dos entrevistados possuem criação de aves e 32% não. Com relação ao sistema produtivo, na pesquisa de campo pudemos comprovar a grande heterogeneidade do sistema. De maneira geral, a produção de galinha caipira solta nos quintais foi o mais encontrado. Este modelo tem como característica principal ser o mais econômico e usado na agricultura familiar, sem se preocupar apenas com o retorno financeiro e sim produzir um alimento de qualidade com o máximo respeito ao animal, pois são livres para explorar toda área onde vivem, comem tudo que encontram na natureza (limpam o terreno) e também são alimentados com sobras de comida e da produção.

A questão da dupla aptidão, explorada no tópico referente a produção de leite, está presente também na produção de aves, ou seja, as galinhas precisam ser capazes de produzir ninhadas, cujos frangos machos possam ser abatidos aos seis meses de idade e as fêmeas integrem o plantel de produção de ovos. Por outro lado, as galinhas destinadas à postura, quando se tornam velhas, são abatidas para consumo próprio da família, ou são comercializadas de maneira informal dentro do próprio assentamento ou vendidas nas cidades próximas.

[101]A maioria dos entrevistados que possuía criação de ruminantes, plantava cana de açúcar destinada à alimentação animal.
[102] Milho moído com palha e sabugo.

Apareceram casos de confinamento, tanto parcial como total dos animais, através de galinheiros e de granjas, com contratos de produção com agroindústrias. Este sistema que configura as relações entre agroindústria e assentados ocorre da seguinte forma: fica a cargo dos assentados (integrados) a construção dos aviários dentro das normas pré-estabelecidas (sentido do barracão, diâmetro da tela de proteção, cortinas internas e externas, etc.) a aquisição e instalação dos respectivos equipamentos (bebedouros, comedouros, ventiladores, aspersores, etc.). Também é responsabilidade do integrado arcar com os custos que envolvem todo processo produtivo como energia elétrica, mão de obra, aquisição da cama de frango, sistema de aquecimento (lenha e/ou gás) e água[103]. Já as agroindústrias, possuem o incubatório, a fábrica de ração, o abatedouro, a marca comercial, os pontos de venda (tanto mercado interno como externo) e se comprometem a fornecer para o integrado a ave de um dia, a ração de todo ciclo produtivo, os medicamentos e a assistência técnica necessária. O transporte também fica a cargo da indústria integradora, sendo ela a responsável por toda logística de entrega dos pintinhos, fornecimento de ração e transporte das aves terminadas da granja até o frigorífico. Porém, esta relação entre agroindústria avícola e assentados de reforma agrária, principalmente da região Central, se revelou assimétrica, uma vez que através dos contratos de produção, as agroindústrias subordinam e controlam todo processo produtivo, trabalhando numa espécie de terceirização da produção de matéria-prima (GÊMERO, 2013).

Os contratos de produção avícola seguem os sistemas de integração de suínos, ambos preconizados como noção de desenvolvimento proposto pela modernização da agricultura, pautado pela visão linear, levando em consideração apenas aspectos econômicos, sem considerar questões culturais das famílias assentadas, sociais, ambientais, de bem-estar animal, dentre outras. Este sistema foi observado na presente pesquisa, porém, a integração com a criação de suínos foi inexistente.

A suinocultura se revelou de extrema importância na região Central, tendo em vista que 43% dos lotes entrevistados possuíam criação de porcos. É utilizado como estratégia produtiva para completar a renda familiar, como para fornecer proteína animal na alimentação das famílias.

[103]Pelo contrato de produção os assentados são obrigados a fornecer água de boa qualidade, tratada, protegida; energia elétrica; combustível para aquecimento das aves (gás, lenha, etc.); material para formação da cama (maravalha, serragem e outros) com a qualidade assegurada.

As instalações para criação são das mais variadas possíveis. Foram observados sistemas de produção ao ar livre, normalmente criados em piquetes com estruturas cobertas para se alojarem, até pequenos confinamentos. Os materiais utilizados para construção são bem diversificados, alguns chiqueiros construídos de madeira com as sobras do antigo barraco que o assentado morava e cobertos com telha de Eternit, até baias construídas de alvenaria e cobertas com telhas. Um entrave observado foi com relação à instalação da maternidade. As matrizes criadas ao ar livre e mesmo as criadas nas baias sem proteção lateral não percebem a presença dos leitões que estão próximos querendo mamar e acabam deitando em cima deles, causando sua morte por esmagamento, uma das principais causas de morte na fase que os animais são recém-nascidos. O manejo de aplicar ferro quando o leitão nasce é de suma importância e praticamente todas as criações visitadas na região realizam esta prática. A dieta principal dos animais é baseada na lavagem, porém sem nenhum balanceamento específico para as diferentes categorias. As lavagens observadas foram feitas dos mais diferentes alimentos e preparadas de diferentes formas. Desde sobras da alimentação da família, como arroz, feijão e vegetais preparados para consumo humano, até alimentos preparados exclusivamente para os suínos, como misturas de milho e feijão cozidos. Alguns assentados complementam a alimentação com espigas de milho *in natura*, forrageiras picadas e perdas dos legumes e vegetais das hortas.

Explorando a questão do destino da produção referente à bovinocultura leiteira na região Central, é possível constatar que 49% do leite serve para autoconsumo das famílias, 43% dos entrevistados realizam a venda da produção, 4% a venda dos animais e 4% responderam todas as opções. Com isto, podemos dizer que prioritariamente o leite produzido é destinado para o autoconsumo, o excedente da produção normalmente é levado aos tanques de resfriamento do assentamento, para ser comercializado através das associações e cooperativas para os laticínios da região.

Tabela 06 – Destinação da produção – Bovinocultura de leite

Representatividade %	
	Região Central
Autoconsumo	49
Venda da Produção	43
Venda Animal	4
Todas as opções	4

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Vale ressaltar que a venda animal pode se dar em todos os momentos do processo produtivo, a depender das necessidades da família, já que os animais são vistos como poupanças vivas. Os bezerros machos geralmente são vendidos e destinados para engorda e, quando atingem o ponto de abate, são comercializados para frigoríficos. As vacas mais velhas que já deram mais do que cinco crias tendem a produzir menos leite nas últimas lactações e também são vendidas para atravessadores com destino ao abate.

A alta incidência da produção para autoconsumo pode estar relacionada ao momento que a pesquisa foi realizada, no período seco do ano, pois, devido à falta de chuva, as pastagens não produzem a massa verde necessária para suprir as exigências nutricionais dos animais e, com uma dieta abaixo do ideal, a produção cai. Fato observado em praticamente todos os lotes visitados que produzem leite.

Já a criação de aves segue a mesma linha de raciocínio da produção de leite. Para as aves de postura, os ovos, são prioritariamente para consumo da família e o excedente é voltado para comercialização ocasional. As aves para corte seguem o mesmo contexto: são destinadas para autoconsumo, porém se houver demanda são comercializadas. O destino da produção na região Central é marcado pela importância do consumo familiar, pois 52% dos assentados que possuem criação de aves produzem para autoconsumo, 35% realizam a venda animal, 10% vendem a produção e 3% trabalham com todas as opções.

Tabela 07 – Destinação da Produção – Aves

Representatividade (%)

	Região Central
Autoconsumo	52
Venda da Produção	10
Venda Animal	35
Todas as opções	3

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Para produção de suínos, aparece uma diferença significante com relação às estratégias de destinação da produção. Na região Central, 58% dos assentados que trabalham com esta categoria animal realizam a comercialização e 42% produzem para autoconsumo. Daqueles que comercializam a produção, 54% disseram realizar a venda do animal, sem nenhum tipo de beneficiamento e 4% vendem a produção processada. Neste último caso, normalmente, os assentados abatem os suínos no próprio lote e

comercializam os cortes prontos ou fazem linguiça, de modo que conseguem agregar maior valor ao produto final, mas o número baixo indica a precariedade de acesso a um selo de inspeção que permita sua comercialização. Os produtores num primeiro momento criam os suínos para consumo da família no lote. E caso houver interessados em comprar os leitões, os animais em fase de criação ou mesmo terminação (prontos para abate) e a oferta for interessante, eles acabam vendendo. Alguns destes assentados fazem planejamento e seguram os animais no lote para que estejam na época de abate próximo do Natal, época que se apresenta como um nicho de mercado interessante e é bastante explorada pelos assentados.

Tabela 08 – Destinação da Produção – Suínos

	Região Central
Autoconsumo	42
Venda da Produção	4
Venda Animal	54

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Com relação à busca de recursos para investir na criação animal, podemos constatar que o maior volume de financiamentos é para aquisição de vacas de leite. Nesse sentido, o PRONAF se mostrou a única fonte na qual os assentados recorreram para captar recursos e investir na atividade, responsável por 56% dos casos na região Central.

A questão do recurso próprio nos revela um dado importante a ser explorado, pois para produção animal não temos a porcentagem de assentados que acessaram ou não os recursos, como foi visto no item de financiamento para produção vegetal. Porém, estes dados podem ser extraídos da tabela abaixo. O recurso próprio investido na atividade pressupõe que os assentados não recorreram a financiamento bancário, ou qualquer outro tipo de captação de recursos.

Tabela 09 – Origem do Recurso – Bovinocultura de Leite

Representatividade (%)	
	Região Central
PRONAF	56
Próprio	44

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A origem do recurso próprio investido pode ser proveniente de diferentes fontes, como por exemplo, alguns casos que apareceram na pesquisa: a venda de imóvel na

cidade assim que se deu a entrada no assentamento, apareceram ainda, casos em que os assentados venderam carro para adquirir os animais, ou mesmo da renda proveniente do trabalho fora do lote, aposentadoria, dentre outros. A bovinocultura de leite merece destaque por conter a maior porcentagem de captação de financiamento comparada entre as duas regiões e todas as outras criações animais.

Por outro lado, com relação à origem dos recursos utilizados para iniciar a criação de aves, os dados mostram que a grande maioria na região Central (79%) não recorreu a nenhum tipo de financiamento, apenas 10% obtiveram recurso do PRONAF para iniciar suas criações. Os assentados integrados às empresas geralmente são aqueles que dispunham de imóveis fora do assentamento e os vendem para montar a granja.

Tabela 10 – Origem do Recurso – Aves

Representatividade (%)

	Região Central
PRONAF	8
INCRA	10
Outros	2
Próprio	79

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Para iniciar a criação de suínos na região Central, 80% dos entrevistados que trabalham com esta atividade utilizaram recurso próprio para aquisição dos animais e estruturação das instalações e apenas 4% dos assentados recorreram a recursos do PRONAF, do INCRA ou buscaram financiamento via banco.

Tabela 11 – Origem do Recurso – Suínos

Representatividade (%)

	Região Central
PRONAF	4
INCRA	4
Bancos	4
Outros	8
Próprios	80

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Através destes dados podemos concluir que, com relação à utilização dos recursos para o sistema de produção animal, a bovinocultura leiteira é a criação que os

assentados mais utilizam financiamento para iniciar a atividade. Já para iniciar a criação de pequenos animais (aves e suínos), a maioria investe recursos próprios.

4.3 Divisão do trabalho e renda nos sistemas produtivos

A discussão a seguir procura mostrar quem cuida das produções nos lotes. Percebe-se uma frequente atuação do casal como protagonista da produção, ou seja, os homens foram em quase todos os casos mencionados como os principais responsáveis, mas aparecem sempre seguidos de perto pelas mulheres. Na região Central, a horticultura é um exemplo emblemático porque é de responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres, cada um com 37% dos casos. Interessante porque esta é a produção vegetal mais intensiva em mão de obra e a que mais se insere no mercado institucional. Já na produção de mandioca e outras tuberosas a diferença é de apenas 7%, ou seja, 43% dos homens contra 36% das mulheres. No cultivo de frutas, essa diferença sobe para 12% e, no caso dos cereais, 48% dos responsáveis são os homens e 32% são as mulheres, talvez por se tratar da menor intensidade de mão de obra dentre as 4 principais produções vegetais (já que várias etapas produtivas dos cereais são feitas por máquinas).

A tabela a seguir mostra igualmente a importância da mulher na criação de pequenos animais, principalmente aves e suínos, as duas únicas categorias em que as mulheres foram mencionadas como as principais responsáveis. Na maioria das vezes, são elas que fornecem a "lavagem" (alimentos dos porcos), realizam o abate de aves para autoconsumo ou venda e preparam a carne para refeição. Com a pesquisa não foi possível desmembrar exatamente o que cada gênero faz no interior dos sistemas produtivos, embora seja fácil constatar através das observações de campo que as mulheres realizam os mesmos serviços que os homens na maioria dos casos.

Tabela 12 – Quem cuida das culturas – Região Central

	Representatividade (%)						
	Cereais	Horticultura	Frutas	Mandioca	Bovino Leiteiro	Aves	Suínos
Homem	47	37	45	43	42	38	42
Mulher	32	37	33	36	29	40	44
Filhos	16	18	14	17	21	15	12
Pais/Sogros	2	5	4	2	4	3	0
Outros	3	3	4	2	4	4	2

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

A responsabilidade compartilhada sobre um sistema produtivo foi evidenciada mais na criação de bovino leiteiro. Geralmente, as mulheres e os filhos são responsáveis pelo manejo da ordenha, enquanto que os homens buscam e levam as vacas aos pastos e realizam o manejo da alimentação animal. As famílias procuram se valer do trabalho de pais e sogros ao invés do pagamento a terceiros, como se percebe na tabela anterior.

Em uma dimensão mais sobre a empregabilidade dos sistemas produtivos em tela, nas tabelas a seguir, podemos afirmar que 50% dos lotes na região Central empregam diretamente duas pessoas, geralmente o casal, enquanto que em 25% trabalha apenas uma pessoa. Somando-se aos resultados da tabela seguinte, sobre a renda obtida no lote, obtemos uma média de lotes cuja renda advinda de atividades agrícolas atinge, em 76% da amostragem, até dois salários e, nos quais, em 75% trabalham até duas pessoas, o que dá uma média de um salário mínimo mensal por pessoa, cuja mão de obra é empregada diretamente nos sistemas produtivos. Outros 16% dos casos escapam ao padrão com atividades agrícolas que geram renda superior a dois salários mensais, o que é importante destacar em função da possibilidade de uma renda maior que a média, talvez ligada ao emprego mais intensivo da força de trabalho familiar.

Tabela 13 – Pessoas trabalhando no lote – Região Central

	Representatividade (%)
Um	25
Dois	50
Três	9
Quatro	11
Cinco	2
Sete	3

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

Tabela 14 – Renda mensal do trabalho realizado no lote (baseada no salário mínimo) – Região Central

	Representatividade (%)
Até um salário mínimo	40
Um à dois	36
Dois à três	8
Três à cinco	8
Não sabe	8

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O fato é que tais dados refletem a pouca exploração do potencial de geração de trabalho que os assentamentos possuem, sobretudo aos jovens, seja nos sistemas produtivos, no processamento ou em atividades não agrícolas. A sua participação no

trabalho agrícola é baixa e, por outro lado, não há um perfil de lote no qual seja gerada uma renda suficiente para o jovem.

Por fim, relatamos que das famílias que moram nos assentamentos pesquisados na região Central, 40% não possuem nenhum membro trabalhando fora. Dos 60% de famílias que possuem membros trabalhando fora do lote, 42% possuem renda mensal entre um e dois salários mínimos, o que pode indicar uma renda levemente superior por parte de quem trabalha fora, em relação a quem trabalha no interior do lote.

Neste sentido, outro aspecto digno de nota são as diferentes formas de composição de renda que as famílias assentada podem se valer, o que faz variar o aproveitamento da mão de obra dentro ou fora dos lotes, a combinação com benefícios previdenciários e/ou de programas sociais. Ou seja, entendemos que se trata de estratégias que as famílias lançam mão para obter uma renda total necessária para suprir as suas necessidades, o que é conseguido de diferentes maneiras conforme seus interesses e possibilidades, em distintos períodos nos assentamentos.

4.4 Condições no Lote: autoconsumo e acesso aos alimentos

Apesar de constatarmos algumas dificuldades na produção – como acesso à água[104] e ao financiamento – a maioria dos entrevistados disse que as condições de acesso e disponibilidade a alimentos melhoraram nos assentamentos, porque neles se produz muita coisa. Há famílias que declararam não passar mais fome, o que não impede que outras tantas estejam numa situação de insegurança alimentar moderada, embora estas possam encontrar, no interior dos próprios assentamentos, acesso a alimentos muitas vezes em troca de serviços e por meio de doações. Outras famílias afirmam que agora sabem o que estão comendo, há acesso a produtos frescos e, por isso, de maior qualidade, como verduras, legumes e leite. Há também as que afirmaram que antes do assentamento não tinham acesso aos alimentos que são fonte de proteína animal, como a carne, pois não podiam comprá-los.

Por outro lado, dentre os entrevistados que disseram que não houve melhora em relação ao acesso ao alimento, as razões foram variadas: porque o assentamento é recente e ainda moram no barraco de lona – embora houve casos em que mesmo no acampamento já se criavam galinhas, possuíam horta e gado de leite, por isso a alimentação sempre foi boa desde que chegaram; outros não tiveram ainda acesso aos

[104] Como afirmamos há pouco, existe uma grande discrepância na produção entre lotes com acesso à água superficial para a produção e os que não têm, no interior de um mesmo assentamento.

créditos para iniciar as produções. Em um caso especifico, na fazenda da Barra, o assentado disse que o tamanho do lote é muito pequeno e por isso não tem condições de plantar uma grande variedade de itens para compor sua alimentação. Um assentado não detalhou se hoje em dia é melhor ou não, porque disse que sempre teve estabilidade no acesso aos alimentos.

Tabela 15 – Melhora na alimentação no assentamento

Representatividade (%)	
	Região Central
Sim	83
Não	15
Não respondeu	2

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

O custo mensal com produtos alimentícios comprados fora do assentamento é considerado baixo frente à média dos gastos das famílias brasileiras com este item[105], na medida que a maior parte do que é comprado em supermercados são produtos não alimentícios, sendo 33% produtos de higiene e 32% produtos de limpeza. Em relação ao custo mensal das compras fora do assentamento, a tabela abaixo mostra que 64% das famílias gastam até um salário mínimo, o que indica um baixo valor gasto em supermercados por mês para a maioria das famílias. Corresponde, inclusive, a um valor menor àquele obtido com o trabalho no lote agrícola, cuja média foi de um salário mínimo por pessoa que trabalha diretamente nele. Tendo em vista a grande percentagem das produções destinadas ao autoconsumo e considerando que o valor gasto com alimentação diminui, afere-se ao autoconsumo uma boa parte da economia com o que se gasta fora. Os itens alimentícios mais comprados fora são arroz, óleo, sal, açúcar, café e carne vermelha, além daqueles mais industrializados como macarrão, bolachas, doces e refrigerantes. Por outro lado, nota-se uma tendência das famílias que produzem os principais cultivos e criações atenderem toda a demanda familiar de mandioca, milho, verduras, frutas, carne de aves e suína, ovos, leite e derivados. Em menor escala, também o feijão. Esse é exatamente o perfil das pessoas com as quais trabalharei nas etnografias, no capítulo seguinte.

[105] Segundo o IBGE, o item alimentação está em terceiro lugar nos gastos das famílias do estado de São Paulo – só fica atrás de moradia e transporte. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1648>. Acesso em 15/04/2012.

Tabela 16 – Gasto mensal com produtos comprados fora do assentamento

Representatividade (%)	
	Região Central
Até um salário mínimo	64
Um à dois	34
Dois à três	2

Fonte: Pesquisa UNIARA/INCRA, 2011.

4.5 As várias formas e problemas de acesso à água para a produção

A tabela a seguir apresenta as distintas fontes de água para a produção nos assentamentos da região Central. Ela permite visualizarmos uma maior concentração de abastecimento proveniente de água de poços artesianos, com 22% das respostas, cujas estruturas são construídas para alcançar aqüíferos e captar a água após atravessar camadas de rochas. No entanto, em algumas respostas a existência de um poço cacimba ou caipira se confunde com o poço artesiano, razão pela qual o valor pode estar superestimado na tabela.

O poço cacimba, ou caipira como é conhecido pelos usuários (aqueles que atingem veios de água, os lençóis freáticos, numa profundidade rasa), vem logo em seguida e corresponde a 17%. Somando-se a estes dois o percentual da rede pública (8%), são 47% da água de origem subterrânea. As redes públicas internas dos assentamentos advêm na maioria das vezes de poços do INCRA ou de departamentos municipais competentes pela área de fornecimento de água, mas há ainda assentamentos de fora da amostragem nesta região que possuem uma distribuição originária de um reservatório numa área de recorte do aclive no relevo, é o caso do PDS Sepé Tiarajú em Serrana e Serra Azul. Os assentamentos antigos possuem a maioria dos poços em relação aos novos, sendo que em diversos lotes são a única fonte d'água ofertada.

Tabela 17 – Origem água para produção

	Representatividade (%)
Poço Artesiano	22
Nascentes	12
Rios/Córregos/Igarapés	11
Cacimba/Caipira	17
Açude/Barrerio	2
Caminhão Pipa	11

Rede Pública	8
Outra	17

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A outra oferta significativa corresponde as de origem superficial e representam 23% entre nascentes e rios. Esse valor é devido às dificuldades impostas para outorgar o uso da água e, portanto, regulamentar as captações dos recursos superficiais que são abundantes nesta região – 92% dos assentamentos possuem redes naturais desses recursos, através dos rios, nascentes e reservatórios, mesmo aparecendo com pouca expressividade seu uso para produção. Isso apesar do consumo não exceder o proposto pelo Departamento de Água e Esgoto de São Paulo (DAEE), com a meta de 5000 litros diários para uma regulamentação simplificada sem a necessidade de tramitar um pedido de outorga.

Os mecanismos utilizados para acessar as fontes já descritas são os mais diversos: as máquinas de bombeamento são funcionais tanto em recursos superficiais quanto nos subterrâneos, por exemplo, bombas submersas do tipo "sapos" em poços cacimba estão entre as mais freqüentes, pois cumprem o papel de captar e transportar por distâncias menores; roda d'água é um equipamento bem requisitado, especialmente, para transportar de nascentes e trechos de maior correnteza e perfil acidental; e canos e mangueiras a favor da força da gravidade.

As observações não comentadas participam do conjunto de respostas de outras fontes. Estão dispostas como fontes nada convencionais em vista do panorama rural do sudeste brasileiro, onde a disponibilidade dos recursos é farta. Dentre tais observações, há lotes que demandam o uso de cisterna para armazenamento de água da chuva, caminhão pipa (este mais utilizado para consumo doméstico), ou gatos de redes públicas, como são chamados as ligações clandestinas, como fonte exclusiva de abastecimento para todas as finalidades, inclusive o consumo doméstico.

No PDS da Barra, por exemplo, apesar de haver essas fontes e os poços profundos do INCRA estarem no aguardo da outorga e outras regulamentações, apenas os lotes que fazem fundo com os rios e alguns outros que criaram iniciativas coletivas na vizinhança se beneficiam dessas fontes. Portanto, com as dificuldades de acesso ao recurso os assentados são obrigados a contar com fontes externas ao assentamento: além do caminhão pipa, as redes urbanas com ligações clandestinas dos bairros circunvizinhos.

Tabela 18 – Suficiência da água para produção

	Representatividade (%)
Sim	41
Não	59

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Também no caso do PDS da Barra, as opiniões divergem devido à posição favorável a uma fonte d'água abundante. O único assentado que declarou ser suficiente para produção utiliza água originária de rede pública, pois sua produção vegetal é voltada ao autoconsumo animal e doméstico, sendo especialista apenas em caprinos. No geral, dos 41% que respondem pela demanda suficiente, 70% desses têm acesso aos mananciais superficiais. Paralelamente, 60% dos assentados que têm acesso a nascentes, rios, córregos, açudes e/ou represas não declara a insuficiência de água. Essa análise aponta que é fundamental a presença de atores ambientais atuantes no segmento hídrico e da reforma agrária, a fim de planejarem e readaptarem as estratégias para acesso à água num arranjo coletivo com regras de uso interno.

Quanto aos recursos hídricos superficiais em abundância, especialistas opinam que deve-se favorecer a utilização desses em contrapartida aos subterrâneos para fins de categorias distintas, por exemplo, consumo doméstico. Tal argumentação é baseada em reflexões sobre o custo-benefício financeiro e ambiental, pois os de rios, oceanos e outros estão potencialmente em compartimentos com acesso facilitado e possuem um volume de água concentrado. Os aqüíferos têm uma presença desse recurso de maneira esparsa e possuem um filtro natural (rochas e microrganismo), tornando a qualidade melhor em comparação à água presente em rios. Portanto, a fonte superficial pode ser planejada ou readaptada visando a produção, enquanto as fontes subterrâneas, potencialmente um recurso mais nobre, devem ser poupadas para categorias mais nobres, tais como abastecimento doméstico.

Um questionamento que se faz com urgência sobre essa falta de planejamento em áreas ricas em mananciais superficiais está na preocupação de inúmeras perfurações, que geram um maior potencial de contaminação d'água armazenada no subterrâneo. Ademais, pelos bloqueios promovidos pelos atores ambientais, tendo em vista a regulamentação que tramita com morosidade. Enquanto isso, os poços artesianos ou semi-artesianos são estratégicos por serem instalados em áreas comunais, sujeitos a

menor interferência de qualquer pessoa. Tal processo incentiva a iniciativa privada a perfurar seus próprios poços, ou seja, cada assentado visa possuir um poço em seu próprio lote, ao invés do recurso em maior volume para produção e lote serem de fonte coletiva.

No caso do recente assentamento PA Orlândia, em Orlândia/SP, que se encontra numa fase sem o parcelamento dos lotes individuais, existe a necessidade de diretrizes relativas à ocupação do espaço e graças a essa etapa em que o assentamento se encontra, há um planejamento regular desse zoneamento espacial em razão da água. Num primeiro plano, tratado de maneira externa e já trazido aos assentados por outros agentes técnicos, visa dois pontos de abastecimento de água superficial que serão distribuídos através de uma rede água a todos os futuros lotes, aproveitando além do uso ordenado do espaço, o perfil do relevo desse assentamento.

No interesse de integrar uma visão total sobre a hidrologia do local e o suporte do meio sobre os impactos reais nos recursos hídricos, caminha-se para um trabalho que visa integrar um tratamento mais eficiente dos efluentes doméstico e uso racional dos recursos disponíveis, assegurando uma maior sustentabilidade a uma área ponderada como frágil pela suscetibilidade do Aqüífero Guarani. Exemplo que deve ser levado a outros assentamentos.

O que apontam os dados quantitativos?

Os dados sobre a destinação da produção nos sistemas produtivos, apresentados no presente capítulo, evidenciam uma necessidade primordial das famílias, que é a produção do autoconsumo. É uma necessidade tanto em termos estruturais, que a própria política de desenvolvimento dos assentamentos encaminha – haja visto a falta de projetos técnicos diferenciados e a falta de financiamentos – como decorrentes de fatores subjetivos, ou seja, que uma oferta razoável de alimentos se apresenta como demanda primordial para as famílias assentadas. Podemos apontar várias razões para que a maior parte da produção tenha essa destinação. Primeiro, porque as famílias buscam garantir o alimento, para depois se arriscar em investimentos, conforme a noção de *Sabir* Cultural, expressa em Bourdieu e Sayad (2006). Outras famílias, que vêm para o assentamento por meio da compra da benfeitoria vivenciam uma realidade um pouco diferente, pois quase sempre possuem recursos que lhes permitem investimentos, mas isso não elimina a necessidade da produção de autoconsumo.

Outra razão é a própria estrutura de créditos e assistência técnica formada em torno da integração agroindustrial e para produtos específicos, como o milho que depois é comercializado com indústrias de ração animal. Os projetos em torno da diversificação ocasionada pela produção de autoconsumo foram praticamente ausentes até o PAA. O menor ou maior excedente dessa produção nem sempre representou uma estratégia vantajosa em função da pequena escala produtiva, da produção não ser tão sistemática, da comercialização por meio de atravessadores e mesmo da falta de uma estrutura de comercialização. No caso do mercado consumidor de produtos frescos, *in natura* ou minimamente processados, e considerando uma cadeia de produção, transporte e varejo, certamente é o produtor que menos se apropria da renda gerada.

Como vimos nos dados apresentados, o sistema produtivo nos assentamentos envolve, predominantemente, o cultivo de cereais, hortaliças, frutas e tubérculos, criações de gado leiteiro, aves e suínos, mas isso acontece das mais variadas formas nos diferentes assentamentos e lotes familiares. Tais sistemas dependem também de toda a infra-estrutura para a produção nos lotes: acesso à água, informação, insumos, créditos, mercados, número de pessoas na família, entre muitos outros fatores. Esses aspectos da produção oferecem um retrato das possibilidades e alternativas de outro modelo de desenvolvimento para além da integração agroindustrial, um contraponto ao que parece dominar as prioridades especialmente dos assentamentos paulistas (FERRANTE, BARONE, 2011).

Foi mostrado o difícil acesso à água e questões burocráticas que brecam o seu licenciamento para uso agrícola, bem como dilemas internos aos assentamentos, como as redes de distribuição, estratégias de uso coletivo, a necessidade de ligações clandestinas para ter água para beber e técnicas de armazenamento de água da chuva para a produção. Por outro lado, o uso de insumos e recursos próprios se destaca em uma situação de escassez, o que reforça a necessidade das famílias praticarem uma agricultura de baixo custo e utilizarem estratégias de reaproveitamento dos recursos locais, a integração vegetal-animal, entre outras para rebaixar os custos de produção. O resultado disso pode estar expresso no fato da grande maioria dessa produção se limitar ao autoconsumo das famílias, embora este dado seja relevante no âmbito da segurança alimentar nos assentamentos e indica que elas cumprem um dos objetivos da reforma agrária, que é a produção de alimentos.

Consideramos ainda que todos os principais cultivos vegetais e criações animais são transformados em alimentos enraizados na dieta da população. O milho e as raízes,

por exemplo, têm maior durabilidade sem serem colhidos, por isso podem ser aproveitados de diversas maneiras no interior do lote e nas formas de comercialização, o que aumenta a variabilidade da destinação desses produtos e os tornam estratégicos para as famílias assentadas. O desenho do lote que possui, dentre outras coisas, um conjunto de cultivos vegetais (como milho, mandioca, abóbora, cana etc.), cuja integração se dá com criações animais, também é uma marca significativa da eficiência os sistemas produtivos.

Vale uma reflexão também em torno da importância de se produzir alimentos, ou seja, ter pessoas produzindo alimentos de qualidade e diversificados e que isso não depende, direta e exclusivamente, dos poderes e controles dos "impérios alimentares" para funcionar. A produção de autoconsumo aparece como um fato social nos assentamentos porque é uma estratégia familiar, muitas vezes sua persistência supera os limites impostos em termos de acesso à água, de maior eficiência, dentre outros como créditos, mercado e orientação técnica. Entretanto, como vimos, a maioria das famílias produz essa variedade de alimentos por causa de sua necessidade de alimentação. É a primeira coisa que se consegue garantir no assentamento, ou seja, a primeira estratégia é garantir o que comer para, depois, possivelmente, também investir em estratégias de produção para comercialização e outras mais refinadas tecnicamente.

Destaca-se, nesse quadro, a importância ou a inoperância de políticas públicas de financiamento e de comercialização, como o PRONAF, os créditos iniciais e o PAA. Os resultados apontam em primeiro plano que os assentamentos melhoram muito as condições de acesso a alimentos das famílias. Por outro lado, ao passo que os assentamentos vão se constituindo enquanto mercados consumidores de sua própria produção, as famílias assentadas abrem novos mercados urbanos e institucionais, intensificando a relação com os municípios do entorno. A produção de autoconsumo e a comercialização geralmente geram uma renda maior do que um salário mínimo por pessoa empregada no lote.

A diversidade nas formas de comercialização é igualmente estratégica. As feiras e a venda direta, que existem praticamente desde o início dos assentamentos na maior parte dos casos e, mais recentemente, os mercados institucionais são fundamentais para as famílias assentadas. Trata-se de meios de comercialização que vão sendo constituídos nos municípios do entorno e implicam na construção de relações entre a cidade e o campo. No caso dos assentamentos antigos, é um mercado historicamente constituído, já que vários assentados começaram a comercializar os produtos de carrinho de porta

em porta, aos poucos foram adquirindo seus veículos e estabelecendo relações com quitandas, supermercados, restaurantes, mediadores e gestores dos programas públicos. Por outro lado, são relações constituídas com os consumidores que freqüentam feiras e compram direto do produtor e contribuem para formar a representação social das pessoas que vivem nas cidades sobre os assentados e vice-versa. Esse conjunto de canais de comercialização é importante para que os assentados não dependam de atravessadores, nem de grandes volumes para entregar, como acontece nas parcerias industriais e com beneficiadoras. Há que se destacar a necessidade de se ampliar as feiras livres nos municípios, tendo em vista a grande demanda que há por alimentos sobretudo em bairros mais afastados.

No entanto, as formas de comercialização guardam muitas diferenças entre produções vegetais e animais. Em relação às primeiras, se trata de uma produção que além de consumida pelas próprias famílias é em grande medida comercializada, cada vez mais por meio de programas institucionais. As criações animais ainda estão em um patamar de autoconsumo e comercialização ocasional. Fica claro, a partir dos dados, que a falta de selos de inspeção municipais impede que as produções de ovos, de carne de frango e de porco cheguem às cidades de forma regular.

Para Grigoletto (2013), é perceptível que a boa relação com algumas prefeituras permitem significativos avanços no desenvolvimento local a partir da criação do mercado institucional de alimentos (via PAA e PNAE). Por outro lado, existem assentados que reclamam da falta de informação qualificada sobre o PAA em seus municípios, falta de continuidade com a mudança de gestões municipais e atrasos de pagamento consideráveis, o que tanto pode ser um problema nas prefeituras como nas associações que organizam a produção e a comercialização. Além disso, nas etnografias do capítulo 5 será possível explorar um caso de corrupção local dessa política pública que não apenas fez parar o PAA no município de Araraquara, mas também tornou parte dos assentados réus. Apesar dessas constatações, atualmente esses programas já correspondem à principal parcela dos rendimentos da comercialização da produção diversificada das famílias assentadas. De todas as culturas, a horticultura é a que merece maior destaque, por absorver grande volume de mão de obra familiar e pela inserção nos referidos programas de compra do governo.

O mercado institucional, porém, deve favorecer as expectativas de aumentar o valor agregado da produção, por meio da agroindustrialização caseira/comunitária como meios de se intensificar a ocupação de mão de obra familiar nas atividades produtivas.

Até vem abrindo perspectivas para isso, mas na maioria dos casos é a prefeitura que beneficia a produção antes dela ser distribuída às escolas e demais instituições atendidas, e não os próprios produtores. Tal aspecto não deixa de revelar a falta de linhas de créditos, capacitação e assistência técnica na área da agroindustrialização que, no entanto, deve ser trabalhada conjuntamente aos avanços na legislação sanitária e com apoio municipal.

O retrato construído nos deixa uma série de questões. O PAA, o PNAE e, mais recentemente, o PPAIS vêm se consolidando como perspectivas para a inversão do cálculo familiar (consumo/comercialização)? Na medida em que os principais produtos comercializados são itens que compõem o cardápio cotidiano das famílias e muitas vezes advindos do quintal doméstico, como fica agora a valorização da produção que antes era adstrita ao autoconsumo e o papel das mulheres (principais protagonistas nessa produção)? Os homens passam a controlar a organização da produção e da comercialização dessa produção porque passam a gerar parcela significativa da renda familiar? Será que a abertura dos mercados institucionais são possibilidades de potenciar a função social dos assentamentos para os municípios nas regiões onde estão inseridos e assim aumentar, qualitativamente, as relações campo-cidade? São questões a exigir o continuado acompanhamento de tais programas e das condições que perpassam a produção e a reprodução social dos assentados.

CAPÍTULO 5 – ETNOGRAFIAS MULTISSITUADAS: DIFERENTES POSIÇÕES E REPRESENTAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS

5.1 Uma breve apresentação dos casos analisados

No presente capítulo exponho as etnografias realizadas nos assentamentos, com as quais primeiramente procuro aprofundar a investigação sobre a construção das relações de gênero na perspectiva das estratégias familiares, tanto produtivas, matrimoniais e políticas. Na produção, foram selecionados alguns lotes com forte protagonismo das mulheres e grupos produtivos de mulheres no assentamento Monte Alegre, os quais tenho acompanhado desde o início. Apresento como a formação e a experiência das mulheres à frente de agroindústrias familiares – ou de outras atividades produtivas, como as granjas e hortas – extrapolam a esfera doméstica socialmente atribuída a elas, e se traduzem em estratégias capazes de reestruturar e promover novos arranjos no campo social dos assentamentos.

Fora de casa, as assentadas se fazem ouvir por outros agentes sociais e conquistam algumas de suas reivindicações, como os espaços de agroindustrialização coletivos. No assentamento Monte Alegre foram investigadas uma padaria e uma cozinha comunitárias. O acompanhamento das experiências revela que elas se organizaram em grupos e passaram a produzir alimentos normalmente feitos para o autoconsumo e a partir de receitas tradicionais, mas agora existem processos produtivos mais modernos que possibilitam o aumento do volume da produção e satisfazem necessidades sanitárias, possibilitando a comercialização de seus produtos em espaços urbanos. No contexto da redefinição do papel das mulheres, que não deixam de exercer suas atividades domésticas, novas rotinas lhes são atribuídas com reflexos nas transformações mais gerais das famílias rurais. Há também agroindústrias familiares, ou seja, quando uma família a tem em seu lote, como a produção de derivados de cana no mesmo assentamento – açúcar, rapadura e cachaça – com forte protagonismo das mulheres.

As experiências mostram possibilidades para que as mulheres tenham trabalho e uma renda própria que complementa a renda familiar, mas também se inserem no mercado urbano e estabelecem diversas relações com outros agentes sociais – como pessoas e instituições ligadas ao governo, às instituições de ensino, vários setores de serviços e comércio nas cidades. Isso resulta em um trabalho coletivo de mulheres em torno de uma atividade produtiva, que acaba sendo um aprendizado e um protagonismo

político também. Porém, a trajetória dos grupos mostra que são relações dinâmicas com agentes internos e externos, repletas de continuidades e descontinuidades.

Foi possível também explorar as estratégias familiares ante a integração industrial, a inserção no mercado institucional, a organização em associações e cooperativas, a atuação da assistência técnica, dentre outros aspectos próprios da dinâmica familiar, como a presença dos/as filhos/as, seus casamentos e o processo de envelhecimento. Procurei conversar com assentados e assentadas que são lideranças produtivas ou dirigentes das associações e cooperativas nos assentamentos, que pudessem dar um panorama sobre as diferentes estratégias familiares. No caso do PDS da Barra, foi possível ver as diferenças e disputas internas entre os núcleos do assentamento, assim como ocorreu no Monte Alegre nas disputas em torno das prioridades do Orçamento Participativo, com pessoas de diferentes núcleos do assentamento em uma disputa acirrada por recursos.

Outras etnografias foram feitas com mulheres em diferentes situações nos assentamentos, de diferentes idades, estado civil, atividades produtiva no lote e fora do lote. O que as aproxima, certamente, são as atividades domésticas. É muito comum encontrar no discurso das assentadas suas preocupações com o cuidado com a casa, com a alimentação e, sobretudo, com os filhos. Em algumas visitas pude ver o cuidado com as crianças, como por exemplo, no lote da dona Regina havia uma vizinha com seu neto, um bebê de colo, passando a tarde com ela. Enquanto isso, seus filhos, um deles já na faculdade, estavam na internet. Dentre as mulheres separadas de seus maridos foi possível ver relações de muita afetividade entre mães e filhos/as, como nos casos das donas Márcia e Maria Terrão. Geralmente, após a separação do casal, os homens se distanciam e as mulheres assumem ainda mais tempo no cuidado com os filhos. No caso das mulheres viúvas, foi possível observar situações de conflito na família, como na família da dona Maria Aparecida, que enfrentava a revolta da filha mais jovem e dava continuidade à gestão do lote como o marido fazia, sob comando do filho. Outras mulheres passam a comandar o lote, independente de se casarem novamente ou não.

Por meio de um trabalho de campo continuado e de registros em diários de campo, também foi possível abordar relações matrimoniais das famílias. É importante destacar que essa dimensão dá muita dinâmica à vida nos assentamentos. Somados às possibilidades nas estratégias produtivas, os matrimônios entre filhos de assentados recriam condições de produção e reprodução social nos assentamentos. No caso da dona Teresa, esposa do Sr. Bellintani, o casamento de uma filha que foi morar no lote da

família do marido deixou o casal sem mão-de-obra familiar. A filha passou a trabalhar no outro lote. Na representação do pai, ela não podia ter saído do lote, mas para a mãe isso fez bem à filha, porque valorizava o casamento como destino social dela. Além do casamento entre filhos de assentados, as relações matrimoniais transitam em torno da possibilidade dos jovens se casarem e morarem fora, pessoas da cidade que se casam e vêm morar nos assentamentos, a união entre senhores e senhoras viúvos, dentre outras situações. Procurei abordar essa dimensão nas idas a campo, embora nem sempre tenha sido possível. Como as relações são muito dinâmicas, o acompanhamento e a confiabilidade também são necessários para se realizar etnografias sobre esse verdadeiro vai-e-vem das estratégias familiares como um todo.

Organizei as informações de campo por grupo produtivo e/ou por família. Na maioria são registros que abordam a origem da família, como elas chegaram ao assentamento e suas principais estratégias familiares desde então. Em alguns casos são apresentados apenas depoimentos sobre uma estratégia produtiva, como o relato do sr. Antonio sobre integração do frango industrial. Outras vezes foi possível realizar uma investigação sobre os demais aspectos da vida das famílias nos assentamentos. Tento mostrar as diferenças e semelhanças nas estratégias das famílias, a partir de suas experiências, sem querer esgotar as situações possíveis e nem chegar a diagnósticos conclusivos sobre elas. As primeiras etnografias apresentadas se referem aos assentamentos que venho acompanhando há mais tempo em Araraquara, notadamente o Monte Alegre. Nas partes finais são expostas as visitas na Fazenda da Barra.

Por isso, vale a pena frisar também que em alguns lotes foi possível e necessário realizar várias visitas, como no acompanhamento das estratégias produtivas coletivas das mulheres da padaria, da cozinha, a dona Neusa da rapadura, o Sr. Bellintani, o Sr. Zé, presidente da associação do núcleo III, sendo todos esses no assentamento Monte Alegre. Portanto, há registros de famílias e grupos que venho acompanhando há mais tempo. Além de já ter estabelecido relações de maior confiabilidade com as famílias e com os grupos produtivos desse assentamento, desde a pesquisa do mestrado, por meio dos projetos do Nupedor me propus a investigar mais profundamente tais casos. Em outros casos, trata-se de uma única visita – nos lotes das donas Regina, Maria Trovatti, Maria Terrão e Maria Aparecida – com as quais a intenção era investigar a situação de mulheres em diferentes posições sociais, como afirmado anteriormente. Em alguns lotes foi possível ainda fazer uma atualização das informações, como no lote do Edson da cachaça e no assentamento da Barra, no qual foram feitas visitas nos anos 2011 e 2013.

Com as informações apresentadas no terceiro capítulo sobre a conjuntura política nos assentamentos e na apresentação das principais disputas no interior dos assentamentos, que giram em torno das integrações agroindustriais e das políticas públicas mais ligadas à produção de alimentos, procurei localizar as representações e as escolhas produtivas das famílias. O jogo de forças sociais também se expressa no interior dos assentamentos por meio do desgaste político de certos grupos ou pessoas, que se posicionam em relação às possibilidades de desenvolvimento. Nos assentamentos de Araraquara, em especial no Monte Alegre, em função da maior proximidade, pude explorar mais a fundo todas essas dimensões das estratégias familiares.

As visitas no assentamento em Ribeirão Preto não tiveram um caráter continuado como nos assentamentos em Araraquara. Por isso, as informações trazidas nas etnografias sobre o PDS da Barra são mais pontuais e visam, sobretudo, destacar duas coisas: as disputas e fragmentações internas no interior das organizações das famílias assentadas e, também, mostrar as possibilidades e dificuldades da gestão dessas organizações em relação às políticas públicas e aos agentes regionais. No período do doutorado foi possível conhecer lideranças das principais associações e cooperativa do assentamento e em todos eles foi interessante destacar que após um período de conquista da terra, o jogo de interesses e força entre os movimentos sociais foi acomodando a organização e a produção das famílias. Passado um período, todas essas lideranças demonstraram haver desgaste por estarem à frente das organizações e novas disputas foram repostas no âmbito interno da comunidade.

Antes das etnografias propriamente, apresento brevemente algumas referências da literatura especializada sobre relações de gênero no meio rural e em especial nos assentamentos, sobretudo, sobre o papel reprodutivo das mulheres na divisão de trabalho familiar. Sem querer "naturalizar" tais posições, essa revisão sugere dar visibilidade ao trabalho ao mesmo tempo doméstico e produtivo das mulheres. Logo em seguida, são apresentados outros dados da pesquisa do Nupedor em conjunto com o INCRA/SP. Estes, na verdade, resultados de uma tabulação especial que trabalhei para ilustrar o papel das mulheres nos sistemas produtivos, nas agroindústrias caseiras/comunitárias, nas atividades não agrícolas e no recebimento de créditos específicos[106], que de fato vêm ao encontro dessa bibliografia que desafia a superação da invisibilidade do papel das mulheres na agricultura familiar.

[106] Dados esses já apresentados em Ferrante e Duval (2012).

5.2 Invisibilidade do trabalho feminino: expressão da masculinização do mundo rural

É certo que o trabalho feminino em atividades agropecuárias é repleto de invisibilidades. A invisibilidade do trabalho feminino se expressa inicialmente no fato das mulheres trabalharem sem renumeração. Em estudo divulgado pelo MDA (BRASIL, 2006), cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíam de *status* de trabalhadoras, porque tinham jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou são ocupadas nas atividades de autoconsumo[107]. As atividades agropecuárias das mulheres são historicamente ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado (naturalizado) como o trabalho da mulher rural.

Há uma tendência em se considerar que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias é reduzida ou secundária, pois somente quando depois de suas obrigações domésticas ela ajuda ao homem. E esse tipo de mentalidade é largamente reproduzido no discurso das próprias mulheres, quando afirmam que sua prioridade é ter o almoço pronto quando o homem chega do roçado – sendo que elas mesmas passaram uma parte da manhã trabalhando junto com o homem. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela própria mulher rural. Ela mesma tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários na horta e no quintal do seu cotidiano como dona de casa, podendo assim subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias.

Segundo dados dessa mesma pesquisa, as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total de mão de obra feminina e 8,9% da mão de obra masculina na agropecuária. "Em 2004 dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano" (BRASIL, 2006, p.54). A referida pesquisa aponta que se o autoconsumo for incorporado à renda familiar, outra invisibilidade do papel das mulheres pode ser revelada, aspecto apontado na pesquisa de mestrado (DUVAL, 2009). Mais recentemente, com a possibilidade de venda da

[107] Essas duas categorias (jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e autoconsumo) não contavam como trabalho propriamente dito pelo PNAD/IBGE até 1992, quando houve uma reformulação do critério adotado.

produção antes destinada ao autoconsumo para os mercados institucionais, conforme apontado no capítulo anterior, outra tendência pode ser constatada: as atividades das mulheres passam a lhes retornar financeiramente, mas será que isso ocasiona uma emancipação financeira das mulheres ou implica na apropriação da atividade (e da renda) pelo homem?

Historicamente o papel das mulheres na agricultura é voltado às necessidades de reprodução social de famílias rurais, em contraposição (ou complementaridade) ao papel produtivo dos homens. Porém, como procurei abordar no segundo capítulo, a demarcação desses papéis não implica rigidez conceitual. Mas é expressão do que é socialmente o trabalho para a mulher e para o homem numa propriedade agrícola familiar. Por outro lado, mudanças advindas da racionalidade urbano-industrial impõem novas práticas sociais às mulheres rurais, como novos trabalhos e a necessidade de obter renda monetária. Por mais que o papel das mulheres em casa não seja diminuído, agora elas passam a se ocupar de atividades na agroindústria familiar e a se inserir em políticas públicas, fazendo-se ouvir por agentes municipais e participando de espaços urbanos de comercialização.

O trabalho agrícola da mulher é geralmente voltado à reprodução familiar, num tipo de atividade que atinge a esfera nutricional, a satisfação do gosto e das preferências alimentares. Com isso, a mulher traz para dentro de casa os amidos, as vitaminas, os sais minerais, as proteínas animais advindos das pequenas criações que toma conta. Essa relação com a terra é considerada de afetividade, da qual surgem os quintais domésticos, "lugares"[108] do autoconsumo, que são mais de responsabilidade das mulheres e possuem diversas funções no interior de uma propriedade rural familiar.

Segundo Woortmann (1993), as mulheres também são detentoras e guardiãs de valores culturais e sociais do grupo, como os conhecimentos sobre ervas medicinais, cultivo e administração de remédios feitos por elas mesmas, novenas e orações para proteção do homem e dos filhos, ou seja, outra dimensão do autoconsumo também já abordada no segundo capítulo da tese, referente à produção de remédios caseiros cuja religiosidade e magia são fortes componentes. Porém, a autora supracitada também explica que esse cotidiano de reprodutora social da mulher sofre alterações na

[108] Para Martins (2009), existe uma distinção entre o que se conceitua por espaço e por lugar. Na construção dos lotes agrícolas dentre famílias assentadas pesquisadas pela autora, o lugar é o espaço transformado por relações de afetividade. Tais relações podem ser também entre as pessoas e a terra e os animais, e não apenas entre membros familiares, vizinhos, amigos etc.

modernidade, novos trabalhos lhe são impostos e, com eles, a obrigação de se ganhar dinheiro.

Pesquisas feitas no contexto dos assentamentos de reforma agrária apontam diferenças nas memórias masculina e feminina, conforme depoimentos coletados por Whitaker et al. (1994), que podem ser expressas no fato de que a memória masculina prioriza a produção, os meios de produção da vida. Já a memória feminina prioriza os casamentos, a alimentação, os meios de reprodução da vida. Portanto, para Whitaker et al. (1994), memórias femininas e a presença da mulher são fortes no trabalho da roça e da casa, da indústria doméstica – plantações e animais são produtos do seu trabalho, para a reprodução nutricional e social da família.

Segundo Brumer (2005), para as mulheres assentadas o acesso à terra também está associado ao bom estado nutricional das famílias, pois elas cuidam da produção da alimentação (de atividades agrícolas às culinárias). Porém, as mulheres também podem obter renda quando produzem e comercializam, ou quando têm emprego fora do lote, o que as levam a priorizar essa obtenção de renda ao invés do trabalho no lote. Mesmo quando possuem fontes de renda, elas tendem a aplicar o dinheiro ganho em produtos para a família, para o estado nutricional dos filhos, enquanto homens muitas vezes gastam em despesas pessoais. Quando trabalham apenas no lote, Brumer (2005) também percebeu que as mulheres são responsáveis pela horta e pelo cuidado de pequenos animais.

Esta atribuição de papéis, exigências e expectativas são sociais e não biológicas, por isso podem variar no tempo e no espaço. Então, ainda conforme Brumer (2005), os assentamentos de reforma agrária são locais privilegiados para o estudo de gênero, porque a construção desse espaço social tem por base a mudança de condições sociais. Com as novas exigências da modernidade, cresce a necessidade da mulher rural ter outras ocupações para obter renda, então passam a cortar cana nos locais onde antes faziam agricultura de subsistência e extrativismo, passam a fazer faxina e ter outras ocupações nas cidades, ao invés de cuidar de suas próprias casas. De igual modo, elas passam a beneficiar produtos no interior da propriedade para vendê-los no mercado urbano, ao invés de apenas ao autoconsumo. Se a mulher não trabalha para obter dinheiro, sua reputação é cada vez pior (WOORTMANN, 1993).

Diante desse quadro, as mulheres rurais vêm se mobilizando em esferas política e produtiva em busca de sua auto-afirmação, procurando maior escolaridade e capacitação. Muitas delas partem para alternativas produtivas individuais, coletivas ou

procuram empregos no rural e no urbano, conforme veremos nas diferentes trajetórias e na experiência das mulheres assentadas.

5.3 A importância das mulheres nos sistemas produtivos: contestado invisibilidades

Conforme vimos no capítulo anterior, os cultivos vegetais mais produzidos nos assentamentos da Região Central são as frutas, os cereais, a horticultura e a mandioca e outros tubérculos. E a produção animal predominante é a criação de bovino leiteiro, aves e suínos caipiras. Vimos também que a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo e que se trata de uma produção que além de consumida pelas próprias famílias é em grande medida comercializada em programas institucionais e feiras, além de se inserir numa rede de trocas de alimentos no interior dos assentamentos. Consideramos ainda que todos eles são alimentos enraizados na dieta da população, por isso podem ser aproveitados de diversas maneiras no interior do lote, o que aumenta a variabilidade da destinação desses produtos e os tornam estratégicos para as famílias assentadas. A seguir, além de reforçar a atuação das mulheres na esfera produtiva desses alimentos, reforçar que majoritariamente são elas que os preparam para o consumo da família e realizam o processamento caseiro/artesanal, que pode ser uma alternativa de produção e comercialização.

A responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres na horticultura é simbólica e interessante porque esta é a produção vegetal mais intensiva em mão-de-obra e a que mais se insere no mercado institucional[109]. Já nos demais cultivos vegetais as diferenças são pequenas em relação à responsabilidade dos homens e das mulheres. As maiores diferenças entre os gêneros na produção vegetal nos lotes ficaram por conta da produção de eucalipto, café e pastagem. Para o cultivo do eucalipto, o mesmo não é intensivo em mão de obra. No caso do café, podemos afirmar que embora a produção seja mais de responsabilidade dos homens, a comercialização na maior parte das vezes é responsabilidade das mulheres. No assentamento Zumbi dos Palmares, por exemplo, aplicamos um questionário em um lote, cujos titulares (homem e mulher) plantam, torram, moem e ensacam café. No dia da nossa visita, a mulher não pôde ficar porque

[109] Os demais principais cultivos vegetais igualmente se inserem no mercado institucional, embora com menor intensidade.

era o dia de entregar o café na prefeitura e ela teve que sair às pressas para aproveitar uma carona, enquanto o homem e uma agregada nos atenderam[110].

Com relação aos principais sistemas de criação animal prevalece o autoconsumo como destinação. Isso porque nas formas de comercialização prevalece a venda ocasional nos mercados internos dos assentamentos e nos municípios do entorno. No mercado institucional há uma série de entraves a serem superados, como maior financiamento para a agroindustrialização, a capacitação dos/as assentados/as e gestores/as, a inclusão da produção com características locais/artesanais nos municípios por meio de legislações que favoreçam a produção e a fiscalização desses pequenos produtores. Em função dessas dificuldades, pode ser constatado que em algumas feiras os assentados (e outros produtores familiares) realizam vendas clandestinas de ovos e aves caipiras. Os clientes na cidade fazem encomendas desses itens, mas eles não podem expor a comercialização. Analisando a questão dos responsáveis pelas criações descritas acima, observamos a grande importância do papel da mulher na condução de todo processo produtivo das pequenas criações (aves e suínos) e também na produção de leite.

A presença de agroindústrias é pouco frequente na região estudada. Dos 60 questionários aplicados, apenas 15 famílias assentadas disseram que têm. Conforme os gráficos a seguir, nos casos existentes, predominam os laticínios, com boa margem de vantagem sobre a fabricação de outros produtos alimentícios, em segundo lugar, categoria composta majoritariamente por produtos de origem animal, como lingüiça e mel. Famílias que produzem farinhas de milho e de mandioca, compotas de produtos vegetais, café e outros apareceram com percentagem menor na amostra. Cabe novamente ressaltar a participação das mulheres, que têm sido, em maioria, as protagonistas das agroindústrias caseiras – em 60% dos casos –, especialmente da produção de alimentos, o que reforça seu papel no processamento dos alimentos.

[110] Não poderíamos deixar de ilustrar que essa agregada é uma mulher que foi expulsa do lote pelo seu marido. Segundo os entrevistados, isso aconteceu porque o marido arrumou outra mulher. Ela não tinha para onde ir, estava morando de favor e ajudando no trabalho no lote desses amigos. A mulher acompanhou a conversa de outro cômodo da casa, quase não nos olhou no rosto e não disse uma palavra, a não ser concordar quando o assentado nos contou sua situação.

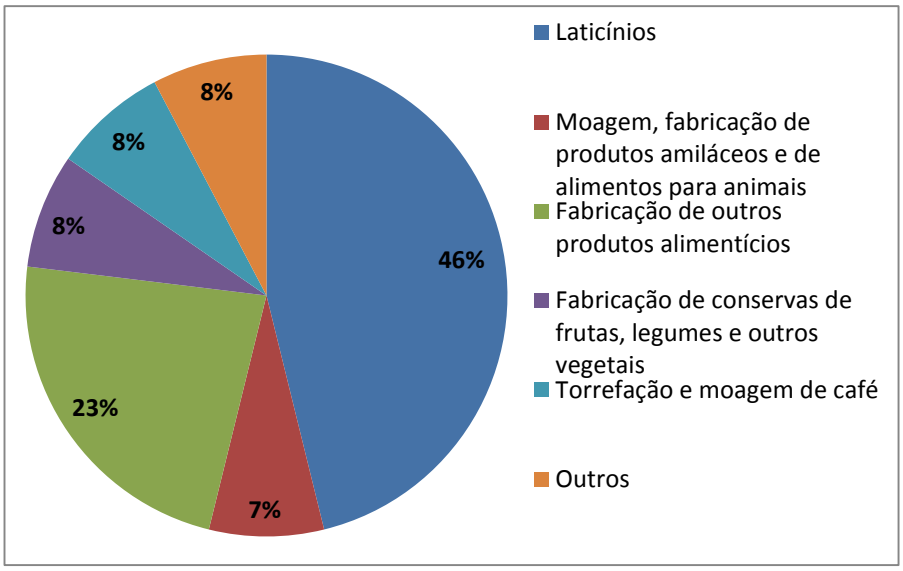


Gráfico 01 - Produtos agroindústria

Fonte: Pesquisa a campo, 2011.

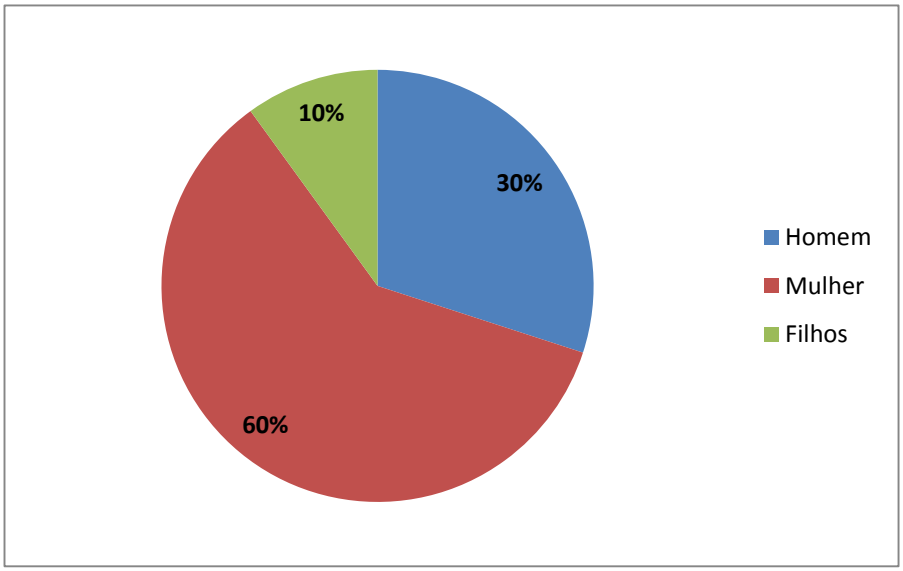


Gráfico 02 - Quem faz – Agroindústria

Fonte: Pesquisa a campo, 2011.

A produção é basicamente artesanal e se dá no interior da casa, em 92% dos casos, o que é explicável pela própria dificuldade de se ter outros espaços mais sofisticados para a agroindustrialização e pela perspectiva das mulheres associarem esta conquista e sua produção a outras tarefas domésticas e produtivas sob sua responsabilidade. Além disso, existe a discriminação que sofrem dos maridos ao partir para atividades maiores, ficam sempre sob o olhar atento da comunidade e demoram a

conquistar legitimidade, que só vem com persistência e com bons resultados financeiros, como veremos nas etnografias sobre os grupos de mulheres.

Este mesmo percentual (92% dos casos) refere-se a agroindústrias que não têm selo de inspeção, o que revela igualmente que o investimento na agroindústria familiar não é prioridade na agenda das políticas públicas federais, nem dos programas municipais dirigidos à agricultura e aos assentamentos. Esta dificuldade acaba por impedir a entrada da produção animal nos programas de compras governamentais. Ao passarmos para a seção de etnografias, veremos outros casos de agroindústrias que deixaram de ser "caseiras", sendo uma delas produto de um coletivo de mulheres e outra de uma família que se especializou na produção de cachaça.

O gráfico a seguir revela a predominância do autoconsumo no destino da produção da agroindústria em 35% dos casos, seguida bem de perto pela venda direta (31%), pela merenda (17%), pelo PAA (13%) e pela venda ao atravessador em apenas 4% dos casos. A produção nessas agroindústrias familiares é voltada ao fabrico de produtos para consumo das próprias famílias e o excedente mais comercializado no mercado interno do assentamento e em feiras. Com o advento de programas como o PAA e o PNAE, agora vem crescendo a comercialização para o mercado institucional, no entanto pode estar revelando um mercado igualmente mais restritivo aos produtos de características mais artesanais.

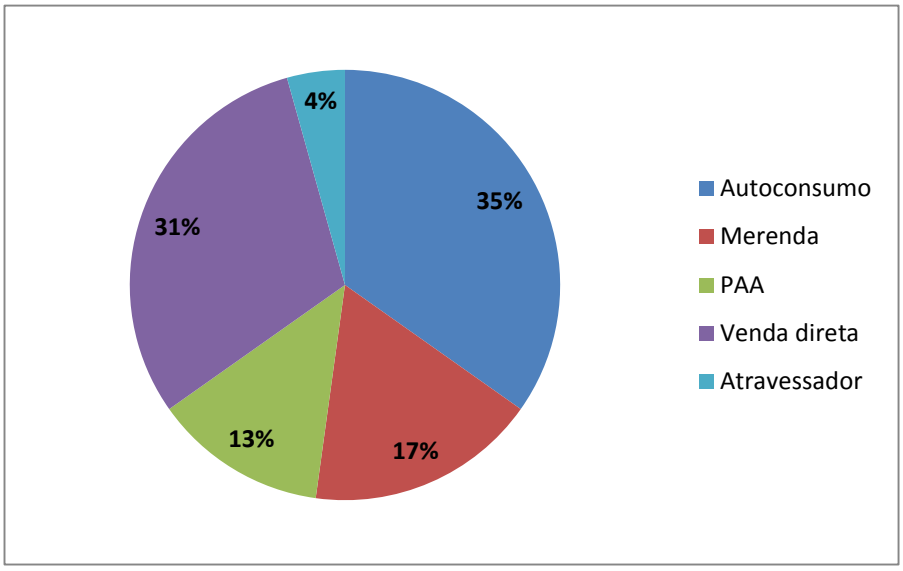


Gráfico 03 - Destinação da produção – Agroindústria

Fonte: Pesquisa a campo, 2011.

A respeito da renda mensal do pessoal ligado à agroindústria, expressa em salários mínimos, os dados apontam um equilíbrio entre a faixa de até um salário mínimo (34%) e o segmento de um a dois salários (33%), sendo significativa a porcentagem dos que não souberam informar, o que revela a dificuldade em mensurar o retorno financeiro desse tipo de produção e destinação em valores monetários. Mesmo assim, 75% dos que possuem agroindustrialização de produtos nos lotes puderam mensurar uma renda mensal. A maioria consegue de 1 a 2 salários mínimos por mês e 8% de 2 a 3 salários mínimos por mês[111].

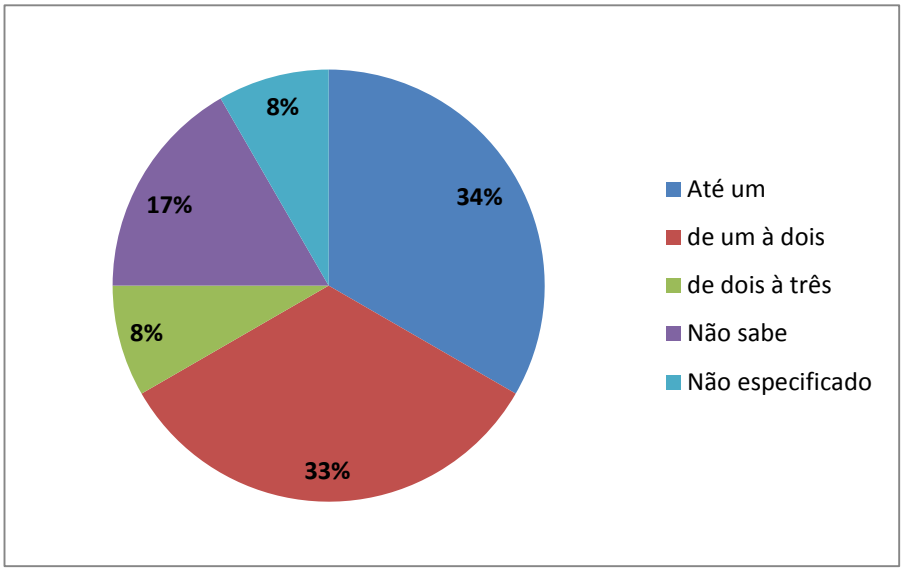


Gráfico 04 - Renda mensal (salários mínimos) – Agroindústria

Fonte: Pesquisa a campo, 2011.

Com relação a realização de atividades não agrícolas dentro dos lotes, a grande maioria dos assentados da região disse que não realiza nenhum tipo de atividade. Aparece um pequeno percentual (3%) que se dedica à fabricação de produtos têxteis e outros 9% atividades com diferentes tipos de artesanato. Quando há atividade não agrícola no lote, o mesmo é individual em mais de 80% dos casos. Tem destaque a participação das mulheres (em 67% dos casos), pois elas são as maiores responsáveis por costurar, bordar e fazer artesanato, que foram as atividades não agrícolas realizadas

[111] Estes dados sobre a renda advinda da atividade de agroindustrialização não foi aplicada no caso das demais produções até aqui mencionadas por conta de que foi verificado que a renda total é uma composição que envolve trabalho no lote, fora do lote e recebimento de benefícios sociais nem sempre especificada pelos entrevistados. A renda advinda das produções no lote tem igualmente uma variabilidade muito grande em função das diferentes épocas do ano, recebe-se por comercialização da safra, diferentemente da agroindústria caseira e das atividades não agrícolas que os assentados entrevistados conseguiram mensurar um recebimento médio mensal.

nos lotes citados. Cabe ressaltar que existe um percentual significativo de mulheres que trabalham como assalariadas, geralmente como empregadas domésticas e/ou diaristas na cidade.

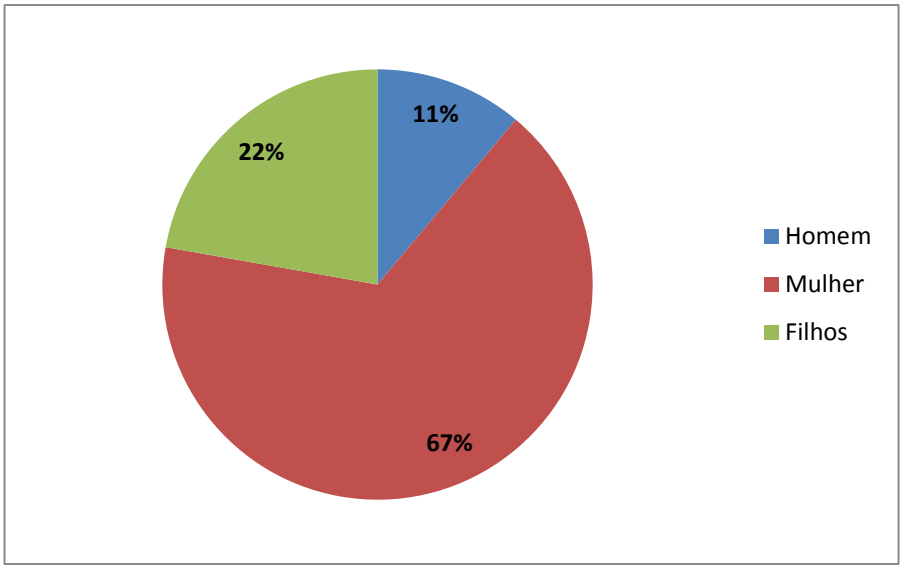


Gráfico 05 - Quem realiza a atividade não agrícola

Fonte: Pesquisa a campo, 2011.

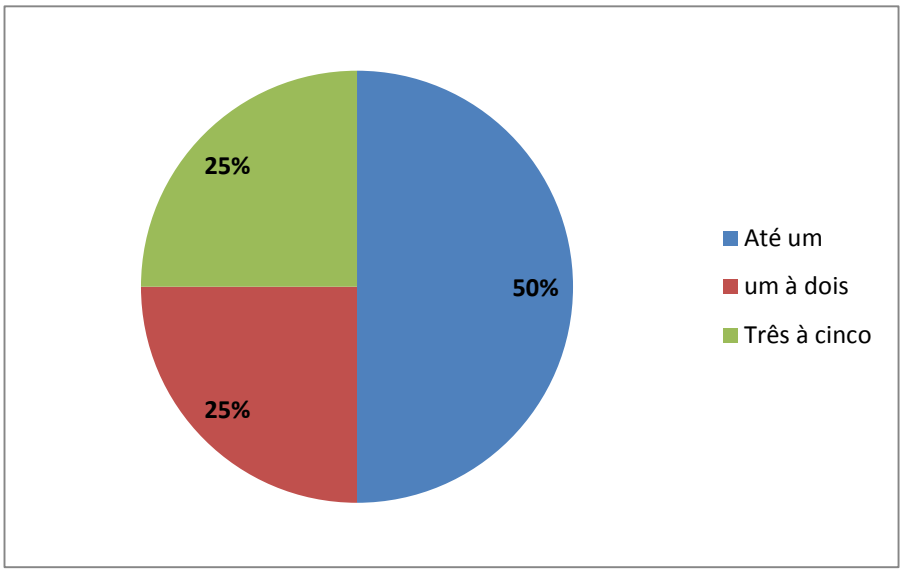


Gráfico 06 - Renda mensal - Atividade não agrícola

Fonte: Pesquisa a campo, 2011.

A realização de atividades não agrícolas garante até um salário mínimo em 50% dos casos, de um a dois em 25% e de três a cinco nos 25% restantes (gráfico acima), demonstrando que são atividades que, quanto mais profissionalizadas, podem ter grande

relevância na composição da renda das famílias, bem como a relevância do conhecimento em costurar e bordar das mulheres. Em uma ida a campo no ano de 2008 pude observar que dentre as atividades da mulher, dona Sueli, extremamente ativa na produção do lote, havia o artesanato. Ela ensinou a filha a fazer bordado e disse que a garota já tinha até ganhado um prêmio pelo seu trabalho.

Figura 3 - Marcela (filha) e D. Sueli (mãe), mostrando seus bordados.

Na época ela expressou vontade em se organizar com algumas de suas vizinhas mais próximas, para promoverem feiras de artesanatos e alimentos no assentamento. Justificou dizendo que tem gente que vai longe atrás de uma boa feira de bordado. Quando perguntei sobre se juntar ao grupo de mulheres que já existe no núcleo VI, da padaria, disse não ser possível se unir na parte produtiva aos outros grupos de mulheres já existentes, por causa da distância que há entre elas. Mas se houvesse uma feira no assentamento, poderia ser aberta à participação de todas. Ainda procura por meios de realizar essa idéia, principalmente com relação à divulgação nas cidades do entorno e a um transporte facilitado para as pessoas irem conhecer os bordados e outros produtos que elas fazem. A vizinha, que trabalhava com derivados de leite (queijo, manteiga, requeijão), vendia o leite a R$ 1,00/litro, o queijo a R$ 8,00/quilo e o requeijão a R$ 15,00/quilo. Já os preços dos bordados variavam de R$ 20 (chapéu) a R$ 100 (toalha de mesa).

Apesar de não serem predominantes, as atividades não agrícolas contam nas estratégias de reprodução social postas em prática pelos assentados. No entanto, reflexões que apontam a maior importância das atividades não agrícolas na permanência dos assentados na terra e no futuro dos assentamentos não se aplicam nesta região.

Reafirmamos, tais dados reforçam as reflexões que têm apontado a importância do autoconsumo no modo de vida dos assentados, reforçando as análises que apontavam a necessidade de inserir o autoconsumo nas ponderações sobre renda, o que exige a sua abordagem igualmente pelo prisma não diretamente monetário, já que o consumo desses produtos representa tanto uma economia monetária como uma renda a mais pela comercialização do excedente. A visibilidade do autoconsumo – considerando-se todas essas produções agrícolas, a transformação caseira e atividades não agrícolas – é um caminho para a valorização da importância do trabalho feminino.

De todas atividades mencionadas (cereais, horta, tubérculos, frutas, gado leiteiro, aves, suínos e agroindústria), os dados relativos a financiamento mostram que a grande maioria dos assentados não obteve financiamento direto. O que pôde ser percebido é a existência de um crédito (notadamente o Pronaf A, acessado por 37% dos assentados dessa região) que ajuda a estruturar o lote para se começar alguns cultivos e estruturas produtivas. Outros créditos que auxiliam a estruturação produtiva das famílias foram os Primeiros Fomentos e o Apoio Mulher, créditos do governo federal operacionalizados pelo INCRA. Os Primeiros Fomentos, na época da pesquisa de campo no ano de 2011, eram compostos por duas parcelas, uma no primeiro ano e outra no segundo, no valor de R$ 2.400,00 cada. Esses créditos foram acessados pela maioria dos assentados, tanto em assentamentos novos e antigos do governo federal. Conforme o gráfico a seguir, 77% dos assentados da região Central acessaram o primeiro e o segundo fomentos. Já o terceiro fomento e o apoio mulher têm percentuais bem mais modestos.

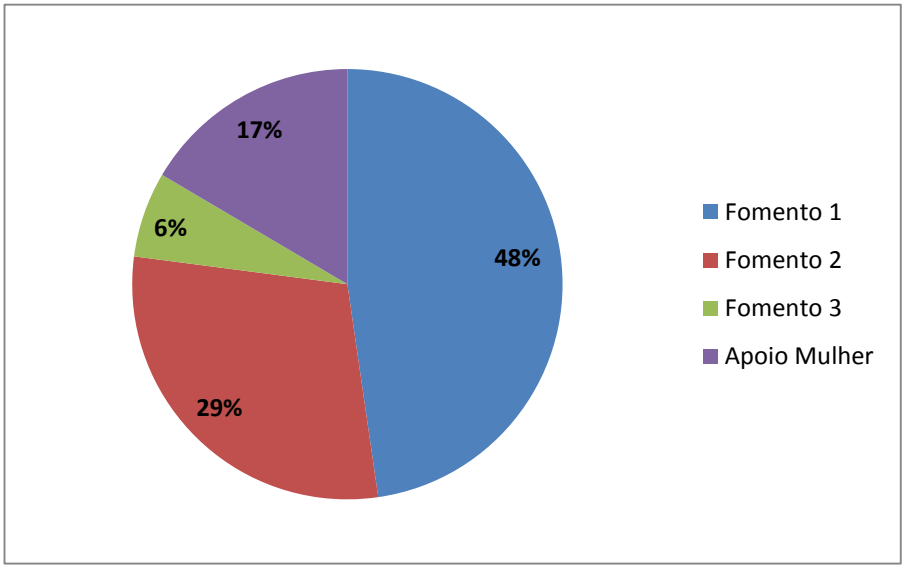


Gráfico 07 – Acesso a crédito instalação

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Com relação ao fomento mulher, apenas 17% das mulheres tiveram acesso. Vale esclarecer que os assentamentos mais antigos, anteriores ao ano 2000 não tiveram acesso a essa modalidade – da nossa amostragem quantitativa da região Central, os assentamentos Bela Vista, Zumbi dos Palmares e Formiga não receberam. Uma realidade que vai ao encontro do número de mulheres titulares de lotes e que acessam outros créditos, pois as políticas voltadas ao público feminino, muitas vezes, não dão conta das particularidades e demandas deste grupo. Acessar o crédito resulta em uma opção mais masculina e pouco da mulher. É preciso rever, reformular os créditos voltados a este categoria visando atender às particularidades deste segmento. O fato de serem mais acessados os dois primeiros fomentos também deixa clara essa orientação masculina em decidir como será ordenado o lote agrícola.

Outro fator que pesava contra as mulheres ao acessarem o Apoio Mulher era o formato rígido de sua liberação. Segundo informações dos técnicos de campo, até o ano de 2011 eram três parcelas anuais de R$ 800,00 e deveria necessariamente ser acessado em grupos de no mínimo 5 mulheres. Em 2012 o valor de cada parcela passou para R$ 1.000,00, perfazendo um total de R$ 3.000,00 em três anos. Atualmente houve nova mudança, agora é uma parcela única de R$ 3.000,00 e não é mais necessário acessar o crédito em grupo. Segundo as mulheres, o valor das parcelas continua muito baixo, pois impede um investimento mais intenso em alguma atividade produtiva, como no caso do gado leiteiro que exige a aquisição de matrizes e infra-estrutura. Era pior na época das parcelas, segundo as mulheres, porque não dava para esperar para comprar os animais a cada ano. Pelo que pudemos verificar em campo, a maioria dos projetos sai para a produção de gado leiteiro e subprodutos do leite ou para fruticultura ou cultivo e processamento mínimo de plantas medicinais.

Algumas vezes a falta de acesso se dá pela pouca informação disponível sobre o crédito ou ainda pelo fato do marido não querer que ela acesse, já que é um dinheiro que teoricamente ela aplicará no lote de forma autônoma. No trabalho de campo pudemos perceber que na maioria dos casos o crédito é acessado, mas o homem é quem decide onde o dinheiro será aplicado. Outras vezes, como no caso do Pronaf Mulher, o acesso pode ser restrito por conta de endividamentos anteriores dos maridos. A diferença na percepção dos assentados sobre o valor recebido nas duas modalidades não deixa de refletir as relações de gênero, uma vez que os Primeiros Fomentos, como crédito direcionado mais ao público masculino, foi mais acessado e obteve mais recursos do

que o Apoio Mulher. Neste sentido, o próprio nome do crédito acaba denominando a atividade feminina como um apoio.

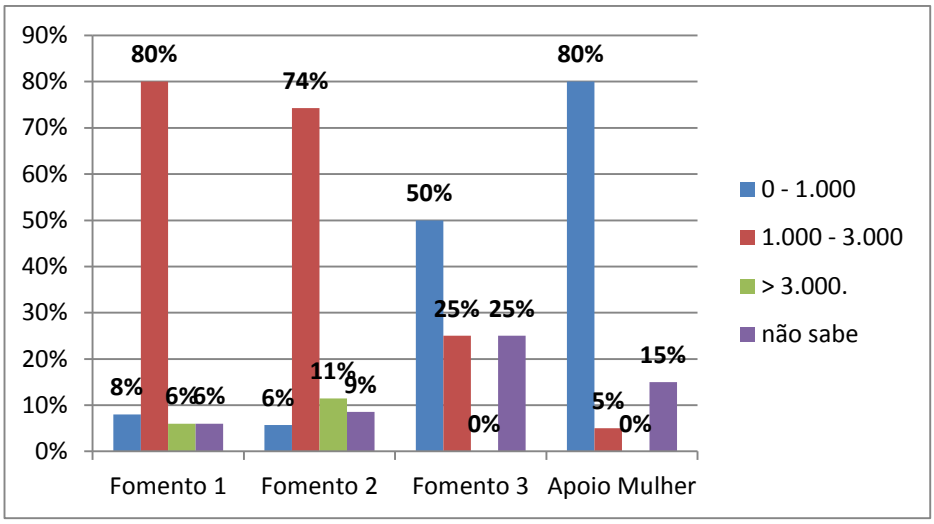


Gráfico 08 – Valor acessado

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Em alguns assentamentos mais antigos houve muita demora para essa nova modalidade de crédito chegar, como no caso do Bela Vista do Chibarro. Enquanto os Primeiros Fomentos foram executados nos primeiros anos da instalação do escritório regional do INCRA em Araraquara, o Apoio Mulher está até hoje para sair. Durante os anos de 2013 e 2014 houve movimentação de grupos de mulheres que foram avisadas pela assistência técnica de que o crédito seria liberado.

Conforme depoimento de Silvani Silva[112], em 2013 iniciaram-se os trabalhos para formação dos grupos interessados em receber o crédito Apoio Mulher, os técnicos da IBS organizaram uma reunião no dia 25 de janeiro, com ajuda do grupo Pé Vermelho na divulgação. 40 mulheres assentadas participaram da reunião, sendo que algumas representavam grupos maiores, conforme mencionado a seguir. Estiveram presentes também o vereador Édio Lopes e um representante da Secretaria de Agricultura de Araraquara. As mulheres se subdividiram em seis grupos de interesse, segundo a descrição da pesquisadora:

[112] Silvani é filha de assentado e pesquisadora do Nupedor. É uma das lideranças do grupo de jovens Pé Vermelho, grupo ativo nas questões políticas, produtivas e culturais da comunidade.

Grupo da Horta

Constituído por famílias que já atuam neste ramo. Neste grupo é importante observar que poucas mulheres de fato trabalham com horta, todavia seus maridos são grandes produtores de hortaliças, então o crédito será aproveita na produção já existente. O grupo é composto por 14 mulheres.

Grupo da Fruta

Esse grupo é formado por mulheres que querem fornecer para os programas governamentais como PAA e PNAE mas não possuem água para produzir hortaliças. Também nota-se intervenção dos maridos em suas escolhas. A participação do agrônomo da prefeitura foi importante para direcionar quais são as frutas que a prefeitura tem demanda de compra. O grupo é formado por 23 mulheres.

Grupo da Novilha

Esse grupo traduz bem a organização familiar no que tange à questão de gênero, pois as mulheres que participam deste grupo estão buscando ampliar a quantidade de animais, mas também são os maridos que comandam a produção. Mas nesse caso elas esperam ser beneficiadas com recursos do trabalho do beneficiamento do leite. O grupo é formado po 30 mulheres.

Grupo de Granja

Aparentemente é o grupo de maior autonomia feminina. Claro que esta autonomia consiste apenas nos cuidados com este tipo de criação, pois no que refere à construção da granja nota-se a participação efetiva dos maridos inclusive para ditar o que comprar e onde comprar.

Costura e Artesanato

Este grupo é formado por apenas 6 mulheres que já trabalham nesta profissão, não tem interferência dos maridos pois elas já trabalham como costureira, artesã e cabeleleira.

Grupo da Panificação

O grupo da panificação é formado por cinco mulheres que têm o desejo de criar uma padaria comunitária no assentamento. Das cinco mulheres, três já participaram de cursos de panificação e uma delas já vende pães na comunidade. Tambem nesse grupo há uma senhora que vai utilizar o crédito para comprar equipamentos para sua lanchonete, pois ela já trabalha com a venda de hamburguers na agrovila.

(Diário de campo de Silvani Silva, pesquisadora do Nupedor, em 11/03/2013. Adaptado pelo autor).

Nota-se que o controle masculino sobre os recursos era grande já na definição dos grupos. Foram eleitas duas representantes para cada grupo, que ficaram responsáveis por abrir uma conta-corrente quando o recurso estivesse disponível. Os técnicos do IBS disseram que elas não teriam acesso direto ao dinheiro, porque depois de elaborados os projetos serão feitas licitações e só depois as representantes iriam

transferir o dinheiro direto para os fornecedores, não tendo qualquer contato com o dinheiro. Cada assentada assinaria um contrato no valor de R$ 3.000,00 com carência de três anos e vinte anos para pagar, então cada assentada ficaria responsável pelo pagamento do seu crédito.

Entretanto, apesar do superintendente declarar que já havia um orçamento empenhado para a execução dos projetos, os recursos não foram liberados. Sem saber as razões, algumas famílias realizaram investimentos, como no caso da família do sr. João Branco, que começou a construir uma barracão para frango caipira em função do Apoio Mulher.

5.4 Mudanças possíveis de papéis por meio do poder local

Nesta seção, passo a descrever um estudo de caso acompanhado desde 2006, no intuito de aprofundar a análise e mostrar outro caminho para a ação pública com recorte de gênero. Em outro assentamento da região central do Estado, o Monte Alegre, acompanhei a formação de grupos produtivos que disputaram os recursos do programa de Orçamento Participativo no município de Araraquara, em temáticas específicas para as mulheres. A criação de dois grupos de mulheres que lutam por alternativas de trabalho e renda através da agroindustrialização de seus produtos, ilustra a luta por autonomia das mulheres. Elas vêm criando alternativas que lhes retornem financeiramente, buscando sua emancipação, dentro dessa lógica em que predomina o nexo monetário.

As mulheres do núcleo VI do assentamento Monte Alegre já tinham uma organização informal para a produção de pães, baseada nos seus laços de amizade e vizinhança. A grande participação delas nos programas municipais foi decisiva para que houvesse, nesse momento, uma prioridade em se constituir nesse núcleo uma associação de moradores, que terá como um de seus principais objetivos a produção de pães e bolos como forma de gerar trabalho e renda às "mulheres do pão".

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos desse grupo de mulheres em relação ao modo como eram e são produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do núcleo VI utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. A comercialização era feita no interior do próprio assentamento e, esporadicamente, nas feiras em cidades próximas. Tratava-se de uma produção artesanal e de uma organização informal, baseada em seus laços de

sociabilidade, com pouca expressividade no tocante à geração de renda do grupo, mas importante no âmbito da segurança alimentar.

A partir de 2002, com a reforma da escola e a implantação de uma cozinha mais bem equipada em seu interior, a produção de pães ganha novas perspectivas, somadas ao recém-criado programa Direto do Campo, do município de Araraquara, que abriu espaço no terminal de integração urbana para a venda direta dos assentados à população urbana, de segunda a sábado. Dois dias da semana ficaram exclusivos para a exposição e vendas dos produtos das mulheres. Nesse programa, a prefeitura apoiou a comercialização da produção fornecendo transporte e bancas para exposição num espaço municipal de grande circulação de pessoas. Em outro espaço, dentro do mesmo programa municipal, a venda começou a ser feita também aos sábados, numa feira na região central da cidade. As mulheres do pão passaram a contar com melhores espaços para a produção e para venda que possibilitaram, senão aumentar substancialmente a renda das mulheres ou maior agregação de valor, inclui-las socialmente ao município.

A atuação das mulheres do assentamento em âmbito municipal, nesse mesmo período, se deu ainda em outra frente. Elas começaram a participar massivamente dos fóruns do Orçamento Participativo, discutindo prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, também em 2002, a prioridade sugerida por esse grupo foi a aquisição de equipamentos e a construção de uma padaria industrial no núcleo VI. Essa proposta entrou em disputa com outra de outro grupo de mulheres, do núcleo III do mesmo assentamento, que por sua vez reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da "disputa"[113], embora a prioridade da cozinha tenha sobressaido, as duas iniciativas foram contempladas nesse mesmo ano como se fossem um único projeto. No entanto, apenas em 2008 seus orçamentos foram executados[114].

[113] Conforme depoimento de uma das integrantes da padaria (núcleo VI), em uma reunião interna de assentados em torno da liberação dos recursos para a execução das agroindústrias, ela chegou a receber ameaças e um chute na canela de um assentado do núcleo III, o Pinguim, liderança que estava lutando para que o investimento do OP fosse para o seu núcleo e não para o outro. Segundo ela, o assentado não é marido ou familiar das mulheres que queriam a cozinha no núcleo III. Ele acusou as mulheres do VI de serem incapazes de implementar uma padaria. Isso aconteceu muito em função da demora na execução dos projetos e do risco de se priorizar um ou outro investimento, por parte da prefeitura.

[114] Segundo a coordenadora da Economia Solidária à época, Camila Capacle, algumas prioridades de geração de trabalho e renda do Orçamento Participativo, entre elas a do Monte Alegre III e VI, que estavam atrasadas desde 2002, passaram à nova pasta para serem solucionadas e para que fossem contempladas conforme aprovado no O.P. Em entrevista, ela nos lembrou que de 2002 a 2008 as mulheres tiveram que perseverar trabalhando na escola e no barracão comunitário, de forma precária, sendo que a maioria das mulheres do núcleo III desistiram da cozinha, passando a trabalhar de forma individualizada ou indo buscar trabalho fora do assentamento (além do caso de uma mulher cuja família teve que ir

Da execução da obra ao funcionamento da cozinha e da padaria, vale lembrar, a organização das assentadas contou ainda com o apoio da prefeitura de Araraquara, através da Coordenação de Economia Solidária, como também com apoio do Itesp e de grupos de pesquisa universitários. Enquanto essa Coordenação atuou na mediação das verbas que garantiram às assentadas o cumprimento de suas demandas, a fim de que as atividades corressem normalmente, junto com um grupo de extensão universitária foi feito auxílio para elaboração dos estatutos das associações e cursos de capacitação[115].

As mulheres da padaria constituíram-se em associação exclusivamente de mulheres, trabalhando em seus respectivo espaço produtivo, que foi construído e equipado com verbas públicas municipais, contando também com a parceria de outras instituições (Fundação Itesp, Uniara, Unesp, UFSCar, dentre outras)[116]. Nessa época, a associação da padaria tinha doze mulheres, das quais quatro participam ativamente da produção, enquanto as demais eram colaboradoras.

Já o grupo da cozinha não era formalizado como associação e nem chegou a ser. Foi sempre ligado às organizações comandadas por homens, primeiro ao Conselho de Desenvolvimento Rural daquele núcleo e, entre idas e vindas das lideranças femininas deste grupo, atualmente elas estão ligadas à associação do núcleo III. Apenas duas mulheres persistiram trabalhando mais ativamente nesse espaço produtivo no período da pesquisa.

No âmbito do assentamento Monte Alegre, esse tipo de iniciativa está representando uma inovação na forma de gerir o território, uma vez que as mulheres propõem produzir em seus lotes as matérias-prima para sua própria agroindustrialização ou comprá-las de vizinhas(os), num trabalho capaz de integrar a produção agrícola, o processamento e a venda, feito pelas mulheres, em parceria com agentes regionais e permeado por relações de vizinhança e de amizade – reforçando importantes laços comunitários –, mas também por rupturas.

Vale ressaltar nesses dois casos que as produções são inspiradas por receitas que as mulheres possuem desde antepassados distantes, oriundas de uma tradição de servir às famílias e que agora passa a ser um meio de gerar trabalho e renda às mulheres rurais. Com os espaços de agroindustrialização, elas contam com equipamentos de alta

---

embora do assentamento por motivo de doença).

[115] Trabalhos desenvolvidos dentro dos projetos: Costa, 2008; Ferrante, 2009.

[116] Alguns equipamentos que as mulheres solicitaram e ganharam por meio do Orçamento Participativo de Araraquara são: liquidificador industrial, fogão e forno industrial, batedeira industrial, mesa de inox, seladora para os doces em pedaço, freezer, geladeira, cilindro, balança trifásica, batedor de massa, estufa para pães, panelas e formas especiais, dentre outros.

tecnologia e possivelmente atingem um público grande nos mercados urbanos. Equipamentos de última geração para a fabricação desses produtos são usados para fazer as receitas de "bolo de fubá da vovó", assim como elas mesmas definem.

Conforme apuramos nas primeiras pesquisas no grupo da padaria AMA, o papel das mulheres no lote e em casa não havia mudado tanto, mesmo com a nova ocupação na padaria elas continuaram tendo tempo para o trabalho doméstico, para "ajudar" o marido na roça e para outras atividades, como aquelas ligadas aos grupos religiosos de que fazem parte. Uma das mais importantes lideranças do grupo da padaria afirmou que além de suas novas responsabilidades na padaria e de resolver e mobilizar as mulheres em torno de todos os assuntos da associação, ela continuava firme com seu marido na produção agrícola do lote. Mesmo com toda sua rotina de liderança na padaria, na comercialização dos produtos em feiras na cidade e de participar ativamente de atividades em sua igreja, ela encontrava tempo para exercer seus serviços domésticos e produtivos no lote.

5.5 O grupo da padaria AMA: experiência de sucesso nos assentamentos de Araraquara

Em visita no dia 06 de julho de 2010, chegamos à padaria e a dona Zilda veio nos receber. Estavam ela e a dona Nice trabalhando no turno da manhã. No turno da tarde, trabalhariam a Elizete e a Maria José. A Jiseli estava de férias, e a dona Zilda contou que ela estava em casa, com os netos que não moram no assentamento. Elas estavam preparando, assando e embalando os pães, por isso, às vezes a Zilda entrava e ia ajudar a olhar o forno e tirar os pães. Ficamos conversando por aproximadamente 30 minutos e a Nice não apareceu em nenhum momento. Havíamos acabado de fazer as primeiras etiquetas de comercialização dos produtos e estávamos acompanhados por uma pesquisadora, Luciane de Gaspari, que iria realizar um curso sobre a contabilidade para a associação.

Falamos sobre o curso e que nossa intenção era realizar um exercício de organizar os dados do livro-caixa delas. A idéia era trabalhar no curso com os dados da movimentação financeira desde o começo do ano da padaria. Assim, pediram para que voltássemos à tarde para conversar com a Elizete. Disseram que ela é a tesoureira da associação e ajudaria a decidir se isso seria possível ou não.

Ao voltar à tarde, demos de cara com a Nice sentada na entrada da padaria com o Carlão (técnico do Itesp), eles estavam preenchendo um formulário de DAP. Lá

dentro estavam donas Elizete e Maria José, que vieram logo nos receber com abraços e beijos. Não conseguimos conversar sobre o livro-caixa com elas, pois ficaram constrangidas com a presença da Nice. Só depois que ela foi embora, se despedindo de longe, voltamos a falar sobre o curso. Percebemos que elas ficaram contentes com o curso, mas que o motivo do constrangimento era pelo fato de emprestar o livro-caixa, sendo que no curso haveria outras mulheres de fora da padaria. Sugeriram que fizéssemos na escola.

Sobre os dados do livro-caixa, a Elizete disse que por ela (e a Maria José) já tínhamos ido até a escola para tirar cópia, mas parece que a Nice não está querendo emprestar. Elas se referiam à Nice como uma pessoa centralizadora, mas que não era para a gente ligar para isso. Elas falaram que é bom pra elas, pois com esse temperamento da Nice, o grupo já tinha conseguido muita coisa. A Luciane disse que não tinha problema, pois podíamos fazer o curso a partir de outros exemplos que servissem para elas organizarem os dados.

Pouco tempo depois, em novas visitas, soubemos que a Nice havia deixado a padaria. Segundo as assentadas, seu filho mais novo tinha voltado a ser internado em uma clínica para dependentes de drogas e ela estava muito mal. Dessa forma, a Jiseli assumiu maior liderança e esteve à frente das principais mudanças na gestão da associação desde então.

Entretanto, não foi à toa que a Jiseli passou a ser uma liderança na padaria. Falarei rapidamente sobre porque ela é reconhecidamente uma grande trabalhadora rural. Seu lote é bem produtivo, principalmente na parte de produção de leite e horta. São atividades nas quais ela e o marido trabalham juntos – no lote mora apenas o casal, mas filhos e netos estão sempre por lá. Ela faz queijos e também produz nata, um ingrediente especial que ela leva para a padaria para fazer algumas receitas, como o biscoito de nata. Fora isso, disse que ainda chega a levar 4 litros de leite por dia de seu lote para a padaria. Seus méritos como agricultora foram reconhecidos até na AGRIFAM, no ano de 2013 ela ganhou o prêmio na categoria "Mulher Agricultora" e exibiu orgulhosa o certificado. Ela nasceu na região de Feira de Santana/BA, em uma cidade chamada Irecê/BA e disse que, desde sempre, trabalhou no plantio de milho, abóbora, feijão catador, batata doce, mamona e fumo.

Em uma visita ao lote da Jiseli, contou que naquele dia tinha acordado cedo e tirado leite das vacas, depois foi à Matão buscar seu neto de 2 anos e voltou para casa para fazer o almoço. Ela precisava ajudar sua filha ficando com o neto. Após o almoço,

o neto ficou com o avô no lote e ela foi trabalhar na padaria. Durante o turno da tarde ela fez as vendas no balcão e a faxina na padaria. Nos encontramos lá e seguimos com ela para o lote. Ela disse que à noite ainda iria fazer queijo em casa. Neste dia, ela também mencionou que um de seus filhos é piloto de teste da Nissan, ele mora em São Paulo.

Vale mencionar que a Jiseli entregava parte da produção do seu lote no PAA. Ela quis nos dizer de sua felicidade, pois naquele dia tinha acabado de sair sua DAP. Antes, ela e o marido não tinham DAP e acabavam vendendo junto com outras famílias. Ela se referia à produção do lote dela, porque a produção da padaria não entra no PAA. Segundo ela, isso se reflete na falta de vontade política do prefeito, para que a produção de pães e bolos entre pelo menos na merenda da escola do assentamento, que é vizinha de cerca da padaria. Mas, também, falta uma DAP jurídica para a associação, para que seja possível sua inserção em programas como o PAA.

Algum tempo após a mudança na liderança da padaria, em uma visita no dia 30 de outubro de 2012, ao chegarmos lá na parte da manhã, encontramos apenas a Jiseli trabalhando intensamente na produção. Ela dividiria o turno com a Maria José, porém esta não pôde ir à padaria naquele dia. Após o turno da manhã, entrou a Sueli, nova integrante do grupo. No período de transição entre os turnos, conseguimos conversar com as duas – cada turno dura 6 horas – e nos inteirar das novidades do grupo. Quando a Sueli chegou, a primeira coisa que falou: "Sozinha! Porque fez tudo isso?" Ela se espantou com a quantidade da produção que a Jiseli havia preparado durante a manhã, a mesa estava repleta de pães e bolos diversos e ainda uma fornalha de fatia húngara assando[117].

O primeiro assunto que surgiu foi o novo pedido de etiquetas. Elas estavam precisando de mais etiquetas dos produtos que vendem mais, como o pão caseiro e a fatia húngara. Ela aproveitou e perguntou sobre a viabilidade de fazermos análise dos novos produtos da padaria. Na verdade, em 2010 quando fizemos as etiquetas, havia apenas 10 produtos que eram feitos com regularidade. Agora, segundo ela, são

[117] Além disso, era a primeira vez que ela estava usando mini-formas (de papel) para fazer um bolo de laranja tipo *cup cake*. A receita é a mesma do bolo de laranja normal, porém o formato é outro, o que muda muito a apresentação do produto. O César e eu fomos seus cobaias, os primeiros a comer um bolo tipo *cup cake* na padaria do assentamento. Era uma tentativa da Jiseli, que pretendia viabilizar a comercialização do bolo para consumo imediato, como se come um salgado na padaria. Porém, não vimos esse tipo de bolo ser produzido posteriormente.

aproximadamente 35 produtos[118]. Então, ela disse que seria fundamental fazermos as análises nutricionais e as etiquetas, pelo menos dos produtos novos que já são feitos todos os dias.

Alguns desses produtos são: broinha de fubá, bolo de laranja, bolo de banana, bolo de milho verde, pão de queijo e os saquinhos de amendoim doce e salgado. Outros que estão sendo feitos com frequência são os mini-pães (salgados, doces e de sabores variados, como os de goiabada e de calabresa), pois podem ser comercializados em saquinhos. Outros produtos são feitos sob encomenda, mas também com frequência: bolo de mandioca e bolo de fubá cremoso, pois são usados ingredientes que estragam mais rápido.

Tanto as formas de comercialização quanto as quantidades comercializadas vêm aumentando. Jiseli disse que cresceram muito as vendas na padaria e no terminal urbano de Araraquara. Em Bueno de Andrada, elas estão comercializando os pães aos domingos, em um espaço permanente de comercialização no interior da antiga estação de trem do distrito. Este espaço está sendo em conjunto para elas, as mulheres do doce (que posteriormente deixaram de participar), o produtor da Cachaça do Horto sr. Edson e a dona Márcia, dos licores, além de um artesão morador do distrito. Pois, a criação do espaço está ligada ao curso de Turismo Rural promovido pelo SENAR-SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e pela Fundação ITESP como uma forma de dar visibilidade aos produtos do assentamento – que será retomado à frente. Além do espaço novo, elas estão servindo coffee-breaks em diferentes eventos. Por exemplo: nos simpósios e eventos na UNIARA, na Câmara dos Vereadores e em um salão do exército em Araraquara, no "Gaia" (festival cultural promovido pela Unesp/Araraquara), Festival Contato (festival da Economia Solidária, em São Carlos), Feira de orgânicos no parque da Água Branca (por meio da Fundação ITESP, em São Paulo).

Além desses aspectos de diversificação da linha de produtos e dos meios de comercialização, pudemos notar que outras questões também foram dinamizadas no último período, tanto interna quanto externamente à padaria. Atualmente são 10 associadas, mas recentemente este número estava em 15. Houve um caso que a mulher foi embora do assentamento. Outra não pagava a mensalidade há mais de um ano.

[118] Pães: caseiro; soja em grãos picados; pão de mandioca; pão de cenoura; pão doce (tipo pão de forma e no formato de rosca trançada); fatia húngara. Bolos: fubá; fubá cremoso; mandioca; milho verde; laranja; maracujá; banana; maça; chocolate; cenoura; coco; limão; abacaxi. Biscoitos e outros: sequilho; biscoito de maisena; biscoito de nata; nata com goiabada; biscoito de gengibre; amendoim doce, torradinha temperada; dentre outros.

Houve as que não viam perspectivas em permanecer na associação ou começaram a achar que aquilo não era para elas. Uma delas estava associada para tentar algum outro projeto pela associação, mas acabou mudando para a cooperativa no núcleo IV, para trabalhar com horta para o PAA e PPAIS (conforme ela mencionou, a cooperativa do Sr. Saraiva, que trabalha com horta convencional e hidropônica no núcleo IV). Ela disse que foi o caso da dona Tânia, cujo marido entrou para essa cooperativa e ela saiu da associação. Cada uma daquelas que continuam associadas contribui com uma mensalidade de R$ 15,00.

Apenas 4 mulheres trabalham efetivamente na padaria (Jiseli, Maria José, Elizete e Sueli) e há uma que trabalha diariamente com as vendas no terminal de Araraquara, que se chama Fernanda e se mudou há pouco para o assentamento, pois se casou com o filho de um assentado. Ela começou trabalhando em troca de comissões sobre as vendas no terminal, mas acabou sendo incorporada na associação na parte de contabilidade que, na opinião das demais, ficou muito mais organizada após a entrada da Fernanda. Ela nos disse que já trabalhou em empresas de RH quando morava em Matão, mas acha muito melhor agora, pois tem um esquema de trabalho no qual chega em casa às 14hs e vive bem mais tranquila no assentamento do que na cidade.

Por outro lado, foram três rápidas mudanças na composição da equipe que trabalha na parte de produção da padaria. A Zilda, uma das pioneiras, teve que sair por questões de saúde do seu marido – soubemos que ele bebia muito e tinha outros problemas de saúde, acabou falecendo em novembro de 2013. Em seu lugar entrou a Marlene, que logo saiu por que foi chamada para trabalhar como faxineira da escola, através de contrato com a empresa terceirizada Gocil. Logo em seguida entrou a Regina, uma assentada que é sozinha com dois filhos adolescentes. Ela estava desesperadamente à procura de trabalho, já era conhecia das mulheres da padaria e acabou sendo a escolhida para entrar no lugar da Zilda. Ela ficou pouco tempo também, pois logo foi chamada pela Viação Paraty para o cargo de monitora do ônibus escolar do assentamento. Ela disse que adora trabalhar na padaria, mas que o trabalho na Paraty é melhor para ela pela jornada de trabalho e por ter folga nos finais de semana, assim pode cuidar dos filhos, da casa e do lote[119]. Na ocasião de nosso encontro na padaria combinamos de visitá-la em sua casa na próxima semana. A assentada relatou que quando trabalhava na padaria, a horta em seu lote ficou "abandonada", pois ela não

[119] A Regina apareceu na padaria durante nossa visita, por isso pudemos conversar mais com ela. Ela tinha ido comprar R$ 1,00 em balas, para dar às crianças no ônibus da escola para as casas.

tinha tempo para cuidar melhor das produções do lote e de seus filhos. Agora, no novo emprego e com as folgas entre os turnos escolares, ela retomou a horta e está se dedicando mais ao lote e ao trabalho de dona de casa.

Com a saída de Regina, foi chamada a Sueli, uma mulher que cuida da mãe de 79 anos. Segundo as assentadas, a mãe está em ótimo estado de saúde, apesar das "escapadas de marcha" que vem dando, por exemplo, esquecendo acessos os fogões a lenha e a gás. Ela estava fazendo faxina em Matão, portanto o trabalho na padaria foi muito bem vindo, assim não precisa deixar o assentamento por muito tempo. Antes de trabalhar fazendo faxina, ela disse que já trabalhou muito na roça e trabalhou em hospital também. Perguntamos se ela tinha experiência com a fabricação de pães em casa, ela afirmou que é de origem italiana e alemã, portanto não tem jeito de não possuir essa experiência em casa. Inclusive, a receita do bolo de laranja acima mencionado foi trazida por esta assentada, o que de certa forma mostra as mudanças na produção advindas da dinâmica da associação e da inserção de novas integrantes.

Outro aspecto que chamou atenção com relação à nova integrante do grupo foi sobre sua origem. Ela está tentando se aposentar como trabalhadora na lavoura e, há alguns dias, viajou para um vilarejo no interior do Paraná, onde viveu boa parte de sua infância e adolescência. Ela foi à procura de pessoas que pudessem assinar como testemunhas de que desde muito nova já trabalhava na roça. A assentada falou emocionada sobre esta visita, já fazia mais de 30 anos que ela não ia lá. Comentou sobre as comadres que reencontrou e relatou se sentir chateada, pois quando ela vivia neste vilarejo de agricultores familiares, ele era movimentado, cheio de gente e as relações eram intensas. Nessa sua visita ela pôde constatar que muitos agricultores venderam seus sítios para os grandes produtores que já vinham adquirindo mais terras na região e, apesar do vilarejo ainda possuir traços do modo de vida comunitária típica da agricultura familiar – como os costumes, por possuir a igreja característica no centro do vilarejo – ela perdeu o "encanto" por conta de seu esvaziamento e pela dominação dos grandes produtores de soja na região.

A pergunta sobre a experiência anterior no fabrico de pães e bolos surgiu em um momento da conversa em que a Jiseli falava que nesses episódios de troca de integrantes, houve uma divergência com a Maria José. Na verdade, a Maria ficou chateada porque queria que suas filhas entrassem para trabalhar na padaria, Débora e Néia. A Débora andou vindo com a Maria em alguns coffe-breaks na Uniara. Mas a Jiseli falou que acha que as meninas não têm responsabilidade para trabalhar lá. Não é

por que elas são mais novas – pois de fato não são tão novas assim –, porém ela acredita que elas não gostam de acordar cedo e isso é fundamental para a Jiseli, quando afirma que: "a rotina aqui é louca". Aproveitei para perguntar também se havia um critério para escolher as novas integrantes ou como funcionava essa verdadeira fila de espera de mulheres que gostariam de entrar para trabalhar na padaria. Ela disse que se observa se são mulheres já (re)conhecidas e se possuem o perfil para trabalhar com panificação.

Vale destacar ainda dois aspectos importantes vistos como internos desta forma associativa. Uma, que a Elizete está de férias, ou seja, elas conseguem pagar o salário da Elizete mesmo em período de férias, sem trazer outra para seu lugar, de modo que as três que não estão de férias trabalham mais para cobrir a ausência de uma delas. A Elizete tem um filho que trabalha na Embraer que casou no último fim de semana, outro filho seu que mora em Curitiba veio ao casamento, então ela tirou férias para poder ajudar e curtir esse momento com a família.

Outra, que a Jiseli está fazendo a quase um ano diversos cursos para se aprimorar na parte administrativa. É um curso em administração, computação e recursos humanos, pelo Sebrac, toda quarta-feira em Araraquara. A associação paga R$ 90,00 por mês para ela fazer os cursos. Trata-se de um dinheiro que seria pago para o escritório que cuida dos papéis da associação, mas que a Jiseli acaba assumindo. Esta preocupação com a parte administrativa chama a atenção, pois é um dos principais gargalos da associação. No momento da visita foi possível observar tal dificuldade: a nova integrante da padaria, a Sueli, atendeu um cliente que pediu um guaraná que custava R$3,50, o cliente deu uma nota de R$5,00 para pagar o guaraná e foi nítida a dificuldade da Sueli em saber qual o valor do troco. Ela ficou por um tempo fazendo a conta na cabeça e depois confirmou com a Jiseli se o troco era de R$1,50. Fora isso, como já havíamos notado em outras visitas, as demais também têm dificuldades para fazer os cálculos e o caderno em que elas anotam a movimentação das vendas no local é muito desorganizado. A Jiseli nos disse que os cursos não estão ajudando tanto, primeiro porque é pouco tempo (apenas uma hora e uma vez por semana) e porque ela também sente dificuldades nesta área. Porém disse: "Nesse ponto que a Fernanda está ajudando muito aqui".

Externamente à padaria também foi possível observar mudanças. Podemos reafirmar que essas mulheres estão desde o início da padaria recriando suas relações com vários agentes sociais para manter e ampliar o ritmo de produção. Atualmente, observa-se uma atuação mais ativa da Fundação ITESP no sentido de levar a produção

delas para eventos como a feira orgânica do Parque da Água Branca, em São Paulo, as feiras anuais da AGRIFAM e na articulação dos cursos sobre Turismo Rural, do SENAR, e panificação, do Fundo Social do estado de São Paulo. No curso de turismo, trata-se do segundo módulo de um curso que agrega outros grupos do assentamento numa proposta de impulsionar o turismo rural. Além das mulheres da AMA, a dona Lourdes dos doces, o Edson da cachaça, a Márcia do licor, um assentado que possui um pesque-pague no assentamento e a família do lote Três Ramos[120]. Há também um artesão do distrito de Bueno que participou da turma. Em decorrência da participação neste curso está ocorrendo um novo espaço de vendas na antiga estação de trem de Bueno de Andrada, como mencionado antes. Quando os módulos eram realizados, eram três dias de curso e elas forneciam o lanche e a Lourdes (dos doces do núcleo III) fornecia o jantar. A intenção era aproveitar o potencial turístico de Bueno de Andrada para promover o assentamento e seus produtos.

Já com o Fundo Social, houve uma articulação para elas fazerem um curso em São Paulo, sobre a produção de pães e bolos, no qual elas receberam um livro de receitas. Foram ao curso a Elizete e a Regina. No final, em uma solenidade foi entregue para cada participante do curso um "kit cozinha", que a Jiseli foi receber da própria Lú Alckmin, composto por: um forno, um liquidificador, oito formas e duas placas (de propaganda). Nota-se que são placas enormes de propaganda que destacam a benfeitoria do Fundo Social e enfatizam a característica artesanal da padaria. Uma delas foi instalada ao lado da placa da prefeitura (governo Edinho Silva, do PT), referente à criação da padaria, em 2008, que acabou "sumindo" perto da outra. Os demais equipamentos não são relevantes, já que elas tinham dois fornos e este ganho agora não está tendo muita serventia no dia-a-dia. O que elas queriam mesmo e sempre reivindicam não veio: uma masseira capaz de bater 25 Kg de massa – na época elas tinham uma masseira com capacidade de bater apenas 6 Kg que não possibilitava aumentarem a produção. Folheamos o livro de receitas e, para nossa surpresa, havia

[120] Trata-se de um lote no qual a família construiu um rancho próprio para receber delegações de cavalgada, jipeiros e praticantes de trilhas (moto e bicicleta), bem como grupos interessados em realizar eventos no assentamento. É o lote Rancho Três Ramos, do senhor João e da dona Teresa. Além de servir almoço típico da roça – pode-se escolher pratos como porco no tacho, boi ou porco no rolete, galinha ao molho – a família coloca cavalos e bois para montaria, faz passeio de charrete, leva as pessoas à cachoeira do assentamento, dentre outras atividades. Ela disse que às vezes há eventos de 1.000 pessoas lá. Realizamos um almoço nesse lote em maio de 2014, com música sertaneja típica, no qual pudemos saborear um almoço feito com coisas produzidas no próprio assentamento. O cardápio: arroz, feijão, farofa de milho, porco caipira no tacho, galinha caipira no molho, couve e quiabo refogados, mandioca cozida, salada de folhas, tomate e cenoura, sobremesa doce de abóbora e mouse de maracujá.

uma receita de pão de maça. Parece lógica a opção das mulheres em não fazer o pão de maça, uma vez que a maioria dos produtos é feita com matérias-primas que podem ser obtidas no próprio assentamento, de preferência nos próprios lotes das mulheres da associação – tal como mandioca, cenoura, banana, laranja, milho verde, ovos, leite, nata etc.

Já com a prefeitura houve uma relação bem conturbada no último período (Governo Marcelo Barbieri, do PMDB, eleito em 2009 e reeleito em 2013). Em visita no mês de julho de 2013, as mulheres queriam reformar a padaria, fazendo a entrada de chão e calçada, instalar um toldo na porta de entrada, ter um sistema de gás canalizado e ampliar a área construída. Disseram que o próprio prefeito já tinha ido lá e sentiu o forte sol que pega no período da tarde. Elas tiveram que mudar a disposição dos freezers de sorvete e outros móveis por conta do sol, mesmo assim os equipamentos ficam expostos ao calor. Quando indagamos por que elas mesmas não fazem algumas obras, disseram que só a prefeitura pode mexer na estrutura, já que se trata de um projeto público e a planta do prédio que foi aprovada não pode ser modificada. Mesmo plantar árvores no entorno para sombreamento seria proibido, por conta da planta original do prédio e por que é uma área coletiva do assentamento cedido a elas. Portanto, as assentadas não podem realizar adaptações para melhorar o espaço conforme suas necessidades e a prefeitura também não mudou ou autorizou nada nesse sentido.

Acontece que, segundo elas, a planta original aprovada pelo programa de Orçamento Participativo não foi concluída, pois já previa obras no entorno como a instalação do toldo e o calçamento. O que elas pedem ao prefeito atual é a finalização da planta original, mas também ampliações e obras de melhoria, como o sistema de gás e a construção de mais um anexo, que se justifica pelo aumento da produção desde o início da padaria. Exemplos disto são as várias receitas novas e a recente aquisição da cobiçada masseira de 25 Kg, que elas adquiriram com recursos próprios.

Em 24 de março de 2014 foi registrado outro episódio da conturbada relação com a prefeitura. Tínhamos acabado de preparar as etiquetas de 13 novos produtos e mais 4 dos antigos, de produtos que já acabaram as etiquetas porque vendem mais. Havia uma urgência para repor as etiquetas, pois a prefeitura vinha alertando que iria retirar o ponto de comercialização no terminal urbano se elas não se adequassem à demanda de inserir o CNPJ, nome, endereço e telefone da associação na etiqueta de comercialização. O prazo era de dois meses para adequação, a contar de fevereiro, porém elas foram surpreendidas na sexta-feira passada, quando agentes da prefeitura

não permitiram sua entrada e a comercialização dos produtos no terminal. Tudo o que foi levado desde então foi estocado e ficou lá estragando. Elas também perderam as vendas dos dias de sábado e domingo, um prejuízo já considerável, segundo Jiseli. O motivo alegado pela prefeitura é que eles estão retirando outra comerciante de dentro do terminal, que serve almoço e lanches numa loja ao lado da qual as assentadas expõem seus pães. A prefeitura prometeu reformar o espaço e deixar só para elas, ou pelo menos garantir que elas voltem. Mas até tudo isso acontecer, as mulheres tentavam negociar a volta da comercialização em um espaço menor, em frente ao local delas, pois uma reforma da prefeitura costuma demorar. E de fato elas conseguiram, quase duas semanas depois, voltar a vender os pães após negociar um pequeno espaço em uma loja de artesanato, usando apenas uma mesa, uma cadeira e uma prateleira.

Para piorar, essas coisas estavam acontecendo em um período no qual elas foram assaltadas. Em 4/12/2013, o Sr. Diocrécio, marido da dona Maria José, estava lá esperando ela sair e conversou sobre isso conosco. Ele disse que recentemente houve um período que a prefeitura retirou o segurança que ficava no período noturno na escola. Foi quando ocorreram tanto o roubo a elas como na própria escola. Disse que levaram todos os computadores. Dentre os itens roubados, levaram a balança eletrônica com impressora, que era um dos equipamentos mais caros da padaria.

Por fim, a Jiseli expôs a outra razão da urgência para fazer os novos rótulos. Estavam acontecendo algumas brigas internas sobre quais rumos a padaria e a associação deveriam tomar. A Jiseli disse que estava tentando ampliar a atuação da AMA para supermercados, correndo atrás de registrar a padaria no Sindicato dos Panificadores para obter o código de barras. A intenção é entregar pães em supermercados da região, sobretudo em Matão. Por outro lado, há a necessidade de abrir uma microempresa (LTDA ou ME) em nome de alguém que não tenha vinculação do CPF com outro tipo de nota, como a nota de produtor. Neste caso, apenas a Fernanda poderia, pois ela é nora de assentado e não tem seu CPF vinculado a nenhum lote. No caso de abrir a empresa, o CNPJ dela é que iria constar na etiqueta e na nota.

Enquanto outras integrantes do grupo ficaram mais inseguras de que a abertura de uma microempresa aumentasse a carga tributária ou isso de alguma maneira inviabilizasse a padaria, por outro lado, havia desconfianças para se abrir uma empresa ao invés da associação, que tinha dado certo até agora. A Jiseli disse que com a empresa poderão entrar em novos mercados, aumentar a produção e a renda, talvez até empregar mais gente. E ela acha que no estágio atual elas já conseguiriam ampliar a produção,

pelo menos para colocar 3 dos principais produtos delas em supermercados – ela mencionou os pães de soja e cenoura e bolo de fubá. Além disso, achava que assim poderia recolocar a dona Regina no grupo, para ela fazer o trabalho de demonstração dos produtos nos mercados em Matão. Essa idéia surgiu dos próprios clientes de Matão que vão ao assentamento e conhecem os produtos delas: eles indicavam a elas levarem os pães para serem comercializados nos supermercados de lá. Há inclusive uma hipótese de que o mercado consumidor de Matão mostra-se mais disposto aos produtos dos assentados. Talvez um mercado mais aberto ao produto caipira, artesanal, pois é do gosto dos consumidores daquele mercado, que acaba deixando as portas mais abertas à sua entrada[121].

Outro divisor de opiniões sobre a ampliação do mercado delas é o fato de que o grupo é atualmente dividido entre duas integrantes que estão desde o começo na associação e três que entraram depois. Das três que entraram depois, duas são consideradas de "mentalidade mais empreendedora". Jiseli exemplificou isso com sua própria entrada na padaria, quando se usava 150 kg de farinha por mês e, atualmente, elas trabalham com 350 Kg/mês. Segundo ela, as mulheres agora retiram R$ 800,00 cada uma por mês, além de benefícios como férias e retiradas para autoconsumo, mas ainda acha que dá pra melhorar adentrando novos mercados. A Fernanda é a outra considerada com um possui perfil mais empreendedor no grupo. Assim, há um claro conflito na concepção do futuro da organização delas: ao passo que umas estão mais acomodadas com o que já construíram – no sentido de preferirem ter segurança quanto ao que fazem – a Jiseli está querendo ampliar por razões econômicas e também para sair da dependência da comercialização com a prefeitura de Araraquara, para adentrar o mercado de Matão.

Segundo ela, tudo isso não implica abandonar as vendas no terminal nem fechar a associação. Ela inclusive falou que permaneceria em Araraquara o quanto pudesse, uma vez que lá foi o primeiro local que elas comercializaram e que ela nunca abandonaria. Disse que na semana seguinte haveria uma reunião decisiva desses rumos e afirmou que se o grupo decidisse não criar a empresa para ampliar as possibilidades de

[121] É o caso do SIM (Selo de Inspeção Municipal), que os produtores precisam para legalizar a comercialização de itens, sobretudo de origem animal nos municípios. Os assentados dizem que em Araraquara é impossível obter o SIM para comercializar ovos. Já o município de Matão concedeu o SIM a um granjeiro assentado que produz mais de 5 mil ovos por dia e comercializa toda a produção nos supermercados de lá. Mas esse é um ponto que merece ainda ser aprofundado.

comercialização, provavelmente ela sairia da padaria. A decisão das mulheres, no entanto, foi pela criação da microempresa.

As últimas novidades desse grupo de mulheres que vem dando certo são decorrentes de seu reconhecido trabalho. No ano de 2014, o grupo foi agraciado com o prêmio Consulado da Mulher, da empresa Consul, o qual se constitui de uma parcela em dinheiro de R$ 5 mil, um freezer e cursos de capacitação para o aperfeiçoamento da produção[122]. Trata-se de uma premiação nacional, que as mulheres do Monte Alegre ficaram em primeiro lugar. Também no ano de 2014, elas participaram da AGRIFAM na condição de padaria oficial do evento. Ou seja, foi financiada uma estrutura para a produção de pães na feira que ficou sob responsabilidade das mulheres da AMA. Obviamente, elas ocuparam uma posição de destaque nessa importante feira da agricultura familiar.

5.6 Dona Regina: uma assentada separada e suas perspectivas de trabalho no assentamento

Tínhamos combinado de ir ao lote da dona Regina depois da última visita à padaria. Ela estava participando do grupo que trabalha na padaria, mas quis sair para assumir uma vaga como monitora do ônibus escolar da escola do assentamento. Nossa conversa foi mais sobre sua história de vida e trajetória de trabalho, sobretudo a partir de quando chegou ao assentamento. Dela pudemos identificar a diversidade de situações das famílias em distintos períodos no assentamento.

Ela participou da ocupação das terras do núcleo VI do Monte Alegre, está na fazenda desde 1997. Veio com o marido, seus dois filhos (na época, com 2 e 4 anos) e sua mãe. Antes eles viviam em Sertãozinho, o marido era roupeiro no ginásio da cidade e ela merendeira em uma escola. O casal também trabalhava em usinas, no corte de cana.

Sua mãe era idosa e ficava com a dona Regina porque não tinha outra pessoa para cuidar dela. Em 1999, veio a sofrer um AVC e ficou debilitada. Pouco mais de uma década depois, em 2010, veio a falecer. Contou uma passagem de medo que teve com a mãe doente em casa: ela fez a casa de madeira e um dia de muita tempestade, parte do telhado saiu voando, trovejava e ventava muito forte, ela disse que foi assustador. Disse que as tempestades são muito fortes no assentamento e que já passou muito medo aqui,

[122] Disponível em: <http://consuladodamulher.org.br/conheca-os-vencedores-do-premio-usinas-do-trabalho-2014/>. Acesso em 14 de agosto de 2014.

principalmente porque ficava a maior parte do tempo sozinha para cuidar da mãe e das crianças.

Um ano antes de sua mãe falecer, em 2009, dona Regina se separou do marido e ele quis ir embora do assentamento. O marido não aguentou ficar no lote, segundo ela, porque ele nunca quis vir e não queria ficar no assentamento. Enquanto eles estavam casados e vivendo no assentamento, ele trabalhava fora, continuou em Sertãozinho, no corte da cana e como roupeiro no ginásio de esportes. Quando se separam, ele foi ao Itesp saber dos seus direitos e lá eles disseram que o lote ficaria com ela. Ela disse que sempre foi titular do lote, mas era conjunta. Quando eles se separaram, ele quis ir embora e não teve direito a nada em relação ao lote.

Ela tem ainda uma irmã no núcleo II, que está no assentamento há 25 anos. Sua irmã é viúva, perdeu o marido e ficou com 4 filhos no lote. Um dos filhos, porém, morreu esses dias, como o pai, de infarto, com apenas 50 anos de idade. Com a morte dos dois, a irmã quase vendeu o lote e foi embora, mas a família resolveu ficar. Segundo ela, todo mundo que vendeu se arrepende. Ela mencionou um casal de mais idade que vendeu o lote por aproximadamente R$ 150 mil e comprou uma casa na cidade, para ficar mais perto dos netos e da família. O casal conta que se arrependeu porque seria muito melhor ter ficado no assentamento, principalmente por conta dos netos aproveitarem e, na cidade, está tendo muito mais trabalho no sentido dos seus filhos deixarem os netos para eles cuidarem – ou seja, no assentamento, supostamente seria mais fácil deixar as crianças brincarem no sítio ao invés de ficar dentro de casa na cidade.

Seus filhos estavam com 17 e 20 anos. O mais novo cursava o terceiro ano do ensino médio e o outro cursava com bolsa o curso de Propaganda e Marketing na Unip (Universidade Paulista). Segundo ela, o filho que está na faculdade tem uma bolsa de estudos. Notamos a falta de perspectiva dos filhos ficarem no assentamento. Durante a conversa eles estiveram no quarto, ficam dentro de casa e no computador. Dona Regina contou que eles não têm e não se interessam por atividades agrícolas. O que não deixa de ser uma contradição ao afirmado no parágrafo anterior, sobre a perspectiva do casal de idosos em relação aos netos. Mas mostra justamente a diversidade de situações das famílias em um recorte temporal não-linear, a diferença da infância e da adolescência vivida no meio rural e a relação de filhos e netos no assentamento.

Sobre as dificuldades iniciais, mencionou que vieram pra cá sem água, luz e estrada. Ficaram 2 anos sem nada. Por outro lado, ficavam com os tocos dos eucaliptos

no solo, pois a madeira e o dinheiro dela "ficou com o sindicato" – ela falou isso de forma a deixar claro que não sabe para onde foi esse dinheiro, mas sabe que não foi para benfeitorias para as famílias: "o dinheiro sumiu, mas poderia ser parte da rede elétrica, das estradas etc.".

Desde que chegou plantou alimentos. No começo era arroz, milho, moranga, horta grande, construir a casa. Disse que a primeira safra de arroz foi muito boa, depois a terra não deu mais arroz. Tinha um vizinho que era o atravessador da produção para fora. Ela começou a criar galinha e vendia para pessoas em Américo Brasiliense e levava para Sertãozinho, junto com o marido, para aqueles com os quais viviam anteriormente.

A produção de aves sempre foi atividade principal para a dona Regina. Primeiro ela disse que no início de sua vida no assentamento havia um grupo que queria trabalhar com galinha poedeira, que era conhecido com o grupo das pioneiras, composto por 7 mulheres do assentamento. O começo desse grupo contou com colaboração do Itesp, que forneceu as galinhas, bem como as telas e outros materiais para montar a granja. O grupo dividia o trabalho por dia, cada uma tomava conta um dia da produção de ovos, que ficava concentrada no lote da dona Cida, no núcleo II. Do núcleo VI eram duas assentadas, ela e a dona Vilma. Ela contou que ia a cavalo para o núcleo II para trabalhar. Cada uma das mulheres fazia uma parte do trabalho mais especializado. Ela, por exemplo, era a tesoureira do grupo. Ou seja, um tipo de associativismo informal, mas com um mínimo de estrutura de gestão, com cargos e responsabilidades para além da produção. No entanto, ela não tinha uma especialização e tinha que fazer esse tipo de trabalho do jeito que desse. O trabalho comum era basicamente colher e limpar os ovos.

Com relação à genética desses animais, diferentemente dos casos relatados da parceria do frango industrial, eram adquiridos da granja caipira Label Rouge, localizada em Porto Feliz/SP. É uma das granjas que trabalham com melhoramento genético de linhagens caipiras, buscando compor animais rústicos, adaptados as condições tropicais, ao mesmo tempo que possuem características para um melhor desempenho na produção de carne. Esta linhagem, conhecida também como "frango do pescoço pelado", é recomendada pela ESALQ/USP, para produção no sistema "frango feliz", embora não tenha sido o adotado no assentamento. As assentadas levavam mandioca, milho e verdura de seus lotes para dar de ração às galinhas e isso colaborava muito na produção. O filho da dona Cida era quem vendia os ovos: "vendia ovo que não sobrava para nós", disse ela.

Depois o grupo desmontou, basicamente por duas razões que ela mencionou: se alguém quebrasse ovos ou fizesse retiradas para consumo ou proveito próprio, tinha que marcar quantos para poder descontar depois, mas começaram a ter umas que não marcavam direito, o que aos poucos pode ter contribuído para a quebra da confiança. Outro problema eram os maridos das outras mulheres, que entravam no meio das decisões, principalmente atrapalharam a gestão do negócio[123]. Então ela resolveu vim trabalhar sozinha em seu lote e viu que dava mais certo.

Além destas questões, outro ponto fundamental que motivou a Dona Regina a produzir frango em seu próprio lote foi a doença de sua mãe, que sofreu um AVC e precisava de cuidados especiais no dia-a-dia, impossibilitando-a de trabalhar fora ou mesmo passar longos períodos longe de casa. Neste meio tempo, entre os anos 2007 e 2008 existiu um novo projeto do ITESP, para a produção de frangos, dessa vez de corte, utilizando-se da mesma genética, mas com aptidão para produção de carne. Foram selecionadas 12 famílias para participar do projeto, elas receberam um número de aves expressivo, em torno de 100 cabeças, a ração para iniciar o projeto e alguns materiais para construção do galinheiro. Neste projeto, cada um criava os frangos em seus próprios lotes – não era como na experiência anterior, na qual toda a produção era em apenas um lote. O grupo recebeu um curso sobre como administrar um sítio, como implementar a criação de frango caipira, dimensão das instalações, manejo com os animais, etc. curso dado no assentamento, em São Pedro e em Porto Feliz. No caso dela, já tinha experiência em criação de galinhas e queria trabalhar nisso. No entanto, a maioria parou pelas dificuldades de comercialização. Mencionou apenas um assentado do núcleo VI que continua neste projeto, o "mineiro".

Ela conseguia um bom preço na venda dos frangos: R$13 a unidade viva e R$17 a unidade limpa. Disse que hoje os valores são, respectivamente R$ 22 e R$ 25. Então, quando se tem bons canais de comercialização é um tipo de produção que o dinheiro entra rápido e ainda consegue trabalhar em casa. Muitas pessoas iam até sua casa comprar, de toda região, como citado por ela: Américo Brasiliense, Matão, Araraquara, mas após a morte de sua mãe, resolveu que ia trabalhar fora do lote. Vendeu a maior parte de suas galinhas e foi trabalhar na padaria do assentamento. Vários problemas foram mencionados para encerrar a criação de galinha: com a opção em trabalhar na

[123] Dona Regina comentou que nas reuniões do grupo, a participação dos maridos era intensa, onde deveria ser apenas uma reunião entre as mulheres, eles compareciam e falavam por suas esposas, começaram querer ditar as regras e gerenciar o dinheiro, o que gerou certo desgaste entre as mulheres.

padaria, começou a faltar tempo para cuidar das galinhas, não tinha mais finais de semana, estava demorando muito para receber pela produção, o cachorro da vizinha vivia atacando as galinhas dela, pois ela passava mais tempo fora de casa. Ela ouvia o barulho das galinhas e falava: "peraí, acho que tem cachorro correndo atrás delas".

Ela disse que gostava muito de trabalhar na padaria, mas por outro lado faltava tempo para cuidar do lote, da família, de alguma produção. Na verdade ficou pouco tempo trabalhando na padaria, embora durante esse tempo conseguiu mudar as formas de fazer compras de matéria-prima de fora. Disse que as meninas compravam tudo picado, de pouca quantidade e ela chegou sugerindo que as compras fossem feitas no atacado. Mencionou a importância do trabalho em grupo e dos cursos de capacitação que recebeu a partir de sua participação na padaria: teve um curso que ela participou que a tirou da depressão depois que sua mãe faleceu. Para ela, trabalhar no grupo é difícil, cada uma tem uma opinião: "além de se saber com quem está trabalhando, tem que respeitar a opinião das outras e ter diálogo".

Após um pequeno período trabalhando na padaria surgiu uma oportunidade de trabalho com contrato temporário com a Paraty. Mas ressaltou que seu contrato se renova a cada 6 meses, nos meses de julho e dezembro, ou seja, não prevê férias e 13º salário. Em uma ida a campo dia 04/12/2013, na padaria, encontrei com ela dizendo que o contrato tinha acabado e estava esperando para renovar no começo do ano seguinte. O transporte escolar é terceirizado pela prefeitura, mas se fosse de fato um serviço público ela seria contratada da prefeitura e com todos os direitos. Entende que o contrato temporário a deixa com um tipo de vínculo mais precário. Mesmo assim, ela falou que é uma situação de trabalho melhor, pois pode trabalhar no assentamento sem ter que se ausentarem por muito tempo do lote, pois ela trabalha mais nos horários de entrada e saída das aulas. Além disso, ela tem um salário e uma ocupação na escola do assentamento, o que lhe garante certo *status* na comunidade – a mulher, separada, mas que trabalha na escola e tem seu salário.

Como ela continua associada à AMA, pensa que a associação poderia ampliar sua área de atuação com um grupo de artesanato. Em sua casa pudemos notar vários enfeites e bordados feitos por ela. A casa é cheia de pequenos detalhes, na sala da frente, onde fomos recebidos, há quadros que ela pintou e vários bibelôs na cômoda. Depois vem uma sala maior de dois ambientes, um dos quais ocupado por uma mesa de jantar. Das três salas saem portas para dois quartos e um banheiro. Um dos quartos, dos meninos, tem pintura da parede diferente feita por eles, cheia de detalhes – ela disse que

eles são bem criativos nesse sentido. Nas demais salas, vimos mais quadros nas paredes, borboletas feitas de arame e tecido enfeitando cada cantinho, toalhas e cortinas feitas pela dona Regina. Sua máquina de costura também estava lá, num local de destaque da sala, como se fosse objeto de decoração, mas o fato é que aquela máquina faz parte do cotidiano dela.

Depois fomos conhecer o quintal e quando passamos pela cozinha encontramos uma vizinha com seu neto, um neném de colo. Até então não sabíamos que ela tinha deixado a vizinha sozinha na cozinha para nos atender, mas disseram que tudo bem, afinal, a amiga "não sai de lá". Quando nós chegamos na casa, apesar de termos combinado com ela uma semana antes, a Regina estava passando vassoura e pano na casa e estava conversando com a vizinha, que a visitava e passava o tempo com seu neto. Ela se desculpou pela "bagunça" da casa porque estava começando uma pequena reforma na sua sala da frente, tinha material de construção logo na entrada e um entulho, o reboco exposto nos fez perceber a recente reforma. No quintal, pudemos ver uma pequena horta de uso doméstico, muitas plantas ornamentais e flores que enfeitam o lugar, roupas no varal, o jaboti, o papagaio, um fogão à lenha, enfim, elementos que mostram a composição do lugar dela no assentamento.

Por fim, comparou a situação da merenda escolar, pois ela atualmente trabalha na escola do assentamento, mas também já trabalhou em creche quando morava em Sertãozinho, antes de vir para o assentamento. Ela disse que outro dia comeu uma comida na escola que a fez vomitar a tarde toda. Reclamou que hoje tudo é enlatado, até a carne moída. Comparativamente, disse que na creche em que trabalhou as merendeiras eram todas da comunidade, numa época que comiam um alimento saudável. Os donos de sítios do entorno doavam os alimentos. Outro dia ela olhou umas latas de comida no lixo da escola e se lembrou disso. "Aqui só vem banana e maça de fruta, não tem uma goiaba e outras frutas daqui para as crianças comerem".

5.7 Dona Maria Aparecida, viúva: continuidades e conflitos familiares

Esta assentada ficou viúva há pouco tempo, era esposa do Sr. João Lessa. Foi uma das visitas mais "fechadas", pois a dona Maria não é de falar muito. Notamos que sempre ao falar dela mesma, se referia ao marido: "Eu e ele". Na fala sobre produtividade da cana industrial em seu lote, recomendou que falássemos com seu filho, porque ela não sabia falar. Quem cuidava da parte financeira era o marido e ela disse que mal sai de casa e não fica sabendo de nada dessas coisas. O mesmo aconteceu

quando perguntamos sobre o crédito Apoio Mulher: ela também disse que não sabia do que se tratava. Ao explicarmos, disse que poderíamos falar com a Aline, sua nora, sobre isso.

Há duas casas no lote, uma ao lado da outra. Ela mora sozinha em uma, foi a casa na qual fomos recebidos. Na outra, moram seu filho Zé, de 28 anos, sua nora Aline, o neto Francisco e outra filha mais nova, a Júlia. A nora havia operado os olhos e estava em uma consulta na cidade, então dona Maria estava cuidando do neto.

Notamos que ela procurou falar baixinho sobre a filha, que estava na casa ao lado e nem apareceu enquanto estávamos lá. Disse que a filha ameaça bater nela e não consegue dar uma demonstração de carinho para a mãe. Quase chorando, lamentou que a filha anda com uma turma da pesada na cidade e tem um namorado estranho. Quando ela disse isso ficou um silêncio desconfortante. A filha chegou a roubar R$ 4 mil da conta dela: "Catou o cartão na minha bolsa e não olha na minha cara. Disse que tem direito [ao dinheiro], que era do pai dela".

Aline, que chegou durante a nossa visita, quer fazer artesanato no assentamento, mas trabalha como professora de dança do ventre, na mesma academia na qual o Zé é professor de Kung Fu, onde eles se conheceram em Araraquara. Portanto, o casal possui trabalho e salário fora do assentamento, embora também realizem trabalhos no lote. A dona Maria falou que se a família recebesse o que a usina lhe deve e tivesse crédito, o filho voltaria a trabalhar só no lote. Ela, por sua vez, está tentando se aposentar e deu entrada com os papéis em 2009, mas como ela tem 58 anos atualmente, o Maruccio (técnico do Itesp) falou que só conseguirá se aposentar quando completar 60 anos. Ela passou a receber a pensão do marido falecido – talvez por isso sua filha tenha lhe dito que tem direito sobre o dinheiro que roubou da conta no banco.

Dona Maria nasceu em Campinas e trabalha na roça desde os 7 anos de idade. Trabalhou por um período em uma chácara em São Paulo, onde conheceu o marido. Depois de Campinas, moraram em Promissão e depois vieram para o Bela Vista. Disse que ficou 30 anos casada com ele. Quando se casaram, ela tinha 28 anos e ele tinha mais de 60 anos, então, a família dele a via com certa desconfiança por causa da diferença de idade. Já a mãe dela gostava do genro, ele sempre ia com ela visitar a família em Campinas.

Ela disse que nunca foi à escola. Tem que chamar outras pessoas para ler para ela quando precisa. Também afirmou que nunca pegou um financiamento em seu nome. Antes de seu marido falecer, ela procurava cumprir as ordens dele "para não dar

confusão". Disse até que o marido, em seu leito de morte, pediu perdão a ela. Ela nos contou, mais uma vez emocionada, que ele era um bom homem: "nunca bateu ou judiou de mim".

Dona Maria veio com o marido para o assentamento em 1990 e já no ano seguinte o casal optou por sair da agrovila e vir morar no lote. A localização desse lote é bem distante da agrovila, então ela disse que para eles foi muito melhor, porque o trabalho deles estava no lote. Sempre priorizaram a produção de milho, arroz, feijão, mandioca, bananeira. Mas como estratégia produtiva principal a família aderiu à cana em 2002, com a Usina Zanin. Afirmou que a maneira de plantar a cana é semelhante àquela que predomina no assentamento, com a usina vendendo os insumos e o sr. Domingão organizando os serviços de maquinário e colheita. A família cuida do canavial no período de crescimento. Não soube dizer nada da parte da produtividade, como afirmado antes, apenas que eles plantavam com a Zanin e, atualmente, com a Maringá, que não vem pagando os fornecedores de cana.

Depois que a nora chegou em casa, nos explicou que na época que o INCRA promoveu a "moralização do assentamento", entre os anos de 2005 e 2008, a família foi considerada irregular porque plantava praticamente o lote inteiro com cana e isso fez travar todos os créditos deles, como os Fomentos Iniciais que o INCRA estava executando no assentamento. O Sr. João Lessa não fez o acordo para reduzir a área com cana naquela ocasião, a dona Maria recordou que ele dizia que não faria acordo com a FERAESP. Nos anos seguintes, ele continuou plantando comercialmente apenas cana, mas em 2013 o INCRA proibiu a colheita nos lotes que não assinassem o termo de compromisso de plantio de no máximo 40% do lote. Portanto, ela teve que assinar o termo e comercializar apenas 40% de toda a cana com a usina, ou seja, sofreu um prejuízo de 60% de uma cana que estava no segundo corte. Ela fez questão de frisar que seu marido viveu 94 anos e morreu perturbado, porque não recebeu todo o dinheiro dessa safra. O sr. João contava que sua colheita inteira valeria R$ 60 mil. Mas morreu lutando e preocupado em receber esse dinheiro, impedido de colher e vender para a usina outros 60% da produção. E mesmo a parte comercializada com a usina ainda não havia sido paga no período da pesquisa, aproximadamente três meses depois da colheita. Dona Maria disse que toda essa confusão com a cana envolvendo o INCRA e a FERAESP fez a família entrar na onda daqueles que querem o título da terra, mas não soube dizer quais são as reais consequências disso.

No lote, além da cana há pequenos espaços com itens mais para o autoconsumo da família: uma boa horta, feijão, milho, mandioca, abóbora, maxixe, pimentão, repolho, mamão, acerola, jaca, dentre outras – em outro momento da visita, durante uma conversa ao redor da casa, notamos várias outras árvores frutíferas, mas a dona Maria não contou. Nessa caminhada, pudemos observar que ela faz uso de esterco e matéria orgânica do lote nos canteiros e nos pequenos roçados. Dos legumes, apenas o tomate é comprado fora. Há também 15 galinhas e patos, fora os franguinhos. Ela disse que vendeu 60 frangos vivos no ano passado para o Baiano (assentado do Bela Vista). Inclusive, pudemos observar que havia uma galinha morta na panela, que ela ia preparar para comer no almoço. Um problema em seu lote em relação às criações são as raposas e os gatos do mato que comem os frangos. O lote é mais isolado e fica bem próximo a uma área preservada. Vimos que o lote é abastecido com água de poço caipira.

Também pudemos observar que as ferramentas de trabalho na terra são extremamente bem cuidadas. São inúmeras enxadas, podões, rastelos, facões, tesouras de poda, dentre outras, que ficam guardadas em um lugar atrás da casa, muito limpas e organizadas. "Aprendi cuidar das ferramentas, olhava ele e via qual [ferramenta] para qual serviço", em referência ao marido. Após nos mostrar a área em volta da casa, com a horta e as galinhas, ela disse que o trabalho da mulher é assim: "plantar e carpir".

Ela gostaria de investir mais em criação de galinha. Já o seu filho gostaria de trabalhar com engorda de bezerros, aproveitando a cana do lote. Quando estávamos lá, apareceu sua vizinha, a dona Sirma. Elas disseram que as vizinhas se ajudam em várias coisas. Por exemplo, quando resolvem investir em uma pequena produção comercial, elas combinam e plantam cada uma em seu lote legumes como jiló, cebola e pimentão, dentre outros, como uma estratégia de comercialização conjunta. Disse que assim elas conseguem melhor preço e têm alguma regularidade na entrega para determinado comprador. É uma espécie de parceria de vizinhança. Enfim, mesmo em um lote onde a cana já predominava, ainda assim encontramos uma diversidade para a alimentação da família.

No caso dessa família, o primeiro ponto a destacar é a submissão da mulher ao homem, expresso no desconhecimento da dona Maria sobre as questões da produção e da renda no lote, bem como sobre as "grandes" questões do assentamento, como o plantio de cana industrial. Mesmo o conhecimento sobre as ferramentas e o ofício na agricultura foram atribuídos a ele. Após ficar viúva, esse controle que era feito pelo marido passou a ser responsabilidade do filho, pois como ela afirmou, atualmente as

decisões sobre o lote são "combinadas" com o filho, para quem ela transferiu, em partes, tais decisões. Embora ela também tenha afirmado que outras "pequenas" estratégias, como aquelas de plantar legumes em parceria com a vizinha, são iniciativas próprias das mulheres, percebe-se uma tendência dela dar continuidade a uma gestão de lote como o marido fazia. Nesse sentido, o filho (homem, mais velho, casado e com filho) é o mais indicado para tomar as principais decisões. Talvez por isso existam tantos conflitos com a filha, que é mais jovem e vinha passando por uma fase mais conturbada após o falecimento de seu pai.

5.8 Dona Márcia: trajetória urbana e enraizamento por meio de atividades não-agrícolas

Em uma das visitas à padaria, observamos que havia colado na parede um anúncio de uma mulher que montou um bazar de produtos de limpeza em seu lote. Foi assim que tomamos conhecimento da dona Márcia, mulher que também faz licores e que participou do curso de turismo, promovido pelo SENAR, mencionado antes. Ela trabalha na escola como monitora da biblioteca e nas horas vagas faz as bebidas na cozinha de casa e revende produtos de limpeza. Em certa ocasião, seu filho estava passando pela padaria e a Jiseli o chamou para saber onde estava a mãe, pois queria nos apresentar a ela. Ele estava justamente indo buscá-la na escola e aproveitamos para conversar rapidamente com os dois. Marcamos uma visita no lote. O filho chama-se Daniel e naquele dia nos contou de suas pretensões de abrir uma gráfica no assentamento. Ele já fazia alguns trabalhos em seu computador em casa e, apesar da impressora de baixa qualidade, as pessoas elogiavam seus trabalhos – por exemplo, convites de casamento, rótulos para os licores da mãe, cartões de apresentação, dentre outras artes. O convite para o próximo módulo do curso de turismo, realizado dia 28 de novembro no assentamento, tinha sido feito por ele e era muito criativo: tinha uma foto da estação de trem em Bueno e logo abaixo uma espécie de trilho com o trem, mas é uma parte que se destacava e revelava imagens dos produtos (as bebidas e pães) das/os assentadas/os.

Em nossa visita, começamos a conversa nos situando da sua novíssima situação matrimonial: ela acabou de sair do seu segundo casamento, em dezembro/2012. Agora está morando no lote da dona Cida, uma assentada que considerou ser sua madrinha. Ela nos contou um pouco de sua história de vida, "uma vida que passa por mudanças todo ano", disse.

Sua relação com o assentamento é bem interessante, pois ela nunca morou em sítio. Nasceu em Araraquara e sempre morou na cidade, já trabalhou em várias indústrias, como a Cultrale e a Lupo. No entanto, sua família tinha uma casa com quintal amplo, com vários pés de fruta, inclusive sua mãe já fazia licor de jabuticaba e pães no forno à lenha para a família.

O primeiro marido foi o primeiro namorado, "o primeiro tudo". Ele trabalhava em metalúrgica e, por isso, o casal optou por se mudar para Guarulhos para construir sua vida. Contou que logo após o casamento ele mudou completamente, passou a ser outro homem, autoritário, passou a ofendê-la com frequência, brigar por motivos sem importância. "Eu tinha que ouvir coisas que não se fala nem na beira da estrada", disse ela. O primeiro filho (Helder) nasceu lá, num período da vida que alegou ter passado fome, ficava muito sozinha grávida e depois com o neném, pois não tinha familiares por lá. O marido passava o dia trabalhando e aos finais de semana reunia amigos para beber, brigava e fazia o inferno com a dona Márcia. Quando estava grávida do segundo filho (Daniel), sua mãe a convenceu a voltar para Araraquara.

Quando o segundo filho nasceu, já na maternidade Gota de Leite em Araraquara, ela adoeceu e teve que ficar internada, contou que seu pai levava o neném a cada três horas para ele mamar. O marido começou a ter um caso com outra mulher, quando ainda era casado com ela e não fez muitos esforços para esconder essa relação. Chegou a sair de casa por duas vezes para morar com a outra mulher, mas depois de uma semana ele voltava. Dona Márcia disse que na terceira vez que isso aconteceu, ela resolveu que se ele fosse embora novamente, não voltaria mais. E ele acabou fazendo a mesma coisa: foi passar uns dias na outra mulher, mas quando retornou para casa a Dona Márcia não deixou ele entrar e o fez ir embora por definitivo. Foi quando começaram as discussões mais árduas do casal.

Neste período, ela fazia faxina, fazia salgado, bolo, ovo da páscoa, pizza e vendia para vizinhos para ganhar um dinheiro. Após o término do primeiro casamento, ela passou a trabalhar em dois empregos para manter a casa e os dois filhos pequenos. Começou a trabalhar como diarista em casa de família, das 8hs às 16hs, depois ia para a sua casa fazer comida e faxina, colocava os filhos para dormir às 20hs e saía às 21hs, para trabalhar na fábrica da Lupo, de onde saía direto para a casa de família. Ou seja, ela tinha apenas cinco horas para ficar com os filhos, cuidar de sua própria casa e descansar, o restante do tempo ela estava trabalhando para ganhar salário. Sua mãe faleceu neste período, então não tinha com quem deixar os filhos.

Depois que se separou do marido, ele não ia mais ver os filhos. Ele trabalhava como motorista (Viação Paraty) e a pensão dos filhos descontada do seu salário. Mas ela teve que ir um monte de vezes na empresa explicar e cobrar dele que havia se separado dela e não dos filhos. Por sua vez, ele vivia indo no portão da casa dela, gritava, xingava e ameaçava ela de abandonar os filhos. A nova esposa do ex-marido trabalhava no fórum e reforçava a ameaça, isso só parou quando a dona Márcia ligou para ela e disse que era bom segurar o marido dentro de casa, pois ele vivia no portão de sua casa.

Relatou que nessas brigas ele fez um estrago na vida dela, deferindo palavrões sempre que a via, humilhava-a na frente de todos, até que a gota d'água foi um dia que ela estava no terminal rodoviário esperando o ônibus com as colegas de trabalho para ir para fabrica da Lupo, quando ele parou o ônibus abriu a porta e passou a xingá-la no meio do terminal rodoviário. Ela disse que segurou firme e foi trabalhar. Neste dia, ele discutiu com ela porque havia combinado de buscar as crianças para levar para passear. Porém, segundo a Dona Márcia, ele sempre prometia buscar os filhos e dificilmente aparecia. Este dia em especifico, combinou de pegá-los no período da tarde, mas era noite e ele não havia aparecido, então ela pegou os dois filhos e foi com uma amiga e os filhos dela ao clube Melusa e depois à lanchonete. Quando ele a viu no terminal disse que ela estava levando os filhos para a noitada e ela ficou extremamente abalada, por ouvir aquilo na frente de suas colegas de trabalho. Disse que foi muita humilhação e ela estava apenas preocupada em sair para distrair os filhos e não ficarem pensando naquela coisa tipo, "o pai não veio buscar".

No dia seguinte, tomou uma atitude drástica: colocou uma faca na cintura e foi na empresa (Paraty) esperar ele entrar para o trabalho, pois achava que ele ia partir pra cima dela. Ficou com medo do que poderia acontecer, pois estava fora de si, não aguentava mais aquela situação. Neste dia, ela disse que falou tudo que tinha pra falar, desabafou tudo que estava entalado. Depois ligou para a nova mulher dele e disse para ela cuidar de seu homem que ele estava atormentando a vida dela. Após isto ele se afastou da Dona Márcia, mas a relação continuou conturbada, principalmente por conta dos filhos. O filho mais velho tinha uma melhor relação com o pai, já o mais novo (Daniel) não gostava do pai, segundo a dona Márcia, por conta de se sentir abandonado, ele quando pequeno fugia de casa e ficava escondido jogando vídeo-game.

A dona Márcia conta que não guarda mágoas e hoje em dia consegue até conversar com ele e com ela, mas na época passou muitas dificuldades. Tanto ele como

ela eram casados quando começaram a ter um caso, "então foi uma coisa errada desde o início" disse. Ela acredita que isso tem relação com a condição da filha deles, hoje com 14 anos, disse que é uma jovem que tem ausência, tem esquecimentos e convulsões, se perde no meio da rua. Até hoje ele continua saindo da casa da mulher: contou que recentemente ele morou 4 meses na casa do filho mais velho (Helder, hoje casado e mora em Araraquara, no bairro do Cecap). Disse que é uma relação que nunca deu certo porque começou errado.

Com o passar do tempo e os filhos crescendo, ela não aguentava mais trabalhar em dois lugares, o cansaço era grande, não tinha tempo para mais nada, até que prestou concurso para trabalhar na prefeitura e conseguiu entrar. Começou como berçarista e depois passou a ser agente educacional. O salário era menor, mas ela tinha mais estabilidade e tempo para ela, era mais perto de casa. Ela ficou doente, devido ao cansaço físico e mental, entrou em uma profunda depressão, pediu o afastamento do serviço e não queria mais sair de casa. Após reconhecer seu problema, foi procurar ajuda médica, passou por um médico psiquiatra e por psicólogos, para ajudar em sua recuperação. Foi quando começou acompanhar seu pai.

O pai de Dona Márcia foi casado com a mãe dela até os 78 anos, quando ficou viúvo e foi estudar teologia. Virou padre e passou a visitar as igrejas da região realizando missas. No período, Dona Márcia começou a acompanhar seu pai nas missas, foi quando teve seu primeiro contato com o assentamento, pois seu pai realizava missas no assentamento. Paralelo a isto, ela continuava a freqüentar o terminal de ônibus, pois possuía amigas que havia feito em muitos anos esperando ônibus lá. Ela conheceu a futura cunhada nas feiras do terminal de integração. Contou que para ajudar a passar a depressão ela ia conversar com as assentadas que ficavam lá comercializando verduras: dona Nice, Madalena, Bárbara. Segundo ela, seu segundo casamento foi "arranjado" pelas amigas, com um assentado irmão de uma das mulheres que faziam feira no terminal (Bárbara).

Neste meio tempo, seu filho mais velho casou-se e foi morar com a mulher no bairro Cecap II e já tem uma filha[124]. Ele trabalha como gerente na drogaria São Paulo e a nora trabalha na secretaria de saúde de Araraquara. E a Dona Márcia, um pouco mais tranqüila, resolveu ir cuidar de sua vida: conheceu o irmão de sua amiga, foi morar com

[124] Ela disse que no dia anterior da nossa conversa tinha sido aniversário de 7 anos da neta e ela foi para a cidade na festinha. A neta gosta muito da avó e vive pedindo para ir morar com ela no sítio. Toma banho com a neta, tem liberdade também com a nora.

ele no lote, junto também com seu filho mais novo (Daniel, no período da entrevista com 26 anos). Alegou que com toda essa história, ela e os filhos criaram uma relação de muita amizade e cumplicidade, tem liberdade com os filhos.

O casamento com o assentado durou pouco. Um ano depois que ela foi morar no lote eles se casaram. Ficaram aproximadamente 3 anos casados mas acabaram de se separar. Ele entrou no assentamento bem em seu início, no núcleo IV. Quando Dona Márcia foi morar com ele, o assentado estava se recuperando de um câncer e por isto seu lote se encontrava praticamente parado, ou seja, sem nenhuma atividade produtiva. Ele trabalhava na usina e ficou doente, foi afastado e depois de um tempo cortaram seu benefício. Estava vivendo de doações do hospital de Ribeirão e recebia cesta básica da comunidade, "vinha pó de café de um, lata de óleo de outro", disse ela.

Ela reordenou a vida dele, começou investir no lote, comprou algumas galinhas, porcos, investiu em uma horta, plantaram cana com a usina, milho, feijão, abóbora e frutas. Fez reforma na casa com material de construção que ela trouxe de sua casa de Araraquara, ampliou dois cômodos da casa. Relatou inclusive que levou o marido para a praia pela primeira vez na vida, com 60 anos ele nunca havia visto o mar. Foram para Ubatuba/SP passar alguns dias. Achou que tinha casado "até que a morte os separem", casou achando que seria para sempre.

No período que viveu no lote com ele, dona Márcia e seu filho ajudavam no trabalho do lote, ela fazia feira aos domingos em Matão. Além disso, voltou para seu trabalho na escola do assentamento, e aproveitava para vender parte da produção para os funcionários da escola. Daí teve a idéia de começar a fazer licor com frutas do lote. Ela sempre teve vontade de fazer como a mãe fazia, viu uma reportagem na televisão e começou a procurar receitas na internet. Comprou vidrinhos em São Paulo para **envasar** e comercializar os licores de jabuticaba, amarula, jenipapo, limão, coco, morango, dentre outros sabores.

Seu filho também gosta daqui e quer ficar. Veio para o assentamento com 21 anos e até então também nunca havia morado em sítio. Trouxe novas perspectivas de trabalho consigo, montou uma espécie de gráfica em casa com uma impressora na qual fazia convites de casamento dos assentados, aniversários e festas em geral, em suas horas vagas. Ele fez cursos de Autocad e outros no colégio industrial. Paralelamente, quando entrou no assentamento foi trabalhar na parte administrativa na cooperativa do núcleo IV, mas agora está trabalhando na Citrosuco, também na parte administrativa. Ele que faz os materiais de divulgação e rótulos dos produtos da mãe.

Portanto, quando dona Márcia se separou, em dezembro de 2012, ela e o filho quiseram ficar no assentamento. De comum acordo ela saiu do lote e não reclamou nada das benfeitorias que fez no lote do ex-marido. Agora está morando numa casinha no lote de sua madrinha no núcleo III – embora denomine a dona Cida de madrinha, não confirmamos se elas têm parentesco de fato. Sua vinda pra cá foi uma opção dela, porque tem até casa em Araraquara, mas não quer voltar a morar na cidade de jeito nenhum. Segundo ela, "aqui é sossegado, tem um barulhinho bom de manhã, é uma benção, é um paraíso, não iria para a cidade nem pra morar numa mansão".

Sua madrinha possui uma capela no lote, onde são feitas missas semanais, ela relatou o grande número de pessoas que frequentam o lote, seja para conversar, seja para missa, para receberem benção, para almoçar. Sua madrinha participou em um momento da conversa[125] e disse que no dia anterior tinha feito almoço duas vezes: fez o almoço para visitas de Matão, depois chegaram mais alguns compadres, e ela foi fazer mais arroz, feijão, mistura, etc. Disse que não gosta de comida que fica requentando e que ela vai para a cozinha arrumar a refeição rapidinho.

Pedimos para ela descrever um pouco sua rotina no lote, então nos disse que nos últimos tempos andava muito sozinha, o marido está doente e não está mais trabalhando pesado no lote. Disse que lembra dele roçando pra cima e pra baixo e que agora está quieto em casa, porque sofreu um derrame. Ela acorda cedo para tratar dos porcos, depois volta à casa para fazer o café, varre a casa, cuida da louça. Daí já começa a chegar gente por conta da igreja, depois faz almoço, depois chega mais gente. A dona Márcia lembrou que a madrinha poda árvore, varre todo o lote (não só a casa), planta coisas, inclusive remédio – está querendo plantar a planta com a qual ela sabe fazer mercúrio, já está com as mudas. Ela plantou cana com a usina e depois parou, agora está investindo mais em abacaxi, milho e mandioca. Tem também horta com tudo um pouco. Costumava ir fazer feira em Matão e Araraquara, agora com o marido doente não está mais saindo tanto, está vendendo para a cooperativa do IV.

Está achando muito bom a dona Márcia estar aqui agora, elas se ajudam muito. E vimos que dona Cida arrumou uma casinha bem aconchegante para ela morar com o filho. Antes, dona Cida estava passando dificuldades com o marido quando ele precisava de cuidados de madrugada, saia pela rua para pedir a alguém que tinha carro

[125] Foi quando ela saiu da cozinha e foi até o fundo do lote colher uma pimenta para temperar a comida, que estava sendo preparada para o jantar. Estava fazendo arroz, toucinho, repolho (com a referida pimenta) e farofa.

para ajudá-la. Agora com a dona Márcia e seu filho morando lá qualquer emergência podem contar com eles, inclusive porque possuem carro.

Quando encontramos a dona Márcia no ponto de comercialização na estação de trem em Bueno, em maio de 2014, sua produção tinha dado um grande salto qualitativo: antes, ela fazia os licores com álcool de cereais e as embalagens eram pequenos francos de aproximadamente 100 ml, comercializadas por R$ 5,00 cada. Na ocasião, vimos que ela passou a usar a cachaça do Sr. Edson como matéria-prima dos licores, que estavam muito mais saborosos. As embalagens também aumentaram para garrafas de 350 ml., ao preço de R$ 10,00 a unidade. Ela estava produzindo novos sabores de licor: amarula (com chocolate), anis, manga, banana, jabuticaba, café, morango, jenipapo, limão e abacaxi.

5.9 Grupo da cozinha: as descontinuidades de um grupo de mulheres

A dona Lourdes é de Bariri/SP e antes de vir para o assentamento morou também em Jaboticabal/SP. Trabalhava principalmente na colheita de algodão, depois em firma e em casa de família, como faxineira. Veio para o assentamento desde a época da ocupação e é a titular do lote. Disse que está endividada desde o ano de 2005, por conta do Pronaf B. Primeiro pegou o financiamento para plantio de milho, que deu prejuízo por causa da seca. Em outro ano, investiu em abóbora e perdeu grande parte por causa de chuvas de granizo. Agora, diz que não consegue pegar mais financiamento.

Ela também tinha cana com a usina e agora só tem pasto. Disse que os adubos usados anualmente na cana eram muito caros e o preço da tonelada estava em baixa quando ela finalmente desistiu de plantar cana. Seu lote de produção é inteiro alugado por outros assentados para pasto, mas no lote da agrovila ela tem vários pés de frutas, mandioca, horta, galinha e porco para consumo doméstico. Ela cuida da casa, do quintal e das criações, disse que sua neta a ajuda. Percebe-se que várias pessoas moram no lote da dona Lourdes, há sempre um grande vai e vem de pessoas pelo lote enquanto conversamos. Especificamente um de seus filhos, Valdemilson, solteiro e com idade próxima de 30 anos, construiu um barracão no lote da mãe onde faz produtos de limpeza. Ele disse que aprendeu a lidar com produtos químicos com um senhor em Matão, com quem trabalhou por um período, mas preferiu vim fazer aqui com maior autonomia e que tem uma grande clientela do assentamento.

Sobre sua vontade de trabalhar com doces, dona Lourdes revelou que tomou as iniciativas de batalhar por um grupo produtivo de mulheres no Orçamento Participativo porque sempre gostou de fazer doces em casa e que isso é muito comum dentre as mulheres no assentamento. Por outro lado, ela disse que sempre foi uma liderança e que participa de todas as atividades possíveis, deu o exemplo de participar da feira de pastel de Bueno, ocasião na qual as vagas são disputadíssimas. Sempre fez doces de tudo: abóbora, mamão, manga, carambola, goiaba, leite, amendoim, dentre outros. Com os cursos de capacitação que recebeu desde a instalação da cozinha, disse que foi aperfeiçoando as receitas e aprendendo noções como boas práticas de processamento.

Quanto ao grupo, entre os anos de 2010 e 2012 foi possível observar várias mudanças. A Ana, assentada pioneira do grupo, foi morar em Matão, pois seu marido ficou doente e eles venderam o lote. A dona Sueli, outra pioneira da cozinha, segundo ela, sofreu com uma série de intrigas na comunidade, pelo fato de ser casada com o Sr. Vilmar, liderança de um grupo que acabou rompendo com o pessoal que formou a associação do núcleo III. Dona Lourdes disse que o Pinguim (assentado liderança da associação) "pegou no pé dela". Até que no meio do ano de 2010 ela saiu. Em conversa com a dona Sueli à época, ela disse que estava com sérios problemas de coluna e que precisou diminuir seu ritmo de trabalho. Por outro lado, ela tem um filho adolescente que é doente mental e que precisa de muitos cuidados. Então, preferiu voltar mais suas atividades para o lote familiar. Ela atribuiu sua saída do grupo também às fofocas na comunidade, sobretudo envolvendo a atuação de seu marido frente ao Conselho de Desenvolvimento Rural, e que isso foi desgastando a relação[126].

Dona Lourdes ficou seis meses sozinha, até que no começo de 2011 entrou a Aline, que é filha de assentado e tinha 20 anos (é nascida no assentamento). Mas no final de 2012, a Aline havia saído do grupo para ter neném. Nessa mesma ida a campo, soube que uma irmã da dona Lourdes, a dona Benedita (Dita), que estava morando em Santo André/SP, veio morar com a irmã no assentamento. Ela era cuidadora de idosos lá e disse que não aguentava mais morar na Grande São Paulo. No período, tiveram outras

[126] Vale destacar que em outras oportunidades foi possível registrar desavenças entre as duas lideranças da cozinha. Em 2008, a dona Sueli alertou que a dona Lourdes queria colocar o filho dela na contabilidade do grupo, e que o mesmo já havia chegado como quem queria tomar conta e controlar tudo. Ela não permitiu a entrada do Valdemílson alegando que era um grupo de mulheres e que a presença dele atrapalharia. Em outra ocasião ainda, no curso sobre contabilidade, a dona Maria (da padaria do núcleo VI) fazia questão de insinuar à dona Lourdes que no trabalho em grupo de mulheres tinha que ter muita confiança umas com as outras.

mulheres que participaram ocasionalmente do grupo, mas a dona Lourdes disse que todas elas acabam preferindo fazer os doces sozinhas, em seus próprios lotes.

Isso em muito se deve à forma de comercialização da produção de doces, que continua sendo feita somente por encomendas e não dá o retorno financeiro esperado. E mesmo porque são mulheres já acostumadas a fazer doces "pra fora", para vender nesse esquema sob encomenda. As encomendas são feitas por pessoas de Araraquara, Matão e do próprio assentamento, segundo ela. Geralmente, cada pedido é de 10 a 15 potes. A divulgação é feita por amigos e no "boca-a-boca", mas ela gostaria de arrumar uma maneira de divulgar pela internet. Quanto às matérias-primas, o leite é comprado dos produtores assentados. Frutas e abóbora ela usa as de seu quintal. Compra fora apenas açúcar e as embalagens de vidro.

Na ida a campo do dia 1/11/2012, ela disse que não tinha mais um grupo de mulheres dos doces. Ela se associou e colocou o grupo que participa da cozinha no interior da associação do núcleo III, recentemente criada e comandada por assentados.

Nos últimos tempos, ela tem trabalhado apenas com a irmã na produção de doces. Os técnicos do Itesp têm dado uma força no sentido de levar os produtos a feiras como Água Branca em São Paulo. Ela faz diversos tipos de doces, sobretudo de leite cremoso e em pedaço, paçoca e pé de moleque, cocada, mamão, jaca, abóbora com coco, dentre outros que podem ser encomendados, como o de manga. Reclamou que é muito trabalho: "Só o doce de leite são mais de quatro horas e meia mexendo o doce na panela, depois tem que tirar, é pesado e está quente, tem que processar a embalagem" – por exemplo, o doce em pedaço, colocado antes em formas.

Uma perspectiva nova no período foi sua participação no curso do Fundo Social de Solidariedade, no qual recebeu o kit padaria (como o grupo da padaria, do núcleo VI). No dia 15/07/2013, além dos doces, ela também tinha passado a fazer pães e almoços por encomenda. Explicou que no caso dos almoços, são promovidos pela associação no barracão comunitário, porque "se o espaço fica fechado, o prefeito leva o maquinário e acaba com tudo". Nesse dia ela nos convidou para o almoço do Dia dos Pais, que seria um porco no tacho a R$ 15,00 por pessoa, renda que seria revertida para a rádio comunitária que eles querem fazer no núcleo III. Nesse dia também ela se queixou de que o barracão comunitário sofreu um assalto há dois meses, com perda de

equipamentos particulares seus. Ela disse que são pessoas do assentamento que roubam para consumir drogas e até mostrou as marcas na janela por onde os ladrões entraram[127].

Ela participou também do curso sobre Turismo Rural, pois tinha a perspectiva de trabalhar no novo ponto de venda que a prefeitura prometeu abrir aos assentados, na estação de trem de Bueno de Andrada aos finais de semana. Durante o curso a dona Lourdes ficou responsável por preparar o jantar, o que lhe garantiu alguma renda no período. O curso focou também um lote que tem pesqueiro, possivelmente um local no qual sejam servidos lanches e refeições. Outro lugar possível de turismo no assentamento é o lote Três Ramos, no núcleo III. Lá existe um rancho que a família aluga para festas, faz almoço caipira, contrata violeiros e até organiza visitas monitoradas a uma cachoeira do assentamento. Ela disse que nesses lugares vêm ocorrendo encontros de motociclistas e jipeiros, comitivas de cavalaria de Matão e, quando são eventos maiores, eles podem realizar uma feira com os produtos. Entretanto, ela não chegou a participar com regularidade do ponto de venda na estação de trem. O que ela sempre fala desses cursos é que gostaria de ampliar as opções de produção além dos doces para confeitaria e massas frescas – tais cursos são demandas antigas dela.

A dona Lourdes disse que sua atuação na produção de doces pode se fortalecer a partir da associação, na medida que ela já participa da associação comercializando produtos de seus lotes como mandioca, abacate, limão etc., para o PAA. Com isso, pode aumentar a demanda pelo ingresso de outros produtos na merenda escolar do município, como os doces. Isso foi debatido entre nós em um dia no qual o Sr. Zé participou da conversa porque ele tinha ido ao lote dela. Ele falava do objetivo da associação em atingir a cota de R$ 3.500,00 por família no ano.

Por fim, dona Lourdes demonstrou sua insatisfação com a atual prefeitura: "O Edinho ainda fazia a estrada, mas esse que está aí...". Nessa passagem, ela se referiu à impossibilidade em comercializar a produção nos mercados institucionais e que o espaço na estação de trem é apenas uma pequena ação dentre aquilo que a prefeitura deveria fazer. Disse que a aposentadoria sozinha não está dando para o sustento e que a família pretende ampliar a produção de hortaliças. Atualmente possui uma horta no lote voltada ao autoconsumo e à venda ocasional, mas querem produzir em estufa. Notamos

[127] Essa dimensão dos assaltos nos assentamentos sempre foi retratada na possibilidade de serem roubados equipamentos e animais dos lotes, sobretudo quando a família mora na agrovila e não fica ninguém no lote à noite. Agora, ambos os espaços de agroindustrialização das mulheres – padaria e cozinha – e até a escola, que são lugares com algum equipamento, foram alvos dos assaltos.

pelo seu depoimento sobre a estufa que este tipo de produção é o novo fetiche dos assentados.

5.10 Associação do núcleo III, assentamento Monte Alegre: o vai e vem da cana e das políticas públicas

Na visita ao lote da dona Lourdes no começo de 2011, aproximadamente uma hora após iniciarmos a conversa, ela recebeu a visita de um dos homens que está a frente da nova associação do núcleo III. É o sr. José Aparecido de Souza, conhecido por Zé Negão. Ele é um assentado muito extrovertido e que gosta de conversar. Chegou com um carro Gol bem novo e todo sorridente. Tinha ido lá para saber como foi o curso em São Paulo, promovido pelo Fundo de Solidariedade e acabou se encontrando com a gente. Ela já tinha nos contado sobre a mordomia no hotel, que foram dois dias de encontro e que o legal era encontrar grupos de mulheres, como o do Pontal do Paranapanema que ela mencionou ter trocado várias experiências. Logo de cara nos falou que a dona Lourdes é o braço direito dele nas reuniões da associação no barracão comunitário.

Mas o fato é que desde a chegada dele ao lote, parece que a dona Lourdes nos deixou mais a vontade para conversar com ele, a ponto de em vários momentos pedir licença para se retirar da conversa para preparar um lanche para nós[128]. Pareceu que pelo fato de chegar um dos homens que comanda a associação, ela achou melhor conversarmos com ele, que supostamente detém um conhecimento mais amplo da comunidade e está no comando de uma organização mais importante. Enquanto estava na conversa, dona Lourdes parecia respeitar mais a fala dele, concordando com tudo sobre como a associação pode funcionar e, claro, rindo muito das constantes piadas dele.

Fora o Sr. Zé, outros dois assentados estão à frente da associação: João Paulínio ("Pinguim") e Nadércio. Ele disse que o principal propósito da associação é unir a comunidade para, por exemplo, comprar insumos para a produção, procurar o poder público, conseguir frete dos produtos pela prefeitura etc. A associação foi aberta em 2009 e contava com 35 associados só do núcleo III, mas há outros assentados desse e do núcleo VI que participam das atividades da associação indiretamente. Os associados

[128] O lanche servido contou com a ajuda do filho, mas foi no capricho: eles fritaram coxinhas e croquetes feitos em casa e uma garrafa de refrigerante. Antes disso, já havia sido oferecido um "balde" de jabuticabas recém-colhidas.

pagam uma taxa de R$ 10,00 por mês para cobrir custos administrativos do escritório Delta (em Araraquara). Um dos principais objetivos da associação é trabalhar com o PAA e a merenda escolar.

Pela associação, ele espera abrir uma rádio comunitária – que nos pareceu ser um projeto prioritário para ele, falou muito disso durante a conversa – disse até que já conseguiu a concessão para a rádio funcionar e possui um projeto para o estúdio, a torre e o transmissor. Falta, segundo ele, apenas a assinatura da presidente Dilma – o que nunca aconteceu. Ele queria que fosse uma rádio eclética, que tocasse música sertaneja, música para os jovens, noticiários de fora e notícias do assentamento, por exemplo: campanhas de vacinação, programas do governo, compartilhar conhecimentos agrícolas, anúncios e vendas de produtos (deu exemplo do porco), notas de falecimentos, chamadas para reuniões e cursos. Na rádio comunitária que ele idealizava, "o pau que dá em Chico, dá em Francisco", ou seja, para todos: crentes, evangélicos, inclusive espaço para as diferenças sexuais. Reclamou, em tom de brincadeira, que recentemente demorou dois meses para ele juntar 26 produtores para um curso de carpintaria e, quando juntou, o cara que ia dar as aulas veio a falecer. O Sr. Zé fez uma reflexão sobre a desunião no assentamento: as trocas de alimentos não são consideradas atos de união. Mas para ele, compartilhar conhecimento agrícola e fazer tudo junto é união, portanto a rádio comunitária poderia contribuir para isso.

Sobre a importância da associação, citou a cooperativa Coopam, do núcleo IV: "uma experiência em que era tudo errado e parou. Faz dois anos que reabriu e está muito bom, eles estão trabalhando com mais ou menos 30 estufas". Conseguiram recuperar a cooperativa e, segundo ele, alguns dos cooperados já possuem sistema de produção em estufas, sendo algumas delas de horticultura hidropônica – o que não é necessariamente bom, mas mostra incremento técnico da produção. Na verdade, para ele as estufas indicam assentados bem sucedidos que conseguem implementar o que há de mais "moderno" na produção de horta. Essa idéia é também compartilhada por pessoas em sua associação, que estão investindo cada vez mais em estufas com uma produção que parece ser cada vez mais artificial.

Nesta conversa, deu tempo dele nos falar um pouco da sua trajetória de vida. Ele nasceu no Paraná e foi criado em sítio. Em 1986, morou em Bauru/SP, tinha uma caminhonete com som, passava nas ruas vendendo produtos agrícolas. Depois foi sindicalista (sindicato dos aposentados), em Jaboticabal/SP, mas parou para trabalhar na

usina. Antes do assentamento ele estava em Bonfim/SP (perto de Guariba), era motorista.

Veio para o assentamento em 2006, já com a idéia de montar uma associação. O lote era do tio dele, desde 1997 – o tio participou do acampamento. Disse que nas suas folgas vinha correndo para o lote do tio, que acabou passando o lote para ele. Sempre tinha muito serviço, que ele e o irmão ajudavam. Mencionou que vinha arrancar tora de árvore no enxadão. Sua esposa mora e trabalha em Taquaritinga/SP, então o casamento é assim: ele vai pra lá ou ela vem pra cá aos finais de semana. Ela mora com os pais e trabalha em pastelaria fazendo salgados.

Contou também que há 5 anos ele parou de beber, pois dava trabalho quando bebia. Em uma passagem engraçadíssima, quando morava e trabalhava em Cubatão/SP, na siderúrgica, um dia ele e um amigo, bêbados, resolveram subir a serra do mar a pé, sozinhos pelo meio da mata, com garrafas de pinga – trata-se de uma serra que tem uma escada com uma espécie de trilhos, por onde passam materiais das indústrias. Chegaram lá em cima quase anoitecendo e tinham que voltar, eles já estavam desesperados, quando outros funcionários os encontraram e deram uma dura neles, mas também uma carona para descerem pelos trilhos que os salvou. No final da conversa mencionamos que o próximo fim de semana seguinte seria feriado e perguntamos o que eles iam fazer. O Sr. Zé disse que nessas ocasiões ele vai para um rancho pescar. A dona Lourdes falou que adora uma pescaria, mas que provavelmente iria à Borborema/SP, visitar parentes.

Depois desse primeiro encontro fizemos várias visitas ao lote dele com a equipe do Nupedor e ele se tornou um grande parceiro ao disponibilizar o barracão da associação para nossos cursos de capacitação e ajudar na divulgação. Disse que poderíamos ir sempre em seu lote e utilizarmos o barracão para cursos. A associação conta com um barracão comunitário que dispõe de cozinhas[129], espaço para um telecentro e uma sala para o estúdio da rádio (que ainda não foram implantados), escritório, banheiros e garagem. O Zé gostaria que o galpão fosse um entreposto para o PNAE e o PAA. Para ele, se isso desse certo, poderia montar uma cooperativa central, com sede e presidente aqui do Monte Alegre, com capacidade de envolver mais de 50 cidades da região. “Espaço aqui tem à vontade. Só falta vontade do poder público. Mas

[129] São duas cozinhas diferentes: uma delas apenas com forno, que é utilizada pelas famílias para promoverem festas. A outra é a cozinha do antigo grupo de mulheres dos doces, cuja responsável é a dona Lourdes.

agora está um total descaso porque eles levaram uma surra nas urnas aqui. Repercute como vingança pessoal", completou.

Em outra ida a campo, passamos no lote do Zé, mas ele não estava. Segundo seus parentes, ele não pára em casa: está sempre atrás de articular as coisas da comunidade e da associação. O pai dele, Sr. Alfredo, nos recebeu e como estava quase na hora do almoço dissemos que voltaríamos mais tarde. Mas o Sr. Alfredo fez questão que esperássemos um pouco, porque o filho já estava chegando. Ele inclusive ligou no celular para saber onde estava.

Então, perguntamos como estava a produção no lote, mas o cenário traçado foi desolador: recentemente eles utilizaram R$ 5 mil para plantar milho, que lhes rendeu R$ 2,5 mil, um prejuízo de 50%. Possuem limão no lote, mas pelo preço que o atravessador quis pagar, não deu nem para colher. Eles preferiram deixar a produção cair no chão e voltar para a terra. Apesar desse cenário, após uma caminhada pelo lote em outra visita[130], pude perceber vários outros sistemas produtivos, uns voltados mais ao autoconsumo e outros para comercialização. Primeiro que eles possuem vários tipos de criação animal: suínos, aves, caprinos e gado. Os suínos são mais para comercialização que outras, inclusive possuem raças diferentes, embora seja caracterizada como uma produção de venda ocasional. Na visita ao lote vi que uma porca tinha acabado de parir 10 filhotes, que serão engordados para o final de ano. Depois perguntamos o que eles achavam de batalhar pelo SIF (Selo de Inspeção Federal), já que muitos assentados possuem criação suína, mas eles disseram que perderia o "caipira", em função das normas de produção, alimentação, confinamento etc. E, por outro lado, precisaria aumentar muito a escala produtiva dos assentados para funcionar durante o ano todo.

Há produções vegetais que podem ser para autoconsumo ou venda, como: café, abóbora, abobrinha, inhame, horta, pimentão, tomate, feijão, várias frutas (inclusive pés de pêra e maça) e mandioca. Talvez o Sr. Alfredo tenha falado que o lote está parado porque antes tinha 70 cabeças de gado numa criação em confinamento, mas deu prejuízo de R$ 10 mil. Agora, a família mantém em torno de 5 cabeças para o autoconsumo.

O Sr. Alfredo nos contou um pouco de sua trajetória antes de ir para o assentamento. Ele disse que é mineiro e depois foi morar no Paraná, onde o Zé nasceu. Trabalhou muito em fazendas de cana e de café, até que "jogou tudo para o alto" e foi

[130] No dia 31/08/2013.

para a cidade. Lembrou que morou em Londrina/PR e depois em Santos/SP, quando trabalhou como motorista e levava os turistas para as pousadas. Disse que foi o irmão dele o primeiro a vir para esse sítio, mas a família toda acabou atraída para cá: "Quem tem o clima da roça, tem que ficar na roça. O tempo na cidade é gostoso, mas tudo você tem que pagar. Levar eu para a cidade, pode levar no caixão, porque parado num banco, os nervos vão tudo endurecendo. (...) A molecada [do assentamento] precisa estudar, mas também aprender produção", disse o pai de Zé Negão.

Depois, quando o Sr. Zé chegou conversamos sobre a rádio. Ele está buscando parcerias possíveis com a UNIARA, UFSCAR e SENAI. Sozinhos, eles não entendem muito da parte técnica. Ele tinha acabado de voltar da UFSCar, onde foi negocias um treinamento e uma visita de possíveis estagiários do curso em sua sede. Ressaltou a idéia de que será uma rádio para a região, além da comunidade. Mas que será uma rádio comunitária, portanto, não será permitida a propaganda direta. E a segurança vai ser reforçada, por causa dos assaltos no galpão do assentamento.

Andamos pelo lote e ele nos contou um pouco de suas tentativas fracassadas anteriores à cana: plantou 3 alqueires de milho com R$ 6 mil do PRONAF. Mas com a colheita de uma safra irregular, teve que vender tudo para um criador de gado e, com isso, teve prejuízo. Tentou plantar abóbora entre os eucaliptos que tem no lote, mas não conseguiu vender os 100 Kg da produção no PAA. Então, teve que vender para um atravessador que levou para fábrica em São Lourenço do Turvo, a R$ 0,10 o quilo.

Outras experiências frustradas ocasionaram a conversão de parte do cafezal de seu lote em plantio de eucalipto e pomar de limão. Ele também estava plantando 90 pés de maracujá, para um teste, porque é uma fruta de alto valor agregado. Pelo fato de estar à frente da associação, disse que sempre aparecem possíveis projetos para o assentamento com agentes externos. Um zootecnista que vendia ração animal convence-o a entrar em um negócio que acabou o deixando endividado com criação de gado. No caso, o técnico o fez comprar um monte de ração para investir no gado. Mencionou também um projeto com pesquisadores da USP, que seria uma mini-usina de cachaça e álcool, sendo que os assentados ficariam com alguns dos subprodutos. Neste projeto, nas entressafras produziriam o sorgo sacarino – variedade que está sendo testada para produção de álcool e o cacho dela serve para ração animal, segundo ele. Mas o projeto não tinha perspectivas de início.

Falamos muito sobre o ciclo da cana no assentamento, sobretudo no caso dele. Em seus cálculos, nos últimos 5 anos a cana movimentou R$ 21 milhões no

assentamento, as famílias se capitalizaram, compraram automóveis. Para ele, antes da cana era trabalhar só para a subsistência e com a parceria da cana deu para guardar um pouquinho. “Hoje no assentamento não dá só pra ser só agricultura familiar. Precisamos da intermediação da agricultura patronal. Tem a integração com a cana, eucalipto, granja, milho e soja. Acaba parando no zero só com a agricultura familiar”. Portanto, ele acredita que não existe possibilidade sem parceria com algum agronegócio.

É justamente o caso da grande novidade das estufas no Monte Alegre. Ele disse que cada vez mais produtores estão construindo, inclusive alguns deles já possuíam mais de uma estufa. Ele considera bom o arranjo. Há um produtor em Tabatinga/SP que presta assistência técnica. E há também um atravessador conhecido como “Canela”, que tem um *Box* no Ceasa em São Paulo, que empresta as caixas e compra toda a produção dos assentados semanalmente. Quando estávamos falando sobre a estufa, o Zé resolveu nos levar para conhecer a estufa do Pinguim, pois também precisava falar com ele. Sua estufa fica no lote da agrovila, localizada bem ao lado do barracão comunitário do núcleo III – já a família do Zé não tem casa na agrovila, eles moram no lote de produção que fica a aproximadamente 1 km da agrovila.

Pingüim possui uma estufa plana de produção de pimentão e vende ao mesmo atravessador, o Canela. O agrônomo que prestar assistência técnica é contratado. É uma atividade que tem interessado os assentados, embora exija um investimento considerável para sua instalação e nenhuma segurança se o atravessador deixar de comprar dos assentados, embora eles possam procurar outros meios de escoar a produção. O Zé falou que existe um financiamento do Pronaf para a estufa, no valor de R$ 25 mil e que há especulações de que esse valor aumente para R$ 45 mil. Na etnografia com a dona Neusa, que investiu nessa alternativa produtiva, foi possível abordar mais detalhadamente a experiência de sua família com a produção em estufa, bem como o fato de que se trata de uma produção capital-intensiva. Entretanto, a toda hora eles se referiram àqueles que investem em estufas como os que estão bem no assentamento. Mencionaram o caso de um assentado cujo apelido é Bacana: este assentado possui uma estufa de 1.600 metros quadrados e tem renda mensal entre R$ 6 e 7 mil por mês. Ele já está entregando alface embalada e trabalha também com um pouco de rúcula. Soubemos mais recentemente ainda, no início de 2015, que um cooperado do núcleo IV já possui 10 estufas em seu lote.

Quanto às políticas públicas, ele acha que ajudam e devem ser uma meta, mas não a única. Mesmo porque a cota nos programas é insuficiente para a família. Além

disso, ele já estava por dentro do escândalo que estouraria poucas semanas depois e paralisaria o PAA. Zé Negão disse que a prefeitura de Araraquara estava alegando que havia uma lei do MDA que só permitia cadastrar até 300 produtores (e até 30 mulheres) por município e que, portanto, estavam selecionando os assentados por meio de uma cooperativa, controlada por agentes da prefeitura e do poder local. Na verdade, a falsa informação da prefeitura escamoteava a corrupção empreendida através do PAA, com a qual eles dificultaram o acesso dos produtores ao programa, permitindo somente através da cooperativa deles. Com isso, conseguiam selecionar quais produtores entravam no "esquema", segundo o Zé. O presidente da Câmara dos Vereadores de Araraquara, assessores e funcionários da Secretaria de Agricultura estariam à frente dessa cooperativa, forjada para fazer as entregas ao município. Ele disse que a cooperativa cobrava taxas abusivas e pagava pouco para os assentados: "Cobram 10% a mais, além dos 13% da cooperativa". Além disso, afirmou que o esquema muitas vezes envolvia uma "compra fantasma", ou seja, apenas a compra das notas dos produtores, enquanto parte da produção era comprada de outros lugares[131].

No período que antecedeu o escândalo, em uma ida a campo no assentamento Bela Vista, o sr. Edmilson (mais conhecido como Neguinho, liderança de um dos principais grupos produtivos, a horta Pedra D'água), relatou que deste assentamento apenas um produtor fazia a ponte com a prefeitura, os demais apenas entregam a produção a ele, muitas vezes emprestando o talão de notas. O grupo dele parou de entregar a produção para o PAA em Araraquara e ficou apenas com as vendas no varejo e nas feiras. E acreditava que as coisas não iriam melhorar na gestão do prefeito Barbieri. Segundo ele, a cooperativa controlada por agentes locais para desviar recursos do PAA era composta pelo presidente da Câmara dos Vereadores, Napeloso, um de seus assessores Cristiano e o secretário de agricultura Célio. Para o assentado, a cooperativa que eles criaram fazia a política pública virar política de clientelismo e corrupção. E ele discordou do Zé Negão quanto ao valor extorquido dos produtores, ao afirmar que "10% a mais é pouco..."[132].

[131] Nesse sentido, ele mencionou que essa cooperativa compra parte da produção no Ceagesp de Araraquara, mas que compra produtos mais velhos e mais baratos, daí quando chega nas escolas as merendeiras falam que o produto do assentamento é ruim, pois ela tem a informação de que os produtos são dos assentados.

[132] Para completar, o Neguinho relatou mais problemas relacionados aos mercados institucionais, com o caso da prefeitura de São Carlos/SP – que vinha sendo a principal compradora da produção do grupo Pedra D'água. A referida prefeitura historicamente não trabalhava com a agricultura familiar até que foi construída uma boa estrutura durante o governo de Newton Lima (PT, gestão 2001-2008). Porém, o PAA parou em 2013, na gestão de Paulo Altomani (PSDB).

Outra denúncia de corrupção do Zé foi a obra do posto de saúde do núcleo III do assentamento Monte Alegre. Havia uma placa logo na entrada do posto de saúde informando que estavam sendo gastos R$ 780 mil na obra. Mas o Zé vem acompanhando sua execução e disse que praticamente mudaram uma parede de lugar. Para ele, fizeram uma obra que poderia custar R$ 10 mil e que ao menos poderiam ter trocado os móveis, o que não foi feito. Justificou que nenhum equipamento foi adquirido, portanto não justificava o valor informado na placa. Disse que a única coisa que mudou por lá nos últimos tempos foi o médico: "Antes era o dr. Paulo, agora é uma mulher".

No dia 8/10/14, visitamos novamente o lote do Zé. Ele disse que atualmente a associação está com 22 associados. Nessa conversa acabamos ouvindo duas denúncias de que assentados que eram lideranças enganaram os demais. Um caso foi em sua própria associação: o Nadércio, um dos três dirigentes da associação se beneficiou sozinho de um projeto com alto subsídio para plantar açaí, enganando os demais ao falar que não haveria apoio para o plantio. Ele estava extremamente desanimado. Outra denúncia foi sobre a cooperativa do IV: nos contou que o Sr. Saraiva, o assentado que reestruturou a cooperativa, estava à frente de um projeto para frango industrial e inseriu vários cooperados, pegando empréstimos em nome deles e depois colocou o lote a venda. O que se fala é que ele foi embora para São Paulo. Uma das lideranças que assumiu a frente da cooperativa é a Sirley, uma jovem filha de assentado. Mas são episódios que fazem com que as famílias percam a confiança nas organizações, bem como o escândalo do PAA. Então resumiu, no momento, com o fim da usina Maringá e a mecanização a cana acabou, e programas como o PAA e o OP estavam parados.

Sobre a permanência dos jovens, ele falou que está pagando mão-de-obra e mesmo assim não tem. Mas acredita que se tiver alternativa o jovem fica no assentamento, ou volta, pois nem todos conseguem fazer a vida na cidade. Uma possível solução, segundo ele, seria a criação da DAP do jovem (individual). Exemplificou que a DAP para o PAA é até R$ 9 mil por ano, porém contando quatro pessoas de uma família não dá quase nada. Se cada membro da família tivesse daria R$ 32 mil por ano.

5.11 Dona Neusa: a cana que vira açúcar mascavo e rapadura

Dona Neusa é uma assentada que produz açúcar mascavo e rapadura em seu lote, com a ajuda do marido e da filha. Em 2009, quando articulamos a participação de um grupo de assentados/as em um curso sobre esses derivados de cana, na UFSCar em

Araras/SP, ela já se destacava por seus conhecimentos no fabrico dos produtos[133]. Depois disso foram várias visitas ao lote, durante as quais pude acompanhar as mudanças nos sistemas produtivos e da própria família. Além disso, em uma das visitas pude registrar um excelente relato de sua vida.

Ela nasceu no Pontal do Paranapanema, seus pais eram colonos na fazenda de um japonês. Morou na fazenda até os 28 anos. Era uma fazenda que produzia melão, feijão, abóbora, batata, dentre outras produções vegetais para os mercados das cidades do entorno. Disse que a disciplina na fazenda do japonês era muito forte, não se podia conversar durante o trabalho, tinha o fiscal sempre por perto. Ela própria se tornou fiscal, controlava os dias de trabalho, cuidava do pagamento dos trabalhadores, ensinava o trabalho, mandava embora.

Lembrou de sua infância por lá, quando começou a "ajudar" a família, cuidando de seus irmãos, aos 8 anos: "Era tão criança, pulava amarelinha. A vizinha chamava que o nenê queria mamar, eu fazia com "engrossante" e o leite não saía na mamadeira, porque tava com pressa para brincar". Ela parou os estudos para ajudar a mãe e não completou o Ensino Fundamental. Sua mãe também trabalhava nas colheitas de algodão ou batia amendoim em outras fazendas: "Eu ficava olhando minha mãe entrar no caminhão e ficava com dó. Se ela ganhasse uma bala, trazia para mim. Eu jurava que um dia ia ajudar". Aos 12 anos, falou para a mãe que ia trabalhar na fazenda, mas a mãe não queria que ela abandonasse os estudos. Ela cursou até a sétima série, quando já estudava no período noturno, e o dinheiro ela dava ao pai. Disse que quando começou a receber seu dinheiro toda semana na porta da casa do patrão, isso incentivou seus irmãos a abandonarem os estudos também.

O pai, que não era muito bom com ela, pagava aluguel, água e luz. O dinheiro dos demais era para a despesa da família. Ela mencionou que gostava de comprar uns poucos itens para seus cuidados pessoais, como *shampoo* e esmalte, afinal, na fazenda só havia rapaz e moça solteira, então ela disse que namorou muito em sua juventude, embora não tenha se casado nessa época como era de costume. O pai implicava com tudo em relação a ela, inclusive a batia. Aos 19 anos tomou a maior surra na frente das amigas, foi a ocasião em que ela ficou com raiva do pai. Ela estava fazendo o cabelo de uma amiga para o casamento (disse que passava cerveja para formar cacho), quando o

[133] Na ocasião, o prof. Dr. Tal e tal. A toda hora ele fazia questões aos assentados para testar seus conhecimentos, como sobre o ponto certo de tirar o produto do fogo. Ao final do dia, na hora de entregar o certificado, o professor brincou que ela era a primeira da turma.

pai começou a bater nela. A tia foi defendê-la e no calor da briga perguntou por que ele não tinha a deixado ir embora: foi quando ela descobriu que não era filha dele – e por isso ele tinha raiva dela.

Depois disso, parou de dar o seu dinheiro ao pai e passou a fazer a despesa ela mesma, para todos da família. Disse que isso fez melhorar, porque o pai procurava economizar com tudo, "comprava até o arroz ruim". Depois que ela assumiu as despesas, até o pai passou a ver como ela fazia e mudou um pouco seu jeito, disse ela. Seus irmãos davam o dinheiro para ela comprar os mantimentos da família. Sua legitimidade foi sendo constatada também pelo fato de que Neusa era uma das melhores trabalhadoras rurais da fazenda.

Quando ela tinha 28 anos, a família passou um natal em Guariba, na casa de uma de suas tias. Foi esta tia quem a convidou para ir morar em Guariba, seus primos eram cortadores de cana: "tinha muito, eu nunca tinha visto tanta cana". A tia lhe falava: "se você vier, vai rachar de ganhar dinheiro, Neusinha, do jeito que você trabalha".

Ao voltar para a fazenda, falou com o japonês e ele deu até um dinheiro a mais para ela ir, escondido de outras pessoas. Os empregados não eram registrados na fazenda, então foi uma espécie de pagamento moral do patrão, que disse que era por tudo que ela já havia feito. "O japonês me falou: "eu vim do Japão, deu certo, se não der certo, você volta"". A mãe só chorava e o pai não falava nada.

Ela e uma colega (Biú) vieram e alugaram uma casinha, lembra delas fazendo comida improvisando um fogareiro com lata: "Nós queimava a lata!". Sua amiga começou a namorar o fiscal da usina e, aos sábados, ele levava as duas para comer pizza e tomar sorvete. Em uma dessas saídas, o rapaz disse a ela que um amigo dele queria conhecê-la. Mas ela tinha deixado um namorado lá no Pontal. O tempo foi passando e o rapaz foi apresentado a ela, era o Sr. Luiz. Ele trabalhava como pedreiro na cidade e nunca tinha sido da roça. Quando a amiga foi morar com o namorado, o Luiz também chamou dona Neusa para morar com ele. Mas ele morava provisoriamente em um hotel. Então, ela contou que escreveu à sua mãe perguntando o que achava da situação, sua mãe lhe respondeu: "você tem 28 anos, veja o que faz aí" – ela fez menção que a mãe achava que já estava mais do que na hora da filha se casar. Então, dona Neusa foi morar com o sr. Luiz e ficaram apenas 1 mês no hotel, depois já foram construir a casa deles.

Nessa época, dona Neusa ganhava premiações da usina por ser "a mulher produtividade". A usina concedia cestas básicas aos trabalhadores que cortassem mais cana e havia premiação para as mulheres também: "todo mês era eu". O casal ficou por

10 anos em Guariba, onde tiveram as duas primeiras filhas. Mas quando tinha 38 anos, Dona Neusa parou de cortar cana, quis sair da cidade para morar em sítio. Ela disse que 10 anos na cana acabou com ela, embora esteja muito bem, continua uma forte trabalhadora em seu lote. O casal chegou a ver um sítio em Mato Grosso, que tinha 23 alqueires e forte produção de banana. O problema era que lá havia muita febre amarela. Uma outra colega dela, trabalhadora rural de Guariba, sabia que havia lotes do assentamento Monte Alegre a venda, então falou:"nem pensar que vocês vão para lá, vão para o assentamento".

Em 1992 eles venderam a casa de Guariba e chegaram ao assentamento com uma cama de casal, outra de solteiro e um fogão. Compraram um lote de moradia (na agrovila) que só tinha um barraco de barro. Em uma semana, construíram três cômodos. Quando já haviam feito uma horta e outros roçados de mandioca e abóbora, o pessoal do Itesp foi lá falar que eles não poderiam ficar, porque eles tinham feito o negócio diretamente com a família que saiu e não através do Itesp. Mas a família conseguiu convencer os gestores a ficar, pelo perfil de trabalho e pelas várias benfeitorias que haviam feito, inclusive a limpeza do poço. Dona Neusa mencionou que o Itesp chegou a deixar a família ocupar 3 lotes da agrovila com criação de gado, enquanto esperava sair um lote de produção. Além do gado, já fazia rapadura e a família plantava o "arroz e feijão" dela.

Em 1997, finalmente foram morar no sítio. Foi um ano no qual várias famílias que estavam irregulares, como a dela, foram regularizadas. Novamente começou um período de mudanças e adaptações para a família, eles tiveram que construir outra casa, preparar a nova terra, ela cuidava das crianças e começou a ter que trabalhar em colheitas de laranja para ajudar a ganhar dinheiro[134]. Seus outros três filhos já haviam nascido e as mais velhas se incumbiam de cuidar dos mais novos. Compraram material e o sr. Luiz construiu a casa.

Depois disso, veio a estratégia produtiva do bicho da seda. Ela ganhou os bichos e acabou juntando com uma vizinha "comadre" para produzir. As duas cobriram um barracão, mas nunca deu certo: "os bichos não subiam, faltava comida para os bichos, o padrão da empresa nunca era alcançado". Tinha que forrar o espaço dos bichos com folhagem de amora para alimentá-los até que eles subissem ao forro para fazer o casulo. Lidando com as amoras, a comadre quase morreu de picada de aranha. "Era roçar

[134] Ela disse que apanhava laranja na fazenda Moreira, antes produtora de citros e que hoje é apenas de cana-de-açúcar.

braquiara para a amora ir bem, picar tudo e colocar lá, mas o bicho não subia para fazer casulo". Ela abandonou e tentou plantar maracujá. Teve um período que deu bem e ganhou algum dinheiro, mas depois deu doença e teve que acabar também. Parou com o gado porque o casal foi envelhecendo e porque na seca tem que ser mais porco e galinha. Para eles, o gado requer mais manutenção também, pois estoura cercas etc.

Continuou sempre com a rapadura, era a produção que lhe dava um retorno garantido. Mesmo se não plantasse a cana, podia-se comprá-la nas redondezas para fazer um lote de rapadura. E quando o pessoal começava a perguntar se ela ia fazer rapadura, já estava na hora de fazer. Disse que aprendeu com um primo em Guariba. No assentamento, ela fez primeiro um engenho movido à égua, depois um elétrico e agora tem um à gasolina para moer a cana.

O casal possui uma interessante estratégia para cuidar das atividades do lote: cada um toma conta de sua atividade com autonomia, embora se ajudem todo o tempo. Por exemplo, quando dona Neusa fala do bar que tem no lote, ela fala: "É do Luís, eu nem vou lá e nem sei nada do bar". Ele possui o bar e faz serviços de pedreiro. Já o negócio da rapadura é dela e da filha: são elas que vão comprar a cana, a lenha e os demais ingredientes como abóbora, mamão etc., lavam e preparam a cana um dia antes, depois fazem a rapadura e embalam, comercializam dentro e fora do assentamento. Os filhos que trabalham fora possuem seus próprios salários. Porém, pudemos perceber que o sr. Luís ajuda a moer o caldo da cana, na medida que ela precisa de mais na produção da rapadura. Ele ajuda também a comercializar a rapadura e o mascavo em seu bar. Ela, por sua vez, "ajuda" no bar: uma vez chegamos e os dois estavam no bar conversando com alguns clientes. Mas o mais importante a destacar é que mesmo a rapadura sendo uma atividade das mulheres do lote, o rótulo que vai no produto leva o nome do Sr. Luiz como se ele fosse o produtor. Segundo o casal, isso não tem problema e é até necessário porque apenas ele possui registro de produtor rural, muito embora a DAP e a própria titulação do lote atualmente são conjuntas. Dona Neusa diz não se importar que no rótulo saia apenas o nome dele.

Em 2013, estávamos organizando um curso sobre contabilidade para grupos produtivos de mulheres e fomos convidar a Neusa. Ela contou que estava passando o negócio da rapadura para a filha, Giselda, pois já está chegando o tempo de sua aposentadoria, ela alegou que está querendo ficar mais tempo na beira do rio, pescando (sua atividade de lazer preferida), cuidando da casa e dos netos, sem a obrigação de produzir açúcar e rapadura. Mesmo a atividade de lazer se transforma em uma atividade

que gera renda, na medida em que os peixes pescados no rancho que eles freqüentam são consumidos e comercializados no lote. Há inclusive uma placa na entrada do lote informando que eles vendem peixes frescos. Dona Neusa sempre reafirma que adora ir pescar, adora ir para a beira de um rio, bem como seu marido. Ela quis que a filha participasse do curso, mas também compareceu. Das últimas visitas em seu lote já havíamos registrado a participação da filha na produção da rapadura, momento no qual dona Neusa passa à filha seus conhecimentos de produção.

Ao indagarmos quais os pontos de comercialização em Araraquara, ela disse que não queria ampliar a produção e a comercialização, por causa do trabalho, dos custos e por que: "os meninos estão trabalhando fora. As meninas não querem expandir". Ela comercializa no local, onde funciona o bar do Sr. Luiz, faz feira, os técnicos do Itesp encomendam para levar a feiras de grande porte (como no parque da Água Branca em São Paulo e na AGRIFAM[135]) e em apenas um ponto em Araraquara, no mercado municipal. Ela disse que não gosta muito de ir à cidade comercializar a produção: "Eu me perco em Araraquara. É outra lógica".

Na visita do dia 15 de julho de 2013, o casal falou que tem cinco filhos, duas já eram casadas e moravam fora do assentamento. Três moravam no lote, sendo uma casada com um rapaz de fora do assentamento (Giselda, 23 anos), outro com 21 anos já era casado com uma moça do assentamento (este foi lembrado como um marco da família, quando vieram para o assentamento este filho tinha 8 meses) e o caçula tinha 18 anos, ainda não era casado mas namorava com uma moça do assentamento. Os três que moravam no lote diziam não que não queriam sair do assentamento, mesmo os que trabalhavam na cidade – os dois mais novos.

Em 2014, novas mudanças: na última visita que fiz ao lote da dona Neusa, ela falou que sua filha Giselda foi morar com o marido na cidade. Eles estão "apanhando laranja". Mas outra filha dela voltou a morar no lote. Não pude descobrir se esta havia se separado e voltado a morar no lote ou estava lá para ajudar a mãe, mas o fato é que nesse dia havia outra filha da dona Neusa a ajudando a fazer a rapadura.

Apesar de não querer ampliar a produção de rapadura e açúcar mascavo, dona Neusa tem procurado alternativas para diversificar a produção. Ela está procurando a

[135] Neste dia ela estava começando a se organizar para preparar um lote de rapadura que os técnicos do Itesp solicitaram para levar à AGRIFAM. Na visita que fizemos no dia 09 de agosto de 2013, ela já tinha voltado da AGRIFAM, nos disse que levou 800 barras de rapadura e voltou com apenas 130, por que houve um desencontro com um dos compradores no último dia de feira, que iria comprar a produção restante. Mas ao chegar em Araraquara o comprador da cidade já estava ligando para ela e solicitando o produto, portanto ela foi entregar essas rapaduras a ele.

mesma estratégia produtiva que é a nova moda e que muitos assentados do Monte Alegre estão implementando: a estufa para produção de legumes como pimentão, tomate ou pepino. Trata-se de uma alternativa que surgiu com um técnico da CATI e um atravessador, cujo apelido é Canela, que possui *box* na CEAGESP em São Paulo e compra toda a produção dela. Ele é sitiante numa cidade próxima e produtor em estufas. Ofereceu inclusive a assistência técnica para os assentados implantarem suas estufas. As mudas e insumos externos, como os agrotóxicos, são adquiridos em empresas especializadas. Trata-se de uma produção, como se diz na Agronomia, capital-intensiva, que possui muita dependência da compra de insumos externos. A começar das mudas, que são produzidas por empresa especializada. Entretanto, ao lado de cada estufa fica uma caixa d'água usada para irrigação, na qual são colocados fertilizantes químicos e agrotóxicos. A aplicação desses produtos é constante. Segundo alguns agrônomos são os produtos químicos sistêmicos, que são aplicados desde a semente da planta.

A Dona Neusa disse que o Banco do Brasil financia esse tipo de estufa um valor de até R$ 34 mil – e disse que esse valor vai subir para R$ 42 mil. Mas que para ela é um valor alto demais, então ela arrumou formas de baratear o custo, por exemplo, com madeira do próprio lote. Ela afirmou que o custo com a estufa dela chegou a R$ 16 mil e foram utilizados apenas recursos financeiros próprios. A assistência técnica é feita por um técnico de Ibitinga/SP, ela paga R$ 100,00 por mês. Acredita que esse tipo de produto tem várias opções de comercialização, não apenas com o Canela, mas em feiras e com a cooperativa. Segundo ela, aproximadamente 20 assentados já possuem tais estufas, todos com o mesmo esquema de produção, assistência técnica e comercialização.

Com a nova estratégia das estufas, a idéia é que cada filho possa ter sua própria estufa e possuir um negócio "próprio" no lote dos pais. Os que trabalham fora continuariam, pois o serviço na estufa permite eles possuírem a atividade fora e serviria para lhes garantir renda extra e manter um vínculo maior no lote – o que é bom até em termos de aposentadoria rural.

Para instalar toda a estrutura ela gastou R$ 14 mil. Para manter a produção, precisa comprar 2.100 mudas a um custo de R$ 1.050,00 por ano. Fertilizante e veneno são mais R$ 1.000,00 por ano. O acompanhamento técnico do agrônomo é R$ 100,00 por mês. Durante a visita pudemos projetar seus ganhos com a estufa, entre o que ela imaginava e o que vinha acontecendo. Imaginava que o preço ideal de cada caixa de pimentões seria R$ 70,00, mas em algumas épocas do ano, como o fim do ano, subiria

para R$ 100,00 a caixa. A comercialização se dá toda semana: ela liga, colhe e o atravessador vem buscar.

Se no auge da produção e do preço ela vender uma média de 300 caixas por mês, a R$ 70,00 cada, daria R$ 21 mil por mês. Mas na primeira semana de produção a colheita rendeu apenas 11 caixas e o preço pago foi de R$ 5,00. Na segunda semana, 14 caixas a R$ 10,00 cada. Na terceira foram 28 caixas, cada uma vendida a R$ 12,00. Na quarta semana a produção já estava atingindo por volta de 70 caixas, mas ela estava esperando aumentar o preço para começar a colher: "R$ 12,00 cada, está muito barato". Cada pimentão tem 800 gramas de "carne", conforme a expressão que ela usou. Ela ainda espera colher 100 caixas por semana. O preço é que talvez não chegue a ser tanto quanto as pessoas envolvidas falavam, ainda mais que agora há várias estufas como essa no assentamento.

Está produzindo o pimentão vermelho, mas o próximo será o amarelo. Ela disse que podem vir novos produtos se o pimentão der problema, por exemplo, com doenças. O detalhe é que eles não comem o pimentão de estufa. A princípio falaram que não gostam de pimentão, mas depois falaram que ainda mais com o tanto de veneno que vai junto com ele.

Em 2014, a família já havia construído uma nova estufa em frente à primeira. Porém, aconteceu uma grande tempestade no assentamento que derrubou toda a estrutura de suas estufas. Ela estava com o Sr. Luiz no rancho quando a família ligou dizendo que na noite anterior a ventania tinha feito o maior estrago nas estufas. Apesar de perder parte dos investimentos, a produção continuou a céu-aberto. Apesar de não ter dado tempo de acompanhar outros desdobramentos dessa estratégia produtiva até aqui, destaca-se que se trata de mais uma "parceria" que envolve produção convencional intensiva em insumos, portanto cara, para atender em grande escala ao mercado urbano por meio de atravessadores.

Com a cana agroindustrial eles entraram apenas na fase com a usina Maringá, ou seja, não aderiram à cana nos primeiros anos com a usina Santa Luiza. Eles tinham medo de perder a terra e de não conseguir a aposentadoria, porque o sindicato não dava o atestado para famílias que plantassem cana com a usina. Mas quando veio a onda da cana foi "inevitável". Apesar dos problemas atuais, para ela o ciclo da cana foi muito produtivo. Embora ela tenha falado que no assentamento nunca passou fome, a cana mudou o assentamento, no sentido de que antes era muito mais "sofrido". Ela não conseguia guardar dinheiro e só controlou a situação financeira com a cana. Mas agora

está tudo atrasado, o quinto corte não tinha sido pago – um ano depois da colheita ela recebeu R$ 2 mil dos R$ 12 mil que tem a receber. Já a cana do sexto corte estava lá e ninguém (a usina) virá cortar. O pior é que não dá para fazer rapadura e açúcar mascavo com essa cana da usina: "não fica a mesma coisa". Relatou que a Maringá, que atualmente predomina os contratos com os assentados, não dá mais nada a não ser a muda. Está sem dinheiro para adubar o solo, plantar com máquina, fazer o transporte. "Embora o pior é fazer tudo isso e ela não pagar".

Acha que as usinas vão passar a exigir áreas contínuas, porque o maquinário estraga o canavial em áreas pequenas. Deu um exemplo de como seria isso, no caso de três famílias vizinhas que realizassem o contrato, cada família teria que deixar um terço ou metade do lote sem cerca para juntar com as áreas das outras famílias. Mas ela avisa que isso não será viável no assentamento, porque não dá para simplesmente tirar a cerca, plantar, colher e pagar tudo de forma igual entre as famílias. Há que se considerar uma série de fatores que influenciam na produtividade e podem gerar atritos dentre as famílias, por exemplo, pelo fato de umas áreas serem mais produtivas que outras, umas famílias trabalharem mais que outras, enfim, não são iguais. Já existe uma discussão sobre a qualidade da cana de cada família, ela acha que nesse caso uma produção coletiva resultaria em conflitos. Dadas as circunstâncias, chegou a sugerir que prefere eucalipto no lugar da cana, mas que, na verdade, a "parceria" ideal é a da cana.

A situação da usina Maringá foi descrita como preocupante. Seu genro era fiscal da referida usina, mas faz um ano que pediu para ser mandado embora. "Ele tinha que ir todo dia a Guariba e cansou. No fim do mês não sobrava [dinheiro]. Ele saía às 2h, 3h de casa e sua jornada de trabalho só começava a contar às 6h, quando finalmente chegava nos canaviais". Ou seja, até chegar aos longínquos canaviais da usina, estava perdendo horas em viagens que não eram contabilizadas, pois elas passam a ser contadas a partir do momento da chegada no local de trabalho. Ele chega na usina e toma uma condução até a roça onde vai trabalhar, e só então suas horas de trabalho passavam a ser contabilizadas. Não ganhava-se pelas horas de trabalho extra: "nem adianta fazê-las porque não pagam".

Sobre o PAA, ela sabe que teve um problema em Araraquara e que o programa parou, mas o que ela sabe é que ninguém está recebendo nada dos atrasados, ou seja, daquilo que já comercializou pelo programa. Disse que Matão é uma beleza. "Araraquara atualmente não faz nada, mas quando era o Edinho até fazia". E as estradas de Motuca estão péssimas. Embora ela não participe de nenhuma associação ou

cooperativa do assentamento, disse que vai constantemente à cooperativa do núcleo IV (Coopam) comprar insumos e horas/máquina para o trabalho no lote.

Figura 4 – Produção da rapadura

Figura 5 – Marido da D. Neusa contribuindo para a produção

5.12 Sr. Edson, produtor da Cachaça do Horto: transformando a matéria-prima industrial em produto artesanal para o mercado externo

Esta etnografia partiu da proposta de investigação sobre as agroindustrias nos assentamentos. Diferentemente da padaria, a produção artesanal de cachaça tem se dado em apenas um lote familiar e absorvendo a mão de obra desta família. A agroindustria

está localizada no lote de Edson José de Biagio, no núcleo Horto de Silvânia, constituinte do assentamento Monte Alegre. Em 2011, ele estava com 52 anos e moravam com ele sua esposa Cássia (46 anos), suas filhas Mariana (11 anos) e Natália (26 anos), o genro Carlos (28 anos) e o filho do casal Diogo (1 ano). O genro é o único que trabalha fora e ajuda na produção do lote em suas horas vagas. Essa família se diferencia de tantas outras pelo fato de já chegar ao assentamento constituido, após comprar a benfeitoria de outra família que o deixou. Portanto, trata-se de uma família que chega com um grau de capitalizaçao suficiente para investir na produção e, neste caso específico, na agroindustrialização artesanal de cana.

Em nossos trabalhos de campo, Edson afirmou que todo o conhecimento necessário à produção foi aprendido com um amigo, que repassou a ele como se faz cachaça. Antes, ele não possuia tal conhecimento.

Em seu lote foi montado um barracão no qual fabrica e armazena a cachaça. Mas esta não é a única coisa que a família produz. Na verdade, a família está no assentamento desde 2005 e sempre produziu cana e milho (principais produtos para comercialização), um pouco de arroz, feijão e mandioca, dos quais o excedente é ocasionalmente comercializado. Também há fruticultura comercial, como banana e abacaxi. Existem criações de galinha e de gado para autoconsumo, das quais obtêm ovos e derivados como manteiga e queijo. Tem ainda uma pequena criação de porco, da qual se faz uso doméstico e vendas de final de ano (atende encomendas por leitões). No barracão da cachaça, percebemos um local onde o Edson deixa secar linguiças e salames, feitos com carne dos animais abatidos no lote.

Sua agroindustria de cachaça passou a funcionar oficialmente em dezembro de 2008. Antes disso, ele plantava cana apenas para entregar às usinas da região, como fornecedor de matéria-prima. Agora, com a mini-destilaria, ele passou a processar parte dessa cana no próprio lote e a ganhar mais com o valor agregado. Dos três alqueires plantados com cana, um é utilizado para produção de cachaça. Igualmente o milho, que antes era plantado e vendido junto a sitiantes locais, que arrendavam parte do lote do Edson, agora é transformado em quirela e utilizado para fermentação da bebida. Ele planta um alqueire de milho para essa finalidade.

Os materiais para montagem do barracão, bem como os equipamentos, foram adquiridos com recursos própios. Ele gostaria de incrementar sua agroindústria com novas tecnologias, desde que isso não retire as características do processo artesanal. Um

exemplo foi o azulejamento e calçamento do barracão. A cachaça é armazenada em tonéis de carvalho e de jequitibá com amendoim.

Afirmou que os cursos de capacitação ajudam muito. Nesse sentido, apontou que sua participaçao em um curso oferecido pela Unesp, sobre melhoramento da qualidade de cachaça, ajudou a melhorar a qualidade do seu produto. Disse que depois desse curso, participou de um concurso com mais de 200 produtores e que sua cachaça ficou dentre as 20 melhores – algo muito peculiar, porque seu alambique era relativamente novo para disputar prêmios com outros produtores mais tradicionais de cachaça de qualidade. Ele disse que tem interesse em defumação e processamento de embutidos, além da cachaça. Disse que o Itesp promoveu recentemente cursos para produtores que têm interesse neste tipo de produção e ele participou.

Vemos que a agroindustrialização de outros produtos de seu lote tem sido priorizada, por gerar maior valor agregado do que quando ele vendia a matéria-prima, como por exemplo, o milho ou a cana enquanto fornecedor para usinas da região. A grande novidade é que ele tem feito outra coisa com parte da cana do seu lote. Disse que o processamento da produção no próprio lote e pela família traz muitas vantagens não apenas financeiras, mas também em aspectos da organização, de convivência e do fortalecimento da agricultura familar. Sua família inteira participa dos processos produtivos. Por outro lado, vem conseguindo manter com regularidade um produto de qualidade do assentamento no mercado regional.

Sua produção de cachaça não é voltada ao mercado interno do assentamento. Outros assentados, quando indagados a falar sobre a cachaçaria do Edson, reclamam do seu alto custo. Uma garrafa de 1 litro custa R$ 10,00, um valor muito aquém do que é pago normalmente nos bares do assentamento, entre R$ 1,00 e R$ 3,00 o litro de cachaças industrializadas. Inclusive, existem outros produtores no assentamento que produzem essa cachaça mais barata. Mas o Edson fez questão de distinguir a sua cachaça de outras, consideradas "pingas", que não têm qualidade equivalente[136]. Ele prefere comercializar seu produto em mercados de bebidas especializados fora do assentamento e disse que muitos clientes também vêm até seu lote para comprar direto do produtor. Com a abertura do ponto de venda na estação de trem de Bueno de

[136] Ele explicou que há três subprodutos no fabrico da cachaça. Primeiro a cabeça, uma aguardente mais forte. Depois o coração, que é a melhor parte, a "cachaça de verdade". Por fim, sai o pé, outra parte inapropriada ao consumo. Tirando o coração, ele disse que o restante só dá dor de cabeça.

Andrada, passou a comercializar semanalmente sua cachaça a um público muito mais amplo.

Esse foi um período que conviveu com a dona Márcia, dos licores, em função dos cursos que fizeram juntos e de participarem das vendas em Bueno aos finais de semana. Ela passou a querer usar a cahaça do Horto em seus licores, então ele disse que um ajudando o outro dá certo: ao passo que ele tinha interesse em colocar mais cachaça no mercado, achava que seu produto não concorria com os licores. E a relação deles passou a envolver vendas de cachaça em consignação até idas da dona Márcia a outras feiras levando caixas de cachaça para vender junto com os licores dela.

Em minha última visita ao lote, no final de 2014, o Edson estava se recuperando de um desastre que aconteceu na família. Seu genro sofreu um acidente de moto na rodovia que vai para Motuca e por pouco não morreu. Ele ficou aproximadamente 60 dias na UTI do hospital. Por conta disso, andou muito desanimado para a produção no lote. Disse que o genro o ajudava muito no trabalho, principalmente com a cachaça. Toda a família estava abalada e mobilizada em função do rapaz.

Antes do acidente do genro, ele havia aumentado as variedades de cachaça e estava produzindo 9 sabores diferentes, dentre eles: canela, mel, pessego, menta, morango, coco e amendoin, além dos tradicionais envelhecidos em tonel de carvalho e pura (branca). No ano de 2013 chegou a produzir 3 mil litros e utilizou apenas cana plantada em seu lote. Já em 2014 ele teve que comprar a maior parte da matéria-prima de fora e disse que diminuiu a quantidade produzida, por conta do acidente. Eles também haviam levantado outra estrutura no lote, ao lado do barracão, que serve para receber as pessoas que procuram sua cachaça e querem conhecer a produção. É uma casinha de degustação, onde ele serve os diferentes sabores. Conforme disse, tem que ter um lugar charmoso para receber as pessoas que vêm aqui.

5.13 Lote do Sr. Bellintani e dona Teresa: aspectos da dinâmica familiar no assentamento

Sem dúvidas, o Sr. Bellintani é o assentado que há mais tempo venho acompanhando. A primeira vez que fui ao seu lote foi junto com o professor Luís Antonio Barone, no ano 2000, quando ele era uma grande referência de liderança no assentamento Monte Alegre. Desde então nossa relação se intensificou porque eu estava sempre em seu lote para saber como andava a regularização da "parceria" entre os assentados e as usinas canavieiras. Entre os anos de 2007 e 2008 ele foi o informante-

chave de minha pesquisa sobre autoconsumo e suas netas fizeram os melhores desenhos de lote, uma das metodologias com as quais trabalhei no mestrado. Nessa época, moravam no lote: o sr. Bellintani (57 anos), dna. Iolanda Teresa Coutinho Trench (esposa, 60), Célia Cristina Trench (filha, 30), André Trench (filho, 28), Celso Trench (filho, 33), sua esposa Vanusa (nora) e as netas Bruna (9) e Patrícia (11).

Sua família sempre morou nas intermediações de Matão. Ele contou que seus avôs[137] tinham fazenda na região e quando eles morreram a família brigou, a terra foi sendo dividida até que cada parte ficasse com um sítio, alguns herdeiros venderam a terra. Seus pais deixaram de ter propriedade da terra, passaram a meeiros e arrendatários – explicou que a diferença é que o primeiro mora em uma parte da fazenda na qual produz e paga a meia ao proprietário; o segundo não mora neste pedaço de terra, apenas produz ali e paga em espécie e/ou produção pelo direito de plantar, com preço previamente combinado. Ele foi se lembrando o que a família produzia nessas épocas: arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, criavam porco, amendoim, gergelim, café, tomate, melão, melancia, pepino, algodão.

Antes de vim para o assentamento ele teve diversos outros empregos. Após o período que foi meeiro em Matão, comprou uma terra no Paraná e foi para lá na condição de sitiante. Mas também não deu certo e acabou voltando para a cidade de origem. Novamente na situação de meeiro, ele criava animais de corte – gado e porco – e fazia suas vendas na cidade. Era conhecido como o carroceiro que vendia carnes, pois passava de porta em porta com sua carroça. Ele próprio fazia as matanças, explicou que as partes nobres eram vendidas aos açougues e os miúdos eram vendidos nas ruas – a "bucharia", como se referiu. Partes do boi vendidos na rua eram bucho, fígado, língua, rins, rabada, coração, carne de cabeça, mocotó etc. Já do porco, ele vendia miúdos como língua, coração, bofe (pulmão), fígado, além de outras partes como rins e carne de cabeça. Ele também trabalhava sazonalmente em colheitas de algodão e milho na região.

Depois, passou dificuldades em se manter na atividade agropecuária e procurou se especializar em uma atividade. Fez um curso de agente de segurança para trabalhar nesta área. Ele ficou aproximadamente 7 anos como segurança na Citrosuco e, após esse período, passou a fazer segurança particular em fazendas. Foi quando ele voltou a fazer arrendamentos. Após 2 anos como segurança e arrendatário quis vim para o

[137] Várias vezes ele já mencionou o avô, Edmundo Trench.

assentamento porque queria a terra, mas não como ele estava: pagava R$ 700,00 de arrendamento por mês, trabalhava até às 23hs e tinha R$ 3 mil em dívidas – que só conseguiu pagar após três anos aqui. Ele trabalhava mais com gado leiteiro nos últimos arrendamentos, mas com o plano cruzado foi à falência. Ficou acampado por aproximadamente 7 anos na fazenda Monte Alegre e conseguiu um lote quando o núcleo VI foi criado, em 1997.

Em 2008 seus dois filhos trabalham em um ferro velho na cidade de Matão e voltavam para o lote à noite. O filho Celso, casado com Vanusa, morava em uma casa ao lado da casa do pai no lote. Ambos ajudavam o pai nas atividades agrícolas quando estavam no lote e quando havia mais trabalho (colheitas, por exemplo). No entanto, quem mais trabalhava nas atividades agrícolas era a Célia. Segundo o sr. Bellintani, o trabalho dela equivale ao de um homem. Ele, a esposa e a filha eram os principais responsáveis pela produção agrícola do lote nessa época.

Na primeira visita que fiz a eles no período do doutorado, no ano de 2010, ele logo me chamou para sentar embaixo das árvores, onde tem uns bancos "próprios para sentar e conversar", em frente às portas da sala e da cozinha de sua casa. Ele estava ansioso para contar que todos os seus filhos não estavam morando mais lá, havia ficado apenas o casal no lote. Visivelmente desanimado com essa situação, disse que ele e a esposa não têm condições de tocar o lote sozinhos, ambos já haviam passado dos 60 anos e estavam doentes. Os dois filhos foram morar em Matão e passaram a trabalhar com reciclagem de computadores. Sua filha, que era seu braço direito na produção, se casou e foi morar com o marido no núcleo II do assentamento. O marido também é filho de assentado, mora no lote de seu pai e trabalha como motorista de ônibus (Viação Paraty), faz a linha do assentamento.

Dona Teresa contou que a filha assumiu o namoro com o rapaz e ele veio aqui pedir a mão dela em namoro para o Sr. Belintani. Depois, a filha "fugiu" com ele para ir morar num espaço no lote do pai do moço. E que se não fosse assim, era capaz do pai segurar ela aqui de tanto ciúme que sente da filha. Dna. Teresa está comemorando que a filha, aos 34 anos, pela primeira vez está saindo de casa. Seu genro também tem 34 anos. Elas passaram a se ver menos, mas dona Teresa, contente, fala que a filha passou a cuidar de sua pele, de seu cabelo, "está bonita que só vendo". Antes ela fazia todo o serviço cotidiano do lote sob coordenação do pai e nem ligava para isso. Os irmãos ajudam apenas aos finais de semana.

Dona Teresa afirmou que o marido é assim mesmo, sempre foi super protetor. Ela, quando moça, não podia nem ficar a conversar com os irmãos dele – com homens, ele permitia conversar apenas com os irmãos dela. Por outro lado, disse que sua filha era a única com quem ele podia contar todos os dias para ajudar no trabalho agrícola, não queria que ela arrumasse alguém de jeito nenhum. Segundo dna Teresa, ela que tirava o leite de manhã e fazia tudo no lote. Agora é o casal que está fazendo tudo. O pai teve que aceitar aos poucos a nova condição. Perguntei se a filha não vem às vezes ajudar com alguma coisa e ele respondeu que não. Ambos disseram que agora a filha só cuida do lote do seu sogro, pois o marido trabalha e fica boa parte do tempo fora. A única coisa é que ela pegava algumas produções do lote do pai, principalmente abobrinha, para juntar com as do sogro e assim vender para a prefeitura de Araraquara – que naquela época ainda comprava a produção dos assentados.

O lote deles se encontrava bem parado em termos de produção. Poucas vacas no pasto que ocupava a maior parte da área agricultável do lote. Pouca produção de carne (nenhum porco, poucas galinhas) e de hortaliças. Ele quer ficar com coisas que dão pouco trabalho ao casal. De cultivos comercializáveis, quer ficar apenas com a abobrinha, investir mais em quiabo e mamão, tudo no mesmo espaço consorciado. Nos pediu sementes de mamão pra ajudá-lo. Além de vender junto com sua filha, tem outro vizinho que faz o mesmo esquema de consignação: o Bellintani entrega sua produção na porteira e fica com uma parte menor do lucro. Pra ele é um esquema mais vantajoso, pois alegou estar com muitos problemas, principalmente de diabetes.

Disse que não consegue mais montar a cavalo, andar de carroça ou moto. Acabou de vender duas motos que tinha. A carroça e o burro também foram vendidos. Atualmente ele precisa vender seus produtos em sua própria porteira e também depende de pagar horas de trator para arar sua terra, coisa que antes ele fazia com os filhos e à tração animal, quase sem custo algum. Mas continua a fazer negócios com vizinhos para obter renda. Neste dia, enquanto eu estava lá, apareceu um vizinho de moto e ele pediu um momento pra ir até a porteira falar com a pessoa, dizendo que precisava ir rapidinho tratar de um negócio[138].

[138] Outra ocasião semelhante a essa ocorreu em 2008, eu estava no lote dele quando chegou um amigo, o Sr. Ademar. É um sitiante – não é assentado – que mora em Matão e é amigo de infância do Bellintani. Ele disse que sempre vem ao lote do amigo para "procurar algum negócio". Este senhor anda pelo assentamento com seu automóvel – um saveiro – passando nos lote de seus conhecidos e procurando fazer negócios. Disse que recentemente levou do Bellintani dois javalis, que este havia comprado de outro assentado e cuidou deles no período de engorda. Desta vez o Sr. Ademar queria um porco varão, um bom

Toda as vezes em que fui lá ele dizia que queria ficar mais com o gado leiteiro, mas ultimamente não está mais dando certo. Com a idade avançando e os problemas de saúde se agravando, o casal não tem condições de dar o trato e tirar o leite das vacas. Nos contou que tinha uma vaca em seu rebanho um pouco mais brava e uma vez ela quase ocasionou um acidente mais grave envolvendo sua esposa na hora de tirar o leite. Essa atividade tende a ficar restrita ao autoconsumo, embora tenha dito que ainda tem condições de tirar até 40 litros por dia. Disse que um bom negócio seria apenas engordar bezerros e depois vendê-los. Cada vaca boa ele chega a vender entre R$ 1.300,00 a R$ 1.800,00. Ele disse que vende não por arroba, mas no olho mesmo, pois as vacas que ele cria são boas e dão cada uma até 7 litros de leite sem trato.

Em 20 de setembro de 2013 fiz uma visita com a pesquisadora Amália Leonel para apresentá-la ao casal e conversar sobre sua pesquisa. Após esse dia voltamos lá na semana seguinte, dia 27 de setembro, pois havíamos combinado de almoçar com eles no lote. Ele estava em uma fase de fazer piada sobre o consumo de carne suína. Disse que parou de comer porco por duas razões: primeiro que era por causa do Velho Testamento, no qual está escrito que o porco é um animal imundo, mas, na verdade, a piada tinha relação com as restrições em sua dieta. Ele afirmou que agora, além da diabetes, também sofria de pressão alta, problemas no coração e na próstata. Disse que carne de porco é sua preferida, inclusive ele sempre teve criação de porcos e ultimamente não víamos mais tantos porcos em seu chiqueiro.

Dona Teresa disse que, com a idade chegando e os problemas de saúde aumentando, ele deu para reclamar da comida. Afirmou que não é fácil conviver com tantas dores e doenças, mas tenta fazer tudo do jeito que ele quer. Apenas quando "aperta a lombriga", ele pede para ela fritar um pedaço de carne de porco. De resto, ele quer comidas leves, sopas feitas com água, batata, sem sal e sem muito tempero. E depois vem dizer que comida boa é a da nora, que, segundo dona Teresa, põe tudo no feijão: toucinho, carne, temperos como coentro, salsinha, cebolinha, cebola, alho e pimenta. Então, quando come a comida da nora elogia, já a comida da esposa ele diz que querem matá-lo. Já na comida para seu filho André, ela tem que colocar sal, porque o rapaz tem pressão baixa. Aí falou que, para cada um, ela tem que fazer de um jeito. Um fato engraçado que Dona Teresa contou foi que outro dia a nora trouxe um pernil

reprodutor, mas seu amigo não tinha para lhe oferecer. Com a minha presença a visita do amigo durou pouco tempo, aproximadamente meia hora.

assado na casa deles, daí ela olhou para ele e imitou o choro do Kiko (personagem da série mexicana Chaves) – depois rimos muito do episódio.

Ele está tendo que adaptar sua dieta e um dos principais sacrifícios é ficar sem comer carne de porco: "O pior é não poder comer uma lingüiça, um torresmo". Disse que ao acordar toma 5 remédios. Dona Teresa também disse que sente umas pontadas no peito, toma remédio e senta no sofá para esperar passar. Os filhos querem que eles se mudem para Matão, mas ele disse que quer que suas cinzas fiquem aqui, porque ele lutou por essa terra. Não querem ir embora.

Conversamos sobre as estratégias produtivas e havia uma grande novidade: estava construindo dois tanques de peixes no lote para produção de tilápias. Na caminhada pelo lote observamos as obras, já havia passado uma máquina que abriu os tanques e faltava fazer as ligações entre eles e o rio e instalar a lona para forrá-los. Fora isso, para ele continuar minimamente engordando bezerros e produzindo algumas frutas e legumes, atualmente tem que chamar três rapazes para ajudar em troca de uma diária de R$ 150,00 cada um e ainda dar um agrado, como um porco. Mesmo assim, não tem encontrado mão-de-obra no assentamento: "A molecada foi embora!".

Falando de sua religião espírita, contou outro caso engraçado de coisas que ele tem reparado ultimamente: "quando você está *zen*, entra no meio do gado e ele até te lambe, a produção [de leite] aumenta".

Ele quis falar com a Amália sobre as várias reivindicações dos assentados que já encabeçou. Relembrou que conseguiu com que várias dívidas de assentados do Monte Alegre fossem perdoadas. Contou o episódio no qual conversou com a Marta Suplicy lá em São Paulo, que perguntou para ele: "O senhor está inadimplente em quanto"? "Eu nada", ele respondeu, "mas represento os que estão". Disse que foi uma ocasião que o governo estava renegociando dívidas. Além disso, já havíamos registrado que o sr. Bellintani foi quem apertou a mão do Geraldo Alckimin quando da criação da portaria 075, em 2002. Agora ele fala que está desanimado para essas coisas. Desde que entrou com processo contra a usina, vários assentados viraram a cara para ele e dizem que ele é um traidor que defende o Élio Neves.

Falou inclusive sobre a trágica tentativa de assassinato que o presidente da Feraesp sofreu em 2009. Enquanto a maioria dos assentados sempre critica o sindicalista, o Bellintani lembrou das reuniões que eram feitas em seu próprio lote para tentar dar um caminho para o assentamento e que ele foi o único que o alertou quando brigava pela cana: "O Élio dizia: você vai ver só o que a usina vai fazer aqui dentro". O

marido da Célia também defende o Élio Neves no ônibus em que trabalha, no qual andam vários/as assentados/as e se constitui um forte espaço de sociabilidade. O Sr. Bellintani reproduziu uma fala do genro: "Se um dia estiver com o "rabo preso" na cerca e com fome, Élio é o único que te dá a mão. O Itesp vai no seu lote? Não, não, não". Após essa brincadeira, mudou rapidamente de assunto para relatar uma coisa muito triste que havia acontecido com o pai do genro, que se suicidou. Contou que isso estava gerando muita fofoca dentro do assentamento. Foi algo bem recente que ele só foi nos contar com mais detalhes na semana seguinte, quando combinamos de almoçar com eles. Pois, na verdade, o próprio Bellintani já havia sido vítima de fofocas no assentamento em função de sua atuação dúbia em relação à cana industrial – de uma liderança que lutou pela cana, para uma liderança mal falada por conta do abandono da proposta.

Voltando aos problemas internos do assentamento, acha que eles não se dão apenas em torno do sindicato e suas lideranças. No que tange aos financiamentos, os bancos pedem avalista e um assentado acaba tendo que indicar outro assentado, não consegue pagar e acabam os dois sem poder acessar créditos. "Só cria atrito no assentamento". Há também a questão de só se financiar coisas que dão prejuízo e os deixam endividados, como o milho. Por outro lado, acha que a cana realmente seria uma boa se tivesse lei e se os assentados tivessem direitos, como expresso na portaria. Já programas como o PAA ele acha que vieram para ajudar, mas não resolver o problema. Nos contou, também, sobre a organização de uma lista de famílias que querem pegar a posse da terra. Acha que pode até ser bom: "porque se você cutuca lá em Brasília, pode ser que algumas coisas mudem". Entretanto, não está se envolvendo e acha que é perigoso os assentados começarem a vender a terra e descaracterizar o assentamento.

Na visita da semana seguinte, pudemos notar mais uma vez que apesar do lote estar mais parado em termos produtivos, muitas pessoas vêm ao lote para fazer pequenos negócios. Vieram buscar ele de manhã para ver um gado no núcleo IV, queriam vender-lhe cada bezerro por R$ 100,00, pois ele insiste em trabalhar nessa perspectiva de engordar os bezerros e vender as vacas. Disse que é comum vir alguém ao lote convidá-lo para avaliar um gado, seja para ele comprar ou não. Outros assentados perguntam quanto ele acha que deveria custar. Mas hoje tinha ficado um dia corrido por causa do nosso almoço e porque a família inteira iria chegar ao final da tarde para passar o final de semana juntos.

Durante nosso almoço, a todo momento ele se lamentava por não poder mais comer carne de porco. Novamente mencionou que sofre de doença no coração, mas, em seu costumeiro tom de brincadeira, disse que um dia estava mal e com dor, nada passava, até que comeu bisteca com pimenta que fez passar a dor. "Tenho uma pimenta no molho aí... uma gota e você já está bom!". O almoço estava ótimo, tinha um arroz com feijão bem temperado, pão[139], salada de batata com milho e azeitona e, ao centro da mesa, uma bandeja com salsicha, um tipo de lingüiça feita de soja e bolinho de carne moída frito, tudo feito por dona Teresa. Eles se desculparam e disseram que não sabiam do que a gente gostava, então fizeram um pouco de cada. Para ele, apenas bolinho e a lingüiça de soja, para passar a vontade de lingüiça de verdade.

Quando eles entraram no assunto da tragédia envolvendo o sogro de sua filha, nos contaram que o pai do rapaz bebia e começou a assediar a Selma, pois ela ficava muito em casa sem o marido e trabalhava duro no lote agrícola. O Sr. Bellintani contou que ele tinha um histórico de assédio com outras parentes também e falou que uma vez a Selma teve que empurrar o sogro. Quando souberam, ficaram muito preocupados com a filha. Mas pouco tempo depois ele foi encontrado morto, havia se suicidado. O caso repercutiu em todo o assentamento, mas sua filha e o marido estavam firmes.

No final do nosso almoço chegou toda a família e foi uma alegria. Vieram todos passar o final de semana. Vi novamente as netas do Sr. Bellintani, que foram as meninas que fizeram os melhores desenhos de lote que utilizei como metodologia no mestrado. Não as via desde quando elas moravam lá, no ano de 2008. A Bruna já estava com 16 anos e a Patrícia com 14 anos, são filhas do Celso. Elas moram com seus pais em Matão e a mais velha nos contou de seu interesse em fazer a faculdade de Psicologia. André, o filho caçula, também está casado e sua esposa carregava o neném do casal. Eles brincaram a respeito da esposa do Celso, que foi encontrada no mato e ela confirma, pois é descendente de indígena. Todos riem.

Os irmãos já tinham passado no lote em que a Célia mora com o marido, então todos chegaram juntos. Notamos que o marido dela ainda está muito abalado com o episódio do suicídio do pai, ele mal levantou o rosto ao nos cumprimentar, nem tampouco quis pousar para nossa foto. Mas percebemos um grande esforço da família

[139] Depois soubemos que esse pão é de um supermercado em Matão, chamado Palomax. Há um moto-taxi amigo deles que cobra R$ 25,00 a viagem para trazer algumas coisas que o casal precisa. Outras vezes os próprios filhos levam.

para levantar o astral dele e da Selma. E, pelo visto, ia começar uma comilança daquelas, pois os filhos chegaram carregados de compras.

O acompanhamento do caso da família do Sr. Bellintani foi importante para observar o processo de saída dos filhos do assentamento e o envelhecimento frente às estratégias produtivas. Contrariando a regra, no entanto, no caso dessa família a filha não foi morar na cidade e sim os filhos. Isso em muito se deve ao fato de que ela trabalhava na lavoura junto com o pai e seu trabalho era considerado por ele tão importante "quanto ao de um homem". Com a saída dos filhos do lote o processo de trabalha lá foi reconfigurado. Das vezes que eu chegava ao lote e os filhos ainda moravam por lá, sempre encontra sobretudo a Célia e o André trabalhando com o pai, as netas indo para a escola ou dentro da casa dos avos.

Figura 6 - Almoço na casa do Sr. Bellintani.

Figura 7 - Família toda reunida (da esquerda para a direita: Amália, esposa do André com o neném,Sr. Bellintani, Vanusa, Patrícia, dona Teresa, Bruna e Selma.

5.14 Lote de Maria Trovatti: de família sitiante da região ao comando da integração avícola

Quando chegamos ao lote de Maria Trovatti ela estava conversando na varanda da casa com seu pai, Sr. Toninho Trovatti. Após uma rápida apresentação do nosso grupo de pesquisa e de explicarmos que o motivo da visita era conhecer a produção de frango industrial, nos convidaram para entrar e conversar dentro da casa. É uma casa bem diferente daquela típica dos assentamentos, pois tem um excelente acabamento interno, toda azulejada, muito espaço, móveis novos e caros, jardim de inverno no canto da sala. A mesa que nos sentamos para conversar, por exemplo, é bem moderna, do tipo quadrada com dois lugares de cada lado, com aquelas bandejas rotatórias ao centro[140].
Ela tem 35 anos e está no assentamento há apenas seis anos, porém, sua família é de Bueno de Andrada. Seu pai, de 85 anos, é nascido e sempre foi sitiante por aqui (ele disse que nasceu em 1928).

Ela entrou no assentamento por ocasião de compra de benfeitorias no ano de 2007. Havia se inscrito na Fundação Itesp quando estava solteira e morando com o pai, no sitio em Bueno. Um tempo depois, ela se casou e foi morar com o marido em Uberlândia. Disse que ficaram apenas um ano lá, mas nesse tempo ela ficava mais com o pai em Bueno do que com o marido em Uberlândia: "Ficava entre o sítio e a cidade". Ela foi chamada para uma entrevista no Itesp e obteve boa pontuação, porque além da experiência de sitiante, estava casada. Seu pai lembrou que nessa época falou: "Maria, vem embora, sai dessa confusão [que é a cidade, em Uberlândia]".

Neste caso, não houve um processo de luta pelo assentamento, no sentido de que a família nunca participou de uma ocupação[141]. O lote lhe custou R$ 45 mil, sendo que

[140] Mais para o final da conversa nos foi oferecido um refrigerante Sprite, fato que vale a pena uma breve nota explicativa para complementar esse aspecto da distinção dos Trovatti em Bueno de Andrada. Sempre que ficamos mais tempo em um lote os entrevistados nos oferecem algo para beber ou comer. Água é sempre a primeira opção; café, suco e lanche quando já estão prontos ou se a mulher for preparar; refrigerante é oferecido em ocasiões mais especiais, como almoços, e percebemos que as famílias assentadas têm o costume de comprar refrigerantes de marcas locais. Algumas famílias, como essa dos Trovatti, nos oferecem refrigerantes da marca Coca-Cola, o que pode ser associado às suas condições financeiras e posição social no assentamento, como de resto toda a casa e a mobília. Em outras idas a campo nesse período as famílias ofereceram suco de saquinho e refrigerantes locais. A entrevista com a família Trovatti virou conversa quando eles passaram a nos fazer perguntas, como se somos a favor ou contra a cana nos assentamentos. Ao nos posicionarmos e reconhecermos os vários pontos de vista a conversa foi ganhando mais desenvoltura.

[141] Ao abordamos a forma de sua entrada no assentamento, ela se referiu às famílias que ocuparam essa fazenda e moraram em barracos de lona como "invasores", o que acabou sendo motivo para uma discussão sobre o uso dessa expressão por parte da assentada. Explicamos que o horto, sendo uma terra pública para a expansão das ferrovias, era por lei uma fazenda passível da Reforma Agrária. Porém, a família deles, nativa de Bueno de Andrada, já tinha visto as ocupações na fazenda Monte Alegre, desde 1984-85. Portanto, para a população local e mesmo para os sitiantes, as famílias que vinham de fora com

este valor se referia a benfeitorias feitas pelo antigo beneficiário – havia uma roda d'água, cerca, uma casinha perto do rio, uma tuia e um poço cacimba – e uma dívida dele, no valor de R$ 20 mil. Ela disse que é a única titular do lote e que seu marido não tem atividades agrícolas. Ele é funcionário da Pluma, uma empresa paranaense que atua na produção de ovos férteis e rações para aves. A empresa possui uma filial em São Carlos, onde o marido trabalha. A Pluma é responsável pela aquisição do material genético das corporações multinacionais (principalmente das linhagens Ross e Cobb) e realiza a criação de matrizes e comercialização de ovos férteis diretamente às agroindústrias, que posteriormente usam essa tecnologia nas granjas integradas, como aquelas existentes nos assentamentos.

Através do documento de recuperação judicial da agroindústria Rigor, que atualmente é responsável por praticamente todas as integrações com os assentados de Araraquara/SP, é possível constatar a dependência do frigorífico com as empresas que fornecem o material genético. Gêmero (2013) destacou que a Rigor possuía uma dívida de R$2.139.788,81com a filial da Pluma em São Carlos. Maria disse que a empresa é, ao lado da Globoaves, uma das maiores produtoras de ovos férteis do mercado Brasileiro. E que o marido chega a trabalhar de domingo a domingo, das 7hs às 21hs, ganha R$ 2.500,00 por mês e ele acha que é muito (ela não acha).

Em função do trabalho do marido, Maria possui acesso a informações que outros granjeiros não têm. Nas conversas com o marido eles comentam sobre as flutuações do mercado de material genético e as estratégias adotadas pelas corporações que dominam este mercado. Por exemplo, informações sobre o valor dos ovos férteis vendidos às agroindústrias não são repassadas aos assentados. A dona Maria sabia que naquela época cada pintinho estava sendo vendido a R$0,40 centavos para a agroindústria, que os revendia por R$1,20 para os assentados. Por conta da crise vivida pela avicultura nestes últimos tempos as agroindústrias diminuíram a aquisição de pintinhos, o que fez com que as empresas da genética também diminuíssem a produção[142]. Segundo a assentada, a estratégia adotada pela Pluma foi a diminuição da produção de matrizes.

---

o sindicato eram de fato vistas como invasoras. Afirmaram que neste assentamento restaram apenas três famílias das que "invadiram" e foram pioneiras na luta por essa terra.

[142] Conforme apurou Gêmero (2013), no primeiro semestre de 2012 a região do Meio-Oeste dos Estados Unidos sofreu com uma das maiores estiagens já registrada na história do país, acompanhada por uma forte onda de calor que afetou diretamente as plantações de milho e trouxe como consequência a diminuição drástica da produção de aves. Diante dos elevados custos das principais matérias-primas da ração, as agroindústrias não conseguiram competir com os preços pagos no mercado externo e tiveram que diminuir suas produções.

Dos seis anos que está aqui, ela sempre trabalhou com criação de gado leiteiro como atividade principal do lote. No entanto, hoje em dia ela possui apenas 12 vacas leiteiras, pois a granja passou a ser sua principal atividade. Ela planta cana para tratar das vacas e tem pasto. Afirmou que nunca plantou cana com a usina, pois sua cana é apenas para tratar o gado. Não foram mencionadas culturas para o autoconsumo, apenas alguns pés de fruta. Lamenta o fato de que no assentamento não dá para trabalhar em grupo, tanto para a produção de leite como para a própria organização produtiva dos assentados em geral.

A principal atividade produtiva do assentamento de Bueno é a produção de leite. Desde sua formação esta é uma característica que acompanha a trajetória das famílias. Alguns assentados já possuíam algumas cabeças de gado leiteiro, mas a forma de comercialização sempre foi o maior entrave para o assentamento, aliado à falta de organização dos assentados, segundo Dona Maria.

Inicialmente os assentados dependiam da figura do atravessador, situação que perdurou até o ano de 2011. Um sitiante das proximidades do assentamento Monte Alegre comprava o leite dos agricultores familiares da região de Araraquara, incluindo os assentados. Era a única maneira de comercializar o leite, porque o assentamento não possuía o tanque de resfriamento. Neste caso, o sitiante vizinho comprava dos assentados o leite em galões, passava com o caminhão e levava todo leite para o sítio dele, onde possuía o tanque e vendia diretamente para o laticínio Argenzio, localizado na cidade de Casa Branca (distante 146 km de Araraquara). De maneira geral, o valor pago aos assentados era de 10 centavos a menos por litro do que ele recebia do laticínio.

Mas em 2010 este cenário começou a se transformar. A agroindústria Nestlé, que já possuía uma fábrica em Araraquara, ampliou-a, e em 2009 começou a envazar leite UHT. Logo ela recrutou os produtores de leite da região que produziam um volume significativo, e que anteriormente também entregavam para o sitiante da região. Com a diminuição do volume captado, houve denúncias de que o sitiante começou a acrescentar água ao leite e dizia ao representante do laticínio que eram os produtores que se utilizavam deste artifício. Boatos que certamente contribuem para construir a "má fama" dos assentamentos.

Os assentados começaram a perceber que poderiam receber 15 centavos a mais por litro de leite produzido, caso possuíssem um tanque de resfriamento comunitário no próprio assentamento. Segundo Gêmero (2013) houve uma articulação entre assentados, Itesp e o laticínio Argenzio, que propôs colocar um tanque da empresa no assentamento

e comprar o leite direto dos assentados. Isso não deu certo por conta do tamanho do tanque, que superava em muito a capacidade de produção no Horto de Bueno. A solução encontrada por 10 assentados que estavam interessados foi comprar um tanque de resfriamento comunitário e o leite é comercializado com o mesmo laticínio. Um fato interessante mencionado na conversa é que dois assentados não eram produtores de leite, mas resolveram dividir os custos do tanque de resfriamento com os outros, pensando em futuramente se inserir na produção de leite.

Atualmente a dona Maria não está mais produzindo leite. Ela fala que perdeu a vontade de trabalhar com o laticínio por causa da falta de confiabilidade que adquiriu no trabalho e nas próprias variações do mercado. Deu o seguinte exemplo: eles pagavam para ela R$ 1,20 o litro de leite, daí vinha uma chuva e caia para R$ 1,00, outra chuva e caia para R$ 0,80. Daí ela foi lá Argenzio perguntar o que estava acontecendo e eles falavam que não tinham para quem vender o leite, por isso o preço estava baixando. Além disso, nos períodos chuvosos a oferta de leite tende a ser maior. Portanto, agora ela trabalha com a engorda de bezerros e não tira leite para vender. Mesmo porque, sua atividade principal passou a ser a granja.

A sua granja demorou três anos para ficar pronta, pois ela foi investindo aos poucos sem recorrer a nenhum tipo de financiamento. Ela disse que hoje a granja vale aproximadamente R$250 mil, mas os custos reais foram algo em torno de R$100 mil. Contou muitos fatores que contribuem para isso, a começar pelo conhecimento que a família detém sobre esse sistema de produção. Existe uma longa história de integração com agroindústrias dessa família para a criação de frango, inclusive os demais assentados identificam os Trovatti como os pioneiros na produção de frangos de granja no distrito de Bueno – como descrito no trabalho de Almeida (2011). O Sr. Toninho alegou que ele foi o primeiro produtor de frango nessa região, já tinha contrato com empresas maiores desde 1950, pois tinha o talão de notas e comercializava frangos e ração com empresas como Socil, Cargil e Sadia. No sítio em Bueno ele tinha uma granja de campânula a gás para 10 mil frangos e sua família ainda arrendava mais dois lugares para a produção (um sítio mais próximo a Matão e uma parcela de terra em uma fazenda em Ribeirão Preto). Segundo ele, viveram mais de 20 anos comercializando 250 mil frangos por ano. Eles também sempre possuíram criação de gado, assim como a filha no lote.

Porém, a família ressalta que a produção de frangos no sistema de integração está a 5 anos em crise, obteve momentos de melhora neste período mais nunca saiu de

fato da situação. Assim como para a maioria dos assentados, a Rigor está devendo pelos frangos que já foram retirados e abatidos. A assentada afirmou que fez as contas e chegou a conclusão que gastou R$7.100,00 para engordar 3 lotes de frango. Recebeu R$5.600,00 de um deles. Caso tivesse recebido os 3 lotes, chegaria a quase R$18.000,00 mil. Neste caso, seria bastante vantajosa a produção integrada. Ela ressaltou que quando o preço do frango estava bom, chegava a ganhar R$1.700,00 a cada dois meses, mas nos dias de hoje está ganhando R$700,00, principalmente pela falta de pagamento da agroindústria e está pagando para produzir.

Outro ponto de indignação da assentada é com relação ao depósito do dinheiro: segundo ela, no talão de notas que chega à sua casa contava o valor de R$5.600,00, mas no banco o valor real depositado foi R$5.100,00. Ela afirmou que ligou na agroindústria, mas eles disseram que o problema era no financeiro e nunca depositam o restante. É perceptível o medo de ser excluído do processo de integração com a agroindústria avícola. Por este motivo, eles não questionam muito os técnicos, pois podem ser cortados. E a Dona Maria ressalta: "Melhor pingar do que secar", referindo-se ao motivo de continuar colocando novos lotes de frango sem receber os lotes passados.

Maria trabalha na granja do pai desde os 8 anos de idade e ainda possui seis irmãos, dois dos quais moram com o pai e fazem serviços de soldagem de qualquer tipo de estrutura metálica. Foram eles que fizeram toda a estrutura da granja. Ou seja, é bem mais fácil para essa família construir e trabalhar com granja. Mesmo porque eles alegaram que são do tipo de família que se ajuda muito em tudo. Sobre as dificuldades de montar a granja, além de contar com a ajuda da família, enquanto ela trabalhava com gado, tinha o salário do marido. O custo mais alto com a montagem da granja foi com maquinário, de aproximadamente R$ 40 mil. Ela é a principal responsável pela criação e o pai a ajuda no trabalho. Sr. Toninho falou ainda que algumas máquinas seus filhos poderiam até construir em casa, pois eles entendem disso. Por exemplo, citou o caso da máquina utilizada para revolver a cama de frango que custou R$ 6 mil e poderia ter sido feito em casa, se eles desmanchassem um outro equipamento que o Sr. Toninho tem para fazê-lo. Assim, estima que economizariam R$ 4 mil, mas não seria muito interessante para a empresa integradora, que sugere e acaba impondo um padrão específico, como por exemplo, a exigência de compra de certas máquinas. Muitas vezes os próprios técnicos intermedeiam a aquisição de máquinas.

Contou que já viu o pai passar por muitas crises com a produção de frango. E que o principal culpado é o governo, por falta de subsídios e pelos altos impostos cobrados. Ela chama a atenção, por exemplo, pelo ICMS cobrado no Estado de São Paulo, que é de 18%, enquanto que em Uberlândia, o mesmo imposto é de 5%, o que força as agroindústrias do Estado de São Paulo fecharem as portas e subir para as regiões onde possuem maiores benefícios fiscais. Neste momento da conversa ela ressaltou que o "Brasil é o país do atravessador", enfatizando a falta de políticas que viabilizem a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Seu depoimento foi, na verdade, do governo aos frigoríficos e empresas de ração e matriz genética.

Tivemos a oportunidade de registrar uma reconstrução histórica sobre a dinâmica de produção e comercialização de aves na região, feita pelo Sr. Antonio Trovatti. O principal destino do frango produzido na região sempre foi o frigorífico localizado em São Carlos, na beira da rodovia Washington Luiz. Trovatti conta que antigamente a área era da fazenda "Águas da Prata" de propriedade de Ivan Ito, que iniciou sua produção de aves em 1978, e comercializando os animais vivos para o mercado de São Paulo e regiões Norte e Nordeste do País. Após a expansão da produção, foi construído um abatedouro na fazenda. Maria complementou dizendo que era necessário trazer aves do sul do país para abater aqui na região, pois aqui não existiam produtores que adotaram o sistema de confinamento dos animais.

Posteriormente, o frigorífico foi adquirido pela família Malavazzi, que expandiu as instalações, investiu em tecnologia e aumentou sua participação no mercado. No ano 2000, os sócios Henrique e Maria Judith, que já contavam com alguns produtores integrados na região, passaram a consolidar antigas parcerias, agregar importantes parceiros e adquiriram o frigorífico Malavazzi de São Carlos. Os sócios criaram a marca "Rei Frango", e este passa a ser o nome do frigorífico da cidade de São Carlos. Havia uma conjuntura muito favorável à produção e consumo de frango e, na região, iniciou-se uma intensa mobilização de técnicos da agroindústria para buscar produtores parceiros. Foi quando a produção de frangos via integração passou a ganhar força nos assentamentos de Araraquara/SP.

Porém, conforme Gêmero (2013), a partir de 2006 o setor enfrentou uma crise mundial que começou com o surto de gripe aviária, que afetou drasticamente o consumo de carne de frango e consequentemente as exportações. Em 2008 houve alta acentuada no preço do milho e soja, que correspondem a 75% do custo de produção da carne de frango, contra a queda expressiva do preço da carne de frango no mesmo período. Outro

problema foi o escoamento da produção para o mercado externo, pois o Porto de Itajaí, em Santa Catarina, por onde escoa a maior parte da carne de frango produzida no Brasil foi colocado fora de operação pelas enchentes ocorridas naquele Estado.

Neste período a Rei Frango entrou em recuperação judicial e a Rigor – agroindústria da região de Descalvado – arrendou o frigorífico de São Carlos e buscou manter os granjeiros integrados na região. Hoje em dia praticamente todos os assentados que produzem frango no modelo de integração possuem contrato com a Rigor. Porém, a Rigor também entrou em recuperação judicial no ano de 2012, e passou o arrendamento do frigorífico da Rei Frango de São Carlos, para uma agroindústria da região de São José do Rio Preto, cujo nome é BR. Mesmo assim ela é a responsável pela integração na região, pois manda os frangos para serem abatidos no seu frigorífico de Descalvado. A tendência é a BR buscar os integrados da Rigor.

No caso dessa família, historicamente, eles já foram integrados com várias empresas, que já se instalaram na região. A partir de 1998 e durante quinze anos trabalhou integrada ao frigorífico Rei Frango. Ela afirma que houve períodos de alta e baixa no mercado, nos quais variava entre ganhar dinheiro e não ter pintinhos para engordar. Porém, havia um tipo de relação no qual tinha liberdade para pedir dinheiro adiantado para a empresa, que concedia sem problemas. "Era só ligar pedindo". Nos dois anos finais a empresa foi duramente afetada pela crise e quebrou, por conseqüência, a família também quebrou financeiramente. Ela sente falta da Rei Frango e não reclama dos dois últimos anos, porque "foram treze anos de prosperidade e apenas dois afundando".

Dentre os atores envolvidos na integração ela cita os produtores rurais como a ponta mais frágil da relação. Mesmo porque eles possuem um papel de "engordadores" de frango, recebem da empresa todo o pacote tecnológico (genética, ração, máquinas e insumos químicos como vacinas), além de assistência técnica e transporte. Basicamente, os pintinhos são alimentados pela ração fornecida e a empresa vem buscar o lote de frangos aproximadamente quarenta e cinco dias depois. Com uma granja quase que totalmente mecanizada, o principal trabalho da dona Maria se resume a recolher os frangos mortos, embora existam muitas outras etapas de trabalho, como: preparação da granja para recebimento dos lotes, limpeza de área de bebedouros e comedouros, verificação da temperatura etc.

Dona Maria não acredita que os produtores rurais integrados tenham alguma força na "parceria". Para ela, quem tem um poder maior seriam as empresas

fornecedoras de ração da cadeia produtiva. Ela disse que algumas dessas empresas podem regular o fornecimento a determinados frigoríficos quando estes estão lhe devendo dinheiro e, assim, comprometer toda uma rede de produtores e fornecedores[143]. "Alguns dias já bastam para afetar os pequenos produtores", disse ela. Esta afirmação está ligada a uma escala vivenciada por ela, enquanto produtora, que envolve apenas o frigorífico e os produtores rurais que engordam os frangos, dentro da cadeia produtiva. A produção de frango industrial é tão controlada que pequenos períodos sem uma vacina podem acarretar grandes desastres, como veremos na etnografia da dona Maria Terrão.

Quando o mercado está em baixa, o frigorífico quer produzir menos frango e acaba trabalhando apenas com seus produtores âncoras, aqueles que garantem regularidade no fornecimento, deixando algumas granjas sem produção. Tais produtores podem ser aqueles com quem a empresa e seus funcionários mantêm melhor e mais antiga relação, aqueles que atendem mais as orientações e exigências ou criam menos problema para a empresa. Neste contexto, existem ainda as estratégias adotadas pelas agroindústrias para diminuir a produção, mas manter os pequenos produtores. Como é o caso da própria Dona Maria, que em épocas normais de produção com a Rigor chegou alojar 23.300 frangos, porém, devido à crise a indústria está alojando 18.000 frangos.

Além disso, o contrato de produção menciona que a agroindústria pode cessar o fornecimento das aves por tempo indeterminado caso haja restrições diversas, como é o caso de mudanças mercadológicas. Ou seja, as consequências da seca no meio-oeste dos Estados Unidos afetaram a disponibilidade de milho para o mercado interno, já que este, é considerado uma *commoditie* agrícola e tem seu preço regulado pelas bolsas de valores. Mesmo que fuja do controle do assentado, eles estão sujeitos a ficar sem receber um novo lote de frangos, o que está acontecendo no assentamento. E isto implica em uma série de consequências negativas, como, por exemplo, os custos para manter o barracão, sem que se tenha garantia de quando irá receber um novo lote de frangos.

Há também uma distinção entre diferentes frigoríficos, mencionada pela dona Maria. Ela tem um tio, chamado Arnaldo, que tem um sítio em Bueno e que é integrado há bastante tempo com outra empresa da região, o frigorífico A'doro no município de

[143] Fato que pôde ser constatado com a fala da assentada de que a Rigor está devendo para grande parte dos fornecedores dos insumos para produção, o que gera certa desconfiança das corporações da ração e da genética, que consequentemente diminuem ou cessam o fornecimento para ela.

São Carlos. O tio tem um sítio de quarenta alqueires onde produz cana para agroindústria, tem criação de gado (100 cabeças) e de frango. Segundo ela, se perguntássemos a ele qual é melhor, ele diria o frango. O fato é que a empresa sempre tem para quem vender os frangos, já que consegue vender para hospitais e escolas públicos. O Sr. Toninho disse que a empresa é da família dos Maluf. Já a Rei Frango faliu porque sofria com as variações de mercado e muitas vezes não tinha para quem vender a produção.

Atualmente as empresas integradoras e a própria legislação impõem muitas barreiras sanitárias e tecnológicas para a inserção dos produtores. Isso pode ser percebido pelo valor de uma granja desse porte descrito acima, ainda que a dona Maria alega não ter feitos todas as adaptações que a nova norma técnica exige[144]. Antigamente havia a preocupação de não poder criar outras aves no mesmo lote, agora os técnicos da empresa recomendam até o não plantio de árvores frutíferas para não se atrair pássaros para perto da granja, pois estes também podem trazer doenças, bem como criações de gado. As pessoas que entram na granja têm que assinar uma espécie de livro de presença e passar por praticamente uma dedetização, assim, o produtor assentado pode ser acusado de ter permitido o acesso de alguém que contaminou os frangos.

Uma perspectiva que está surgindo aos olhos dos assentados é a possibilidade de produzir um frango tipo caipira para a Korin, uma empresa messiânica que já possui uma sólida participação no mercado de carnes brasileiro, produzindo produtos orgânicos, frango caipira, etc. A empresa tem a perspectivas de se instalar na região de Araraquara e já fez contato com o presidente da associação dos avicultores de Araraquara[145] para estudar a viabilidade dos avicultores produzirem esse frango alternativo. O próprio presidente da associação produziu junto a Korin um lote de frangos como teste e enviou para análise no Japão. Dna Maria e o Sr. Chico estão bem animados com a perspectiva e elogiam a matriz do frango da empresa, aparentemente mais próximo ao frango caipira, que inspira um outro tipo de manejo. Mas, afirmam que o quilo deste tipo de frango custa aproximadamente R$ 30,00, portanto acreditam que deve ser um frango para entrar no mercado japonês, porque no mercado interno é

[144] O MAPA estipulou o prazo máximo até dezembro de 2012 para que os produtores se adequassem as novas normas impostas pelo governo. São diversas as adequações, dentre elas podemos citar: a construção de forro nas granjas para evitar a entrada de pássaros, a troca da tela lateral de 2,5 centímetros de espessura para 2, a construção de pediluvio na entrada da granja, para que as rodas dos caminhões se desinfetem ao entrar, o cercamento com tela no entorno do barracão, etc.

[145] A associação dos avicultores de Araraquara é composta por 38 associados, sendo que o presidente é um antigo avicultor da região e o vice-presidente é um assentado do Horto de Bueno. A associação ainda conta com outros membros assentados, tanto do Horto como do Monte Alegre.

inviável. No entanto, acreditamos que pela fatia que a marca já ocupa no mercado varejista no estado de São Paulo, o frango dos assentados poderia entrar no mercado interno sem problemas, apesar de também poder ser exportado para o Japão.

Outra perspectiva, essa mais real, são as hortas, que vem aumentando em importância como estratégia produtiva para muitas famílias assentadas. Sempre foi uma boa para famílias maiores e preferencialmente com transporte próprio. Agora está melhorando ainda mais por conta dos programas de compra do governo. Mas para os Trovatti é uma atividade que dá muito trabalho, não daria para fazer uma produção com a escala que eles gostariam, enquanto que a granja não dá tanto trabalho assim, já que é toda mecanizada. A própria temperatura liga e desliga sozinha. Porém mencionaram um vizinho que está muito bem com seus filhos produzindo horta, além de sua cunhada (de um filho seu já falecido), que deixou de produzir frango e está começando a produzir horta (o lote de dona Maria Terrão).

Notamos durante a conversa pequenas discordâncias entre pai e filha, mas que refletiam na verdade a grande ligação entre eles. O pai sempre aumentando um pouco ao contar as histórias, ela sempre diminuindo. Ela acusando ele de chamar os assentados de vagabundos, ele se defendendo que nem todos são. Justificando sua fala, sr. Antonio Trovatti cita que os assentados possuem inúmeros benefícios que os agricultores familiares que estão fora dos assentamentos não possuem. Ele dá um exemplo da vacinação do gado leiteiro, quando agricultor familiar, este precisa comprar a vacina e pagar um veterinário particular para aplicar, sendo bastante oneroso. Por outro lado, o assentado liga para a veterinária do Itesp, que além de orientar sobre a compra da vacina faz a aplicação sem custo para eles. Seu Toninho chamou atenção também para a facilidade dos assentados em acessar os créditos com juros mais baixos quando comparado a um agricultor familiar de fora do assentamento.

Por fim, chamo a atenção para o fato de que o caso de algumas famílias, como a dos Trovatti e a família do Sr. Bellintani, que eram sitiantes na própria região e sempre estiveram por aqui. Diferentemente de outras famílias, que advêm de um ciclo migratório amplo pelo país, essas famílias acabam constituindo uma nova reconfiguração de situações historicamente vivenciadas por esses grupos sociais de antigos sitiantes da região. Inclusive, retomam atividades produtivas que suas famílias sempre tiveram, como as granjas no caso dos Trovatti. Ou seja, podemos até pensar, os assentamentos possibilitam uma reconfiguração dos antigos bairros rurais, na medida que os grupos sociais rurais de outrora, que possivelmente foram expulsos da terra

como o Sr. Bellintani, voltam à terra na condição de assentadas. Essa volta, no entanto, como afirmei na introdução, nunca tem uma configuração linear e se trata de outra temporalidade do processo social.

5.15 Lote de Maria Terrão: a viúva que deu a volta por cima

Na visita anterior (de 18/02), perguntamos para o Sr. Toninho Trovatti em quais lotes produziam-se frango de granja e pararam. Ele indicou esse que fomos e mais outro. Porém, na verdade ele não queria que viéssemos nesse, conversar com a dona Maria Terrão Trovatti porque, segundo ele, ela fala demais. Eles têm o mesmo sobrenome e isso se deve ao fato dela ter sido casada com um filho dele e ficou viúva. Desde então, passou a ser a única titular do lote e acabou ficando com o mesmo nome do de sua filha, a dona Maria Trovatti (titular do outro lote que visitamos). Houve uma preferência por vir a esse lote porque tínhamos a informação de que a dona Maria Terrão havia saído da integração do frango e mudado para produção de horta.

Ao chegarmos ao lote fomos muito bem recebidos pela dona Maria. Como na visita anterior aos Trovatti, logo fomos convidados a entrar para conversar na mesa da cozinha. Moram no lote oito pessoas: ela, o novo marido, duas filhas, um genro e três netos, um de 5 anos (da filha mais nova), um de 9 anos e outro de 13, ambos da filha mais velha e do genro que moram no lote. Participaram da conversa a titular do lote, sua filha mais nova (Fernanda, que é separada) e os dois netos mais novos estavam na casa, ora brincando ora conversando conosco[146].

Dona Maria é nascida em Paraíso/SP, uma cidade de aproximadamente 5 mil habitantes e distante 144 km de Bueno de Andrada. Era um distrito até 1954, quando foi emancipada do município de Pirangi/SP. Seu pai era ferroviário, razão pela qual a família mudava muito de cidade. Contou que seu pai foi até para o Iraque para construir ferrovia. Morou também em Mato Grosso por conta da ferrovia Trans-Cuiabana e por vários pontos do estado de São Paulo. Quando ela tinha 12 anos, vieram morar em um sítio em Bueno de Andrada e não saíram mais da região. Atualmente, o pai é aposentado e vive em Araraquara.

Ela tem 54 anos e é assentada há 14 anos. Veio para o assentamento, juntamente com o falecido marido por ocasião da compra do lote, mais ou menos nas mesmas condições do lote da dona Maria Trovatti, porém 8 anos antes. Há ainda, outro lote de

[146] Um dos netos que estava em casa é da filha mais velha da dona Maria e o outro da filha mais nova.

um filho do Sr. Toninho, localizado em uma das entradas do assentamento. Portanto, a família possui três lotes. Notamos nessa contagem uma simbólica vantagem relacionada à posição da família Trovatti no distrito de Bueno de Andrada, pois já adquiriu três lotes no assentamento, assim como manteve os sítios na região. Em vários momentos de nossas conversas, tanto com a Dona Maria Trovatti como a Dona Maria Terrão foram citados parentes que moram em sítios da região.

Maria Terrão afirmou que sempre trabalhou no sítio, na granja e em casa[147], embora já tenha sido telefonista em Bueno e tenha trabalhado na prefeitura de Araraquara. Em outro momento da conversa, ela mencionou que já trabalhou na Cutrale também, em Araraquara, na época que era menor de idade. Lembrou que andava sozinha na pista, na cidade, perto da indústria, às 4h30 para chegar ao trabalho. Contou que quando era casada com o filho do Sr. Toninho Trovatti só tinha estudado até a 4ª série do Ensino Fundamental. Após a morte dele, ela completou o Ensino Médio no Sesi e hoje pretende cursar Assistência Social na Unip. Isso porque ela gostaria de ter uma profissão.

Ela disse que é muito ativa na comunidade em Bueno de Andrada, se envolve nas questões da escola, do posto de saúde, faz festa das crianças no Doze de Outubro, então acha que com um diploma poderia atuar profissionalmente nessa área. Inclusive numa esfera política: nas últimas eleições ela tentou se eleger vereadora em Araraquara, pelo PP (Partido Progressista), obteve 179 votos e não se elegeu. Porém, neste caso, ficou suplente pela coligação PSDB/PP/DEM[148]. Também fez o curso de turismo rural que o Senar ofereceu em Bueno e no assentamento Monte Alegre. Acredita que Bueno tem muito potencial turístico, pois tem o bar da coxinha, a estação de trem, os assentados podem vender muitas coisas, porque há um intenso fluxo de veículos na rodovia que liga Araraquara a Matão. Ela inclusive gostaria de ver o trem funcionando para o turismo e não só para carga de grãos e etanol.

A filha mais nova, Fernanda, que participou da conversa o tempo inteiro, tem um filho com outro assentado e é separada dele. Nos contou o vai-e-vem dessa história: quando o filho estava para nascer, o casal se juntou e construiu uma casa no lote do pai do rapaz, que é o Sr. Toninho Isaias – liderança desde a época da ocupação até os dias de hoje, pois é um dos principais produtores de leite no assentamento. Mas o casal se

[147] Deu especial ênfase ao trabalho doméstico, o trabalho de casa.
[148] Quando ela foi candidata, usou o nome de Maria Trovatti (<www.eleicoes2012.info/maria-trovatti/>). Esse é um dos fatores que o Sr Toninho mencionou sobre a nora, pois é o mesmo nome de sua filha, mas que foi usado em campanha para se aproveitar do prestígio dos Trovatti.

separou em poucos meses. Depois de mais dois anos o casal voltou, mas em apenas um ano houve nova separação. Ela acabou voltando com o filho para o lote da mãe e não está trabalhando atualmente.

Reclamou que vive à mercê do que o pai quer dar para o filho: antes dava plano de saúde e tinha uma vaca cujo leite era "só do filho" – o pai levava um litro por dia, agora faz seis meses que não leva. Ele está dando aproximadamente R$ 300,00 e cortou o restante. Fernanda fica com medo de pedir os direitos de seu filho com relação à pensão alimentícia na justiça. Ela gostaria que o pagamento da pensão fosse descontado na folha salarial do pai, porque ele agora está trabalhando como motorista de ônibus escolar em Bueno e tem salário de R$ 1.800,00, segundo ela. Não quer depender dele ir na casa dela e dar o quanto acha certo, pois, além das brigas, ele não conta partes como 13º salário e férias. Ela contou que o ex-companheiro ameaça tirar o que ele dá: "ele diz pra mim, se você for [pedir revisão de pensão], você vai ver". O filho, de 5 anos, não quer ficar com o pai no lote dele. E o pai tem vindo cada vez menos ver o filho, o que ela acha até bom, porque quando ele vem, os dois ficam brigando na frente do filho. Disse que agora, para piorar na parte financeira e possivelmente na afetiva, ele tem uma namorada.

Apesar de não estar trabalhando atualmente, Fernanda disse que começou a trabalhar cedo, no comércio em Araraquara. Trabalhou apenas em duas lojas de roupas, sendo que na última (UHF jeans) ficou mais de 8 anos empregada. Tem vários anos de carteira registrada como vendedora. Cursou o Ensino Médio completo, diferentemente de sua mãe, que só completou o Ensino Médio depois da morte do marido. Ela não está trabalhando agora porque teve infecção de rim e está com cálculos renais. Mencionou episódios de sofrer de dor no meio do trabalho e não estava aguentando, portanto, há três meses pediu demissão. Porém, não entrou com nenhum pedido de auxílio-doença ou seguro desemprego, porque não sabia que tem esse direito, ninguém a orientou a entrar com o pedido. Ao falarmos sobre o benefício, ela disse que ia tentar ver isso no INSS.

Em certo momento da conversa, logo no início quando falávamos da parceria do frango, estávamos na cozinha com ela, sua filha e os dois netos quando houve um tumulto porque o macaco, chamado Chico, escapou do viveiro e a dona Maria foi pegá-lo. Sua filha disse que só ela consegue pegar. Trata-se de um macaco-prego que a família ganhou e foi criado no viveiro. Como a dona Maria não conseguiu pegá-lo, ele ficou atormentando o cachorro e a família toda durante nossa conversa. O macaco foi

ganho pela filha mais velha e seu marido, mas a dona Maria é quem acaba cuidando. A outra filha, Fernanda, disse que não gosta e tem medo do macaco, pois ele morde, não gosta das crianças e do cachorro – foi contada uma história que ele mordeu a dona Maria, mesmo sendo ela que cuida. Ficava gritando toda hora que o cachorro, da raça Rottweiler, ia avançar e matar o macaco, pois ele já havia matado um porco.

As mulheres passaram a agradar o macaco para ver se ele sossegava. No meio disso, já tínhamos visto que havia duas geladeiras na cozinha – uma geladeira da dona Maria e outra da família de sua filha e seu genro, como se cada núcleo familiar tivesse seus mantimentos separados. No momento de acalmar o macaco a mãe falou para a filha que pegasse um iogurte, mas que fosse um iogurte da geladeira da filha mais velha. Os meninos também ganharam iogurte. As opiniões sobre ter ou não o macaco também indicam um conflito no interior da família. Enquanto a Fernanda acha perigoso ter o macaco e ruim sua mãe ter que cuidar dele, o animal foi ganho, criado em viveiro e mimado pela família da outra filha, em um período no qual a Fernanda estava morando no lote do pai do filho dela. Parece que o fato de que hoje voltaram a morar todos ali, cada filha com seus problemas, além da mãe com um novo marido, gera novas acomodações e conflitos no interior da família e se reflete em opiniões tal como sobre o macaco. Foi nítido o cuidado de dona Maria em torno desses conflitos, não só pelo fato de dividir o espaço com as filhas, mas também pelo tempo por ela despendido para cuidar dos netos.

Por outro lado, os meninos vivem aprontando com o macaco e logo nos contaram várias histórias engraçadas, como o dia que o macaco entrou na casa, pegou a chupeta do neto mais novo, colocou na boca e fingiu estar fazendo a lição de casa dele, "rasbicando" toda a folha com um lápis. Os meninos também falaram que o macaco faz coisas que não pode, por exemplo, ele quebra os ovos quando alguém está falando para ele não fazer. "Você olha para ele e fala: "Chico, não faz isso", ele olha na sua cara e ataca [os ovos] no chão", disse um deles. Tínhamos esquecido os vidros do carro abertos e quando fomos perceber o Chico já tinha entrado lá, brincou no volante, mexeu na seta do carro, pegou um óculos escuro que estava lá dentro e ficou se olhando no retrovisor. Ou seja, foi mais uma história do macaco dessa família.

A outra filha (não soubemos o nome) chegou apressada de moto enquanto estávamos andando pelo lote. Não conversou com ninguém, apenas pegou seu filho

mais novo para dar banho[149]. Ela vive com o marido e dois filhos no lote da mãe. Já o marido da dona Maria (não soubemos o nome) também chegou durante nossa visita, com outro adolescente (provavelmente filho dele), enquanto estávamos saindo para conhecer a horta e ambos nos acompanharam por alguns momentos.

Ao falarmos nosso interesse de pesquisa sobre a integração, nos contou que aqui ela sempre teve a granja com o marido, mas na época da Rei Frango era muito melhor. Eles vieram para este lote bem no começo do assentamento, por meio da compra das benfeitorias em 1999. Para começarem as atividades produtivas, receberam R$ 30 mil de financiamento e trouxeram uma granja que ficava no sítio em Bueno. Com relação à busca por financiamento a Dona Maria adotou a seguinte estratégia (comum entre a maioria dos assentados que possuem granja):

Existe uma linha de crédito denominada Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP, que também é conhecido como banco do agronegócio familiar, é um fundo do governo do Estado de São Paulo, que através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento presta apoio financeiro aos agricultores familiares. Esta linha de crédito não financia a construção das granjas, apenas a aquisição dos equipamentos, com teto de até R$100.000,00 por produtor. Porém, os assentados adotaram a seguinte estratégia: para aquisição dos materiais de construção das granjas, eles parcelaram o pagamento junto às lojas de material de construção. E para aquisição dos equipamentos, eles buscaram financiamento da própria empresa, que permite este tipo de ação. Com isso, a maioria dos assentados utilizou o dinheiro proveniente do FEAP para pagar o parcelamento dos materiais de construção e foram pagando os equipamentos com o dinheiro do financiamento da própria empresa. Após geralmente um ano de carência, os assentados iniciaram o pagamento do financiamento do FEAP com o dinheiro proveniente da produção. Alguns materiais, como madeira, eles tentam conseguir com recursos do próprio lote e utilizam mão-de-obra familiar para reduzir os custos na construção das granjas.

A granja da Dona Maria foi uma das pioneiras do assentamento, juntamente com a do Sr. Toninho Isaias – que utilizou o dinheiro da madeira retirada no inicio do assentamento para construção do barracão. Vale lembrar que na época do FEAP, ela e o

[149] As duas crianças estavam brincando de desenhar pista de carro no chão de terra com gravetos e faziam carros com pequenos pedaços de madeira, como se estivessem numa corrida. Já tinham brincado com água também quando queriam dar água para o macaco beber com o regador. A filha que chegou pareceu nervosa com o estado do filho.

falecido marido decidiam como aplicar o dinheiro e o casal veio com a granja do sítio de seu pai, o Sr. Toninho Trovatti.

O episódio que culminou na sua saída da "parceria" ocorreu já com a empresa Rigor. Ela falou que um determinado lote de frangos foi atingido por uma doença, ela identificou de imediato, a doença começou se manifestar em questão de horas. Pois no período da manhã ela percorreu toda a granja e não notou nada de anormal, já no período da tarde começou a perceber as aves doentes, ficou apavorada com o aspecto dos animais, que "pareciam uns monstros". Ligou para o técnico da empresa Rigor no mesmo dia, pouco depois de constatar o aparecimento da doença, para avisar e ouviu dele que "todas as "Marias" fazem esse "auê". No dia seguinte, o técnico veio pela manhã (10 horas). Ela percebeu um certo espanto do técnico com a situação dos frangos. Contou que ele selecionou algumas aves e realizou a pesagem, após isso, ligou para o supervisor da empresa e começou explicar a situação, mas para ela não deu mais detalhes. Após este dia, nenhum representante da empresa entrou mais em contato, mesmo com ela ligando insistentemente, mas sem obter retorno. Ela comentou que um passava a ligação para o outro, mas ninguém resolvia nada, chegou a gastar bastante dinheiro com as ligações de celular para Descalvado (sede da agroindústria).

Neste período, a empresa abandonou o lote de frangos, que durante 10 dias continuaram morrendo e preocupando a Dona Maria, todos os dias ela retirava os animais mortos e os enterrava. Com o abandono da empresa, os frangos ficaram sem ração e começaram a morrer além da doença, de fome. Até que a médica veterinária da agroindústria foi ao lote e retirou amostras dos órgãos dos animais mortos, como do fígado e rim, e coletou sangue, penas e uma amostra de pele das aves vivas. A veterinária disse que levaria para análise e a Rigor entraria em contato em breve. Porém, começaram passar os dias e nenhuma resposta chegava à Dona Maria.

Em todo este processo, Dona Maria relata que pensou várias vezes em chamar a imprensa para denunciar o descaso da agroindústria com ela. Pois, ela entrava diariamente na granja, que fica cerca de 10 metros de sua casa e ela não sabia nada sobre a doença que acometia as aves. Dona Maria ficou com medo de ser algo grave e transmissível aos humanos, foi nítida sua preocupação com os netos pequenos.

Até que ela resolveu avisar o sindicato e o sogro – que nesse momento da conversa foi considerado seu segundo pai – contou a eles sua intenção de chamar a imprensa para ver o que estava acontecendo, mas ambos não apoiaram. Ela ligou na empresa e falou para o técnico (Juliano) que se não fossem tomadas providências até às

18hs daquele dia, ela chamaria a imprensa. Quando foi 17hs, o técnico ligou e perguntou: "você ainda está nervosa?" E finalmente combinou com ela de retirar os frangos doentes, o que foi feito por volta da meia noite, por uns caminhões estranhos mandados pela empresa. Nos dias seguintes o técnico voltou ao lote para dizer a ela que estava fora da integração.

Ela não foi a única a ser cortada repentinamente pela Rigor, ainda mais após a crise que a empresa enfrentou no ano de 2012, muitos assentados foram excluídos da integração. Os motivos alegados pela agroindústria foram vários, como por exemplo, a falta de adequação das exigências do MAPA[150], porém, na realidade foram estratégias mercadológicas da empresa, para diminuir a produção e combater a crise. Já o caso da Dona Maria foi diferente e chama a atenção, pois ela foi excluída do processo de integração por ameaçar a agroindústria. Ela relatou que após esse fato, nem foi atrás de outra empresa pois esta noticia com certeza se espalhou rápido e nenhuma outra agroindústria faria a integração com ela. Disse que hoje a instabilidade dos produtores é maior. Com o exemplo do Sr. Joaquim, um assentado que tinha acabado de financiar uma máquina e foi cortado, este, pela questão da crise. Ela disse que não há cláusulas nos contratos para proteger o produtor rural: "o papel lá você lê, lê, lê e não tem nada que te ajude". Por outro lado, afirmou que se a Rei Frango voltasse ela seria a primeira a abrir a granja, por mais que tenha passado dificuldades com os frangos.

Sobre a parceria para produção agroindustrial de cana, na época em que era casada com o Trovatti eles já tinham procurado a usina para fazer um contrato, mas quando ele adoeceu, disse que não queria que plantasse cana no lote. Segundo ela, o marido achava que a cana acabava com a terra, que já tinha muita cana por aí e que, no assentamento, tinha que ter outras coisas, ou seja, ele achava que plantar cana com a usina não deveria ser um meio de sobrevivência para os assentados. Quando o marido estava no hospital ela falou que infelizmente recorreria à parceria com a cana, pois se ficasse sozinha no lote não teria outra alternativa. Depois que ela ficou viúva procurou novamente a usina, que não aceitou a parceria alegando que ela tinha pouca terra, muito embora seu lote seja do mesmo tamanho dos demais assentados.

[150] O MAPA, através de instrução normativa n°59, exigiu uma série de adequações aos integrados, como: a necessidade de troca das telas laterais de proteção dos aviários de 2,5 cm de diâmetro para 2 cm, a exigência da construção de forro nas granjas, para evitar a entrada de pássaros e outros agentes que possam trazer doenças, a construção de pedilúvios, normalmente contendo cal ou desinfetantes, a construção de cercas, no mínimo 5 metros da granja, em toda extensão do barracão, construção de sanitário e de uma área fechada, para que o técnico possa trabalhar nas visitas técnicas, bem como o veterinário realizar a necropsia dos animais mortos.

Além da granja, a família da dona Maria sempre plantou milho, a partir de outro tipo de parceria, conforme descreveu: ela não tem trator, portanto chama um produtor que tenha e eles combinam uma percentagem da colheita para cada. Esse é um meio para viabilizar a produção no lote e, para a comercialização, tem que haver vários canais além do próprio atravessador. Ela não vê como negativa a opção do atravessador porque acha que ele faz parte dos arranjos (ou parcerias) que tornam possível a produção e a comercialização. O que não pode é ficar apenas nas mãos de atravessadores ou da integração industrial. Ela associou a falta de parcerias (sem aspas) e de união à dificuldade em se criar associações no assentamento[151].

Uma nova perspectiva para a família é a produção de horta. Uma das granjas que foi desativada virou uma horta, para produção de verduras e legumes. Dona Maria disse que já plantou quatro mil pés de alface e que agora tem interesse e espaço para trabalhar comercialmente com: alface, almeirão, rúcula, salsinha, cebolinha, espinafre, quiabo, couve, pimentas, dentre outras. Ela disse que está investindo na horta não por causa de programas de compra governamental, mas porque pode comercializar em inúmeros lugares. Além disso, outra comparação entre a granja e a nova horta como principais atividades comerciais do lote: acha que o trabalho na horta é mais saudável, não tem que ficar recolhendo e enterrando frangos mortos todos os dias, preocupada se eles pegarão doenças ao ponto de não dormir por causa disso.

Além dos cultivos e criações mais comerciais, ela disse que sempre teve pequenos espaços no lote para produção de autoconsumo familiar, como hortas que incluem temperos e medicinais, pequena criação de porcos, uma vaca, bastante árvore, "tudo quanto é fruta". Seu neto de 13 anos está produzindo mudas no lote. Ela afirmou que não gosta de criações grandes, tem medo de lidar com a vaca, mas ela garante uma parte do leite consumido pela família.

Da diversidade de possíveis estratégias produtivas mencionadas pela dona Maria, podemos destacar certa ambiguidade, no sentido dela apontar um novo caminho produtivo, com a horta, mas que contrasta com sua vontade de reabrir a granja se voltasse a empresa anterior. Na verdade, a melhor das situações seria manter as duas coisas – uma horta diversificada e uma integração industrial – e ocupar toda a família. De qualquer forma, a produção principal do lote – atualmente a horta – ela vai

[151] É importante destacar também que a assentada se referiu aos pioneiros do assentamento como os "invasores", tal como os outros Trovatti que havíamos entrevistado antes. Assim eles se referiram àqueles que lutaram para que o horto virasse um assentamento.

conseguindo levar com a ajuda do marido, das filhas e dos netos, conforme disponibilidade de cada um para trabalhar em alguma etapa.

Ao mesmo tempo, mostra sua vontade em atuar numa nova profissão, ora representada como assistente social da prefeitura, líder comunitária ou na política propriamente. Para as duas últimas, manter o sobrenome Trovatti certamente tem um peso, já que é uma família muito tradicional em Bueno de Andrada, que inclusive dá nome à Escola do Campo do distrito. Para atuar como assistente social faltaria cursar uma faculdade, mas ela já mostrou vontade para estudar. Sua filha Fernanda também tem perspectivas diferentes: estava ajudando na produção familiar e se tratando das crises renais, mas pretendia cursar a faculdade e ter ocupações no comércio da cidade e outras em sua área.

5.16 Lote Sr. Antonio, núcleo VI: desvendando a conversão alimentar na produção de frango industrial

Na busca por fazer uma entrevista com algum produtor granjeiro integrado com a empresa Rigor e precisando esperar a hora do encontro com a dona Márcia, fomos parar no lote desse senhor. Nossa breve conversa girou em torno da produção de frango industrial em seu lote.

O assentado expôs a fórmula da ração, com a qual a empresa paga o que quer aos assentados pela sua produção. Nos primeiros dias, os pintinhos recebem uma ração boa, assim eles pegam o peso correto conforme o esperado. Os técnicos vêm a cada 7 dias pesá-los e na medida que atingem a taxa de crescimento ideal, eles vão diminuindo a qualidade da ração. Nos dias que antecedem o abate (a fase terminal), quando os frangos já atingiram certos tamanho e peso, medidos em quilos de carne, a empresa mantém uma ração para não engordarem mais que a quantidade desejada, pois depois os produtores serão pagos por quilo de carne. Segundo o Sr. Antonio: “eles fazem até o frango emagrecer”.

Este fato desvenda uma contradição na conversão alimentar, ou seja, o cálculo que determina quanto será cobrado dos assentados pela ração fornecida pela empresa por quilo de carne. Tal cálculo faz recair sobre o assentado a responsabilidade pelos fatores do ambiente, referentes à criação dos frangos industriais, mas não conta a qualidade da matriz genética e da ração fornecidas pela empresa, o que muito influenciam a conversão alimentar. Segundo o Sr. Antonio, “eles (a empresa) pagam o quanto querem”.

Mas não é só isso, tem a questão das doenças e remédios, das novas exigências com cercas, portão, forro, compostagem e banheiro nas granjas. E ainda ter que ““meiar” o caminhão”, ou seja, dividir o frete com a empresa: “Resultado que o assentado sai perdendo em tudo”. Disse que é comum o gerente da Rigor, ironicamente, tirar sarro na reunião: “Fala para os assentados que se a situação do mercado e da empresa estivesse boa, não chamaria reunião para conversar”. O Sr. Antonio explicou que as reuniões são chamadas para os técnicos exporem os motivos pelos quais a empresa precisa diminuir a produção, daí eles reclamam do preço da ração, dos prejuízos da empresa etc. Igualmente, eles tiram sarro quando vêm pesar os frangos a cada 7 dias e, na hora da pesagem, descontam 3% do peso: “é a ração que está no papo”, brincam os técnicos.

Em sua última “granjada”, recebeu 11 mil pintinhos, dos quais entregou 10.776 frangos, ou seja, 224 morreram durante o processo produtivo no lote. Perguntamos sobre problemas ambientais para enterrar esses animais e ele falou que a empresa orienta a fazer a composteira com a própria cama de frango – fator que diminui sua cama de frango, considerada o principal subproduto da granja, um excelente fertilizante que possui alto valor comercial. Mas disse que às vezes vem um lote ruim de pintinhos, com uma doença que se chama alfalite – doença que se vê pela bundinha manchada do pintinho. Não tem remédio para isso, apenas paliativos para que eles não morram demais. E mesmo assim a empresa não quer fornecer, o granjeiro tem que se virar e “fazer milagre”. O sr. Antonio passa água com cloro neles. Teve uma época, no início dos contratos com a Rigor, que os pintinhos saiam do incubatório já vacinados, mas agora voltou o mesmo esquema que tinha quando era a Rei Frango e a vacinação deve ser feita pelos granjeiros – o que é considerada uma estratégia da empresa diminuir seus custos e transferi-los aos granjeiros.

Outra reclamação foi sobre a demora para receber pela produção: no contrato dele há uma cláusula que diz que o pagamento será efetuado em até 31 dias após a retirada do lote de frangos. Eles estão a mais de 60 dias sem receber, mas mesmo assim ninguém tem coragem de reclamar na empresa, “ninguém nem sabe quem é o dono da Rigor”. Eles temem que as reclamações ocasionem o corte do produtor da integração e, daí, o que fazer com toda essa estrutura da granja e suas dívidas?

Ele, por exemplo, tem dívida no Banco do Brasil do financiamento que fez para construir o forro da granja, comprar máquina, madeira, ou seja, materiais que comprou para construir e compra continuamente para adaptar a sua granja às mudanças técnicas

impostas pela empresa no processo produtivo. Assim, revelou que mesmo com sua vontade de partir para a horta, como muitos estão fazendo com as estufas, ele não tem condições de abandonar os investimentos já realizados e partir para outros. Para ele, se fosse a Rei Frango tudo estaria bem, "o problema é essa Rigor".

Citou o caso do vizinho Anderson: começou muito recentemente com a granja, já teve duas "granjadas" e ainda não recebeu nada. Outro dia, ele veio ao lote do Sr. Antonio saber se a empresa estava lhe pagando, mas a situação era a mesma. O vizinho já está pensando em parar, ele disse: "calma que é assim mesmo". Embora muitos assentados já estejam tirando a granja para pôr estufa, principalmente para produção de tomate e pimentão, vimos que no lote do Sr. Vilmar a estufa com produção de tomate não impediu que sua granja continuasse produtiva[152]. Por outro lado, há assentados ampliando as granjas. Segundo o Sr. Antonio, são famílias com certas características como: não dependem da renda do frango para as despesas do cotidiano, podem esperar 60 dias ou mais para receber pelas "granjadas" – inclusive podem continuar a produzir mesmo sem ter recebido as anteriores. Na maioria dos casos, são aposentados que recebem pensão (citou Sr. Jorge).

Mas a dificuldade maior de trabalhar com a Rigor é mesmo a demora no pagamento. Ele contou com visível desânimo quando os assentados vão ao banco em Araraquara ou em Matão só para ver se o dinheiro caiu na conta, poder sacá-lo e não tem nada. Daí, ele gastava todo o crédito do celular para ligar na empresa, falar com o técnico. Mas disse que não faz mais isso, o assentado Carnesecca liga e reclama, ele falou que não gasta mais celular para ligar. Esse foi o motivo para que ele comparasse negativamente a integração possível aos granjeiros do assentamento com outras empresas. Lembrou que na época que a empresa Globo Aves integrava os assentados, em até 7 dias o dinheiro estava na conta. Isso era fundamental para o assentado que se deslocava à cidade para mexer com o dinheiro. Com a A'doro, empresa de maior porte e cobiçada pelos granjeiros assentados, existem boatos contra eles que inviabilizam a integração.

A crise vem afetando tanto a empresa que ela não está mais pagando um bônus aos melhores granjeiros. Havia o *check list*, série de fatores observados pelos técnicos que garantiam ao granjeiro um bônus no pagamento. Por exemplo, manter os

[152][152] Vilmar é um assentado que já foi presidente do Centro de Desenvolvimento Comunitário e sua esposa, dona Sueli, era do grupo da cozinha. Trata-se de uma liderança que sempre conseguiu atrair investimentos para seu lote e procurou diversificá-lo.

bebedouros e demais instalações limpas, forrar a granja, ter baixa taxa de mortalidade, dentre outros. Agora não tem mais esse bônus, que antes dava 3 ou 4 centavos a mais por frango. Uma curiosidade mencionada pelo Sr. Antonio foi seu espanto ao constatar que no período do natal, foi ao mercado comprar tulipa de frango e pagou R$ 12,90 o quilo. Sendo que ele mesmo produz os frangos a um custo de R$ 0,42 cada. E às vezes o preço pago pela empresa pode ser menor: "Abaixa para R$ 0,36, R$ 0,32, R$ 0,30...".

Quanto à atuação do Itesp, disse que é muito fraca, os técnicos fazem aqueles projetos para "dois ou três gatos pingados". O da galinha poedeira (que a dona Regina participou) foi citado: "eles deram galinhas para dois ou três assentados errados". Citou também o projeto Microbacias (Cati), que para ele tinha tudo para ser um bom projeto, dava para os assentados fazerem poços, ganhavam calcário e pagavam com subsídios de até 90%, mas eles não viram uma grande mobilização dos técnicos em torno disso e reclamou que a segunda fase do Microbacias só poderia ser acessada em associação ou cooperativa.

Com a prefeitura, mencionou que já houve uma das prioridades do OP para conseguirem balança e farinheira e que, por conta das disputas internas das famílias assentadas, por enquanto só saiu a padaria e a cozinha. Em sua percepção, o dinheiro para os outros dois projetos que ele tem interesse "voltou" para a prefeitura. Os problemas para a não execução poderiam estar somente nas disputas internas dos grupos de famílias, embora eles estejam relacionados com os interesses e a vontade política dos agentes municipais para a organização das demais prioridades. Apesar dos parcos projetos executados pelo OP frente ao número de prioridades votadas e aprovadas, disse que a padaria é uma coisa boa que elas estão fazendo. Mas disse que ele não compra nada lá, por que sua esposa faz pão em casa. Acha que pelo tempo que elas estão ali o negócio não cresceu muito. Embora valorize o fato de agora existir uma padaria no assentamento, esse comentário final não deixou de mostrar uma percepção depreciativa em relação ao grupo da padaria, possivelmente compartilhada por outras famílias de que elas não cresceram mesmo tendo conquistado a prioridade do OP.

5.17 Lote do Anderson (filho do José Roberto), em processo inicial de produção de frango em parceria com agroindústria

Ao chegar ao assentamento, estávamos à procura do lote do Marcílio, no núcleo VI, um antigo informante que tinha granja de frango em contrato de produção com a Rei

Frango, no ano de 2008. Já estávamos na rua do Marcílio, quando avistamos uma granja grande sendo construída em um lote vizinho. Avistamos um assentado trabalhando ali e resolvemos parar para conversar. O assentado em questão não era do lote, ele estava prestando serviço como pedreiro – construindo dois cômodos ao lado da granja, um escritório para que o técnico da agroindústria pudesse usar em suas visitas técnicas e um banheiro ao lado, segundo o assentado estas são exigências da empresa integradora. Era o Sr. Roberto, morador no núcleo IV, após nos apresentarmos ele nos levou à casa dos donos do lote. Lá encontramos o Anderson e seu filho, de aproximadamente 4 anos. Trata-se de um jovem, em torno de uns 30 anos, que já há algum tempo deixou o assentamento para ir morar em Matão. Agora ele largou o trabalho na cidade e está montando a granja para ser sua principal atividade de trabalho junto com a família.

Esta família está há aproximadamente 11 anos no assentamento, ou seja, ainda nos primeiros anos de criação do núcleo VI do assentamento Monte Alegre, o lote foi comprado apesar da família, na época, estar cadastrada. Quando vieram para cá, o Anderson estava com 17 anos, ele passou um ano no assentamento e depois foi para Matão trabalhar como vendedor em uma concessionária de carros. Sua casa fica a 15 Km do sitio do pai, por isso acha que dá para tocar a granja mesmo morando na cidade.

A conversa sobre a granja girou em torno de questões técnicas e financeiras. Ele afirmou que a granja chegou a custar em torno de R$ 100 mil reais. Fazendo cálculos aproximados, disse que comprou a granja pela internet (no site de agronegócio) de um sitiante de Barretos, que antes trabalhava integrado junto à empresa Granja Sertaneja. Lhe custou R$ 30 mil e mais R$ 10 mil de frete (Barretos/Araraquara). Fora a estrutura, ele gastou mais R$ 20 mil com o forro[153] e R$ 18 mil com as telhas. Fora estes gastos principais, existem outros com mourões de madeira, cimento, tela de proteção (encomendadas também pela internet de uma empresa gaúcha, que ficou muito mais barato que se comprasse na região, segundo ele cerca de 40% mais barato) silo, pratinhos e bebedouros, mão de obra, dentre outros itens. Sua granja é bem grande, tem capacidade para produzir 16 mil frangos por lote.

Um técnico da empresa Rigor já está acompanhando e orientando acerca das exigências da empresa. O assentado disse que eles assinam um tipo de contrato de agregação, que na verdade não tem força de contrato com muitos deveres e obrigações

[153] O forro é uma exigência recente do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), segundo esta nova exigência apenas as granjas que possuem forros podem receber os animais para produção. Este é um dos motivos que levou os assentados que possuíam granjas mais antigas a abandonarem a produção via integração. Pelo alto custo de investimento na construção do forro.

em termos de tempo e continuidade da parceria, neste primeiro momento é apenas um cadastro de produtor integrado, e após o inicio da produção provavelmente se assina um contrato propriamente dito. Na prática, mesmo com o contrato de integração se o mercado estiver em baixa e a empresa não tiver interesse em produzir frango na granja dele, em determinado momento, não existem obrigações contratuais nem garantias para o assentado, que, por sua vez, acaba de desembolsar um grande volume de recursos para construir a granja. Como visto em outros casos desde 2008, as granjas dos assentados podem ficar inativas por grandes períodos de recessão do mercado avícola.

Antigamente eles tinham no lote: cana, criações de gado e galinha. Atualmente acabaram com todas as outras criações e estão centrados apenas na granja industrial, mas logo ele quer voltar com gado confinado. Outra criação que quer voltar em breve é de cabritos, por conta do irmão que também saiu do lote. Ele disse que seu irmão gosta de criação de cabritos, então quer colocar para que o irmão venha mais ao sítio. Já as demais aves não serão possíveis, uma vez que a granja industrial não permite outras criações soltas no lote, como galinhas, patos etc. Notamos que o lote é bem arborizado, tem várias árvores frutíferas e uma boa horta para consumo familiar.

Sobre a cana, afirmou que os assentados estão passando maus bocados nas mãos da Usina Maringá, que segundo ele não está bem financeiramente. Na safra atual os assentados não sabem se a usina vai lhes pagar, já que na última foram pagos com cheques pré-datados para quase um ano e na hora de descontá-los não tinham fundo, os cheques voltavam. "É assim que os assentados ficam, a usina sai devendo e não acontece nada com ela". A cana no lote desta família foi abandonada.

Houve tempo ainda para ele dar um depoimento sobre os primeiros tempos no assentamento. Falou que antes o sítio ficava cheio de gente, parentes e amigos vinham aos finais de semana para almoçar e passar o dia. Ele se lembrou que a família matava, de uma só vez, até 10 frangos caipiras, que ficavam pendurados num cabo de vassoura e ele passava com a faca cortando os pescoços. Lembrou que naquela época, não se vendia nada. Um vizinho que passasse por ali recebia um frango, uma sacola de frutas, fazia-se muito escambo de alimentos. Atualmente as coisas mudaram, essa dimensão da sociabilidade já se alterou abruptamente, de forma que não se dá mais um frango, agora ele é vendido. Ele perguntou: "Quanto custa um frango caipira? Uns R$ 25,00? Hoje o sítio não pode ser mais assim [não vender nada], senão quebra". Para ele, as mudanças serão maiores ainda, pois nem a galinha caipira será mais produzida. Se ele quiser comer galinha ou ovos caipiras terá que contar com algum vizinho que os tenham. A

comparação se deu através do tempo de abate: da galinha caipira são, em média, 360 dias e o frango de granja são pouco mais que 40 dias. Segundo o assentado, as diferenças se acentuam quando comparamos o tempo de cozimento, o gosto e os aspectos nutricionais. Em pouco mais de 10 anos essas dimensões foram alteradas no interior desta família.

Foi notável o depoimento que o Anderson deu sobre o novo vizinho do lote da família dele. Há dois anos um novo vizinho se mudou para o lote ao lado e, quando chegou, veio com uma visão de que os assentados eram vagabundos, que não queriam trabalhar. Ele veio com um razoável nível de capitalização, o que permitiu que ele comprasse máquinas e animais. Mas logo esse novo vizinho foi vendo as dificuldades de produção e comercialização no assentamento, perdeu muito dinheiro que havia investido e atualmente reconhece a vida dura que leva o assentado. Ele afirma hoje que é "mais um vagabundo".

Sobre a escola, disse que não queria que seus filhos estudassem no assentamento: "A escola aqui é muito fraca. Os professores não ficam aqui. Tem professor de Matão que vai dar aulas em Araraquara, mas não fica na escola do Monte Alegre". Ele justificou sua permanência na cidade com o argumento de que seus filhos precisam estudar na cidade. Citou também o caso dos alunos do assentamento serem chamados de pés vermelhos nas escolas da cidade.

5.18 PDS da Barra: a primeira aproximação do assentamento no Núcleo "Mário Lago"

A primeira ida a campo que fiz no PDS da Barra, no dia 25 de março de 2011, foi com um grupo de pesquisadores do contrato INCRA/Uniara, ligados à assessoria ambiental. Uma das coisas a serem vistas era com relação ao uso de áreas de reserva ambiental, que alguns assentados poderiam estar fazendo de forma irregular e, sobretudo, buscar informações sobre como estava o acesso à água para consumo humano, pois há muita precariedade nesse sentido.

Nessa visita fomos ao núcleo do MST Mário Lago e conhecemos lotes com diferentes estratégias produtivas. Fomos inicialmente ao lote do Sr. Franscisco, onde encontramos produção de milho, porcos e galinhas caipiras. Segundo ele, a comercialização se dá através de assentados do Sepé-Tiaraju, que entregam para a prefeitura de Serrana/SP. Andando pelo milharal, no entanto, verificamos que o milho é

consorciado com abóbora e mandioca. Trata-se de um milho não híbrido, portanto aquele do qual ele pode retirar as sementes para sua renovação.

Outras produções existentes, mais voltadas ao autoconsumo, são de batata, batata doce, quiabo, caxi, ervas medicinais, feijões de corda, carioca e guandú, banana, goiaba, mexerica, manga, abacate, jaca, pinha, maça, mamão e pitomba (fruta característica do nordeste), além da criação de cabra (leite e queijo), galinhas e patas (ovos) e peru. Algumas destas produções, em pequena escala, são apenas para o gasto da família e em estágio inicial, mas ele disse que há um excedente que é comercializado para pessoas do próprio assentamento e para atravessadores que vêm buscar, além do PAA de Serrana.

Sobre sua trajetória, deu um relato muito comum dentre os assentados, cuja origem é no meio rural e depois um intenso fluxo migratório: ele nasceu no Ceará, onde viveu até os 13 anos. Foi para o Paraná, onde se casou e morou 19 anos. Após, foi para Minas Gerais e morou lá mais 10 anos, antes de vim para São Paulo. Por isso, tem filhos paranaenses, mineiros e paulistas. Em todos esses Estados ele trabalhou ora em lavoura, ora em *plantations* e algumas vezes nas cidades. Ele está no lote atual há um ano e meio, mas já está na Fazenda da Barra há 8 anos (antes em outro lote). Isso se deve à forma como se deu a ocupação desta fazenda: as famílias ocuparam a terra como se já estivessem dividindo os lotes e quando o assentamento foi regularizado, alguns ficaram onde já estavam ocupando e outros tiveram que se mudar para lotes novos, às vezes bem distantes, o que motivou alguns conflitos internos no assentamento.

Em função do tamanho do lote, em torno de 3,5 hectares segundo ele, tem que se fazer uso intensivo da terra. Mas, mesmo assim, ele garante que trabalha o dia todo. A falta de água é um problema para a produção do lote. Não pode fazer poço individual e tem sobrevivido em função da doação de água da prefeitura por meio de caminhão pipa. Há também fornecimento da cidade, mas o custo é muito alto. Ele tem um pequeno reservatório no qual armazena água de chuva. A luz chegou ao lote há apenas 4 meses e a estrada vicinal foi concluída há um ano, porque aquela parte da fazenda foi ocupada posteriormente. Antes, ele e o vizinho haviam feito um bom trecho de estrada por conta deles mesmo.

No lote do vizinho, encontramos uma criação de coelhos conduzida por uma mulher, dona Sara. Ela atende encomendas de uma loja de ração animal que também vende mascotes. Mas ela nos contou sua perspectiva de ampliar a criação de coelhos junto com um vizinho, que pretende implantar um abatedouro e, juntos, venderiam a

carne para um restaurante local. Se isso vier a ocorrer, ela disse que deverá entregar 50 cabeças por semana. Por isso, ela quer investir na construção de um barracão e se enquadrar em normas sanitárias de criação. Ela disse que possivelmente faria um pedido de PRONAF Mulher. De início, ela quer pegar um fomento mulher, no valor de R$ 2.400,00 (divididos em 3 parcelas de R$ 800,00), que várias mulheres do assentamento estão acessando. Ela disse que foi atrás de como fazer o projeto, mas havia muito desafios para se fazer um o abatedouro. Perguntamos se fazem uso alimentar desta produção e como é sua preparação, pois um dos pesquisadores intuiu que seria ensopado com alecrim, mas o Sr. Sidnei, marido da dona Sara, afirmou que eles comem coelho à passarinho.

O Sr. Sidnei possui trator, portanto é prestador de serviço no assentamento. Alegou que pelo fato dos lotes serem pequenos, existem dificuldades na hora de manobrar. Então, disse que o melhor serviço que tem pra fazer por aqui é o terraceamento. Outras estratégias produtivas que eles possuem são cultivo de banana e mandioca, como a grande maioria da região, mas também abacaxi e pimenta Cambuci. Ele disse que a intenção é produzir milho e processá-lo para fazer fubá caipira, que para ele tem mais amido por ser menos processado.

O último lote visitado foi de uma senhora que também se chama Sara e seu filho Edson. É simbólica a castanheira portuguesa plantada no centro do lote, já grande, pois foi plantada em 2004, quando da primeira ocupação da área. Após a regularização do assentamento, há aproximadamente um ano e meio, permaneceram no mesmo lote.

Lá eles plantam milho pipoca e amendoim, do qual consomem e fazem doce. O assentado é considerado um produtor de milho referência e, andando pelo lote, pudemos comprovar que ele possui um forte perfil de agricultor familiar. Os conhecimentos tradicionais desta família foram comprovados quando a Dona Sara relatou que ela sabe fazer um bom fumo de corda. Desde que era pequena ela via seu avô e o pai enrolarem fumo, portanto um conhecimento familiar tradicional. Disse que produz pouco fumo e quando ele fica pronto, os vizinhos logo vêm buscar, esgotando a produção. Tem também estrutura de pocilga, mas atualmente acabaram com os porcos, embora pretendem voltar a tê-los em breve – faltaria uma pequena ampliação que o assentado quer fazer, um formato que ele denominou chiqueiro rotativo e cimentado, como esquema japonês[154]. Normalmente ele usa a palha de arroz para forrar o local onde os

[154] A criação de pequenos animais foi notada em outros lotes, e considerada como estratégia para melhor aproveitamento do espaço, como no caso da criação de coelhos mostrada antes e que fica suspensa.

porcos ficam e a cada 3 meses retira para aplicar no pomar e no milharal. Há também uma pequena produção de macadâmia, fruticultura e milho verde para comercialização.

Ele montou um esquema simples no telhado do barracão para captação de água da chuva, o que afirmou ser uma prática comum dentre os assentados em função da escassez na Fazenda da Barra. Ele, como a maioria dos assentados, queria fazer um poço para garantir água, mas sabe que não pode por causa do TAC.

Os lotes na região têm dimensões menores comparando outros assentamentos da região Araraquara-Ribeirão Preto: as famílias possuem seus lotes individuais e o assentamento ainda conta com áreas de produção coletivas (fora dos lotes), que os assentados podem fazer uso ou não. De acordo com o assentado, poucos fazem uso destas áreas e, quando fazem, geralmente são projetos voltados à hortas coletivas. Em seu relato, disse ainda: "eu acredito que o trabalho no coletivo fica complicado, não entendo como posso empregar minha mão de obra em dois locais distantes e conseguir tirar dinheiro daquele espaço". E completou dizendo que gostaria de ter mais espaço para seus cultivos anuais e semi-anuais, embora para os cultivos perenes o lote é suficiente.

Quando indagamos o coordenador regional do INCRA, Edivar Lavratti, sobre a utilização dos lotes individuais para garantir o sustento, em função do pouco espaço que as famílias possuem, foi mencionado que "o uso do crédito é empregado de maneira intensiva" e os projetos de financimento envolvem o uso da totalidade ou quase a totalidade do lote de cada assentado.

Nas fotos a seguir observamos uma das áreas de reserva legal e o conjunto de seus fragmentos.

Figura 8 - Fragmento e fragmentos de reserva legal na Fazenda da Barra.

Figura 9 - O milharal e, ao seu final, o capim colonião e a reserva.

Figura 10 - Feijão guandú e milho para autoconsumo e alimento das criações.

Figura 11- Criação de coelhos da dona Sara.

5.19 As especificidades do núcleo Índio Galdino: o núcleo dos "excluídos"

Nos meses de julho e agosto de 2011 pude realizar mais visitas ao PDS da Barra. A primeira delas contou com uma equipe relativamente grande, pois tratou-se da primeira ida a campo para aplicação dos questionários da pesquisa do contrato INCRA/Uniara. A equipe se dividiu em duplas e cada qual foi a um núcleo da fazenda. Fui ao núcleo Índio Galdino com a pesquisadora Ana Flávia Flores, onde pudemos obter um depoimento sobre os problemas da organização interna do assentamento e sobre a situação produtiva do ponto de vista das lideranças desse núcleo em específico.

Encontramos eles trabalhando em uma área de exploração coletiva, o senhor Edilson estava preparando a terra em um pequeno trator para o plantio das mudas de alfaces. Prontamente os dois pararam o que estavam fazendo para que pudéssemos fazer as entrevistas, na sombra embaixo de árvores.

Trata-se de um núcleo com características bem peculiares em relação aos grupos mais hegemônicos do assentamento (MST e MLST). Nosso entrevistado, enquanto liderança da associação do Índio Galdino, deu um panorama geral deste núcleo, que tem 44 famílias assentadas. Este grupo é uma dissidência dos demais, pois passou a discordar das posições políticas de suas antigas lideranças quando o processo de assentamento foi chegando na fase de implementação. Inclusive, alegaram o risco de não serem assentados por conta dessa discordância, embora tenham tido presença ativa na luta pela terra. Com o processo de assentamentos, algumas famílias ficariam nos locais já ocupados durante o acampamento e outras iriam para locais mais distantes e sem infra-estrutura.

No começo, o pessoal que veio ocupar o núcleo que viria a ser o Índio Galdino era composto por 8 famílias. Eles vieram para uma área mais distante do centro da ocupação, numa área que seria para preservação e cuja terra era de qualidade pior que outras áreas da fazenda. Foram orientados por pessoas do INCRA e da Feraesp a se precaverem de ações de despejo por parte do próprio MST. Assim, conseguiram no Ministério Público um documento que assegurava a legitimidade do grupo em conseguir aquela área. Outros dissidentes se juntaram às oito famílias, totalizando 44. Os entrevistados nos informaram que houve uma movimentação de 40 famílias do MST – que não reconhecia o direito à terra para o pessoal do Índio Galdino – para tirar as famílias de lá e tomarem para elas, mas foi justamente o documento do Ministério Público que garantiu a permanência das 44 famílias.

Por conta dos riscos em perder a área para outros movimentos, os produtores fundaram uma associação ainda na época da ocupação, chamada Associação de Agricultores Independentes Índio Galdino. Para eles, essa ação foi de fundamental importância para manter o grupo, pois a associação começou, desde então, a atuar na produção e na comercialização das 44 famílias.

Segundo as lideranças, pessoas da cidade também vieram ao núcleo na intenção de conseguir um lote, mas foi feita uma rigorosa seleção das pessoas que iriam ficar no Índio Galdino[155]. Alegam que as pessoas que ficaram no núcleo têm fortes laços comunitários e familiares. Mas isso foi conseguido comprando-se muitas brigas com os outros movimentos (principalmente MST) e com pessoas do bairro vizinho.

Esses assentados nos informaram que o crédito moradia veio no valor de R$ 7 mil, em 2008, para a construção de uma casa de 52m². Ficou claro que para eles o valor do crédito habitação é muito pequeno e ainda não tinha sido liberada a segunda parcela de mais R$ 8 mil – um dinheiro que para eles estava "parado" no banco. Reclamaram da demora para a liberação da outra parcela. Reclamaram também do tamanho da casa padrão. Para muitos assentados, as casas tiveram que ser aumentadas com recursos próprios. Um dos nossos entrevistados, por exemplo, investiu mais R$ 20 mil em sua casa, porque ele precisava de uma casa maior do que aquela padrão, cujo projeto foi elaborado pelos agentes financiadores.

Em geral, as condições materiais de vida melhoraram no assentamento. No entanto, as condições de acesso à água para produção são bem precárias no núcleo. A maioria das pessoas tem reservatórios para armazenar água de chuva e passa um caminhão pipa da prefeitura a cada 40 dias nas casas. O tamanho de lote médio por família é de 1.6 ha, mas nesse núcleo existem áreas de brejo nas quais é permitido fazer uso para produção coletiva. O acesso à água nestes locais se dá diretamente por água superficial do rio. Porém, essas áreas deveriam ser APP, já que cumprem função de mata ciliar, mas já tinham sido desmatadas há muito tempo antes do assentamento. Os

[155] Na maior parte, tratava-se de criminosos que os ameaçavam. O sr. Edilson relatou que houve ameaças com armas feitas a ele e outros da comunidade. Ele disse que teve por 5 vezes uma arma apontada para sua cara, por que ele lutou para tirar os bandidos do núcleo. Relatou o caso de um jovem da cidade que o ameaçou, em um fim de tarde, quando ele passava a porteira de um lote que dá fundo para o bairro. O jovem estava numa bicicleta e armado, apontou a arma para ele e falou que teria que arrumar um lote, já que o Edilson foi um dos assentados que selecionaram quem ia ficar no núcleo Índio Galdino. Outro problema relatado foi quando um morador do bairro veio despejar entulho em áreas de mata do assentamento. Quando pego em flagrante, eles exigem a imediata retirada e isso já foi motivo para conflitos. Afirmou que por todas essas lutas, a comunidade do Índio Galdino é como se fosse uma família.

assentados disseram que já começaram um projeto para colocar algumas frutas e nativas (embaúba) em meio à produção de horta. Igualmente, nos relataram que já fizeram a tentativa de plantar mudas de nativas nas beiradas do rio, mas não deu certo por que nas épocas de chuva a enchente leva tudo embora. Afirmaram que falta um projeto técnico melhor para explorar e ao mesmo tempo preservar a área.

O INCRA assinou perante a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O que iria garantir que 35% da área seriam destinadas à RL[156] e que as APPs existentes na fazenda seriam recompostas. As orientações do TAC segurariam as ações de planejamento e implantação da infra-estrutura necessária para que as famílias pudessem viver e produzir na área. Todo esse processo foi marcado por disputa pela condução política do projeto de assentamento. Um dos problemas mais graves que o assentamento sofre é em relação à infra-estrutura, principalmente a questão de abastecimento de água e tratamento de esgoto das moradias construídas pelas famílias. A falta de água tem se colocado como um dos principais problemas do desenvolvimento do assentamento porque dificulta a produção e a sustentação das famílias.

A associação do núcleo Índio Galdino possui um barracão no qual eles podem processar derivados de milho (pamonha, cural etc.) e algumas plantações em áreas coletivas, mais voltadas à produção de hortas. Boa parte dos assentados planta milho em seus lotes para processar no próprio assentamento. A associação tem trator e implementos como arado, roçadeira, carreta, plantadeira rotativa, cultivador e forrageira. A comercialização para a prefeitura se dá diretamente entre a associação e a Conab, então muitos assentados entregam seus produtos desta forma. Outra opção é a feira do produtor, que tem todo dia no município e os assentados podem participar mediante a doação de 200 quilos por mês de produtos para a prefeitura (banco de alimentos).

Não há coleta de lixo, embora exista uma promessa da prefeitura para coleta uma vez por semana. As embalagens e materiais secos são queimados e/ou enterrados. Lixo orgânico é reaproveitado na roça na forma de composteira. Não há transporte público, posto de saúde ou telefonia pública. Não existe escola no assentamento e as crianças e jovens são atendidos no bairro vizinho. Mas segundo eles, existe um projeto

[156] A decisão de estabelecer um índice de 35% como área de reserva legal foi tomada em virtude da Fazenda da Barra estar situada sobre uma área de recarga do aquífero Guarani. Dessas 35%, 20% não poderão ser explorados economicamente. Entretanto, nos 15% restante, as famílias poderão desenvolver atividades agrícolas baseadas em Sistemas Agroflorestais (SAFs).

para criação da escola do assentamento. Porém, há também uma disputa entre os movimentos para definir o local. O MST quer usar um espaço comunitário dentro do seu núcleo. Já os demais movimentos (MLST, Índio Galdino e Luisa Mahin) querem que seja no centro comunitário já existente – que também fica no núcleo do MST, mas onde o movimento quer manter seu Centro de Formação. Para o pessoal do Índio Galdino, este último seria um local melhor, pois embora também no interior do núcleo do MST, é um local mais central e que agradaria a todas as famílias assentadas na fazenda da Barra ou que ao menos traria um consenso, diferentemente do local onde o MST quer a escola. Segundo as lideranças entrevistadas, a prefeitura já aprovou a construção da escola no assentamento e aguardava a decisão dos assentados sobre o local.

Trata-se de um assentamento que não tem agrovilas, portanto as famílias moram no lote de produção. Porém, como os lotes são pequenos, acabam ficando bem próximos, então sentimos uma grande proximidade entre eles. No núcleo Índio Galdino, observamos que as pessoas ficam nas ruas e conversam na porta de casa.

No lote do Sr. Edilson moram ele, sua esposa e mais três filhos. Os titulares do lote não concluíram o Ensino Fundamental. O filho mais velho, de 19 anos, é o único que não mora no lote: está na Argentina com um grupo religioso "alternativo", do tipo que os jovens ficam em colônias agrícolas[157]. Dos demais filhos, uma filha (18 anos) já completou o Ensino Médio técnico em hotelaria e atualmente trabalha fora do assentamento (no setor hoteleiro, com um salário de R$ 600,00 mensais). Outro já concluiu o Ensino Fundamental e estava decidindo se ia continuar a estudar o ensino médio ano que vem. Este filho participou em alguns momentos da conversa por que ele estava ajudando ao pai na horta, então aproveitamos pra perguntar por que ele deu um tempo nos estudos e se quer trabalhar como o pai, na agricultura. Ele disse que não, que para ele seria melhor seguir o caminho da irmã e fazer Ensino Médio técnico para trabalhar na cidade. A filha caçula freqüenta o Ensino Fundamental na escola do bairro vizinho. Tirando o filho que está fora e a filha que trabalha fora, as demais pessoas trabalham (ou ajudam) na agricultura no lote e na área coletiva.

[157] Quando perguntamos a ele sobre o filho que está fora do país, sua reação foi bem comovente: seus olhos se encheram de lágrimas e a entrevista teve que ser interrompida por alguns instantes. Ele tirou o boné e segurou os olhos com os dedos. Ficou aquele silêncio, até que foi irrompido com o assentado nos falando, muito calmamente, que não criou seus filhos para ficarem longe dele, que não estava preparado para isso. Em função disso, ele possui internet no lote, via rádio, para falar com o filho no Skype (R$ 50,00 por mês), o que era uma coisa muito incomum nos assentamentos, tendo-se em vista que a maior parte das famílias não tinha acesso à internet à época.

Em sua trajetória de vida, o Edilson trabalhou na roça até os 22 anos, em Minas Gerais (Ituiutaba e Uberaba). Trabalhou muito com gado de leite. Veio para o estado de São Paulo para trabalhar no corte da cana e, nas usinas, também mexia com máquinas (tratorista). A primeira cidade que morou no estado de São Paulo foi Igarapava. Quando da vinda para a região de Ribeirão Preto, foi morar na cidade e trabalhou como vigilante por 15 anos. O entrevistado comentou que depois de algum tempo trabalhando, a exigência por escolarização foi dificultando o acesso ao trabalho, uma vez que ele nem tinha concluído o Ensino Fundamental. Isso também contribuiu para que ele participasse da ocupação. Outro fator importante foi que sempre gostou muito de roça e queria um pedaço só para ele, pois em sua representação isso lhe daria liberdade. Ele veio ocupar a fazenda em agosto de 2003 com o MST. Em sua opinião, a vinda para o assentamento levou a família do inferno ao céu, mesmo com todos os problemas relatados sobre a ocupação, a fragmentação interna do movimento, ameaças e dificuldades produtivas, como veremos.

No lote familiar trabalham ele, a esposa e os dois filhos que ainda estão estudando. A renda média mensal da família com atividades agrícolas em seu próprio lote é de R$ 1.000,00. Ali eles produzem regularmente mandioca, abóbora, horta, milho, feijão carioca e fradinho, limão e outras frutíferas e criam galinhas. Tudo que é plantado é para o autoconsumo, para a venda no PAA e venda direta. A família possui um automóvel Fiorino (com caçamba) equipado com som para fazer a venda direta, na rua e na casa de sua clientela. O som do carro foi um investimento do irmão do assentado, que deu R$ 2 mil para ajudá-lo. A mulher fica na incumbência de fazer as vendas na rua e ela também comercializa salgados, doces e bolos que ela faz[158] (venda esta ocasional, mais por encomenda[159]). Nessas vendas entra também o milho verde do vizinho, que é comercializado nas ruas com o carro.

A produção animal do lote é a criação de galinhas, sendo aproximadamente 100 cabeças para corte e 30 cabeças postura de ovos. Tanto a carne como os ovos são consumidos e comercializados ocasionalmente. Ele também está implantando criação de suínos e disse que são estratégias interessantes de criação para a alimentação da família, em função do tamanho do lote, embora não ache que comercialmente as criações dêem

[158] Um fato interessante relatado é que a filha caçula desenvolve pequenos trabalhos com artesanato e às vezes vende alguns brincos, imã de geladeira, dentre outras coisas, na escola em que estuda.
[159] Segundo o assentado, as encomendas são produzidas na cozinha da própria casa, mas a esposa dele pretende montar uma cozinha só para trabalhar com as encomendas dela. A intenção era fazer isso com o fomento mulher, mas o valor não é suficiente (até agora ela recebeu apenas uma parcela de R$ 800,00).

certo. Além disso, principalmente a criação de suínos não pode ser muito grande nos assentamentos PDS`s em função dos dejetos que gera. Comparou tais limitações a assentamento com lotes maiores, nos quais as pessoas criam gado leiteiro e não tem tantas normas como no PDS.

Já no espaço coletivo, que fica bem próximo ao lote (aproximadamente 500 metros), ele e mais dois vizinhos cuidam de uma horta com vários itens: alface crespa e americana, cebolinha, salsinha, chicória, espinafre, acelga, mostarda, couve, rúcula, almeirão, rabanete, mandioca e abobrinha italiana, dentre outras. A produção é comercializada pela associação para o PAA. Desta horta coletiva, afirmou que os três assentados que trabalham nela tiram juntos R$ 6 mil bruto a cada 40 dias, aproximadamente. Uma parte paga insumos e outras despesas de produção e transporte. Outras são retidas para o caixa do grupo e para a associação. O ponto positivo da área coletiva é o acesso facilitado à água, porque a área é banhada por um rio. Uma estratégia que ele adota em ambas as áreas de horta é que, no período das águas, diminui um pouco a área com hortaliças para plantar o milho.

A renda familiar mensal, estimada por ele somando-se a renda do lote, da área coletiva, o salário da filha que trabalha fora e um benefício do Bolsa Família é de R$ 2.500,00, aproximadamente[160]. Afirmou que não saberia precisar exatamente os custos com a manutenção do sistema produtivo. Pelo fato de não se permitir o uso de agrotóxicos nos projetos PDS, os insumos comprados fora praticamente se resumem a sementes e adubo orgânico, o que lhe dá um custo estimado de R$ 1.200.00 e R$ 1.600.00, respectivamente, por ano. Há também custos mensais com o óleo do trator. Em uma estimativa, propusemos que se gasta R$ 300,00 mensais na manutenção do sistema produtivo.

Por outro lado, em função de tudo que eles produzem servir ao autoconsumo da família, economizam grande parte do que seria desembolsado na aquisição de alimentos nos supermercados. Dentre o que se produz e que poderíamos afirmar ser prioritariamente destinado ao autoconsumo, destaca-se: feijões, galinhas, ovos e mandioca. A horticultura é a principal atividade produtiva da família, embora dela se faça consumo. A família chega a gastar R$ 500,00 mensais em supermercados, com itens como arroz, óleo, sal, macarrão e outros produtos industrializados, além de

[160] A renda proveniente da comercialização dos produtos que a mulher faz por encomenda (salgados, doces e bolos) não entrou nesse cálculo. A bolsa família que eles recebem é no valor de R$ 80,00.

produtos de limpeza e de higiene pessoal. Em função do autoconsumo, a família gasta em supermercados apenas o equivalente a um quinto da renda mensal estimada.

Afirmou ainda que a alimentação melhorou muito em relação a quando estava na cidade, pois o salário como vigia não permitia um acesso a alimentos (como carnes, ovos, verduras, legumes e frutas) como é aqui no assentamento. Disse que aqui tem tudo isso a vontade.

A principal forma de abastecimento de água do lote, segundo o assentado, é uma cisterna de 20 metros (usada mais para irrigação). Embora já exista um poço perfurado pelo INCRA no núcleo, falta ainda fazer a rede de distribuição para levar a água aos lotes. Outra fonte de abastecimento, mais para consumo humano e animal, é o caminhão pipa da prefeitura que passa a cada 40 dias aproximadamente. Como forma de tratar a água, declarou fazer a cloração. Na área coletiva, usam água do rio para irrigação. Disse que, em geral, a água é suficiente o ano inteiro apenas na horta coletiva, porque no lote enfrenta períodos de escassez para a produção.

Quanto ao tratamento de esgoto, disse que existe a fossa negra no lote e que em aproximadamente 90% do assentamento é assim. Para ele, a contaminação do solo e da água por causa das fossas negras é o principal problema ambiental do assentamento. O assentamento não tem coleta de lixo, portanto a família tem um local específico onde se despeja e queima embalagens em geral e sacos plásticos, mas aproveita na roça todo material orgânico.

Ele afirmou que existe área de reserva legal no lote, que corresponde a uma área de 50x70m^2. No entanto, segundo informações de técnicos do INCRA, existem vários fragmentos de reservas e eles não integram os lotes. O relato do agricultor provavelmente se deve ao fato da reserva fazer divisa com seu lote. Já mata ciliar e APP existem apenas na área coletiva que a família faz uso para horta. Ele disse que nunca houve, naquele núcleo, um projeto voltado à preservação, mesmo os técnicos e a promotoria sabendo que eles gostariam de recuperar e preservar a APP na área coletiva. Nas áreas de reservas do núcleo existem problemas como despejo de lixo por parte de vizinhos da cidade e já houve problema com assentados que fizeram pastagens, mas após denúncia foram retiradas. Já ocorreram também queimadas criminosas nessas áreas.

Declarou que o tipo de manejo que há em seu lote é tradicional, aproveitando a matéria orgânica e não usando insumo de fora (apenas sementes e adubo orgânico). Em seu lote e na área coletiva ele pratica adubação verde, faz rotação de culturas e adubação

orgânica. Caso contrário, provavelmente ele faria manejo semelhante aos PA`s mais antigos, que é um misto de tradicional com convencional, principalmente fazendo-se uso de herbicidas e adubação química junto a um manejo tradicional que evita elevar os custos da produção – reutilizando a matéria orgânica, por exemplo. Chegamos a essa conclusão depois que ele criticou as normas do PDS por serem rígidas demais e que essa rigidez, às vezes, dificulta a vida do assentado.

Participa do PAA e declarou que teve assistência do INCRA para isso. Considera a política pública muito significativa, mas não soube estimar a renda mensal proveniente dela. Não participa da merenda nem da feira de produtores do município (a feira acontece todos os dias e o assentado pode participar mediante doação de parte da produção, conforme descrito anteriormente).

Sobre a assistência técnica, diz receber pelo menos uma visita a cada seis meses. E quando os técnicos aparecem é para reuniões sobre projetos e créditos (fomentos, moradia e Pronaf's). Um mau exemplo da assistência técnica prestada pelo INCRA, segundo ele, foi a tentativa de implementar projetos inviáveis nos lotes dessa fazenda, por exemplo para a produção de morango e laranja, sendo culturas que possam vir a exigir agrotóxicos. Outra crítica é quanto ao papel muito burocrático da assistência técnica, no sentido de falta de assistência de campo. Em função desta carência, ele sabe que o MST está contratando um técnico para dar assistência para a cooperativa deles. Por parte dos técnicos do INCRA, a burocracia impede que a assistência seja melhor. Consideram que os técnicos conhecem superficialmente a prática da agricultura, por causa da formação convencional, embora reconheçam o esforço deles em trabalhar com assentamentos e pela reforma agrária.

Sobre crédito e financiamento, ele já acessou o Pronaf A, com assistência técnica do INCRA. Recebeu um valor de R$ 20 mil e está pagando parcelas anuais, sendo que este ano ele ficou endividado porque ainda não conseguiu pagar, mas já tem duas parcelas pagas. Com este financiamento ele estruturou o lote para a criação de galinhas, estufas para a horta e um triturador para fazer ração animal. Também começou, mas ainda não terminou o chiqueiro dos porcos. Quanto ao crédito instalação, o primeiro fomento no valor de R$ 2.400,00 saiu quando ele foi assentado, em novembro de 2008. O segundo fomento saiu oito meses depois, no mesmo valor. E depois de oito meses saiu o terceiro, também no mesmo valor.

Ele usou todos esses fomentos no projeto da horta coletiva. O INCRA só atuou na liberação do credito, e não na elaboração do projeto. Ele achou o crédito muito

significativo porque foi dado a fundo perdido e nos primeiros anos, o que é essencial para sua estruturação produtiva, mas já havia apontado a falta de projeto técnico como uma dificuldade. Do apoio mulher, a esposa recebeu apenas a primeira parcela de R$ 800,00. Disse que se fosse um crédito maior, ela gostaria de fazer uma cozinha de frente para varanda da casa, só para trabalhar com as encomendas de salgados, doces e bolos que ela atende.

O assentamento não tem escola. Seus filhos estudam no bairro vizinho e são atendidos pelo transporte escolar, que em sua opinião é razoável. Mas denunciou que algumas famílias se queixam que algumas escolas não aceitam crianças do assentamento, então elas tem que ir estudar em escolas mais distantes. O assentamento também não possui posto de saúde e o programa de saúde da família. Disse que a ambulância não entra no assentamento e quando o atendimento é emergencial, o paciente tem que ser levado até o hospital ou até a entrada do assentamento.

Quanto às estradas, são ruins nas chuvas. Para o Sr. Edilson, a falta de conservação é o principal fator que interfere na sua qualidade. Ele declarou que nunca foi feita a manutenção no núcleo dele. Os órgãos responsáveis pela realização das estradas foram INCRA e CODASP.

Há também um grupo de jovens neste núcleo, que se organiza no barracão comunitário em torno do projeto "Arca das Letras". Outras estruturas do assentamento são o salão de reuniões e festas onde ocorreria uma festa Julina no dia 9 de julho. Há também uma cozinha comunitária para trabalho com o milho. Há também o salão evangélico, no qual ocorrem cultos religiosos.

Em termos de organização e proximidade política, o grupo deles (Índio Galdino) se junta com os "Bandeira Branca", por conta da escassez de políticas públicas e porque os moimentos maiores, MST e MLST, conseguem mais coisas para eles.

Questionado sobre a permanência dos filhos no assentamento, a reposta foi que a opção é de cada um, pois ali a vida é muito sofrida no trabalho rural. Mas acredita que se conseguirem ficar é melhor. Se saírem do assentamento, ele prefere que consigam ter um negócio próprio, tipo comércio. Para que seus filhos permaneçam, ele acha que o assentamento deve caminhar para o beneficiamento da produção em agroindústrias, pois a agregação de valor gera outros tipos de trabalhos que não seja só na terra. Para ele, o futuro do assentamento depende de mais assistência técnica de campo, geração de trabalho a partir de agroindústrias no próprio assentamento e de infra-estrutura, como a distribuição da água, escola e posto de saúde. "Para quem não tinha nada, tendo um

pedaço de terra como esse, um pouco de boa vontade e políticas como o PAA, melhorou muito".

5.20 Novas divisões possíveis: avanços e constrangimentos na organização do assentamento

Em ida a campo no dia 11 de dezembro de 2013 fomos ao assentamento conversar com lideranças das organizações do núcleo do MST, Mário Lago. Estávamos querendo organizar um curso sobre gestão neste assentamento, tal como realizado no Monte Alegre. A primeira é a AMARP (Associação de Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto), que conta com aproximadamente 85 associados só no assentamento, dentre mulheres e homens. Nessa associação há um grupo de 15 mulheres mais ativas que trabalham com entregas ao PAA. Outra é a COOPERARES (Cooperativa dos Produtores de Agrobiodiversidade Ares do Campo), cujo presidente é o Sr. Jusabe e possui 150 cooperados. Somando-se com as associadas da AMARP, tem-se quase a totalidade dos assentados do MST na Fazenda da Barra (235, das 245 famílias do MST), e mais da metade do total das 440 famílias desse assentamento.

A conversa com as mulheres da AMARP começou com a Marli e com a Francislaine, respectivamente, presidente e secretária da associação. Outras três mulheres chegaram depois, Maria José, Carmen e Laura. Inicialmente, a Marli falou do grupo de mulheres e das festas que elas organizam na associação (e para os associados) – festa junina, Folia de Reis, festa de fim de ano, procissão do dia 12 de Outubro.

A associação conta com 80 associados no núcleo Mário Lago, além de vários associados em outros assentamentos e produtores rurais não assentados, sendo a maioria de outros municípios, totalizando 465 associados (elas contaram 51 de Guaíra, 50 de Miguelópolis, alguns da cidade de Pontal, dentre outros). Disseram que o grupo de mulheres foi crescendo, primeiro com homens do assentamento e depois com produtores de outros municípios.

Marli contou brevemente sua trajetória de liderança no assentamento. Ela disse que a fazenda foi ocupada em 2002 e ela veio participar de uma ocupação (do lado de fora da fazenda) em 2005. O assentamento foi instituído oficialmente em 2007. Antes de ser assentada, ela morava em Ribeirão Preto e tinha um salão de beleza e estética. Passava por um período depressivo quando conheceu o movimento, se encantou pela militância, largou tudo e veio.

Em 2008, ela foi para o município de Sorocaba/SP, para participar da organização do primeiro módulo do curso de agronomia do Pronera/UFSCar, enquanto dirigente do MST. Quando voltou, ficou em dúvida sobre que rumo tomar na vida, pois havia ficado um bom tempo em Sorocaba e chegou a pensar em reativar o salão na cidade, mas disse que depois que se entra pra militância não se consegue mais deixá-la. Então voltou para trabalhar e organizar as famílias do assentamento. Reiniciou os trabalhos no núcleo Mário Lago coordenando um grupo de 8 mulheres. Ela disse: "o pessoal odiava a gente", se referindo ao machismo de homens e mulheres no assentamento, que não acreditavam no grupo de mulheres. O grupo delas foi constituído em 2009, como uma dissidência no interior das famílias do MST, portanto, além de mulheres, tornaram-se "rivais" da cooperativa principal do núcleo do MST. Brincando, elas falaram que quem trabalha nos lotes são as mulheres, a maioria dos homens trabalha fora ou "só presta pra beber". Na associação, os homens querem entrar só para se associar, não para trabalhar. Ou seja, apenas para entregar produção via associação.

A sede da associação funciona no lote do Sr. Francisco, que possui um pesqueiro e um bar, além de um grande barracão que a associação aluga. A Francislaine é filha dele e mora lá. No lote existem três tanques de peixes, porém apenas um está funcionando, pois o sr. Francisco o concretou. Os outros dois tiveram problemas com as lonas utilizadas para forrá-los e estão parados. A Marli nos expôs uma idéia de trabalhar com gaiolas dentro dos tanques para criação de tilápia e processamento do peixe para comercialização do filé. Com relação a colocação de tanques redes nos tanques escavados, esta informação nos demonstra a deficiência da assistência técnica nas questões produtivas do lote, muito comentado pelas mulheres durante toda entrevista, uma vez que são duas maneiras de criação de peixe distintas. Ou seja, ou se trabalha com tanque escavado, a criação em açudes, represas, ou se trabalha com tanque rede em rios de água corrente. A colocação de tanques redes em tanques escavados (como a Marli mencionou) é inviável, pois os peixes em tanque rede na água parada morreriam por falta de oxigenação. Neste lote há um pequeno SAF com várias frutíferas, plantadas em linhas de 5x5m, que ele mesmo planejou, ainda em estágio inicial.

Com foco no PAA e na Merenda, a associação entrega a produção nos municípios de Cravinhos/SP e Pontal/SP, além de fazer a gestão da entrega da merenda em Guaíra/SP – neste caso, a produção é originária do próprio município de Guaíra, cultivados por agricultores familiares locais que têm um acordo com a associação. No interior do assentamento, a associação funciona por semana: elas que trabalham na

administração ligam para todos associadas para saber se e o que tem. O caminhão vai lá buscar, mas antes elas passam para conferir se os produtos estão bons, no tempo certo de colher. O forte são produtos da horta. O valor que fica para a associação é de 20% do que os produtores comercializam por ela, mas não são cobradas taxas extras mensais ou anuais. Dessa forma, elas não conseguem ter um controle do que cada um dos 80 associados possui e acabam gastando muito dinheiro com telefone e combustível. Foi um ponto destacado para um curso de gestão da associação.

Marli se definiu como centralizadora, por fazer questão de saber de tudo, mas também afirmou que a gestão é compartilhada: ela incentiva as assentadas a tomarem decisões quando ela não está presente, para que façam o que acham que está certo. Assim, elas entendem que a associação funciona como um processo de aprendizado. Relatou também que falta preparo para que os associados acessem a Merenda, dizendo que as chamadas para 2014 sairão mais cedo e o pessoal não consegue acompanhar o ritmo das chamadas. Segundo ela, o cardápio é enviado uma semana antes do prazo de entrega da proposta de fornecimento, cabendo a ela e as outras associadas reunirem os alimentos necessários, processo trabalhoso e cansativo.

Ela explicou também as possibilidades de programas de comercialização e seus atuais limites orçamentários por família/ano: R$ 20 mil pelo PNAE; R$ 6,5 mil pelo PAA (somente na Doação Simultânea, que é pela Conab, já que o município de Ribeirão Preto não tem PAA); R$ 12 mil pelo PPAIS. A diferença do PPAIS é que neste programa os produtores precisam tirar outro documento, o SISP/Decomp, equivalente estadual para a DAP.

O primeiro contrato de PAA que tiveram, entraram 35 assentados. No segundo, aumentou para 45. Agora no terceiro já estão em 79 incluindo pessoas de Guaíra e Miguelópolis. Os contratos previam, em cada ano, a utilização do total do valor que as DAP's permitiam no PAA. Atualmente, segundo ela, esse valor é de R$ 6,5 mil e, com o aumento do número de famílias, os valores dos contratos foram aumentando.

Elas disseram que o PAA começou na Fazenda da Barra no final de 2006, foi quando começou a melhorar a comercialização da produção de uma forma geral no assentamento, pois antes as vendas eram ocasionais. O grupo delas começou no PAA em setembro de 2011. Mas o processo de entrada delas no PAA, que se iniciou em 2010, foi descrito como um "parto". Segundo a Marli, as dificuldades para elas entrarem no programa eram tantas que tiveram que trancar e ameaçar o coordenador regional do INCRA na cozinha do barracão comunitário, durante uma festa de aniversário do núcleo

Mário Lago. “Dissemos para ele: ou resolve agora ou a coisa vai ficar feia para o seu lado” (na época, o engenheiro agrônomo Marcelo Abdo era coordenador da regional de Ribeirão Preto).

Elas disseram que já tinham tudo certo para começar a fornecer e só faltava a burocracia. Tanto é que em outubro de 2011 ganharam contrato para entregar na Merenda em 5 escolas da região. No entanto, na primeira prefeitura que foram entregar a merenda, em Itápolis, que fica a uma hora e meia de Ribeirão Preto, já enfrentaram uma adversidade. Ao chegar ao local de entrega, às 7h30, a nutricionista, responsável pela recepção, disse que não aceitaria, pois queria receber os alimentos às 5hs. Depois de passar por uma discussão tensa e nervosa, as mulheres assentadas voltaram para o assentamento com toda a mercadoria. Ao chegar, correndo e chorando, Marli foi conferir se no edital constava o horário de entrega. O edital estabelecia que as entregas poderiam ser feita das 7hs às 11hs. Marli ligou imediatamente na prefeitura e disse que processaria o governo pela perda da mercadoria. Daí, os gestores responsáveis pediram que as assentadas fossem novamente à prefeitura, com toda a mercadoria, fizeram a nutricionista pagar por todos os alimentos e reembolsaram o grupo pela viagem extra.

Outro caso apontado por Marli sobre o despreparo das prefeituras foi com relação a primeira entrega de produtos da associação ao município de Pontal, a Francislaine anotou um pedido de 70 caixas de couve, quando a Marli recebeu o recado começou se questionar como um município pequeno como Pontal estava requerendo 70 caixas, uma vez que cada caixa possui em média 7 kg de couve . Antes de mobilizar os associados ligou para a nutricionista do município e descobriu que houve um mal entendido, o pedido correto era de 70 kg e não 70 caixas. Marli nos disse que se não tivesse se questionado e ligado para nutricionista iria chegar com 70 caixas e geraria mais um mal estar na relação da associação com a prefeitura.

Por conta de sua experiência, a Marli afirmou que já ajudou a construir editais e estipular preços viáveis para os produtores junto às prefeituras interessadas em incorporar os agricultores familiares aos 30% da merenda – mencionou Guaíra e Itápolis – pois ela é tipo de liderança que tem todos os números na cabeça. Ela inclusive assinalou, nesse momento, a premência de cursos para os gestores públicos, em função da lei da merenda escolar, pois os municípios que não cumprirem os 30% começarão a perder repasses para a educação. Para ela, o normal será as prefeituras não conseguirem executar a merenda a contento da lei e colocarem a culpa na incapacidade dos pequenos

agricultores e de suas associações. E havendo corte nos repasses, o que vai piorar é a qualidade da educação e da alimentação nas escolas.

Mas os funcionários da prefeitura, sobretudo os cargos de confiança chegam despreparados para operar os programas. Enquanto liderança da associação, ela afirma que é patente o despreparo e desconhecimento dos servidores públicos em relação às políticas públicas de compra de alimentos. Disse que falta interesse e preparo por parte dos servidores, o que prejudica a execução das políticas. Em geral, os editais são mal formulados, além de serem publicados em jornais locais de pequena circulação (como o de Cravinhos), que não são acessíveis aos assentados de Ribeirão Preto, dificultando a publicização das chamadas. Outro desafio mencionado por ela será com relação a prefeituras que não vêm executando as políticas de compra de alimentos por meio do PAA – como a de Ribeirão Preto mesmo, dita como uma que nunca comprou nada delas. Ao necessitar executá-las, deverão gerar medidas emergenciais e suscetíveis a equívocos para colocar em ação a Merenda nos municípios conforme a lei.

Disse que é difícil negociar ou requisitar apoio da Prefeitura de Ribeirão Preto, pois os servidores sempre se negam ao diálogo, dizendo que não podem fazer nada no assentamento por se tratar de uma área federal. Entretanto, quando há eleição municipal, todos os políticos aparecem no assentamento fazendo promessas. Relatou que no ano da última eleição municipal, um assentado, que além de dirigente de uma cooperativa, é cabo eleitoral da prefeita no assentamento, conseguiu um contrato para a cooperativa dele. Porém, em decorrência do edital e do contrato terem sido feitos "nas coxas", as entregas nunca ocorreram. A partir de então, qualquer possibilidade de fornecimento em Ribeirão Preto foi congelada, além de ter ocasionado a perda de mercadoria e gerado uma justificativa para que a política não fosse executada novamente (Merenda). Disse que achava que esse problema na entrega deve ter gerado algum relatório dizendo que os agricultores familiares do assentamento não cumpriram com sua parte no processo, quando na verdade o que dificultou o processo foi a Chamada mal feita, pouco clara, segundo ela.

Marli foi bem objetiva ao dizer que a principal meta da associação é a agroindustrialização e/ou o processamento mínimo de verduras, folhas e legumes. E acha que essa é a principal diferença do grupo: superar aqueles produtores mais acostumados a produzir mandioca, quiabo, jiló, abóbora etc., porém, sem agregar valor. Para começar a trabalhar com legumes dessa maneira, ela acha que precisam saber

como fazer a rotulagem de legumes (cenoura, por exemplo). Ou como fazer a tabela nutricional desses produtos.

A associação acabou de conseguir um recurso do BNDES, julgado como difícil de se conseguir, já que apenas três projetos foram contemplados no estado de São Paulo – outros foram em Jales e em quilombo de Itapeva). O recurso será direcionado para a aquisição de equipamentos que possibilitarão a montagem de uma estrutura para processamento e empacotamento dos produtos destinados à Merenda. Espera-se também o incremento do escoamento para mercados, quitandas e outros estabelecimentos comerciais. Pretendem, com isso, contratar filhos de assentados para trabalhar na unidade de processamento, procedimento apontado como maneira de promover a permanência dos jovens no assentamento. Elas estão utilizando o recurso inclusive para contratação de assistência técnica particular, além da compra de uma caminhonete.

Ela mencionou também o apoio do deputado estadual Zico Prado (PT)[161], que entraria com uma emenda parlamentar – que, segundo ela, estava praticamente garantida – mas que por conta da falta de apoio e assistência dos técnicos da IBS, ficaram impossibilitadas de cumprir os requisitos processuais para consumação da transferência da verba. Portanto, ao representar e relatar as conquistas da associação, a Marli disse que o projeto com o BNDES não veio à toa, mas é fruto de suas lutas e das novas experiências nos programas de compra governamentais. Marli aponta um futuro promissor já para 2014, espera processar minimamente os alimentos, rotulá-los e acessar mercados até então dificultosos, como a própria prefeitura de Ribeirão Preto, que possui estas exigências, como por exemplo, mandioca descascada e embalada.

Após chegaram a Maria José (mãe da Marli), a dona Carmen e a dona Laura. Então nos apresentamos e dissemos sobre as atividades de pesquisa e extensão que o grupo tem realizado em Araraquara, sobretudo a possibilidade do curso sobre gestão e de galinha caipira. Foi engraçada uma passagem em que a dona Laura, até então muito quieta, distante da nossa roda, mais observando e ouvindo, passou olhando para o chão ao lado da dona Maria José, que lhe perguntou: "Que foi Laura?". "Estou medindo o piso", respondeu. Pouco tempo depois, quando falávamos de receitas de frango com colorau, ela entrou na conversa de vez e falou sobre o seu famoso colorau. Neste momento, pudemos compartilhar algumas de suas dicas para se fazer um bom colorau.

[161] Neste momento da conversa surgiu também o nome do deputado estadual Vicente Candido (PT), que tem um assessor ligado diretamente ao assentamento e também está a frente do apoio para a inserção da produção da associação nas compras governamentais.

A partir daí, se sentiu mais a vontade conosco para falar de sua vida e chegada ao assentamento. Ela relatou que tinha uma casa na COHAB, que deixou para o sobrinho, pois para ela aqui é muito melhor. Primeiro que na cidade passava muito calor e havia barulheira de manhã à noite. Segundo que aqui ela pode desenvolver muitas outras atividades produtivas. A dona Laura confirmou a fama de centralizadora da Marli, quando disse que a amiga chegou a questionar o tamanho dos pés de alface que ela tinha para comercializar.

Carmen relatou que o MST é o maior responsável pelas conquistas no assentamento – referindo-se aos repasses creditícios –, mas que, no entanto, assentados de núcleos ligados a outras organizações são os primeiros a se beneficiarem do acesso, sem terem lutado como os militantes do MST por isso. Ela disse que o pessoal ligado ao MST consegue as coisas para todo o assentamento e se revolta, porque os demais movimentos se beneficiam dessas lutas mas não participam delas.

A dona Maria José deixou claro seu interesse na possibilidade de nosso grupo oferecer apoio técnico à associação. Ela acabou de ter seu Pronaf A liberado, em três parcelas: duas de R$ 7 mil e outra de R$ 6 mil. Ela reclamou desse sistema de liberação, porque ela só receberá as parcelas seguintes depois que gastar a primeira e prestar contas e que, portanto, corre o risco de estar precisando de dinheiro para terminar alguma coisa e ficar sem. Uma das atividades que ela irá investir será a criação de galinha caipira, então ela gostaria de um projeto técnico para essa estratégia produtiva.

Elas confirmaram os depoimentos sobre o caminhão de lixo, que nunca entrou no assentamento e as caçambas vivem transbordadas de lixo. O assentamento ainda enfrenta pessoas que vêm de fora despejar lixo e entulho nas matas.

Sobre o problema de água, fizeram uma denúncia do pessoal ligado ao MSLT: é um grupo de 156 famílias, das quais 150 têm poços individuais – o que não pode neste assentamento, pelos problemas de proximidade entre fossa e poço e contaminações do lençol freático. Ao mesmo tempo que fez a crítica ao MLST, disse que os poços do INCRA ainda estão sem rede de distribuição, por isso as pessoas são forçadas a dar um jeito de ter água. Outras vezes o acesso à água se dá por caminhão pipa da prefeitura e por meio de ligações clandestinas no bairro Ribeirão Verde e mesmo nos poços que o INCRA perfurou.

5.21 Cooperativa da Agrobiodiversidade: uma proposta para o assentamento

Na parte da tarde fomos ao lote do Jusabe, presidente da cooperativa Cooperares. As indicações para se chegar ao lote tinham como referência a igreja que eles estão construindo lá perto. Parece que este espaço, constituído pela igreja e por um barracão comunitário, será fundamental na fase atual do ciclo de desenvolvimento do assentamento. Passamos pelo local um pouco antes de chegarmos à casa do Jusabe, trata-se de um templo bem imponente e as obras estão indo rápido.

Por meio dessa igreja os assentados conseguiram uma parceria com a ONG Estação da Luz, de Ribeirão Preto, a qual vai instalar uma fossa séptica, com previsão para o inicio de fevereiro. O projeto chama-se Caravana da Luz e visa levar tecnologias sociais, principalmente para agricultores familiares assentados, de uso e reuso da água, captação e tratamento, nos princípios da Permacultura. O Jusabe quer levar a tecnologia da fossa séptica para a casa de todos os cooperados. Segundo ele, isso seria possível por meio de um aumento de R$ 2 mil para cada assentado no programa Minha Casa Minha Vida.

Ao chegarmos, fomos muito bem recebidos na parte interna da casa, embora percebemos que na varanda há um espaço no qual acontecem reuniões com os cooperados. Ele e a esposa se mobilizaram para arrumar cadeiras e um café para nossa prosa. Antes mesmo de nos apresentarmos, ele nos deu um panorama de como a cooperativa tem atuado na organização das famílias assentadas. O primeiro ponto foi a forte dependência que eles têm do PAA. Ele não quer que a cooperativa funcione somente em função do PAA e, atualmente, ele reconhece que não estão preparados para outros mercados. Isso é muito ruim para eles e as causas são várias: das interrupções de repasse e de contratos, os problemas com as prefeituras e transições de governo às viradas de ano agrícola. Esses problemas também se refletem no interior da cooperativa, sobretudo na confiabilidade de seus dirigentes, quando a maioria dos assentados não tem acesso às informações. Portanto, o ideal é a cooperativa possuir diversos canais de escoamento, para que a comercialização esteja sempre garantida. Mas essa logística e a prestação de contas do PAA não são fáceis, segundo o Jusabe, pois dão muito trabalho e ele ainda tem que tomar conta da sua produção e questões ligadas à igreja.

Antes, quando o visitamos em 2011, eram as entidades filantrópicas que iam até o assentamento recolher os produtos[162]. Porém, desde meados de 2012, a cooperativa

[162] Inclusive, na referida ida a campo em 2011, presenciamos uma das três viagens que uma clínica de tratamento de dependentes químicos de Ribeirão Preto fez ao lote do Jusabe para buscar mercadorias.

precisa levar os produtos para o banco de alimentos da prefeitura, o que dificulta a questão da logística e forçou a cooperativa a adquirir caminhões para o transporte. Jusabe disse que no momento a cooperativa não consegue acessar a merenda escolar de Ribeirão Preto por conta da falta de estrutura. Para entregar para a merenda escolar, precisaria de maquinário para lavar o caminhão, precisaria beneficiar o produto, ou seja, picar, descascar, lavar, como também um selo com as informações nutricionais, a logomarca da cooperativa, de um caminhão refrigerado, a pessoa que for entregar precisa estar de roupa limpa, bota limpa. Todas essas questões apontadas dificultam a inserção da cooperativa na merenda, segundo ele.

Um dos contratos deles foi no valor de R$ 114 mil, cerca de R$ 760,00 na DAP de cada um dos 150 cooperados, na modalidade Formação de Estoque. Com esse dinheiro eles poderiam comprar uma máquina, porém o dinheiro demorou muito a chegar. Os cooperados pagam uma taxa de R$ 390,00 para entrar na cooperativa, além das taxas administrativas conforme as vendas. A prestação de contas é por planilhas, então o Jusabe precisa ter o controle de tudo que cada cooperado entrega e de tudo que é comercializado pela cooperativa. Ele disse que até pagaria se tivesse alguém da área de sistemas computacionais para elaborar um programa que facilitasse aos assentados a prestação de contas dos programas públicos. Acha até que isso deveria ser responsabilidade do governo disponibilizar pela internet. Josabe possui formação técnica em administração e é praticamente o único da cooperativa que mexe nessa parte, o que te dá muito trabalho.

Relatou a dificuldade de gestão da cooperativa, as pequenas lutas internas que vão desgastando a confiança entre eles. Mencionou a "outra associação"[163], que paga aos produtores por pé de alface, ao invés de pagar por quilo. Isso gerou uma desconfiança em relação ao modo como o Jusabe faz os pagamentos, pois o produtor começou a preferir que se pagasse por unidade ao invés do peso. Outras desconfianças advêm dos atrasos de pagamento e de renovação dos contratos pelas prefeituras e Conab, "os outros pensam que você está segurando o dinheiro, que está roubando". Ele disse que, internamente, esses fatos são utilizados para destruir a imagem da pessoa e do seu trabalho. O argumento de pagar por pés de alface, por exemplo, é utilizado por

[163] Se referiu à Amarp e disse que os dois grupos são rivais no interior do núcleo Mario Lago. Ambos disseram que se houver um curso lá não daria para juntar o pessoal das duas organizações, embora ambas sejam do MST. Da parte dele, porque ele já foi traído por ela: ela formou outra associação e começou a "roubar" associados do Jusabe, pagando os produtos por unidade e disputando o PAA com ele. "Eu tive que ir muito a São Paulo para resolver os problemas que ela me criou. Até a CGU já veio aqui olhar as contas e, graças a Deus, tava tudo certo".

pessoas que pensam: “Vou derrubar a cooperativa do Jusabe”, conforme ele mencionou. Ele passou a realizar as reuniões da cooperativa em sua casa porque na época das reuniões na antiga sede, ele as marcava e outras pessoas marcavam propositalmente reuniões nos mesmos horários.

Disse que a cooperativa, atualmente, prioriza trabalhar com contratos do PAA. Ressaltou que o limite atual de compras para cada DAP (R$ 6.500 reais/ano) é baixo, insuficiente para ficar tranqüilo. Por outro lado, disse que o PPAIS é difícil de acessar em decorrência da documentação necessária, que passa por várias condições burocráticas, como a quitação do ITR, por exemplo. Disse que somente 10 produtores assentados conseguiram acessar o programa no PDS da Barra. Relatou que seria importante explicar para o assentado qual é sua situação em relação ao ITR, explicando se ele é isento ou não, dizendo que precisa retirar todo ano a declaração de isenção, e assim por diante. Deixar claro para os assentados a relação entre o ITR e o PPAIS. Na maioria das vezes, os assentados não sabem nem as modalidades que existem de PAA.

Portanto, se interessa muito em estabelecer uma relação com o Nupedor para realização de cursos, mas ele falou que o ideal é fazer um curso sobre a gestão do lote como um todo, não de uma alternativa produtiva isolada. A idéia do curso sobre contabilidade e precificação também deveria entrar no curso sobre gestão do lote, mas nesse caso o que mais interessa é a contabilidade da produção do lote. Ele acha que um curso sobre contabilidade da associação deve interessar apenas para aqueles que lidam com as prestações de conta das organizações e são poucos assentados que querem assumir esse compromisso.

Ele sente que um curso de gestão do lote é necessário para motivar os assentados, que estão gradativamente desanimando, fazendo de si uma representação do sem-terra pobre e coitado que depende do Estado. Ele acha que os assentados precisam começar a ver seus lotes como empresa, na qual a galinha caipira é uma alternativa muito interessante, mas sabendo da necessidade de se fazer a gestão de seu lote, para não passar fome, para não faltar produção. Disse que falta entendimento por parte dos assentados das variadas possibilidade de geração de renda a partir do trabalho no lote e que estas potencialidades poderiam ser exploradas. Ele acredita que quando vem alguém de fora para falar isso para os assentados é muito melhor, já que, segundo ele, está cansado de falar e "santo de casa não faz milagre".

Explicamos nossos limites e a capacidade da equipe desenvolver um trabalho na formação dos assentados, o que veio muito ao encontro do que o assentado estava falando. Nossa idéia inicial é realizar um curso que leve informações e dialogue com a realidade da produção de galinhas que existe. Caberá a eles decidir se esta organização é capaz de produzir ovos e/ou carne para consumo e/ou para comercialização. Nossa proposta, neste caso, é construir conhecimentos sobre as possibilidades do sistema produtivo à comercialização. Exemplificamos com a produtora de ovos do Monte Alegre, que possui o SIM de Matão. Então o Jusabe falou que cabe a eles pressionar para que o município de Ribeirão Preto dê o SIM para a produção de ovos. Ele tem os meios de fazer pressão, se já houver um sistema produtivo apropriado.

Nesse momento da conversa reclamou que Ribeirão Preto não dá espaço para eles. Quando o Nivaldo da Ceagesp esteve aqui, o Jusabe sugeriu que se fizesse um entreposto de fácil acesso, perto da rodovia Anhanguera, onde há áreas públicas nas quais seria possível fazer um entreposto – segundo ele, são barracões do INSS. "Essa prefeitura não dá incentivo e capacitação para as famílias, eles acham que agricultor é vendedor".

Além dos desafios na esfera dos gestores das políticas públicas dos assentamentos, sua representação é que os programas vão começar a exigir cada vez mais tecnologias dos produtores, como possuir um caminhão refrigerado, os produtos serem entregues limpos, descascados, picados e embalados, com rótulos e informação nutricional e de procedência. Eles acabaram de comprar uma máquina de embalar a vácuo, que servirá para vender mandioca descascada. O preço, segundo ele, vai passar de R$ 0,90/Kg para R$ 2,60/Kg. Portanto, acha que os assentados precisarão saber superar muito desafios que vêm por aí, mas que também podem ser oportunidade de agregar valor à produção e gerar emprego no assentamento.

Enquanto liderança produtiva, citou algumas dificuldades que devem ser superadas para o desenvolvimento dos assentamentos, que podem ser abordadas em cursos de capacitação:

1. Desenvolvimento de projeto coletivo;
2. Manejo do talão de notas;
3. Compreensão do ITR (incidência, normas, alíquota);
4. Políticas Públicas (PAA, PNAE e PPAIS);
5. Regularização (CNPJ);
6. Planejamento (Cronograma);

7. Controle Social das Políticas Públicas;
8. Processamento de alimentos em editais.

Quanto ao problema de falta de água para irrigação, mencionou que para consumo humano e animal, eles mesmos providenciaram uma rede de distribuição da água dos poços que o Incra havia feito, com mangueiras e recursos próprios. Cansaram de esperar a obra ser feita pelo INCRA. Porém, alegou que os lotes que ficam nas partes mais altas da fazenda ainda têm problemas de falta d'água.

Depois, fomos ao lote da sogra do Jusabe, a dona Maria, ver a criação de galinha dela. No momento que chegamos havia três rapazes limpando duas leitoas que tinham acabado de comprar, um deles morador do lote e outros dois de fora do assentamento. Segundo ela, todos os anos esses clientes vão buscar leitão para as festas de fim de ano. Ela sempre entrega a carne limpa, mas desta vez eles fizeram questão de escolher o animal, matá-lo, limpá-lo e levá-lo. Pudemos observar a limpeza do animal em condições precárias de higiene, as vísceras e o sangue do animal estavam expostos e outros animais como patos e galinhas estavam se alimentando daquele descarte. Para eles, a satisfação estava em saber a procedência da carne e de participar do processo de matança e limpeza, porém, uma cena triste de se ver. Na representação dos consumidores que estavam no lote matando o porco, esta carne é mais saudável do que aquela que eles compram no supermercado, de marcas famosas, de animais criados no sistema industrial. Quando fomos embora, eles estavam pelando o porco com um maçarico.

A sogra do Jusabe possui o foco produtivo em animais de pequeno porte, como patos, galinhas e porcos. Disse que a comercialização é certa, sempre aparecem pessoas querendo comprar os animais vivos ou já limpos. Os patos ficam cercados em uma área específica, sem se misturar com os outros animais, ela mesma não gosta de comer, mas relatou que muitas pessoas gostam e vão até o lote adquirir os animais. Percebemos o cuidado da dona Maria com o sistema produtivo da criação de aves. Primeiro, numa área coberta e cercada, onde ficam os pintinhos recém-nascidos até os 40 dias, conforme ela nos mostrou. A alimentação a base de ração e restos das culturas vegetais e da refeição das pessoas do lote. Quando as aves atingem os 40 dias de idade são realocadas para outra área, onde ela possui uma área coberta com ração disponível e um pasto amplo para que elas consumam as gramíneas e os pequenos insetos e minhocas, onde as galinhas são criadas em semi-confinamento.

Apesar de possuir mais de 200 aves e comercializar relativamente bem, não possui nenhum controle com relação à gestão da atividade, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das aves. As anotações necessárias para as tomadas de decisões com relação à atividade são precárias. As pessoas interessadas na aquisição das galinhas caipiras vão ao lote, identificam os animais que as interessam e pedem para ela limpá-las. Segundo ela, existem pessoas que levam sete frangos de uma vez.

As aves não possuem um local especifico para botar os ovos, elas o fazem em qualquer lugar dentro do pasto, o que causa diversas perdas, tanto por dificuldade de recolhimento, como por vulnerabilidade ao ataque de predadores, principalmente aves como o gavião. Ou seja, apesar de ser um sistema que já leva em conta duas etapas distintas, existem muitos aspectos a serem explorados futuramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo analisar a dinâmica de organização das famílias em assentamentos rurais na região central do estado de São Paulo. Ela é fruto de um trabalho que deu continuidade à minha pesquisa de mestrado, no interior de uma longa trajetória de pesquisa que toma as famílias assentadas pela reconstrução de seus modos de vida e a partir da trama de relações sociais na qual estão inseridas.

Escolher para a tese um referencial fundamentado no quadro teórico de Bourdieu e na história camponesa acabou tornando necessária a investigação de vários aspectos, materiais e simbólicos, do modo de vida das famílias assentadas. Antes de entrar nesses aspectos, no entanto, gostaria de esclarecer que as opções teórico-metodológicas adotadas nesta pesquisa não tiveram, por escolha analítica, a intenção de retirar as singularidades dos casos investigados. Sobretudo com a noção de estratégias familiares, priorizada nas etnografias, pretendi consolidar o diálogo com a teoria, embora toda a discussão aqui empreendida tenha a ver com o campo social dos assentamentos, entendido como uma verdadeira trama de tensões e que envolve relações de acomodação e conflito com uma infinidade de agentes sociais. Nesse sentido, a contribuição pretendida foi crítica às análises que reforçam diagnósticos de fracasso ou sucesso impostos aos assentamentos rurais da reforma agrária brasileira.

Certamente, a maior contribuição desta tese é em termos da metodologia utilizada. Sobretudo com relação à análise social por meio desse campo teórico constituído na centralidade da noção de estratégia familiar para os assentamentos rurais. É uma noção que não reifica os verdadeiros processos sociais de desenvolvimento das famílias assentadas, da dinâmica de organização no tempo e no espaço social. E permite, ao mesmo tempo, uma abordagem muito singular dos processos sociais e a constituição de verdades científicas relacionais, provisórias e não absolutizadas, um pouco terra-a-terra.

As estratégias dos agentes sociais são elementos fundamentais de análise sociológica e estão no interior de um quadro teórico sobre os campos sociais – espaços sociais especializados que compõem a sociedade. Então, procurei abordar o campo social dos assentamentos tendo por base não só as estratégias das famílias assentadas, mas a ação dos demais agentes regionais em uma perspectiva histórica e estatística, além de situada nas etnografias entre posições possíveis. Essa perspectiva não afasta da análise a atenção aos constrangimentos enfrentados em termos de mercado, gestão

pública e conflitos internos, das dificuldades na organização das famílias, dos problemas das políticas públicas e da assistência técnica. Com certeza a tese não esgota os dilemas vividos pelas famílias assentadas, na medida que eles são constantemente repostos na dinâmica de desenvolvimento dos assentamentos. No entanto, se o conhecimento é provisório, os assentamentos foram um bom exemplo, porque de todos os direitos e a cidadania conquistados, a dinâmica das famílias e novas conjunturas políticas podem fazer tudo mudar – por isso a importância de acompanhar os processos sociais.

No coração desta tese está a discussão sobre as estratégias familiares, as quais não naturalizam processos e categorias de análise. Antes, elas serviram para se analisar o processo social de desenvolvimento dos assentamentos na região estudada, com todas as contradições e tensões desse campo de forças sociais. Com a intenção de mostrar a não linearidade desse processo, procurei realizar uma pesquisa que aliasse as regularidades estatísticas referentes aos sistemas produtivos aos estudos de caso, tomando as famílias como unidade de análise e mostrando o complexo campo social dos assentamentos nesta região.

A pesquisa de campo teve um caráter eminentemente qualitativo e foi realizada por meio do método etnográfico e de registros em diários de campo, enquanto os dados estatísticos são oriundos da aplicação de questionários semi-estruturados. Nas etnografias, não foi feito um constante e explícito diálogo com o referencial teórico, embora todo o trabalho de campo tenha sido orientado por ele. Assim, os resultados qualitativos retomam, em múltiplos aspectos, o quadro teórico de Bourdieu e os dilemas que perpassam a história dos camponeses brasileiros. Diante disso, as noções de campo social – ligada à trama de tensões – e de estratégias familiares – ligada ao modo de vida nos assentamentos – são os eixos norteadores da metodologia desta tese.

Igualmente é necessário esclarecer que a presença de noções como campesinato e classe social na análise, em nenhum momento significou uma transposição conceitual mecânica para a realidade investigada. O resgate de uma história camponesa buscou evidenciar, tão-somente, elementos históricos marcantes dos grupos sociais rurais no Brasil, uma história da qual as famílias assentadas são herdeiras. Em nenhum momento foi feita menção à possibilidade do assentado rural ser equivalente ao camponês em qualquer que seja sua acepção conceitual. Muito embora, evidenciar elementos históricos tenha servido para se explicitar a *condição camponesa* vivenciada pelos grupos sociais nos assentamentos: esse modo de vida entre a dependência em relação à

estrutura social e aos agentes sociais do capital, em contraposição à autonomia, no sentido de possuir algum controle sobre o que e como fazer nos processos de produção e reprodução social – com a ressalva de que muitas dessas pré-disposições já são dadas na prática, pelo senso de jogo e pela história dos grupos sociais analisados.

A condição camponesa tem muito a ver com os camponeses estudados por Bourdieu, ou seja, tem a ver com o *sabir* cultural, daquele agente social que constrói uma cultura autentica entre a tradição e a modernidade, que vivencia uma realidade cujas práticas transitam entre o que ele é enquanto membro de um grupo social, que tem uma história, e aquilo que ele deveria ser no jogo da modernização social. A partir dessa realidade vivenciada, repleta de contradições, ele forma suas representações sobre si e sobre outros agentes sociais. A condição camponesa também se identifica com a unificação material e simbólica dos camponeses do Bèarn, uma condição de esvaziamento do rural como local de moradia e de trabalho, com os filhos – sobretudo as filhas – buscando estudos, casamentos e trabalho na cidade. Mas uma condição geral, cheia de percalços entre idas e vindas e novas possibilidades de futuro, inclusive com perspectivas de se manter o meio rural como local de moradia e trabalho.

Há que se ressaltar a preocupação analítica da tese de superar toda e qualquer dualidade – como o moderno e o atrasado, o assalariado e o camponês –, para uma compreensão dialética e multidimensional dos assentamentos. O cuidado em resgatar o camponês, nesta tese, é para se ter elementos para não fragmentar a análise em bens materiais e simbólicos, mas, sim, tratá-los em conjunto na análise social.

A condição camponesa nos assentamentos começa a se expressar pelas imposições da estrutura social, evidentes na região do estudo com as "parcerias" – ou seja, as propostas de integração agroindustrial. Na tese, foram descritas e analisadas com mais detalhes a integração da cana industrial e do frango industrial, embora existam outras formas nas quais, basicamente, é extraído o sobretrabalho das famílias assentadas, com possibilidades de um bom retorno financeiro em determinadas conjunturas. A integração industrial é marcada por uma posição de subordinação e dependência em relação aos sistemas de controles e poderes desse modo de produção. Enquanto as famílias se tornam meras aplicadoras de pacotes tecnológicos, perdem o controle sobre os processos produtivos em seus lotes e, em muitos casos, tomam ideologicamente os sistemas produtivos industriais como um modelo de progresso técnico e sucesso produtivo/financeiro, mesmo que esse modelo não seja adaptado às suas necessidades de reprodução materiais e simbólicas.

Na representação de alguns entrevistados pude registrar casos extremos de agricultores que afirmam que não há solução para o desenvolvimento dos assentamentos se não for por meio da integração industrial. Uma representação advinda do próprio campo social dos assentamentos, mas que certamente indica a necessidade de correções de rumos em torno da política de assentamentos. Essa representação é justificada pela hegemonia da agricultura convencional no campo das Ciências Agrárias e, mais especificamente, pela influência do complexo canavieiro sobre os assentamentos e as famílias assentadas, porque ela se dá de forma direta e indireta – e decisivamente – em relação aos rumos do desenvolvimento. As trajetórias de vida das famílias se entrecruzam com o trabalho nas usinas e nos canaviais, antes e depois do assentamento, quando os canaviais é que invadem seus espaços de vida.

Os canaviais nos lotes de produção nos assentamentos são uma necessidade para a produção com retorno financeiro insuperável nesta região. A presença da cana nos assentamentos de Araraquara é o que Bourdieu chamaria de uma realidade necessitada, mas nem por isso necessária. É uma imposição do campo social, uma necessidade da estrutura social, por isso é aceita nas representações e no senso prático das famílias assentadas – até mesmo enquanto uma pré-disposição de seus *habitus*. A estratégia produtiva e política pela cana se dá em um contexto em que supostamente nenhuma outra produção garantiria o mesmo retorno – até porque nenhuma delas dá garantias à família assentada, nem mesmo a cana. Porém, existem facilidades como a proximidade geográfica das usinas aos assentamentos e a possibilidade de uma produção facilitada até para os endividados com a cana. Mesmo com as recentes mudanças técnicas, como o corte mecanizado que inviabiliza a colheita em áreas pequenas, os assentados já pensam em novas maneiras de se plantar cana em áreas contíguas. A limitação técnica deve em breve ser superada nos assentamentos, pois todos os agentes sociais estão buscando maneiras de realizá-la.

Mas se fossemos considerar apenas os aspectos materiais do desenvolvimento dos assentamentos, talvez tivéssemos que concordar com as análises mais pessimistas que afirmam que essa política de assentamentos que temos, não condiz com a reforma agrária necessária ao país. Por outro lado, que a criação de assentamentos não altera os índices de concentração da terra e da produção, tampouco o modo de produção capitalista no campo, que continuam dominando a leitura sobre o desenvolvimento agrícola no Brasil. Felizmente, essa não é a única leitura possível. É necessário discutir,

sem dualismos, os bens materiais e simbólicos dessa complexa relação entre assentamentos e desenvolvimento.

Ao analisarmos os aspectos microssociológicos das origens e trajetórias das famílias que hoje são assentadas, pode-se contrariar as teses do completo desenraizamento dos sem-terra e de que a reforma agrária devesse ser simplesmente enterrada. Porque o caso estudado mostra que o próprio movimento grevista em Guariba, bem como todos os antecedentes da luta desses trabalhadores rurais vieram a confirmar que eles não eram mera mão-de-obra para as usinas. Entre eles havia organização e vontade para voltar à terra na condição de agricultor familiar, uma condição na qual pudessem ter atendidas outras necessidades de sua reprodução social, como uma maior autonomia sobre seu tempo e sobre seu trabalho. E isso foi possível às famílias ao serem assentadas. Afinal, quais são as vantagens das famílias sem-terra se tornarem assentadas? Talvez, a perspectiva desse grupo social vivenciar o desenvolvimento nos termos de Amartya Sen, como uma forma de expansão das liberdades individuais.

A respeito dos bens simbólicos, são aqueles que passam pelos conhecimentos, crenças, tradições e práticas das famílias, bem como os direitos adquiridos nos assentamentos por meio das lutas sociais organizadas. Além disso, as famílias passam a ter um local de moradia e de trabalho no meio rural, no qual as chances de se ter uma alimentação adequada são consideravelmente maiores em relação ao trabalhador rural assalariado ou ao operário urbano. São exemplos de elementos simbólicos fortes na construção identitária e da auto-estima das famílias assentadas, ainda que muitas vezes eles não se expressem materialmente. Uma das consequências mais marcantes disso é a transmissão de conhecimentos para os filhos/as, que quase sempre começam a ajudar cedo no trabalho doméstico e produtivo. Geralmente, aos 7 anos de idade, as crianças começam a ajudar com pequenas tarefas nos roçados e em casa, de forma que os conhecimentos, os valores sociais, as crenças, os hábitos alimentares, entre outros, não escapam da esfera familiar. Os filhos aprendem a realizar as produções de autoconsumo e a criação animal, as diferentes formas e necessidades de redesenhar os lotes agrícolas, a comercialização em feiras, enfim, as práticas laborais da produção e da reprodução de seu grupo social na terra.

Durante o mestrado, concluí que a produção de autoconsumo era algo inerente às famílias assentadas que, independentemente da situação, em maior ou menor grau, produzem seus próprios alimentos. Alguns pesquisadores tratam esse dado com

negligência, ao saber que o autoconsumo denota, por exemplo, o consumo de alimentos, nem sempre possibilitado aos trabalhadores rurais e às famílias assentadas quando o consumo se dá exclusivamente pela mediação do mercado. Ou seja, pode ser que elas não tenham acesso ao consumo nos mercados e nos grandes centros urbanos, mas sim ao autoconsumo, mesmo considerando que a realização do autoconsumo está em relação estrita com mecanismos de mercado e com as necessidades estruturais – como ter que produzir com um mínimo de recursos próprios. Além disso, como já afirmei, trata-se da produção da alimentação como identidade do grupo social e como prática agrícola sustentável. Nesse sentido, o autoconsumo representa sempre uma melhora das condições materiais e simbólicas das famílias assentadas.

Foi exatamente esse o retrato dos sistemas produtivos apresentados no quarto capítulo: a consolidação de diferentes sistemas de produção prioritariamente voltados ao autoconsumo, realizados com pouquíssimos créditos, apoio técnico e acesso a recursos, como a água. Mas, que são a base da organização das estratégias de produção e reprodução social das famílias assentadas, pois contribuem substancialmente para a construção da soberania alimentar das famílias, melhoram sua condição nutricional e lhes garante uma renda, ainda que mínima. O retrato do sistema produtivo mostra também que a capacidade de ocupação de mão-de-obra e a renda são mínimas, pois como mostram os dados, elas não são exploradas em toda sua potencialidade, haja vista a difícil integração dos jovens nos processos produtivos dos lotes e a pequena porcentagem de famílias que possuem renda superior à média de até dois salários mínimos com atividades agropecuárias. Então, os dados quantitativos forneceram uma base para se analisar as estratégias familiares, na regularidade estatística das principais marcas da produção nos assentamentos da região central do estado de São Paulo.

No doutorado, pude verificar que igualmente as relações com o mercado e com o Estado são inerentes às famílias assentadas. Todas essas relações são elementos que servem para localizar melhor sobre qual campesinato falamos, a partir de um *continuun* entre a autonomia e a dependência em relação aos "impérios alimentares". Mesmo que as famílias tenham maior autonomia sobre os processos de produção e de reprodução social, não prescindem da integração e da mediação dos agentes do Estado. Quer dizer, colocar barreiras nas relações entre o camponês e a integração capitalista, ou entre o camponês e o Estado, pode equivaler a dualidades nem sempre verdadeiras, na medida que uma coisa não exclui a outra, um agente social não prescinde do outro. Os camponeses não formam uma sociedade à parte da sociedade capitalista, embora

permaneçam elementos de uma economia não-capitalista em seus modos de vida, por exemplo, com a produção de valores de uso, ajuda mútua para a produção e reprodução social, dentre outros aspectos da sociabilidade rural, que evidentemente são aliados à produção de valores de troca por essas famílias.

Com isso, quero dizer que são muitos os fatores que influenciam a vida das famílias assentadas. O PAA e os demais programas de compra governamental indicam novas perspectivas nesse sentido, mas também podem funcionar como uma forma de integração ao Estado, no sentido de ser um fator da estrutura social a moldar a produção e a organização nos assentamentos. Apesar desta reflexão, são programas que mudam uma realidade de dependência das famílias assentadas em relação aos atravessadores como meio de escoar a produção. Entretanto, como as demais possibilidades, o mercado institucional funciona bem desde que haja boa vontade de outros agentes sociais, notadamente aqueles do poder local. Em Araraquara, pudemos acompanhar um bom exemplo de como essa trama social pode ser benéfica ou não para o desenvolvimento dos assentamentos, concluindo que não há linearidade nessas relações.

Já a discussão sobre o campesinato enquanto classe social foi empreendida a partir da ideia de setor de subsistência na economia brasileira. Como vimos, para o pesquisador Guilherme Delgado, esse setor existe desde os primórdios do Brasil, sempre secundário ao setor agroexportador e à grande agricultura de nossa economia primária, porém, sempre fundamental para os problemas do abastecimento alimentar do mercado interno no país e necessário para que se conheça o "Brasil profundo". E continua sendo, pois as contradições e conflitos sociais no campo brasileiro, as desigualdades sociais e a fome estão longe de serem problemas resolvidos. As famílias assentadas investigadas na presente tese também podem ser consideradas herdeiras dos grupos sociais que compõem historicamente o setor de subsistência brasileiro, desde que resguardadas suas singularidades e que não sejam homogeneizadas sob um manto de classe social camponesa.

Com relação às diferenciações dos grupos sociais nos assentamentos, as expressões mais evidentes de suas estratégias foram aprofundadas nas etnografias. A condição camponesa leva em conta aquelas características apresentadas no segundo capítulo, com as quais podemos classificar sobre qual campesinato falamos em termos de grupo social. São as relações com o Estado, com o mercado, a extração da mais valia e do sobretrabalho do camponês, a construção do prestígio entre os agentes sociais, as tendências de um campesinato mais autônomo, que diversifica a produção de alimentos

ou daquele entregue ao mercado dos grandes impérios alimentares. Neste sentido, um dos indicadores de maior relevância é a destinação da produção, que mostra ao que serve a produção dos assentamentos e que foi um aspecto privilegiado na pesquisa.

No âmbito das estratégias produtivas, a primeira coisa que chama a atenção é que as famílias assentadas retomam a condição descrita por Bourdieu e Sayad, sobre os camponeses argelinos na Cabília, que é primeiro se garantir a subsistência. Nisso, aliar os dados quantitativos aos qualitativos foi fundamental, pois, ao mostrar o quanto a destinação da produção está vinculada ao consumo da família, percebe-se que depois que está garantida a segurança alimentar, se investe em outras estratégias, notadamente aquelas fundamentadas no progresso técnico, pois as próprias condições materiais das famílias foram melhorando ao longo do tempo. Mas isso não garante uma linearidade rumo ao sucesso financeiro. Os exemplos mais evidentes são as granjas de frango industrial, nas quais os assentados investem atualmente em torno de R$ 150 mil e nem sempre a estratégia produtiva persiste, até mesmo para quitar os investimentos e os endividamentos feitos. As empresas ou outros "parceiros" geralmente não possuem obrigações contratuais e, quando possuem, são fundamentadas em relações assimétricas, por isso afirmei antes que nenhuma estratégia produtiva dá garantias às famílias assentadas.

O caso da integração da cana industrial também é relevante nesse sentido, pois mostrou que as necessidades materiais das famílias em assentamentos mais antigos se ampliaram principalmente no que toca à produção e renda. Ao ampliarem suas necessidades para além do autoconsumo, fica muito mais evidente que os assentamentos não anulam a hegemonia do território. Ou seja, por meio do acompanhamento de um processo histórico de assédio das usinas canavieiras da região, a dependência em relação à cana industrial, aos poucos, se apresentou como uma necessidade estrutural para as famílias assentadas em termos de renda. Tal processo, notadamente, ocasionou divisões entre grupos contrários e favoráveis à integração da cana, entre uma minoria que persistiu defendendo os princípios da reforma agrária e aqueles que não viam como o assentamento se viabilizar sem plantar cana. Portanto, enquanto a maioria pode desanimar com estratégias produtivas tentadas ao logo do tempo e se entregar ao mercado e ao poder hegemônico agroindustrial, pequenos atos de resistência cotidiana impedem que tomemos a política de assentamentos de forma inequívoca.

Por outro lado, o Estado também se apropria das necessidades das famílias. Com o advento do PAA, necessidades no âmbito da comercialização foram parcialmente

atendidas. Ainda não completamente, pois trata-se de uma cota anual por família que não faz frente às necessidades por renda monetária e também porque o programa pode ser intermitente, sujeito a desvios em seus propósitos por esquemas de corrupção local ou meramente em função da troca de gestão política nos municípios e de novos projetos de poder, bem como por problemas gerenciais no âmbito da organização dos agricultores.

O fato é que após alcançarem uma segurança em termos de acesso a alimentos, as famílias assentadas abrem um campo de possibilidades relativamente amplo para a produção e a reprodução social nos assentamentos. Não apenas a integração industrial e as políticas públicas, mas novas formas de organização surgem dos grupos de afinidade e por meio de organizações formais e informais. O próprio processo de envelhecimento das pessoas e a dinâmica familiar colocam questões para as possibilidades que se abrem. São exemplos disso os grupos de mulheres no assentamento Monte Alegre – dos quais foram apresentados um caso muito bem sucedido e outro não –, e também os rearranjos em grupos menores das organizações formais, como no assentamento PDS da Barra. O leque se abre também às possibilidades de agroindustrialização familiar ou comunitária da produção, como no caso dos derivados de cana, às estratégias produtivas como hortas, estufas, granjas etc., que, juntamente com atividades não agrícolas compõem a renda das famílias. Assim, as estratégias produtivas do grupo familiar preveem o assalariamento, as aposentadorias, a inserção nos programas sociais por parte de membros familiares que ajudam a compor o orçamento familiar advindo de atividades agropecuárias.

Daí que as estratégias familiares se abrem, de fato, à possibilidades que escapam unicamente àquelas produtivas. Os casamentos entre filhos/as de assentados provocam um verdadeiro rearranjo na dinâmica familiar, não só em termos de produção agropecuária, como vimos no caso do Sr. Bellintani, da dona Márcia e da dona Maria Terrão. A possibilidade ou a impossibilidade dos filhos ficarem nos lotes acabam sendo reveladoras do imenso leque que se abre no campo da reprodução social em diferentes momentos da trajetória das famílias nos assentamentos. Assim, foi muito comum acompanhar as mudanças na composição familiar do lote em função das idas e vindas dos filhos, seus casamentos e de suas novas perspectivas de futuro. O exemplo mais evidente nas etnografias apresentadas foi o caso da família da dona Neusa, pois em cada momento havia uma filha diferente a ajudando na produção de açúcar mascavo e de rapadura. O caso da família do Sr. Bellintani também, em função da saída de todos os

seus filhos do lote. É digno de registro, nessas considerações finais, que de maneira geral, o nível de escolaridade das famílias cresceu após os assentamentos, o que certamente contribui para abrir novas perspectivas de futuro aos jovens. É muito mais comum, hoje em dia, haver filhos/as alfabetizados no tempo "normal", que completam o Ensino Médio, fazem faculdade, especialização, mestrado e doutorado[164].

Ainda no âmbito das estratégias matrimoniais, podemos apontar alguns avanços nos direitos conquistados pelas mulheres rurais, como a obrigatoriedade da titulação conjunta do casal. Antes da portaria INCRA 981, de 02/10/2003, que introduziu a obrigatoriedade de titulação conjunta, apenas o homem era considerado titular do lote e, com isso, em casos de separação do casal, a mulher não tinha direito algum sobre a terra. Bem como, não era inserida no talão de notas dos produtores rurais. Com a referida portaria, passou a ser obrigatório a ambos possuírem documentos básicos como CPF e RG, além da certidão de casamento. Uma necessidade que implicou ampliar a efetivação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

Apesar dessas conquistas, além de outras, como créditos e assistência técnica específicos para mulheres, ainda persistem expressões de patriarcalismo tanto no interior das famílias assentadas como por parte do projeto estatal de assentamentos. Um exemplo disso é a baixa participação das mulheres no acesso ao crédito, o baixo valor e, mesmo quando disponível, a enorme demora para poder acessá-lo – como no caso do crédito apoio mulheres no assentamento Bela Vista do Chibarro, que inclusive apontou para o predomínio masculino sobre o que fazer com o recurso. Ou seja, as ações não eliminam, de uma hora para outra, a histórica relação de submissão da mulher ao homem. Outro ponto é o crescimento do número de editais para capacitação e extensão rural direcionado às mulheres rurais que, ao menos na região estudada, não teve qualquer efetividade. Os agentes técnicos da região, na verdade, carecem de uma formação que seja sensível às problemáticas da desigualdade de gênero, não há um trabalho efetivo de apoio à organização dos grupos de mulheres ou um olhar sobre o papel das mulheres nos lotes. Certamente, as práticas que realmente movem as mulheres – sua responsabilidade pela reprodução social, pelo autoconsumo e pela diversificação das atividades agrícolas – são desqualificadas pelo modelo de economia convencional.

[164] Isso vem ocorrendo não apenas por meio de uma demanda espontânea das famílias por cursos superiores, mas durante as pesquisa de campo pelo projeto INCRA/Uniara conhecemos inúmeros jovens assentados que estão cursando o PRONERA nas mais variadas universidades, que oferecem cursos superiores em colaboração com movimentos sociais. Em nossa região, existem dois cursos (Pedagogia da Terra e Agronomia com ênfase em Agroecologia), ambos da UFSCar, nos quais os/as filhos/as de assentados estão se formando.

Entretanto, a relação entre cidadania, políticas públicas e trabalhadoras rurais não pode ser discutida somente pela lógica do mercado. Estão sendo deixadas de lado questões essenciais à economia feminina e à satisfação das necessidades humanas que exigem novos olhares nos estudos acadêmicos, mas também para gestores e movimentos sociais.

Apesar do Estado reconhecer novas frentes de intervenção para dar conta das desigualdades de gênero nos assentamentos e no meio rural como um todo, a política de Estado ainda não tem uma efetividade sobre as reais necessidades dessas mulheres. A própria relação de mediação entre assentadas e agentes sociais apresenta tais desigualdades, como bem mostrou o caso da integração de frango industrial no lote da dona Maria Terrão e o fato da rapadura feita pela dona Neusa levar, em sua embalagem, apenas o nome de seu marido. No caso da dona Maria Aparecida, foi possível abordar a situação de uma viúva que transferiu a forma de gerir o lote, apreendido por meio de uma relação de submissão ao marido, para o filho homem, gerando conflitos com a filha. No entanto, em meio a essas relações de gênero verifica-se que as mulheres podem se valer de estratégias produtivas, políticas, matrimoniais e educativas para aumentar sua autonomia e, aos poucos, o papel delas no desenvolvimento dos assentamentos passa por transformações.

No campo das estratégias políticas, o que chama mais atenção são os constantes rearranjos de poder no interior dos assentamentos. O caso do PDS da Barra foi o mais expressivo por causa dos explícitos conflitos entre as lideranças políticas do assentamento. A tendência foi a acomodação das bases dos movimentos sociais em grupos de produção, por meio de cooperativas e associações em torno de lideranças, nas quais as relações de confiança eram mais sólidas. Todos os casos do PDS da Barra mostraram isso: o núcleo Índio Galdino, a Amarp e a Cooperares. Já nos assentamentos mais antigos, em Araraquara, houve grande polarização política das famílias contrárias ou favoráveis ao plantio de cana industrial, mas antes disso também foram registradas, pela equipe do Nupedor, o vai e vem das formas associativas. Os projetos políticos para os assentamentos também não são lineares, e a tendência é ocorrerem acomodações e resistências em torno de projetos específicos. O grande diferencial é que, em função das estratégias matrimoniais e da formação de redes de parentesco, os grupos não são totalmente antagônicos entre si, de forma que as lideranças fazem o confronto de projetos, mas a unidade entre as bases permanece de alguma forma.

Como ponto de reflexão final, destaca-se a conjuntura política para o desenvolvimento dos assentamentos durante a última década, apesar do drástico esvaziamento do investimento na criação de novos assentamentos. Além da abertura para a possível redução das desigualdades de gênero e dos mercados institucionais, o diálogo entre governo e movimentos sociais possibilitou avanços na implementação de novas modalidades de assentamentos no estado de São Paulo – não apenas o PDS, mas assentamentos na modalidade de Comuna Rural e assentamentos periurbanos animaram o cenário da política de assentamentos. Outro ponto foi a redução do tempo de execução das políticas públicas, conforme apontado ao longo da tese. A grande diferença é uma mais rápida consolidação das famílias nos assentamentos, que em dois anos já possuem créditos para a casa e para iniciar a produção, além de outros elementos ligados à infra-estrutura, como luz, água e estradas. Ao que parece, são ações fundamentais para a conquista da cidadania por parte das famílias assentadas. Cabe acompanhar, no entanto, se as conquistas se manterão e se outras ações no âmbito do desenvolvimento dos assentamentos serão colocadas em prática e de fato asseguradas, em um recorte temporal mais amplo, dando garantias aos direitos conquistados e continuidade à política de reforma agrária que temos, para que os assentamentos ocupem efetivamente o relevante papel de dinamizador econômico, social e cultural nas regiões, sobretudo na perspectiva da soberania alimentar.

Sem dúvidas, a tese retoma os dilemas que alimentam discussões sobre o fim do ciclo da reforma agrária brasileira ou sobre a ressignificação das experiências dos assentamentos implantados. Nesse debate, não há sinais de que a terra saia do horizonte dos trabalhadores e dos analistas empenhados na análise dessa trama complexa e contraditória.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12 (32), IEA/USP, p.69-74, 1998.

ALMEIDA, R.B. de. **Ambiguidade das parcerias:** a difícil construção de caminhos alternativos. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara/SP, 2011.

ALMEIDA, R.B. de.; FERRANTE, V.L.S.B. Ambiguidades e assimetrias de informações no processo de parceria agrícola nos assentamentos rurais: equívocos da mediação. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, p.219-242, 2011.

ALTIERI, M. **Agroecologia.** Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

AMARAL, D.T. do. **Novos projetos, velhas questões**: a dimensão ambiental em PA's e PDS's na região nordeste do Estado de São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara/SP, 2013.

ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v.7, n.3, Fundação Seade, 1993.

ANTUNIASSI, M.H.R. A noção de representação social e a pesquisa nas Ciências Sociais. 44º Encontro do CERU, 2006, FFLCH/USP, São Paulo. In: **Anais...,** 2006.

ARAÚJO, S.G. Una Sociología (de las Migraciones) para la resistencia. **Empiria** (Revista de Metodología de Ciencias Sociales), n.19, p.235-249, enero-junio, 2010.

ARBEX, M.A. et al. Queima de Biomassa e suas Repercussões sobre a Saúde. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Brasília, p.158-172, março/abril, 2004.

BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. A. L. de; SOARES, C. J. B.; FERREIRA, J. V. B. N.; SILVA, B.M. As mudanças tecnológicas na lavoura canavieira e os efeitos na ocupação sucroalcooleira no Centro Sul do Brasil, de 2007 a 2013. 52º Congresso da SOBER, 2014, Goiânia. In: **Anais...,** Goiânia, 2014.

BACCARIN, J.G.; GEBARA, J.J.; ROSADA, A.A.; FACTORE, C.O. Avanço recente na integração vertical e na concentração econômica sucroalcooleira no Centro-Sul do Brasil. In: BACCARIN, J.G.; FILIPAK, A. (Orgs.). **Agroenergia e Etanol:** questões administrativas, econômicas e sociais. Jaboticabal/SP: FUNEP, 2013, p. 1-25.

BARAONA, R. **Un Campesino por Dentro**. Conferência de abertura do IV Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Concepcion: Chile, dezembro, 1994.

BARONE, L.A. **Revolta, Conquista e Solidariedade:** a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1996.

BARONE, L.A. **Conflito e Cooperação:** o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 2002.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos Rurais em São Paulo: estratégias e mediações para o desenvolvimento. **Dados** (Impresso), Rio de Janeiro, v.55, p.755-785, 2012.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. O ciclo recente da reforma agrária no Estado de São Paulo: Pressões, Conquistas e Limites. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, UFMT, v.15, p.126-141, 2013.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B.; D'AQUINO, T. Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: A roda-viva de seu passado/presente. **Anuário Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, p.253-280, 1990.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. No Reino da Modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, B.V.; MARINHO, D.N.C.; ROSA, S.L.C. (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p.171-204.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais:** organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C.; OLIVEIRA, R.A.P.de; PINTO, L. de B. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S.P. (Orgs.). **Assentamentos Rurais:** mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 97-139.

BORSATTO, R.S.; CARMO, M.S. O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 16, n.2, p.221-243, 2013.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.) **Bourdieu** – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral**. São Paulo: FGV, 1996a. p.183-191.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas.** Sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996b. Capítulo 1 – Espaço social e espaço simbólico, p.13-33.

BOURDIEU, P. (Org.) **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004a. "Fieldwork in philosophy", p.15-48. Pontos de referência, p.49-76. Da regra às estratégias, p.77-95.

BOURDIEU, P. **El Baile de los Solteros.** La crisis de la sociedad campesina em el Bearne. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004b.

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. A dominação colonial e o Sabir Cultural. **Revista de Sociologia e Política**, Curituba, v.26, p.41-60, jun./2006.

BOURDIEU, P. **O Senso Prático.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009

BRANCO, M.T.C. **Os Jovens "Sem Terra"**: identidades em movimento. 1999, 201 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, Colher, Comer.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRANDÃO, C.R. **Diário de Campo.** A Antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, 2006 (série NEAD Debate, n.9).

BRINGEL, B. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Politica & Sociedade**, v.10, p.51-73, 2011.

BRUMER, A. Gênero e geração em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. **Assentamentos Rurais**: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p.351-371.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA** (UNESP), v.11, p.1-12, 2008.

CAIRES, A.M. **Nem Tudo Era Doce no Império do Açúcar.** Vida, trabalho e lutas na usina Tamoio. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1993.

CAMPOI, A.M. **Sistema de Produção e Estratégia de Vida para Permanência na Terra**: um estudo no projeto de assentamentos Monte Alegre - Araraquara/SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, 2005.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, v.1, n.27, p.153-165, 2003.

CARNEIRO, M.J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.

CARNEIRO, M.J. Herança e Gênero entre Agricultores Familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001.

CASTRO, J. de. Geopolítica da Fome. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, S/D.

CHIARIELLO, C.L.; EID, F. A politecnia na formação para o trabalho associado em cooperativas populares. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.16, n.2 p.97-114, 2014.

COSTA, C. da. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. **Extensão Rural,** Santa Maria, v.20, n.3, p.22-51, set./dez., 2013.

COSTA, V.M.H. de M. et al. Trajetória de assentamentos: desempenho econômico e avaliação dos núcleos de Araraquara. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor, n.1, p.9-72, 1994.

CREHAN, K. **Gramsci:** Cultura e Antropologia. Campo da comunicação: Lisboa (Portugal), 2004.

CUNHA, M.C. da. **A Constituição está em perigo.** Folha de S. Paulo - Tendências/Debates 03/10/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/10/1350913-manuela-carneiro-da-cunha-a-constituicao-esta-em-perigo.shtml>. Acesso em: 04/10/2013.

D'AQUINO, T. et al. Nas terras de Promissão: da luta à construção do lugar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.183-247, 1994.

DELGADO, G.C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil – 1965-1985**. São Paulo: Icone-Unicamp, 1985.

DELGADO, G.C. Setor de Subsistência na Economia Brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Textos para discussão, IPEA, Brasília/DF, 2004, p.19-50.

DIAS, T.F.; SOUZA, W.J. Gestão Social e Economia Solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró Aprofam, Mossoró-RN. **Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v.4, p.261-294, 2014.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato:** um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

DUVAL, H.C.; VALENCIO, N.F.L.S.; FERRANTE, V.L.S.B. Da Terra ao Prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.12, p.189-216, 2009.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Autoconsumo e as escalas de diversificação agrícola em um assentamento rural. **Raízes**, Campina Grande, UFPB, v.32, p.32-55, 2012.

DUVAL, H.C.; GEMERO, C.G.; FERRANTE, V.L.S.B.; QUEDA, O.; LANDMANN, O.F.A. Sistemas produtivos em perspectiva comparada nos assentamentos das regiões Central e Leste. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.15, n.1, p.89-134, 2012.

ESTERCI, N. A ilusão do trabalho livre. In: ESTERCI, N.; FRY, P.; GOLDENBERG, M. (Orgs.) **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p.265-294.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FERNANDES, B.M. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.1, p.41-54, 2014.

FERRANTE, V.L.S.B.; SILVA, M.A. de M. A política de assentamento: o jogo das forças sociais. **Perspectivas,** São Paulo, v.11, p.33-51, 1988.

FERRANTE, V.L.S.B. **A Chama Verde dos Canaviais.** Tese (Livre Docência em Sociologia), UNESP, Araraquara, 1992a.

FERRANTE, V.L.S.B. A Proletarização não tem cartas marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.22, n.3, p.16-23, 1992b.

FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.

FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas,** São Paulo, vol. 20/21, EDUNESP, 1997/1998.

FERRANTE, V.L.S.B. Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, v.7, p.11-60, 1999.

FERRANTE,V.L.S.B.; QUEDA, O. Prefácio. In: SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003, p.15-20.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M.A.P. dos. A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, NUPEDOR/UNIARA, v.9, p.131-146, 2004.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALMEIDA, L.M. Assentamentos rurais como celeiros da cana: por onde caminha a reforma agrária? **Ruris,** Campinas, v.3, p.10-34, 2009.

FERRANTE, V.L.S.B. **Assentamentos Rurais x Desenvolvimento:** integração, diversificações, contrapontos e complementaridades. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade CNPq (2010-2015), 2010.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias** (Versão Impressa), Porto Alegre, UFRGS, v.13, p.262-305, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. (Coords.) **Relatório de Pesquisa**. Relatório final de pesquisa sobre diagnósticos regionais dos assentamentos, análise de sua inserção na economia local e da recepção, implementação e execução das políticas públicas realizadas pelo INCRA-SP. Contrato/CRT/SP/N. 100000/2010 – INCRA/UNIARA, 2011.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C. Mulheres assentadas na região central do Estado de São Paulo: papéis em transformação. **Estudos Universitários**, Recife, UFPE, v.30, p.65-88, 2012.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C.; GOMES, T.P.S. Mulheres assentadas na região central do Estado de São Paulo: trabalho, cooperação e expressões de protagonismos. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.15, n.1, p.209-263, 2012.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra.** Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**. Enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA JR., A.R. **Terra de Trabalho.** Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.89-122, 2007.

GÊMERO, C.G. **Assimetria nas Relações Contratuais com as Agroindústrias do Setor Avícola no Assentamento Horto De Bueno De Andrada Araraquara/SP**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, 2013.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia.** Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3ª Ed. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GODOI, E.P.; MENEZES, M.; MARIN, R.A. (Orgs.) **Diversidade do Campesinato:** expressões e categorias. Vol.1: Construções Identitárias e Sociabilidades. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo: UNESP, 2009. 385p.

GOMES, T.P.S. **De Saberes Não Oficiais a Lugares da Patrimonialidade Imaterial**: um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural, 2011.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

GOMES, T.P.S.; ALMEIDA, L.M. de M.C.; FERRANTE, V.L.S.B.; LEMES, S.S. Segurança alimentar e gestão municipal: uma investigação a partir de comunidade rural assentada em Araraquara. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.16, n.1, p.175-200, 2013.

GONÇALVES, J.C.; SCOPINHO, R.A. Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto/SP. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.13, p.239-262, 2010.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRIGOLETTO, F. **Assentamentos rurais e desenvolvimento local sustentável:** um estudo de casos múltiplos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, Araraquara, 2013.

GRISA, C. **A Produção "Pro Gasto":** um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, C. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V.J.; BUCHWEITZ, V.D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), Brasília, v.52, p.323-346, 2014.

HEREDIA, B.M.A. **A Morada da Vida:** trabalho familiar entre pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1979.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.21, p.417-421, 2014.

HORA, K.E.R.; BUTTO, A. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS; C. HORA, K.; NOBRE, M.; FARIA, N. (Orgs.). **Mulheres Rurais e Autonomia:** formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: MDA, 2014, p.14-45.

INCRA-SP. **Retratos do Campo.** A reforma agrária que produz e alimenta. Ano 1, v.1, 2010.

IPEA. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

KHATOUNIAN, C.A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura.** Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

KRÄUTLER, E.; LAZZARIS, E. **Ruralistas ameaçam a Constituição.** Folha de S. Paulo, Tendências/Debates, 17/09/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/09/1342920-erwin-krautler-e-enemesio-lazzaris-ruralistas-ameacam-a-constituicao.shtml>. Acesso em: 20/09/2013.

KURANAGA, A.A.; ALMEIDA, L.M.; FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: o programa Direto do Campo do município de Araraquara, Estado de São Paulo, como instrumento de desenvolvimento local. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.37, n.11, p.1-14, 2007.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar.** Vol. II – Do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEFF, E. **Limite y desafíos de la dominación hegemónica**: La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. CECEÑA y SADER (comp.). Buenos Aires: CLACSO, 2002.

LEITE, S.P. **As Condições de Implantação e o Processo de Trabalho num Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais**: o caso de Araraquara-SP. 1986. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). FCL, Unesp, Araraquara, 1986.

LEITE, S.P. **Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar:** uma aproximação à experiência brasileira. Seminario de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina, 2003, Unicamp, Campinas-SP. Disponível em: <http://www.fodepal.es/bibvirtual/semex/campina/doc/Sergio%20Leite.pdf>. Acesso em: 30/05/2008.

LEITE, S.P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.S.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.P. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LINHARES, M.Y.; SILVA, F.C.T. da. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, C.A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M de N.B. (Orgs.) **Camponeses Brasileiros**. Leituras e interpretações clássicas, v.1. Brasília/São Paulo: NEAD/MDA e Editora Unesp, 2009, p.117-134.

LOPES, P.R.; KAGEYAMA, P.Y.; ARAUJO, K.C.S. Sistemas agroflorestais e produção agroecológica de café na região do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.17, p.261-292, 2014.

MACIEL, M.C. **Entre o Céu e a Terra**: um estudo sobre a religiosidade no assentamento Bela Vista de Araraquara-SP. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 2003.

MALINOWSKI, B. **Um Diário no Sentido Estrito do Termo.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição do tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.4, p.66-99, 1996.

MARENGO J. A. Cenários de Mudanças Climáticas para o Brasil em 2100. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria-RS, v.34, p.100-125, 2007.

MARQUES, F.C. Aprendizagem e inovação: as várias faces do trabalho de produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. **Revista Agriculturas** (Impresso), Brasília, v.6, p.26-33, 2009.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Tradicionalismo.** Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. de S. **A Sociedade Vista do Abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Capítulo 2 – Situações diferenciais de classe social. Operários e camponeses, p.49-117.

MARTINS, J. de S. **O Cativeiro da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, R.C. **Ruralidades contemporâneas.** Curso de curta duração, Universidade Estadual Paulista, 2013.

MARTINS, V.S. **Lugar da Morada:** a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da reforma agrária. 2009, 218 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais**. Campinas: Ed. Átomo, 2013.

MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S.P. (Orgs.) **Assentamentos Rurais:** mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MEDEIROS, L.S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, B.M. **História e Memória na Contramão da Expansão Canavieira:** a experiência de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2012.

MENASCHE, R.; MARQUES, F.C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.21, julho/agosto, p. 145-158, 2008.

MENEZES, M.A. **Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes**: um estudo de famílias de camponeses - migrantes. Rio de Janeiro e João Pessoa: Relume Dumará e Ed. UFPB, 2002.

MINTZ, S.W. Era o escravo de plantação um proletário? In: DABAT, C.R. **O Poder Amargo do Açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003, p.117-145.

MOREIRA, R.J. **Terra, Poder e Território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORUZZI MARQUES, P.E.; LUCAS, A. de; GASPARI, L.C. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.17, n.1, p.161-178, 2014.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

MURRIETA, R.S.S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia,** São Paulo, v.44, n.2, 2001.

NAVARRO, Z. **Pá de cal na reforma agrária.** Opinião, O Estado de São Paulo, 21 de setembro, 2013a.

NAVARRO, Z. **Fadas, duendes e agricultura**. Opinião, O Estado de São Paulo, 30 de outubro, 2013b.

NAVARRO, Z. **A derrota, na ação e no pensamento**. Opinião, O Estado de São Paulo, 23 de março, 2014.

NEVES, D.P. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil (Legado dos cientistas sociais). In: NEVES, D.P. (Org.). **Formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009, v. 2, p. 303-326.

NEVES, D.P. Associativismo e personalismo dos mediadores formais: dilemas da organização política de assentados rurais pela intervenção estatal. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.16, p.15-42, 2013.

NISHIKAWA, D.L.L. **Levantamento das Práticas Agrícolas Sustentáveis no Assentamento da Fazenda Monte Alegre Região de Araraquara/SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004

NOBRE, C.; JOLY, C.; CERRI, C.; HOGAN, D.; ROCHA, H.; MARCOVITCH, J.; CORTEZ, L.A.B.; ARTAXO, P.; DIAS, P.L. da (Eds.) **FAPESP research programme on global climate change (FRPGCC).** Projeto Final/Documento Base, 2008. Disponível em: < http://www.fapesp.br/mcg/FRPGCC.pdf>. Acesso em: 07/10/2008.

NORDER, L.A.C. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.6, p.40-58, 1998.

NOVAES, H.T. **O Fetiche da Tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular/Fapesp, 2007.

PALMEIRA, M.G.S.; LEITE, S.P. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L.F.C.; SANTOS, R.N. dos. (Orgs.) **Política e Reforma Agrária**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PAULILO, M.I.S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.01, p.229-252, 2004.

PESSANHA, L.D.R. O sentido brasileiro da segurança alimentar. In: MOREIRA, R.; COSTA, L. (Orgs.) **Mundo Rural e Cultura.** São Paulo: Mauad, 2002, p.263-283.

PRIMAVESI, O; ARZABE, C.; PEDREIRA, M.S. (Eds.) **Aquecimento Global e Mudanças Climáticas:** uma visão integrada tropical. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2007.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara/INCRA, p.47-68, 2009.

QUEIROZ, M.I.P. de. **O Campesinato Brasileiro.** Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

ROSENFIELD, D.L. **A mudança necessária.** Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/artigos/mudanca-necessaria>. Acesso em: 27/05/2014.

ROY, G. **Do Trabalhador Assalariado ao Pequeno Produtor Livre:** qual construção para as experiências de reforma agrária? São Paulo, julho de 1991. (mimeo)

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V.; GRISA, C.; NIDERLE, P.; SCHNEIDER, E. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. In: **Anais...**, Cuiabá, 2004.

SACCO DOS ANJOS, F; SILVA, F. N.da ; CALDAS, N. V. São as indicações geográficas um instrumento para o desenvolvimento dos territórios? Estudo de caso sobre duas experiências no estado do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade** (Online), v. 13, p.163, 2014.

SANTOS, I.P. dos; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo.** Globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. Cap. 2 – A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo, p.29-39.

SAUER, S. **Terra e modernidade.** A reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SAUER, S.; LEITE, S.P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), Brasília, v.50, p.503-524, 2012.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v.4, p.88-131, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUSMÁN, E.; MOLINA, M.G. de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato.** 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, M.A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

SILVA, M.A. de M. **A Luta Pela Terra**. Experiência e memória. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

SILVA, M.A. de M. Terra: fonte de desenvolvimento com liberdade. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR, O. (Orgs.) **Assentamentos Rurais:** impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p.295-318.

STETTER, E.A. **A cana nos assentamentos rurais:** presença indigesta ou personagem convidada? 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2000.

STOLCKE, V. A família que não é sagrada (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Brasiliense, 1982, p. 39-91.

SZMRECSÁNYI, T. Expansão do agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis. **Revista da ABRA,** São Paulo, v.34, n.2, p.149-154, jul./dez., 2007.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.13-51, 1991.

TEIXEIRA G.S. Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro. **Ruris,** Campinas, v.8, p.117-147, 2014.

THOMPSON, E. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

THOMPSON, E. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. II – A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VAN DER PLOEG, J.D. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

VEIGA, J.E. da. **O Desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo, Hucitec, 1991.

VEIGA, J.E. da. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2003.

VELHO, O.G.A.C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, C.A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J.S.B.; WANDERLEY, M de N.B. (Orgs.) **Camponeses Brasileiros**. Leituras e interpretações clássicas, v.1. Brasília/São Paulo: NEAD/MDA e Editora Unesp, 2009, p.89-96.

WACQUANT, L. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.26, p.13-29, jun. 2006.

WANDERLEY, M. de N.B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v.25, n.2 e 3, p. 37-68, mai/dez., 1995.

WANDERLEY, M. de N.B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A.D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998, p.29-49.

WANDERLEY, M. de N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.21, p.42-61, 2003.

WANDERLEY, M. de N.B. **O Mundo Rural Como Um Espaço de Vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. Apresentação, p.09-22. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira, p.25-43. O camponês, um trabalhador para o capital, p.71-136.

WANDERLEY, M. de N.B. **Um saber necessário**. Os estudos rurais no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011. 153p .

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: WEBER, M. **Ensaios de Sociologia.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p.423-437.

WEDIG, J.C.; MENASCHE, R. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, D.P.; MEDEIROS, L.S. de. (Orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p.147-162.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos,** Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WHITAKER, D.C.A. A questão da diversidade em assentamentos de reforma agrária: Araraquara, SP. In: AUBRÉE, M.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Dinâmica Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003, p.275-294.

WHITAKER, D.C.A.; BEZZON, L.C. **A Cultura e o Ecossistema**: reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea, 2006.

WHITAKER, D.C.A. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (Orgs.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD, 2008, p.323-340.

WOLF, E. Aspectos específicos dos sistemas de plantation no Novo Mundo: subculturas das comunidades e classes sociais. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. **Antropologia e Poder.** Contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.165-181.

WOLF, E.R.; MINTZ, S.W. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: DABAT, C.R. **O Poder Amargo do Açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003, p.147-199.

WOORTMANN, E.F. Da dependência à complementaridade. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, n.79, 1993.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. Amor e Celibato no Universo Camponês. **Textos Nepo**, Campinas, v.17, p.1-90, 1990.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. da UNB, 1997.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. O significado do alimento na família camponesa. **Revista do Instituto Humanitas**, São Leopoldo, v.IV, n.163, UNISINOS, p.13-17, 2005. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu_online/uploads/edicoes/1158347863.81pdf.pdf> Acesso em 29/07/08.

WOORTMANN, E. Prática eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. **Retrato de Assentamentos,** Araraquara, n.14, v.2, p.15-32, 2011.